

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



O País a Régua e Esquadro

Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco

Sandra Cristina de Jesus Vaz Costa Marques de Almeida
(Mestre em História da Arte)

**Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, na especialidade de
Arte, Património e Restauro**

Orientador científico

Professora Architecta Ana Cristina dos Santos Tostões

Co-orientador científico

Professora Doutora Maria João Baptista Neto

2009

Resumo

Esta dissertação aborda a Obra Pública empreendida por Duarte Pacheco e tem como principal objectivo contribuir para a clarificação do processo de concepção e concretização de todo um programa coordenado pelo político de 1925 a 1943.

Referenciando o universo de estudo ao Urbanismo, Arquitectura e Memória Patrimonial no contexto português ao longo do período considerado e com base na sua aplicação a seis estudos de caso, analisa-se no legado do político a relação entre o decreto, o projecto e o concreto.

Considerando o modo de actuação de Duarte Pacheco e identificando o seu método de trabalho em áreas tão distintas quanto a direcção do Instituto Superior Técnico, a Câmara Municipal de Lisboa, o Ministério da Instrução Pública e o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, o legado do político surge numa nova perspectiva, possível através da recolha de uma parcela importante de informação que clarifica o tempo, o modo, os serviços e os agentes que no espaço de dezoito anos modificaram a paisagem do país.

Palavras-chave:

Obras Públicas

Urbanismo

Arquitectura

Memória

Método

Abstract

Concerning the study of Duarte Pacheco's Legacy, this research aims to contribute towards the clarification of the political decision, the technical conception and the reality of public equipment building process that integrated a major program defined and coordinated by the politician himself from 1925 till 1943.

Confining the study to areas such as Urbanism, Architecture and Heritage in the 20th century second quarter Portuguese scenario, and applying these three disciplines in six case-studies, the analysis of Duarte Pacheco's legacy appears clarified in its three evolutionary stages: the law, the project and the *concrete* reality.

Taking in consideration Duarte Pacheco's political performance and high lightning his thought and method in four cabinets, namely, as Lisbon School of Technical Engineering Director (IST), as Lisbon Local Council Mayor, as Education Minister and as Public Equipments and Transports Minister, the politician legacy steps forward bringing a new perspective vividly represented in the amount of documentation that clarifies how a team of town planners, architects, engineers and artists reached, in no more than eighteen years, the achievement of building a country's new landscape.

Keywords:

Public Equipments

Urbanism

Architecture

Heritage

Method

AGRADECIMENTOS

Ao longo da elaboração deste trabalho tive o apoio de várias pessoas e instituições a quem desejo expressar os meus agradecimentos.

Uma primeira palavra de agradecimento para a Professora Arquitecta Ana Tostões, orientadora desta dissertação, que acompanhou com dedicação, entusiasmo e rigor o desenvolvimento das várias fases que compuseram o presente estudo. Que tornou possíveis tantas outras campanhas de investigação em que participámos e sem as quais o presente trabalho não teria sido possível.

À Professora Doutora Maria João Neto, co-orientadora desta investigação, por todo o apoio, saber, serenidade e segurança, determinação e confiança, o meu profundo agradecimento.

Ao Arquitecto Manuel Lacerda, que ao autorizar o pedido de equiparação a bolseiro, nos permitiu a redução parcial do horário de prestação de serviço, tornando possível a realização deste trabalho.

São ainda credores de agradecimentos a Dra. Isabel Ribeiro e o Senhor Espiga da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, a Dra. Ilda Cristovão, do já extinto Arquivo e Biblioteca do Conselho Superior de Obras Públicas, a Dra. Elisabete Gama do Gabinete de Estudos Olisiponenses, a Dra. Ana Rigueiro do Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico, a Dra. Alexandra Gonçalves da Divisão de Arquivos da EP Estradas de Portugal SA, a Dra. Ana Paula Gordo e Dr. Jorge Resende da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, o Dr. Licínio Fidalgo da Área Cultural de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa, a Dra. Filomena Beja e a Engenheira Júlia Serra do Arquivo das Construções Escolares do Ministério da Educação, o Dr. João Vieira e Dr. João Paulo Machado do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, bem como o Dr. José Alberto Seabra do Museu Nacional de Arte Antiga.

À Professora Doutora Margarida Souza Lobo, à Professora Doutora Margarida Pereira e ao Professor Vitor Manaças agradecemos a cedência de material fundamental ao nosso estudo, agradecendo ainda a disponibilidade a amabilidade e a generosidade de partilha.

Ao Professor Doutor Hugo Beirão da Veiga e ao Arquitecto Caetano Maria Beirão da Veiga, agradecemos o entusiasmo e carinho que depositaram neste projecto.

Ao Dr. Paulo Pereira, pela crítica exigente, as opiniões certas e os conselhos firmes nos primeiros momentos de hesitação.

Aos meus colegas e amigos agradeço a forma como acreditaram, debateram, ouviram e sobretudo acompanharam e ampararam este projecto: Ana Cristina Pais, Alexandra Curvelo, Anísio Franco, Fernanda Xavier, João Paulo Martins, José Alberto Ribeiro, Luísa Penalva, Marina Carvalho, Miguel Soromenho, Sílvia Viana, Susana Lobo, Rui Afonso Santos.

Ao José Alberto Ribeiro pelo desafio de participar no primeiro curso de doutoramento em História da Arte que abriria na Faculdade de Letras e à Deolinda Folgado por me ter acompanhado nesta jornada.

À Alice Alves pela disponibilidade de todas as horas.

À Catarina Félix, companheira de tantas incursões arquivísticas.

À Ana Catarina Parada, pela leitura atenta e dedicada.

Ao Miguel Soromenho pela infinita disponibilidade e paciência.

Aos meus pais por tudo.

Ao Carlos, marido atento, pela crítica implacável e pela inabalável segurança.

À minha filha, porto seguro feito de sorrisos, abraços e desenhos que provam afinal, que a escrita não é um caminho solitário.

Índice

Resumo	2
Abstract	3
Agradecimentos	4
Índice de Figuras	8
 Introdução	 14
 Capítulo 1. Anatomia do Mito	 24
1.1. A Face Branca do Regime	27
1.2. A Memória do País	54
 Capítulo 2. O Político na Academia	 75
2.1. Os Anos de Formação (1900-1923)	77
2.2. A Engenharia Política	95
2.3. A Construção do IST: o projecto e o concreto	124
 Capítulo 3. Os Ministérios de Poder	 150
3.1. A Instrução Pública (1928): laboratório de ideias	152
3.2. Obras Públicas e Comunicações (1932-1936): o plano metódico	172
3.3. A Câmara Municipal de Lisboa (1938): um programa de cidade	207
3.4. Obras Públicas e Comunicações (1938-1943): construir um país	233
 Capítulo 4. Pensar Lisboa	 265
4.1. Desenho Urbano: o grau zero da obra	266
4.1.1. O Plano da Costa do Sol	271
4.1.2. O Plano Director de Lisboa	287

4.2. Lisboa de Tejo e Mar: obras, engenho e arte na cidade-cais	305
4.2.1. As Gares Marítimas	315
4.2.2. A Ponte sobre o Tejo	332
4.3. Património e Identidade: os museus e a construção da memória	349
4.3.1. O Museu Nacional de Arte Antiga	359
4.3.2. O Museu Nacional de Arte Contemporânea	380
Capítulo 5. Um Desenho de País	402
4.1 O Gabinete Ministerial. Ponto de encontro de uma irmandade desavinda: Engenheiros e Arquitectos	405
5.2. Programas à Escala Nacional	418
Considerações Finais	434
Fontes e Bibliografia	438
Índice de Abreviaturas	461
Índice Onomástico	462
Índice Documental	468
Apêndice Documental	

Índice de Figuras

Figura 1 – Cortejo fúnebre de Duarte Pacheco.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 2 – Cortejo fúnebre de Duarte Pacheco.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 3 – Sessão plenária na Câmara Municipal de Lisboa a 18 de Novembro de 1943.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 4 – O Presidente no Conselho na Assembleia Nacional, 25 de Novembro de 1943.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 5 – Caricatura de Duarte Pacheco as propósito das reformas operadas na Câmara Municipal de Lisboa. Francisco Valença, 1938.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 6 – Cerimónia de inauguração do Viaduto Duarte Pacheco

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 7 – Viaduto Duarte Pacheco, placa evocativa, pormenor.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 8 – Cerimónia de Inauguração do Estádio Nacional

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 9 – Exposição 15 Anos de Obras Públicas 1932-1947, recinto expositivo instalado no Instituto Superior Técnico

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 10 - Exposição 15 Anos de Obras Públicas 1932-1947, recinto expositivo instalado no Instituto Superior Técnico

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 11 – Exposição 15 Anos de Obras Públicas 1932-1947, Medalha comemorativa, Álvaro Brée, 1948.

Fonte: Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Figura 12 - Exposição 15 Anos de Obras Públicas 1932-1947, Guia da Exposição

Figura 13 – Projecto para o Monumento a Duarte Pacheco, proposta da Câmara Municipal de Lisboa

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 14 – Maquete do Monumento a Duarte Pacheco, Loulé. Projecto de Cristino da Silva, 1952-1953.

Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Figura 15 – Cerimónia de inauguração do Monumento a Duarte Pacheco, Loulé

Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Figura 16 - Cerimónia de inauguração do Monumento a Duarte Pacheco, Loulé

Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Figura 17 – Cerimónia de Inauguração da Sala Duarte Pacheco no Museu Municipal de Lisboa (Palácio da Mitra)

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 18 – Monumento a Duarte Pacheco, Lisboa.

Atelier Nuno Santos Pinheiro Arquitectos e Mestre António Duarte, 1991.

Figura 19 – Evocar Duarte Pacheco, 1993.

Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 20 – José de Azevedo Pacheco, pai de Duarte Pacheco

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 21 – Maria do Carmo Pacheco, mãe de Duarte Pacheco

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 22 – Os irmãos Pacheco

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 23 – A Resposta do País, Marçal Pacheco, 1895.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 24 – Duarte Pacheco, cerca de 1904.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 25 – Duarte Pacheco aluno do IST

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 26 – Duarte Pacheco no Laboratório de Máquinas, IST

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 27 – Retrato de Duarte Pacheco

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 28 – O Conselho Escolar do Instituto Superior Técnico

Fonte: Núcleo de Arquivo do IST.

Figura 29 – O Corpo Docente do Instituto Superior Técnico

Fonte: Núcleo de Arquivo do IST

Figura 30 - Instituto Superior Técnico.

Fonte: *L'Architecture d'aujourd'hui*, 1934.

Figura 31 – Instituto Superior Técnico

Fonte: *Revista Arquitectos*, 1938.

Figura 32 – Instituto Superior Técnico, Perspectiva aérea.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 33 – Átrio do Instituto Superior Técnico

Fonte: *Revista Arquitectos*, 1938.

Figura 34 – Laboratório do Instituto Superior Técnico

Fonte: *Revista Arquitectos*, 1938.

Figura 35 – Busto de Alfredo Bensaúde, Átrio do Pavilhão Central do IST

Figura 36 – Retrato de Brito Camacho, Sala do Conselho Escolar do IST

Figura 37 – Retrato de Duarte Pacheco, Sala do Conselho Escolar do IST

Figura 38 – Duarte Pacheco e o Coronel Vicente de Freiras, 1928.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 39 – Na cerimónia em que tomou posse como Ministro das Obras Públicas e Comunicações, 1932.

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 40 – Na inauguração do Monumento ao Marquês de Pombal

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 41 – Cerimónia de posse de Duarte Pacheco como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 1938.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 42 – Na cerimónia em que tomou posse do cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações pela segunda vez, 1938.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 43 - Duarte Pacheco e o Presidente da República em Monsanto, 1938. Estúdio Mário Novais, Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 44 – Cerimónia de Inauguração do Bairro da Quinta da Calçada, 1939.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 45 – Vistoria às obras de restauro do Teatro Nacional de S. Carlos, 1939

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 46 – Visita ao Aeroporto da Portela

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 47 – Duarte Pacheco e Roberto Espregueira Mendes. Ministro e Sub-Secretário de Estados das Obras Públicas e Comunicações, 1942

Fonte: *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, nº 1273, Janeiro de 1941, página 15.

Figura 48 – Duarte Pacheco no Aeroporto da Portela, com Eduardo Rodrigues de Carvalho, 1942

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 49 – Duarte Pacheco com Óscar Carmona, Oliveira Salazar e Eduardo Rodrigues de Carvalho, 1943.

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses, Álbuns de Efemérides

Figura 50 – Duarte Pacheco com Oliveira Salazar e Eduardo Rodrigues de Carvalho, s/d.

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses, Álbuns de Efemérides

Figura 51 – Demarcação Geográfica da Área abrangida pela Costa do Sol

Figura 52 – Áreas de extensão da Região de Lisboa consideradas por Alfred Agache, 1936

Figura 53 – Estrada Marginal Lisboa Cascais

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 54 – Estrada Marginal Lisboa-Cascais

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 55 – Auto-estrada

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 56 – Auto-estrada

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 57 – Estádio Nacional

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 58 – Parque Florestal de Monsanto, processo de arborização

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 59 – Parque Florestal de Monsanto, panorâmica.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 60 – Plano Director de Lisboa, 1948. Estabelecimentos de Ensino

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Figura 61 – Plano Director de Lisboa, 1948. Áreas de Expansão

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 62 – Plano Director de Lisboa, 1948. Estrutura orgânica citadina.

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 63 – Plano Director de Lisboa, 1948

Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 64 – Porto de Lisboa, Cais de Alcântara, Anos 20.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 65 – Porto de Lisboa, Cais dos Soldados, Anos 20.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 66 – Revista *Técnica*, Fevereiro de 1933.

Fonte: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Figura 67 – Proposta de Cid Perestrelo para a localização da Gare Marítima de Lisboa, in Revista *Técnica*, Fevereiro de 1933, nº 72.

Figura 68 – Proposta de P. Pardal Monteiro para a Avenida de ligação entre o Cais do Sodré e a Praça do Comércio, in CALDAS, João Vieira, *P. Pardal Monteiro Arquitecto*, Lisboa AAP, 1997.

Figura 69 – Gare Marítima de Alcântara. Estúdio Mário Novais, Anos 40.

Figura 70 – Gare Marítima Rocha Conde de Óbidos. Estúdio Mário Novais, Anos 40.

Figura 71 – Ponte sobre o Tejo, proposta de Miguel Correia Pais, 1879.~

Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico

Figura 72 – Ponte sobre o Tejo, proposta de Seirig e Bartissol, 1889

Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico

Figura 73 – Revista *ABC*, 1923. Artigo sobre as várias propostas de travessia do Tejo

Figura 74 – Proposta para a construção de um Funicular para travessia do Tejo

Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico

Figura 75 – Proposta para a construção de um Túnel para a travessia do Tejo

Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico

Figura 76 – Proposta da Firma Schneider et Cie para a travessia do Tejo, 1934.

Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico

- Figura 77** – Proposta da Firma Schneider et Cie para a travessia do Tejo, 1934
Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico
- Figura 78** – Proposta da Firma Hojgaard & Schultz para a travessia do Tejo, 1934
Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico
- Figura 79** – Proposta da Firma Hojgaard & Schultz para a travessia do Tejo, 1934
Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico
- Figura 80** – Proposta da Firma United States Steel Products para a travessia do Tejo
Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico
- Figura 81** – Proposta da Firma United States Steel Products para a travessia do Tejo
Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico
- Figura 82** – Proposta da Firma United States Steel Products para a travessia do Tejo
Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico
- Figura 83** – Capa do Processo Ponte sobre o Tejo, 1934
Fonte: EP Estradas de Portugal SA, Arquivo Histórico
- Figura 84** – Museu Nacional de Belas Artes, gravura
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 85** – Inauguração da *Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, 1882, gravura
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 86** – Museu Nacional de Belas Artes, aspecto da Sala de Pintura Portuguesa c. 1900
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 87** – Proposta de José Luís Monteiro para o MNAA
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 88** – Excerto do programa expositivo de José de Figueiredo para o MNAA
Fonte: Arquivo do MNAA
- Figura 89** – Perspectiva Norte do projecto de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 90** – Perspectiva Sul do projecto de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 91** – Museu Nacional de Arte Antiga, perspectiva aérea
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 92** – Museu Nacional de Arte Antiga. Distribuição de Serviços, João Couto
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 93** – Condições de instalação do Museu Nacional de Arte Contemporânea, 1938
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 94** – Projecto do Museu Nacional de Arte Contemporânea para a Praça do Império. Cristino da Silva, 1941-1943.
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA
- Figura 95** – Projecto do Museu Nacional de Arte Contemporânea para a Praça do Império. Cristino da Silva, 1941-1943.
Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA

Figura 96 – Projecto do Museu Nacional de Arte Contemporânea para a Praça do Império. Cristino da Silva, 1941-1943.

Fonte: Arquivo Fotográfico do MNAA

Figura 97 – Logótipo da construtora Teixeira Duarte

Fonte: *Guia da Exposição 15 Anos de Obras Públicas*

Figura 98 – Logótipo da construtora OPCA

Fonte: Arquivo OPCA

Figura 99 – Ponte da Trofa

Fonte: Arquivo OPCA

Figura 100 – Viaduto Duarte Pacheco, postal ilustrado

Figura 101 – Obras de tapamento do caneiro de Alcântara

Fonte: Arquivo OPCA

Figura 102 – Obras de tapamento do caneiro de Alcântara

Fonte: Arquivo OPCA

Figura 103 – Avenida de Ceuta

Fonte: Arquivo OPCA

Figura 104 – Pousada de S. Brás de Alportel, Miguel Jacobetty Rosa

Fonte: Arquivo da Direcção Geral de Turismo

Figura 105 – Posada de S. Gonçalo do Marão

Fonte: Arquivo da Direcção Geral de Turismo

Figura 106 – Estrada de ligação entre Alcobaça e Aljubarrota

Fonte: *Exposição 15 Anos de Obras Públicas*

Figura 107 – Exemplo de estrada com sistema de protecção

Fonte: *Exposição 15 Anos de Obras Públicas*

Introdução

Em Outubro de 1925 Duarte Pacheco ingressou no corpo docente do Instituto Superior Técnico como professor de Matemáticas Gerais e dois anos depois tomou posse como director da mesma escola. Aos 28 anos foi Ministro da Instrução Pública e com 32 foi Ministro das Obras Públicas e Comunicações. Com 38 anos foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Faleceu aos 43 anos, quando contava já nove anos de exercício do cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Activo entre 1925 e 1943, em dezoito anos de actividade, e no âmbito das atribuições que lhe foram conferidas, Duarte Pacheco regulamentou, planeou e executou medidas estruturais. De igual modo, pelo mesmo período de tempo e na sequência da sua actividade como director do IST, Presidente de Câmara e Ministro, o país assistiu à transformação material de uma escola, de uma cidade e de um território. Consequentemente, a transversalidade da obra pública de Duarte Pacheco tornou-se tema incontornável da História Portuguesa do século XX.

Na primeira edição da *Arte em Portugal no século XX*⁷⁴ José-Augusto França caracterizaria Duarte Pacheco como um homem de acção e poder de concretização, considerando a construção das novas instalações do IST como fio condutor de toda a sua actividade futura no domínio da planificação arquitectónica e urbana.

Sob o olhar da Arquitectura consignada ao desenho urbano, Ana Tostões⁷⁵ analisou a acção política de Duarte Pacheco a uma escala de cidade, a de Lisboa, e Margarida Souza Lobo⁷⁶, tomando por base a medida ministerial que em 1934 decretou a instituição do urbanismo como ponto prévio ao plano de ordenamento territorial, analisou o universo de propostas de expansão urbana decorrentes da política pública iniciada pelo ministro.

Na avaliação do fenómeno de restauro dos monumentos e da actuação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais entre 1929 e 1960, Maria João Neto demonstrou que a acção de Duarte Pacheco ultrapassou a vontade férrea de

⁷⁴ FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XX 1911-1961*, Lisboa, Bertrand Editora, 1974.

⁷⁵ TOSTÕES, Ana, *Monsanto, Parque Eduardo VII, campo Grande. Keil do Amaral, Arquitecto dos Espaços Verdes de Lisboa*, Lisboa, Edições Salamandra, 1992.

⁷⁶ LOBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*, Lisboa, DGOTDU-FAUP, 1995.

controlo dos serviços estatais, revelando uma inédita preocupação de renovação dos quadros técnicos das Obras Públicas⁷⁷.

No domínio da Geografia do Território, e tomando como exemplo o Plano da Costa do Sol, Margarida Pereira⁷⁸ reconheceu no ministro o elemento decisivo e estruturante na planificação urbana a uma escala regional e em estudos recentes, Gonçalo Canto Moniz⁷⁹ sublinhou a presença de Duarte Pacheco no Ministério da Instrução Pública, considerando que nos escassos sete meses que o jovem ministro tutelou a pasta da Instrução, embora não tendo conseguido implementar uma efectiva reforma do ensino liceal, contribuiu de forma decisiva para a reforma material das construções escolares liceais, política que retomaria anos depois no Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

De todas as entradas biográficas existentes sobre Duarte Pacheco, o Dicionário Biográfico Parlamentar dirigido por Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto⁸⁰, reúne a informação mais completa, não só no âmbito da descrição das várias actividades exercidas pelo político e na citação das mais conhecidas obras por ele planeadas, como na determinação da sua filiação partidária.

No domínio das instituições, cumpre ainda assinalar que entre 1993 e 1994 a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Superior Técnico celebraram o cinquentenário da morte de Duarte Pacheco. Prestando tributo àquele que através da sua acção política transformou a Lisboa herdada de oitocentos numa Lisboa moderna e elevou uma escola de engenharia técnica ainda embrionária, ao estatuto de uma das mais conceituadas escolas do país, a evocação da efeméride reflecte a posição de reconhecimento destas duas instituições públicas face à obra do político. Estruturada em dois módulos, uma exposição e um catálogo, a iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa evocaria a obra de Duarte Pacheco na cidade de Lisboa⁸¹. Das homenagens prestadas pelo IST resultaria um número especial da revista *Técnica*, inteiramente

⁷⁷ NETO, Maria João, *Memória Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP, 2001.

⁷⁸ PEREIRA, Margarida, *O Processo de Decisão na Política Urbana. O Exemplo da Costa do Sol*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994.

⁷⁹ MONIZ, Gonçalo Canto, *Arquitectura e Instrução. O Projecto moderno do Liceu 1836-1936*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2007.

⁸⁰ POLICARPO, Verónica, “Duarte José Pacheco”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Lisboa, Colecção Parlamento, 2005, pp.284-289.

⁸¹ Catálogo da Exposição *Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da Sua Morte (1943-1993)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

dedicado à acção do ministro, com compreensivo e justificado enfoque para a renovação material do Instituto⁸².

Na obra *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*⁸³, a transversalidade da obra pública e da acção política de Duarte Pacheco, seria também referenciada por diversos autores, mas até à data, o estudo de Margarida Acciaiuoli permaneceria como o mais aprofundado. A autora, que já em 1982, no catálogo da exposição *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, trabalhara a obra de Duarte Pacheco, em 1991, na sua dissertação de doutoramento, analisaria o tema em maior detalhe⁸⁴. Margarida Acciaiuoli concluiria que a actividade de Duarte Pacheco se traduziu em urbanidade, melhoramentos, programas e tipologias. Mas a propósito da ascensão meteórica do jovem e desconhecido professor do Técnico que se lançou na empresa de construção das novas instalações do Instituto, a autora colocaria a questão: como foi possível? E esta questão foi o ponto de partida da presente dissertação.

Da acção política de Duarte Pacheco resultou um enorme edifício que compõe uma obra vasta em número e em alcance. A mesma obra que, na sequência de uma morte brutal e prematura, o regime político tornou mito.

Partimos para este estudo com uma certeza apenas: não foi nunca nosso objectivo realizar uma biografia de Duarte Pacheco. Moveu-nos uma convicção: características como a inteligência, o raciocínio rápido e matemático ou a invulgar capacidade de trabalho de Duarte Pacheco e que a máquina do Estado Novo foi hábil em transformar num de ícone de regime, não explicariam a obra, apenas a glorificaram num jogo de propaganda. Posturas inversas que, na inversão do dicionário político, reduziram a obra de Duarte Pacheco ao testemunho petrificado da aplicação de um braço forte da lei, não compreenderam a profundidade, o alcance e sobretudo a actualidade da sua acção política.

Os dois pressupostos que presidiram a este trabalho determinam uma estrutura de dissertação desenvolvida em cinco capítulos, balizando o âmbito do estudo numa cronologia que se inicia com a vida pública do político em 1925, não terminando em 1943, data do seu falecimento, mas estendendo-se até 1963, data da criação do Gabinete

⁸² *Revista Técnica*, revista da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, nº 2/94 de Setembro de 1994.

⁸³ *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, coordenação de Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Fernanda Rollo, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004.

⁸⁴ BRITO, Margarida Acciaiuoli de, *Os Anos 40 em Portugal. O País, O Regime e as Artes “Restauração” e “Celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

de Estudos de Urbanização Duarte Pacheco. Importa contudo esclarecer que os cinco corpos capitulares que compõem a presente dissertação não seguem uma linha cronológica linear. Activo publicamente entre 1925 e 1943, Duarte Pacheco foi professor e director do Instituto Superior Técnico por onze anos, os mesmos anos em que desempenhou por duas vezes cargos ministeriais. De igual modo, quando em 1938 cessou no cargo de direcção do IST, presidiu à Câmara Municipal de Lisboa por escassos meses para seguidamente retomar um cargo ministerial. Este trajecto político pautado pela permanência e alternância entre vários gabinetes obrigou-nos a analisar a sua actividade, método de trabalho e produção efectiva de obra numa sequência de pastas e tutelas e não tanto numa óbvia sequência temporal.

Neste sentido, considerámos importante que no primeiro capítulo da dissertação se compreendesse a forma como o Estado Novo trabalhou a imagem de Duarte Pacheco, considerando igualmente necessário referir os contributos da produção histórica dos últimos trinta e cinco anos para a clarificação da obra do político. Na prossecução dos nossos objectivos, procedemos à recolha e análise do teor de notícias produzido nos periódicos de maior tiragem, considerando como ponto de partida o momento da morte do ministro. Sequentemente procedemos à análise das iniciativas realizadas em memória do político. Do estudo deste trilho traçado pelo tempo, e num espaço de vinte anos, desde a data de desaparecimento de Duarte Pacheco à criação de um serviço de urbanismo com o seu nome, assistimos a três fases de atitude do regime face ao político: a morte celebrada como perda nacional, a figura tornada mito, e a sequente diluição da mesma numa efeméride.

Derrubado o Estado Novo, o desmoronamento do sistema político criou uma compreensível nuvem de opacidade que se traduziu na produção de ensaios imbuídos de uma arrogância fatal, maniqueísta e redutora que o crivo da História⁸⁵ se encarregaria de relegar para o plano das opiniões política, surgindo, como atrás dissemos, uma primeira análise da obra de Duarte Pacheco pelo maduro olhar de José-Augusto França.

Considerando-se a construção das novas instalações do IST como a primeira e decisiva obra de Duarte Pacheco, julgámos necessário que no segundo capítulo do presente estudo se colocassem questões e se aprofundasse conhecimento sobre esta empresa do político. O facto de um jovem de 27 anos de idade, sem produção

⁸⁵ HAYEK, F.A., *The Road to Serfdom*, London and New York, Routledge Classics, first published in 1944.

académica ou científica, ser eleito pelos seus decanos pares, director de uma escola e dirigir o processo de construção da mesma, obtendo verbas e terrenos com uma facilidade quase seráfica, fez-nos investigar mais fundo e obter no inédito do Núcleo de Arquivo do IST algumas das respostas para as nossas questões.

Neste sentido, se a consulta de documentação como as Actas do Conselho Escolar do Técnico ou os Copiadores de correspondência, nos permitiu identificar uma malha de relações internas e externas, permitiu-nos também identificar o corpo científico que sustentou a eficiência desta escola de engenheiros, elencar os temas levados a debate, saber da importância e da relatividade de cada um deles, das opções tomadas, bem como das linhas de rumo seguidas ao longo de trinta anos de percurso. No que confere ao período de presença de Duarte Pacheco no Técnico como aluno, professor e director, a informação recolhida no material inédito presente no Núcleo de Arquivo do IST permitiu-nos identificar e analisar o singular ingresso de Duarte Pacheco no quadro docente do IST, a razão pela qual o Conselho Escolar confia a este engenheiro a direcção das obras das novas instalações do instituto e por inerência a direcção da própria escola. De igual modo, a informação recolhida nesta mesma documentação inédita, permitiu-nos compreender a forma de actuação do político.

Seguidamente, sendo conhecidas e estando enumeradas as obras produzidas sob responsabilidade política de Duarte Pacheco, mais do que situá-las estética ou formalmente, julgámos importante contextualizá-las na malha do tempo e compreender a sua génese no método e plano de trabalho do político. Deste modo, o terceiro capítulo da dissertação analisa as circunstâncias em que a sua acção promoveu e deu origem a uma obra coesa porque planificada em método e metas. Na realização destes objectivos considerámos importante o levantamento e análise da documentação produzida por Duarte Pacheco no âmbito das várias funções desempenhadas. Deste modo, de despachos ministeriais a decretos, da orgânica de serviços, à composição e identificação dos quadros técnicos decisores que constituíram o núcleo duro de colaboradores, a análise da documentação produzida no Ministério da Instrução Pública, na Câmara Municipal de Lisboa e no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, permitiu-nos identificar o tempo e modo de Duarte Pacheco em três gabinetes distintos e autónomos, porém coesos na forma como o político encarou a obra pública. Neste sentido, a análise da documentação consultada no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, no Arquivo e Biblioteca do Ministério das Obras Públicas, no extinto Arquivo do Conselho Superior de Obras Públicas, bem como nos Arquivos Históricos e Intermédios da

Câmara Municipal de Lisboa, permitiu-nos identificar na actuação política de Duarte Pacheco uma invulgar coerência de método. Socorrendo-nos das palavras do político, num plano de *coordenação, unidade e eficiência*, e em gabinetes de trabalho como o da Instrução, do Município ou das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco revelou profunda preocupação na formação dos cidadãos, na vivência dos mesmos de forma planeada e equipada numa cidade, visando como objectivo último a funcionalidade orgânica de um país.

Consignados à nossa área de formação académica e de actividade profissional, dirigimos o presente estudo para a análise de três temas que integram a obra pública de Duarte Pacheco: o Urbanismo, a Arquitectura e a Memória Patrimonial, uma vez mais não considerados numa classificação formal, mas num valor estrutural alheio a rótulos estéticos ou políticos, porque impregnado de profunda actualidade. Neste sentido, e buscando nestes três vectores da obra pública de Duarte Pacheco o sentido transversal que o mesmo imprimiu aos projectos exarados do seu gabinete, decidimos a sua análise em seis estudos de caso. No domínio da urbanidade, regra base de ocupação e ordenamento de território, estudámos a articulação entre o Plano da Costa do Sol e o Plano Director da cidade de Lisboa. No domínio dos equipamentos e num momento em que paquetes de grande calado voltaram ao Tejo e para o mesmo rio se adivinha a construção de uma terceira ponte no local determinado Duarte Pacheco em 1934, recuperámos o processo construtivo das gares marítimas e projecto de uma ponte que o regime não quis erguer. De igual modo, no momento em que muitas atenções se centram de novo na Praça do Império existindo até um projecto que promete «redescobrir Belém», julgámos pertinente trazer à luz das considerações patrimoniais a preocupação de Duarte Pacheco na planificação de equipamentos culturais como os museus. Neste sentido, em contraponto mas sem confronto, recuperámos o processo de obra de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga e o projecto que visou a construção de um Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Sendo nosso objectivo clarificar o processo de concepção e concretização do programa de obras coordenado por Duarte Pacheco, julgámos importante considerar documentação paralela aos projectos de obra que compuseram os estudos de caso. Neste sentido, tanto os processos de obra como a documentação administrativa coeva revelaram-se de extrema importância para a compreensão de duas realidades distintas: o projecto e o concreto. Na sequência do levantamento e análise de documentação como os Pareceres dos Conselhos Superiores de Obras Públicas e de Belas Artes relativos ao

projecto das Gares Marítimas ou à ampliação do Museu de Arte Antiga, os Estudos e Relatórios das Comissões da Ponte sobre o Tejo, ou a documentação administrativa produzida por directores de museu como José de Figueiredo e João Couto, permitiram-nos um maior entendimento acerca da memória processual que compõe a construção das obras públicas.

O quinto e último capítulo, fechando os temas e os factos trabalhados ao longo da dissertação abre espaço de análise à composição e ao método de trabalho das equipas de colaboradores que constituíram o gabinete ministerial de Duarte Pacheco. De igual modo, apresentam-se de forma breve algumas obras que, embora geograficamente distantes, testemunham a preocupação do político em concretizar um plano de obras estruturais a uma escala nacional.

Considerando as Obras Públicas como testemunhos de engenho e arte, como monumentos que pontuam as ruas das vilas e cidades do país, foi nosso intento trazer à luz da História da Arte, da Arquitectura e do Urbanismo, a memória processual da obra pública de Duarte Pacheco. O trabalho de arquivo realizado permitiu-nos reunir um volume considerável de material inédito que possibilitou uma análise inovadora da questão que de início nos moveu. Em dezoito anos Duarte Pacheco tornou possível a construção de um programa de obras infra-estruturais porque a par do braço forte da lei que permitiu a blindagem legal da sua acção política, ousou pensar além do politicamente pedido. A ousadia custar-lhe-ia o sacrifício de um mandato ministerial, mas o seu eficaz método de trabalho asseguraria o seu regresso ao palco da política activa. Munido de uma equipa pluridisciplinar que com ele concebeu e concretizou um plano de obra à escala nacional e com um profundo olhar perspectivado no futuro, em dezoito anos Duarte Pacheco desenhou a construção de um país a régua e esquadro.

Capítulo 1

Anatomia do Mito

Capítulo 1. Anatomia do Mito

Duarte Pacheco nasceu em Loulé no dia 19 de Abril. Atesta o assento de baptismo que terá nascido no ano de 1899. Afirmava o político que nascera em 1900 e que o pároco, por engano, lhe atribuíra mais um ano de vida.

Quarto filho varão de José Azevedo Pacheco e de Maria do Carmo Pacheco, teve três irmãos e sete irmãs. Órfão de mãe aos seis anos de idade e de pai aos catorze anos, frequentou o ensino em Loulé até ao terceiro ano do liceu. No ano lectivo de 1916/17 transitaria para o Liceu de Faro, concluindo o 7º ano com 17 valores.

Matriculado no Instituto Superior Técnico em Lisboa no ano lectivo de 1917/1918, nas disciplinas de Engenharia Geral, concluiria o curso de Engenharia Electrotécnica e Máquinas no ano lectivo de 1922/23.

Professor interino do IST para a disciplina de Matemáticas Gerais em 1925, passaria a professor efectivo em 1926. No mesmo ano seria nomeado director interino do IST e em 1927 director efectivo da mesma escola.

De 19 de Abril a 10 de Novembro de 1928 desempenhou o cargo de Ministro da Instrução Pública, regressando à direcção do IST ainda em Novembro do mesmo ano, cargo em que se manterá até 5 de Julho de 1932, data em que é nomeado Ministro do Comércio e Comunicações. A 7 de Julho de 1932 o mesmo Ministério, como atribuições reforçadas passa a denominar-se de Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Na remodelação ministerial de 18 de Janeiro de 1936 o seu nome é preterido e regressa à direcção do IST até 31 de Dezembro de 1937. No dia 1 de Janeiro de 1938 toma posse como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo de que abdica a 25 de Maio do mesmo ano por impossibilidade de acumulação de cargos públicos: a partir desta data Duarte Pacheco integra de novo o corpo governamental como Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

No desempenho dos cargos públicos que lhe foram confiados, foi distinguido com a Grã Cruz da Ordem Militar de Cristo a 29 de Junho de 1933 e com a Grã Cruz da Ordem de Santiago de Espada a 9 de Dezembro de 1940. A 9 de Junho de 1941 foi homenageado pelos Municípios do país, como forma de agradecimento pela pronta resposta como reagiu aos prejuízos causados pelo ciclone que assolou o país a 15 de Fevereiro desse mesmo ano.

A 16 de Novembro de 1943 morreria no Hospital de Setúbal, vítima dos graves ferimentos causados pelo acidente de viação sofrido cerca de Vendas Novas, quando regressava a Lisboa, depois de mais uma vistoria a uma das obras em curso.

Do extenso quadro de nomes que integraram o governo de Oliveira Salazar, Duarte Pacheco é, seguramente, o mais conhecido dos seus ministros. Na história do século XX português, este político surge como figura referencial de Ministro das Obras Públicas. Na História de Portugal, o seu nome integra um quadro de referência maior: um estatuto só alcançado pelos poucos que marcam a história de um país.

A vida de Duarte Pacheco foi curta: 43 anos, 7 meses e 7 dias. Em 23 anos fez-se homem e engenheiro. Os 20 anos seguintes passá-los-ia a fazer o que melhor sabia: política. Em 20 anos de causa pública reformou, legislou, programou e construiu. Nesse mesmo espaço de tempo angariou admiradores e adversários. A sua presença não era discreta e a sua forma de fazer política não era consensual.

Empregou mão-de-obra barata para erguer as infra-estruturas que o país não tinha. E porque o país não tinha recursos, escudado no braço forte da lei, expropriou ou desvalorizou propriedades, esventrando quintas e demolindo imóveis, para encurtar espaço no rasgar de uma estrada, ou para definir o perímetro de salvaguarda de um monumento.

A classe política estremecia à exposição das suas ideias, e o governo oscilava entre o temor do embaraço e a certeza da obra feita.

Vítima de acidente de viação aos 43 anos de idade, legava ao país uma impressionante obra mas com ela um enorme vazio. E dentro desse vazio nascia o mito: um mito construído, encenado e alimentado pelo regime: a elegia de um homem que votara a sua vida à causa pública e que morreria ao serviço da Nação.

Mais de sessenta anos volvidos sobre a morte de Duarte Pacheco, o carisma do ministro permanece, permanecendo também a dualidade de opiniões. Não se questiona a capacidade de trabalho, a necessidade ou a qualidade da obra construída, questiona-se muitas vezes sobre o *modus operandi* do ministro e o regime político que ele integrou.

Com a queda do Estado Novo desmoronou-se um sistema político e com ele muitas instituições e reputações. A Ponte Salazar mudou de nome, o Viaduto Duarte Pacheco manteve-se.

Pelo país existem avenidas, ruas, escolas e edifícios *Duarte Pacheco* porque as figuras incontornáveis da história são aquelas que habitam o nosso quotidiano.

1.1. A Face Branca do Regime

“Às 13 e 25 o féretro entrava no Mausoléu dos Beneméritos da Cidade. Não houve discursos. Estava terminada a cerimónia. E aqueles milhares e milhares de pessoas, de representação ou simples admiradores, retiraram-se dentro do mesmo ambiente de luto e de saudade.”

In *Diário de Lisboa*, 17 de Novembro de 1943.

Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, faleceu no Hospital de Setúbal, na madrugada do dia 16 de Novembro de 1943. Causa da morte: esmagamento da perna direita e colapso circulatório⁸⁶.

Na manhã do dia 15 de Novembro, o ministro saía de Lisboa com destino a Vila Viçosa, com o objectivo de vistoriar os trabalhos finais do Monumento a D. João IV que tinha data de inauguração marcada para dia 8 de Dezembro. A pressa não movia o ministro, movia-o a insistência. Inscrito no calendário das Comemorações dos Centenários, o Monumento a D. João IV deveria ter sido inaugurado em 1940, mas por vicissitudes várias a obra arrastara-se no tempo⁸⁷. Duarte Pacheco deslocou-se a Vila Viçosa com uma equipa de 5 colaboradores: Joaquim Marques, *chauffeur* do ministro há 9 anos, João Venâncio *correio* de ministros, e os engenheiros Jorge Gomes de Amorim, João Barbosa Carmona e Raul Mesquita de Lima.

Terminada a sessão de trabalho no paço ducal, a equipa regressava de imediato a Lisboa: na agenda do ministro o expediente encerrava com uma reunião do Conselho de

⁸⁶ A causa clínica da morte de Duarte Pacheco está descrita no Livro de Assento de defuntos do Cemitério do Alto de São João, Livro de Registo Nº 4356, de 17 de Novembro de 1943, Nº de Guia 505, Freguesia de Santa Isabel;” Nome Duarte José Pacheco ou Duarte Pacheco, com local de sepultura no Mausoléu dos Beneméritos da Cidade, por Ordem de Serviço Nº 59 da Câmara Municipal de Lisboa em 16 de Novembro de 1943.”

⁸⁷ Sobre a cronologia da obra do Monumento a D. João IV no Paço Ducal de Vila Viçosa VIDE SAIAL, Joaquim, *Estatuária Pública Portuguesa. Os Anos 30 (1926-1940)*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991, pp. 171-179.

Ministros. A viagem de regresso nunca se concluiu e o conselho ministerial não teve lugar.

Na Cova do Lagarto, ao Km 65 da Estrada Nacional nº 4 que liga Montemor-o-Novo a Vendas Novas, cerca das 17h30 ocorreu um despiste. O carro do ministro embateu violentamente contra uma árvore e capotou. Dos seis ocupantes da viatura, quatro sofreram ferimentos ligeiros, Amorim teve morte imediata e o ministro aparentava um grave ferimento na perna direita. Assistido pelo capitão-médico Jerónimo Carlos da Silveira que acorreu ao local numa ambulância cedida pelos Serviços de Saúde da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, foi depois evacuado para o Hospital de Setúbal, e aí foi assistido pela equipa médica residente. A esta equipa se juntou pelas 23h30 o Dr. Trigo de Negreiros que acompanhava a Setúbal o Presidente do Conselho e o Ministro do Interior. A hipótese de amputação da perna não poderia salvar o ministro: a violência do embate no momento do acidente provocara graves hemorragias internas. Duarte Pacheco viria a falecer na madrugada de dia 16.

O governo decretou funerais nacionais com todas as honras militares⁸⁸. O corpo do ministro chegou a Cacilhas em ambulância cerca das 7h00, atravessou o Tejo num cacilheiro que atracou ao Cais do Sodré às 8h05 e daí seguiu para o Salão Nobre dos Paços do Concelho, onde ficou em câmara ardente até às 11h00 do dia seguinte.

No dia 16 desceu um vazio sobre o país: o Rádio Clube Português cancelou a emissão, as bandeiras dos serviços públicos, dos municípios, das universidades e dos institutos desceram a meia haste e no dia 17, dia das exéquias, Lisboa saiu à rua em silêncio e vestida de negro. As direcções da União de Grémios de Lojistas de Lisboa e dos Grémios Concelhios de Comerciantes de todos os géneros, bens e serviços, fizeram um convite a todos os associados para que se encerrassem as portas⁸⁹.

No Salão Nobre da cidade, pelas 10h00 da manhã, o arcebispo de Mitilene, acolitado pelo reverendo padre Ramalho, celebrou missa de corpo presente que foi acompanhada pela Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, sob direcção do maestro Pedro de Freitas Branco.

⁸⁸ “Tendo falecido, por desastre, em serviço do seu cargo, o ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco; sendo de justiça dar testemunho ao reconhecimento nacional pela obra realizada sob o seu impulso e a sua direcção; Usando da faculdade conferida pela segunda parte do nº 2 do artigo 109º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte: artigo único – os funerais do engenheiro Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, serão feitos pelo Estado, devendo ser prestadas honras militares. Publique-se e cumpra-se como nele se contém, Paços do Governo em 16 de Novembro de 1943”, in *Diário do Governo*, I Série, Suplemento, Decreto-Lei nº 33.240. Paços do Governo da República, 16 de Novembro de 1943.

⁸⁹ Cfr. *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1943.

Na estrita regra protocolar, ao lado do Evangelho, tomaram lugar Oliveira Salazar, presidente do Conselho, José Alberto dos Reis, presidente da Assembleia Nacional, os ministros e subsecretários de estado. Do lado da Epístola, em representação do Cardeal Patriarca, esteve presente o cónego Carneiro Mesquita. Eduardo Rodrigues de Carvalho encabeçava a representação da Câmara Municipal de Lisboa, eram ainda presentes Couto dos Santos, director-geral dos CTT, Fezas Vital, 1º vice-presidente da Câmara Corporativa em representação do General Eduardo Marques, todos os governadores civis do país, presidentes das Câmaras Municipais, os familiares de Duarte Pacheco e de Jorge Gomes de Amorim. O general Amilcar Mota, em representação do Presidente da República, surgiu pouco depois das 11h00.

Terminada a homilia, seguiu-se o cortejo fúnebre com traçado definido pela equipa composta por Henrique Viana, director do protocolo, o Coronel Esmeraldo de Carvalhais, chefe de protocolo do Ministério da Guerra e o capitão Maia de Loureiro, representante da Polícia de Segurança.

Precedido por um grupo de esquadrões de cavalaria e escoltado por esquadrões de infantaria da Guarda Nacional Republicana, o féretro abandonou os Paços do Concelho, seguiu à Praça do Comércio, Rua do Ouro, Rossio, Martim Moniz, Almirante Reis, Praça do Chile, Morais Soares e Cemitério do Alto do S. João, tendo os restos mortais do ministro sido depositados no Mausoléu dos Beneméritos da Cidade de Lisboa. Ficou definido no protocolo, que não haveria lugar a turnos ou discursos, apenas missa de encomendação na capela.

Duarte Pacheco extinguiu-se fisicamente. Mas não mais que isso. Nunca o ministro fora discreto ou consensual. O governo acabara de perder o Ministro das Obras Públicas. Um homem solteiro, sem herdeiros directos e um ministro sem herdeiros políticos⁹⁰.

Na semana seguinte à morte do ministro os jornais agitaram-se na publicação de textos com vincado elogio fúnebre⁹¹. Em uníssonos relatam a precoce orfandade de Duarte Pacheco na cidade onde nasceu, Loulé; exaltam o brilhante percurso e distinção obtida no Liceu de Faro; clamam a ascensão meteórica no Instituto Superior Técnico,

⁹⁰ No dia 18 de Novembro o *Diário do Governo* decretava a nomeação interina de Duarte João Pinto da Costa Leite como Ministro das Obras Públicas e Comunicações. Só na remodelação ministerial de 6 de Setembro de 1944 surgiria a nomeação definitiva de Augusto Cancela de Abreu como Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

⁹¹ Cfr. *O Século*, “Esboço Biográfico”, 16.11.1943; *Idem*, “O último sonho de Duarte Pacheco” 17.11.1943; *Ibidem*, “O Duro Ofício de Governar”, 22.11.1943. Cfr. *Jornal de Notícias* “Ao serviço da Nação”, 19.11.1943; Cfr. *Diário de Notícias* “O último adeus a Lisboa”, 20.11.1943.

onde de aluno caloiro a director não mediou 10 anos. Quanto ao enorme edifício que compõe a sua acção política, os mesmos jornais são unânimes na classificação da actividade ministerial: plano grandioso, pensamento e acção, cultura disciplinada, capacidade de trabalho, são apenas algumas das palavras-chave.

No dia 18 de Novembro, em sessão da Câmara Municipal de Lisboa, Eduardo Rodrigues de Carvalho protagoniza o primeiro discurso institucional sobre o falecido ministro⁹². Presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa desde 1938, altura em que Duarte Pacheco renuncia ao cargo por incompatibilidade de acumulação com a pasta das Obras Públicas, conhecedor do trabalho e do método do ministro, seu colaborador desde os tempos de trabalhos preparatórios ao projecto das Gares Marítimas, Rodrigues de Carvalho foi seguramente um dos homens de confiança do político.

No discurso proferido, Rodrigues de Carvalho enaltece a obra operada por Duarte Pacheco na cidade de Lisboa, relembrando o impulso inédito promovido pela construção das novas instalações do IST. Relembra obras como a requalificação no abastecimento de água à cidade e sublinha ainda a boa relação município-ministério face à iniciativa do ministro em promover a elaboração do tão necessário plano de urbanização e extensão da cidade.

Em reconhecimento dos melhoramentos operados pelo ministro, Rodrigues de Carvalho lança quatro propostas: que a título póstumo lhe seja concedida a medalha de ouro da cidade e o nome apostado na lista de beneméritos; que seja dado o seu nome a uma das principais artérias da cidade sendo que essa artéria esteja relacionada com a sua obra; que se proceda ao estudo e realização de um mausoléu funerário e que se proceda ao estudo da forma e local onde se perpetue o reconhecimento municipal pela obra ministerial⁹³.

A proposta lançada por Rodrigues de Carvalho dará início a um debate velado acerca da edificação de um monumento em memória de Duarte Pacheco, situação que perdurará até 1952⁹⁴.

⁹² A Exposição de Eduardo Rodrigues de Carvalho estender-se-ia ainda pela sessão camarária de 25 de Novembro.

⁹³ CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, “A Obra do Engenheiro Duarte Pacheco no Município de Lisboa”, in *Boletim do Comissariado do Desemprego*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934-1974, Boletim de 1943, pp. 89-105.

⁹⁴ Questão que desenvolveremos posteriormente.

Cfr. CML, *Actas das Sessões da Câmara Municipal*, Actas N° 74 e 75, sessões da CML realizadas nos dias 18 e 25 de Novembro e dias 9, 18, 27 e 30 de Dezembro de 1943.

De todos os discursos e textos produzidos sobre Duarte Pacheco, o discurso proferido por Rodrigues de Carvalho é o único que arrisca classificar o afastamento do ministro da pasta das Obras Públicas de 1936 a 1938, como injusto e fruto de pressões políticas:

“Precisamente no final desta sua primeira estadia na Pasta das Obras Públicas ainda coube ao engenheiro (...) a ingrata missão de remodelar e organizar os serviços do Ministério dentro dos princípios orientadores do decreto-base da orgânica dos Serviços de Estado (...) Nessa ocasião, que ror de injustiças, de despeitos e verrinices se amontoaram para o tomar como alvo! (...) Terminaram por vencer apesar de tudo aqueles a que os excepcionais dotes do engenheiro faziam sombra e deu-se o que era fatal: o Ministro passou novamente a ser simplesmente, o engenheiro” (...) ⁹⁵

O Presidente substituto da CML afirma ainda que no tempo que mediou entre o afastamento e o retorno de Duarte Pacheco à cena política, os projectos e obras que deixara em curso no gabinete das Obras Públicas, pouca ou nenhuma evolução tiveram:

“Ao entrar na Câmara, em 1938, o engenheiro Duarte Pacheco encontrou praticamente no mesmo pé em que os havia deixado ao sair do Ministério, dois anos antes, os problemas do Parque Florestal, do Aeroporto, das saídas da cidade, e da mudança da fábrica de gás para a Matinha.” ⁹⁶

Com esta afirmação Rodrigues de Carvalho deixava bem claro que os projectos para Lisboa que implicavam uma parceria, um diálogo MOPC-CML, não tiveram sequência por parte do ministro que ocupou a pasta das Obras Públicas entre 1936 e 1938: Joaquim José de Andrade e Silva Abranches.

Nos inúmeros discursos e textos que se seguem não voltaremos a encontrar uma posição tão clara e definida como a de Eduardo Rodrigues de Carvalho.

Cfr. ELIAS, Helena Catarina da Silva Lebre, *Arte Pública e Instituições do Estado Novo – Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de Encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*, Barcelona, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Escultura da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, 2006, pp. 320-322.

⁹⁵ CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, *Op. Cit.*, pág. 94.

⁹⁶ *IDEM*, *Op. Cit.*, pág. 100.

A 25 de Novembro, a 2ª sessão legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional foi consagrada à memória do falecido ministro. Proferiram discurso o Presidente da Assembleia, o Presidente do Conselho e os deputados Sebastião Ramires, Melo Machado, Quirino Mealha e Albino dos Reis.

Num discurso breve e linear, o Presidente da Assembleia Nacional enuncia as características mais evidentes de Duarte Pacheco: personalidade forte e rica, capacidade de trabalho, espírito de iniciativa, agudeza mental, poder de realização e força de vontade. Equipara a morte do ministro a *proporções de uma verdadeira perda nacional*⁹⁷.

O discurso do Presidente do Conselho, muito breve, como o próprio reconhece, abre o espaço político necessário à instrumentalização da memória do falecido ministro: um ministro com *impulso de dinamismo, intensa felicidade de criar, poder de resolução e vontade de aço*. Um engenheiro que *detestava as improvisações*, que *adiava os problemas até ao seu estudo exaustivo mas definitivamente resolvido*. Um ministro *desinteressado até à renúncia, resignado ante a incompreensão*, mas *confiante no sentimento de gratidão do povo*. Um ministro que *podia ter morrido na função, envelhecido precocemente*, mas que em lugar disso, *morreu ao serviço dela, vítima dela*. Um homem público que *tomava a peito servir o interesse de todos*⁹⁸.

No início do discurso, Salazar remetia para um *outro momento aquelas palavras de louvor e de justiça para dizer um dia*. Demoraria dez anos para voltar a proferir palavras em memória de Duarte Pacheco.

Findo o discurso do Presidente do Conselho, ouviram-se ainda na Assembleia Nacional mais quatro intervenções. Sebastião Ramires repete e sublinha as qualidades do ministro e acrescenta mais uma figura de retórica: *morreu no seu posto, como soldado ferido em pleno campo de batalha*⁹⁹.

O deputado Melo Machado, lembra que muitas vezes na Assembleia criticou diversos actos do ministro, não estando arrependido das ligeiras observações que fez à sua obra, pois as fez com *intenção de colaborar e não de ferir*. Aponta as obras do ministro como *o desejo de construir perfeitamente*, e lança ao hemiciclo a proposta de

⁹⁷ Cfr. “Uma Sessão na Assembleia Nacional: O Discurso do Presidente da Assembleia Nacional” in *Boletim do Commissariado do Desemprego*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934-1974, Boletim de 1943, pp. 78-79.

⁹⁸ SALAZAR, António Oliveira, “Na Morte de Duarte Pacheco”, in *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, 1943-1950, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1951, pp. 23-27.

⁹⁹ Cfr. “Uma Sessão na Assembleia Nacional: O Discurso do Deputado da Nação Sr. Sebastião Ramires” in *Boletim do Commissariado do Desemprego*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934-1974, Boletim de 1943, pp. 81-83.

compensação monetária aos familiares dependentes de Jorge Gomes de Amorim e do ministro. Amorim deixara família numerosa e Duarte Pacheco *morrera pobre*¹⁰⁰.

O deputado Quirino Mealha sublinha que *continuar a sua obra é o dever de consagração nacional da sua imortalidade*¹⁰¹ e José Albino dos Reis acrescenta que *a obra de Duarte Pacheco foi verdadeiramente extraordinária e não houve aldeia onde ele não deixasse o seu dedo de gigante*¹⁰².

No dia 20 de Dezembro, pouco mais de um mês após a morte do político, na abertura da sessão plenária do Conselho Superior de Obras Públicas, sessão a que presidiu o ministro interino Costa Leite, o presidente do douto conselho, António Vicente Ferreira, proferia o último discurso do ano e o último dos elogios fúnebres.

Para o presidente do CSOP, aquele que havia sido *seu aluno, colega, director no IST e seu amigo* era *um homem raro*. No discurso de Vicente Ferreira surge um novo, ténue, mas decisivo pormenor: Duarte Pacheco é o executor de um plano maior, traçado por mão mestra: nas palavras do presidente do CSOP, *o falecido ministro era o colaborador ideal* que Oliveira Salazar encontrara para a *execução do seu plano de obras públicas*¹⁰³.

Os números de Dezembro de 1943 das revistas da Ordem dos Engenheiros, do Sindicato dos Arquitectos e da Associação de Estudantes do IST, a par de tantas outras, prestam também, ao falecido ministro, as suas homenagens.

Nos números publicados no primeiro trimestre do ano de 1944, alguns periódicos retomam o acontecimento.

A *Revista Municipal* da Câmara de Lisboa dedica um número especial à memória do falecido ministro, publicando o discurso proferido por Eduardo Rodrigues de Carvalho nos dias seguintes à sua morte. O periódico apresenta ainda uma relação das obras mais emblemáticas da capital planeadas e dirigidas pelo gabinete ministerial e publica um dos raros discursos de Duarte Pacheco¹⁰⁴.

¹⁰⁰ Cfr. “Uma Sessão na Assembleia Nacional: O Discurso do Deputado da Nação Sr. Melo Machado” in *Boletim do Comissariado do Desemprego*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934-1974, Boletim de 1943, pp. 83-84.

¹⁰¹ Cfr. “Uma Sessão na Assembleia Nacional: O Discurso do Sr. Deputado Quirino Mealha” in *Boletim do Comissariado do Desemprego*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934-1974, Boletim de 1943, pp. 84-85.

¹⁰² Cfr. “Uma Sessão na Assembleia Nacional: O Discurso do Sr. Deputado José Albino dos Reis” in *Boletim do Comissariado do Desemprego*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934-1974, Boletim de 1943, pp. 85-88.

¹⁰³ CSOP, *Livro de Actas das Sessões Plenárias*, Acta nº 8, de 20 de Dezembro de 1943.

¹⁰⁴ O número especial de 1944 da *Revista Municipal* da Câmara Municipal de Lisboa publica o discurso Duarte Pacheco aquando da tomada de posse no segundo mandato de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, cerimónia que teve lugar no dia 25 de Maio de 1938.

O *Boletim do Comissariado do Desemprego* reserva o primeiro capítulo à memória do ministro: publica os discursos proferidos na CML e na Assembleia Nacional na sequência da sua morte, reúne um dossier de imprensa com artigos publicados sobre Duarte Pacheco à data do seu falecimento e faz uma listagem estimativa das obras mandadas executar pelo ministro, ao abrigo do programa de financiamento subsidiado pelo Fundo de Desemprego:

“É extremamente difícil dar, no espaço de que se dispõe, uma relação completa das obras que, através do Comissariado do Desemprego, foram comparticipadas pelo engenheiro Duarte Pacheco. Basta dizer que foram lavradas portarias para comparticipações de 7.100 obras, num valor total de 300.000 contos.”¹⁰⁵

No primeiro número de 1944 a *Revista Panorama*, revista de arte e turismo editada pelo SPN/SNI, enfatiza a vida e obra do falecido ministro e publica um texto de António Ferro e um texto de Cottinelli Telmo.

Cottinelli Telmo, colaborador directo de Duarte Pacheco, traça em linhas breves o retrato do ministro: o arquitecto é hábil na escrita e recria com facilidade a imagem de bulício e actividade fervilhante do gabinete ministerial onde, da aprovação ou crítica a um projecto ao corupção de audiências, das desoras no cumprimento da agenda pelas persistentes reuniões, à discussão do pormenor do material ou do orçamento, o ministro centralizava atenção e decisão.

Na opinião de Cottinelli, Duarte Pacheco é *o Sonhador de Grandes Coisas*¹⁰⁶. Mais tarde, em texto manuscrito não publicado, Cottinelli reunirá uma série de textos avulsos com a intenção de escrever sobre o ministro:

“Esperei por um monumento, por um in-memoriam, por uma obra melhor que esta...Não os vejo...Por isso me arrisquei a juntar subsídios para um livro que outro mais autorizado, com melhor nome que o subscreva, há de escrever. (...) Assim se explica a ousadia de quem foi apenas um colaborador como muitos, um amigo como

¹⁰⁵ “A obra do Engenheiro Duarte Pacheco através do Comissariado do Desemprego”, in *Boletim do Comissariado do Desemprego*, ano 1944, Lisboa, Imprensa Nacional, pág. 26.

¹⁰⁶ TELMO, José Ângelo Cottinelli, “Um Grande Homem de Acção” in *Panorama*, Revista de Arte e Turismo, Lisboa, SPN-SNI, ano 3, nº 19, Fevereiro de 1944, s/p.

muitos, e que por “sentir-se em família” se dispensa atitudes de escritor, preceitos de biógrafo ou fundamentos de historiador”.¹⁰⁷

Neste mesmo texto, Cottinelli relembra ter escrito o artigo na *Panorama*, sob sugestão de António Ferro a Carlos Queirós e confessa que a sua prestação *foi escrita de um jacto, artigo que nunca mais reli*¹⁰⁸.

Não se distanciando do conteúdo e do estilo da alocução feita aos microfones da Emissora Nacional, aquando da morte do ministro¹⁰⁹, o texto que António Ferro publica no primeiro número da *Panorama* de 1944, encerra um ciclo que se vinha formando desde Novembro de 1943. Em três meses a memória e a imagem do ministro fora burilada ao pormenor, e Ferro, no seu estilo gongórico daria o último retoque:

“Estou a vê-lo...máscara viva (...) máscara dinâmica (...) o que foi grande na vida cinematográfica deste homem vertiginoso, mais ainda que a sua obra foi o seu sonho (...) E as únicas realidades grandes que podem vencer a morte são as realidades do sonho, os impossíveis tornados possíveis (...) miragens que ele soube poder transformar em realidade (...) Não! O engenheiro Duarte Pacheco não morreu, não morrerá! Difícil, até, desejar paz à sua alma! A sua alma continuará a trabalhar. Os seus restos mortais são imortais (...) assim a sua alma continuará a ser, por muitos anos, a grande construtora do Estado Novo, da Pátria ressurgida, do Portugal de Salazar.”¹¹⁰

Este mesmo texto estaria na base da locução do pequeno documentário realizado também em 1944 por António Lopes Ribeiro. Numa curta metragem de cerca de dez minutos, a par das teatrais palavras de Ferro, surgiam as poderosas imagens do funeral de Estado do falecido ministro. Enfatizada a solenidade da homenagem prestada na

¹⁰⁷ *Duarte Pacheco, s. data, manuscrito não concluído*, Espólio Cottinelli Telmo. Este manuscrito está integralmente reproduzido nas páginas 247 a 277 do volume II da dissertação de mestrado de João Paulo do Rosário MARTINS, *Cottinelli Telmo/1897-1948 a obra do arquitecto*, Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

¹⁰⁸ TELMO, José Ângelo Cottinelli, *Duarte Pacheco, s. data, manuscrito não concluído*, Espólio Cottinelli Telmo, in MARTINS, João Paulo do Rosário, *Op. Cit.*, vol. II, pág. 249.

¹⁰⁹ Cfr. Alocução proferida pelo Sr. António Ferro, presidente da direcção da Emissora Nacional ao microfone da mesma Emissora”, in *Boletim do Comissariado do Desemprego*, ano 1944, Lisboa, Imprensa Nacional, pág. 106-108.

¹¹⁰ FERRO, António, “O Engenheiro Duarte Pacheco” in *Panorama*, Revista de Arte e Turismo, Lisboa, SPN-SNI, Ano 3, nº 19, Fevereiro de 1944, s/paginação.

morte de Duarte Pacheco, as imagens sucediam-se na demonstração da obra produzida pelo homem que votara a vida ao serviço público¹¹¹.

Em vinte anos de vida pública, Duarte Pacheco angariara admiradores na exacta proporção em que angariara inimigos. Não esquecendo a referencial e conveniente vénia ao presidente do Conselho, todos os que concordavam com o modo de actuação do ministro das Obras Públicas não hesitavam em classificar os melhoramentos estruturais do país com *as obras do Duarte Pacheco*¹¹² ou intitular o ministro com o cognome de *o Edificador*¹¹³.

Do lado oposto, todos os que eram atropelados pela máquina construtiva das Obras Públicas, que por ela eram materialmente prejudicados, ou politicamente enfraquecidos, não hesitavam em reunir esforços para deter, não tanto a política de obras públicas instituída pelo Governo e assegurada pelo braço forte da lei, mas o seu implacável e determinado executor: Duarte Pacheco.

A fama de Duarte Pacheco como hábil negociador do ramo imobiliário em proveito de um objectivo público a cumprir, era conhecida e comentada em Lisboa desde meados dos Anos 20, altura em decorreram as negociações entre a Câmara Municipal e os particulares que detinham quintas e prédios rurais na zona onde se viria a edificar o IST¹¹⁴.

Na década de trinta, empossado ministro, Duarte Pacheco fez da lei das expropriações por utilidade pública o grau zero dos terrenos que haveriam de receber os equipamentos a construir, e em 1938, quando tomou posse como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, reorganizou os serviços camarários que cerca de dez anos antes, quando negociara terrenos para a construção do *campus universitário*, tinha considerado desactualizados e pouco eficientes.

Esta forma de estar na política e de fazer política, não era discreta, conveniente nem consensual. A personalidade empreendedora, o carácter forte e determinado no uso da argumentação e defesa dos seus projectos, eram características estranhas ao imobilismo e compadrio mudo que populava nos corredores dos ministérios. A surpresa,

¹¹¹ Vide Arquivo Nacional de Imagens em Movimento (ANIM), “A Morte e a Vida do Engenheiro Duarte Pacheco”, nº extraordinário do *Jornal Português*, Sociedade Portuguesa das Actualidades, Realização e Locução de António Lopes Ribeiro, 1944.

¹¹² FERREIRA, António Vicente Ferreira, Discurso em Memória de Duarte Pacheco, in CSOP, Livros de Actas das Sessões Plenárias, Acta nº 8 de 20 de Dezembro de 1943.

¹¹³ MARTINS, Rocha, “Lisboa quem te viu!”, in *Diário de Notícias*, 11 de Novembro de 1943. Artigo publicado precisamente 5 dias antes morte de Duarte Pacheco.

¹¹⁴ Sobre as negociações imobiliárias que precedem a construção do IST Vide *Infra* Capítulo 2.

a falta de argumentação e o desconcerto eram situações em que usualmente caíam os opositores ao ministro. Por Lisboa e pelo país era usual a graça:

“A pior província do país é o Algarve.
A pior vila Loulé.
A pior família os Pachecos.
E o pior dos Pachecos o Duarte!”

Num tom de humor, eram usuais as referências ao ministro no teatro *de revista* e nas caricaturas de jornal, mas num tom mais abrasivo, as críticas e as queixas subiam de tom e subiam no patamar da cena política. Do questionar da sanidade mental do ministro ao questionar da sua integridade moral, tudo servia de argumento nas missivas enviadas ao Presidente do Conselho e ao Ministro do Interior¹¹⁵.

Se em vida Duarte Pacheco não reunira nunca o consenso, quando souou a notícia da sua morte, o facto foi *assinalado com lágrimas e champanhe*¹¹⁶. Entre lamentos e festejos, a dualidade manteve-se.

Contudo, o choque e a surpresa esfumaram-se em breves momentos. A morte do ministro alterava o quadro político. O ministro que morrera solteiro e sem descendentes directos ou herdeiros políticos, extinguia-se fisicamente mas muito rapidamente seria aclamado como poucos: não necessitava de memórias, discursos ou notas políticas. Em lugar de palavras, o país herdava a obra. Obra aplaudida pelos seguidores e obra onde continuariam a tropeçar todos aqueles que já haviam sido colhidos pela máquina construtiva do *Edificador*.

Nos três meses seguintes à morte do ministro assiste-se à progressiva neutralização dos aspectos negativos associados à sua prática ministerial. Regenerada politicamente num processo de memória selectiva, à figura pública eram retiradas todas as inconveniências usualmente a ela associadas. Dos elogios fúnebres de Novembro de 1943 aos textos panegíricos de 1944 decorre este esvaziamento de inconveniências, da mesma forma que se procede à superlativação de capacidades e qualidades. Duarte Pacheco é então petrificado numa imagem de homem que encara a causa pública como um sacerdócio; um homem despojado e desinteressado de bens terrenos. A sua capacidade de trabalho é elevada a uma categoria quase sobre-

¹¹⁵ Vide Apêndice Documental, documentos 1 e 2.

¹¹⁶ DACOSTA, Fernando, “Um Confiscador”, in *Máscaras de Salazar*, Lisboa, Casa das Letras, 2006, página 164.

humana, não só pela argúcia, sagacidade, agilidade mental e domínio transversal das matérias e da argumentação, mas também pela tenaz resistência física ao cansaço e à fome¹¹⁷.

Em 1938, no discurso de tomada de posse do segundo mandato das Obras Públicas, Duarte Pacheco definindo a causa pública e o serviço público, definira-se a si próprio, legitimando a sua forma de actuação política:

“Um homem público verdadeiramente digno desse nome e verdadeiramente amante da sua pátria só pode, só deve ter um desígnio – servi-la, servi-la em tudo, em todos os lugares e em todos os momentos”¹¹⁸

A circunstância que envolveu a morte do ministro: accidental, brutal e arbitrária, aos 43 anos de idade, no fulgor de todas as capacidades físicas e mentais, fez emergir essa imagem paradigmática de *político – homem público*, que serviu a pátria até ao último momento.

Com todas as virtudes e nenhum defeito, talvez uma ou outra marca de carácter mais forte mas em prol do bem comum, a figura do ministro, outrora objecto das maiores controvérsias e alguns embaraços de governo, passaria a ser utilizada como símbolo e como forma de legitimação dos que herdaram a sua obra: os políticos.

A 8 de Dezembro de 1943, três semanas após a morte de Duarte Pacheco, era inaugurada a primeira obra pública legada pelo ministro: um legado pesado, pois tratava-se da Estátua Equestre de D. João IV, a última obra vistoriada antes do fatídico acidente. Num período de *luto político* não houve lugar a festividades, apenas discursos circunstanciais. Teríamos de esperar pelo ano de 1944 para assistir à inauguração de duas magnas obras projectadas pelo gabinete de trabalho de Duarte Pacheco: o Viaduto sobre o vale de Alcântara e o Estádio Nacional.

A 28 de Maio de 1944 era inaugurado o eixo rodoviário que ligava o aglomerado citadino de Lisboa ao Parque de Monsanto. Este primeiro troço da inédita auto-estrada

¹¹⁷ CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, “A Obra do Engenheiro Duarte Pacheco no Município de Lisboa”, in *Boletim do Commissariado do Desemprego*, ano 1944, Lisboa, Imprensa Nacional, pág. 103.

¹¹⁸ PACHECO, Duarte, Discurso de tomada de posse no 2º mandato de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, in *Boletins do Commissariado do Desemprego – Boletim de 1943*, Lisboa, Imprensa Nacional, pág. 19.

Lisboa - Cascais, recebia o nome de Viaduto Duarte Pacheco. Na presença do Presidente da República, do Presidente do Conselho e do seu governo, foram lidos os discursos de Costa Leite, ministro interino das Obras Públicas e Comunicações, e de João Barbosa de Carmona, presidente da Junta Autónoma das Estradas, organismo responsável pela concretização do projecto. No discurso oficial esta obra era equiparada ao génio construtivo do contíguo Aqueduto das Águas Livres¹¹⁹.

Na história da engenharia portuguesa, este viaduto lançado sobre o vale de Alcântara era um símbolo maior, a coroa e o engenho de uma classe profissional. Atribuir a uma obra desta dimensão o nome do ministro que promoveu a sua construção, que além de político fora engenheiro e director da escola de engenharia mais conceituada no país, era uma medida política que cumpria o desiderato mas também o desafio lançado por Eduardo Rodrigues de Carvalho aquando da morte de Duarte Pacheco:

“que seja dado o seu nome a uma das principais artérias da cidade
sendo que essa artéria esteja relacionada com a sua obra”¹²⁰

A 10 de Junho do mesmo ano era inaugurado o Estádio Nacional no vale do Jamor, em Oeiras. Obra com plano regulamentado para elaboração de concurso desde 1 de Março de 1934, com data prevista de conclusão em 1940, ano de celebrações centenárias, o Estádio *da alma atlética de Duarte Pacheco* como afirmaria António Ferro, seria a terceira obra inaugurada já depois da morte do ministro¹²¹.

Para esta inauguração, Eduardo Rodrigues de Carvalho que presidira à primeira comissão administrativa de obras do Estádio Nacional, não seria convidado pelo protocolo. Contudo o facto não inibiria o engenheiro militar de prontamente enviar uma carta de felicitações ao Presidente do Conselho, relatando o lapso protocolar e

¹¹⁹ Cfr. *Diário de Notícias*, 29 de Maio de 1944.

¹²⁰ CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, “A Obra do Engenheiro Duarte Pacheco no Município de Lisboa” in *Op. Cit.*, pp. 89-105.

¹²¹ Sobre o processo de concepção e construção do Estádio Nacional Vide Teresa ANDRESEN, *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos Paisagistas 1940-1970*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Vide também Teresa ANDRESEN, “O Estádio Nacional - A sua génese e a sua Construção”, in *O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*, Oeiras, Actas das Jornadas Europeias do Património – Concelho de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2005.

relembrando o chefe de governo que existia uma co-autoria política da obra inaugurada, referindo-se obviamente a Duarte Pacheco¹²².

O Presidente do Conselho e a sua máquina protocolar tinham contudo planos maiores para o antigo chefe de gabinete de Duarte Pacheco. Ciente da fidelidade de Eduardo Rodrigues de Carvalho à obra e à memória do ministro, o governo de Oliveira Salazar, mais precisamente José Frederico Ulrich, Ministro das Obras Públicas, convidaria Rodrigues de Carvalho para Presidente da Comissão Executiva da Exposição 15 Anos de Obras Públicas 1932-1947. Entre 1946 e 1947, Eduardo Rodrigues de Carvalho estaria empenhado em levar a cabo esta magna exposição.

Em 1948, com a exposição 14 Anos de Política de Espírito o regime consagrava a obra do Secretariado de Propaganda Nacional e com a Exposição 15 Anos de Obras Públicas, celebrava a máquina construtiva em que se transformara o Ministério com o mesmo nome. Também os obreiros eram convidados a celebrar esta evocação do espírito criativo: os engenheiros pela realização do II Congresso Nacional de Engenharia e os arquitectos através do I Congresso Nacional de Arquitectura.

No dia de abertura da exposição no IST, inaugurava ao público, no topo nascente da Alameda de D. Afonso Henriques a Fonte Monumental. Peça de escultura arquitectónica imponente, a Fonte celebrava a obra de requalificação hidráulica que permitiu o reforço de entrada de águas do Tejo no abastecimento à cidade de Lisboa¹²³. No acto de inauguração, o Ministério das Obras Públicas entregaria a obra à Câmara Municipal de Lisboa.

No topo nascente da mesma Alameda estaria patente, no recinto do Instituto Superior Técnico, de 28 de Maio a 7 de Novembro de 1948, a Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas. Supervisionada politicamente por José Frederico Ulrich, ministro das Obras Públicas, comissariada na definição de conteúdos por Rodrigues de Carvalho, Mário Pessoa Jorge e Mário Ferreira Lima, e projectada numa linguagem expositiva por Jorge Segurado na qualidade de arquitecto-chefe do evento, esta magna exposição celebrava a obra construída entre os anos de 1932 e 1947.

A Exposição apresentava-se estruturada em quatro núcleos expositivos correspondentes a quatro pavilhões: Comunicações, Hidráulica, Edifícios e Urbanização, sequentemente fraccionados em 27 sub-secções alveolares autónomas mas

¹²² Vide Apêndice Documental, Documento 3.

¹²³ Cfr. SANTOS, Rui Afonso, "Fontes Luminosas" in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa 94, direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, 1994, pp. 407-410.

inscritas em cada uma destas grandes áreas de intervenção no domínio dos equipamentos públicos. A cada sub-secção pertenciam dois delegados à exposição e um decorador. Sobre o primeiro delegado incidia a responsabilidade técnica, sobre o segundo a concepção espacial, daí a obrigatoriedade de responder pela categoria de arquitecto. O artista plástico de cada sub-secção era responsável pela decoração do recinto expositivo.

De modo a aligeirar e tornar mais apelativa a visita à exposição, o comissariado socorreu-se do apoio da Emissora Nacional e da FNAT, entidades que realizaram serões recreativos no recinto expositivo. Também o Exército, a Marinha e a Guarda Nacional Republicana se prestaram a colaborar, através da presença das suas bandas militares. Nas palavras do comissário executivo:

“... este capítulo de diversões era necessário pois o funcionamento da exposição correria o risco de vir a cair num ambiente puramente estático se não tivesse havido a preocupação de entrecortá-lo com um ou outro elemento capaz de distrair o público...”¹²⁴

No cômputo final, Rodrigues de Carvalho afirmaria que meio milhão de visitantes teria afluído às instalações do Técnico para visitar a Exposição.

Terminado o evento e desmantelados os quatro pavilhões efémeros, algumas obras de divulgação tinham por função perpetuar esta iniciativa evocativa: os dois volumes constituintes do catálogo expositivo, os folhetos desdobráveis, o guia da exposição, o livro dos monumentos nacionais e o catálogo sumário da secção retrospectiva, compunham o núcleo de publicações. A medalha comemorativa, da autoria do escultor Álvaro De Brée, o selo comemorativo, da autoria de Cottinelli Telmo, e o cartaz celebrativo da autoria de Fred Kradolfer, compunham os objectos de colecção.

O documentário cinematográfico com direcção, montagem e fotografia de Perdigão Queiroga, som de Henrique Dominguez e locução de Pedro Moutinho, produzido nos laboratórios da Lisboa Filme, teria merecido nas palavras de Rodrigues de Carvalho, toda a atenção e empenho por parte de José Frederico Ulrich:

¹²⁴ CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, Discurso do Presidente da Comissão Executiva da Exposição, in *15 Anos de Obras Públicas 1932-1945*, vol. II, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1948, pág. 246.

“S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas, se viu forçado a acompanhar minuciosamente todos os passos preparatórios da execução deste documentário – iniciados pela indicação dos assuntos a filmar; passou, em seguida, pelas difíceis, morosas e fatigantes operações de escolha dos assuntos mais representativos”¹²⁵

Este documentário, como Rodrigues de Carvalho afirmaria no discurso de encerramento do certame, *foi diariamente projectado na exposição, em uma ou mais sessões*, e foi também passado em diversas localidades do país¹²⁶.

Contudo, para uma exposição que se queria celebrativa do espírito construtivo e dinamizador do Estado, pacífica e cordata na assistência e na vivência, a Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas não correu ao sabor de todos os objectivos programados.

Ao abrigo do convite lançado pelo Ministro das Obras Públicas, tanto os engenheiros como os arquitectos, tiveram oportunidade de se reunir em congresso de classe. Embora o II Congresso Nacional de Engenharia tenha decorrido sem sobressaltos, as questões lançadas a debate no I Congresso Nacional de Arquitectura abriram agenda de trabalhos na futura prática da Arquitectura em Portugal. O primeiro Congresso Nacional de Arquitectura, nas teses apresentadas a debate, contestaria a intrusão e imposição do Estado em 15 anos de produção arquitectónica votada a uma imagem politizada da Arquitectura¹²⁷.

Num outro registo, num contexto de avanços e recuos de jogo político, a Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas revelar-se-ia o palco de uma situação adiada há já 5 anos: o Monumento a Duarte Pacheco.

Figura incontornável na celebração das Obras Públicas realizadas desde 1932, com considerável número de obras inauguradas já após a sua morte e com algumas ainda por inaugurar em 1947, Duarte Pacheco pairou sobre o certame.

¹²⁵ CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, “Discurso do Presidente da Comissão Executiva da Exposição”, in *15 Anos de Obras Públicas 1932-1945, Livro de Ouro*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1948, pág. 22.

¹²⁶ *Idem*, CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, Discurso do Presidente da Comissão Executiva da Exposição, in *15 Anos de Obras Públicas 1932-1945*, vol. II, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1948, pág. 246.

¹²⁷ Sobre o tema *Vide 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Maio/Junho de 1948, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, edição fac-similada, Julho de 2008, por ocasião do 10º aniversário da Ordem dos Arquitectos. Em análise e desenvolvimento do tema *Vide* Ensaio de Ana TOSTÕES, Ana Isabel RIBEIRO e Nuno Teotónio PEREIRA na obra *supra* referida, pp. 11-54.

No respeitante a procedimentos protocolares, todos os discursos inaugurais e de encerramento da exposição foram unânimes na recorrência à obra e memória de Duarte Pacheco, à excepção do discurso inaugural de Cottinelli Telmo, que, na qualidade de Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos Portugueses, não fez qualquer referência ao ministro.

Mas decerto esta ausência não significava omissão, antes o contrário. Em lugar de palavras de circunstância e oportunidade política, o arquitecto optara pela coerência dos actos. Cottinelli era o empenhado autor da maquete que, em exibição no hall do Pavilhão Central do IST, representava a proposta de Monumento de homenagem a Duarte Pacheco. Esse simples objecto, ali estrategicamente colocado como manobra política de diversão, causaria alguns incómodos e acabaria por ter um efeito contrário ao propósito inicial: se ali fora colocado para apaziguar as vozes que à boca pequena sussurravam a demora na prestação de homenagem ao falecido ministro, a sua exibição resultou como prova de fragmentação de ideias, desarticulação de serviços e falta de iniciativa do Estado em resolver um processo que se arrastava desde 1943.

Antes de Cottinelli, discursara Rodrigues de Carvalho no estatuto de Presidente da Comissão Executiva. O governo teria encarregue o engenheiro militar de presidir à comissão executiva do evento tendo em conta o percurso profissional de Rodrigues de Carvalho: funcionário da Repartição de Edifícios da DGEMN desde 1933, engenheiro técnico de obras como as Gares Marítimas, Teatro Nacional de São Carlos, Estádio Nacional ou Anexo do Museu de Arte Antiga, chefe de gabinete de Duarte Pacheco e seu presidente substituto na Câmara Municipal de Lisboa.

Como Rodrigues de Carvalho, poucos técnicos dominariam de forma transversal as competências do ministério que de 1932 a 1945 abrangera Obras Públicas e Comunicações.

No domínio das competências técnicas, Rodrigues de Carvalho era de facto um funcionário exemplar. Mas na sua formação de engenheiro militar, este técnico obedecia a uma regra de conduta estrita: lealdade ao superior hierárquico. E, para Rodrigues de Carvalho o seu superior era e continuaria a ser Duarte Pacheco.

Na sessão solene de abertura da Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas, vénias feitas ao Presidente da República e ao Ministro das Obras Públicas, Rodrigues de Carvalho enuncia os princípios que presidiram à concepção da exposição: *divulgação dos trabalhos realizados ou em franca via de execução*. E é na sequência do desenvolvimento destes princípios que aponta uma incongruência grave:

“ o modelo do monumento a erigir em Loulé à memória do Engenheiro Duarte Pacheco, exposto no grande hall deste edifício, traduz, por enquanto, um mero projecto, uma simples aspiração que, embora claramente perfilhada pelo Governo ao facilitar as Câmaras Municipais do País a forma legal de concorrerem monetariamente para a sua execução não se consubstanciou ainda, na verdade, em actos materiais.

(...) atrevo-me por isso a pensar – a afirmar mesmo como uma certeza – que se em vez de ter hoje o seu início, a Exposição fosse aberta um ano mais tarde, a maquete a que me estou referindo não faria excepção entre as demais, no aspecto a que me referi”.¹²⁸

A inconveniência protagonizada por Rodrigues de Carvalho não passaria incólume. A 7 de Novembro, data da cerimónia solene de encerramento da Exposição 15 Anos de Obras Públicas, Mário Pessoa Jorge e Mário Ferreira Lima, membros da Comissão Executiva do certame, seriam agraciados pelo Chefe de Estado com o Grau Oficial da Ordem de Cristo. Rodrigues de Carvalho, Presidente da mesma comissão, não seria condecorado¹²⁹.

A ideia de erguer um Monumento de homenagem a Duarte Pacheco surgira em 1943, logo após a morte do ministro. Eduardo Rodrigues de Carvalho, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, lançara a ideia em sessão camarária e esta fora aprovada por unanimidade pela vereação do município¹³⁰.

Em reuniões camarárias posteriores, a ideia foi ganhando forma e consistência. Escolhera-se o local: o Parque Florestal de Monsanto. Escolhera-se o modelo: um padrão-miradouro, num modelo verticalizante, bem de acordo com o perfil do ministro.

¹²⁸ CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, “Discurso do Presidente da Comissão Executiva da Exposição”, in *15 Anos de Obras Públicas 1932-1945, Livro de Ouro*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1948, pág. 23.

¹²⁹ Cfr. *15 Anos de Obras Públicas 1932-1945*, vol. II, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1948, pág. 243.

No processo individual de funcionário de Eduardo Rodrigues de Carvalho no Arquivo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (Corpo Documental MOPC - CIP, Eduardo Rodrigues de Carvalho), surge a nota de que o engenheiro militar foi condecorado com a Ordem Militar de Cristo a 16 de Junho de 1948, contudo, não conseguimos confirmar este dado com outras fontes.

¹³⁰ Sobre o desenrolar do processo camarário que concerne o não concretizado Monumento a Duarte Pacheco em Lisboa consultar ELIAS, Helena Catarina da Silva Lebre, *Arte Pública e Instituições do Estado Novo – Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de Encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*, Barcelona, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Escultura da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, 2006, pp. 320-322.

Programara-se o financiamento da obra: inserida no programa de trabalhos previstos no plano de execução do Parque Florestal, a obra de homenagem estaria reduzida a custos mínimos.

Contudo, antes do final da sessão em que se procederia a deliberações finais sobre o projecto, a reunião de Câmara foi interrompida pela saída do Presidente. Regressado à sala, Rodrigues de Carvalho informaria a vereação que recebera instruções do Governo:

“Reabertos os trabalhos, o presidente deu conhecimento à Câmara do desejo que lhe fora agora mesmo manifestado pelo Governo (...) de querer reservar para si a iniciativa das homenagens a prestar à memória do eng. Duarte Pacheco, e a orientação sobre a forma de o fazer.”¹³¹

Chamando a si, em Dezembro de 1943 a iniciativa de homenagear a obra e a memória do ministro, o governo controlaria o tempo e o modo dessa mesma homenagem, ou seja, poderia dar-lhe uma dimensão conveniente e consentânea com o discurso de Estado.

De 1943 a 1946 não existem referências oficiais ao Monumento, mas do mesmo modo que a Câmara Municipal de Lisboa avançara em 1943 com a proposta de construção de um monumento em homenagem a Duarte Pacheco, também em 1946 a Câmara Municipal de Loulé decidira promover a construção de um monumento em sua memória. Para tal chegou mesmo a contactar Manuel Laginha, arquitecto recém-formado, natural de Loulé, como o falecido ministro. Contudo, será Cottinelli Telmo o arquitecto encarregue de levar a cabo esta tarefa com a colaboração de Leopoldo de Almeida¹³². Em 1947 este projecto chegou mesmo a ser apresentado à Câmara Municipal de Loulé e ao Ministro das Obras Públicas José Frederico Ulrich.

Também em 1947, no fervilhar da preparação da exposição dos 15 Anos de Obras Públicas, o MOP, por iniciativa própria, pretendia inaugurar em Lisboa um monumento em memória de Duarte Pacheco. Para o efeito delegara também em

¹³¹ CML, Actas das Sessões da Câmara, Acta número 75 da reunião de Câmara efectuada a 9 de Dezembro e com continuação a 18, 27 e 30 de Dezembro, página 111, nesta perspectiva citada por ELIAS, Helena Catarina da Silva Lebre, *Op. Cit.* pág. 322, nota 439.

¹³² Vide MARTINS, João Paulo do Rosário, *Cottinelli Telmo/1897-1948 a obra do arquitecto*, Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995, pág. 415.

Cottinelli Telmo a concepção do projecto. Era intenção do governo mandar erguer um monumento na Alameda D. Afonso Henriques, no seguimento do *campus* universitário do IST¹³³. Contudo, este projecto seria suspenso e em lugar de um monumento em memória do ministro seria inaugurada a Fonte Luminosa.

Contudo, como vimos, uma maquete do projecto do monumento estará patente ao público no hall do Pavilhão Central do IST em 1948, na Exposição 15 Anos de Obras Públicas. É esta maquete, da autoria de Cottinelli Telmo, que Eduardo Rodrigues de Carvalho refere no discurso inaugural da exposição, criticando não o objecto em si, mas o contexto em que o mesmo se insere. Em síntese, o colaborador do ministro afirma que o projecto não passa de uma intenção adiada. Sabe-se apenas que o local escolhido para celebrar a memória do ministro é Loulé, a sua terra natal; e que o financiamento da obra fica a cargo de todos os municípios do país. Mas porque o Governo determina o momento em que o projecto convenientemente passa à pedra, Rodrigues de Carvalho crítica a demora na concretização do mesmo.

Da morte do ministro, em 1943, à inauguração da Exposição 15 Anos de Obras Públicas, em 1948, mediam cinco anos e nesse tempo o projecto não passara de uma maquete. Mas outros cinco anos seriam precisos para que o Monumento de Homenagem a Duarte Pacheco fosse erguido e inaugurado em Loulé. Na política de inaugurações deste governo, não era ainda chegado o momento oportuno.

Ainda antes de se resolver em definitivo a questão do Monumento Duarte Pacheco, em 1951, oito anos após o falecimento do ministro, a *Revista Internacional* publicava um número especial *In Memoriam*¹³⁴.

Neste número especial foram reunidas as contribuições de muitos dos agentes institucionais que, no desempenho dos seus cargos, trabalharam e privaram com o ministro. Prolixa em tributos, a revista apresenta 21 depoimentos¹³⁵.

¹³³ *Idem, Op. Cit.*, pág. 416.

¹³⁴ *Revista Internacional, Duarte Pacheco In Memoriam*, Lisboa, nº 23, 1951, número de homenagem à memória do Engenheiro Duarte Pacheco no 8º aniversário do seu falecimento.

¹³⁵ A par dos depoimentos do Presidente do Conselho e do Ministro das Obras Públicas, a edição conta ainda com os depoimentos do Reitor da Universidade de Coimbra, Maximino Correia, Caetano Beirão da Veiga e Herculano de Carvalho, professores do IST, Caeiro da Mata, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Roberto Espregueira Mendes que fora sub-secretário de Obras Públicas no ministério de Duarte Pacheco, Eduardo Rodrigues de Carvalho, antigo Presidente da CML e Mendes Corrêa, antigo Presidente da Câmara Municipal do Porto, António Ferro, João Carlos Alves, Presidente da Comissão Fiscalizadora das Águas de Lisboa, Luís Albuquerque Couto dos Santos, Director Geral dos CTT, Barbosa Carmona, antigo Chefe de Repartição da JAE, Duarte Abecassis, Presidente do CSOP, José António Miranda Coutinho, Secretário Geral do Ministério das Comunicações, Jaime Lopes Dias, Director dos Serviços Centrais e Culturais da CML, Leitão de Barros, e os qualificados técnicos

O número especial da *Revista Internacional* abre a edição com a homenagem prestada pelo Presidente do Conselho, Oliveira Salazar. Oito anos volvidos sobre a morte do ministro, o chefe de governo mantinha a afirmação defendida em 1943: remetia para um *outro momento aquelas palavras de louvor e de justiça para dizer um dia*. Ou seja, em 1951 a homenagem prestada por Oliveira Salazar a esta edição *In Memoriam* resumia-se à publicação de um excerto do discurso que proferira a 25 de Novembro de 1943, quando a 2ª sessão legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional fora consagrada à memória do falecido ministro.

Ao reeditado texto de Oliveira Salazar segue-se o testemunho do Ministro das Obras Públicas e a este se seguem os depoimentos daqueles que haviam colaborado ou desempenhado funções de alto cargo nos organismos afectos a algumas das áreas de acção abrangidas pela actividade política de Duarte Pacheco: o IST, os municípios de Lisboa e do Porto, a reforma material das Universidades e os equipamentos escolares, as Comunicações, os Transportes, o Saneamento, a Urbanização.

Uma vez mais os depoimentos são unânimes na exaltação das capacidades intelectuais, na invulgar capacidade de trabalho e infatigabilidade do ministro, no louvor do sentido de patriotismo e na inabalável devoção pela causa pública.

A estes testemunhos abonatórios se juntam, no final desta edição especial *In Memoriam*, todos os municípios do país, um número considerável de agremiações comerciais e industriais, escolas e institutos, empresas e particulares que, numa acção concertada se haviam comprometido a adquirir um exemplar da referida revista.

Contudo, um depoimento que ficaria à margem do tom uníssono e laudatório seria uma vez mais o de Eduardo Rodrigues de Carvalho. No seu texto, o engenheiro militar demora-se na descrição da obra de Duarte Pacheco na cidade de Lisboa: do desenho urbano às soluções rodoviárias, da questão da salubridade à habitação, dos equipamentos construídos aos deixados em projecto. E por isso mesmo retoma a questão do Mausoléu/Monumento em homenagem ao falecido ministro, como prova em falta de uma gratidão devida:

“A capital, porém, ainda não lhe pagou a sua dívida de gratidão (...)
Oito anos volvidos, os nºs 3º e 4º desta deliberação [estudo e
realização de um mausoléu e estudo do local onde se perpetue o

engenheiros do CSOP Raul de Mesquita Lima, Salvador Sá Nogueira, Raul da Costa Couvreur e Paulo de Serpa Pinto Marques.

reconhecimento] as cinzas de Duarte Pacheco continuam à espera dessa oportunidade. Os seus amigos e dilectos colaboradores, arreigados no preito à sua memória com o mesmo vigor no sentimento como se tão longo período não fosse já decorrido, confiam que elas não tenham já muito que esperar”.¹³⁶

As cinzas de Duarte Pacheco repousam até hoje no Mausoléu dos Beneméritos da Cidade de Lisboa. Mas *os amigos e dilectos colaboradores do ministro* não esperariam muito mais tempo para ver erguido um Monumento em sua homenagem. O monumento existiria, mas não em Lisboa. Seria construído na cidade de Loulé, a cerca de 300 quilómetros de distância da capital.

Como atrás se referiu, desde 1946 que o município de Loulé reclamava para si a legitimidade de construção do Monumento em Homenagem a Duarte Pacheco, argumentando o facto de o falecido ministro ser natural daquela cidade. Nesse mesmo ano encarregara Manuel Laginha de elaborar um estudo que foi posteriormente entregue a Cottinelli Telmo. Este arquitecto acabaria por trabalhar duas propostas - uma da Câmara de Loulé e outra do MOP - sendo que nenhuma das duas teria execução.

Em 1948 Cottinelli Telmo falecia e em 1949 Cristino da Silva ficaria encarregue de elaborar novo projecto. De 1949 a 1952 o projecto estagnou, mas em Novembro desse mesmo ano arrancaria em definitivo.

Comparticipado pelo Estado e pelos municípios, o Monumento a erigir numa zona de expansão da cidade, enquadrado por um projectado parque municipal, destinaria-se a perpetuar a memória do falecido Ministro das Obras Públicas.

O trabalho resultou da articulação entre várias entidades: a Câmara Municipal de Loulé e a Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos, adstrita à Direcção Geral dos Serviços Urbanos. Ao topo deste projecto articulado estava o Ministério das Obras Públicas. O trabalho realizou-se num prazo de 17 meses e obra estaria concluída pouco antes da data do 10º aniversário do falecimento do ministro.

Cristino da Silva concebeu um monumento esquemático: uma coluna sólida, com 5 metros de diâmetro e 17 metros de altura como símbolo *da gigantesca obra realizada pelo eminente Ministro*. O aspecto inacabado e fracturado da coluna seria uma

¹³⁶ CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, “Lisboa na vida de Duarte Pacheco”, in *Revista Internacional, Duarte Pacheco In Memoriam*, Lisboa, nº 23, 1951, número de homenagem à memória do Engenheiro Duarte Pacheco no 8º aniversário do seu falecimento, s/paginação.

alegoria plástica à vida e obra *interrompidas tão brutalmente pelo fatal desastre que o vitimou*¹³⁷.

Na base da coluna voltada ao eixo da praça, seria colocado um plinto com um baixo-relevo em bronze com a efígie do ministro. Esta seria ladeada por duas palmas de glória esculpidas na pedra. Assente sobre plataforma circular de 30 metros de diâmetro e emoldurada por muro de suporte semicircular com 4 metros de altura e dupla escadaria lateral, a coluna monumental seria ornada com baixos-relevos representativos das infra-estruturas com que Duarte Pacheco dotara o país.

Na memória descritiva do projecto, assinada por Cristino da Silva a 26 de Agosto de 1952¹³⁸, lê-se que pelos trabalhos do arquitecto autor do projecto e pelos trabalhos dos 10 escultores que realizaram a composição plástica do monumento, o Estado não teve despesas pois todos *ofereceram desinteressadamente os seus trabalhos à Nação*¹³⁹.

Contudo, em correspondência anterior a esta data, mais precisamente a 18 de Abril de 1952, a Repartição de Melhoramentos Urbanos enviava a Cristino da Silva a cópia de num ofício do Ministro das Obras Públicas à Câmara de Loulé a propósito do Monumento a Duarte Pacheco¹⁴⁰. Neste documento *o trabalho desinteressado oferecido à nação* ganha outra dimensão, pois revela que o processo de elaboração e execução do Monumento a Duarte Pacheco, esbarrou, até ao último momento, numa série de obstáculos que foram silenciados.

No dito ofício o ministro revelava preocupações com a orçamentação da obra, ao ponto de determinar que a coluna passasse dos inicialmente projectados 22 metros de altura para os 17 metros que na realidade veio a ter. Na argumentação do Ministro, o facto dever-se-ia *à escala de Loulé*.

¹³⁷ Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Espólios de Arquitectura, Espólio Cristino da Silva LCS 53: *Projecto do Monumento ao Engenheiro Duarte Pacheco a Erigir em Loulé. Memória Descritiva*.

¹³⁸ *Idem, Ibidem, Op. Cit.*

¹³⁹ *Idem, Ibidem, Op. Cit.*

Leopoldo de Almeida realizou a efígie do Ministro; Barata Feyo assinou o baixo-relevo dos Monumentos Nacionais e Exposição do Mundo Português; Henrique Moreira realizou o baixo-relevo alusivo a Hospitais e Escolas; a Álvaro Brée couve o baixo-relevo do Estádio e Edifícios; a João Frago do da Urbanização e Habitação; a Martins Correia o baixo-relevo do Aeroporto e Plano Director de Lisboa; a Raul Xavier as Pontes e Caminhos de Ferro; a Anjos Teixeira a Camionagem e Estradas; a António Duarte os Portos e Abastecimento de Água e a Euclides Vaz a Radiodifusão e a Hidráulica Agrícola.

¹⁴⁰ *Idem, Ibidem*, Ofício n° 2487 da Repartição de Melhoramentos Urbanos enviado ao Arquitecto Cristino da Silva, página 1.

Mas a preocupação maior do ministro prendia-se com o facto de até àquela data apenas 136 municípios terem contribuído com 100 contos, Lisboa e Porto outros 100 contos cada, a Câmara de Loulé 200 contos e o Fundo de Desemprego 400 contos.

Porque a 6 meses da data de inauguração, 163 municípios continuavam sem subscrever o financiamento do Monumento, José Frederico Ulrich estima que a sua comparticipação não exceda os 100 contos, optando por encurtar o orçamento da obra e contabilizar apenas com os 900 contos em caixa, afirmando que de forma optimizada o melhor seria não ultrapassar os 800 contos. O ministro pede ainda que seja averiguado o preço dos trabalhos dos escultores. No seguimento deste propósito define que se adoptará:

“ a coluna projectada mas com base mais simplificada, sem qualquer medalhão e apenas com uma inscrição neste género: Ao Eng. Duarte Pacheco/Ministro das Obras Públicas/1932-1936/1938-1943 e uma frase do Senhor Presidente do Conselho na sessão da Ass. Nacional que se seguiu à morte do Eng. Duarte Pacheco” ¹⁴¹

Em finais de 1952, quase dez anos após a morte do ministro Duarte Pacheco, a adesão dos municípios ao propósito de concretização do Monumento em sua memória, parecia já não ser um acto espontâneo e colectivo.

Ao contrário da verdade política construída, o valor probatório dos documentos atesta que de um total de 301 Câmara Municipais existentes em 1952-1953, apenas 138 contribuíram de facto para o orçamento da obra.

O mesmo efeito de alheamento provocado pelo já considerável distanciamento temporal, atingia o gabinete do Presidente do Conselho. A 13 de Novembro de 1953, três dias antes da inauguração do Monumento, o ministro das Obras Públicas informava Oliveira Salazar de que em Loulé os trabalhos preparativos para a cerimónia de inauguração estariam já ultimados, na expressão do ministro *as coisas estariam bem afinadas*¹⁴². No mesmo dia o ministro enviava nova missiva ao Presidente do Conselho e pela informação contida na resposta de Ulrich, subentendem-se as questões colocadas pelo Chefe de Governo. Oliveira Salazar sabia que o Monumento se iria inaugurar em Loulé, teria uma imagem esquemática da configuração do monumento, mas certamente

¹⁴¹ *Idem, Ibidem, Op. Cit.*, página 2.

¹⁴² *Vide* Apêndice Documental, Documento 4.

fora informado de que a *coluna interrompida* não teria uma forma clássica nem seria o tipo de peça escultórica de adesão estética imediata.

O ministro das Obras Públicas informava nada de concreto poder afirmar, pois não vira a obra concluída, mas sossegava o Presidente do Conselho: apesar do aspecto interrompido [que alguns viam como inacabado] o monumento fora erigido numa praça que encimava a nova e imponente Avenida Marechal Carmona. E, para maior impacto visual, a coluna tinha 17 metros de altura. O ministro esperava que a imponência do conjunto sortisse efeito¹⁴³.

E deste modo o dia 16 de Novembro de 1953 amanhecia em Loulé com a certeza de uma consagração nacional, a uma década de distância.

Uma primeira cerimónia, de carácter religioso, teve lugar na Igreja Matriz de Loulé pelas 9h30 da manhã. Acolitado pela hierarquia eclesiástica da diocese, o bispo coadjutor do Algarve celebrou missa. Após a cantata *Libera me*, D. Francisco Maria Rendeiro procedeu à última absolvição e proferiu um sermão tendo por tema o *Pie Jesu dona ei requiem*¹⁴⁴.

A segunda cerimónia teve lugar na casa onde nasceu Duarte Pacheco. No número 34 da Praça da República os clarins da Mocidade Portuguesa tocaram a sentido e o irmão mais novo do ministro homenageado, Nuno Pacheco, era convidado a descerrar a lápide evocativa¹⁴⁵:

“Nesta casa nasceu Duarte Pacheco em 9 – 4 – 1899, e que, como ministro das Obras Públicas e Comunicações, visionou, dirigiu e realizou a recuperação material da sua Pátria, ao serviço da qual faleceu em 16 – 11 – 1943”

Após o descerramento da placa, usou da palavra o Presidente da Câmara de Loulé. Uma vez mais todos os predicados do falecido ministro seriam enunciados. Findo o discurso, ouviu-se o Hino Nacional.

Pouco depois das 14h00 chegavam os convidados de Lisboa, vindos num comboio especial. Maioritariamente seriam engenheiros e colaboradores próximos do ministro. Do cortejo salientavam-se figuras como Belard da Fonseca, director do IST, acompanhado por Beirão da Veiga e Herculano de Carvalho, professores catedráticos do

¹⁴³ *Idem*.

¹⁴⁴ Cfr. *Diário de Notícias*, 17 de Novembro de 1953.

¹⁴⁵ Cfr. *Diário da Manhã*, 17 de Novembro de 1953.

mesmo Instituto. António Eça de Queiroz, director da Emissora Nacional e Tavares de Almeida em representação do SPN também se evidenciavam da mole humana que confluía para o monumento.

Às 14h30 entravam na Avenida Marechal Carmona o Presidente do Conselho, o Ministro da Presidência, o Ministro das Obras Públicas e o Ministro das Comunicações. Para além destas figuras de Estado seriam chamados à tribuna de honra os Presidentes das Câmaras de Loulé e de Lisboa, o Bispo Coadjutor do Algarve, o Governador Civil de Faro, o Comandante da 4ª Região Militar, os engenheiros Cancela de Abreu e Espregueira Mendes antigos subsecretário de estado de Duarte Pacheco, Veiga da Cunha e Sebastião Ramires. Estariam ainda presentes, entre outros, o arquitecto Cristino da Silva e o engenheiro Sá e Melo, como elementos representativos da equipa que trabalhara no projecto do monumento prestes a inaugurar. Em representação da família do homenageado, estavam presentes na tribuna de honra os dois irmãos mais velhos do celebrado ministro: Clotilde e Humberto Pacheco.

Ao som do hino da «Maria da Fonte», Clotilde Pacheco foi convidada a descerrar o medalhão de bronze¹⁴⁶. Discursaram depois o Presidente da Câmara Municipal de Loulé, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e por fim o Presidente do Conselho.

Se os discursos dos dois presidentes de câmara se enquadravam na usual tipologia panegírica, o discurso de Oliveira Salazar constituiu no parecer da redacção do *Diário de Notícias* uma magistral oração, uma peça literária do melhor quilate.¹⁴⁷ Do discurso do Presidente do Conselho o *DN* retiraria as seguintes «head-lines»:

“Duarte Pacheco não era um político na acepção corrente do termo, mas homem de governo extreme, como os permite um regime em que a governação tem podido ser quase tudo e a pequena política quase nada.”¹⁴⁸

¹⁴⁶ O *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã*, dos dias 17 de Novembro de 1953 noticiam que foi Clotilde Pacheco quem descerrou a efígie de bronze do Monumento de Homenagem a Duarte Pacheco. Contudo, o *Primeiro de Janeiro* de 17 de Novembro de 1953 notícia que foi a segunda irmã mais velha de Duarte Pacheco quem descerrou a efígie: Sofia Pacheco Magalhães.

¹⁴⁷ Cfr. *Diário de Notícias*, 17 de Novembro de 1953.

¹⁴⁸ “Discurso de Oliveira Salazar a Inauguração do Monumento Duarte Pacheco, em Loulé”, in *Diário de Notícias*, 17 de Novembro de 1953.

Embora reafirme que ainda *não é local nem o momento próprio*, o Presidente do Conselho acede ao que *prometera há dez anos na Assembleia Nacional*, e presta um depoimento sobre Duarte Pacheco. No parecer do chefe do governo, Duarte Pacheco poderia ser enaltecido de duas formas: *pela massa de realizações materiais e pela escola que formou*. Compondo as duas a sua obra, a primeira dependeu do tempo e da circunstância para se poder concretizar, enquanto que a segunda apenas se deveu à *riqueza da sua personalidade*. Contornada a segunda valência da obra de Duarte Pacheco, o IST, Oliveira Salazar centra o discurso na obra material do ministro, a mesma obra que dependeu de um tempo comungado por todos os presentes na cerimónia, mas dependente da circunstância, ou seja do ensamble ministerial em que o Presidente do Conselho era já jubilado¹⁴⁹.

Qualificando a obra material de Duarte Pacheco como uma *obra imensa*, o chefe do governo explica a solução utilizada pelo ministro para atingir tais resultados: selecção e preparação de numeroso pessoal para uma eficiente coordenação de esforços; definição de princípios e exigência de planos.

Definido o método de trabalho de Duarte Pacheco, Oliveira Salazar define ainda o seu ministro:

“Duarte Pacheco não era um político na acepção corrente do termo (...) como se receasse as multidões, falava pouquíssimo em público; os seus discursos foram raros e curtos (...) e nunca falava no povo, para não o diminuir como plebe e poder servi-lo como Nação”¹⁵⁰

Duarte Pacheco, não fora de facto, *um político* na usual acepção do termo. Ao contrário de Oliveira Salazar e dos vários ministros que constituíram os governos do Presidente do Conselho, Pacheco raras vezes discursou, dispensava as notas políticas e revelava-se arredio de cerimónias protocolares. Não por receio de multidões mas por convicção de profunda perda de tempo.

Duarte Pacheco impregnava o exercício da sua actividade como ministro com o pensamento e o método em que a Engenharia o havia moldado: para a obtenção de um resultado, uma obra, demorava-se na concepção dos elementos, no processo de

¹⁴⁹ O Jubileu Ministerial de Oliveira Salazar havia sido festejado a 27 e 28 de Abril desse mesmo ano. Cfr. *Diário da Manhã*, número especial, Jubileu Ministerial de Salazar, 27 de Abril de 1928 – 27 de Abril de 1953.

¹⁵⁰ “Discurso de Oliveira Salazar a Inauguração do Monumento Duarte Pacheco, em Loulé”, in *Diário de Notícias*, 17 de Novembro de 1953.

conjugação desses mesmos elementos até à fase de conclusão. Obra concluída, resultado obtido. Para as cerimónias de inauguração outros *políticos* cumpririam a função, os da política do discurso inflamado, da política do quase nada.

Para o regime, o ano de 1953 terminava com um balanço positivo: em Abril o Presidente do Conselho recebera em Lisboa as maiores ovações populares por ocasião da celebração do “Jubileu Ministerial” e em Novembro, em Loulé, numa moldura humana considerável, encerrava-se definitivamente a questão por dez anos adiada: o Monumento de Homenagem a Duarte Pacheco.

Em 1943, na sessão de 25 de Novembro na Assembleia Nacional, Oliveira Salazar *prometera para outro momento as palavras de louvor e justiça* sobre o ministro. Em 1953, dez anos volvidos e em pleno acto de homenagem, Oliveira Salazar afirmaria que *não era ainda o local nem o momento próprio* para o fazer. Nem o faria. Com o discurso de Loulé, o Presidente do Conselho encerrava publicamente a questão. Com o mesmo discurso, Salazar que *não receava as multidões* e habilmente jogava com palavras, neste acto de homenagem, reclamava para si e para o seu governo a legitimidade da celebração de uma obra que, afinal era o próprio regime: *um regime em que a governação tem podido ser quase tudo*, e podendo ser tudo podia ser também a vida e obra do ministro homenageado. Em Loulé celebrara-se o desempenho de Duarte Pacheco, mas a obra era do regime.

Publicamente Oliveira Salazar não voltaria a mencionar o nome do ministro, contudo, politicamente e sempre que a situação se afigurasse favorável, o nome do ministro seria evocado *a bem da Nação*. Este processo de apropriação manteve-se até ao final do regime então vigente.

A 16 de Novembro de 1962 era inaugurada a “Sala Duarte Pacheco” no Palácio da Mitra, local onde estava instalado o Museu Municipal de Lisboa. Esta cerimónia, realizada dezanove anos após a morte de Duarte Pacheco encerrava um processo de doação que se iniciara há dois anos e meio.

A 19 de Abril de 1960 Jaime Lopes Dias, Director dos Serviços Centrais e Culturais da CML apresentava ao Presidente do município a proposta de aceitação do *espólio intacto, tal como o grande Ministro e Presidente da CML o deixou*¹⁵¹.

¹⁵¹ CML, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Espólio Duarte Pacheco, Documentação Administrativa, Ofício enviado por Jaime Lopes Dias – Director dos Serviços Centrais e Culturais da CML ao Presidente da CML.

Em carta datada de 30 de Maio de 1960 e enviada ao Presidente da CML, Clotilde e Humberto Pacheco, irmãos do falecido ministro, confirmavam a intenção de doação do espólio e enunciavam o desejo ver o município instituir um espaço musealizado onde se prestasse homenagem à obra e memória de Duarte Pacheco¹⁵².

Na sessão camarária de 22 de Junho de 1960 era aprovada por unanimidade a aceitação da doação da família de Duarte Pacheco, com o compromisso de criação de um espaço individualizado e sem prejuízo de desmembramento do espólio¹⁵³.

Em Agosto do mesmo ano era feita a primeira apreciação ao espólio doado. Uma primeira secção agrupava a biblioteca do ministro: heterogénea, composta por cerca de 1.200 volumes divisíveis nas categorias de Literatura, História, Engenharia, Arquitectura e Assuntos Técnicos de carácter nacional e internacional, e ainda algumas publicações oficiais dos vários ministérios. Numa segunda secção agrupada na categoria de mobiliário, estariam incluídas várias estantes abertas e fechadas, mesa de trabalho, secretária e cadeiras. À parte destes dois grandes grupos, reuniam-se alguns álbuns de fotografias a documentar as várias fases de construção de obras mandadas erguer pelo ministro, as pastas de honra de diversas câmaras do país, ofertas de carácter oficial, um grande número de plantas, alguns objectos pessoais que decorariam o seu gabinete de trabalho e ainda uma gravura de Lisboa, datada do século XVI¹⁵⁴.

Quanto ao projecto de musealização do gabinete de trabalho do ministro, a Sala Duarte Pacheco, não poderia efectivar-se no Palácio das Galveias por incompatibilidade de organização dos serviços. Quanto à possibilidade de instalação da sala Duarte Pacheco no Museu da Cidade, poderia até desactivar-se a Biblioteca que aí funcionava, tendo em conta a diminuta afluência de leitores. Contudo, a conservadora-chefe julgava *difícil a reconstituição de um gabinete de trabalho com carácter actual num palácio setecentista*¹⁵⁵.

Por despacho do Presidente da Câmara¹⁵⁶ decide-se a transferência da biblioteca municipal para outro local, determinando-se a instalação da Sala Duarte Pacheco no

¹⁵² Vide Apêndice Documental, Documento 5.

¹⁵³ CML, Acta nº 290 da Sessão Plenária de 22 de Junho de 1960, com publicação nas Actas da Reunião Ordinária da Câmara, pp. 11-12.

¹⁵⁴ CML, GEO/DDP, Ofício enviado pela conservadora do Museu Municipal de Lisboa ao Conservador-Chefe dos Museus Municipais, Repartição de Bibliotecas e Museus da CML.

¹⁵⁵ CML, GEO/DDP, Informação redigida pela Conservadora-Chefe dos Museus Municipais, Repartição de Bibliotecas e Museus da CML, a 15 de Agosto de 1960.

¹⁵⁶ CML, GEO/DDP, Ofício enviado pelo Director dos Serviços Centrais e Culturais da CML ao Conservador-Chefe dos Museus Municipais, Repartição de Bibliotecas e Museus da CML em 30 de Agosto de 1960.

Museu da Cidade. Em Novembro desse mesmo ano Clotilde e Humberto Pacheco visitam o espaço declaram que a sala *não tem as condições julgadas indispensáveis para o fim em vista*. Um ano volvido e algumas beneficiações feitas na sala onde funcionara a Biblioteca Municipal, foram factores que condicionaram uma mudança de atitude por parte dos irmãos de Duarte Pacheco¹⁵⁷.

A 29 de Outubro de 1962 era feita a mudança do escritório particular do antigo ministro, da sua residência particular para a Sala o Museu Municipal e a 16 de Novembro desse mesmo ano, sem pompa e apenas com palavras circunstanciais, era inaugurada a Sala Duarte Pacheco. Na *Revista Municipal* o acto de inauguração não mereceria destaque editorial constando apenas da lista de efemérides do mês de Novembro.

A título oficial e até ao final da vigência do regime, as referências a Duarte Pacheco irão manter-se pontualmente, sempre que num discurso ou situação concreta, o governo ou os seus agentes entenderem que a evocação do nome ou da obra do ministro, investe de dignidade as intenções do governo e do Estado¹⁵⁸.

Neste sentido se entende que em Março de 1963, o Ministério das Obras Públicas decreta a criação do Gabinete de Estudos de Urbanização Duarte Pacheco¹⁵⁹. Quase trinta anos depois de Duarte Pacheco ter decretado a execução dos Planos Gerais de Urbanização¹⁶⁰, o regime constatava que a reflexão profunda sobre a cultura urbana, era de facto uma necessidade. Uma vez mais, a medida política escudava-se num nome que creditava a acção: o ministro.

A título particular, e também no ano de 1963 surge numa das pastas de correspondência privada endereçada à Presidência do Conselho, uma carta de Humberto Pacheco, irmão de Duarte Pacheco. Nessa carta, Humberto, em nome da família, pede a Alfredo Barbieri Leandro que agradeça a Oliveira Salazar o facto de se ter feito representar na missa mandada rezar em memória do ministro¹⁶¹.

¹⁵⁷ Vide Apêndice Documental, Documento 6.

¹⁵⁸ A evocação da obra e da memória de Duarte Pacheco continuará presente no discurso dos agentes políticos, nomeadamente na apresentação de projectos levados a debate ao hemiciclo da Assembleia Nacional. Cfr. Diário das Sessões da Assembleia Nacional – Debates Parlamentares, 1943-1970.

¹⁵⁹ *Diário de Governo*, 1ª Série, nº 75, Decreto-Lei 44948, de 29 de Março de 1963.

¹⁶⁰ *Diário do Governo*, 1ª Série, Decreto-Lei 24802, de 21 de Dezembro de 1934.

¹⁶¹ ANTT, AOS/CP – 207, Correspondência: Humberto Pacheco, Lisboa, 20 de Novembro de 1963.

1.2. A Memória do País

“O Homem das Obras: Duarte Pacheco”

O Independente, 12 de Novembro de 1993.

Em 1991 era inaugurada a A5, a auto-estrada Lisboa-Cascais. Quarenta e cinco anos passados desde a abertura do Viaduto Duarte Pacheco e da inauguração do primeiro lanço da auto-estrada que ligava Lisboa ao Estádio Nacional, a extensão de 24,7 km estava finalmente concluída.

Duarte Pacheco decretara em 1933 a criação da primeira auto-estrada em Portugal. Numa articulação com um outro eixo viário, a turística e panorâmica estrada marginal, a *auto-estrada da Costa do Estoril*, pretendia ser um eixo viário de eleição, a percorrer de automóvel pela franja social mais elevada e com destino ao Estoril e Cascais, as vilas cosmopolitas das termas, do veraneio, dos casinos e das ancestrais famílias europeias que numa Europa em conflito, ali buscavam discrição e diversão.

Contudo, de 1933 a 1991 o cenário alterara-se por completo. Política habitacional quase não existia. O mercado de arrendamentos nunca fora incentivado nem actualizado. Em consequência e cerca de meio século volvido, a cidade de Lisboa aumentara na população flutuante diária mas decrescera brutalmente na população residente.

Com um mercado de habitação quase inexistente, a população activa de Lisboa distribuiu-se maioritariamente pelos concelhos de Loures, Amadora, Sintra, Oeiras e Cascais. Nos meados dos anos 80, a circulação automóvel na Estrada Marginal rondava já uma média diária de 38.500 veículos. Do mesmo modo, a rede ferroviária que servia a linha de Cascais e a linha de Sintra, assistia a um crescendo na utilização

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 permitira a entrada nos cofres do Estado de fundos monetários estruturais que seriam aplicados maioritariamente na renovação ou criação de infra-estruturas. As vias de comunicação seriam uma das apostas. É neste contexto que se conclui em 1991 a auto-estrada Lisboa-Cascais.

À saída do Viaduto Duarte Pacheco, no arranque imediato da auto-estrada, seria colocado um monumento de homenagem ao ministro promotor do equipamento. Com projecto arquitectónico do atelier Nuno Santos Pinheiro e concepção plástica de António Duarte, o monumento encomendado pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi inaugurado pelo primeiro-ministro em exercício, Aníbal Cavaco Silva. Cinquenta e oito anos após a publicação do documento que decretara a construção da auto-estrada, a obra estava finalmente concluída e o seu mentor homenageado.

O Monumento a Duarte Pacheco é composto por duas peças. Em fundo um memorial onde estão inscritas as datas biográficas e os cargos públicos exercidos pelo político. Sobre um pedestal cilíndrico, esculpido em bronze, em vulto perfeito, de pé e olhar frontal, o ministro aponta com a mão direita o plano que segura na mão esquerda.

Se a concepção plástica do monumento se revela pouco mais que esquemática, a sua localização revela-se ineficaz. Parece não ser uma peça de contemplação, apenas uma peça de presença, de referência, e talvez por isso mesmo dela não resulte qualquer fruição. O acesso pedonal não existe e a paragem de veículos não é recomendada embora exista placa de refúgio, certamente apenas utilizada pelas equipas de manutenção. A observação do monumento só é possível de duas formas: na imobilidade do congestionamento da A5 no sentido Cascais - Lisboa pela manhã, ou no sentido inverso ao final da tarde.

Entre 1993 e 1994, duas instituições públicas celebraram o cinquentenário da morte de Duarte Pacheco. Nas homenagens prestadas, a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Superior Técnico expressariam a imagem e os conteúdos que, cinquenta anos volvidos, o espelho da memória conseguia reflectir.

A iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa estruturou-se em dois módulos: uma exposição e um catálogo. De 25 de Novembro de 1993 a 6 de Janeiro de 1994,

⁸⁹ *Projectos e Obras 1990-1995*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Lisboa, Edições Inapa, 1995.

esteve patente no Palácio Beau Séjour em Lisboa, a exposição *Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da sua morte*. Tanto a exposição como o catálogo foram concebidos e elaborados por técnicos e investigadores ao serviço da Câmara. O Espólio Duarte Pacheco, doado pela família do ministro em 1962, serviria de base, cinquenta anos depois, a uma exposição e uma publicação evocativas da figura histórica. Nas palavras do Vereador do pelouro da Cultura:

“Duarte Pacheco marcou, de forma decisiva, não apenas a imagem de Lisboa do seu tempo mas também a do País (...) A cidade deve-lhe não apenas o parque de Monsanto ou o Aeroporto mas uma ideia de cidade cuja expansão, urbanização e arquitectura, entregue a arquitectos prestigiados, assentava numa activa participação do município na definição das regras urbanísticas e no controlo do uso solo. A municipalização de solo urbano, feita por si, foi de tal dimensão e importância que ainda hoje se sentem os seus efeitos (...)”

90

A responsável pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), entidade camarária que recebia a exposição evocativa, teria também algumas palavras de tributo:

“50 anos passados após a morte do Eng.º Duarte Pacheco a Câmara Municipal de Lisboa (...) vem prestar homenagem àquele que foi seu Presidente e a quem a Cidade tanto deve. Esta modesta homenagem, uma pequena amostragem documental recolhida no Espólio Duarte Pacheco e em documentação bibliográfica e iconográfica do GEO, tenta inventariar, de um modo sumário, a obra de Duarte Pacheco em Lisboa.”⁹¹

Com esta iniciativa, a Câmara de Lisboa celebrava a memória e a obra daquele que fora seu presidente.

⁹⁰ SOARES, João, Nota Introdutória ao Catálogo da Exposição *Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da Sua Morte (1943-1993)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pág. 3.

⁹¹ MOREIRA, Maria da Assunção Júdice, Nota Introdutória ao Catálogo da Exposição *Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da Sua Morte (1943-1993)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pág. 5.

Mas mais importante que a celebração da efeméride e deste património de memória comum, outro valor ficaria desta exposição evocativa: a recuperação e exibição permanente de um espólio que, por anos a fio havia tido um percurso ingrato, lamentável, mas infelizmente frequente no panorama do património móvel e documental português.

O Espólio Duarte Pacheco, doado pela família do político à CML em 1962, dera origem em 1963 à Sala Duarte Pacheco, no Palácio da Mitra, local onde à data estava instalado o Museu Municipal. De 1963 a 1978 aí permaneceu. Contudo, por esta data a referida sala foi transformada em copa e as espécies que compunham a referida colecção foram enviadas para o Palácio Galveias, ali tendo permanecido até 1989. Nesse mesmo ano, por necessidade de acomodação do Director do Departamento de Cultura, a Sala seria novamente desmantelada e as espécies acondicionadas. Em 1991 assiste-se ao desmembramento do espólio: parte segue para a 4ª Repartição Cultural sita na Rua da Palma, sendo outra parte colocada num depósito da Avenida da Índia. Em data que não conseguimos apurar, o acervo mobiliário e alguns objectos pessoais do ministro regressam de novo às Galveias mas, por necessidade de obras de remodelação das instalações da Rua da Palma, o acervo bibliográfico que compunha o espólio, transita para o Palácio dos Coruchéus.

Em 1992 a CML decide executar um projecto de celebração do cinquentenário da morte de Duarte Pacheco e procura reunir todos os elementos constituintes do Espólio. Foi neste momento que se detectou o seguinte: da listagem de 1963 para a listagem de 1992 constatou-se a falta de 88 espécimens bibliográficos. Este facto, diminuindo a colecção e a sua integridade, não afectou o seu conteúdo geral, pois a nível de estudo e análise, continuam perfeitamente perceptíveis os vários corpos que constituem a biblioteca de Duarte Pacheco. Mas em consciência, a Câmara Municipal de Lisboa adoptaria uma medida definitiva: em 1994, no fecho da exposição evocativa de Duarte Pacheco, o Gabinete de Estudos Olisiponenses ficaria encarregue da guarda definitiva, da inventariação, catalogação e divulgação do Espólio Duarte Pacheco⁹².

Ainda no ano de 1993 teve lugar no Instituto Superior Técnico uma Cerimónia de Homenagem a Duarte Pacheco. A revista *Técnica*, publicação dirigida pela

⁹² Estas informações foram recolhidas no Gabinete de Estudos Olisiponenses através da consulta de documentação administrativa relativa ao Espólio Duarte Pacheco. Porque se trata de documentação de arquivo intermédio, por imperativos legais que nos competem como investigadora, as referências nominais estão omissas.

Associação de Estudantes do IST desde os Anos 20, editaria no número de Setembro de 1994 os depoimentos de algumas das personalidades presentes ao acto solene⁹³.

No seu tributo, o Professor Jorge Borges de Macedo considera Duarte Pacheco uma *figura de importância científica, política, cultural e humana*.⁹⁴ Do mesmo modo, considera Duarte Pacheco como a *terceira figura de uma tríade em que assenta o indiscutível prestígio do IST*⁹⁵. Os outros dois vértices são, no parecer do autor, o engenheiro Alfredo Bensaúde e o professor Mira Fernandes. O autor acrescenta ainda que Duarte Pacheco tinha um projecto republicano de desenvolvimento do país⁹⁶, embora não refira qual. Seguidamente o historiador elenca o percurso político e as linhas mestras dos programas ministeriais de Duarte Pacheco.

No mesmo acto solene, Eduardo Arantes e Oliveira considera Duarte Pacheco um dos mais ilustres engenheiros do IST, embora não o julgue um *produto típico do Técnico*, pois a sua singularidade coloca-o *fora de todos os esquemas*⁹⁷.

Arantes e Oliveira veicula a ideia de existência de uma estreita relação entre Duarte Pacheco e Mira Fernandes, acrescentando que *foi este que em 1925 o convidou para professor interino do Instituto Superior Técnico*⁹⁸. Considera ainda que foi o processo de construção das novas instalações do IST, com Duarte Pacheco já como director do Instituto, que *lhe deu força política e fez calar os maledicentes*⁹⁹.

O Reitor da Universidade Técnica, Professor Simões Lopes, no seu breve tributo, relembra que o modelo de funcionamento descentralizado reconhecido ao IST, em muito se ficou a dever a Duarte Pacheco¹⁰⁰.

Num breve discurso, Ferreira do Amaral, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, reconhece em Duarte Pacheco o estatuto de *figura histórica por uma razão essencial: o homem que fez, que realizou*¹⁰¹.

⁹³ Da informação contida na *Revista Técnica* nº 2/94 de Setembro de 1994 poderemos inferir as individualidades presentes na cerimónia comemorativa que teve lugar no IST. Assim, a par dos oradores Borges de Macedo, historiador e à data Director dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo; Eduardo Arantes e Oliveira, engenheiro e Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Simões Lopes, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa e Ferreira do Amaral, engenheiro e Ministro das Obras Públicas, estiveram ainda presentes as seguintes individualidades: Luís Mira Amaral, Ministro da Indústria e Energia, Diamantino Durão, Director do IST e Abreu Faro, engenheiro decano do IST.

⁹⁴ MACEDO, Jorge Borges de, “Cerimónia Comemorativa a Duarte Pacheco”, in *Técnica*, nº 2/94, Setembro de 1994, pág. 9.

⁹⁵ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 11.

⁹⁶ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 13.

⁹⁷ OLIVEIRA, Eduardo R. Arantes e, “Conferência proferida na Homenagem a Duarte Pacheco”, in *Revista Técnica*, nº 2/94, Setembro 1994, pág. 21.

⁹⁸ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 21.

⁹⁹ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 28.

¹⁰⁰ LOPES, Simões, “Cerimónia Comemorativa a Duarte Pacheco”, in *Revista Técnica*, nº 94, Setembro 1994, pág. 31.

A este número da Revista *Técnica* de 1994 seriam ainda acrescentados dois textos: um artigo/depoimento, de Luís Guimarães Lobato, antigo aluno do IST; e um artigo técnico/histórico elaborado pela arquitecta Madalena Cunha Matos, à data professora do Departamento de Engenharia Civil do IST.

Guimarães Lobato, antigo aluno do IST, membro da Associação de Estudantes do Técnico e, no decurso da sua vida estudantil, um dos responsáveis pela Revista *Técnica*, traz a este tributo, cinquenta anos volvidos sobre a morte de Duarte Pacheco, a memória do aluno que trabalhou com o director. À data de transferência dos primeiros serviços do IST da Boavista para a Alameda, entre 1935 e 1936, Guimarães Lobato como aluno activo na vida do instituto, colaborou com o director na troca de impressões sobre a melhor localização e funcionalidade de serviços, cabendo-lhe ainda a tarefa de *instalar as actividades da Associação dos Estudantes e da Revista Técnica*¹⁰². Guimarães Lobato relembra que nas novas instalações do IST as tradições e actividades da vida estudantil associativa de consolidaram e cresceram.

Guimarães Lobato, que na sua vida profissional viria a dirigir o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) relembra ainda que foi sobre a direcção de Duarte Pacheco no IST que a escola insistiu na formação dos engenheiros técnicos mas também científicos na experiência do saber: ou seja na concepção e elaboração de projectos. Desta aposta nasceu a criação no IST do Centro de Estudos de Engenharia Civil. Mais tarde esta aposta transformar-se-ia no LNEC.

Como atrás foi referido, o número da revista *Técnica* dedicada ao cinquentenário da morte de Duarte Pacheco, termina com o texto de Madalena Cunha Matos. Neste artigo de teor eminentemente técnico, a arquitecta centra-se nos aspectos formais e conceptuais que determinaram a edificação do Instituto Superior Técnico.

Cinquenta anos após o desaparecimento de Duarte Pacheco, a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Superior Técnico prestavam tributo àquele que através da sua acção política transformou a Lisboa herdada de oitocentos numa Lisboa moderna e transformou uma escola de engenharia técnica ainda embrionária, numa das mais conceituadas escolas do país. Esta evocação, esta celebração concretizada nos anos 90, pronuncia a posição de reconhecimento das instituições públicas face à obra de Duarte Pacheco.

¹⁰¹ AMARAL, Joaquim Ferreira do, “Cerimónia Comemorativa a Duarte Pacheco”, in *Revista Técnica*, nº 2/94, Setembro 1994, pp. 39-40.

¹⁰² LOBATO, Luís Guimarães, “Duarte Pacheco Um Homem do Futuro”, in *Revista Técnica*, nº 2/94, Setembro 1994, pág. 41.

Contudo, quer na exposição temporariamente exibida no Palácio Beau Séjou, quer no catálogo que nos ficou dessa mesma exposição, poucos são os dados que nos permitem obter um melhor conhecimento desta figura histórica. Por outro lado, também nos depoimentos prestados pelas individualidades que no IST celebraram a memória de Duarte Pacheco, poucas informações se conseguem recolher. Com efeito, dos dados biográficos aos primeiros 17 anos passados no Algarve, do curso de engenharia frequentado no IST à relação discípulo-mestre que terá existido entre Duarte Pacheco e Mira Fernandes, da meteórica ascensão nos quadros do IST à ascensão política, cinquenta anos volvidos sobre a morte do ministro, os dados permaneceram inalterados na produção de conhecimento.

Entre Janeiro e Março de 2003, estive patente nas instalações da Cordoaria Nacional a exposição *Engenho e Obra – Engenharia em Portugal no século XX*. Com o propósito de analisar e reflectir sobre os projectos de engenharia que, com impacto na sociedade portuguesa, expressaram o poder criativo dos engenheiros, esta mostra teve também o objectivo de dar a conhecer a evolução histórica da engenharia em Portugal.

No final de 2004 surgiria a publicação sequente à mostra atrás referida. A obra, intitulada *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, sob coordenação de Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Fernanda Rollo, reuniu num trabalho de investigação pluridisciplinar 140 participações textuais.

Nos três volumes que compõem esta obra as referências a Duarte Pacheco são recorrentes. Este facto prende-se certamente com a transversalidade que a sua acção como director do IST, mas também como político, operou no domínio da engenharia em Portugal. Nas primeiras páginas da edição Guimarães Lobato lembraria o facto:

“Duarte Pacheco procedeu (...) à criação de uma nova estrutura orgânica das obras públicas (...) promoveu a criação de quadros de engenheiros das diversas especialidades, por forma a garantir o alto nível da engenharia, as concepções, os projectos e as realizações de cada empreendimento, com vista a integrarem conceitos de ciência aplicada à engenharia de gestão, na elaboração de projectos e suas realizações, proporcionando à arquitectura e às artes as suas participações efectivas, numa visão global dos empreendimentos”.¹⁰³

¹⁰³ LOBATO, Luís Guimarães, Nota Introdutória ao volume I da obra *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XXI*, Lisboa, coordenação de Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Fernanda Rollo, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004.

Contudo, como indivíduo, Duarte Pacheco não fora estudado. Da sua actividade política haviam ficado as obras, pouco ou nada se sabendo do seu trajecto profissional, do seu pensamento ou da construção do seu modo de actuação política.

Na história do século XX português o nome de Duarte Pacheco, como atrás se referiu, é incontornável e, porque a sua acção política se constituiu mais de obra construída do que de obra escrita, é no domínio dos estudos de História da Arte, de Património e Restauro, da Arquitectura e do Urbanismo que vamos encontrar referências mais precisas no que concerne à sua actividade.

José-Augusto França na obra *Arte em Portugal no século XX*, com primeira edição de 1974, afirma que Duarte Pacheco foi, em essência, um homem de acção e de coordenação de visões de conjunto. Na argumentação destas características, o autor aponta as seguintes obras: a construção do IST, a planificação urbana que preside à edificação do próprio instituto e, depois desta, a própria estrutura citadina que imprime à cidade de Lisboa com o Plano de Urbanização trabalhado com Etienne De Gröer¹⁰⁴.

O historiador afirma ainda que Duarte Pacheco não se ocupou apenas de Lisboa. Na sua capacidade de coordenação e visão de conjunto, para a cidade do Porto encomendou a elaboração de um plano de urbanização aos italianos Marcello Piacentini e Gionanni Muzio e a uma escala nacional iniciou o processo de urbanização do país através do Decreto-Lei 24.802 de 21 de Dezembro de 1934¹⁰⁵.

No que respeita à configuração formal dos equipamentos construídos, o autor defende que se utilizou:

“um estilo definidor da mentalidade ideológica epocal, dentro dum totalitarismo que era da política nacional e também muito do temperamento do ministro e do seu gosto – que tantos arquitectos haviam de satisfazer, com pressurosa sinceridade”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 3ª edição, 1991, pp.240-260.

¹⁰⁵ Neste Decreto-Lei o Ministro das Obras Públicas e Comunicações decreta que todas as localidades portuguesas com população igual ou superior a 2.500 habitantes, estão obrigadas a realizar um plano de urbanização e a proceder ao levantamento de plantas topográficas. Só com o cumprimento destes pressupostos as Câmaras Municipais poderão licenciar no futuro todas as obras e só no cumprimento desta lei as Câmaras Municipais poderão executar expropriação por utilidade pública.

¹⁰⁶ *Idem, Op. Cit.*, pág. 242.

Margarida Acciaiuoli de Brito, que já em 1982, no catálogo da exposição *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, trabalhara a obra de Duarte Pacheco, em 1991, na sua dissertação de doutoramento, aprofunda o tema¹⁰⁷.

Para a autora, Duarte Pacheco é “o grande disciplinador das cidades e vilas do país” e é no Decreto-Lei 24.802 de 21 de Dezembro de 1934 que temos *uma ideia imediata das pretensões de Duarte Pacheco*¹⁰⁸, ou seja, o ministro pretendia o desenvolvimento das localidades e, para tal, era necessário dotá-las de infra-estruturas, torná-las comunicantes, mas sob domínio e controle do processo a partir do ministério¹⁰⁹. Para Margarida Acciaiuoli de Brito, a obra pública de Duarte Pacheco traduziu-se em: urbanidade, melhoramentos, programas e tipologias. Após a morte do ministro, considera a autora que *não houve um só projecto que aglutinasse ou consubstancializasse os interesses do Estado Novo*¹¹⁰.

Em 1992, na obra dedicada ao estudo de Francisco Keil do Amaral, Ana Tostões conduz-nos a uma análise mais precisa da obra de Duarte Pacheco na cidade de Lisboa¹¹¹. No parecer da autora, Duarte Pacheco é um indivíduo *consciente dos problemas inerentes à expansão de uma grande cidade moderna* e é nesta perspectiva que devem ser entendidas as suas propostas, a regulamentação urbana camarária, a legislação urbana emanada do ministério e em consequência, as obras.

Socorrendo-se do testemunho de Keil do Amaral¹¹², Ana Tostões transmite-nos a imagem de como funcionaria o mercado imobiliário em Lisboa, antes da regulamentação decretada por Duarte Pacheco:

“Antes da passagem meteórica de Eng. Duarte Pacheco pela Câmara Municipal de Lisboa os negócios especulativos e a arbitrariedade do desenvolvimento da cidade desenvolveram-se pacificamente. A Câmara deixava à iniciativa privada a urbanização e a definição do crescimento da capital.”¹¹³

¹⁰⁷ BRITO, Margarida Acciaiuoli de, *Os Anos 40 em Portugal. O País, O Regime e as Artes “Restauração” e “Celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

¹⁰⁸ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 412.

¹⁰⁹ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 412.

¹¹⁰ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 473.

¹¹¹ TOSTÕES, Ana, *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande. Keil do Amaral, Arquitecto dos Espaços Verdes*, Lisboa, Edições Salamandra, 1992.

¹¹² AMARAL, Francisco Keil do, *Lisboa, uma cidade em Transformação*, Lisboa, Europa-América, 1970.

¹¹³ TOSTÕES, Ana, *Op. Cit.*, pág. 37.

E é nesta *consciência dos problemas inerentes à expansão da cidade* que se compreendem obras como o primeiro lanço da auto-estrada Lisboa-Cascais-Sintra e o lançamento do Viaduto de Alcântara ou a articulação do sistema viário da capital com a regulamentação da estrada marginal que liga a capital à Costa do Sol.

Para a autora, a criação do Parque Florestal de Monsanto integra-se também nesta política de expansão da capital para Ocidente, revelando já um novo conceito de parque, distante no tempo e no modo do “passeio público” da avenida, e trazendo a novidade de um espaço verde urbano, integrado numa escala maior de pensar a cidade¹¹⁴.

Em 1995 Margarida Souza Lobo publica a obra *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*¹¹⁵. Para a autora, ao criar a lei dos Planos Gerais de Urbanização em 1934¹¹⁶:

“Duarte Pacheco tinha em mente a transformação do país pela efectiva criação de uma imagem urbana com que o regime se identificasse.”¹¹⁷

A autora não refere qual seria a imagem de país, nem o modo como se processaria a sua obtenção. Para a autora, Duarte Pacheco é *a figura marcante da transformação do território*, uma transformação que se iniciou com a operação urbanística promovida pela construção do IST ao topo da Alameda Afonso Henriques. No parecer da arquitecta esta intervenção na cidade *preludia a decisão de transformar o território dentro de uma nova ordem institucional*¹¹⁸.

O Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974), publicado em 2005 e dirigido por Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, inclui uma entrada biográfica de Duarte Pacheco¹¹⁹. Da autoria de Verónica Policarpo, esta referência biográfica apresenta-se bastante completa na descrição das várias actividades exercidas por Duarte Pacheco, bem como na citação das mais conhecidas obras planeadas pelo ministro. No

¹¹⁴ TOSTÕES, Ana, *Op. Cit.*, pág. 38.

¹¹⁵ LOBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*, Lisboa, DGOTDU-FAUP, 1995.

¹¹⁶ Decreto-Lei 24.802 de 21 de Dezembro de 1934.

¹¹⁷ LOBO, Margarida Souza, *Op. Cit.*, pág. 35.

¹¹⁸ *Idem, Op. Cit.*, pág. 36.

¹¹⁹ POLICARPO, Verónica, “Duarte José Pacheco”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Lisboa, Colecção Parlamento, 2005, pp.284-289.

que respeita à filiação partidária de Duarte Pacheco, a autora informa que este *republicano convicto pertenceu à União Liberal Republicana de Cunha Leal*.

Em 2007 o Arquitecto Gonçalo Canto Moniz, na obra *Arquitectura e Instrução, o projecto moderno do liceu (1836-1936)*¹²⁰ sublinha a importncia da presença de Duarte Pacheco no Ministério da Instrução Pública, ainda que por escassos sete meses. Neste período o jovem ministro, no tendo conseguido implementar uma efectiva reforma formal do ensino liceal, contribuiu de forma decisiva para a *reforma das construções escolares liceais* ao decretar a criação da “Junta dos Quarenta Mil”¹²¹.

Correctamente designada de Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário, a esta equipa competiria administrar e aplicar o empréstimo de 40 mil contos contraído com a Caixa Geral de Depósitos com o propósito de construir, ou reparar os edifícios liceais. Em suma, Duarte Pacheco encontrara uma solução financeira por recorrência ao crédito público, e, simultaneamente, fundava um órgão administrativo cujo objectivo preciso seria planejar obras.

No ano de 1934 esta Junta dos Quarenta Mil daria origem à Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, mas por essa data já Duarte Pacheco dirigia o gabinete do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e essa mesma Junta cumpria objectivos designados por despachos do ministro.

Nos elogios fúnebres e nos panegricos que compõem a produção de textos no período sequente  morte de Duarte Pacheco, encontramos o terreno propício à apropriação política de uma imagem de homem de estado que serve o discurso do regime. Como atrás se referiu, cedo o país passou do lamento pelo desaparecido ao culto de uma personagem mitificada.

Não se nega a Duarte Pacheco o reconhecimento de uma personalidade activa e extrovertida. Munido de uma inteligência prática invulgar e de uma capacidade de trabalho impressionante, este homem era detentor de uma característica determinante: a convicção.

E foi convicto que construiu o enorme edifício que constitui a sua obra pública. Mas ao contrário da ideia mitificada e to cara ao discurso do regime, Duarte Pacheco *no sendo um político na verdadeira acepção do termo*, recordando as palavras de

¹²⁰ MONIZ, Gonçalo Canto, *Arquitectura e Instrução. O Projecto moderno do Liceu 1836-1936*, Coimbra, Edies do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2007.

¹²¹ Cfr. Decreto-Lei Não 15.942 de 11 de Setembro de 1928 e nesta perspectiva citado por MONIZ, Gonçalo Canto, *Op. Cit.*, pp. 135-136.

Oliveira Salazar em 1953, era decerto um político mais competente e preparado para a causa pública que os políticos na normal acepção do termo.

E é esta forma invulgar de fazer política que está também presente na fortuna crítica que a historiografia do século XX português reconhece em Duarte Pacheco, e que, em última análise, está presente na memória do país.



1. Exéquias de Duarte Pacheco, cortejo fúnebre.



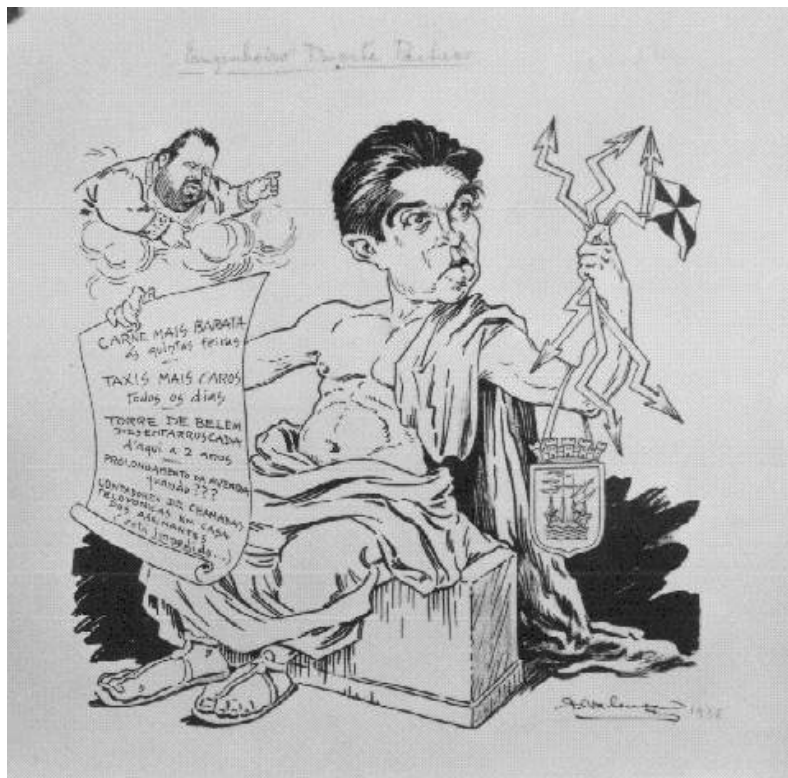
2. Exéquias de Duarte Pacheco, cortejo fúnebre.



3. Sessão plenária da CML, 18 de Novembro de 1943



4. Assembleia Nacional, Oliveira Salazar, sessão extraordinária em 25 de Novembro de 1943.



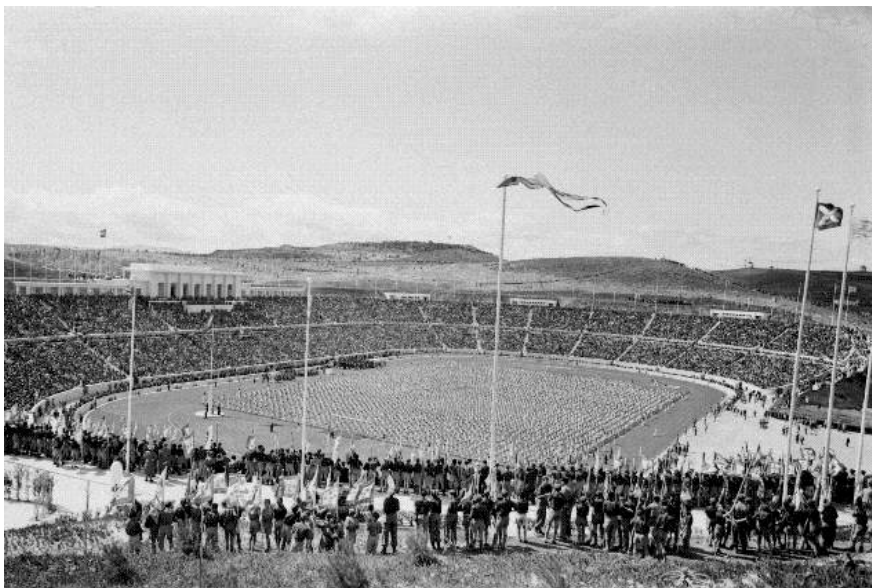
5. Caricatura de Duarte Pacheco, Francisco Valença, 1938.



6. Inauguração do Viaduto Duarte Pacheco, 28 de Maio de 1944.



7. Viaduto Duarte Pacheco, placa evocativa.



8. Inauguração do Estádio Nacional, 10 de Junho de 1944.



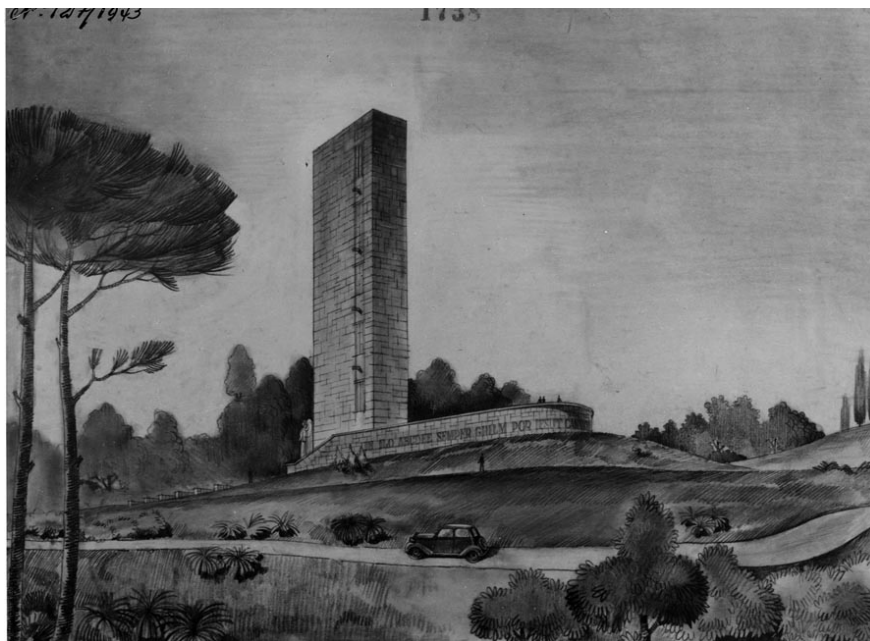
9 e 10. Exposição 15 Anos de Obras Públicas, 1948.



11. Medalha Comemorativa da Exposição 15 Anos de Obras Públicas (frente e verso). Álvaro Brée, 1948.



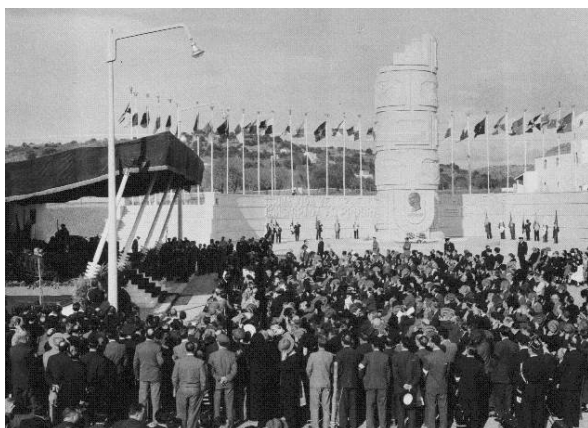
12. 15 Anos de Obras Públicas, Guia da Exposição.



13. Proposta da CML para o Monumento de Homenagem a Duarte Pacheco a erguer em Monsanto.



14. Maquete do Monumento de Homenagem a Duarte Pacheco, Loulé, projecto de Cristino da Silva, 1951-1953.



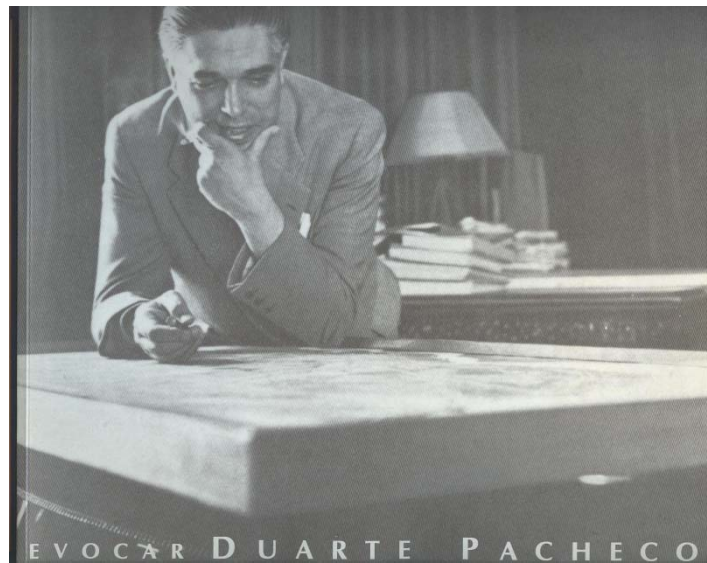
15 e 16. Inauguração do Monumento de Homenagem a Duarte Pacheco, Loulé, 16 de Novembro de 1953.



17. Inauguração da Sala Duarte Pacheco no Museu Municipal de Lisboa, 16 de Novembro de 1962.



18. Monumento a Duarte Pacheco, Lisboa. Atelier Nuno Santos Pinheiro Arquitectos e Mestre António Duarte Escultor, 1991.



19. *Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da sua Morte*, CML, 1993, catálogo da exposição.

Capítulo 2

O Político na Academia

Capítulo 2. O Político na Academia

A obra que Duarte Pacheco construiu é extensa e em grande parte devida à tenacidade e convicção com que defendia os seus objectivos. Mas uma obra não se explica por si só, pelas leis e políticas vigentes, muito menos por modelos de carácter. Um homem não faz uma obra, e Duarte Pacheco não foi excepção. Uma obra explica-se se integrada numa perspectiva maior e resulta de uma equipa de trabalho que age na prossecução de objectivos comuns.

Duarte Pacheco foi, em essência, um político. Um político com um método de trabalho minucioso no plano, e técnico no modelo. Em política não existem coincidências, existem convergências de interesse. Um elemento da equipa tem valências numa área e outro elemento tê-las-á num outro âmbito. E é na confluência destas diversas valias que a obra surge.

As novas instalações do Instituto Superior Técnico, erguidas entre 1929 e 1942, constituem um bom exemplo de convergência de interesses. Na construção do IST, Duarte Pacheco liderou o processo político que lhe deu origem, centralizou no seu gabinete a direcção da obra, mas não agiu sozinho nem foi o único a colher benefícios da obra construída.

Mais do que fazer uma reflexão sobre as considerações estéticas e urbanísticas que giraram em torno da concepção arquitectural do IST, e até porque estudos profundos já foram realizados nesse sentido, interessou-nos aprofundar o conhecimento sobre a «memória processual e construtiva» do IST. Neste sentido, a história do Técnico carecia de maiores clarificações, tanto na identificação dos vários interesses envolvidos, como dos agentes activos no processo.

O Instituto Superior Técnico é uma das mais prestigiadas escolas do país. De 1911 à actualidade, esta instituição estabeleceu uma teia de princípios tecida numa malha forte e consistente e sob a qual assenta a sua garantia de sucesso: uma rede de ligação técnica e científica com as suas congéneres, facto do qual advém o intercâmbio de docentes e alunos e um consequente alargamento e permeabilidade do vocabulário conceptual e partilha de conhecimento e de objectivos pelo incentivo ao trabalho de equipa.

Esta já quase centenária escola de engenharia, criada um ano após a instituição do regime republicano em Portugal, forneceu ao país grande parte dos seus quadros

técnicos especializados e parte importante dos seus quadros políticos. Embora o perfil de Duarte Pacheco não encaixe no modelo clássico do «engenheiro do Técnico», da mesma forma que não encaixa no modelo clássico de «político», parte da história deste Instituto está intrinsecamente ligada a parte da história da vida técnica e política de Duarte Pacheco.

2.1. Os Anos de Formação (1900-1923)

“No nosso país, a nação são os partidos, fora deles não há senão ignorantes e analfabetos.”

António Feijó em carta a Luís de Magalhães, 1908.

No dia 19 de Abril de 1900, Garrett era assunto do dia na primeira página do *Diário de Notícias*. Ao Parlamento afluíam representações de todo o país, clamando a transladação dos seus restos mortais do Cemitério dos Prazeres para o Panteão do Mosteiro dos Jerónimos. A mensagem da representação da cidade do Porto, cidade berço de Garrett, fora redigida por Ramalho Ortigão e reclamava a homenagem nacional devida àquele que com a sua obra contribuía para o engrandecimento do país.

No domínio da cena política, eram os leitores do *Diário de Notícias* informados de que na véspera não ocorrera assinatura real, no entanto o Ministro da Guerra fora ao paço, levando não só a sua pasta mas também a do seu colega da Fazenda, que continuava bastante constipado. No mesmo dia o Ministro dos Estrangeiros reunira no seu gabinete com os Ministros da Guerra, das Obras Públicas, da Marinha e da Justiça.

Em carta enviada de Berlim, um colaborador informava que na imprensa alemã como em toda a imprensa europeia, se notava uma grande reserva acerca da situação financeira e colonial portuguesa, não se acreditando que o país conseguisse restabelecer completamente o seu crédito e estabilizar a situação económica sem sacrifício dos domínios coloniais.

Entre 1890 e 1899 cerca de 6% da população emigrara, maioritariamente para o Brasil. Em 1899, os depósitos bancários atingiam cerca de metade do valor verificado em 1890. As admissões na função pública estavam suspensas e murmurava-se que a única garantia possível de liquidação da dívida pública passava pela cedência de

rendimentos alfandegários do reino e das colónias como penhora aos credores franceses e alemães¹²².

Em 1900 Portugal enfrentava uma grave crise económica, financeira e política. Num quadro de instabilidade económica crescente e na ausência de soluções, questionava-se a eficiência dos governantes e o destino do sistema político.

Foi neste quadro de incerteza que a 19 de Abril de 1900, Duarte Pacheco nasceu em S.Clemente, freguesia de Loulé. Filho de José de Azevedo Pacheco e de Maria do Carmo Pacheco, seria mais um entre onze irmãos: quatro filhos homens e sete filhas mulheres.

A 25 de Dezembro de 1903, foi baptizado na Igreja de S. Pedro, em Faro, com o nome de Duarte¹²³, embora em documentação posterior seja referenciado como Duarte José. O assento de baptismo refere que o indivíduo do sexo masculino nasceu às cinco horas da tarde do dia 19 de Abril de 1899. A data de nascimento que consta do assento de baptismo não angaria contudo consenso na historiografia. A maioria dos autores têm por válida a data que consta do documento. Outros defendem que na redacção do assento de baptismo o padre se enganou e como argumento, recordam o relato de Duarte Pacheco quando se referia a este episódio, afirmando que o erro do pároco lhe permitira ganhar um ano de vida. Esta justificação parece-nos válida se tivermos em linha de conta que foi prática corrente até meados do século XX adiar os baptismos e consequentes assentos no caso preciso de Duarte Pacheco, este apenas recebeu as águas baptismas em 1903. Este facto, aliado a um possível lapso do pároco, justifica o desfasamento e a imprecisão na data de nascimento de Duarte Pacheco, do mesmo modo que explica o desfasamento de datas de nascimento de inúmeros portugueses¹²⁴. Neste sentido, são aceitáveis as duas situações: poderá de facto existir um erro de assento. Contudo, no rigor histórico, não seria o facto de o político ter nascido em 1899 ou em 1900, que alteraria o curso da sua acção futura.

Retomando ainda o documento de assento de baptismo, acrescentam-se outras informações. O mesmo atesta a filiação de Duarte, bem como a ocupação dos seus

¹²² RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Temas e Debates, 2007, pág. 195.

¹²³ IST, Núcleo de Arquivo, Colecção de Processos Individuais de Professores. A cópia do Assento de Baptismo de Duarte Pacheco consta do seu Processo Individual de Funcionário do Instituto.

¹²⁴ Foi prática corrente até meados do século XX adiar em meses e por vezes em anos, o registo oficial de nascimentos em Portugal. Factores como o pagamento obrigatório do acto oficial de registo, ou a alta mortalidade infantil, poderão explicar este facto.

progenitores: filho de José de Azevedo Pacheco, ministro interino do concelho de Loulé e de Maria do Carmo, doméstica.

Recuando a 1895, data a que respeita o assento de baptismo de Humberto, irmão de Duarte e filho primogénito dos Pachecos, José desempenhava o cargo de escrivão de Fazenda¹²⁵. Nos oito anos que medeiam os assentos de baptismo destes seus dois filhos, José de Azevedo Pacheco, progredindo na carreira de funcionário público, ascendeu também na importância da participação política local.

José de Azevedo Pacheco, possuindo a instrução primária, era funcionário público e desempenhava funções de chefe da Repartição de Finanças de Loulé. Monárquico convicto, era um dos dirigentes locais do Partido Regenerador¹²⁶.

No dealbar do século XX português, esta família algarvia era o retrato do extracto social médio-alto do país: José de Azevedo Pacheco integrava a lista dos cerca de 19 000 funcionários públicos do reino e pertencia aos 53% que trabalhavam na administração fiscal¹²⁷. O facto de José de Azevedo Pacheco ter, não só opinião política, mas vida política activa, conferia-lhe um acréscimo de importância face ao extracto social médio. A uma escala regional, José de Azevedo Pacheco era um homem que se destacava da massa anónima pois pertencendo a um grupo político, executaria a nível local as directivas gerais do seu partido.

Mas a tradição de compromisso político nesta família não nascera apenas com José de Azevedo Pacheco. Como ele, mas a uma escala maior, um outro Pacheco tivera uma vida política particularmente activa: Marçal de Azevedo Pacheco (1847-1896), tio paterno de Duarte Pacheco.

Bacharel em Direito, Marçal Pacheco exerceu advocacia e foi presidente da Câmara de Loulé. Fixando posteriormente residência em Lisboa, desempenhou o cargo de chefe de repartição do Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos. Membro do Partido Regenerador foi deputado em várias legislaturas, e as suas numerosas intervenções parlamentares e projectos-lei apresentados revelam a permanente defesa da

¹²⁵ IST, Núcleo de Arquivo, Colecção de Processos Individuais de Professores. A cópia do Assento de Baptismo de Humberto Pacheco consta do Processo Individual de Duarte Pacheco.

¹²⁶ POLICARPO, Verónica, “Duarte José Pacheco”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Lisboa, Colecção Parlamento, 2005, pp.284-289.

¹²⁷ RAMOS, Rui, *Op. Cit.*, pág. 173.

região algarvia¹²⁸. Em 1895 Marçal Pacheco publicou *A Resposta do País*, panfleto político que relatava a frágil situação económica, financeira e política então vivida¹²⁹.

Ainda no domínio das ascendências familiares é importante referir que Duarte Pacheco era sobrinho de Joaquim da Ponte (1866-?). Natural de Boliqueime, concelho de Loulé, Joaquim da Ponte licenciou-se em Direito em 1893. Membro do Partido Progressista, foi eleito deputado à Câmara dos Pares do Reino pelo círculo eleitoral de Loulé¹³⁰. Político activo, Joaquim da Ponte desempenhou ainda o cargo de Governador Civil de Faro¹³¹.

Sobrinho de dois vitalícios do reino e filho de um funcionário público com actividade política, Duarte Pacheco nasceu no seio de uma família de classe média alta com ascendência e importância política a nível local e regional, mas também com contactos e referências na capital. Esta distinção social da algarvia família Pacheco, cedo se revelaria crucial no destino reservado aos onze irmãos.

Em 1906 a mãe, Maria do Carmo Pacheco, viria a falecer. Um ano mais tarde o pai, José de Azevedo Pacheco, seria transferido em comissão de serviço para a cidade do Faial. Os onze irmãos Pacheco, ainda menores, permaneceriam em Loulé.

A historiografia tem sido unânime ao referir que com a partida de José de Azevedo Pacheco para os Açores em 1907, Humberto, o primogénito, teria assumido a função paterna perante os seus 10 irmãos. Em 1907 Humberto, nascido em 1894, teria apenas 13 anos, razão pela qual nos parece abusiva a ideia. A simples razão da menoridade de Humberto, deita por terra esta ideia construída e inquestionada.

Decerto que antes de partir em serviço para os Açores, José de Azevedo Pacheco se encarregou de deixar assegurada a segurança física e financeira dos filhos. Com 13 anos de idade, Humberto ainda menor, não produziria rendimentos nem faria a gestão financeira familiar. Com 13 anos de idade Humberto Pacheco era estudante do Liceu de Faro. De algum modo, a situação dos irmãos Pacheco terá sido amparada pelo vínculo familiar, social e político do nome de família, factor que garantiu a estabilidade e formação dos onze irmãos.

¹²⁸ SOARES, Maria Isabel, “Marçal Pacheco” in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol. III (N-Z), Coordenação de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Coleção Parlamento, 2006, pp. 147-149.

¹²⁹ PACHECO, Marçal, *A Resposta do País*, Lisboa, 3ª edição, Typographia Industrial Portuguesa, 1895.

¹³⁰ MOREIRA, Fernando, “Joaquim da Ponte”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol. III (N-Z), Coordenação de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Coleção Parlamento, 2006, pág.363.

¹³¹ Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas (BAMOP), Duarte Pacheco, Documentos Avulsos do Gabinete do Ministro, Pasta de Notas Biográficas.

Em 1914, com apenas 48 anos de idade, José de Azevedo Pacheco morre, deixando aos filhos uma pequena herança que os quatro irmãos farão reverter unicamente a favor das sete irmãs. Por esta data Humberto tem já 20 anos e Duarte 14. Havia dois anos que Duarte frequentava o Liceu de Faro em regime de internato. Em 1917 Duarte conclui o ensino liceal com distinção e nesse mesmo ano segue para Lisboa, ao encontro do irmão Humberto.

Humberto matriculou-se em 1916 no Instituto Superior Técnico¹³², mas no ano seguinte estará inscrito na Faculdade de Direito. No ano lectivo de 1917-1918 Duarte inscreve-se no IST, frequentando as várias disciplinas que compõem o curso geral de engenharia. Em 1920 opta pela especialidade em Engenharia Electrotécnica e em 1923 conclui o curso¹³³. Na escolha da área de formação, Duarte Pacheco optou por uma área em franca expansão, a Engenharia, e matriculou-se numa escola recém-criada, o IST¹³⁴.

A estrutura moderna do ensino da engenharia surge em 1837 com a criação da Escola do Exército e a Escola Politécnica de Lisboa, bem como a Academia Politécnica do Porto¹³⁵. Até esta data a formação de engenheiros esteve desde meados do século XVII e pelo século XVIII, intrinsecamente ligada à engenharia militar. Em 1837 a Escola do Exército mantém o ensino da engenharia militar e o ensino das diferentes armas militares¹³⁶, facultando ainda o ensino de engenharia civil. Por seu lado, a Escola Politécnica de Lisboa ministrava os ensinamentos preparatórios à Escola do Exército e à Escola Naval. No Porto a Academia Politécnica, escola de carácter civil, facultava 10 cursos¹³⁷.

No decorrer dos anos seguintes as três escolas realizaram algumas reformulações curriculares e permaneceram como as instituições formadoras de militares, engenheiros civis e condutores que integrariam os quadros da engenharia de obras públicas em Portugal¹³⁸.

¹³² IST, Núcleo de Arquivo, Registo Individual de Alunos, ano de 1916.

¹³³ Por norma a historiografia estabelece o ano de 1922 como datada conclusão do curso de Duarte Pacheco, contudo, nos registos encontrados no Núcleo de Arquivo do IST no ano lectivo de 1922-1923, Duarte Pacheco surge inscrito em 7 disciplinas. *Vide* Apêndice Documental, Documento 7.

¹³⁴ Decreto de 23 de Maio de 1911.

¹³⁵ RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1999. *Vide* ainda GRÁCIO, Sérgio, “Notas sobre a emergência e a consolidação do ensino da engenharia”, in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, vol. I, Lisboa, coordenação Manuel HEITOR, José Maria Brandão de BRITO e Fernanda ROLLO, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004, pp 231-239.

¹³⁶ Artilharia (a leccionar em 3 anos), Estado-Maior (2 anos), Infantaria (1 ano) e Cavalaria (1 ano).

¹³⁷ Engenharia de Minas, de Pontes, de Estradas, Construtores de navios, Geografia, Curso Oficial de Marinha, de Pilotos, de Comerciantes, de Agricultores e Directores de Fábrica.

¹³⁸ GRÁCIO, Sérgio, *Op. Cit.*, pág. 231.

Em 1852 com a criação da Escola Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto institui-se o ensino médio. Inicialmente estas instituições vocacionaram a sua actividade para a formação de operários metalúrgicos, mestres e directores de obras. A partir de 1865 esta área de formação mantém-se e é acrescida dos cursos de condutores de minas, obras públicas e máquinas.

Em 1870 Lisboa e Porto apresentam já dois níveis de ensino: o Industrial e o Comercial. A partir de 1884 os cursos de engenharias passam a ensino superior e a importância dos cursos médios dilui-se uma vez que as escolas industriais e comerciais proliferam com facilidade. Em 1889 o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa mantém os cursos de Química, Construção Civil e Máquinas, apresentando a novidade curricular de Engenharia Industrial e Engenharia Electrotécnica.

Com a instituição da I República surgem reformas estruturais a nível do ensino superior: a reestruturação da Universidade de Coimbra e a criação das Universidades de Lisboa e do Porto. A par destas medidas, o governo republicano cria ainda as escolas técnicas que abrangem as áreas da Engenharia, Comércio e Indústria. Em 1911 é extinto o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e em seu lugar surgem dois institutos: o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio. No Porto, extinta a Escola Politécnica, é criada em 1915 a Faculdade Técnica¹³⁹.

O IST, ao qual apenas têm acesso os candidatos com aprovação no curso complementar de ciências dos liceus, apresenta um curso geral de engenharia com a duração de 2 anos que precede o ingresso nas especialidades de minas, mecânica, electrotecnia e químico-industrial. Ao IST fica também reservado o curso de engenharia civil, que deixa de existir na Escola do Exército, reduzida que fica à engenharia militar¹⁴⁰. Os institutos comerciais passam a leccionar apenas os cursos médios.

O impulso determinante dado pelos dirigentes republicanos ao ensino técnico, reside na sincera crença do progresso material como base de sustento social e de suporte ao regime¹⁴¹. A importância atribuída pelo regime republicano ao ensino técnico, não se baseou em precedentes de desenvolvimento que justificassem as saídas profissionais

¹³⁹ A Faculdade de Técnica do Porto, decorre da anterior Escola Politécnica e em 1926 passou a designar-se Faculdade de Engenharia, estando anexa à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

¹⁴⁰ HEITOR, Manuel, HORTA, Hugo, CONCEIÇÃO, Pedro, "Do ensino técnico ao ensino das ciências da engenharia em Portugal no século XX", in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, vol. I, Lisboa, coordenação Manuel HEITOR, José Maria Brandão de BRITO e Fernanda ROLLO, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004, pp. 241-285.

¹⁴¹ GRÁCIO, Sérgio, *Op. Cit.*, pág. 235.

que o novo sistema de ensino procurava criar. A indústria mecânica, a indústria química e a electrificação iniciavam os primeiros ensaios de estabelecimento no mercado.

Aliás, no momento em que foi conhecida a oferta de especializações de engenharia facultadas pelo IST, o modelo chegou a ser considerado ambicioso para o mercado de trabalho que o Portugal dos inícios do século XX tinha para oferecer aos engenheiros¹⁴². Contudo, como acontecera em Oitocentos, os quadros do estado, maioritariamente o Ministério das Obras Públicas, continuariam a absorver a grande parte destes profissionais. A convicção republicana na aplicação racional do conhecimento, traduz-se no campo do ensino na criação das Escolas Técnicas. É neste contexto político que se insere a criação do IST: como um dos baluartes da aplicação tecnológica do conhecimento.

A criação do IST está politicamente relacionada com Manuel Brito Camacho, Ministro do Fomento que decretou a criação do instituto. Cientificamente, a criação do IST está ligada a Alfredo Bensaúde, engenheiro formado na Alemanha e professor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. No domínio da prática e da pedagogia científica, o pensamento de Alfredo Bensaúde encontrou eco nos ideais republicanos.

O projecto de Alfredo Bensaúde consistia na promoção de um *espírito técnico* em detrimento do *espírito clássico*. Bensaúde fizera a sua formação na Alemanha, e é o modelo alemão das Escolas Técnicas Superiores (Technische Hochschule) que irá aplicar no projecto do IST: uma escola autónoma, alicerçada no método de ensino transmitido através do conhecimento académico e técnico, ou seja, na aplicação prática dos conhecimentos. O incremento das unidades de investigação e o culto de uma vida académica livre seriam também factores indispensáveis a uma escola que tinha por lema o mérito de alunos e professores¹⁴³.

Na estruturação do modelo desta nova escola, Bensaúde teve a colaboração de professores que também adquiriram a sua formação fora de Portugal e que, instituído o IST, passaram a integrar o corpo docente do instituto: Charles Lepierre, Ernst Fleury, Abram Droz, Giovanni Costanzo e Léon Fesh.

Em 1917, os primeiros engenheiros diplomados pelo IST afirmavam-se nas várias actividades:

¹⁴² GRÁCIO, Sérgio, *Op. Cit.*, pág. 234.

¹⁴³ BENSAÚDE, Alfredo, *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, 1922.

“Ao entrarmos na guerra, seis anos depois de fundado o Instituto, já oito antigos alunos se encontravam colocados como engenheiros civis na direcção do porto de Lisboa, na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, na Companhia dos Fósforos e no Ministério do Fomento; três outros, como engenheiros mecânicos na mesma Companhia e no mesmo Ministério; ainda três como engenheiros de minas de Vale de Vouga, de carvão de Porto de Mós e de cobre de Souzal; dois outros como engenheiros electricistas na Companhia dos Telefones de Lisboa; e três como engenheiros químicos na Companhia União Fabril. A indústria da extracção do rádio na fábrica do Barracão (Guarda), até então dirigida por engenheiros franceses, passou para as mãos de dois antigos alunos do Instituto.”¹⁴⁴

Em 1918 o IST e a Faculdade de Engenharia do Porto apresentavam cursos com a duração de seis anos. Se por um lado o tempo idêntico dos cursos de engenharia leccionados em Lisboa e no Porto anuncia o percurso uniforme no ensino superior, por outro lado anuncia também a consequente perda de autonomia do IST, uma vez que o instituto deixa de poder decidir apenas e só em função dos seus objectivos e do seu Regulamento que, em 1911 estabelecera a licenciatura em 5 anos. E é precisamente neste período conturbado da história do instituto que vamos encontrar Duarte Pacheco inscrito no primeiro ano do curso geral de engenharia.

A entrada de Duarte Pacheco no Instituto Superior Técnico, como aluno caloiro do curso geral, não foi discreta. Matriculado pela primeira vez no Instituto no ano lectivo de 1917/1918, logo a 25 de Outubro o director do estabelecimento recebe uma carta do reitor do Liceu de Faro pedindo a inquirição do aluno Duarte José Pacheco:

“acerca do que ele sabe sobre a agressão de que foi vítima o professor deste liceu José António Dentinho Júnior, por parte de um aluno da 5ª classe João de Freitas Figueiredo Mascarenhas”.¹⁴⁵

No dia seguinte encontramos novo pedido do reitor do Liceu de Faro, num tom bem mais incisivo¹⁴⁶. Do depoimento prestado pelo aluno infere-se que estando este

¹⁴⁴ *Idem, Op. Cit.*, In *Revista Técnica*, Ano XXII, nº 175, Junho de 1947, pág. 437.

¹⁴⁵ IST, Núcleo de Arquivo, Actas do Conselho Escolar do IST e Correspondência Recebida, 25 de Outubro de 1917.

arrolado como testemunha do processo, *foi o mesmo anulado superiormente*. Não conseguimos contudo descortinar a natureza do processo: se de averiguações, se disciplinar e qual a entidade superior que o terá dado como anulado. Da veracidade do facto ocorrido e relatado não temos qualquer registo, contudo um episódio de pedido de esclarecimento que leva um aluno caloiro a prestar depoimento no gabinete do director do Instituto, não foi seguramente uma situação cómoda para nenhuma das partes.

A 15 de Fevereiro de 1918, ainda no decorrer do primeiro ano lectivo de Duarte Pacheco no IST, tem lugar uma Assembleia-Geral de Alunos que visa o debate sobre a necessidade de renovação do Regulamento do Instituto criado em 1911. A necessidade de revisão do Regulamento relacionava-se com duas questões prementes. Por um lado a colisão de interesses entre engenheiros e condutores de obra na disputa de soluções e categorias profissionais¹⁴⁷ e, por outro lado, a normativa governamental que visava a uniformização da duração dos cursos superiores de Engenharia, de cinco para seis anos em Lisboa e no Porto, facto que como atrás referimos, veio a concretizar-se. Contudo, esta política de uniformização levantava de imediato outra questão: o regime de cadeiras, precedências, licenças e diplomas.

Sendo uma das prerrogativas do IST o incentivo da vida académica livre e activa, da Assembleia Geral de Alunos resulta a criação de um documento que sustenta a posição dos mesmos face à situação criada. Informam os alunos que, se não forem acautelados os interesses do Instituto, o director deverá demitir-se. Deste documento, redigido pelos estudantes e endereçado ao director do Instituto, Alfredo Bensaúde,

¹⁴⁶ Actas do Conselho Escolar do IST e Correspondência Recebida, 26 de Outubro de 1917: Reitoria do Liceu de João de Deus, Faro 26 de Outubro de 1917, Actas do Conselho Escolar do IST e Correspondência Recebida, 26 de Outubro de 1917:

Não sendo aceitável o depoimento do aluno desse Instituto, senhor Duarte José Pacheco, enviado por essa secretaria em 25 do corrente, em vista do processo a que o dito aluno se refere ter sido anulado superiormente, rogo a Vossa Exa. se digne ouvir o depoente pela segunda vez nos seguintes termos:

1º) Teve o senhor Duarte José Pacheco, testemunha apresentada no processo que corre presentemente contra o aluno da 5ª classe deste liceu, pelo Exmo. Professor José António Dentinho Júnior, conhecimento de uma agressão por parte do aluno João de Freitas Figueiredo Mascarenhas?

2º) No caso afirmativo, foi testemunha ocular?

3º) Ou teve conhecimento desta agressão pelo próprio aluno incriminado, ou então por terceiros?

4º) Conhece o instrumento de que o aluno incriminado se serviu para agredir o professor José António Dentinho Júnior?

5º) Conhece a origem deste conflito?

6º) Teve este caso muito ou pouco eco na cidade?

¹⁴⁷ Sobre esta questão Vide RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1999. Vide ainda GRÁCIO, Sérgio, “Notas sobre a emergência e a consolidação do ensino da engenharia”, in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, vol. I, Lisboa, coordenação Manuel HEITOR, José Maria Brandão de BRITO e Fernanda ROLLO, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004, pp. 231-239.

constam 178 assinaturas e Duarte Pacheco assina em 136º lugar, como aluno do curso geral¹⁴⁸.

Encetado o diálogo com o Conselho Escolar do IST, a Comissão de representação dos Alunos consegue um acordo que satisfaz estudantes e corpo docente¹⁴⁹.

Em 1918, no início do curso, Duarte Pacheco toma consciência de que uma mera deliberação política, no caso preciso aquela que, visando a uniformização do ensino da engenharia, afectou a escola que ele próprio frequentava. Perante a mesma situação, tomamos nós consciência de que Duarte Pacheco pertence ao grupo dos que têm opinião e dentro desse grupo pertence ao núcleo dos que tomam posição. Deste modo, e volvido apenas quatro meses após o ingresso no IST, Duarte Pacheco revelou-se como um aluno com participação activa no movimento de protesto e no abaixo-assinado enviado ao director do instituto¹⁵⁰.

Nos anos de 1919 a 1923 não voltamos a ter qualquer tipo de registo de dados relativos ao aluno Duarte Pacheco, que conclui, segundo os cadernos de assento do IST, o curso de Engenharia Electrotécnica e Máquinas com a classificação final de 14,3 valores, não atingindo as médias brilhantíssimas que a historiografia lhe atribuiu. Na

¹⁴⁸ IST, Núcleo de Arquivo, Actas do Conselho Escolar do IST e Correspondência Recebida, Documento nº 6, lido na sessão do Conselho Escolar do IST de 15 de Fevereiro de 1918.

¹⁴⁹ IST, Núcleo de Arquivo, Actas do Conselho Escolar do IST e Correspondência Recebida, Documento nº 6, lido na sessão do Conselho Escolar do IST de 20 de Fevereiro de 1918: *Urgindo definir de uma maneira absolutamente insofismável a situação em que se encontram, perante as leis vigentes, os indivíduos que concluíram os diferentes cursos do IST, pois que por certos diplomas o estado reconhece como engenheiros, pondo em dúvida noutros essa qualidade, que aliás a Indústria particular já amplamente reconheceu, os alunos do IST entendem como resolução do conflito, as seguintes alterações ao Regulamento desta Escola:*

1º Aos indivíduos habilitados com todas as cadeiras e dois meses de tirocínio finalmente será passada a sua carta de engenheiro

2º Facultativamente manter-se-á apresentação d'um projecto e sua defesa que constituirá a prova final de doutoramento, que evidentemente dará em concursos públicos, vantagens de preferência.

Aproveitando a oportunidade, exprimem ainda os alunos o desejo de serem ouvidos sobre outras alterações ao regulamento, taes como condições de admissão, organização de cursos, desenvolvimento da parte prática no sentido da sua máxima eficiência, etc, etc.

A boa vontade manifestada na solução d'este conflito e das nossas reclamações, é a garantia que nos será feita inteira e completa justiça.

Lisboa, aos 20 de Janeiro de 1918

A Comissão Delegada dos Alunos do IST

O Conselho Escolar aceita a solução:

Enquanto se não modificar/organizar o regulamento do instituto, na parte que respeita ao exame final, passar-se-ão aos alunos que tiverem terminado a parte escolar de qualquer dos cursos nele processados, diplomas de engenheiro.

, aprovado por maioria, para emitir officio

¹⁵⁰ Embora a direcção do IST e a Associação de Alunos do IST tenham chegado a um ponto de compromisso, o novo Regulamento do Instituto Superior Técnico só surgirá em 1921 pelo decreto 7.727 de 6 de Outubro.

folha de registo de Duarte Pacheco não existem reprovações mas algumas cadeiras são repetidas, situação que sustenta a ocorrência de uma das seguintes situações: ou Duarte Pacheco compareceu a exames uma segunda vez, ou terá protelado a frequência das disciplinas que apenas têm classificação na segunda matrícula efectuada.

No mesmo registo individual de aluno não existe qualquer referência ao serviço militar prestado ou ao local, instituição ou empresa onde o jovem engenheiro poderá ter realizado o *tirocínio*. Esta designação era à época utilizada para denominar o período de estágio, facto correntemente mencionado no registo dos alunos do IST.

Com efeito, na tipologia da documentação consultada verificámos que o director do instituto enviava cartas a empresas públicas e privadas, na tentativa de que os seus alunos tirocinantes pudessem estagiar e aplicar os seus conhecimentos nas situações práticas da vida profissional. Nestas mesmas missivas, o director do IST incentivava as empresas a receber os alunos do Técnico como tirocinantes, pois também as empresas ganhariam em inovação técnica, eficiência e prestígio¹⁵¹.

Oficialmente, Duarte Pacheco não tirocinou em nenhum local ou empresa. Em nome deste aluno não encontrámos nenhuma carta de referência da direcção do IST a indicá-lo para qualquer tirocínio. Se o fez foi a título particular e sem registo nos seus certificados de habilitações. Na historiografia corrente também não encontrámos qualquer referência ao facto. Contudo, outras referências existem, nomeadamente acerca do seu envolvimento político e do seu modo de subsistência em Lisboa desde 1918.

Os autores têm sido unânimes ao situar politicamente Duarte Pacheco como Republicano. Em 1919 ter-se-á alistado no batalhão académico que combateu uma revolta monárquica aquartelada em Monsanto. Este episódio ficou conhecido como «A Escalada de Monsanto»¹⁵².

Estudos mais recentes conseguiram identificar a filiação partidária de Duarte Pacheco. Convicto de um ideário republicano conservador, terá pertencido à União Liberal de Cunha Leal. E em 1926, já empossado Director do IST, terá apoiado a

¹⁵¹ IST, Núcleo de Arquivo, Actas do Conselho Escolar do IST e Correspondência Recebida 1911-1925. A título de curiosidade indicamos destinatários como a Estação Central de Electricidade, as Oficinas dos Caminhos de Ferro, Serviços de Tracção, Serviços de Vias e Obras, Caminhos de Ferro e Carris de Ferro de Lisboa, Companhias Reunidas e Gás e Electricidade, Fábrica da Boavista, Serviços Fabris da Marinha, Central Tejo, a Fábrica de Material de Guerra, Fábrica da Vista Alegre, Fábrica da Fiação de Vouzela, entre tantas outras.

¹⁵² José Augusto França, Margarida Acciaiuoli, Jorge Borges de Macedo entre outros autores.

instituição da ditadura militar¹⁵³. Em 1928, quando tomou posse como Ministro da Instrução, foi em prol dos ideais republicanos que jurou honrar o cargo para o qual foi nomeado¹⁵⁴.

Como acontecera com Marçal e José Pacheco ou como sucedera com Joaquim da Ponte, a apetência natural desta família para a política activa manifestava-se uma vez mais, pois para além de Duarte, também Humberto tinha filiação partidária, no caso, o Partido Republicano Democrático¹⁵⁵.

Quanto à questão da autonomia financeira dos Pacheco, relembramos que, órfãos desde 1914 e tendo concordado em reservar apenas às irmãs a herança paterna, os irmãos, embora decerto com possibilidades financeiras que permitiram a sua educação elementar e liceal, cedo se autonomizaram. Duarte Pacheco, ainda aluno de Liceu, terá iniciado uma actividade que lhe permitiu amealhar alguns rendimentos: as aulas de «explicações» a colegas menos expeditos nas matérias leccionadas. Em Lisboa a situação manter-se-ia. Nos relatos de Herculano de Carvalho, professor do IST e seu sucessor na direcção do instituto:

“Já durante o curso ele se distinguiu pela sua actividade docente, servindo-se dos seus conhecimentos de matemática para viver materialmente independente, com as numerosas lições particulares que dava”.¹⁵⁶

Mas Duarte Pacheco não terá subsistido unicamente com os rendimentos obtidos nas sessões de explicações. Enquanto estudante, temos notícia de que Duarte Pacheco viveu com o irmão mais velho, Humberto. Este, que frequentara o IST em 1916-1917, deixara a Engenharia para frequentar a Faculdade de Direito, como atrás referimos. Humberto Pacheco, formado em Direito, não exerceu advocacia¹⁵⁷. A sua actividade

¹⁵³ POLICARPO, Verónica, “Duarte Pacheco”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974*, vol. II M-Z, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, 2005, página 284.

¹⁵⁴ ACCIAIUOLI, Margarida, *Op. Cit.*, pág. 390.

¹⁵⁵ MACEDO, Jorge Borges de, “Cerimónia Comemorativa a Duarte Pacheco”, in *Técnica*, Lisboa, 1994, nº 2, 1994.

¹⁵⁶ CARVALHO, Herculano de, “Duarte Pacheco matemático e realizador”, in *Revista Internacional*, In Memoriam, Lisboa, 1951.

¹⁵⁷ Criada em 1936, a Ordem dos Advogados herdou os ficheiros arquivados na extinta Associação dos Advogados de Lisboa e cujos estatutos remontam a 1838. Do arquivo histórico da Ordem dos Advogados, que guarda os acervos documentais da profissão desde 1838, não consta o nome de Humberto Pacheco como advogado.

profissional esteve sempre relacionada com seguradoras e, certamente, aí aplicaria os seus conhecimentos de consultadoria jurídica¹⁵⁸. Também Duarte terá colaborado com o irmão na actividade seguradora, como avança Borges de Macedo¹⁵⁹.

Humberto Pacheco tem grande importância na forma como a personalidade de Duarte Pacheco se estrutura e, de algum modo, é factor determinante na forma como certos acontecimentos se irão desenrolar e encadear na vida futura do irmão mais novo. Da precoce orfandade em Loulé, à partilha do espaço em que vivem em Lisboa ou até do companheirismo da opção política, estes dois irmãos parecem ter vivido de facto, uma relação de cumplicidade.

Por outro lado, a actividade profissional de Humberto, também experimentada por Duarte, para além da autonomia financeira, cedo terá permitido o acesso a um outro mundo: o dos contactos, dos proprietários e dos bens.

Os anos de licenciatura de Duarte Pacheco são anos de formação intensiva: formação académica, política e social. Aluno inteligente e sociável, rapidamente angariou a simpatia de colegas e a atenção de professores. Por outro lado, a consciência e convicção políticas que desde cedo demonstrou, agiram como factor de integração, de pertença a um grupo. Do mesmo modo, quer a boa prestação estudantil, quer o processo de identificação política, foram factores que permitiram a distinção de Duarte Pacheco da massa anónima da estudantina. As «explicações» facultaram desafoço monetário e o auxílio na actividade seguradora do irmão permitiu-lhe o acesso a um extracto social maior: o da propriedade, sendo que propriedade é poder.

E foi deste modo, entre as aulas e os corredores do IST, entre as explicações remuneradas e entre a carteira de clientes segurados angariados com o irmão, que Duarte Pacheco foi traçando o seu percurso e construindo credibilidade.

Concluindo o curso de Engenharia Electrotécnica em 1923, Duarte Pacheco só volta a ser referido na documentação do IST em 1925, data em que integra os quadros docentes como professor da cadeira de Matemáticas Gerais. Contudo, um depoimento de Caetano Maria Beirão da Veiga, proferido em 1951 na Casa do Algarve a propósito de uma homenagem póstuma a Duarte Pacheco, permite-nos saber através deste seu

¹⁵⁸ Aliás, a actividade de Humberto Pacheco no ramo das seguradoras manteve-se nas décadas seguintes pois em 1960, quando enceta diálogo com a CML para executar a doação do espólio de Duarte Pacheco, na correspondência trocada com o município, por várias vezes anexa o seu cartão pessoal e desse cartão consta que é *Administrador da Companhia de Seguros Ourique*, sita na Avenida da Liberdade, nº 211-1º andar.

¹⁵⁹ MACEDO, Jorge Borges de, *Op. Cit.*, pág. 12.

professor da disciplina de Contabilidade, onde esteve nos dois anos que medeiam entre a data de conclusão do curso e a data de entrada no IST como professor:

“Quando Duarte Pacheco terminou o curso de Engenheiro Electrotécnico eu ocupava o cargo de Administrador Delegado da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária e editora do Diário de Notícias.

Nessa época, o Duarte passava horas a meu lado, no meu gabinete particular e servia-se dele como se seu fosse”¹⁶⁰.

Como atrás se referiu, não existem registos de que Duarte Pacheco tenha estagiado em qualquer instituição ou empresa. Do mesmo modo, não existe registo de que alguma vez Duarte Pacheco tenha exercido a profissão para a qual estava habilitado. Aliás, o facto de nunca ter exercido Engenharia seria motivo de críticas por parte de alguns dos seus colegas¹⁶¹.

Sabemos contudo que após a conclusão do curso frequentado no IST, Duarte Pacheco se manteve muito próximo de Caetano Beirão da Veiga e *usou o gabinete como se seu fosse*. A relação entre Duarte Pacheco e Caetano Maria Beirão da Veiga ultrapassou o registo de aluno e professor. O conhecimento e o trato cordial dos corredores e das salas de aula, transformou-se numa relação de *amizade quase paternal* como reconhece Beirão da Veiga¹⁶².

Caetano Maria Beirão da Veiga (1884-1962) foi professor catedrático da disciplina de Contabilidade no IST e no Instituto Superior de Comércio. Mas, para além da actividade docente, exerceu também actividade privada no sector dos seguros, previdência e aplicações financeiras¹⁶³.

¹⁶⁰ Caetano Maria Beirão da Veiga, “Duarte Pacheco. Inteligência, Dinamismo e Infatigabilidade”, in *Revista Internacional*, 1951, s/p.

¹⁶¹ É nos anos de 1926 a 1929 que o debate acerca da importância social do Engenheiro atinge o seu auge. O primeiro congresso de engenharia acontece em 1931 e a Ordem dos Engenheiros surge apenas em 1936. Contudo, no final dos Anos 20 o título de engenheiro é objecto de acesa discussão, nomeadamente na Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.

A este propósito Duarte Pacheco é acusado de utilizar o título de engenheiro na prossecução dos seus próprios interesses e é apelidado de *intruso*. Sobre a questão *Vide* COSTA, J. E. Dias da, “O título de engenheiro. Sua hermenêutica jurídica. Seu significado Social”, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, nº 649, Novembro-Dezembro de 1928, página 223.

¹⁶² *Vide* Apêndice Documental, Documento 8.

¹⁶³ *A Universidade de Lisboa e os seus Mestres. Notas Biográficas*, Lisboa, 1956, pp. 539-541. Caetano Maria Beirão da Veiga concluiu o curso superior de comércio em 1904, no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. No início da sua actividade profissional desempenhou funções diplomáticas na Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos e no Gabinete do Ministro dos Estrangeiros.

Em 1923, como o próprio Beirão da Veiga informa, *desempenhava o cargo de administrador delegado da Empresa Nacional de Publicidade. Detentora do Diário de Notícias*. Acresce informar que, à época, a Empresa Nacional de Publicidade pertencia ao grupo económico Companhia Industrial de Portugal (CIP) – Caixa Geral de Depósitos. Em suma, a amizade de Beirão da Veiga permitiu a Duarte Pacheco o acesso a um grupo maior: o da alta finança e do capital. Mas em 1923 Beirão da Veiga desempenharia uma outra função: a de vereador da Câmara Municipal de Lisboa; facto que, como adiante veremos, se revelaria determinante.

A clarificação e a junção dos vários dados que compõem a vida familiar, social e política de Duarte Pacheco, revela-se afinal bem diferente da *quase agiografia* criada em torno deste nome. Estamos perante um indivíduo que entre 1917, data de chegada a Lisboa e 1923, data de conclusão do curso, se movimentou com relativa facilidade nas várias áreas decisórias da sociedade lisboeta. Estamos perante um indivíduo que advém de uma família com tradições políticas: um tio par do reino filiado no Partido Regenerador; um outro tio par do reino filiado no Partido Progressista e, ainda, um pai politicamente activo. A par da actividade política, estes três ascendentes familiares partilham ainda de outra característica: todos eles desempenharam cargos de nomeação, ou seja, desempenhavam a nível local um cargo de confiança dos órgãos decisórios centrais, estacionados em Lisboa.

Com estas características, a família Pacheco conseguiu mover-se de forma transversal na cena política de finais do século XIX e inícios do século XX. Apenas e só com estas duas credenciais os irmãos Pacheco movimentam-se por Lisboa numa miríade de contactos. Tendo eles próprios filiação partidária, sendo republicanos, definiram-se num modelo de actuação política. Com contactos, credo político, credenciais académicas e actividade financeira, o espaço de manobra e o palco de influências cresceu a uma escala maior, a de Lisboa.

Como afirmava António Feijó: *no nosso país, a nação são os partidos, fora deles não há senão ignorantes e analfabetos*. É precisamente neste retrato de país que Duarte Pacheco se continuará a movimentar nos anos seguintes.

Na carreira docente foi professor do IST, do Instituto Superior de Comércio e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Foi nomeado director efectivo deste último instituto e foi, por diversos períodos, director interino do IST.

Em 1923 foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

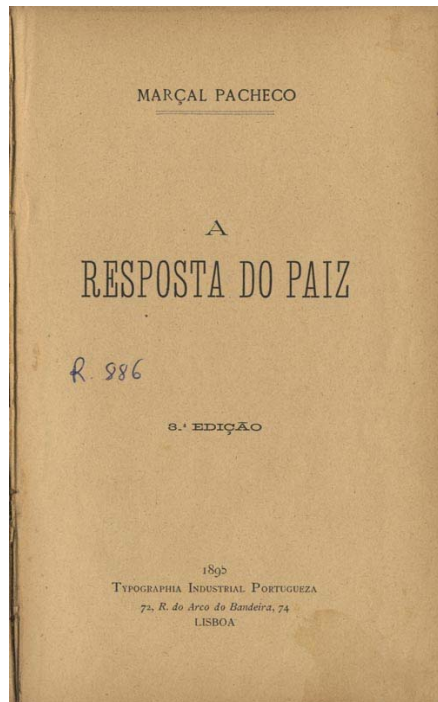
No domínio da actividade privada, Beirão da Veiga exerceu cargos de administração na Companhia de Seguros *A Soberana* e no *Banco Português do Atlântico*, foi actuário do Montepio Geral e presidente do conselho de administração do Banco Português do Continente e Ilhas.



20 e 21. José de Azevedo Pacheco e Maria do Carmo Pacheco, pais de Duarte Pacheco.



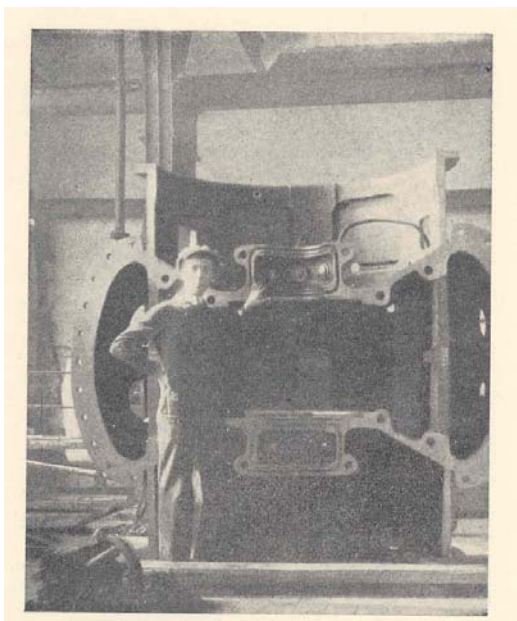
22. Os irmãos Pacheco



23. A Resposta do Paiz. Marçal Pacheco, 1895.



24 e 25. Duarte Pacheco em 1904 e em 1918.



26. Duarte Pacheco no Laboratório de Máquinas do IST.



27. Retrato de Duarte Pacheco, c.1920.

2.2. A Engenharia Política

“Duarte Pacheco era daqueles homens que seduzem pelo entusiasmo com que se dão a uma obra (...) Conheci as convicções de Duarte Pacheco, nunca vislumbrei nele a sombra sequer de ambição política.”

Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*.

No Verão de 1925, ausente de Lisboa e na impossibilidade de estar presente na sessão do Conselho Escolar do IST agendada para 31 de Julho, Mira Fernandes enviava no dia 18 do mesmo mês, uma carta ao Director do Instituto. Essa missiva iria produzir modificações no corpo docente do Técnico no ano lectivo seguinte¹⁶⁴. Aureliano de Mira Fernandes (1884-1958), doutorado em Matemática, era professor catedrático do IST e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF). No Técnico era Regente das três cadeiras de Matemáticas Puras (Matemáticas Gerais, Cálculo Diferencial Integral e das Variações e Mecânica Racional), e no ISCEF regia a disciplina de Análise Matemática. Pertencia ainda a duas Sociedades Científicas: a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia de Ciências Exactas, Técnicas e Naturais de Madrid. Eminente matemático e reconhecido na comunidade científica internacional, entre livros, lições e artigos, a sua bibliografia ascendeu a 118 títulos¹⁶⁵. Mira Fernandes era assim um dos mais conceituados professores do IST.

Na carta enviada a Eduardo Ferrugento Gonçalves (1863-1942)¹⁶⁶, o militar que em 1921 substituíra Alfredo Bensaúde na direcção do IST, Mira Fernandes afirma que a regência das três cadeiras *é demasiado cargo para um professor só*. O docente declara

¹⁶⁴ Vide Apêndice Documental, Documento 9.

¹⁶⁵ Cfr. *A Universidade Técnica de Lisboa e os seus mestres, Notas Biográficas*, Lisboa, 1956, pp. 768-775.

¹⁶⁶ Eduardo Augusto Ferrugento Gonçalves ingressou na Escola do Exército em 1881 e ali concluiu o curso de Engenharia Militar e Civil em 1885, tendo-se dedicado à carreira docente. Foi professor da disciplina de Máquinas Marítimas, Topografia e Geodesia na Escola Naval e na Escola de Guerra. Foi também professor do IST, regendo a disciplina de Máquinas e Geradores. De 1921 a 1926 foi director do IST.

que é seu desejo que o Conselho *o faça substituir na regência da primeira cadeira*, o que corresponde à disciplina de Matemáticas Gerais, e adianta que a sua substituição acarreta dois problemas: *o técnico e o legal*.

No estrito cumprimento do Regulamento do Instituto, sob o ponto de vista técnico, era possível que um professor com assento no Conselho Escolar (professor regente) substituísse um seu colega na regência de uma disciplina. Contudo, a situação de sobrecarga horária e pedagógica atribuída a Mira Fernandes, era uma situação partilhada por todos os professores regentes do IST. Era pois remota a hipótese de algum docente assoberbar ainda mais a sua agenda lectiva com a regência da disciplina que Mira Fernandes queria deixar de leccionar. Daí o facto do matemático, na missiva endereçada ao Director, referir que *sobre o primeiro* [o problema técnico], *no caso de nenhum dos nossos ilustres colegas querer incumbir-se da regência, sabe V. Exa, o que eu penso*. E o Director sabia. A escolha do novo docente estava feita mas um problema se colocava como afirmava Mira Fernandes, *o problema legal*.

O Regulamento do IST determinava que vagando uma das disciplinas, o Conselho Escolar poderia convidar ao seu provimento qualquer pessoa com provas de competência técnica demonstrada por trabalhos e matérias que constituíssem o programa da dita cadeira. Nas palavras do fundador científico do IST, Alfredo Bensaúde, o Conselho Escolar *atribuía muito menos valor aos diplomas académicos do que à sua actividade científica ou técnica post-escolar*¹⁶⁷. Esta escola considerava que as provas de competência se demonstravam pela medição da produção científica e pela *colaboração em trabalhos da técnica ou da indústria*.¹⁶⁸

Até 1930, data em que o Instituto passou a integrar a Universidade Técnica de Lisboa, sempre que o IST pretendia recrutar docentes, não procedia a concurso público. Nas palavras de Bensaúde, *a vontade do Conselho Escolar não é secreta*¹⁶⁹. Avaliando a produção científica e técnica dos nomes propostos a Conselho, o nome eleito era defendido em parecer por três professores e pelo Director. Esse mesmo parecer era proposto ao ministro da tutela e publicado em *Diário de Governo*, tornando-se assim um documento oficial e público.

¹⁶⁷ BENSAÚDE, Alfredo, “O Recrutamento dos Professores do Instituto Superior Técnico”, Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico, in *Revista Técnica*, Ano XXII, Nº 175, Junho de 1947, pág. 435.

¹⁶⁸ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 435.

¹⁶⁹ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 435.

Retomando as palavras de Mira Fernandes, o Director do IST sabia o que pensava o regente das Matemáticas sobre o nome a propor, mas havia de facto um problema *legal* a transpor: o cumprimento pleno do Regulamento.

Na sessão do Conselho Escolar de 31 de Julho de 1925, o Director dá conhecimento da carta de Mira Fernandes. O Conselho compreende e aceita o pedido de dispensa do professor e resolve por unanimidade que Mira Fernandes seja substituído na regência da cadeira de Matemáticas Gerais pelo *ex-aluno do instituto, o Sr. Duarte José Pacheco, na qualidade de professor interino*¹⁷⁰. Contudo, a questão legal foi relemburada por dois membros do Conselho. O professor Silva Pinto lembrou que seria conveniente Duarte Pacheco apresentar tese, *a fim de não criar um mau precedente*. O professor Lino Neto acrescentou que a exigência do mesmo exame final *para um caso destes*, ou seja, para ingresso no corpo docente, seria bom *para prestigiar a escola*. Beirão da Veiga contra-argumenta afirmando que o proposto *é um espírito brilhantíssimo e não exigindo o regulamento o exame final para a nomeação de professores interinos, essa formalidade pode bem dispensar-se no caso presente*¹⁷¹.

De facto, o Regulamento não exigia tese final para a nomeação de professores interinos, mas atentando nas palavras cautelosas de Silva Pinto e de Lino Neto, a não existência de um trabalho final de curso poderia abrir um mau precedente. Este simples facto acrescenta duas informações. Por um lado ficamos a saber que Duarte Pacheco nunca apresentou tese final de curso. Por outro lado, sabemos também que antes de dele, nunca nenhum outro docente do IST havia sido recrutado sem a titularidade desta credencial académica.

Esta situação vem demonstrar que o ingresso de Duarte Pacheco no corpo docente do IST, não corresponde ao método natural de recrutamento de professores do Instituto. Tendo em linha de conta os requisitos estipulados por Bensaúde aquando da criação da escola, Duarte Pacheco não correspondia ao perfil dos engenheiros recrutados para docentes do Técnico. Não havia demonstrado de 1923 a 1925, espaço de tempo que medeia entre a conclusão do curso no Técnico e o seu ingresso como professor no mesmo instituto, *saber tratar, com originalidade e proficiência, os assuntos que constituem o programa da cadeira a prover*, do mesmo modo que não existe notícia de *ter colaborado em trabalhos de técnica ou indústria*¹⁷². Estes eram, de

¹⁷⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 10.

¹⁷¹ Vide Apêndice Documental, Documento 10.

¹⁷² BENSAÚDE, Alfredo, *Op. Cit.*, pág. 435.

facto, os requisitos base de recrutamento do IST: a produção científica e a aplicação prática e técnica do saber. Duarte Pacheco não cumpria nenhum dos dois requisitos.

A sua entrada no corpo docente do IST revela que existiria um interesse maior, bem mais profundo que o usual e decerto legítimo ingresso de um novo elemento numa escola em ascensão. Esse interesse ultrapassava as qualificações técnicas e a produção científica que outros proponentes, da sua idade ou mais velhos, poderiam apresentar. Contudo, a questão nunca se colocou. Na missiva enviada ao Director, Mira Fernandes não nomeia eventuais substitutos. Na sessão do Conselho, quando na ordem de trabalhos é apresentada a situação de pedido de dispensa por parte de Mira Fernandes para a cadeira de Matemáticas Gerais, o Conselho decide atribuir a docência da disciplina a Duarte Pacheco. Esta atribuição foi feita por unanimidade e sem referência a qualquer outro nome. A entrada do ex-aluno não teve qualquer opositor ou qualquer oposição. Esta forma célere e expedita revela interesses maiores e de ambas as partes.

Apenas a título de exemplo, lembremos que Porfírio Pardal Monteiro, primeiro assistente da disciplina de Desenho Arquitectónico desde 1920, sob regência da disciplina de Arquitectura leccionada por Álvaro Machado, só em 1925 passou a Chefe de Trabalhos. Aliás coincidência ou não, este facto ocorre na mesma sessão em que é aprovada por unanimidade a entrada de Duarte Pacheco no quadro docente do IST.¹⁷³ Porfírio Pardal Monteiro, de Assistente a Chefe de Trabalhos esperou 5 anos para progredir na carreira. Levaria outros 12 para chegar a professor interino¹⁷⁴. Duarte Pacheco seria professor interino por menos de 1 ano, pois em Outubro seguinte passaria a professor efectivo. E a questão científica ou técnica nem sequer se colocava nesta situação, pois matemáticos ou ex-alunos envolvidos nas ciências exactas existiriam bastantes, o mesmo não acontecendo no caso da disciplina leccionada por Pardal Monteiro, como reconheceu o próprio Conselho: *atendendo às dificuldades de encontrar entre os alunos ou ex-alunos de Belas Artes pessoas que queiram ou possam aceitar o encargo desta assistência*¹⁷⁵.

A clarificação do processo de entrada de Duarte Pacheco no corpo docente do Técnico revela-se afinal bem mais complexa do que se poderia supor e bem mais sinuosa que a versão criada pela historiografia. Duarte Pacheco foi um bom aluno, mas não um aluno de *médias brilhantíssimas*. Nunca produziu um texto teórico nem existe

¹⁷³ Vide Apêndice Documental, Documento 10.

¹⁷⁴ IST, Núcleo de Arquivo, Processos Individuais de Professores, Processo Porfírio Pardal Monteiro.

¹⁷⁵ Vide Apêndice Documental, Documento 10.

testemunho de que tenha exercido científica ou tecnicamente a profissão de engenheiro, requisitos inerentes ao recrutamento do corpo docente do IST. Assim sendo, a clarificação do processo de integração permite-nos afirmar que se por um lado existe um óbvio interesse pessoal de Duarte Pacheco em integrar o quadro docente, interesse esse partilhado pelos seus proponentes, os catedráticos Mira Fernandes e Beirão da Veiga, que investem a sua autoridade académica na proposta de entrada do antigo aluno, existe por outro lado, o interesse da instituição em acolher Duarte Pacheco, apesar da singularidade desta admissão abrir um precedente científico e técnico no recrutamento legal de um docente.

Aliás, o facto de Duarte Pacheco não possuir as clássicas credenciais académicas, será sempre referido na documentação oficial do instituto. Em Outubro de 1926, no parecer de admissão de Duarte Pacheco a professor efectivo do IST, o Director Ferrujento Gonçalves e os professores Mira Fernandes, Borges de Sequeira e Beirão da Veiga afirmam que *não tem o Engenheiro Duarte José Pacheco obra escrita*¹⁷⁶. Se na sua admissão como professor interino, esse facto não era impeditivo de nomeação, como argumentara em 1925 Beirão da Veiga, no caso de nomeação efectiva a obra escrita era necessária. Contudo, uma vez mais o Conselho do IST contornou a questão justificando que Duarte Pacheco era *saído ha pouco tempo da Escola, não seria facil tê-la. Nesta sciencia [a Matemática] mais do que em qualquer outra, o ensino gera a producção scientifica*¹⁷⁷.

Existia de facto um interesse maior e comum a todas as partes e por alguma razão Duarte Pacheco parecia ser a peça de encaixe nesse mesmo interesse. E o interesse, o verdadeiro objectivo, seria o melhoramento material do Instituto. Instalado na Rua da Boavista desde a data de criação, o IST carecia de condições dignas. Vivendo a escola uma situação deplorável, afigurava-se necessária e inadiável a criação de condições para a existência de novas instalações para o Instituto Superior Técnico:

“Havia muito já, que toda a gente considerava indecorosas as instalações do instituto, situadas no Conde Barão, abarracadas, inestéticas, anti-higiénicas e provisórias – como tanta coisa nesta

¹⁷⁶ Vide Apêndice Documental, Documento 11.

¹⁷⁷ Vide Apêndice Documental, Documento 11.

quadra nacional; todos falavam, maldiziam, censuravam, mas ninguém actuava.”¹⁷⁸

Duarte Pacheco era seguramente a peça de encaixe que ligaria todos os pontos nevralgicos, decisórios e indispensáveis à concretização deste projecto. E no Conselho Escolar do IST, senão no todo dos seus elementos constituintes, pelo menos nos elementos de maior peso decisório, existia a plena consciência do facto. Antes de Duarte Pacheco nada se conseguiu e depois dele nada se lhe acrescentou¹⁷⁹.

A questão das novas instalações do IST transcendia o conceito de equipamento educativo. Afigurava-se como um projecto global e transversal, com fins científicos, pedagógicos, sociais e profissionais. A questão da necessidade de existência de instalações condignas para professores e alunos era indiscutível. As condições mínimas de ensino teórico não estavam garantidas e a prática do ensino técnico afigurava-se seriamente comprometida, uma vez que o espaço para laboratórios era escasso e o material rareava. As transformações estruturais de mercado iniciavam-se nos restantes países europeus, e com condições tão precárias o ensino técnico em Portugal não poderia competir com os seus congéneres. Numa sociedade em transformação célere, os engenheiros eram tidos como agentes produtores de riqueza¹⁸⁰.

Em 1916 Alfredo Bensaúde conseguira verba governamental para a construção do novo edifício destinado ao instituto, no caso 400 contos. Contudo, o projecto nunca avançou¹⁸¹. O Director do Instituto conseguiu que a Caixa Geral de Depósitos desbloqueasse os primeiros 100 contos para o arranque das obras, mas apesar de inúmeras diligências o processo ficou bloqueado. Bensaúde recorreu ao Ministro da Instrução Pública, ao Presidente da Comissão do Orçamento da Câmara dos Deputados e ao Secretário do Conselho Superior da Administração Financeira, mas o projecto nunca se concretizou¹⁸². Com os 100 contos iniciais Bensaúde poderia iniciar o projecto, mas sem a certeza da posse efectiva dos restantes 300 contos, a desbloquear a 50% nos anos económicos de 1917-1918 e 1918-1919, o Director do IST receava ver-se

¹⁷⁸ VEIGA, Caetano Maria Beirão da, *Op. Cit.*, s/p.

¹⁷⁹ Com a morte de Duarte Pacheco em 1943, cessam em definitivo as obras das novas instalações do IST. Previstos no projecto inicial e a edificar a poente do Pavilhão Central, dois pavilhões (Hidráulica e Laboratório de Máquinas) não chegarão a ser construídos.

¹⁸⁰ BENSAÚDE, Alfredo, *Op. Cit.*, pág. 436.

¹⁸¹ Pelo artigo 31 da Lei Orçamental Nº 220 de 30 de Junho de 1914, o Governo autorizou o empréstimo de 400 contos para a construção do novo edifício do Instituto Superior Técnico.

¹⁸² *Vide* Apêndice Documental, Documento 12.

*na contingência de em determinada altura ter de suspender as obras por falta de recursos*¹⁸³ E foi precisamente o que aconteceu.

Aquando da sua criação, ficou o Instituto instalado na Boavista, ao Conde Barão. Herdara as instalações do extinto Instituto Industrial¹⁸⁴. Ficou também o Instituto na posse de alguns terrenos na área do extinto Convento das Francesinhas, propriedade que administraria *como melhor lhe aprouvesse*.

O *barracão da Boavista* designação pela qual eram conhecidas as instalações do Técnico, poucas condições oferecia à prática do ensino. As salas de aulas teóricas eram exíguas, as salas de aulas práticas, não sendo construídas de raiz, não apresentavam as características necessárias de verdadeiros laboratórios, a iluminação era deficiente, o aquecimento inexistente e as infiltrações de água eram permanentes ao ponto de por em risco a segurança de alunos, professores e do próprio edifício¹⁸⁵.

Não bastando todas as diligências inerentes à necessária credibilidade da imposição do ensino técnico superior, Bensaúde pautou o mandato como director do IST numa insistente luta de atribuição de instalações condignas para o seu instituto. Nas inúmeras missivas que envia às várias entidades insiste na necessidade de existência de condições básicas à prática do ensino:

“o ensino da engenharia carece de grandes laboratórios, salas de desenho, oficinas, etc, não se poderá desenvolver entre nós, enquanto não possuímos um edifício apropriado onde esse ensino se possa fazer convenientemente”.¹⁸⁶

Outro dos argumentos usualmente utilizados por Bensaúde residia na invocação patriótica dos destinatários das suas missivas:

“No interesse do desenvolvimento do ensino superior técnico da engenharia em Portugal e para que seja o país dotado de um

¹⁸³ Vide Apêndice Documental, Documento 12, carta de Alfredo Bensaúde ao Presidente da Comissão do Orçamento da Câmara dos Deputados.

¹⁸⁴ Aquando da criação do Instituto Industrial optara-se por aquela localização tendo em conta a grande concentração industrial na zona da Boavista. Sobre o tema Cfr. CUSTÓDIO, Jorge, “Reflexos da Industrialização na fisionomia e vida da cidade”, in *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, Lisboa94-Expo98, 1998, pp. 461-462.

¹⁸⁵ As precárias condições de funcionamento do IST na Boavista são recorrentemente lembradas nas Sessões do Conselho Escolar do IST entre os anos de 1911 a 1935.

¹⁸⁶ Vide Apêndice Documental, Documento 12, carta de Alfredo Bensaúde ao Administrador da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, em 21 de Janeiro de 1916.

estabelecimento modelar onde o ensino se possa fazer com vantagem, venho solicitar do patriotismo de V. Exa.”¹⁸⁷

Com a verba inicial de 100 contos, e na esperança de desbloqueio dos restantes 300 contos, Bensaúde não procurou novos terrenos para a edificação das novas instalações do Instituto. Na posse de parte dos terrenos do extinto Convento das Francesinhas, resolveu a 15 de Agosto de 1916, adjudicar a Francisco Vital dos Santos Teixeira a empreitada de demolições e terraplanagens necessárias para levar a cabo o programa das novas instalações¹⁸⁸.

Quanto ao projecto arquitectónico, a escolha recaiu sobre Miguel Ventura Terra, o arquitecto de eleição de Bensaúde. O mesmo arquitecto que em 1896 projectara a casa do professor, situada na Rua de S. Caetano à Lapa.

A encomenda do projecto das instalações do IST a Ventura Terra data de 1915, como defende José-Augusto França¹⁸⁹. Por determinação do Conselho Escolar do IST, Ventura Terra recebeu um ofício datado de 9 de Novembro de 1915, ofício que o encarregava da elaboração do projecto do Instituto¹⁹⁰.

E o assunto não seria sigiloso pois a 25 de Agosto de 1915 a Associação de Estudantes do IST, em carta ao Director, e a propósito da notícia do projecto das novas instalações, lembrava a necessidade, não só de inclusão de instalações necessárias à sede da associação, como além destas, da inclusão no projecto de *campos de patinagem, ténis, esgrima, etc, a exemplo do que se vê lá fora, nos estabelecimentos modelares de França, Alemanha e Suíça*¹⁹¹.

Em Setembro de 1916, em carta enviada ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Bensaúde afirma que se vai iniciar a construção do novo edifício, razão pela qual pede que se proceda ao alinhamento da Rua João das Chagas e da Calçada da Estrela.¹⁹² Contudo, os receios do Director do IST concretizaram-se. Nos anos de 1917

¹⁸⁷ Vide Apêndice Documental, Documento 12, carta de Alfredo Bensaúde ao Presidente da Comissão do Orçamento da Câmara dos Deputados em 9 de Fevereiro de 1916.

¹⁸⁸ IST, Núcleo de Arquivo. Copiador de Cartas Nº 5, Novembro de 1915 a 30 de Abril de 1918, Carta de Alfredo Bensaúde a Francisco Vital dos Santos Teixeira, em 15 de Agosto de 1916.

¹⁸⁹ FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX*, 3ª edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1991, pág. 241.

¹⁹⁰ IST, Núcleo de Arquivo. Copiador de Cartas Nº 5, Novembro de 1915 a 30 de Abril de 1918, Carta de A. Viegas endereçada a Alfredo Bensaúde a 30 de Abril de 1918 e referente à liquidação de contas com Miguel Ventura Terra.

¹⁹¹ Vide Apêndice Documental, Documento 13.

¹⁹² IST, Núcleo de Arquivo. Copiador de Cartas Nº 5, Novembro de 1915 a 30 de Abril de 1918, Carta de Alfredo Bensaúde ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 22 de Setembro de 1916.

e 1918 não se regista qualquer entrada de verba nos cofres do IST referentes à construção do novo edifício.

Em 1918 a intenção de edificar no terreno das Francesinhas um *já projectado* Museu Comercial de Lisboa é apresentada ao Director do IST. Em contraponto Bensaúde responde que não se opõe à construção de tal edifício, caso se permutem terrenos, e aponta a Tapada das Necessidades como área preferencial para a construção do novo edifício do IST¹⁹³.

Em Novembro de 1919 Bensaúde envia ao Ministro do Comércio e Comunicações toda a informação solicitada pelo Senador Constâncio de Oliveira. Este documento acabará por relatar o historial do gorado projecto de construção das novas instalações do Técnico, de 1915 a 1918¹⁹⁴.

De 1919 a 1926 a questão das precárias condições de instalação do IST continuaram a ser referidas em Conselho Escolar, mas das intenções à viabilidade de um projecto de melhoramentos, nada aconteceu.

É na sessão imediatamente anterior à primeira presença de Duarte Pacheco como membro do Conselho Escolar, que a questão das instalações do Instituto é novamente relançada e questionada.

Com efeito, em sessão de 7 de Agosto de 1926 o Director do IST, General Ferrugento Gonçalves, comunica ao Conselho *as diligências junto de Sua Excelência o Ministro do Comércio para a mudança do Instituto para o edifício do antigo Colégio de Campolide*¹⁹⁵. Uma vez mais, as diligências seriam infrutíferas. A ocupação do Colégio de Campolide estava já destinada ao aquartelamento de uma unidade militar, como informou o Ministro do Comércio, mediante informação obtida com o Ministro da Guerra.

Na impossibilidade de o IST se deslocar para Campolide, o professor Almeida Garrett alvitrou a hipótese de se deslocar o Técnico para *os extintos serviços da Cordoaria Nacional, lembrando que o edifício é vasto e bem situado*¹⁹⁶. Contudo, o Conselho optou por *manter a comissão encarregada do exame de viabilidade de*

¹⁹³ Vide Apêndice Documental, Documento 14.

¹⁹⁴ Vide Apêndice Documental, Documento 15.

¹⁹⁵ IST, Núcleo de Arquivo. Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar (1918-1917), Acta da Sessão do Conselho Escolar em 7 de Agosto de 1926.

¹⁹⁶ *Idem, Ibidem.*

*mudança, que continue funcionando a fim de averiguar da existência de outro edifício para onde seja possível mudar o instituto*¹⁹⁷.

A entrada de Duarte Pacheco no corpo docente do IST não alterou a evidência das necessidades prementes do Instituto. A sua entrada alterou o modo de agir. Como os seus colegas do Conselho, também Duarte Pacheco acreditava que as novas instalações se afiguravam como um projecto global e transversal, com fins científicos, pedagógicos, sociais e profissionais. Mas Duarte Pacheco acrescentou um outro factor de importância a este projecto. Um factor decisivo, o político.

O círculo restrito de confiança de Duarte Pacheco seguramente que já havia percepcionado o facto, e acreditava que ele seria o homem certo para encabeçar a equipa que levaria a bom termo o ambicioso projecto das novas instalações do Técnico. Mas era necessário conquistar a confiança e a unanimidade do Conselho Escolar do IST. E Duarte Pacheco conseguiu ganhar essa confiança por mérito próprio.

No ano lectivo de 1925-1926 leccionou a disciplina de Matemáticas Gerais e representou o Director do IST na Comissão nomeada pelo Governo para o estudo das reclamações de alunos em greve. Em Outubro de 1926, como atrás foi referido, o Conselho Escolar propôs ao Ministro da tutela a nomeação definitiva de Duarte Pacheco, nomeação essa que saiu em *Diário de Governo* no mesmo mês. Ainda em Outubro de 1926 ficou Duarte Pacheco encarregue do *estudo minucioso dos horários*¹⁹⁸. O Director havia recebido inúmeros requerimentos de alunos reclamando que os horários estabelecidos no instituto não permitiam a frequência efectiva de disciplinas inerentes à tabela de precedências. Pela existência de sobreposição horária de disciplinas nucleares, os alunos viam-se assim obrigados a faltar a aulas indispensáveis. Duarte Pacheco ficou encarregue de reorganizar os quadros horários de todas as disciplinas leccionadas no IST e todas as alterações foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho Escolar¹⁹⁹.

No dia 6 de Novembro de 1926 Duarte Pacheco toma pela primeira vez lugar na Sessão do Conselho Escolar do IST. Como docente efectivo, Duarte Pacheco passou a pertencer ao Conselho Escolar: órgão decisório e deliberativo do Instituto nas questões de organização e planificação científica, técnica, pedagógica e financeira. Como

¹⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁹⁸ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar (1918-1927), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 25 de Outubro de 1926.

¹⁹⁹ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar (1918-1927), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 25 de Outubro de 1926.

membro do Conselho, Duarte Pacheco poderia agora apresentar propostas técnicas e científicas relativas à sua área de docência, no caso a Matemática. Podia também apresentar projectos ou tomar a palavra sempre que o julgasse necessário se o assunto respeitasse o bom nome ou o bem comum do Instituto.

Presente no Conselho Escolar do IST pela primeira vez e no uso do direito da palavra, Duarte Pacheco não perdeu oportunidade nem tempo e expôs a sua opinião. Contudo, na breve intervenção, o jovem docente não se limitou a constatar o óbvio e a lamentar o infortúnio. Numa malha de carácter que irá pautar a sua vida pública, Duarte Pacheco revela nesta breve exposição o seu método de trabalho: análise das situações; identificação dos erros, definição de prioridades e construção das soluções.

No momento em que tem a palavra agradece as amáveis boas-vindas, agradecendo em especial ao professor Mira Fernandes, *não só a situação presente de docência mas também todas as atenções que lhe dispensou durante a sua vida escolar e depois de formado*. Mas a novidade surge logo de seguida. Frontal nos seus propósitos e contrastando com as formais declarações de um corpo docente absorto nas questões da docência e dos conteúdos programáticos das disciplinas, um corpo docente fragilizado pela excessiva carga horária e pela idade avançada, a intervenção de Duarte Pacheco surge com um vigor e um entusiasmo característico dos 26 anos ainda por completar. Surge ágil na forma de atingir objectivos muito bem definidos:

“O Sr. Professor Pacheco afirma que, enquanto o instituto estiver tão deficientemente instalado e tão pobre, não pode progredir (...) Outro problema que julga necessário resolver é o do recrutamento do professorado. O sistema de contratar professores estrangeiros deve acabar (...) urge pensar na criação de bolsas de estudo, a fim de os rapazes formados nas nossas escolas (...) possam ir ao estrangeiro especializar-se e vir depois exercer o professorado. Outro assunto que também necessita de ser resolvido é o dos laboratórios. De todos os laboratórios do instituto só o de Química desempenha a sua missão e trabalha regularmente.”²⁰⁰

Como aluno do IST, Duarte Pacheco vivera sob uma perspectiva: a do estudante que recebeu a formação técnica e científica regulamentadas e possíveis mediante as

²⁰⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 16.

condições existentes. Como membro do corpo docente, a sua atitude revela-se inconformada e assertiva. Analisada a situação, Duarte Pacheco afirma que na continuidade da situação de precariedade o IST não tem como progredir. E, sob o seu ponto de vista, a estagnação do Instituto deve-se não só às deficientes instalações que possui, mas também se deve à falta de material, falta de laboratórios e falhas nos critérios de renovação do pessoal docente.

Identificados os erros, Duarte Pacheco giza as prioridades: resolver no espaço de um ano o problema das instalações. E como a renovação das instalações e a criação de bolsas de estudo para recrutamento de professorado exigem fundos monetários, Duarte Pacheco aponta a forma de os conseguir: *fazer pressão sobre os poderes públicos e tomar a iniciativa de ida de todos os professores a Sua Exa. o Ministro do Comércio*²⁰¹. A pressão, sob o ponto de vista de Duarte Pacheco, seria política ao utilizar os argumentos e as acções do próprio governo: *se o Estado pode sobrecarregar o seu orçamento com mais 10.500 [contos] anuais, por motivo das últimas reformas de ensino, também pode proporcionar ao instituto os meios de efectivar esta pretensão*.

Em suma, se era pretensão do governo reformar o ensino, a legitimação do discurso político poderia passar a obra efectiva: as novas instalações do Técnico. E é com este argumento que Duarte Pacheco irá pressionar constantemente o poder político até à obtenção dos fundos necessários ao arranque das obras do Técnico. Elevando o projecto das novas instalações do IST a porta-estandarte das reformas de ensino, da projecção do ensino técnico e da formação da nova classe profissional geradora de riqueza, entre Novembro de 1926 e Junho de 1927, Duarte Pacheco conseguirá do governo a publicação de três decretos fundamentais ao arranque de uma obra estrutural. A uma distância de 25 anos, Herculano de Carvalho diria que:

“a acção difícilima que por vontade de ferro e por um optimismo invencível, Duarte Pacheco desenvolveu para conseguir do Parlamento que então votasse a concessão da primeira verba para compra dos terrenos e início da construção e depois para promover as expropriações necessárias, demolições, etc.”²⁰²

²⁰¹ Vide Apêndice Documental, Documento 16.

²⁰² CARVALHO, Herculano de, *Op. Cit.*, sem paginação.

Logo a 1 de Fevereiro de 1927 é publicado o Decreto 13 113 que permite ao IST contrair um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos no valor de 3.500 contos para construção do novo edifício. A 2 de Junho do mesmo ano o Decreto 13 717 decreta a necessidade de atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro para professores e alunos diplomados pelo IST; e o Decreto 13 718, publicado no mesmo dia, eleva para 10.500 contos a verba destinada à construção do novo edifício.

A confiança do Conselho Escolar estava conquistada. Entre Novembro de 1926, data em que Duarte Pacheco toma pela primeira vez assento no Conselho e Junho de 1927, à parte das regências das disciplinas, responsabilidade técnica e científica inerente a cada um dos professores com assento no Conselho, todas as questões burocráticas, de consultadoria, delegação e comissão, passaram a ser atribuídas por unanimidade a Duarte Pacheco. O argumento era por demais repetido: Duarte Pacheco era o professor mais novo, e no perfeito domínio da argúcia e inteligência revelava total disponibilidade. Como se não bastasse, era ainda bem conhecedor de todos os assuntos²⁰³.

Com a presença de Duarte Pacheco o cenário do IST alterou-se por completo. De 1911 a 1926 o Instituto não conseguiu sequer transferir-se para um outro edifício que apresentasse melhores condições. Duarte Pacheco ingressara no corpo docente do IST no ano lectivo de 1925/1926, tomando pela primeira vez assento no Conselho Escolar do Instituto no ano lectivo de 1926/1927. A 6 de Novembro de 1927, no primeiro momento em que no Conselho Escolar teve o uso da palavra, Duarte Pacheco identificou os problemas do Instituto e avançou com as soluções. Entre 1 de Fevereiro e 2 de Junho de 1927, o poder político ao publicar os decretos 13 113, 13 717 e 13 718, tornava força de lei as palavras de um homem, que recém-chegado ao IST, conseguiria o que o Conselho Escolar e dois Directores de um Instituto Público não conseguiram em 15 anos: terreno e verba para construção.

²⁰³ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar (1918-1927), Actas das Sessões do Conselho Escolar de 6 de Novembro de 1926 a 8 de Junho de 1927. Neste espaço de tempo Duarte Pacheco representou o Director do IST na Comissão nomeada pelo Governo para estudar as reclamações de alunos em greve; procedeu à reforma da tabela de horários para todos os cursos leccionados no IST; por delegação do IST integrou a Comissão encarregada pela Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial de classificar os candidatos a vagas de professores agregados das escolas do ensino elementar industrial e comercial; ficou encarregue de formular a resposta ao Instituto Electrotécnico e de Mecânica Aplicada de Toulouse que solicitada a inclusão do IST na lista oficial de escolas estrangeiras cujos cursos deveriam ser equivalentes aos cursos das escolas superiores de engenharia portuguesas; foi delegado do IST à Comissão Organizadora do I Congresso Nacional de Engenharia, entre outras representações.

Na sessão do Conselho de 5 de Fevereiro de 1927 é lido o decreto 13 113. Com este documento oficial o Governo autorizava o IST a negociar com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 3.500 contos para a construção das novas instalações. Por proposta do Director e com a aprovação unânime do professorado, ficou consignado em acta:

“ um voto de louvor e agradecimento ao professor Sr. Duarte Pacheco a cujos esforços e tenacidade se deve o grande benefício que representa para este Instituto a publicação do decreto”.²⁰⁴

Seguidamente, o Director informa que, de harmonia com o disposto no artigo 5º do mesmo decreto²⁰⁵, se torna necessário eleger os dois representantes do Conselho para, juntamente com a Comissão Administrativa, dirigir e fiscalizar a construção do novo edifício do Instituto.²⁰⁶ O professor Santos Viegas propõe, sendo aprovado por unanimidade, que sejam eleitos para as funções determinadas no artigo 5º do decreto:

“ os professores Duarte Pacheco que tanto se tem interessado pelo assunto e Francisco Maria Henriques em vista das suas qualidades e da sua especialização.”²⁰⁷

Francisco Maria Henriques era o professor regente de Engenharia Civil do IST. Membro do Conselho Escolar, desempenhava também funções de consultadoria na Caixa Geral de Depósitos. Como consultor da instituição bancária estatal, este professor do Técnico não se limitava a emitir pareceres no âmbito da Engenharia. Ultrapassando o universo dos créditos técnicos, os seus pareceres focavam também as questões arquitectónicas dos projectos de obra da CGD²⁰⁸. Este facto justifica a escolha de

²⁰⁴ Vide Apêndice Documental, Documento 17.

²⁰⁵ “A construção do novo edifício do Instituto Superior Técnico será dirigida e fiscalizada por uma comissão constituída pelos membros da comissão administrativa do mesmo estabelecimento de ensino e por dois delegados do seu conselho escolar, devendo prestar contas dessa administração ao Conselho Superior de Finanças”, Artigo 5º do Decreto 13.113 de 24 de Janeiro de 1927, publicado no *Diário do Governo*, I Série, de 1 de Fevereiro de 1927.

²⁰⁶ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁷ *Idem, Ibidem..*

²⁰⁸ Sobre os processos de construção, modelos adoptados e sobre a caracterização técnica dos quadros decisórios da Caixa Geral de Depósitos Vide BRITES, Joana Rita da Costa, *Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e Programas Arquitectónicos na Construção do Estado Novo (1929-1970)*, dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, texto policopiado, 2007, pág. 34-35.

Francisco Maria Henriques para a direcção técnica da obra. O engenheiro civil tenta declinar a escolha que sobre ele recaiu, embora não tenha sucesso no propósito. E é como vogal da direcção técnica, escolhido pelos seus pares que emite desde logo o primeiro parecer sobre o projecto de obra:

“O professor Sr. Francisco Maria Henriques lembra que o trabalho tem uma parte directiva e outra artística. Propõe por isso que à comissão fique agregado o professor de Architectura.”²⁰⁹

Francisco Maria Henriques referia-se obviamente, a Álvaro Machado, o professor regente de Architectura do IST. E neste primeiro momento, o de leitura, interpretação e aplicação prática do decreto que aprovava o financiamento de construção das novas instalações do Técnico, surgia a primeira divisão:

“O professor Sr Pacheco entende que não é oportuna a proposta do Sr. Francisco Maria Henriques, visto que a comissão no interesse do melhor desempenho da sua missão, ouvirá quem julgar conveniente e agregará a si todos quantos a possam auxiliar à medida que esse auxílio for sendo necessário.”²¹⁰

A proposta de Francisco Maria Henriques, de agregar à comissão técnica o professor de Architectura Álvaro Machado, seria aprovada por todos os professores presentes no Conselho, com a excepção de Duarte Pacheco²¹¹.

Mentor da crença de viabilidade de construção do novo edifício e credor do mérito na obtenção de verba para a viabilidade o projecto, Duarte Pacheco demonstra que tem ideias firmes e bem claras sobre a questão. Ao não concordar com a agregação de Álvaro Machado ao corpo directivo da comissão que supervisionará a construção do novo edifício, Duarte Pacheco declina a validade da apreciação estética de Álvaro Machado. Embora a presença do arquitecto na comissão técnica de obra tenha sido votada por todos os professores, prevaleceu a vontade de Duarte Pacheco, uma vez que a questão não voltará a ser levantada em Conselho e Álvaro Machado não chegará nunca a integrar esta comissão.

²⁰⁹ Vide Apêndice Documental, Documento 17.

²¹⁰ *Idem, Ibidem.*

²¹¹ *Idem, Ibidem.*

Este facto denuncia duas situações possíveis. Duarte Pacheco poderia não sentir empatia face à posição estética praticada por Álvaro Machado na arquitectura que projectava ou leccionava no IST, ou não sendo esse o caso, Duarte Pacheco teria já em vista as linhas estéticas ou o arquitecto que faria o traço arquitectónico das novas instalações.

Em todo este processo, apenas neste primeiro momento, o de leitura do decreto que autorizava o empréstimo para o início da construção do novo edifício, foi alvitado em Conselho Escolar o nome de um arquitecto, Álvaro Machado. A questão de direcção arquitectónica da obra não será nunca referida, como se a uma esfera superior se tivesse já decidido o nome do arquitecto que projectaria o novo edifício.

O verdadeiro projecto do novo IST parece ter sido gizado na esfera da política pública e não no âmbito de um exercício voluntário de cidadania. Ao contrário do que acontecera entre 1915 e 1918 com Alfredo Bensaúde que, apresentando um projecto educativo e um projecto arquitectónico, não conseguiu ir além do patamar das intenções políticas, com Duarte Pacheco assistimos a um desenrolar dos acontecimentos de forma célere e eficaz. E por uma razão simples: Duarte Pacheco era o político na academia. Bensaúde foi o cientista, o técnico, o pedagogo que defendeu um projecto de ensino e que num tempo preciso o poder político legitimou ao criar o IST. Mas quando Bensaúde propôs a projecção material da escola criada em decreto, não conseguiu passar do projecto.

Duarte Pacheco fez o percurso inverso. Quando entrou no IST e integrou o quadro docente, a credibilidade política já existia, pois só assim se justificam os contactos políticos facultados ao mais alto nível, o nível da decisão. Não era pelo facto de ser professor do IST há pouco mais de 1 ano que Duarte Pacheco teria acesso directo a um gabinete ministerial. Como o próprio afirma a propósito da concessão de crédito para a construção do novo edifício do Instituto, tinha acesso directo aos ministros, à cúpula do poder:

“Disse-lhe Sua Excelência o Ministro que não podendo o Estado dar de uma só vez o dinheiro necessário para a conclusão da obra, entendia que os 3.500 [contos] não deviam ser gastos apenas nos alicerces. Devia a obra ir sendo feita parcialmente concluindo o que

fosse começado, pois assim mais fácil lhe parecia conseguirem-se os meios necessários para a conclusão da obra.”²¹²

Mas a par da concessão de verba para o financiamento de obra, Duarte Pacheco tinha também a segunda e imprescindível questão já resolvida, a do terreno. E pensando numa perspectiva global, de congregação de esforços mas também de interesses, pensara também a angariação de parceiros:

“Pensou interessar também os industriais na realização deste desejo e pede aos colegas que o coadjuvem nesta iniciativa. Sabe que não há muito o que se pode conseguir mas o efeito moral será enorme e levará o governo a dar mais facilmente o que faltar. Relata já terem sido encetadas as negociações com o proprietário do terreno, tendo este fixado o pagamento em duas prestações: um no acto da escritura e a segunda até ao fim de Junho depois de retiradas as colheitas.”²¹³

E centrando-nos agora na questão dos terrenos, relembremos, como atrás foi dito, que Duarte Pacheco, nos dois anos que decorreram entre a conclusão do curso em 1923 e o seu ingresso no IST como professor interino em 1925, não exerceu engenharia. Como referiu Beirão da Veiga: *quando terminou o curso passava horas a meu lado, no meu gabinete e servia-se dele como se seu fosse*²¹⁴. Relembremos ainda que Beirão da Veiga, professor catedrático do IST e do ISCEF, exercia para além da docência, actividade privada na banca e nas seguradoras. Também Humberto Pacheco, licenciado em Direito e irmão de Duarte, não tendo exercido advocacia, optou pela consultadoria jurídica no ramo das seguradoras.

As seguradoras avaliam e validam a posse e a transacção de propriedade, nomeadamente no mercado de terrenos.

Nestes dois anos que vão de 1923 a 1925, Duarte Pacheco, por estreita relação pessoal ou por actividade própria, tendo trabalhado com o irmão no ramo das seguradoras, teve acesso directo ao mercado do imobiliário, dos proprietários e dos bens. Na proximidade ou no exercício pleno da actividade seguradora, teve também acesso ao mercado financiador da transacção de bens e propriedades: a banca.

²¹² *Idem, Ibidem.*

²¹³ *Idem, Ibidem.*

²¹⁴ *Vide Supra*, ponto 2.1.

A utilização do gabinete de Beirão da Veiga demonstra a plena confiança e a estreita amizade que o professor tem pelo ex-aluno. Mas revela outros dados. Duarte Pacheco utilizaria o gabinete com um propósito, um propósito que seria do conhecimento de Beirão da Veiga, tendo o seu consentimento e a sua aprovação.

Seria seguramente um projecto pensado, estruturado e que visava corresponder aos legítimos anseios de vários interesses que convergiam para o mesmo objecto e com o mesmo objectivo: as instalações do Técnico.

Desde logo, existia o interesse maior de professores e alunos que, desde a fundação do Instituto, reclamavam *o desenvolvimento da primeira escola superior de engenharia do país, aquela de que mais directamente depende o progresso*²¹⁵. Este conceito de elite, de escola formadora dos agentes criadores do progresso e da riqueza do país, sempre foi instruído e aplicado no IST. No domínio da Engenharia existe o *Técnico* existindo depois as outras escolas. E para os engenheiros formados pelo Técnico, não só como antigos alunos da escola mas como profissionais conscientes da importância social e económica da sua actividade, o envolvimento num projecto desta envergadura, como agentes da indústria ou como seus funcionários especializados, seria uma forma de obtenção de mérito e de credibilidade. Daí o facto de Duarte Pacheco referir que pensou *interessar também os industriais*.

No domínio da esfera política, a credibilidade e a adesão não se conseguem com palavras, mas com acção, com obra. E a verdadeira reforma do ensino, *o desenvolvimento da primeira escola de engenharia do país*, só seria possível com o seu efectivo melhoramento material: o novo edifício. Deste modo, também no domínio político, a viabilidade deste projecto se apresentaria como uma medida benéfica. Como dissera o ministro do Comércio a Duarte Pacheco, *devia a obra ir sendo feita concluindo o que fosse começado*.

A construção do IST seria conseguida numa conjugação de esforços e no encontro dos vários interesses em jogo. Cada um a seu modo, buscava legitimidade e reconhecimento. E se todos o poderiam conseguir, todos o conseguiram.

Neste processo Duarte Pacheco foi a pedra de fecho de uma abóbada, de uma cúpula, e não o expedito e voluntário professor de 26 anos que recém-chegado ao corpo docente do Instituto se lança solitário num projecto que dependeu unicamente da sua vontade e esforço, como defende Beirão da Veiga numa versão abonatória:

²¹⁵ IST, Núcleo de Arquivo. Copiador de Cartas Nº 5, Novembro de 1915 a 30 de Abril de 1918, Carta de Alfredo Bensaúde ao Director do Posto de Desinfecção Pública de Lisboa, em 18 de Setembro de 1916.

“Animado daquela confiança firme, impulsionado por uma visão larga (...) eis que se mete na Câmara Municipal de Lisboa, coberto com o simples título de professor do Instituto, e de alto a baixo, esquadrinha a planta da cidade. A sua vista aguda fixa-se nos vastos terrenos, quintas e quintais que se dilatavam para as bandas do Arco do Cego. Lá no foro do seu íntimo, decide que ali se elevaria imponente o edifício do Técnico, condigno e adequado à finalidade da Escola. E aí se ergueu”²¹⁶

Margarida Acciaiuoli coloca em questão *como foi possível que um jovem e desconhecido professor tivesse entrado assim pelas Repartições do Município de Lisboa, fazendo prevalecer as suas ideias*²¹⁷.

Para Duarte Pacheco o acesso às Repartições do Município foi muito fácil. Entre 1923 e 1925 o jovem desconhecido utilizara o gabinete de Beirão da Veiga *como se seu fosse*, e eis que se mete na Câmara coberto com o simples título de professor porque o próprio Beirão da Veiga lhe permitiu esse acesso. No Diário de Notícias, Duarte Pacheco poderia utilizar o gabinete particular que Beirão da Veiga possuía no domínio da actividade privada que sempre exerceu. Mas Beirão da Veiga em 1923 era também Vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Duarte Pacheco entrou nas repartições do município não como simples e desconhecido professor, mas como amigo pessoal do vereador camarário.

Acresce ainda um outro facto. Como atrás se disse, desde a sua fundação que o IST viveu uma situação de insalubridade de instalações. E desde a mesma data existiu uma *comissão encarregada do exame de viabilidade de mudança do instituto*. Esta designação é muitas vezes utilizada na documentação produzida pelo Conselho Escolar do Técnico, pois a questão das instalações é assunto recorrente nas discussões do professorado²¹⁸.

Acrescido também da qualidade de membro desta comissão, Duarte Pacheco terá tido acesso aos serviços camarários que lhe permitiram o escrutinar de terrenos livres na

²¹⁶ VEIGA, Caetano Maria Beirão da, *Op. Cit.*, s/p.

²¹⁷ ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes – “Restauração” e “Celebração”*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pág. 397.

²¹⁸ IST, Núcleo de Arquivo, Corpos documentais referentes aos Copiadores de Correspondência de 1911 a 1926 e Actas das Sessões do Conselho Escolar de 1911 a 1926.

cidade de Lisboa. E o mais indicado docente do IST e membro da referida comissão seria Duarte Pacheco, uma vez que de todos os professores do Instituto, era ele o que reunia mais informação sobre a questão, pois colaborara com o irmão no ramo dos seguros, tendo por isso os contactos e os acessos directos aos proprietários e intervenientes do ramo imobiliário. Acresce ainda o facto de que, caso lhe faltasse o modo de chegar a alguns proprietários de forma directa, outro meio havia para estabelecer o contacto: o gabinete de Beirão de Veiga, ilustre professor que trazia a este projecto a credibilidade financeira, social e que como vereador da Câmara, acrescentava também ao projecto o necessário manejo político.

Como político que era, Duarte Pacheco agarrou este projecto como a primeira das suas obras. Para Duarte Pacheco o Técnico seria um projecto de obra e um projecto político e os dois decretos que conseguiu em 1927 assim o demonstram.

Na sessão do Conselho Escolar de 8 de Junho de 1927 Duarte Pacheco era *louvado* pelos colegas, pois as suas diligências e insistências perante os ministros permitiram a publicação de um decreto que elevaria para 10.500 contos a verba destinada à construção do edifício, permitindo ainda a publicação do decreto que permitia a atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro a professores diplomados pelo instituto²¹⁹.

Sete meses antes, quando pela primeira vez tivera o uso da palavra no Conselho Escolar, Duarte Pacheco afirmara que no espaço de um ano a questão da construção do novo edifício estaria resolvida. Afirmara também a necessidade de criação de bolsas de estudo para formação de professores, como atrás referimos. As diligências do jovem professor tinham sortido o efeito desejado pela escola e a escola estava disposta a retribuir.

Havia já algum tempo que, por razões de saúde, o Director do IST havia pedido dispensa de funções. Na sua ausência, e no cumprimento do regulamento, fora substituído por Beirão da Veiga, à data o professor com mais tempo de serviço prestado ao instituto.

Na sessão do Conselho Escolar de 21 de Junho de 1927, Beirão da Veiga informava que não pretendia continuar a dirigir interinamente o Instituto. Argumentava que passando a integrar a comissão administrativa da construção do novo edifício, não fazia sentido continuar a ser o director interino e presidente do conselho, pois na

²¹⁹ Decretos 13 718 e 13 717.

acumulação de cargos passaria a ser *fiscal de si mesmo*. A este argumento acrescentava ainda que se no ano lectivo anterior nas suas atribuições como director interino a sua actividade não havia ultrapassado os serviços de expediente, agora *assuntos de maior importância se colocavam*.

Da mesma forma que em 1925 Mira Fernandes criara o momento oportuno para a entrada de Duarte Pacheco no IST, em 1927 Beirão da Veiga colocava à disposição o cargo de director interino, no exacto momento em que os destinos do Instituto iniciavam um novo e decisivo rumo. Perante a posição de Beirão da Veiga o nome de Duarte Pacheco surgiria no Conselho Escolar como solução única e unânime para a direcção interina do IST²²⁰.

Com 27 anos de idade, Duarte Pacheco sendo o professor do IST com menos tempo de serviço, era reconhecido pelos seus pares como o único membro do Conselho Escolar *com o conhecimento profundo das necessidades do Instituto e com todas as qualidades e o tempo que aos restantes falta[va] quase em absoluto*²²¹. A 10 de Agosto de 1927 seria nomeado pelo governo como Director efectivo do Instituto Superior Técnico.

Como Director do IST, Duarte Pacheco estava agora investido de plenos poderes de representação e negociação em nome do Instituto. Como atrás se referiu, a 5 de Fevereiro de 1927, Duarte Pacheco informara o Conselho de que haviam já sido iniciadas as negociações com o proprietário do terreno sobre o qual se construiria o novo edifício do IST, estando já acordado também o modo de pagamento *em duas prestações, uma no acto da escritura e a segunda até ao fim de Junho depois de retiradas as colheitas*²²².

Este terreno situava-se nas imediações do bairro do Arco do Cego, o primeiro bairro social de Lisboa. Criado por decreto na vigência da I República com o objectivo de dar resposta à carência de habitação para a classe operária, de 1919 a 1927 este bairro, com projecto arquitectónico de Adães Bermudes, Frederico Caetano de Carvalho e Edmundo Tavares, pouco avançara na execução da obra²²³.

²²⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 18.

²²¹ Vide Apêndice Documental, Documento 18.

²²² Vide Apêndice Documental, Documento 17.

²²³ Raquel Henriques da Silva aponta como principais causas de atrasos na concretização da obra factores como o local escolhido para a sua implantação e a complexidade do projecto arquitectónico. Para a autora, a ambição do programa e o facto de o bairro se localizar *distante das zonas industriais da cidade, tornara pouco credível a sua vocação operária*. O desenho urbano, o traço arquitectónico e os vários equipamentos que o compunham (habitação, educação, comércio, assistência e lazer) revelavam considerável complexidade. Contudo a ambição do projecto justificava-se precisamente pela necessidade

Em política as coincidências raramente existem. Em 1927 arrancava em definitivo a obra do bairro do Arco do Cego, iniciando-se também o projecto do IST. A CML tomaria a responsabilidade de execução do projecto do bairro social que estaria concluído em 1935. Em 1935 tinha também início o primeiro ano lectivo nas novas instalações do IST.

Esta campanha de obra concertada, este duplo interesse que decide a retoma de um projecto e a aceitação de um outro que lhe é contíguo, materializa os diálogos e os objectivos comuns das instituições. Em 1927 Duarte Pacheco é director do IST e na mesma data é presidente da CML o coronel Vicente de Freitas. Numa iniciativa concertada, estes dois homens, encabeçando as instituições que dirigiam, marcaram a urbanização e extensão daquela zona da cidade. Alguns arruamentos estavam já lançados, contudo a determinação na conclusão do bairro do Arco do Cego e a escolha do local de implantação do campus universitário seriam duas obras que, decisivamente, iriam valorizar os terrenos circundantes. E este mesmo argumento de valorização predial teria sido utilizado por Duarte Pacheco aquando da negociação de compra e cedência de terrenos. Em documento já citado, em 1938 numa queixa directa a Oliveira Salazar, afirma-se que:

“Existia nas proximidades do actual Instituto Superior Técnico uma quinta da “Assunção” com uma área de 69.067,10m². Em 1927 pensou a Câmara Municipal de Lisboa na urbanização dessa quinta. Por isso o engenheiro Duarte Pacheco, a pedido particular e em representação também particular do então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entabulou negociações com o Dr. Reis Torgal, procurador da proprietária ultimando-se essas negociações(...)”²²⁴

No seu estudo, Margarida Acciaiuoli defende a escolha do local de implantação do IST decorreu da escolha pessoal de Duarte Pacheco e que :

crescente de existência de um bairro operário naquela exacta área precisamente pela crescente implantação de unidades industriais como foram o caso da Fábrica de Teares de Francis Whellhouse ao Campo Pequeno ou a Fábrica de Lanifícios Lusitânia do Campo Grande. Sobre o tema Cfr. CUSTÓDIO, Jorge, “Reflexos da Industrialização na fisionomia e vida da cidade”, in *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, Lisboa, Lisboa-94-Expo98, Livros Horizonte, 1998.

²²⁴ Apêndice Documental, Documento 1.

“ressalta deste enunciado a própria inexistência dos serviços camarários como entidade institucional. Ela não tem projecto nem ideias para uma extensa zona ao largo do Arco do Cego, ela não lhe dá limites de actuação, não lhe impõe um estudo prévio da zona.”²²⁵

Duarte Pacheco e Vicente de Freitas não teriam interesse particular na negociação de terrenos. Contudo, cada um a seu modo e em representação das instituições que dirigiam, teriam um interesse comum, público e político. A Câmara Municipal de Lisboa, apercebendo-se da possibilidade de valorização de terrenos e expansão da cidade, avançou com a conclusão da obra do bairro, actualizando contudo a faixa social destinada a ocupar os fogos; já não os operários mas antes a burguesia de serviços, nomeadamente a dos próprios serviços camarários²²⁶.

Com esta mesma percepção e com o empréstimo contraído com a CGD, o IST comprou os terrenos necessários à área de construção do novo edifício. Mas foi literalmente mais longe. Adquirindo uma área bem mais alargada do que a necessária à construção, o Instituto investiu capital na compra de prédios rurais, pois o que ali existiam eram quintas. Apresentado o plano de obra à Câmara Municipal de Lisboa obter-se-ia o licenciamento de construção. Mas na licença obtida foi contemplada toda a área adquirida e não apenas a área necessária à construção das novas instalações da escola. Com esta medida, o investimento feito pelo IST havia capitalizado num muito curto espaço de tempo. Tendo adquirido prédios rurais, o IST era agora proprietário de prédios urbanos, pois tinha já licenciada pela câmara a área de terrenos para construção. Licenciada a urbanização, seria possível pensar no saneamento e nos arruamentos, e com a valorização obtida na alteração de valor de mercado, o IST venderia parcelas do terreno a um preço superior ao da aquisição. Esta situação permitiria o acumular de valores que seriam canalizados para o fortalecimento de uma segunda verba necessária ao Instituto: a verba destinada ao financiamento da construção.

É já como proprietário que o IST faz permutas de terrenos com a CML²²⁷, permutas essas necessárias a obras camarárias e não a obras de extensão do campus

²²⁵ ACCIAIUOLI, Margarida, *Op. Cit.*, pág. 397.

²²⁶ SILVA, Raquel Henriques da, “Bairro Social do Arco do Cego”, *Portugal: Arquitectura do Século XX*, TOSTÕES, Ana; BECKER, Annette; WANG, Wilfried (com.), Munchen, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel / DAM / PF 97, 1998, página 162.

²²⁷ Entre os anos de 1929 e 1942 o IST permuta dezenas de parcelas de terrenos com a Câmara Municipal de Lisboa.

universitário. Com efeito, só no ano de 1929 a troca de terrenos ascendeu ao valor total de 10.970, 72 m2 destinados a *leitões de rua*.

Mas a autarquia não foi caso único. Outras instituições públicas comprariam ao Técnico terreno necessário à construção. Foi o caso do Instituto Nacional de Estatística. A 23 de Março de 1933 o IST recebia do INE *a quantia de 300.000\$00 correspondente à segunda prestação do pagamento de um lote de terreno*²²⁸. A 11 de Maio de 1934 o mesmo INE pagaria *a quantia 200.000\$00, correspondente à terceira prestação*²²⁹.

O mesmo aconteceria com particulares. A 13 de Novembro de 1932 o Instituto recebia de Augusto Pontes dos Santos Chaves *como sinal de princípio de pagamento de um terreno na Av. Miguel Bombarda e com a área de 430,08 m2 ao preço de 100\$00 cada 1m2 a quantia de 5000\$00*²³⁰.

Em carta datada de 25 de Novembro de 1932 e endereçada ao Director Geral do Ensino Técnico, o IST informava que nos anos económicos de 1927 a 1932 obtivera 1419 121\$18 em receitas próprias, verba que entregara ao Tesouro²³¹. No ano de 1933 a receita obtida na venda de terrenos atingiria os 917 529\$30²³².

Todas estas actividades estavam contudo consignadas em lei. O decreto 13 113 de 1 de Fevereiro de 1927 previra que:

“As importâncias provenientes da venda dos terrenos sobrantes dos que vão ser adquiridos, poderão ser alienados pelo Instituto Superior Técnico”.²³³

O decreto 13 718, de 2 de Junho de 1927 acrescia ao Instituto uma ainda maior margem de manobra de negociação:

CML, Arquivo Intermédio – Arquivo Municipal do Arco do Cego, Escrituras de Trocas de Terrenos. A 9 de Fevereiro, em documento assinado pelos dois outorgantes, Câmara e o Instituto Superior Técnico, está descrito que a Câmara entrou na posse de 10.950,72 m2 de terreno destinado ao prolongamento da Avenida Miguel Bombarda, dando em troca dois talhões de terreno, um com a área de 1.485,49m2 e outro com 646,56m2, Fls 48v (7).

Com data de 2 de Fevereiro de 1929 existe uma escritura de permuta de terrenos entre a CML e o IST, permuta essa que visa conclusão da Avenida nº 20.

A 26 de Março de 1942 a CML compra ao IST um terreno com 113 m2, sito próximo da Avenida Almirante Reis.

²²⁸ IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas sem numeração (1932-1936).

²²⁹ *Idem, Ibidem.*

²³⁰ *Idem, Ibidem.*

²³¹ *Idem, Ibidem.*

²³² *Idem, Ibidem.*

²³³ Alínea a) do Artigo 4º do Decreto 13 113 de 24 de Janeiro de 1927, publicado no *Diário do Governo*, I Série, de 1 de Fevereiro de 1927.

“É autorizada a comissão administrativa do Instituto Superior Técnico a alienar, por venda ou simples cedência, parcelas ou faixas de terreno adquiridos para as suas futuras instalações, sem o prejuízo do fim a que os mesmos terrenos estão destinados, e a adquirir, por compra ou troca com a Câmara Municipal de Lisboa, ou com quaisquer outras entidades públicas ou particulares, outras faixas ou parcelas de terrenos confinantes, para compensação das que tiver alienado ou cedido.”²³⁴

Em todo este processo, e principalmente a partir do momento em que Duarte Pacheco foi nomeado director do IST, tornara-se difícil dissociar a sua figura do Instituto. Seria também muito difícil dissociar o Instituto da figura. Duarte Pacheco encabeçava um projecto: o Técnico. E o Técnico seria o que Duarte Pacheco dele conseguisse fazer ser. O professorado e o governo já o haviam entendido. E tê-lo-iam entendido ao ponto de, académica e politicamente terem delegado neste homem de 27 anos o futuro material de uma escola e a projecção política que daí pudesse advir.

Senão noutro lugar, Marcelo Caetano terá conhecido Duarte Pacheco no IST, pois como professor de Economia Política e Direito Industrial, leccionou no Instituto. De Duarte Pacheco Marcelo Caetano diria *que se dava com entusiasmo com que se dão a uma obra*, do mesmo modo que em 1953, na última referência oficial a Duarte Pacheco, Oliveira Salazar dissera que o seu ministro *não era um político na acepção corrente do termo*.

Como Salazar e Caetano, também Duarte Pacheco era um político, mas em essência divergia do modelo e da filiação partidária. Pacheco era um republicano convicto, Salazar um monárquico católico e Caetano um integralista. Do mesmo modo, e em essência, Duarte Pacheco divergia também do modelo de engenheiro, como reconheceria Arantes e Oliveira:

“Seria errado chamar-lhe um produto típico da Escola, porque ele foi um homem verdadeiramente singular, fora de todos os esquemas.”²³⁵

²³⁴ Artigo 7º do Decreto 13 718 de 27 de Maio de 1927, publicado no *Diário de Governo*, I Série, de 2 de Junho de 1927.

²³⁵ OLIVEIRA, Eduardo R. Arantes e, “Obras Públicas em Portugal no Século XX”, in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Lisboa Publicações D. Quixote, 2004, vol. I, pág.395.

Em Duarte Pacheco todos reconheciam a convicção, embora não conseguissem identificar sob que forma esta poderia manifestar. Para os políticos ele era o engenheiro e para os engenheiros era o político. E o que cada um destes grupos encontrava em Duarte Pacheco era a singularidade, a estranheza da faceta que não conseguiam identificar. Salazar e Caetano encabeçaram projectos políticos e conceitos de Estado. E quando olhavam um qualquer interlocutor buscavam ver nele o sinal de ambição desse mesmo projecto porque os semelhantes não se identificam nas palavras, denunciam-se no olhar.

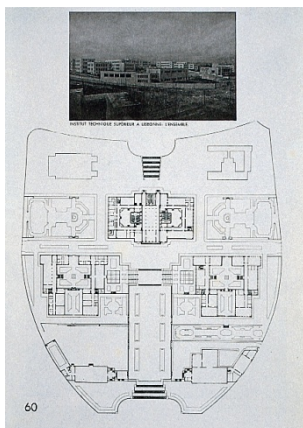
A ambição de Duarte Pacheco era outra: a política investia-o do poder de agir. Duarte Pacheco era um político de acção e não de discurso. Acreditava na possibilidade de desenvolvimento através da obra, gerando esta, obras seguintes. Este jovem político acreditava na mudança, no progresso através da acção. Uma acção que abalaria os alicerces das atitudes e das certezas de um conservadorismo que olhava a tradição como a única certeza de futuro.



28. O Conselho Escolar do IST nas instalações da Boavista.



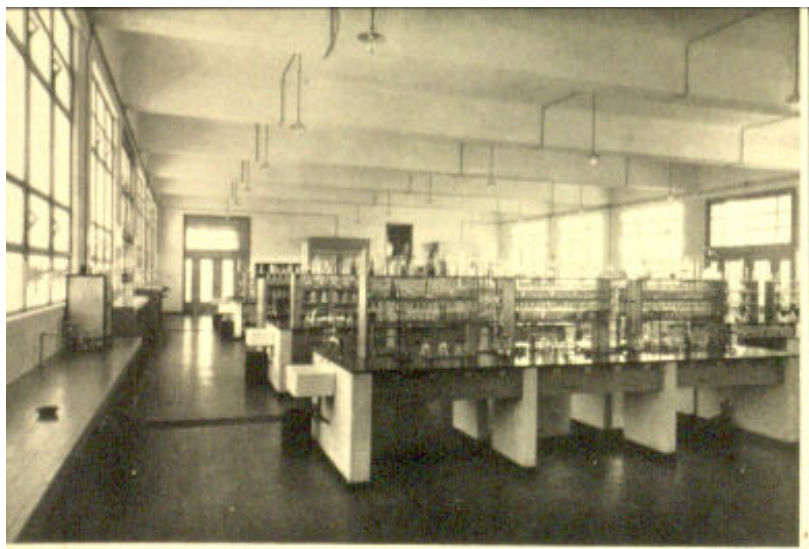
29. O Corpo Docente do IST, retrato de grupo registado nas instalações da Boavista.



30. 31 e 32. IST, o Campus.



33. Átrio do Pavilhão Central do IST.



34. Laboratório do IST.

2.3. A Construção do IST: o projecto e o concreto

“Só em Portugal é que se ligou à Arquitectura a idéa da fachada, da pele, da superfície exterior da parte construída. É êste um erro em que por ignorância quási sempre, e por conveniência algumas vezes, muito boa gente cae, na nossa terra”

Porfírio Pardal Monteiro, *Revista Arquitectos*, 1940.

As novas instalações do Instituto Superior Técnico, construídas entre 1929 e 1942, constituem o primeiro *campus* universitário erguido em Portugal²³⁶. Contudo, e apesar de o IST constituir na década de 30 o primeiro conjunto edificado de raiz vocacionado para o ensino superior, tanto o projecto de obra como o processo construtivo da mesma permaneceram e permanecem desconhecidos.

Entre 1927 e 1931 o Estado permitiu ao IST a contracção de um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos num valor total de 17.500 contos²³⁷. Uma obra pública orçamentada nestes valores estaria sujeita à aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas. A aprovação por parte do CSOP implicaria parecer positivo de apreciação do projecto nas suas mais variadas vertentes: orçamento, viabilidade técnica e consistência estética e construtiva. Nos registos do CSOP não existe porém qualquer referência de entrada do projecto do IST para emissão de parecer.²³⁸

²³⁶ Em 1934 o decreto Nº 294 de 4 de Dezembro, publicado em Diário de Governo, II Série de 15 de Dezembro de 1934, determinava a construção da Cidade Universitária de Coimbra e criava a primeira de 3 das Comissões Administrativas do projecto de obra. As obras da Cidade Universitária tiveram início em 1939, o primeiro edifício foi inaugurado em 1942 e o último em 1975. O projecto geral da Cidade Universitária de Coimbra é da autoria de Cottinelli Telmo. Em 1948, na sequência da morte inesperada, Cottinelli, Cristino da Silva tomava posse como arquitecto-chefe da obra.

Em 1949 arrancava o projecto de construção da Cidade Universitária de Lisboa. Porfírio Pardal Monteiro receberia a encomenda dos projectos para a Faculdade de Direito, Letras e Reitoria da Universidade.

²³⁷ Em 1931 o Governo autorizou novo empréstimo, desta vez no valor de 7000 contos, para a construção das novas instalações do IST. Em 1927 autorizara um empréstimo de 10.500 contos.

²³⁸ Apresentada a peculiar situação ao Conselho Superior de Obras Públicas, o Secretário do Conselho, Sr. Engenheiro Pedro Aarão Bensaúde Galhardo permitiu-nos uma consulta profunda do espólio documental daquele organismo público. Entre 2006 e 2007, a técnica arquivista da instituição, a Dra. Ilda Cristovão, procedeu à vistoria de todos os registos de projectos entrados e pareceres emitidos pelo CSOP e constatou

Como obra pública e tendo o IST estado sob tutela do Ministério do Comércio e Comunicações até 1929, data em que, como organismo de ensino técnico, transitou para a tutela do Ministério da Instrução Pública, seria possível que nos arquivos destas duas instituições se encontrasse o projecto do IST. Como obra pública e como equipamento escolar, este empreendimento carecia de apreciação técnica e pedagógica. Contudo, em nenhum dos arquivos das duas instituições ministeriais consta a análise e apreciação do projecto.

Tratando-se de uma obra que abre novas artérias de expansão da cidade, seria possível que a Câmara Municipal de Lisboa tivesse registo da sua apreciação. Consultados os arquivos histórico, intermédio, e auscultada a eventualidade de permanecer em arquivo corrente, o resultado das diligências permaneceu inalterado. Dos serviços camarários não consta a existência do projecto das novas instalações do IST.

Consultado também o Núcleo de Arquivo do próprio IST, apenas se identificaram dois elementos: documentação administrativa produzida no decurso dos anos do processo construtivo e dois desenhos; uma perspectiva geral e uma planta de implantação do conjunto arquitectónico.

Madalena Cunha Matos apresentou em 1994, na revista *Técnica*, um ensaio crítico sobre a “concepção arquitectónica do IST”.²³⁹ No seu texto a autora afirma que teve por base de estudo a análise directa das seguintes fontes: obra construída, desenhos e textos do autor. Como textos do autor refere e cita apenas e só aqueles que abaixo analisaremos: o texto de 1934 da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, e os dois textos de 1938, referentes à revista *Técnica* e à revista *Arquitectos*.

Madalena Cunha Matos, afirma que analisou os *desenhos originais constantes dos arquivos do IST e da família Pardal Monteiro*²⁴⁰.

No decurso da nossa pesquisa, e para nossa estranheza e frustração, foi-nos comunicado no Núcleo de Arquivo do IST que não existiam desenhos para além da conhecida perspectiva e planta de implantação. Contudo, Madalena Cunha Matos refere no seu estudo a existência de desenhos originais constantes do arquivo do IST *cujas catalogação, ordenação cronológica e análise, constituem um desenvolvimento deste*

que não consta daquele espólio documental qualquer informação relativa à construção dos novos edifícios do IST.

²³⁹ MATOS, Madalena Cunha, “Concepção Arquitectónica do Instituto Superior Técnico” in *Técnica*, Lisboa, N° 2/ 94, Setembro 1994, pp. 63-84.

²⁴⁰ *Idem, Op. Cit.*, pág. 64.

*estudo*²⁴¹. Tentámos também nós o acesso a esses desenhos originais, contudo, confrontado o serviço de arquivo do IST com estes dados, não obtivemos mais do que o desconhecimento. Em suma, em 1994 o IST catalogou e ordenou cronologicamente desenhos originais datados de 1927 a 1935, contudo, e infelizmente para a sua história e para a história da arquitectura urbana do país, os mesmos desenhos não estavam catalogados no serviço de arquivo em 2006 nem em 2007, datas que correspondem à nossa prospecção documental. De 1994 a 2007 perdera-se o rasto e o acesso aos desenhos originais referenciados por Madalena Cunha Matos. Ficara uma data: 1927, a data do projecto.

Não existindo nota de que qualquer arquivo público tivesse à sua guarda as peças escritas ou desenhadas do projecto do IST, tivemos de limitar a reconstituição dos dados e dos factos recorrendo aos depoimentos do arquitecto autor da obra e recorrendo aos trabalhos daqueles que, de forma aprofundada, se debruçaram sobre este objecto de estudo. Contudo, na sistematização da informação as incongruências iriam surgir.

Não existindo registo de existência do projecto de obra das novas instalações do Instituto Superior Técnico, no que respeita às linhas de investigação histórica não existe acesso à fonte primária. Não existe acesso ao programa científico das instalações a projectar, não existe acesso à memória descritiva do arquitecto, aos cálculos de estabilidade do engenheiro nem às peças desenhadas, aditadas, corrigidas ou alteradas. Não existe o quando, o quem, o como nem o porquê. Existe apenas uma versão, a do arquitecto da obra: Porfírio Pardal Monteiro. E sobre o seu depoimento se tem feito a história da construção do Técnico.

Sobre este projecto Pardal Monteiro publicou três artigos fundamentais à compreensão e leitura da obra: o primeiro artigo data de 1934 e foi publicado na Revista *Architecture d'Aujourd'hui*²⁴². De 1938 data o artigo “O problema arquitectural do IST”, publicado na revista *Técnica*²⁴³. Também em 1938 na revista *Arquitectos*, no número de Maio, o IST era tema de capa²⁴⁴.

Pardal Monteiro era em 1934 o correspondente em Portugal da revista *Architecture d'Aujourd'hui*. Professor no IST desde 1920, e como autor do projecto

²⁴¹ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 64, Nota 3.

²⁴² MONTEIRO, Porfírio Pardal, “L’Institut Supérieur Technique à Lisbonne”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, 5ème année, 4ème série, n° 4, Maio, 1934.

²⁴³ *Idem*, “O Problema Arquitectural do I.S.T”, in *Técnica*, Revista da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Lisboa, Maio de 1938, pp. 624-630.

²⁴⁴ *Idem*, “Instituto Superior Técnico”, in *Arquitectos*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, n° 4, Maio, 1938, pp. 97-120.

arquitectónico das novas instalações, publicou na revista *Técnica*, a revista da Associação de Estudantes do Técnico, um artigo sobre a questão arquitectural da obra. Como Presidente do Conselho Director do Sindicato Nacional dos Arquitectos desde 1936, estava também facilitada a publicação do seu artigo monográfico na revista *Arquitectos*.

Pelos depoimentos de Pardal Monteiro ficamos a saber que, antes da atribuição do projecto do IST, o arquitecto nunca estivera perante *um programa tão vasto e completo para resolver*²⁴⁵.

Pardal Monteiro não era um arquitecto inexperiente. Em 1919 ingressara nos quadros da Caixa Geral de Depósitos e de 1920 a 1925 chefiara a Secção de Obras e Edifícios daquela instituição²⁴⁶. No desempenho destas funções projectara já edifícios como as agências da Caixa Geral de Depósitos de Alcântara, em Lisboa, da Avenida dos Aliados, no Porto ou a agência de Setúbal. Também para a CGD projectara um bairro de casas económicas. Aprofundando a capacidade projectual do programa habitacional concebera prédios de rendimento, moradias e palacetes e, no domínio da arquitectura religiosa, assinara o projecto da Igreja Adventista de Lisboa. Em 1925 fora incumbido do projecto daquele que haveria de ser o primeiro de muitos equipamentos com a sua assinatura: a Estação de Caminhos de Ferro do Cais do Sodré.

Pardal Monteiro afirma ter conhecido Duarte Pacheco precisamente no dia da inauguração da Estação do Cais do Sodré²⁴⁷. O facto ocorreu a 19 de Agosto de 1928. Por esta data Duarte Pacheco desempenhava o cargo de Ministro da Instrução Pública e seria no desempenho dessas funções que figuraria no evento.

Parece-nos pouco credível a versão do arquitecto. Pardal Monteiro era docente do IST desde 1920. Duarte Pacheco fora aluno do IST de 1917 a 1923. Em 1925 ingressara no Instituto também como professor e em 1927 fora nomeado director da escola em que Pardal Monteiro leccionava há já 7 anos. As instalações do IST na Rua da Boavista não eram amplas. A título protocolar, num diálogo informal de colegas docentes ou, na ínfima hipótese de cruzamento num corredor, Pardal Monteiro e Duarte

²⁴⁵ MONTEIRO, Porfírio Pardal, “O Problema Arquitectural do I.S.T.”, in *Técnica*, Revista da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Lisboa, Maio de 1938, pág. 624.

²⁴⁶ PACHECO, Ana Ruela Ramos de Assis, *Porfírio Pardal Monteiro / 1897-1957: a obra do arquitecto*, Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, pág. 19.
Cfr. Também CALDAS, João Vieira, *P. Pardal Monteiro Arquitecto*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses 1997.

²⁴⁷ Pardal Monteiro, «Memorial», 7 de Novembro de 1957, página 7, nesta perspectiva citado por Ana Assis Pacheco, *Op. Cit.*, página 64.

Pacheco decerto travaram conhecimento antes de 19 de Agosto de 1928, caso contrário Duarte Pacheco, no desempenho das funções de Ministro da Instrução, dificilmente nomearia Pardal Monteiro para uma comissão de estudo tendo em vista a criação de residências estudantis, como de facto nomeou em Julho de 1928²⁴⁸.

Certa é a data oficial de encomenda do projecto ao arquitecto: 1 de Novembro de 1928²⁴⁹. Em carta assinada pelo então director interino Raul Mendonça, é o arquitecto informado de que na sessão do dia anterior (31 de Outubro) a Comissão de Construção do Novo Edifício:

“... resolveu que fosse encarregado da elaboração do projecto das novas instalações do Instituto Superior Técnico alguém, que sendo já funcionário deste Instituto, aliasse à sua comprovada competência a melhor dedicação por esta escola.”²⁵⁰

Na mesma carta o director interino revelava urgência na elaboração do projecto e apresentaria ao arquitecto um curto prazo de execução:

“foi também voto da citada comissão que o projecto fosse feito com brevidade, de modo a que, no mês de Março p.f. se comecem, sendo possível, as obras”.²⁵¹

A comissão responsável pela construção das novas instalações havia escolhido o mais novo dos arquitectos docentes do IST. Em detrimento do regente de Architectura do Instituto, o arquitecto Álvaro Machado, cabia ao seu jovem assistente *a honra de realizar a mais vasta composição architectónica de edifícios escolares, feita entre nós nos últimos séculos*²⁵².

²⁴⁸ *Diário do Governo*, II Série, nº 168 de 25 de Julho de 1928.

²⁴⁹ VIDE PACHECO, Ana Assis, *Op. Cit.*, pág. 65, nota 107 e cópia do documento em apêndice documental anexo. A autora apresenta no seu estudo a cópia de um ofício do IST enviado a Pardal Monteiro incumbindo-o de elaborar o projecto das novas instalações do IST. Este documento pertence ao espólio da família do arquitecto.

²⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁵¹ *Idem, Ibidem.*

²⁵² MONTEIRO, “O Problema Architectural do I.S.T.”, in *Técnica*, nº 93 Maio de 1938, pág. 624.

Nas suas notas particulares Pardal Monteiro afirmaria que Duarte Pacheco já lhe havia feito o convite pessoalmente²⁵³.

Se tivermos em linha de conta apenas e só os dados fornecidos por Pardal Monteiro, este não conhecera Duarte Pacheco antes de Agosto de 1928. Por outro lado, o IST, atribuindo-lhe a 1 de Novembro o encargo de elaboração do projecto das novas instalações concedera um prazo curto: em Março deveriam iniciar-se as obras. Pardal Monteiro contaria então com uns escassos 4 meses para a elaboração de tão ambicioso projecto. Mas acrescentemos ainda um outro dado: Pardal Monteiro afirma que:

“A falta, no nosso meio, de casos idênticos para a comparação e estudo, pelos quais pudesse mais rapidamente assentar ideias, levou-me a realizar, antes de atacar o estudo do problema, uma viagem de estudo pela Europa, em visita a algumas das melhores e mais afamadas escolas de engenharia.”²⁵⁴

No estudo desenvolvido sobre a obra de Pardal Monteiro, Ana Assis Pacheco socorre-se de um «Memorial», um caderno de apontamentos particulares do arquitecto. Nas suas notas, a páginas 59 da entrada do dia 9 de Novembro de 1956, Pardal Monteiro escreve que:

“a viagem durou dois meses e foi feita no Inverno (...) observou grandes e pequenas escolas, velhas e novas e nelas contactou inúmeros professores e assistentes. Verificou que não existiam na Europa novas escolas e foi nas velhas que colheu os melhores ensinamentos”.²⁵⁵

Embora Duarte Pacheco tenha convidado pessoalmente o arquitecto para a elaboração do projecto de construção das novas instalações do IST, a encomenda oficial aconteceu a 1 de Novembro de 1928. Pardal Monteiro escreve ainda que antes de iniciar o projecto do IST viajou dois meses pela Europa, no Inverno, suportando *frio e neve como não conhecera*. Tal significaria que entre Novembro de 1928 e Março de 1929,

²⁵³ PACHECO, Ana Assis, *Op. Cit.*, pág. 65 e nota 111, nesta perspectiva citando o «Memorial» do arquitecto, 9 de Novembro de 1956.

²⁵⁴ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 629.

²⁵⁵ PACHECO, Ana Assis, *Op. Cit.*, pág. 66, e notas 11 e 112, nesta perspectiva citando Pardal Monteiro.

prazo que na nota de encomenda o IST afirma ter intenção de iniciar as obras das novas instalações, o arquitecto teria estado ausente dois meses, em viagem de estudo. Ficaria com outros dois meses para elaboração do projecto, o que se afiguraria pouco viável. Mas o arquitecto teve afinal mais tempo para trabalhar na elaboração do projecto. As obras só se iniciaram em Novembro de 1929 ²⁵⁶ e não em Março como desejara o Instituto.

Contudo, a data da viagem permanece por esclarecer. Aliás a data e o percurso da mesma pois *não se sabe onde esteve nem o que viu*²⁵⁷.

Pardal Monteiro foi um homem «viajado». Por gosto pessoal, por curiosidade intelectual ou por necessidade de permanente actualização face à constante produção artística europeia, este arquitecto saiu muitas vezes de Portugal.

No seu estudo, Ana Assis Pacheco refere que Pardal Monteiro se deslocou a Paris em 1925 com o propósito de visitar a «Exposition des Arts Décoratifs et Industriels Modernes»²⁵⁸.

Em missões oficiais de estudo, por atribuição de bolsas de estudo, ou pela participação em congressos, encontrámos no seu registo de docente do IST sete saídas para cidades europeias entre os anos de 1934 e 1948²⁵⁹. A este número acrescentam-se ainda saídas anuais de licença de férias nos anos de 1949 a 1953²⁶⁰. A título oficial ou particular não existem mais referências de viagens de Pardal Monteiro ao estrangeiro. Como docente do IST, e tendo viajado por dois meses, no Inverno, Pardal Monteiro teria obrigatoriamente de suspender a actividade lectiva para encetar tal viagem, contudo, ao contrário de todas as outras viagens que realizou e que foram submetidas a registo no seu processo individual de professor do IST, não existem registos de saída de Pardal Monteiro de 1925 a 1934.

²⁵⁶ “ Pôde pois ser lançada a primeira pedra do Pavilhão Central no dia 27 de Novembro de 1929” OLIVEIRA, Eduardo Arantes e, “Conferência proferida na Homenagem a Duarte Pacheco”, in *Técnica*, nº 2/94, Setembro de 1994, pág. 24. Também nesta perspectiva citado por CALDAS, João Vieira, *OP. CIT*, pág. 46.

²⁵⁷ Vide CALDAS, João Vieira, *P. Pardal Monteiro Arquitecto*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1997, pág. 48

²⁵⁸ PACHECO, Ana Assis, *Op. Cit.*, página 31, nota 66.

²⁵⁹ IST, Núcleo de Arquivo, Processos Individuais de Professores; Processo de Porfírio Pardal Monteiro: Viagens; de 4 a 20 de Setembro de 1934 realizou uma missão de estudo por Espanha, Itália, França, Bélgica e Alemanha. De 6 a 8 de Agosto de 1935 esteve presente no Congresso Internacional de Arquitectos, em Roma e de 17 a 21 de Maio de 1937 regista-se outra saída para outro Congresso Internacional de Arquitectos, mas sem referência de local. Nos anos de 1944, 1945 e 1948 teve permissão de saída para o estrangeiro por atribuição de bolsa de estudo, mas sem referência de local.

²⁶⁰ Na monografia dedicada a Pardal Monteiro, João Vieira CALDAS refere saídas do arquitecto para o estrangeiro, em licença de férias, nos anos de 1949 a 1953., Vide CALDAS, João Vieira, *Op. Cit.*, pág. 115.

Teria Pardal Monteiro feito esta pesquisa logo em 1925?

O ingresso de Duarte Pacheco no corpo docente do IST é aprovado pelo Conselho Escolar do Instituto no mesmo dia em que este organismo faz progredir na carreira o arquitecto Pardal Monteiro, a 31 de Julho de 1925.²⁶¹ Isto significa que, no ano lectivo de 1925-1926, Duarte Pacheco e Pardal Monteiro eram já colegas docentes do IST, e colegas jovens, com novas ideias.

Recordemos ainda que em sessão do Conselho Escolar do IST, em 5 de Fevereiro de 1927, quando o professor Francisco Maria Henriques sugeriu a integração do arquitecto Álvaro Machado na comissão de trabalhos das novas instalações, Duarte Pacheco foi o único professor que recusou a proposta, argumentando que a comissão ouviria quem julgasse conveniente²⁶².

Aliás, Pardal Monteiro, ao revisitar nas suas memórias o momento em que Duarte Pacheco lhe endereça o convite para a elaboração do projecto architectónico das novas instalações do Instituto afirmaria:

“Tenho a seu respeito boas informações, dadas por pessoas que me merecem a maior confiança. Você é o arquitecto que eu e o Conselho escolhemos.”²⁶³

No intuito de sintetizar a informação recolhida pelos vários investigadores reunimos então vários dados: Madalena Cunha Matos, tendo tido acesso aos desenhos originais de Pardal Monteiro data o projecto do IST de 1927 a 1935.

No que respeita às datas de construção, sabemos que as obras do Técnico não tiveram início antes de Novembro de 1929.

Como poderia Pardal Monteiro ter conhecido Duarte Pacheco apenas em Agosto de 1928 (como o próprio afirma) aquando da inauguração da Estação do Cais do Sodré, se trabalhava afinal no projecto das novas instalações do IST desde 1927?

Por alguma razão Pardal Monteiro afirmou ter conhecido Duarte Pacheco apenas em 1928. Tê-lo-á feito por lapso ou omissão, pois trabalhava oficiosamente o projecto das novas instalações do IST desde 1927 e sob convite pessoal de Duarte Pacheco.

²⁶¹ Vide Apêndice Documental, Documento 10.

²⁶² Vide Apêndice Documental, Documento 17.

²⁶³ MONTEIRO, Porfírio Pardal, Memorial, 7 de Novembro de 1956, página 57.

Pardal Monteiro foi um excelente arquitecto, como poucos que teve a arquitectura portuguesa do século XX, mas teve falhas de memória. Talvez por isso sentisse necessidade de recorrer aos apontamentos pessoais, o «Memorial»²⁶⁴. Ainda assim o seu Memorial apresenta incongruências de datas e de situações. Talvez o Memorial de Pardal Monteiro, mais que um depoimento, tenha resultado da necessidade de reconstituição que o arquitecto conseguisse fazer do seu próprio trajecto. Começaria a escrever o Memorial em 1956 e morreria em 1957, vítima de si próprio, mas deixando uma obra imensa, sendo uma delas o novo IST.

Na concepção física do Técnico, Pardal Monteiro enfrentava um projecto de obra complexo e vasto e, simultaneamente contido nos custos. O arquitecto chegou mesmo a afirmar que a proporção entre a intenção e orçamento se lhe afiguravam *como bastante para tornar inviável a realização da obra*.²⁶⁵

O programa das novas instalações do IST, escola técnica por excelência, implicava a existência de salas de aulas teóricas, salas de trabalhos práticos, laboratórios, anfiteatros, salas de professores, salas de assistentes, sala de conferências, biblioteca, museus de secção e museu de engenharia, salão de festas, dependências da associação de estudantes, serviços de tipografia, serviços administrativos, piscina, ginásio e demais dependências desportivas. A tudo isto acresciam as competências e especificidades de cada um dos ramos da engenharia leccionada no IST.

No cumprimento deste vastíssimo programa, Pardal Monteiro procurou primeiramente uma solução de implantação do *campus* no plano de arruamentos *que propositadamente a Câmara Municipal de Lisboa projectava para o local*.²⁶⁶ Contudo, apesar de sujeito ao traçado camarário e ao acidentado perfil do terreno, o arquitecto entendeu que, o que quer que fosse que se construísse seria *uma pequena acrópole a dominar toda a região daquele prolongamento das «Avenidas Novas»*.²⁶⁷

Apresentando-se o volume de construção num programa muito vasto, Pardal Monteiro distribuiu as várias engenharias por módulos construtivos *porque a divisão dos cursos em especialidades impunha a previsão de futuras ampliações e porque os*

²⁶⁴ Caderno de notas pessoais existente no espólio da família do arquitecto e inúmeras vezes citado por Ana Assis Pacheco no estudo monográfico que elaborou sobre a obra do arquitecto.

²⁶⁵ IDEM, *Op. Cit.*, pág. 624.

²⁶⁶ MONTEIRO, Porfírio Pardal, *Arquitectos*, nº 4, Maio de 1938, pág. 115.

²⁶⁷ IDEM, *Op. Cit.*, pág. 115.

*perfis de terreno não eram favoráveis à concentração de todas as instalações num edifício.*²⁶⁸

Uma vez que o perímetro construtivo, o perfil de terreno e o funcional cumprimento do programa não permitiam a existência de um único edifício, Pardal Monteiro não utilizou a *clássica disposição em perfil longitudinal*.²⁶⁹ E porque o plano municipal previa a abertura de uma ampla alameda, o arquitecto orientou nesse sentido *o lado principal da composição* de modo que o IST influísse *seriamente na orientação da CML quanto à conclusão das obras de urbanização projectadas para o local*.²⁷⁰

Depois de determinada a implantação, o número de módulos, a sua distribuição e o seu perfil, o arquitecto trabalhou em planta a funcionalidade de cada um destes pavilhões. Nesta preocupação de organicidade do conjunto Pardal Monteiro afirmava que:

“ao iniciar os estudo não tive qualquer preocupação de chegar a um determinado resultado plástico. Só depois de resolvidas todas as plantas e de pensar demoradamente nas possibilidades económicas, comecei a procurar traduzir essas plantas nos alçados”.²⁷¹

E foi na transposição da orgânica planificada do conjunto arquitectónico para o risco dos alçados que Pardal Monteiro criou um conjunto arquitectónico paralelepipedico, de volumetria depurada e de geometria pura. As paredes rebocadas dos pavilhões, sem recurso a cunhais, com cornijas de simples rebordo e cobertura em terraço acentuavam a horizontalidade do conjunto arquitectónico. Apenas o imponente pavilhão central reservava considerável monumentalidade e alguma animação murária de recurso *arts déco*²⁷².

As críticas não se fizeram esperar. Em 1933, ainda apenas as paredes do Técnico estavam levantadas, já as vozes se levantavam também. As obras do Técnico eram o espelho do país: *o 8 e o 80*. Do *pardieiro* da Boavista os alunos de engenharia passariam para o *colosso* da Alameda²⁷³. Mas o engenheiro Armando Ferreira, autor do ácido

²⁶⁸ IDEM, *Op. Cit.*, pp. 111 e 113.

²⁶⁹ IDEM, *Op. Cit.*, pág. 115.

²⁷⁰ IDEM, *Op. Cit.*, 116.

²⁷¹ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 116.

²⁷² CALDAS, João Vieira, *Op. Cit.*, pág. 49.

²⁷³ FERREIRA, Engenheiro Armando, “O Colosso do IST”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, Lisboa, Nº 1084, 16 de Fevereiro de 1933, pp. 107-108.

artigo insistia numa crítica construtiva. No seu parecer, uma escola que diplomava uma média de 30 engenheiros por ano, sendo que a maioria dos seus estudantes do curso geral cumpriam um programa escolar quase idêntico ao da Faculdade de Ciências, bem podia o Técnico ceder o espaço nos seus vazios pavilhões de especialidade que diplomavam 2 ou 3 alunos por ano para outros alunos de outras escolas, pois existiam faculdades inteiras em casas alugadas!

Em 1937 Alfredo Bensaúde apelava à razão:

“Tenho ouvido dizer que algumas pessoas consideram exageradas as dimensões da nova escola. Parece-me essa crítica injustificada. Os que assim pensam terão talvez em mente o tipo da nossa escola tradicional, em que o ensino se fazia quase exclusivamente por meio de giz e quadro negro (...) As boas escolas técnicas modernas aproximam-se cada vez mais dum aglomerado de laboratórios e de oficinas que se assemelham a verdadeiras instalações industriais.”²⁷⁴

Se a amplitude da construção pasmava alguns, a composição estética afligia outros tantos. Afinal o Técnico era um caixote!²⁷⁵ Na história da arquitectura portuguesa, o Técnico seria a primeira grande obra pública moderna²⁷⁶.

Mas do projecto à construção da obra muitas vicissitudes teriam de ser vencidas ou contornadas. Desde logo a contenção orçamental e o emprego de mão de obra pouco qualificada impediu Pardal Monteiro de concretizar na obra o que idealizara no estirador. Em lugar de utilizar o betão armado como elemento exclusivo estrutural, pode apenas aplicá-lo nas vigas, lages maciças e pavimentos, reservando-se para o enchimento das caixas murárias o emprego de alvenaria e tijolo²⁷⁷.

A mesma contenção orçamental determinou que apenas parte do projecto se concretizasse. Os edifícios correspondentes aos laboratórios de Hidráulica e de

²⁷⁴ BENSAÚDE, Alfredo, “O Instituto Superior Técnico”, in *Técnica*, Lisboa, Ano XII, Nº 88, Dezembro de 1937, pág. 339.

²⁷⁵ “Como poderemos aceitar que em Lisboa e em todo o país se ergam caixotes de Moscovo, de Munique, de toda a parte, menos de Portugal?”, in *Arquitectura Portuguesa*, nº 38, Maio de 1938, pág. 9, Nesta perspectiva citada por CALDAS, João Vieira, *Op. Cit.*, pág. 49.

²⁷⁶ CALDAS, João Vieira, *Op. Cit.*, pág. 50.

²⁷⁷ MATOS, Madalena Cunha, *Op. Cit.*, pág. 66. Vide ainda TOSTÕES, Ana, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Portuguesa*, dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, pp. 196-206.

Máquinas e Motores, a poente do pavilhão central, que Pardal Monteiro refere no seu texto de 1934 não chegariam a ser construídos²⁷⁸.

Na falha da localização, da existência do projecto arquitectónico da primeira *grande construção pública do regime e o único equipamento universitário construído nos anos 30*²⁷⁹, a reconstituição do processo conceptual e construtivo das novas instalações do IST levanta questões e carece de inúmeras respostas. Desde logo se afigura curioso o facto de não existir um projecto concreto, físico, documental em nenhum dos organismos públicos envolvidos na sua construção.

Os três artigos que Pardal Monteiro publicou entre 1934 e 1938 e referentes ao novo IST, são isso mesmo: artigos de autor. Não são memórias descritivas de projecto. E como artigos técnicos e estéticos que são, e publicados em revistas diferentes e com diferentes datas, apresentam as versões que melhor se inserem na directriz editorial e no público-alvo que as consome.

Obra pública, com contenção orçamental e política, o IST reserva essencialmente para o Pavilhão Central a austeridade e a monumentalidade dos serviços que encerra²⁸⁰. E quando recorre à decoração, fá-lo numa linguagem mais que praticada e sem risco: as arts déco. É desta argumentação que o arquitecto da obra se socorre quando escreve os textos de 1938 para a revista *Técnica e Arquitectos*, revistas lidas em Portugal por engenheiros e arquitectos, alunos de engenharia e arquitectura. Mas quando em 1934 escrevera o artigo para a *Architecture d'Aujourd'hui*, *bastião do Movimento Moderno*²⁸¹, argumentava não ter podido empregar apenas o betão armado como era sua pretensão, por razões de ordem económica e directivas políticas superiores no emprego de mão-de-obra pouco qualificada²⁸².

Como afirmava Pardal Monteiro em 1940, *só se ligou à Arquitectura a idéia da fachada, da pele, da superfície exterior da parte construída*. Entendemos, obviamente, que o arquitecto se referia ao panorama generalizado de leitura superficial da Arquitectura. Mas transposta esta realidade para a obra concreta, no caso o processo construtivo do IST, entre a leitura da «pele» e a identificação do «osso», fica a faltar a estrutura densa e intermédia que sustenta essas duas componentes arquitectónicas.

²⁷⁸ MATOS, Madalena Cunha, *Op. Cit.*, pág. 69.

²⁷⁹ TOSTÕES, Ana, *Op. Cit.*, pág. 196

²⁸⁰ Salão Nobre, Sala do Director, Sala do Conselho Escolar, Salão de Festas e dois Auditórios.

²⁸¹ CALDAS, João Vieira, *Op. Cit.*, pág. 50.

²⁸² Sobre a questão *Vide* MATOS, Madalena Cunha, *Op. Cit.*, pp. 65-66; CALDAS, João Vieira, *Op. Cit.*, pág. 50 e TOSTÕES, Ana, *Op. Cit.*, pp. 204-205.

Com os depoimentos do arquitecto e através da observação directa da obra, foi possível identificar, analisar e produzir conhecimento sobre a sua «ossatura»: os materiais seleccionados, o seu emprego, as técnicas e as tecnologias. Mas ao domínio da história compete um entendimento maior: o processual. Ao tempo e à forma há que acrescentar o modo. Uma leitura da arquitectura feita à flor da pele, à cota soleira, e um diagnóstico da estrutura que a ergue, ajudam a ler a obra mas não a lêem por inteiro.

E foi a reconstituição do modo, dessa memória processual que nos moveu nas pesquisas efectuadas. Parte dos elementos que conseguimos obter foram já apresentados nos pontos anteriores, e outros elementos existem e que se apresentam de seguida. Isto porque entendemos que a compreensão e leitura de uma obra, nomeadamente de uma obra pública, passa não só pela análise do projecto e pelo estudo da obra construída, como também pela análise do seu processo construtivo, o processo de obra: o elemento que faz a ponte entre o projecto e o concreto.

Muitas questões permanecem contudo sem resposta e à cabeça surge a questão primeira: existiu de facto um projecto oficial para a construção das novas instalações do IST? Ou, nos vários entraves, resistências, risco de inviabilidade da obra, ambição do projecto, o IST da Alameda se foi construindo à revelia das agressivas investidas políticas, do cepticismo académico e da reserva da nova classe económica: os engenheiros?

É facto assente de que existiu uma *Comissão de Construção do Novo Edifício*. Ela estava prevista no decreto que facultou a primeira contracção de crédito de financiamento²⁸³, e em sessão do Conselho Escolar de 5 de Fevereiro ficou essa Comissão composta pelos seguintes elementos: Caetano Maria Beirão da Veiga (director interino em substituição do director do IST, General Ferrujento Gonçalves, ausente por motivo de doença) e Raul de Mendonça (professor catedrático). A estes dois membros, representantes da comissão administrativa da escola acresciam os dois «delegados escolares»: Duarte Pacheco e Francisco Maria Henriques. Com o decorrer do tempo, tendo em conta as disponibilidades lectivas e as alterações do quadro docente, mediante saídas ou linhas de progressão de carreira, os elementos constituintes desta *Comissão de Construção do Novo Edifício* não permaneceram sempre os mesmos, mas em essência a composição da comissão manteve-se até 1942, data em que deixa de ser mencionada na documentação administrativa produzida pelo IST.

²⁸³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei Nº 13 113, de 24 de Janeiro de 1927.

Na nossa linha de investigação, e porque amiúde esta comissão é citada nas Actas das Sessões do Conselho Escolar entre 1927 e 1942, procurámos saber no Núcleo de Arquivo do IST onde estaria a documentação produzida pela *Comissão de Construção do Novo Edifício*. Do mesmo modo que o Núcleo de Arquivo não tinha qualquer registo sobre as peças desenhadas referentes ao projecto arquitectónico do IST, também não tinha qualquer referência sobre a existência desta «comissão» e da possível existência de uma colecção documental tão específica.

Decorre deste facto que, uma vez mais, os elementos que conseguimos obter sobre a memória processual de construção do IST, se limitaram à leitura das Actas das Sessões do Conselho Escolar e à dispersa correspondência expedida ou recebida pela instituição.

Na sessão de Conselho Escolar de 8 de Junho de 1927, tendo regressado de um Congresso Internacional de Ciências Matemáticas realizado em Cádiz, onde aliás angariou os mais rasgados elogios por parte da comunidade científica, o professor Mira Fernandes era louvado pelos seus colegas do IST. O professor, agradecendo a distinção comunicava:

“ter aproveitado a ocasião para solicitar de alguns dos mais ilustres professores espanhóis, plantas e projectos das escolas de engenharia que julga são da maior utilidade para este Instituto agora que será tratado das suas futuras instalações.”²⁸⁴

Já as obras do Técnico iam avançadas quando, a 7 de Abril de 1931 o Chefe de Trabalhos da 4ª Cadeira pedia ao Conselho Escolar um *subsídio de viagem de estudo* a França e Alemanha, com a finalidade de colher elementos para instalação do Laboratório de Física *no novo edifício*²⁸⁵.

Na documentação consultada não encontrámos seguimento a nenhuma das propostas avançadas, contudo o facto de dois professores: um catedrático e um chefe de trabalhos, se proporem a este tipo de situações, significa que o corpo docente do Instituto estava empenhado na construção material, técnica e logística do novo IST. A mesma situação demonstra ainda que este corpo docente pretendia ter uma participação

²⁸⁴ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar 1918-1927, Acta da Sessão do Conselho Escolar de 8 de Junho de 1927.

²⁸⁵ Vide Apêndice Documental, Documento 19.

activa neste projecto: mais e melhor que quaisquer outros profissionais, os professores saberiam das verdadeiras necessidades da nova escola que se erguia.

Na sessão do Conselho Escolar de 19 de Maio de 1930, Duarte Pacheco informa que existe *o projecto de reunir também na periferia dos terrenos do novo edifício, as moradias dos professores que o desejassem*. Com este propósito o Director do IST havia negociado com a Companhia Geral do Crédito Predial Português o financiamento das construções, descontando-se uma determinada percentagem nos vencimentos dos professores durante um prazo estipulado²⁸⁶.

Um dos professores que aderirá a este projecto é José de Mascarenhas Pedroso Bellard da Fonseca, proprietário da habitação unifamiliar, que ficou conhecida na história da arquitectura portuguesa como a «Casa Bellard da Fonseca». Projectada por Cristino da Silva logo em 1930, seria construída no ano seguinte e *constituiu seguramente a aposta mais inovadora que se realizou em Lisboa no quadro da arquitectura da vida privada*²⁸⁷.

A 17 de Junho de 1932, última sessão de Conselho Escolar a que é presente antes de ser chamado ao governo e liderar a pasta das Obras Públicas, Duarte Pacheco ouve a Moção do Conselho Escolar. Neste documento a escola tece rasgados elogios ao seu director e reconhece que *para a efectivação integral do plano de transformações indispensáveis à vida do Instituto, que a acção directiva do Engenheiro Duarte Pacheco perdure por muito tempo*²⁸⁸. O Director agradece e lança uma proposta de trabalho aos seus colegas:

“A obra feita é a primeira etapa. Urge também marcar o problema da reorganização da escola. Julga porém impossível esta reorganização antes de uma condigna instalação.”²⁸⁹

A 15 de Julho de 1932, data da sessão de Conselho seguinte a esta, Caetano Maria Beirão da Veiga substitui interinamente Duarte Pacheco no desempenho do cargo de director do Instituto e de presidente do Conselho Escolar. Desempenhará estas funções até ao dia 11 de Junho de 1936.

²⁸⁶ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar 1918-1927, Acta da Sessão do Conselho Escolar de 19 de Maio de 1930.

²⁸⁷ TOSTÕES, Ana, *Op. Cit.*, pág. 308-314.

²⁸⁸ Vide Apêndice Documental, Documento 20.

²⁸⁹ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar 1927-1940, Acta da Sessão do Conselho Escolar de 17 de Junho de 1932.

Nomeado ministro, Duarte Pacheco estava por lei impedido de desempenhar quaisquer outros cargos públicos e, no cumprimento do regulamento do IST, a direcção interina da escola seria desempenhada pelo professor com maior antiguidade de serviço. No impedimento deste, outro colega poderia ser nomeado. Com acontecera quando Duarte Pacheco desempenhou o cargo de Ministro da Instrução Pública de Abril a Novembro de 1928, Beirão da Veiga permanecia como professor mais antigo da instituição. Como sucedera em 1928, a direcção interina do IST seria desempenhada por um dos homens da esfera de influência de Duarte Pacheco. Mas entre 1928 e 1932 a situação do Instituto mudara substancialmente.

Entre os anos de 1932 e 1935 decorrem as obras de maior fôlego na construção das novas instalações do IST. Como atrás dissemos, em 1933 erguem-se já as caixas murárias do pavilhão central, pavilhões das engenharias, instalações desportivas e oficinas. E é no surgimento da imponente construção que começam a surgir as primeiras críticas. Se até aí os mais cépticos guardavam reserva e silêncio face às dificuldades inerentes à concretização do projecto, a partir do momento em que o *campus* se começa a erguer acima da cota soleira, erguem-se vozes de crítica, sobretudo em relação aos capitais investidos no projecto:

“Custou já, assim incompleta, ao país, uns 17 mil contos e sabe-se lá o que é preciso gastar para terminar”.²⁹⁰

Mas o tom de crítica não tinha apenas origem externa. A crítica mais incisiva vinha de dentro do próprio Instituto. Na sessão de Conselho de 23 de Julho de 1933 o professor Adrião de Sequeira pedia que ficassem consignadas em acta as perguntas formuladas na sessão anterior, pretendendo que se consignassem também em acta as respostas do director:

“sobre o quantitativo já dispendido com as obras do novo edifício, qual o estado em que essas obras se encontravam actualmente e qual a época provável em que o Instituto irá ocupar as suas novas instalações”.²⁹¹

²⁹⁰ FERREIRA, Armando, *Op. Cit.*, pág. 108.

²⁹¹ *Vide* Apêndice Documental, Documento 21.

Perante a inquirição de Adrião de Sequeira, Beirão da Veiga afirmava ter respondido na sessão anterior na medida do seu alcance:

“que como Director, entendia que só devia responder perante o Tribunal de Contas”.²⁹²

Francisco Maria Henriques, opinando que o Director não respondera na totalidade às questões formuladas por Adrião de Sequeira, nomeadamente em relação à data prevista de transferência para as novas instalações, lançava fogo ao debate e acrescia outra questão: *quem dirigia actualmente as obras?*²⁹³

Quanto à data de mudança de Instalações, Beirão da Veiga afirmava não ter ainda informações concretas e acrescentava que aceitou a direcção interina do Instituto com uma única condição, *que as obras continuassem sob a direcção de Duarte Pacheco*²⁹⁴.

Este questionário incisivo e acalorado por parte de alguns elementos do Conselho Escolar do IST, vem afinal revelar que o órgão decisório do Instituto pouco conhecia acerca do andamento da obra das suas futuras instalações. Ficara estabelecido logo em Fevereiro 1927, aquando da publicação do primeiro decreto, a composição da equipa que faria a administração da obra. Nessa data, a par dos professores mais antigos, Beirão da Veiga e Raul de Mendonça (representantes da Comissão Administrativa do IST), Duarte Pacheco e Francisco Maria Henriques, compunham também o grupo de trabalho como delegados do Conselho Escolar. Contudo, pela questão lançada em 1933 por Francisco Maria Henriques, depreende-se que o professor já não integra o grupo de trabalho.

A situação de precariedade das instalações do IST na rua da Boavista não se mantivera, antes pelo contrário, piorara de 1927 a 1933. A obra do Técnico na Alameda ia crescendo em volume, mas pouco para além disso. Mais um ano lectivo se iniciava e parecia não haver data prevista para a conclusão de obra e transferência de instalações. Mais um ano lectivo se iniciava e os membros do Conselho Escolar desconheciam os montantes já investidos numa obra cujo rumo desconheciam.

²⁹² Apêndice Documental, Documento 21.

²⁹³ Apêndice Documental, Documento 21.

²⁹⁴ Apêndice Documental, Documento 21.

Mais do que excedendo a compreensível expectativa em ver a obra terminada, as questões assertivas lançadas a Beirão da Veiga em sessão do Conselho, e na insistência de que questões e respostas ficassem consignadas em acta, são factos que vêm relevar que o processo construtivo das novas instalações do IST era decidido numa outra esfera, alheia, estranha e indiferente ao órgão decisório da escola. O desempenho do cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações não afastara Duarte Pacheco da direcção da obra das novas instalações do IST. Embora ministro, Duarte Pacheco chamara a si o projecto, mantendo a acessoria dos professores Beirão da Veiga e Raul de Mendonça²⁹⁵. Duarte Pacheco no desempenho das funções de Estado não tinha porque responder ao Conselho Escolar do IST. Beirão da Veiga e Raul de Mendonça não respondiam aos seus pares. Como afirmara o director interino, as respostas eram prestadas anualmente ao Tribunal de Contas. E eram-no de facto e no cumprimento da lei²⁹⁶.

No ano de 1934 o Conselho Escolar reúne apenas duas vezes: no final do ano lectivo 1933/1934 e no início do ano lectivo de 1934/1935. Na sessão de 8 de Novembro o colégio de professores preocupa-se em distribuir de forma eficaz os docentes disponíveis para a regência de disciplinas. Duarte Pacheco, no exercício de funções governamentais, deixara de leccionar as cadeiras de Matemáticas Gerais e Análise Algébrica, e Álvaro Machado aguardando já a carta de aposentadoria, deixara também de leccionar. Este facto implicou mudanças de horários e regências de disciplinas entre Pardal Monteiro e Bellard da Fonseca²⁹⁷.

Já a sessão anterior a esta, realizada a 31 de Julho, lançara o optimismo na sala do Conselho. Duas empresas privadas pretendiam associar a sua actividade industrial ao ensino praticado no Instituto.

Apostada a aplicar em prémios escolares a quantia de 1% do valor total obtido anualmente, a empresa Lampada Lumiar, sucursal da Empresa Nacional de

²⁹⁵ As apetências naturais desta equipa de trabalho, formada logo em 1927, manter-se-ia até ao período final de construção do Técnico. Duarte Pacheco na liderança, Beirão da Veiga no pelouro das viabilidades financeiras orçamentais e de contabilidade e Raul de Mendonça, o hábil e experiente inspector-engenheiro que mantinha carreira não só no Técnico, como docente de Hidráulica Agrícola, mas que desde 1902, ingressara nas Obras Públicas, tendo pertencido a variadas comissões de estudo e de serviço, e por isso conhecendo todos os meandros da máquina burocrática de Estado.

²⁹⁶ Na documentação fragmentada que conseguimos coligar no Núcleo de Arquivo do IST identificámos um Copiador de Correspondência com cartas sem numeração. De entre as inúmeras cartas, avulsas e diversas nos assuntos existem missivas enviadas ao Director-Geral do Tribunal de Contas e datadas de 1933 a 1936. Em todas elas o director interino declara o nome dos três elementos gerentes da obra do IST. Vide Apêndice Documental, Documento 22.

²⁹⁷ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar 1927-1940, Acta da Sessão do Conselho Escolar de 8 de Novembro de 1934.

Aparelhagem Elétrica (ANAE) pretendia entregar 35% desse valor ao IST²⁹⁸. Propunha a empresa que com esse mesmo fundo fossem criados dois prémios anuais e denominados «Lampada Lumiar». Propunha ainda a empresa a atribuição dos prémios da seguinte forma:

“(…) ao aluno que terminar o curso de Engenheiro electrotécnico coma maior classificação e ao aluno mais classificado da especialidade de Electrotecnia”.²⁹⁹

Por seu lado a Companhia Cimento Tejo, tendo tomado conhecimento de que seria criada brevemente no Instituto uma *cadeira especial para o ensino de cimento armado e suas aplicações*, e porque um ensino tão específico só faria *progredir a construção civil entre nós*, vinha por carta informar a direcção do Instituto da seguinte intenção:

“no primeiro ano que funcionar a dita cadeira, entregará mil escudos para serem aplicados como prémio a conferir ao aluno que nela tiver a mais alta classificação e esta importância, enquanto subsistir a cadeira será anualmente posta à disposição para o mesmo fim, no mês em que for necessária.”³⁰⁰

Algo mudara. Nos primeiros 10 anos de existência do IST Alfredo Bensaúde enviava cartas às várias empresas existentes para que recebessem como tirocinantes os alunos finalistas do Técnico. Em 1934, a construção material do Técnico começara a angariar definitivamente o interesse dos industriais. Esta aliança, este interesse comum entre o IST e empresariado industrial e científico teria aqui o seu início. Os prémios escolares funcionariam não só como incentivo às boas prestações escolares mas também como forma de incentivo à criação de projectos de investigação e angariação de

²⁹⁸ Na proposta da empresa os restantes 65% seriam atribuídos à Escola Comercial Patrício Prazeres, Escola Industrial Afonso Domingues, Escola Industrial Marquês de Pombal e secção Industrial da Escola Fonseca Benevides e Secção de Arte da mesma Escola. Cfr. IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Concelho Escolar 1927-1940, Acta da Sessão do Conselho Escolar de 31 de Julho de 1934.

²⁹⁹ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Concelho Escolar 1927-1940, Acta da Sessão do Conselho Escolar de 31 de Julho de 1934.

³⁰⁰ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas das Sessões do Concelho Escolar 1927-1940, Acta da Sessão do Conselho Escolar de 31 de Julho de 1934.

profissionais competentes. Este tipo de parceria entre a escola e o mercado manter-se-ia e mantêm-se até hoje. Em 1934 o Técnico atingia um dos objectivos que haviam presidido à sua criação: os seus alunos formandos e engenheiros diplomados eram já considerados pelos industriais como agentes de progresso. O IST era agora uma escola de mérito e de excelência.

O ano lectivo de 1935/1936 decorreu já nas novas instalações do IST. Curiosamente, nos registos documentais produzidos pelo Instituto nos anos de 1935 não encontrámos qualquer referência ao facto, ao processo de transferência de serviços, ou sequer aos critérios de distribuição e de reorganização da escola.

A 17 de Junho de 1932, quando nas vésperas de integrar a equipa governamental, Duarte Pacheco afirmara que a obra feita era a primeira etapa e seria também importante reflectir sobre o problema da reorganização da escola, afirmara ainda que tal tarefa seria realizada após a condigna instalação³⁰¹

Afastado do governo e presidindo à sessão do Conselho Escolar de 31 de Julho de 1936, Duarte Pacheco retoma a direcção do Instituto e pretende saber qual a posição do professorado do IST sobre uma reorganização bem mais ampla: o projecto de reforma do ensino técnico. Em termos práticos, o Conselho não tem opinião sobre o trabalho desenvolvido pela «Comissão de Reforma do Ensino Técnico» e aguarda a publicação oficial da dita reforma em Diário de Governo. Duarte Pacheco é de opinião contrária. Defende que se o Instituto não concorda com a reforma, deverá intervir junto do governo antes da publicação da projectada reforma³⁰².

Com efeito, estava em curso uma reforma do ensino técnico e o IST não havia sido consultado sobre a questão, nem em termos pedagógicos nem em termos de conteúdos programáticos de matérias e métodos de ensino. A forma directa e contundente como Duarte Pacheco agarra a questão, revela duas vertentes: por um lado, e tendo estado afastado da Sala do Conselho por cerca de 4 anos, tenta saber de forma taxativa qual a posição do Conselho Escolar face à situação exposta. Por outro lado, o facto de argumentar que, contra ou a favor da reforma do ensino técnico, a opinião do Conselho tem de ser unânime e presente ao ministro da tutela, é um facto que revela uma vez mais o modo de actuação de Duarte Pacheco: directo e objectivo.

Entre Julho de 1936 e Julho de 1937 e sempre que reúne, o Conselho Escolar trata exclusivamente de assuntos relativos a progressões na carreira docente. A última

³⁰¹ Vide *Supra*, nota 123.

³⁰² Vide Apêndice Documental, Documento 23.

sessão do Conselho Escolar do Técnico presidida por Duarte Pacheco, tem lugar a 31 de Julho de 1937³⁰³. Neste último registo, Duarte Pacheco deixava algumas propostas de reflexão aos seus pares:

“O último tirocínio deverá passar para 3 ou 6 meses? Os tirocínios deverão ser classificados? Neste caso, qual o coeficiente a atribuir à sua classificação?”³⁰⁴

Ainda em 1938, no final do ano, o Conselho Escolar do IST tomava conhecimento de um documento de trabalho e sobretudo, um documento de reflexão. Os estudos estatísticos de 1928 a 1938 revelavam os resultados práticos do ensino no Técnico. Em 10 anos e com uma média anual de 141 alunos matriculados, o IST apresentava 100 reprovações. Apenas 31% dos alunos conseguiam concluir o curso entre os 6 e os 10 anos de frequência da escola, pois 69% dos inscritos, levavam mais de 10 anos a concluir os estudos de Engenharia³⁰⁵.

No período de 10 anos que Duarte Pacheco dirigira o IST, esta escola obtivera o que o político prometera: uma renovação material através da construção de instalações condignas. Cumpria ao corpo docente reflectir sobre os critérios pedagógicos do ensino técnico em geral e sobre o ensino da engenharia em particular.

Com a saída do IST para cumprimento do segundo mandato nas Obras Públicas, Duarte Pacheco já não voltaria ao Técnico. Abdicara em definitivo da direcção do Instituto mas não esquecera que o projecto delineado em 1927 não estava ainda concluído. Os dois pavilhões que no programa original figuravam a poente do Pavilhão Central, iriam receber um dos serviços de Hidráulica e Ensaios de Materiais e o Laboratório de Máquinas.

Em 1942 o gabinete ministerial de Duarte Pacheco subscreveria ao IST duas verbas de 300 mil escudos cada uma: uma primeira verba destinada ao início da construção do pavilhão de Hidráulica e uma segunda verba para *as obras de reparação*

³⁰³ Depois desta data o Conselho Escolar só voltará a reunir um ano depois, a 30 de Julho de 1938. Por esta data é presidente do Conselho Escolar o novo Director efectivo do IST, o professor Herculano de Carvalho.

³⁰⁴ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência e Actas do Conselho Escolar (1927-1940), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 31 de Julho de 1937.

³⁰⁵ Vide Apêndice Documental, Documento 24.

dos terraços do IST. Com apenas 6 anos de ocupação efectiva, começam a surgir os primeiros problemas de manutenção³⁰⁶.

Relativamente à Hidráulica, por determinação da Direcção Geral de Hidráulica, Pardal Monteiro fôra incumbido de realizar o programa e projecto da obra³⁰⁷, mas a 31 de Julho de 1942 a situação parecia ter voltado a ponto nulo:

“O Senhor Presidente explica que os trabalhos estão suspensos. O Instituto já entregou a Sua Exa. o Ministro das Obras Públicas os trabalhos do projecto, mas Sua Exa. o Ministro ainda os conserva em estudo, parecendo que achou grande demais, principalmente o que se refere ao laboratório de hidráulica.”³⁰⁸

A situação do Laboratório de Máquinas não era melhor. Embora os anos lectivos decorressem já nas novas instalações do IST ao Arco do Cego desde 1935, as aulas práticas de Engenharia de Máquinas decorriam ainda nas velhas instalações da Rua da Boavista³⁰⁹. O IST tinha já vendido à firma H. Vaultier a parte do antigo edifício correspondente precisamente à área onde o velho laboratório estava instalado, mas o prazo de entrega do imóvel expirara e o Instituto via-se na contingência de, não tendo o previsto e necessário Laboratório de Máquinas, ver as instalações do antigo despejadas por justa causa.

No ano lectivo de 1942/1943, já sob a direcção de Bellard da Fonseca, a situação não só não se resolvera como piorara.

O terreno onde funcionava o laboratório de máquinas fora vendido no período de direcção de Herculano de Carvalho. O mandato deste professor decorreu entre 1938 e 1942. Por esta data a opção fora considerada válida pois o montante da venda e o tempo subjacente seriam investidos na construção do novo edifício. Contudo tal não se verificou e o Instituto estava agora numa situação sem retorno. As mais variadas soluções eram apresentadas pelos professores presentes a Conselho: da hipótese de não haver aulas práticas de laboratório enquanto não houvesse edifício, até à transferência e

³⁰⁶ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência e Actas do Conselho Escolar (1941-1948), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 7 de Maio de 1941. *Vide Ainda Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 32 453 de 27 de Novembro de 1942.

³⁰⁷ *Idem, Ibidem.*

³⁰⁸ IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência e Actas do Conselho Escolar (1941-1948), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 31 de Julho de 1942.

³⁰⁹ *Idem, Ibidem.*

distribuição do pessoal e do material pelos espaços vagos e dispersos das novas instalações, todas as propostas eram válidas, na eminência do despejo³¹⁰.

Em sessão do Conselho de 28 de Fevereiro de 1945, Bellard da Fonseca informa que está retomada a proposta de construção do Laboratório, mas não no local previsto. Informa ainda que Pardal Monteiro está encarregue da *remodelação do projecto para adaptação ao novo terreno*³¹¹. Contudo, o projecto de Máquinas e o projecto de Hidráulica não passarão da necessidade e da intenção.

Em 1947 o IST preparava-se para receber o II Congresso Nacional de Engenharia, o I Congresso Nacional de Arquitectura e a Exposição Comemorativa dos 15 Anos de Obras Públicas. No mesmo ano recebia da Secção Pedagógica da Associação de Estudantes do Técnico uma «Exposição sobre o ensino no IST». Como o documento estatístico de 1938³¹², que revelara de forma crua os resultados obtidos no ensino da engenharia, também este documento poderia servir de base de trabalho e reflexão ao professorado sobre o rumo do ensino técnico³¹³.

O Conselho Escolar reservava-se ao silêncio. O mesmo silêncio a que se reservara aquando da morte de Duarte Pacheco.

Nas actas das sessões do Conselho Escolar, e antes da ordem de trabalhos, sempre que havia notícia do falecimento de um professor do Instituto, era consignado em acta um voto de pesar. O mesmo acontecia quando existia notícia de falecimento de ascendentes directos, descendentes directos ou familiares das esposas dos professores do Instituto.

Duarte Pacheco faleceu a 16 de Novembro de 1943. A sessão do Conselho Escolar imediatamente a seguir ao seu falecimento ocorreu a 10 de Dezembro. Ocorreu ainda uma última sessão nesse ano, a 16 de Dezembro. Em nenhuma das duas sessões a morte de Duarte Pacheco foi mencionada. Morrerá um ministro, um antigo director do Instituto, um antigo professor. E o Conselho Escolar do Instituto Superior Técnico reservava-se ao silêncio. As palavras, de circunstância, guardá-las-ia para as cerimónias protocolares.

³¹⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 25.

³¹¹ IST, Núcleo de Arquivo, Documentos apresentados ao Conselho Escolar, (1940-1948), Acta da Sessão do Conselho Escolar em 5 de Novembro de 1942, Acta da Sessão do Conselho Escolar de 28 de Fevereiro de 1945.

³¹² Vide Apêndice Documental, Documento 24.

³¹³ Vide Apêndice Documental, Documento 26.

O busto de Alfredo Bensaúde, esculpido por António Duarte, foi colocado no átrio do Pavilhão Central em 1943. À sala do Conselho do IST presidem desde 1945, dois retratos: o de Brito Camacho e o de Duarte Pacheco. Estas obras materializam a memória dos homens que ergueram o Técnico: do projecto ao concreto.



35. Busto de Alfredo Bensaúde, átrio do Pavilhão Central do IST.



36 e 37. Retratos de Brito Camacho e Duarte Pacheco. Sala do Conselho Escolar do IST.

Capítulo 3

Ministérios de Poder

Capítulo 3. Os Ministérios de Poder

A obra pública de Duarte Pacheco teve início em 1925, data do seu ingresso no corpo docente do IST. No desempenho do cargo de director do Técnico, este político daria início à construção material, política, técnica e científica que reconhecidamente esta escola de Engenharia adquiriu a partir do segundo quartel do século XX.

A par do projecto realizado por Duarte Pacheco no IST acrescem todos os trabalhos por ele realizados no Ministério da Instrução Pública, no Ministério das Obras Públicas e Comunicações e na Câmara Municipal de Lisboa no desempenho dos cargos ministeriais e de presidência camarária.

No domínio da produção legislativa, este político foi hábil na construção de uma malha legal que lhe permitiu agir de forma rápida e objectiva, mas também autoritária, na medida em que todos os procedimentos e interesses de Estado prevaleceram sobre os interesses e os direitos individuais. O carisma, a convicção e o braço forte da lei permitiram a Duarte Pacheco realizar em 20 anos uma obra pública impressionante em número, em escala e em repercussão.

Portador de um carisma e de uma profunda convicção na possibilidade de desenvolvimento do país, este político parecia conseguir transformar simpatizantes em apoiantes de causa.

Embora centralizador no modo de agir politicamente, revelou-se cooperante, flexível e bom ouvinte no modo de trabalhar os projectos, talvez pelo facto de ter sido formado por uma escola em que o trabalho de equipa sempre foi valorizado como uma das condições inerentes ao sucesso de um projecto. Neste sentido, o político soube munir-se de uma equipa de trabalho multidisciplinar, cordata, confiante e produtiva, criando um gabinete de trabalho inédito.

Da actividade ministerial de Duarte Pacheco na Instrução Pública e nas Obras Públicas e Comunicações e da sua actividade na gestão camarária da cidade de Lisboa como presidente do município, a historiografia tem traçado em linhas gerais a sua acção política e tem referenciado as linhas arquitecturais e artísticas das principais obras saídas do seu gabinete. Neste ponto do trabalho, não é nosso objectivo tecer considerações estilísticas sobre as obras produzidas pelo gabinete ministerial de Duarte Pacheco.

Procurámos dirigir o nosso estudo num outro sentido: identificar as circunstâncias e as condições que permitiram o surgimento da obra pública de Duarte Pacheco. E identificado o cenário político, económico e social, tentámos identificar o método de trabalho do ministro. No enredo político, com maior ou menor dotação orçamental, mas com objectivos precisos e uma equipa de trabalho constituída por técnicos especializados, o ministro, munido de uma máquina legal que não permitia recursos de contra-parte, programou a equipagem de um país. E num programa de construções infra-estruturais a «grande obra pública» teve o mesmo peso processual que o pequeno melhoramento do caminho vicinal. Se nos manuais da História a grande obra pública tem tido lugar de destaque, no gabinete de trabalho do ministro mereceu a mesma importância que o pequeno melhoramento.

Do mesmo modo, na gestão dos assuntos camarários o Plano de Urbanização da Cidade mereceu a mesma importância que o regulamento da venda de carne. Isto porque, no seu modo de actuação, Duarte Pacheco considerava que deveria existir *coordenação, unidade e eficiência*. E neste modelo de actuação, embora pensado de forma particular e exaustiva, cada projecto era parte constituinte e indivisível de um todo.

No presente capítulo procuraremos demonstrar que na actividade política de Duarte Pacheco existiu a profunda convicção de que a Instrução, os Equipamentos, as Comunicações e a Cidade tinham uma origem comum na formação dos indivíduos e na construção do país: a viabilidade do futuro.

3.1. A Instrução Pública (1928): laboratório de ideias

“É não só altamente vantajoso, mas até mesmo necessário, criar nos alunos hábitos de leitura, visto que a leitura bem orientada e devidamente graduada é um elemento de principal importância para a sua instrução e desenvolvimento mental.”

Duarte Pacheco, Ministro da Instrução Pública, *Diário do Governo*, Portaria 5:589 de 11 de Setembro de 1928.

A 18 de Abril de 1928, na véspera de completar 28 anos de idade, Duarte Pacheco tomava posse como Ministro da Instrução Pública. Integrava a equipa governamental do coronel José Vicente de Freitas e manter-se-ia em funções até ao dia 10 de Novembro do mesmo ano.

Vicente de Freitas, que em 1917 ainda com a patente de tenente-coronel comandara uma brigada na I Grande Guerra, foi um dos militares que apoiou o golpe militar do 28 de Maio de 1926. Na sequência da exposição pública das suas convicções políticas, em Junho do mesmo ano foi nomeado presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e manteve-se no cargo até Agosto de 1927, data em que passou a integrar o governo do General Carmona, tutelando a pasta do Interior.

Em 1926 já Duarte Pacheco havia explorado a viabilidade de negócio nos terrenos cercanos ao Arco do Cego, tendo em vista aquela parcela como área preferencial para a construção do novo IST. Em 1927 Duarte Pacheco conseguira do governo a autorização de contracção de um empréstimo visando a aquisição dos mesmos terrenos. Neste processo, o município foi sempre ao encontro dos objectivos do director do IST, tanto na aquisição como na permuta de terrenos particulares ou camarários, uma vez que o local escolhido para a construção das novas instalações do Técnico abria caminho a uma nova área de expansão e valorização da cidade.

No desempenho das suas funções e auspiciando resultados satisfatórios para as duas instituições, tanto o engenheiro Duarte Pacheco enquanto director do IST, como o

Coronel Vicente de Freitas, na qualidade de Presidente da Comissão Administrativa da CML; trabalharam em prol de um mesmo objectivo. Com efeito, se Duarte Pacheco conseguisse levar a bom termo o negócio de aquisição e permuta de terrenos das quintas contíguas ao Arco do Cego, teria onde construir as novas instalações do Técnico. Por seu turno, promovendo Vicente de Freitas a negociação e facilitando as permutas numa área de terreno ainda sem programação camarária, acelerava o processo de urbanização da área envolvente à construção das novas instalações do IST.

O clima de confiança que se gerou em torno deste projecto ultrapassou os meros interesses institucionais das duas partes envolvidas. Recordemos que nas negociações encetadas com os proprietários dos terrenos ou seus representantes legais, Duarte Pacheco se apresentou *a título particular e em representação também particular do então presidente da Câmara Municipal de Lisboa*³¹⁴.

Este clima de confiança pessoal entre os dois homens, e sobretudo a crença do militar na habilidade política e técnica do director do IST, seriam factores decisivos para que Vicente de Freitas convidasse Duarte Pacheco a integrar a sua equipa governamental. O coronel escolhia o jovem engenheiro e director da escola de engenharia mais prestigiada do país, como o novo rosto da Instrução Pública. Na primeira página do Diário de Notícias do dia 18 de Abril o perfil do novo ministro era assim traçado:

“Tomou conta da pasta da Instrução Pública o ilustre matemático e professor sr. Dr. Duarte Pacheco, que muito novo também, é já hoje um dos homens de ciência mais ilustres da nossa terra e desempenhava ultimamente, apesar de ser dos professores mais modernos, por votação unânime do Conselho, as elevadas funções de director do Instituto Superior Técnico, nas quais revelou sempre a maior competência e raras qualidades de ponderação e acção.”³¹⁵

Assinado o termo de posse no dia 18 de Abril pelas duas horas da tarde³¹⁶, Duarte Pacheco recolhia ao gabinete ministerial e fazia publicar no *Diário do Governo*

³¹⁴ Vide Apêndice Documental, Documento 1.

³¹⁵ *Diário de Notícias*, 1ª página, 18 de Abril de 1928.

³¹⁶ *Idem*, página 1.

as duas primeiras medidas políticas³¹⁷. Contudo, antes de se lançar por completo à empresa que Vicente de Freitas lhe havia confiado, Duarte Pacheco teria de deslocar-se a Coimbra com um propósito: retornar a Lisboa com a certeza de que Oliveira Salazar integraria o governo como ministro das Finanças.

Na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, e após o breve triunvirato de 30 de Maio constituído pelos Generais Mendes Cabeçadas, Gama Ochoa e Gomes da Costa que entre si haviam distribuído todas as pastas governamentais, a 3 de Junho formou-se uma equipa governamental que Oliveira Salazar integrou como Ministro das Finanças³¹⁸. Contudo esta equipa ministerial manter-se-ia em funções apenas por duas semanas pois a 17 de Junho Gomes da Costa importaria novo golpe militar. A 9 de Julho seria a vez de Sinel de Cordes recuperar o poder. Manter-se-ia em funções até Abril de 1928 mas a sua actuação como chefe de governo, nomeadamente na inadequação e falta de conhecimentos no domínio da gestão das finanças públicas, culminaria num déficit público vertiginoso e numa instabilidade social crescente³¹⁹.

Em Abril de 1928 ocorria nova estruturação governamental: Óscar Carmona mantinha-se como Presidente da República mas Sinel de Cordes era preterido: Carmona escolhia o coronel Vicente de Freitas como chefe de governo. Formada parte da equipa, competia a Duarte Pacheco, o mais jovem membro do corpo governamental, deslocar-se a Coimbra e convencer aquele que em 1926 fora por cerca de duas semanas ministro das Finanças, de que estavam finalmente reunidas as condições políticas para que pudesse exercer o seu cargo na plenitude do programa que julgasse necessário à recuperação financeira do país.

O clima de confiança pessoal e de identificação política existente entre o chefe de governo Vicente de Freitas e o ministro Duarte Pacheco era inegável. Como atrás referimos, ambos haviam já trabalhado em prol de um objectivo comum na cidade de Lisboa, podendo agora elevar a sua acção concertada a uma escala nacional. Também no domínio político, ambos professavam os ideais republicanos. Contudo, dos dois

³¹⁷ Logo na tarde de 18 de Abril de 1928 regula a nomeação de reitores e vice-reitores dos liceus e dos directores de classe e define o programa de exames de admissão aos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e do Porto. *Vide* Decreto-Lei 15 392, publicado em *Diário do Governo* I Série nº 88.

A 19 de Abril regula a situação dos professores contratados do Ensino Técnico Elementar Comercial e Industrial que à data da publicação do decreto 12 147 estava em exercício de funções e publica ainda a Portaria nº 5 323 que revoga a Portaria nº 4 825 que ordenava dispensa de serviço a todo o pessoal assalariado da Biblioteca Nacional. *Vide* Decreto-Lei 15 398, publicado em *Diário do Governo*, I Série nº 89.

³¹⁸ Cfr. *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel SERRÃO e A. H. De Oliveira MARQUES, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, coordenação de MARQUES, A. H. De Oliveira, página 739.

³¹⁹ *Idem*, *Op. Cit.*, página 738-745.

governantes, Duarte Pacheco era decerto o mais eloquente, com maior poder de argumentação e com maior margem de manobra política, posto que sendo um estreante na cena política governativa não revelava ainda compromissos ou preferências. Por outro lado, tendo em conta situações ocorridas posteriormente, parece clara a antipatia que o militar republicano Vicente de Freitas sempre nutriu pelo católico e simpatizante monárquico professor de Coimbra Oliveira Salazar. Em prol do restabelecimento do equilíbrio da finança pública, Vicente de Freitas reconhecia a possibilidade de Oliveira Salazar sanar o sistema, mas não condescendia no facto de se deslocar a Coimbra com o intuito de convidar o professor a integrar o seu governo³²⁰. Por seu turno, Duarte Pacheco, convincente perante políticos ao ponto de conseguir o decreto de contracção de empréstimos e verbas para construção de uma escola, convincente perante proprietários na venda e permuta de terrenos e convincente perante um colégio senatorial de professores catedráticos de um instituto público, que não por mero acaso, o tinham elegido como director de todos eles, parecia talhado para a tarefa de trazer da Alta de Coimbra ao Terreiro do Paço o eminente professor da Lusa Atenas.

Acresce aqui informar que quando Duarte Pacheco se deslocou a Coimbra, não o fez como mero cidadão patriota e homem de boa vontade. Mais do que um republicano de direita incumbido de convencer um anti-republicano a integrar uma equipa governamental³²¹, Duarte Pacheco era um Ministro já empossado que ia a Coimbra falar directamente com um professor. Quando Oliveira Salazar, professor de Economia da Universidade de Coimbra, recebeu Duarte Pacheco em Abril de 1928, estava a receber a visita do seu ministro, o Ministro da Instrução Pública. A subalternidade hierárquica impunha a circunstância. Oliveira Salazar poderia até não estar receptivo ao convite mas

³²⁰ A 10 de Novembro de 1928 Vicente de Freitas apresenta a demissão do governo iniciado a 28 de Abril mas é reconduzido como Chefe de Governo. Salazar mantém-se como seu ministro das Finanças, contudo este governo cai a 8 de Julho de 1929 quando Vicente de Freitas recusa uma portaria do Ministro da Justiça e Cultos (Mário de Figueiredo) que pretendia permitir as procissões com toque de sino a horas indiscriminadas. Na sequência deste facto Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar, católicos convictos, apresentaram a demissão e o governo caiu. Contudo, Vicente de Freitas, que pretendia atingir politicamente os dois ministros sai derrotado do processo, pois é substituído na chefia do governo por Ivens Ferraz e Salazar mantém-se em funções. Vicente de Freitas passará a ser a partir desta data e até 1952, data da sua morte, um público opositor de Salazar. Cfr. António. José Telo “Freitas, José Vicente de”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando ROSAS e J.M. Brandão de BRITO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. I, pág., 373.

³²¹ Designação utilizada por Gonçalo Canto Moniz na obra *Arquitectura e Instrução. O projecto do liceu moderno 1836-1936*, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2007, página 135.

ficou decerto receptivo aos argumentos de Duarte Pacheco: serviço público e condições necessárias ao exercício do cargo³²².

No domínio das convicções políticas Duarte Pacheco não se revelara nunca pela escrita, optara sempre pela acção. Em oposição, Oliveira Salazar desde os tempos do seminário de Viseu que colaborava como publicista em vários periódicos e foi através deles e da prática docente que angariou apoiantes e construiu credibilidade política³²³.

No domínio da argumentação política entre o ministro republicano conservador e o professor católico e simpatizante monárquico, valia agora um passo maior. Duarte Pacheco garantia a Salazar as condições políticas necessárias para que este passasse para o campo da acção a emanada e construída imagem de «salvador das finanças» que proliferava na palavra dita e escrita. E assim aconteceu. Salazar tomou posse da pasta das Finanças a 27 de Abril de 1928 e gostou do sabor do poder, não mais tendo regressado ao professorado de Coimbra.

De 27 de Abril a 10 de Novembro de 1928 Duarte Pacheco e Oliveira Salazar integrariam pela primeira vez a mesma equipa governativa. O ministro das Finanças teria direito de veto sobre as propostas de despesa dos restantes ministérios e dele dependia a decisão de executar os cortes orçamentais e a reforma fiscal necessária ao reequilíbrio do orçamento de Estado. Por seu turno, no gabinete da Instrução Pública, Duarte Pacheco iria encontrar o panorama de indefinição educativa que caracterizou a política educativa do período respeitante à ditadura militar.

³²² Fernando Rosas afirma que em Março de 1928, quando após a desastrosa gerência financeira de Sinel Cordes, a ditadura *fica sem finanças nem política financeira (...) todas as atenções se viram para o prestigioso professor de Finanças de Coimbra (...) que se faz caro a Duarte Pacheco- enviado a Coimbra para o convencer a aceitar a pasta das Finanças – e impõe condições draconianas que serão aceites.*

Defendemos que Duarte Pacheco vai a Coimbra em Abril, já empossado do cargo de Ministro da Instrução Pública uma vez que Oliveira Salazar só toma posse como Ministro das Finanças nove dias depois de Pacheco. Na formação inicial do governo e até Oliveira Salazar aceitar o cargo, foi o Coronel Vicente de Freitas que interinamente geriu a pasta. *Cfr.* Fernando ROSAS, António de Oliveira Salazar” in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando ROSAS e J.M. Brandão de BRITO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. II, pp. 864.

³²³ Os primeiros textos de intervenção política de Salazar são publicados no bissemanário de Viseu *A Folha*. Nos textos publicados Oliveira Salazar revela indignação face à crescente onda anti-clerical e assume-se anti-republicano. Ainda em Viseu escreverá no periódico *Ecos* e os seus artigos manterão o mesmo pendor político. Já em Coimbra, integra o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) e escreve regularmente no *Imparcial*, o folheto político da associação. Em 1926, gorada a primeira experiência governativa regressa ao professorado de Coimbra, contudo a permanência da escrita política, mas sobretudo a credibilidade que vai ganhando como economista face ao descalabro das contas públicas geridas pelos militares, fazem crescer a sua popularidade.

Em 1927, após a rejeição de Sinel de Cordes ao seu relatório de trabalhos sobre os projectos de decreto de reforma do sistema financeiro português, Salazar entra definitivamente em ruptura com a ditadura militar instituída e inicia no *Novidades* uma crítica feroz à ruínosa política financeira da ditadura.

Vide Fernando ROSAS, António de Oliveira Salazar” in *Op. Cit.*, pp. 861-876.

A reforma educativa de 1911 constituiu um marco na história pedagógica e social de um país pouco desenvolvido e quase iletrado. Em 1911 a percentagem de população analfabeta atingia os 69,6%, ainda assim uma melhoria face aos 74% dos portugueses que em 1900 permaneciam sem conhecimento sequer das primeiras letras³²⁴.

Ao quadro da ideologia política republicana presidia o conceito de igualdade na cidadania sem estrutura hierárquica de classe ou condição. E a liberdade de cada cidadão residia na possibilidade de escolha sem pressão de outrém e pressupunha a existência de uma educação formal. É no âmbito deste projecto de cidadania esclarecida que surge a reforma republicana de 1911. Um projecto educativo ambicioso que decretou a obrigatoriedade do ensino primário, reforçou o ensino liceal e anulou a unicidade universitária em Coimbra ao criar as universidades de Lisboa e do Porto³²⁵.

Inovador na arquitectura educativa, no que respeita aos equipamentos escolares o regime republicano pouco avançou. Do ensino primário ao universitário as actividades lectivas decorreram maioritariamente em edifícios adaptados das extintas casas religiosas, embora Lisboa tivesse recebido 3 novos liceus e as cidades do Porto, Faro e Leiria, um liceu cada³²⁶.

A par do ensino oficial decorria com normalidade o ensino particular. No registo de 1930 embora apenas 2% da população dos 11 aos 17 anos frequentasse o ensino liceal, 40% desse número frequentava o ensino liceal particular³²⁷.

No período de vigência da ditadura militar não existiu um projecto educativo, mas apenas uma gestão do sistema educativo existente. Com o período ditatorial assisteu-se à redução da escolaridade obrigatória, limitação das condições de acesso ao ensino liceal e encerramento de estabelecimentos de ensino superior como foi o caso do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra, Faculdade de Letras do Porto e Faculdade de Farmácia e a Escola Normal Superior, ambas em Coimbra³²⁸.

A ditadura militar decretou ainda o encerramento da Faculdade de Direito de Lisboa, precisamente quatro dias antes da tomada de posse de Duarte Pacheco como Ministro da Instrução Pública. O descontentamento do professorado e da população

³²⁴ Números indicados nos *Censos da População do Reino de Portugal* no 1º de Dezembro de 1900 e da *População de Portugal* nº 1 de Dezembro de 1911, nesta perspectiva citados por MARQUES, A. H. de Oliveira, in *Op. Cit.*, pág. 519.

³²⁵ *Idem, Op. Cit.*, pp. 519-576.

³²⁶ *Idem, Op. Cit.*, pp. 538-546. Vide também MONIZ, Gonçalo Canto, *Op. Cit.*, pp. 55-130.

³²⁷ *Idem, Op. Cit.*, pág. 537.

³²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Op. Cit.*, pp- 575.

estudantil que pontualmente levaram o protesto até à greve, a degradação das instalações escolares e a escassez de verbas para o ensino surgiam como moldura da situação política herdada pelo jovem ministro.

No programa do governo empossado a 18 de Abril de 1928 e na composição de onze linhas de acção ministerial, a prioridade era dada à manutenção da ordem pública. Como referiria o chefe do governo no dia seguinte ao da tomada de posse e em entrevista ao Diário de Notícias, *havemos de a manter, custe o que custar*³²⁹. Mantida a ordem pública, seguia-se a segunda prioridade: a *compressão nacional de despesas*. Como terceira prioridade o chefe de governo apontava a *justa e equitativa defesa dos rendimentos do Estado*, através de uma urgente revisão do regime de contratações. A remodelação dos serviços públicos, a organização do Código Administrativo e o enquadramento da produção nacional nas leis económicas vigentes, cumpriam os objectivos quarto, quinto e sexto do programa ministerial. A contenção do número de efectivos militares ao estritamente necessário, o cumprimento integral da lei das incompatibilidades, a remodelação dos serviços diplomáticos portugueses e o incentivo à produção de riqueza da metrópole e das colónias, cumpriam os objectivos oitavo, nono, décimo e décimo primeiro do governo empossado³³⁰. No programa de actuação ministerial e intervenção política na máquina do Estado, existia um objectivo a cumprir: rever, reconsiderar e actuar visando a maior eficiência dos serviços com o menor custo possível. O mesmo objectivo estava reservado para a alínea nº 7 do programa de governo, a Instrução. Nas palavras do chefe de governo:

“É esse um dos nossos maiores empenhos. A instrução primária ministrar-se-á a todos e será gratuita. A secundária e a superior não será preciso desenvolvê-las com tanta intensidade e serão pagas por aqueles que as quiserem receber. É preciso animar a instrução particular, não a deixando esmagar pela oficial. Nos estabelecimentos de ensino particular não se ensina com menos proveito e utilidade do que nos liceus. Mas, além dessas classes de instrução, existe ainda a instrução técnica e é essa que procuraremos intensificar o mais possível, especialmente a de carácter agrícola, não para criarmos novas legiões de engenheiros e de doutores, mas para organizarmos

³²⁹ Cr. Diário de Notícias, 19 de Abril de 1928, 1ª e 2ª páginas.

³³⁰ *Idem*, páginas 1 e 2.

um verdadeiro exército de práticos com conhecimentos necessários à melhor valorização da terra.³³¹

Como nos restantes dez objectivos do programa ministerial, também na Instrução a palavra de ordem era a contenção de despesa. Embora mantendo a escolaridade obrigatória e gratuita para o nível primário de ensino, neste projecto de governo só ascenderiam ao escalão secundário e superior aqueles que conseguissem financiar os seus estudos. Quanto ao incremento do ensino técnico, mais do que formar especialidades, o chefe de governo considerava primordial a formação de profissionais que conseguissem produzir riqueza através de uma rentável utilização dos recursos naturais do país.

Duarte Pacheco tutelou a pasta da Instrução Pública de 18 de Abril a 10 de Novembro de 1928. Neste período de tempo o ministério produziu cerca de 80 diplomas³³². Este facto, que por um lado espelha o objectivo de cumprimento do programa de governo na pasta da Instrução, por outro lado revela o método de trabalho deste político: disciplinar legislativamente o que pode ser corrigido e legislar a construção de novas soluções.

Tendo por base a análise da produção legislativa exarada pelo gabinete ministerial, numa primeira fase do mandato que podemos situar entre Abril e Julho, Duarte Pacheco procedeu a uma «gestão de recursos humanos e administrativos do ensino». Com efeito, a produção legislativa transversal aos vários níveis de ensino, centrou-se maioritariamente na regulamentação de nomeações e substituições de pessoal docente e pessoal adjunto³³³.

Do mesmo modo, denota-se a atenção do ministro em regulamentar os calendários escolares, as condições de acesso dos alunos aos diversos graus e

³³¹ *Idem*, página 2.

³³² Caetano Maria Beirão da Veiga, “Duarte Pacheco. Inteligência, Dinamismo e Infatigabilidade” in *Revista Internacional*, 1951, s/p.

³³³ Entre outros diplomas e a título de exemplo, o Decreto 15 459 de 11 de Maio de 1928 aprova o regulamento para nomeação e substituição de professores, instrutores e demonstradores da Escola Naval; na II Série do *Diário de Governo* nº 110 de 17 de Maio de 1928 procede à organização dos quadros de ensino secundário e pessoal adjunto ao mesmo ensino; o Decreto 15 634 de 25 de Junho de 1928 constitui o quadro de professores agregados dos liceus masculinos; o Decreto 15 663 de 3 de Julho de 1928 determina que os reitores das universidades sejam de nomeação do governo e que os vice-reitores continuem a ser eleitos, em lista tríplice, pela Assembleia Geral da Universidade, o Decreto 15 748 de 19 de Julho determina que os vice-reitores dos liceus sejam nomeados pelo Governo entre os professores efectivos dos respectivos quadros, mediante eleições dos conselhos escolares em lista tríplice.

especialidades de ensino, bem como as condições de obtenção de equivalências, transferências e diplomas³³⁴.

A produção legislativa desta primeira fase do mandato ministerial de Duarte Pacheco, revelando a necessidade de regulamentação de processos administrativos como matrículas, exames e recorrências, teve em vista não apenas a clarificação, correcção e uniformização de regras, como também a sua imediata entrada em vigor no ano lectivo de 1928-1929. Do mesmo modo, as medidas tomadas relativamente à gestão do pessoal docente, técnico e administrativo, passariam a produzir efeito imediato.

Por outro lado, o facto de o ministro determinar que os reitores das Universidades e os vice-reitores dos Liceus passariam a ser nomeados pelo governo³³⁵ e não pelos seus pares, surgia como medida centralizadora e unívoca da política de direcção dos dois níveis de ensino.

Assim, e na primeira fase do mandato ministerial, com o objectivo de cumprir e aplicar na Instrução as directivas do programa governamental, nomeadamente a quarta alínea³³⁶, Duarte Pacheco tem por objectivo regulamentar de modo uniforme a máquina administrativa do ensino, gerir os quadros docentes, técnicos e administrativos que compõem essa mesma máquina, e por fim, pretende ainda resgatar para a figura ministerial a prerrogativa de nomeação daqueles que, na prática diária da gestão escolar na sala de aula do liceu e no auditório de uma faculdade, praticam a verdadeira política educativa. Em suma, ao decretar que a nomeação de reitores e vice-reitores de universidades e de liceu seja feita pelo governo, o ministro pretende que no exercício destes cargos esteja presente a confiança científica, técnica e pedagógica reconhecida pela classe docente, mas que em simultâneo estes cargos sejam exercidos por indivíduos em que esteja também depositada a confiança política necessária ao cumprimento de um projecto de ensino.

Na primeira fase do mandato ministerial, fase de regulamentação e uniformização pessoal e administrativa do ensino, assistimos ao que poderíamos chamar

³³⁴ Entre outros diplomas e a título de exemplo, o Decreto nº 15 453 de 10 de Maio de 1928 promulga várias disposições sobre a abertura das aulas, férias, época de exames e transferências de alunos nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério; o Decreto nº 15 541 de 4 de Junho de 1928 determina as condições em que os alunos universitários podem recorrer a exames de 1ª e 2ª épocas; o Decreto 15 600 de 20 de Junho de 1928 regula a realização de exames no ensino primário elementar; o Decreto 15 621 de 23 de Junho de 1928 permite a admissão aos Liceus de alunos com 9 anos completos de escolaridade.

³³⁵ Decreto nº 15 663 de 3 de Julho de 1928 e Decreto nº 15 748 de 19 de Julho de 1928.

³³⁶ *Remodelação dos serviços de modo a não haver sobreposições e atender-se que os serviços semelhantes ou que tenham afinidade fiquem sob uma mesma direcção única*, in *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1928, 1ª página.

de etapa inicial do método de trabalho de Duarte Pacheco, a fase reguladora. Na segunda fase do mandato, Duarte Pacheco dá início a uma nova etapa desse mesmo método: a fase projectual, ou das «comissões». Procedendo à selecção de áreas específicas de actuação política, o ministro cria para cada uma dessas áreas uma comissão de estudo. A comissão reúne em si uma equipa com conhecimentos científicos e técnicos multidisciplinares. Com esta medida o ministro pretende obter não só o diagnóstico aprofundado dos problemas existentes, como propostas para sua solução.

Neste sentido, a 21 de Julho de 1928 Duarte Pacheco nomeia uma comissão composta por nove elementos³³⁷. Todos os elementos da equipa de trabalho desempenham funções na área do ensino primário, liceal ou superior. Alguns membros da equipa desempenham cargos de direcção enquanto outros desenvolvem actividade na área da docência. A pluralidade técnica e curricular dos elementos seleccionados por Duarte Pacheco estende-se até à polaridade das opiniões políticas³³⁸, mas para o ministro o credo político dos elementos constituintes da comissão parecia ser um dado acessório uma vez que interessava tão somente a contribuição que cada um deles poderia trazer a assuntos que o governante julgava de necessária e urgente resolução. A esta comissão estavam atribuídas seis propostas de trabalho sintomáticas de seis situações existentes na Instrução. O ministro procurava assim otimizar esforços e encontrar soluções eficazes para o combate ao analfabetismo, uma forma eficaz de articulação entre o ensino oficial e o ensino particular, um método rápido de execução de edificações escolares, o cumprimento de normas de higiene e prática desportiva no ensino primário, estabelecimento da base organizativa das escolas normais primárias e reorganização do seu inspectorado e articulação do ensino primário praticado com os níveis seguintes de escolaridade, nomeadamente o secundário, e o técnico industrial, comercial e agrícola.

³³⁷ Os membros da comissão criada eram os seguintes: Aníbal Valdez de Passos e Sousa, director-geral interino do Ensino Primário Normal; José Guilherme Pacheco de Miranda, inspector-adjunto da Sanidade Escolar e Educação Física; engenheiro Francisco Maria Henriques, professor do Instituto Superior Técnico; Bento de Jesus Caraça, professor do Instituto Superior de Comércio; António Leitão, director da Escola Normal Primária de Coimbra; Alfredo de Carvalho, professor do Liceu João de Deus; Albano dos Santos Ramalho, inspector do Círculo Escolar de Castelo Branco; António Figueirinhas, publicista e editor da *Educação Nacional*; e Mário Augusto Vieira, professor oficial do Ensino Primário Elementar. Cfr. *Diário do Governo*, II Série, nº 166 de 21 de Julho de 1928.

³³⁸ O historiador Joaquim Veríssimo Serrão assinala esta situação de polaridade política nos elementos que constituem a comissão encarregada de elaborar parecer sobre a realidade liceal, contudo, também nesta primeira comissão existem nomes de oposição directa e pública à linha de actuação da ditadura militar como é o caso de Bento de Jesus Caraça. Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1926-1935)*, vol. XIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1996, páginas 610-611.

Ao decretar a constituição desta plural equipa de trabalho e ao traçar estes seis planos de análise transversal, Duarte Pacheco pretende encontrar as soluções necessárias ao eficaz funcionamento do ensino primário. Desde logo, encontrar uma solução eficaz de combate ao analfabetismo. Embora instituído como obrigatório, o ensino primário era pouco frequentado³³⁹ e reflexo sintomático de uma questão maior e intrínseca à realidade de um país onde o baixo desenvolvimento económico se reflectia na utilização de mão-de-obra infantil como contributo para o rendimento familiar.

Quando no mesmo decreto Duarte Pacheco determina ser necessário *estimular uma eficaz colaboração* do ensino primário particular com o ensino primário oficial, significa que nalgum ponto de actuação o particular e o oficial divergiam. Em concreto não conseguimos apurar a divergência e não é esse o objectivo do nosso estudo, contudo, ao se assinalar a questão em decreto tal significa que, a título de conteúdos programáticos, métodos de trabalho ou outro parâmetro de actuação, as duas práticas estavam desarticuladas e criavam situações de fricção na aquisição de conhecimentos dos alunos quando propostos aos níveis de ensino seguintes.

No que confere à terceira medida, o facto de o ministro apontar como necessária a criação de um método rápido e eficaz de execução de edificações escolares, é também sintoma de que os equipamentos escolares primários necessitariam de alguma renovação material³⁴⁰.

A necessidade de se estabelecerem normas de higiene e de prática de educação física nos estabelecimentos de ensino primário, seria por um lado reflexo das novas pedagogias do mundo moderno, mas também da instituição de regras básicas de saúde e salubridade.

Com a última medida Duarte Pacheco tentava buscar solução para um dos objectivos do programa de governo: o incentivo ao ensino técnico. E o bom sucesso do ensino técnico dependia de uma articulação de raiz, ou seja, o ensino primário.

A 25 de Julho de 1928 o político decretava a necessidade de criação de residências estudantis para alunos que, querendo ou tendo a possibilidade material de prosseguir nos estudos, ficavam obrigatoriamente afastados dos seus locais de

³³⁹ Para 1920 os quadros apontam uma percentagem de 66,2% e em 1930 61,8%. Vide MARQUES, A. H: de Oliveira, *Op. Cit.*, pág. 520.

³⁴⁰ A situação material das edificações escolares primárias apresentava uma situação de degradação crescente. Vide BEJA, Filomena Marona et. al., *Muitos Anos de Escolas*, vol. I *Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*, Lisboa, Ministério da Educação – Direcção-Geral de Administração Escolar, 1990.

origem³⁴¹. Ao decretar a necessidade de existência de locais de acolhimento dos alunos deslocados, Duarte Pacheco tentava colmatar uma outra situação que decorrendo da primeira provocava algum desequilíbrio nos vários níveis de ensino, embora maioritariamente no ensino liceal³⁴².

À excepção dos alunos das classes mais abastadas que, residentes ou deslocados, revelavam maior facilidade de instalação ou acomodação perto dos estabelecimentos de ensino onde recebiam formação superior, os restantes alunos universitários eram na sua maioria filhos de professores de liceu. Quando os filhos destes professores ingressavam no ensino superior tal situação implicava a mobilidade do agregado familiar pois não existia qualquer tipo de apoio social ou logístico aos alunos universitários deslocados. E não existindo apoio, o financiamento de um curso superior a um filho revelava-se demasiado oneroso para um professor de liceu. Por tal facto era usual que, quando um filho ingressasse na universidade, toda a família partisse para o mesmo destino. Na prática, assistia-se ao esvaziamento dos quadros docentes dos liceus do país e um crescendo de professores de liceu nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto.

Ao criar uma comissão *para estudar com a maior urgência a forma de estabelecer residências de estudantes nas cidades em que elas sejam mais convenientes*, o político tenta colmatar uma falha do sistema de ensino ao reconhecer a necessidade de criação de medidas de apoio social aos alunos deslocados. Tenta também com a mesma medida reequilibrar os quadros docentes do ensino liceal.

Se na primeira comissão de estudo Duarte Pacheco reunira apenas quadros docentes e dirigentes de ensino, nesta comissão e porque especificamente se torna necessário que esta equipa de trabalho encontre uma solução material de acomodação: a residência estudantil, o político nomeia também um técnico indispensável à mesma equipa: um arquitecto, no caso Porfírio Pardal Monteiro, o mesmo que por esta data trabalharia já no projecto das novas instalações do Técnico.

No dia 16 de Agosto de 1928 o *Diário do Governo* publica três diplomas que, no domínio da pasta da Instrução, merecem referência e reflexão, uma vez que espelham a posição política de Duarte Pacheco relativamente a questões basilares da educação: a língua, a literatura, a investigação, a produção de conhecimento e a escola como centro pedagógico.

Relativamente à importância da Língua Portuguesa, considera o ministro:

³⁴¹ *Diário do Governo*, II Série, nº 168 de 25 de Julho de 1928.

³⁴² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, pp. 611-612.

“ (...) a unidade idiomática é o mais poderoso factor da coesão nacional (...) as criações literárias são, pelo seu carácter de beleza comunicativa, os marcos de realce do dinamismo evolutivo da linguagem (...) a história da literatura nacional não deve confinar-se numa exposição cronológica e mumificada de nomes, títulos e assuntos, mas ser o quadro animado e sugestivo da marcha da grei portuguesa através do campo estético”.³⁴³

A este propósito, e porque Duarte Pacheco considera que as livrarias editoras Aillaud e Bertrand, ao editarem a *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* revelaram um gesto educativo e patriótico, decide atribuir-lhes um público testemunho de louvor.

O ministro da Instrução considera ainda que a propósito do apoio aos investigadores portugueses, os decretos de 1923 e 1924³⁴⁴ *não produziram nenhum efeito*³⁴⁵. Por tal facto Duarte Pacheco considera indispensável a criação de um organismo permanente que supervisione e proceda à gestão do serviço das bolsas de estudo atribuídas a professores e a alunos, em Portugal e no estrangeiro. Considera ainda a necessidade de que este organismo promova e oriente os trabalhos de investigação científica através da possibilidade de criação de centros de estudo, de forma a desenvolver e coordenar a actividade intelectual portuguesa.

Esta era uma realidade que Duarte Pacheco conhecia bem. No primeiro dia em que tomara assento na sala do Conselho Escolar do IST e exercera o direito do uso da palavra, afirmara a necessidade de incentivo e apoio à investigação e melhor qualificação da classe docente e dos alunos recém-formados do instituto³⁴⁶. Em 1927, por intervenção política directa de Duarte Pacheco, o IST obtivera do governo uma verba considerável para atribuição de bolsas de estudo³⁴⁷, contudo, porque a lei vigente não pressupunha a existência de um organismo regulador, gestor e tutelar no domínio da formação e investigação científica, a aplicação prática das bolsas tornava-se difícil e morosa. Como professor e director do IST este político tinha experimentado a falha do

³⁴³ Portaria de 13 de Agosto de 1928, *Diário do Governo*, II Série nº 187 de 16 de Agosto de 1928.

³⁴⁴ Refere-se Duarte Pacheco aos Decretos nº 9 332 de 29 de Dezembro de 1923 e nº 10 074 de 6 de Setembro de 1924.

³⁴⁵ Portaria de 13 de Agosto de 1928, *Diário do Governo*, II Série nº 167 de 16 de Agosto de 1928.

³⁴⁶ Vide Apêndice Documental, Documento 16, relativo à sessão do Conselho Escolar do Instituto Superior Técnico ocorrida a 6 de Novembro de 1926.

³⁴⁷ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 13 717 de 2 de Junho de 1927.

sistema neste domínio. Como membro da equipa governativa e no uso do poder legislativo do cargo que agora desempenhava, decidiu nomear uma comissão cujo objectivo era o de apresentar, no mais curto espaço de tempo, um plano de organização do necessário organismo tutelar de atribuição, regulamentação e gestão de bolsas e projectos de investigação.

Duarte Pacheco não considerava a «escola» como mero espaço de apoio logístico, qual local por onde se poderiam distribuir, consoante as disponibilidades e por classes de conhecimento, os alunos e respectivos professores. Para este político a «escola», sendo ela primária, liceal ou superior, deveria ser considerada um *centro de zona pedagógica*³⁴⁸. E para tal tornava-se necessário estudar e delimitar estes «centros de zona». Só com o diagnóstico correcto das situações vividas pelos centros, nas suas atribuições pedagógicas e na sua importância social, no corpo de docentes, discentes e de pessoal técnico e administrativo, se poderia obter um retrato fiel da realidade do ensino e sobre ele actuar na forma programada e que o ministro considerava ser a correcta: através da coordenação, da unidade e da eficiência. Já como professor e director do IST Duarte Pacheco considerava ser esta a verdadeira função da escola. Mantinha agora o mesmo pensamento como ministro da Instrução e mantê-lo-ia após o desempenho deste cargo e no desempenho futuro de sequentes cargos públicos e políticos.

Para o ministro a situação material e de lotação das escolas não deveria de ser considerada como factor arbitrário uma vez que condicionava fortemente a qualidade do ensino ministrado. Relativamente ao ensino primário, já na nomeação de uma anterior comissão de estudo, o ministro considerara a necessidade de revisão da situação existente ao nível do ensino oficial³⁴⁹. Essa mesma posição seria mantida relativamente ao ensino particular:

“As actuais instalações da maioria das escolas particulares, obrigando as crianças a permanecer em recintos acanhados durante horas consecutivas numa promiscuidade condenável e perigosa acumulação, não podem deixar de merecer ao Estado as devidas atenções, exercendo sobre elas uma fiscalização directa, no intuito de acompanhar o seu funcionamento (...) julga o Estado da maior

³⁴⁸ Portaria de 13 de Agosto de 1928, *Diário do Governo*, II Série nº 187 de 16 de Agosto de 1928.

³⁴⁹ *Vide Supra* nota 22.

conveniência a publicação imediata do presente decreto estabelecendo um mínimo de habilitação para o seu exercício.³⁵⁰

Com a redacção da Portaria de 13 de Agosto de 1928³⁵¹ Duarte Pacheco determina a necessidade de intervenção ao nível do ensino liceal. Com a nomeação de uma comissão de estudo, o ministro pretende obter informação precisa sobre a realidade liceal existente e, pelo parecer da mesma comissão, encontrar as soluções necessárias ao programa orgânico e objectivo do ensino liceal, de modo a executá-lo a partir do ano lectivo de 1928-1929.

Na prática, esta medida cirúrgica de intervenção no sistema de ensino liceal reflecte a posição de Duarte Pacheco: a necessidade de uma verdadeira reforma na orgânica dos Liceus. Com efeito, à comissão de estudo são pedidos todos os elementos que convergem nesse sentido: a delimitação da zona de influência pedagógica do liceu; a fixação de lotação de alunos; a determinação das condições necessárias à primeira matrícula no ensino liceal; a reorganização dos quadros docentes (efectivos e agregados) e do pessoal administrativo; a revisão dos programas dos cursos complementares de letras e ciências; a criação de um plano geral de trabalhos práticos individuais para os cursos complementares; um plano normativo dos conteúdos programáticos a leccionar nos liceus e por fim a regulamentação do regime de exames. Ou seja, da admissão ao exame final, os liceus deveriam praticar um programa de ensino a que presidisse a coordenação, a unidade e a eficiência.

E para que estes centros pedagógicos funcionassem de forma eficiente, coordenada e unitária, impunha-se necessariamente a questão da melhoria material. Mas porque a situação material dos liceus não era uniforme e Duarte Pacheco considerava necessária uma padronização, decretou a criação de uma Junta Administrativa que, respondendo às necessidades mais urgentes do ensino secundário, operasse o melhoramento material dos liceus no cumprimento de um plano geral e metódico. A 11 de Setembro de 1928 Duarte Pacheco criava aquela que ficou conhecida pela designação de *Junta dos 40 Mil*, embora o decreto a denominasse de *Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário*³⁵².

³⁵⁰ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 16 014, I Série, de 9 de Outubro de 1928.

³⁵¹ Portaria de 13 de Agosto de 1928, *Diário do Governo*, II Série nº 187 de 16 de Agosto de 1928.

³⁵² *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 15 942, I Série, de 11 de Setembro de 1928.

Leia-se MONIZ, Gonçalo Canto, *Op. Cit.*, pp. 135-138.

Por condições materiais de ensino, o ministro entendia serem consideradas não só as características dos edifícios escolares, mas também as instalações desportivas, o mobiliário e o material didáctico. No cômputo destas condições residiria a verdadeira função pedagógica dos estabelecimentos de ensino. Na prática da lei vigente, e porque ao ensino liceal estava atribuída autonomia administrativa, os reitores e os conselhos escolares decidiam o destino de aplicação das receitas directamente cobradas aos alunos (propinas de matrículas, taxas de exame, certificados, emolumentos, entre outros).

Contudo, as condições materiais dos liceus não eram idênticas. Algumas escolas, porque mais recentes e melhor equipadas, poderiam aplicar as suas verbas na renovação de material didáctico de apoio, enquanto outras, depauperadas e mal instaladas, não conseguiam ir além das pontuais medidas de reparação de uma instalação eléctrica ou sanitária.

Acrescia ainda uma outra situação, no caso, referente à população estudantil liceal. Do mesmo modo que relativamente ao ensino superior, o ministro considerara como necessária a criação de residências estudantis para alunos deslocados, também no domínio dos estudos liceais Duarte Pacheco defendia:

“a necessidade incontestável de instituir aos alunos cujos pais vivem fora das localidades onde eles seguem os seus estudos, Residências de Estudantes, que revistam todas as condições de ordem higiénica propícias ao seu desenvolvimento físico (...)”³⁵³

Com o decreto 15 942 Duarte Pacheco pretendia atribuir de forma igualitária e a todos os estabelecimentos liceais as condições materiais de ensino necessárias *à prática satisfatória do ensino*³⁵⁴.

A este programa de acção o ministro aplicava o mesmo método de viabilidade que aplicara um ano antes no projecto das novas instalações do IST: o recurso ao crédito. À Junta assim criada competiria a administração dos 40.000.000\$00 a contrair com a Caixa Geral de Depósitos e visando objectivos a cumprir a curto prazo:

“ (...) a construção de edifícios para o funcionamento dos liceus, a conclusão dos já iniciados e a grandes reparações daqueles em que os

³⁵³ *Idem.*

³⁵⁴ *Idem.*

referidos estabelecimentos de ensino funcionam e que constituem pertença do Estado, e bem assim à aquisição do mobiliário e material didáctico necessários aos mesmos liceus e ainda às despesas de instalação das Residências de estudantes.”³⁵⁵

Com esta medida, se por um lado o político procurava colmatar as deficiências materiais do ensino liceal, numa segunda linha de análise, criava um órgão administrativo central que retirava aos liceus a autonomia administrativa. Com efeito, até então a gestão escolar havia sido realizada por reitores e conselhos escolares representativos do poder camarário, mas com a instituição da Junta dos 40 Mil, passaria a existir uma equipa de trabalho nomeada pelo ministro da Instrução Pública e a funcionar no mesmo ministério.

A Junta dos 40 Mil, criada com o objectivo de planificar as obras dos liceus teria de *proceder a um exame das condições materiais de modo a dar balanço às suas necessidades*. E para a eficaz elaboração desse exame o ministro nomeara um representante do Conselho de Inspeção do Ensino Secundário, um engenheiro, um arquitecto, um médico e um representante da Contabilidade Pública³⁵⁶.

Uma vez mais o ministro socorria-se de uma equipa multidisciplinar e, a par do parecer técnico e pedagógico, do parecer da engenharia civil e da contabilidade, gestão e viabilidade financeira do projecto, o gabinete de trabalho ver-se-ia acrescido do contributo dos pareceres da viabilidade arquitectónica e de salubridade, a que correspondiam os trabalhos do arquitecto e do médico.

Também a 11 de Setembro de 1928 o jovem ministro mandava publicar em Diário de Governo uma portaria lavrando um programa de incentivo à leitura. Considerava Duarte Pacheco que os hábitos de leitura se revelavam não só vantajosos, mas mesmo necessários à instrução e desenvolvimento mental dos alunos³⁵⁷. Por tal facto, ordenava que se instituísse nos liceus uma política de aquisição de obras literárias e que se instituísse também um serviço de leitura curricular e de empréstimo, a

³⁵⁵ *Idem*.

³⁵⁶ O representante do Conselho de Inspeção do Ensino Secundário e presidente da Junta seria Eusébio Tagmanini, o engenheiro nomeado seria Francisco Maria Henriques, professor do IST, o arquitecto nomeado seria Leonel Gaia, o médico o Dr. Francisco Gentil e o representante da Contabilidade Pública seria Abel Maria Dias da Silva.

³⁵⁷ *Diário do Governo*, I Série, Portaria 5 589 de 11 de Setembro de 1928.

organizar pelos professores de português, pois só assim se poderia proceder convenientemente *ao ensino da língua e da literatura portuguesa*³⁵⁸.

Da actividade ministerial de Duarte Pacheco na pasta da Instrução Pública, salientam-se ainda medidas como a autorização do serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional³⁵⁹, a classificação dos Teatros de S. Carlos e Nacional de Almeida Garrett como imóveis de interesse público *pelo seu valor artístico, pelas suas tradições e notáveis qualidades architectónicas especiais*³⁶⁰, ou a reabertura da Faculdade de Direito de Lisboa, após promulgação da anterior lei orgânica³⁶¹.

Nos sete meses de desempenho das funções ministeriais que lhe foram atribuídas, Duarte Pacheco demonstrou saber dar resposta às directrizes traçadas pelo chefe de governo para a pasta da Instrução. Contudo, na reforma ministerial de Novembro de 1928 o nome de Duarte Pacheco já não constaria na formação da nova equipa governativa. Com precisão, desconhecem-se as razões que levaram à substituição do político, contudo, se atentarmos no programa de governo apresentado em Abril de 1928 e a actividade ministerial desenvolvida por Duarte Pacheco, constatamos que o ministro, embora cumprindo os objectivos traçados pelo plano de governo, divergiu no alcance das linhas previamente traçadas.

Cumprindo as directivas respeitantes ao ensino primário e técnico, o político ignorou as directivas do programa do governo e actuou em bloco. Duarte Pacheco pensou uma reformulação e preenchimento de necessidades do ensino num todo: do primário ao superior. Defendendo o conceito de «zona pedagógica», o ministro acreditou na criação de uma nova orgânica nas escolas. Uma orgânica onde os recursos humanos, administrativos, pedagógicos, didácticos, de conteúdos programáticos e materiais respeessem uma mesma unidade e assim actuassem de forma coordenada e eficiente. Contudo, se relembrarmos as palavras de Vicente de Freitas em Abril de 1928, entendemos o quanto em escassos meses Duarte Pacheco se distanciara do programa ministerial:

³⁵⁸ *Idem.*

³⁵⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 16 091, de 30 de Outubro de 1928.

³⁶⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 15 962, de 17 de Setembro de 1928.

³⁶¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 16 044, de 16 de Outubro de 1928, rectificado a 27 de Outubro de 1928.

“A [instrução] secundária e a superior não será preciso desenvolvê-las com tanta intensidade e serão pagas por aqueles que as quiserem receber”.³⁶²

Duarte Pacheco não alterou regimes de propinas no ensino liceal nem no ensino superior, mas ao decretar a necessidade de existência de residências estudantis para alunos dos dois níveis de instrução, abria caminho a uma nova linha de actuação política: a assistência social no ensino. E quando o ministro decretou a criação da Junta dos 40 Mil, reconhecia oficialmente a necessidade de renovação material do ensino secundário. Ou seja, o ministro reconhecia ao ensino secundário e ao superior tanta «intensidade de desenvolvimento» quanto ao ensino primário oficial ou particular.

Contas feitas, de todos os níveis de ensino em que o jovem ministro actuou politicamente, o menos tocado foi o ensino técnico: uma das bandeiras de salvação erguidas no discursos político de Vicente de Freitas que defendia a intensificação do ensino técnico agrícola³⁶³. E, talvez este facto justificasse a saída de Duarte Pacheco do governo.

Duarte Pacheco regressaria em Novembro de 1928 ao seu espaço de recuo político: a direcção do Técnico. No Ministério da Instrução Pública seria substituído por Gustavo Cordeiro Ramos. Até 1936 o Ministério percorreria um gradual mas firme trajecto de decomposição do sistema de ensino republicano até se transformar no sistema educativo do Estado Novo. Com efeito, da gradual mudança de nome das escolas, à alteração de programas, de professores e de direcções, o ministério foi, paulatinamente esboroando a estrutura republicana de ensino³⁶⁴.

Deste modo, a Reforma do Ensino, operada por António Faria Carneiro Pacheco em 1936 não alteraria apenas a designação do ministério, iria implantar uma nova arquitectura de ensino no país. O organismo de Estado que em 1913 dera origem à Instrução Pública transformava-se em 1936 no repositório da Educação Nacional.

Como republicano, em 1928 Duarte Pacheco defendera o incentivo dos hábitos de leitura pois acreditava que ler constituía um elemento de principal importância para a instrução e desenvolvimento mental dos cidadãos.

³⁶² Declarações de Vicente de Freitas em Entrevista ao *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1928, página 4.

³⁶³ *Vide Supra* Nota 18.

³⁶⁴ ROSAS, Fernando, *Nova História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal e o Estado Novo (1930-1930)*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, páginas 456-460.

Com o projecto educativo nacional de Carneiro Pacheco as primeiras letras bastariam para que a nação apreendesse a lição de Salazar.

3.2. Obras Públicas e Comunicações (1932-1936): o plano metódico

“Tendo sido restabelecido o antigo Ministério das Obras Públicas, para nele se promover a concentração de todas as obras de fomento que interessam à melhoria dos serviços do Estado e das condições económicas da Nação, mormente aquelas que pela sua importância técnica e valor económico mais convém integrar num plano metódico de realização em todo o País ...”

Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Diário do Governo*, preâmbulo ao Decreto-Lei nº 22 055, I Série de 31 de Dezembro de 1932.

A 5 de Julho de 1932 Oliveira Salazar era empossado chefe do Governo e no mesmo dia Duarte Pacheco tomava posse como ministro do Comércio e Comunicações, tomando posse Sebastião Garcia Ramires como Ministro da Agricultura. Dois dias depois era publicada no Diário do Governo a *nova arrumação dos serviços* dos Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura³⁶⁵.

Numa reestruturação orgânica dos serviços ministeriais e *tendo em vista reunir sob a mesma direcção os principais serviços relativos à produção nacional*, Duarte Pacheco passaria a ministro das Obras Públicas e Comunicações e Sebastião Ramires seria ministro do Comércio, Indústria e Agricultura.

O decreto de 7 de Julho de 1932, exarado pela Presidência do Conselho de Ministros, não pretendia efectuar uma mera alteração de designação destes dois gabinetes ministeriais. Reconhecia a necessidade funcional de separação orgânica de vários serviços que, havendo nascido em 1852 sob uma mesma origem de âmbito legal e prático, demonstravam há muito a urgência de reconhecimento autónomo no domínio técnico e científico, do mesmo modo que demonstravam uma necessidade de execução política distinta.

³⁶⁵ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 454 de 7 de Julho de 1932.

Com efeito, o Decreto que a 30 de Agosto de 1852 criara o *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, abrangia num mesmo gabinete ministerial os vários assuntos relativos às pastas que lhe davam designação. Com três alterações de regulamento dos serviços ministeriais entre os anos de 1852 e 1886, medidas que visavam ajustes pontuais de optimização de serviço, a obra pública, as comunicações, o comércio e a indústria permaneciam como assuntos indissociáveis no âmbito da acção política. Novas reformas dos serviços ministeriais se viriam a verificar até 1903 e, para além da obra pública, do comércio e da indústria, o Ministério ver-se-ia ainda acrescido de uma quarta tutela: a agricultura³⁶⁶.

O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria que por 58 anos mantivera a mesma designação, passaria, após a instituição do regime republicano, a designar-se de Ministério do Fomento, contudo, a orgânica geral dos serviços manter-se-ia idêntica³⁶⁷. Mais do que apostado na reestruturação eficaz dos serviços ministeriais, o regime republicano estaria, nesta primeira fase de instituição política, apostado em adaptar a designação do ministério a um léxico ideológico: um ministério de fomento porque de progresso, de desenvolvimento.

Em 1917 assiste-se ao surgimento de uma nova designação: o Ministério do Comércio³⁶⁸. Contudo, o decreto que atribuía novo nome à pasta, alterava substancialmente a orgânica dos serviços. Uma permuta de tutelas entre o Ministério do Comércio e o Ministério do Trabalho e Providência Social, determinava que os assuntos relativos à Agricultura, Minas e Geologia transitassem para o Trabalho e Providência Social. Em contrapartida, a par das obras públicas, comércio, indústria, monumentos e saneamento, o Ministério do Comércio passaria a tutelar os assuntos relativos aos Caminhos de Ferro, Administração do Porto de Lisboa e Administração de Correios e Telégrafos.

Em 1919 nova reforma e nova designação viriam a ampliar as competências do ministério. O anterior Ministério do Comércio, era agora o Ministério do Comércio e Comunicações³⁶⁹. A criação de cinco *Direcções-gerais* era já testemunho da importância crescente das várias áreas de acção: Obras Públicas; Comércio e Indústria; Ensino

³⁶⁶ Decreto de 30 de Setembro de 1852 relativo ao Regulamento de 1852; Decreto de 5 de Outubro de 1859 relativo à Reforma de 1859; Decreto de 28 de Julho de 1886 relativo à Reforma de 1886; Decreto de 1 de Dezembro de 1892 relativo à reforma de 1892; Decreto de 28 de Dezembro de 1899 relativo à Reforma de 1899 e Decreto de 21 de Janeiro de 1903 relativo à Reforma de 1903. Cfr. *O Ministério das Obras Públicas 1852/1977*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1977.

³⁶⁷ Decreto de 8 de Outubro de 1910.

³⁶⁸ Decreto nº 3511 de 5 de Novembro de 1917.

³⁶⁹ Decreto nº 5541 de 9 de Maio de 1919.

Industrial e Comercial; Trabalhos Geodésicos e Topográficos e Caminhos de Ferro. No domínio da *administração*, a par da Administração do Porto de Lisboa, surgia já na nova orgânica a exploração e administração de *Outros Portos do País*. Com a reorganização de 1920³⁷⁰ o Ministério procedeu ainda a alguns reacertos a nível da orgânica interna, contudo as competências manter-se-iam inalteradas.

A 7 de Julho de 1932 novas reformas e denominações surgiram³⁷¹. O Ministério da Agricultura passaria a Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura e colhia na anterior orgânica do Ministério do Comércio e Comunicações as direcções-gerais de Minas e Serviços Geológicos, das Indústrias, do Comércio, bem como o Instituto Geográfico e Cadastral, a Bolsa de Mercadorias de Lisboa, os Armazéns Gerais Industriais e a Comissão de Aproveitamento dos Carvões Nacionais.

O até então denominado Ministério do Comércio e Comunicações, pasta de que Duarte Pacheco tomara posse como ministro, passaria a denominar-se de Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Da tutela da Agricultura transitava para as Obras Públicas e Comunicações a Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola. Este organismo ia juntar-se aos outros treze que completavam o universo de trabalho ministerial: o Gabinete do Ministro, a Secretaria-Geral do Ministério, o Conselho Superior de Obras Públicas, as Pagadorias de Obras Públicas, a Direcção de Obras Públicas do Distrito da Horta, A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, a Junta Autónoma de Estradas, a Administração-Geral dos Correios e Telégrafos, a Administração-Geral do Porto de Lisboa, a Direcção-Geral dos Caminhos de Ferro e o Fundo Especial de Caminhos de Ferro do Estado.

Oitenta anos volvidos, e nas palavras de Duarte Pacheco, estava decretado o restabelecimento do:

“(...) antigo Ministério das Obras Públicas, para nele se promover a concentração de todas as obras de fomento que interessam à melhoria dos serviços do Estado e das condições económicas da Nação, mormente aquelas que pela sua importância técnica e valor económico

³⁷⁰ Decreto nº 7036 de 17 de Outubro de 1920.

³⁷¹ Decreto Nº 21 454 de 7 de Julho de 1932. *Vide Supra*, Nota 52.

mais convém integrar num plano metódico de realização em todo o País.”³⁷²

O *antigo Ministério das Obras Públicas* a que se referia Duarte Pacheco era o ministério de Fontes Pereira de Melo. O ministério de poder em que as infra-estruturas, os equipamentos, o património, o saber técnico e o saber científico convergiam num único objectivo: o desenvolvimento material do país. Com a criação do Ministério das Obras Públicas em 1852, Fontes Pereira de Melo aglutinara num só gabinete a concepção, construção, administração e fiscalização dos melhoramentos materiais do país. Com o saber técnico português disponível e com a requisição de serviços de engenheiros estrangeiros³⁷³, decretara a manutenção de estradas reais e criara estradas municipais. Introduzira no país os caminhos-de-ferro e a telegrafia eléctrica, construíra pontes e assegurara a navegação a vapor no Tejo e no Sado. E porque entendera que o ensino da Engenharia necessitava de maior especificidade que não a obtida na engenharia militar, promoveu a criação do Instituto Industrial.

De 1852 a 1932 a denominação e a orgânica do ministério haviam sofrido alterações, mas o mesmo não sucedera com a missão e objectivos da pasta ministerial. Em essência e embora com atribuições complementares, o ministério permanecera como o organismo responsável pelas obras públicas de interesse nacional e vantagem *colectiva*. Contudo, e embora transpareçam nas várias alterações orgânicas, não só a pluralidade da acção ministerial, como a crescente importância das várias disciplinas técnicas emergentes, a permanente fragilidade das contas públicas e a descontinua e desprogramada política de melhoramentos reflectiu-se ao longo dos anos na ausência de novas obras, na falta de manutenção do universo existente e no inevitável carácter obsoleto de grande parte dos equipamentos devido à inexistência de uma política de actualização. No que ao século XX diz respeito, de 1900 a 1926 não existiu uma política nacional de infra-estruturização do país³⁷⁴.

Embora o Estado centralizasse as acções de intervenção no património histórico nacional, a actuação da Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

³⁷² Definição de missão e objectivos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações dada por Duarte Pacheco no preâmbulo do decreto-lei que faz transitar do Ministério da Marinha para o MOPC o processo de construção da Base Naval do Alfeite. Cfr. *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 22 055, I Série de 31 de Dezembro de 1932.

³⁷³ Maioritariamente franceses.

³⁷⁴ NEVES, Emanuel Maranhã, “Infra-estruturas em Portugal no Século XX”, in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, volume I, Contexto, Lisboa, Publicações D. Quixote, coordenação de Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo, 2004, pp. 409-432.

actuava em consonância com as verbas irrisórias que lhe eram atribuídas. À falta de orientação política, técnica e científica que resgatasse da ruína o parque patrimonial, acrescia a prática instituída de reutilização dos edifícios históricos para fins distintos aos da sua construção³⁷⁵.

Embora o transporte de pessoas e bens se fizesse maioritariamente por caminho-de-ferro, se em 1894 a rede ferroviária atingira os 2353 km, em 1905 a extensão não ia além dos 2380 km. Em 10 anos os melhoramentos ferroviários eram de apenas 27 km. Contudo se em 1894 a rede ferroviária servia cerca de 8 milhões de passageiros, em 1905 servia já 19 milhões³⁷⁶.

O estado de ruína e parca manutenção das estradas portuguesas, a par da crescente importância do tráfego automóvel, foram factores que levaram à criação em 1927 de um organismo estatal centrado unicamente na sua construção, reconstrução, administração e fiscalização: a Junta Autónoma de Estradas.

À data da criação do MOPC, no dealbar dos anos 30, o mercado interno português materializava a evidente incapacidade produtiva do país. A caracterização populacional era o espelho da nação: quatro quintos rural³⁷⁷. E num Portugal maioritariamente rural, a paisagem agrária quase se dividia em duas grandes regiões: o norte e o sul do rio Tejo³⁷⁸. Se a norte proliferavam as minúsculas parcelas do minifúndio, com uma produção baseada nos produtos hortícolas, na vinha e no gado, a sul o clima quente e seco sustentava a produção extensiva de trigo que obrigava a longos pousios de cinco a sete anos³⁷⁹.

Ao nível da estratificação social, o Portugal rural dividia-se em dois grandes grupos: os proprietários e os assalariados. Os «senhores da terra», grupo minoritário, era formado pelos *grandes proprietários absentistas*, com os «senhores do vinho» a norte e os «senhores do pão» a sul³⁸⁰. Os trabalhadores da terra eram maioritariamente assalariados, pagos à jorna ou à semana e angariados pelos feitores das propriedades.³⁸¹

³⁷⁵ NETO, Maria João, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP, 2001, página 87 e seguintes.

³⁷⁶ *Idem*, *Op. Cit.*, página 410.

³⁷⁷ FRANÇA, José-Augusto, *Os Anos Vinte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, página 265.

³⁷⁸ AMARAL, Luciano do, A «grei agrária» in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 31-59.

³⁷⁹ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 33.

³⁸⁰ *Idem*, *Op. Cit.*, pág. 41

³⁸¹ De entre o pessoal assalariado evidenciavam-se ainda dois subgrupos, o rendeiro e o caseiro. Neste domínio, os assalariados cultivavam para si próprios uma parcela de terreno cedida pelo proprietário. Para aprofundamento do tema *Vide* AMARAL, Luciano do, *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo. 1930-1954*, Lisboa, dissertação de

As condições de vida neste Portugal «quatro quintos rural», traduzia-se na crueza dos números revelados pelos inquéritos e estatísticas da época³⁸²: um Portugal 80% analfabeto, com uma taxa de mortalidade infantil a rondar os 150%. A alimentação era pobre no teor calórico e proteico. Nas habitações não existiam instalações sanitárias e à falta de higiene somava-se a promiscuidade de adultos e crianças viverem e dormirem nos mesmos compartimentos, muitas das vezes partilhados até com os animais domésticos.

Num Portugal «quatro quintos rural» pouca margem era deixada à indústria e ao comércio. Num país com uma produção agrícola quase artesanal quase não existia mercado: faltavam alimentos, matéria-prima e consumidores³⁸³. No domínio da industrialização os postos fabris surgiam por surtos de crise económica. Só na constatação da impossibilidade de se importar se abria margem a uma produção industrial substitutiva. O tecido industrial português era maioritariamente composto por empresas descapitalizadas e quase sempre dependentes do Estado. E mão-de-obra fabril não qualificada tinha origem semi-camponesa³⁸⁴.

O Ministério das Obras Públicas e Comunicações, criado por decreto a 7 de Julho de 1932, quer na sua orgânica interna, quer nas opções estratégicas de actuação, não alterando a matriz económica do país, alteraria consideravelmente o seu quadro infra-estrutural.

Desde logo a denominação do Ministério marca as suas duas frentes de actuação: as Obras Públicas e as Comunicações. Criado um ano antes da afirmação constitucional do regime, o MOPC desempenharia a partir de 1932, um papel importante na consolidação do regime político em crescendo: o Estado Novo. No domínio das Comunicações e até 1939 o MOPC seria responsável por 15,5% da despesa pública³⁸⁵. Até 1939 a rede de estradas alcançaria os 500km e absorveria 32% das despesas do ministério. Os melhoramentos portuários absorveriam 40% da verba³⁸⁶.

No dealbar do segundo quartel do século XX Portugal era um país periférico, dependente dos combustíveis sólidos e líquidos vindos do exterior. Cerca de 90% do comércio externo era efectuado por via marítima, facto que justifica a aposta nos

mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993.

³⁸² AMARAL, *Op. Cit.*, pp. 41-59.

³⁸³ ALVES, Carlos Garcia, “A «indústria nacional» in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 61- 99.

³⁸⁴ *Idem, Op. Cit.*, página 62.

³⁸⁵ *Idem, Op. Cit.*, página 412.

³⁸⁶ NEVES, Emanuel Maranha das, *Op. Cit.*, pp. 411-412.

melhoramentos portuários³⁸⁷. No dealbar do segundo quartel do século XX e embora crescesse o debate sobre a necessidade de industrialização do país, o Estado optava por dar primazia às vias de comunicação, acreditando que a mobilidade de pessoas e bens bastariam para incrementar o mercado interno. Contudo, o mercado interno vivia maioritariamente de uma produção agrícola pouco desenvolvida e de uma indústria pouco mais que tradicional, como atrás se referiu.

No domínio das Comunicações, o MOPC procurou equipar o país com as infra-estruturas necessárias à circulação de pessoas, bens e serviços inerentes à economia praticada, defendida e instituída pelo regime. No domínio das Obras Públicas o MOPC procuraria *promover a concentração de todas as obras de fomento que interessa[va]m à melhoria dos serviços do Estado e das condições económicas da Nação*, como afirmava Duarte Pacheco. O pragmatismo orgânico do Ministério recém-criado iria revelar uma vez mais o método de trabalho deste político. Como o próprio afirmaria: *num plano metódico de realização em todo o País*.

O plano metódico levaria três meses a ser gizado. Tendo tomado posse a 5 de Julho de 1932, por todos os meses de Julho e Agosto o ministro procura responder a assuntos correntes do ministério. Compulsando-se o *Diário do Governo* e a sua produção legislativa apercebemo-nos de uma actividade ministerial centrada no reforço da dotação orçamental, bem como na manutenção das obras portuárias do Douro, de Leixões e do Rio Mondego. Do mesmo modo se denota a preocupação em impulsionar as obras adstritas à Administração Geral de Correios e Telégrafos³⁸⁸.

A 30 de Setembro de 1932 o *Diário do Governo* publicava o plano metódico do ministro. Dos catorze organismos que constituíam o MOPC, três desempenhariam um papel crucial na transformação material do país³⁸⁹.

À Junta Autónoma de Estradas organismo a que, desde a sua criação em 1927, competia o serviço de manutenção corrente das vias existentes, bem como os serviços de construção e grande reparação, novas competências seriam atribuídas. Na orgânica do MOPC as atribuições da JAE não se limitavam ao universo das vias de comunicação. Com o decreto de 30 de Setembro de 1932 Duarte Pacheco atribuía a este organismo o programa de melhoramentos rurais. A «obra de melhoramentos rurais» fora decretada

³⁸⁷ *Idem, Op. Cit.*, pp. 411-412.

³⁸⁸ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 459 de 15 de Julho de 1932; Decreto – Lei nº 21 489 de 22 de Julho de 1932, entre outros.

³⁸⁹ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 454 de 7 de Julho de 1932.

em 1931³⁹⁰ com o intuito de o Estado dotar as populações rurais de trabalhos públicos locais. Em Setembro de 1932 Duarte Pacheco reconhecia a necessidade de intensificar esses mesmos trabalhos e considerava como melhoramentos rurais:

“(…) as obras de interesse local e vantagem colectiva a executar fora dos centros urbanos e das sedes dos concelhos, compreendendo a construção ou reparação de estradas municipais, estradas não classificadas, caminhos vicinais, pavimentos, chafarizes, tanques, lavadouros e obras semelhantes.”³⁹¹

À Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que, desde a data de criação em 1929, zelava pela manutenção, conservação e restauro do património arquitectónico e arqueológico classificado, passaria a estar agregado o programa de melhoramentos urbanos:

“São considerados melhoramentos urbanos as obras de interesse local e vantagem colectiva a executar fora dos grandes centros, compreendendo a realização de planos de urbanismo, a construção, a transformação e reparação de escolas primárias, escolas profissionais elementares, liceus municipais, hospitais e outros edifícios de assistência, museus e monumentos nacionais.”³⁹²

À DGEMN competia a orientação técnica e a fiscalização das obras de melhoramentos urbanos e, segundo o decreto, competia também ao mesmo organismo o estabelecimento de um acordo com as entidades locais sobre os programas de urbanismo a realizar. Aos organismos locais competia a apresentação de um programa de obras necessárias, do mesmo modo que competia ao Ministério da Instrução Pública a apresentação de um programa geral de construção, ampliação ou reparação de escolas.

Reconhecendo a necessidade de *resolver o estado sanitário do País*, à Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos passaria a competir a orientação técnica das câmaras municipais na realização do programa de melhoramentos

³⁹⁰ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 19 502 de 20 de Março de 1931.

³⁹¹ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 696 de 30 de Setembro de 1932.

³⁹² *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 697 de 30 de Setembro de 1932.

de águas e saneamento, bem como a elaboração dos estudos e projectos de obras a realizar, reforma das obras existentes e fiscalização do universo construído:

“São consideradas melhoramentos de águas e saneamento as obras de captação e distribuição de água e o estabelecimento, beneficiação e ampliação de redes de esgoto nas vilas e povoações importantes e nas cidades com excepção dos grandes centros.”³⁹³

A par dos programas específicos que compunham os melhoramentos rurais, urbanos e de águas e saneamento, programas de trabalhos a realizar a uma escala municipal, todos os catorze organismos que compunham o MOPC trabalhavam de forma articulada a uma escala total do território naquilo a que Duarte Pacheco designava de *grandes obras públicas*³⁹⁴, ou seja, as infra-estruturas de interesse nacional e vantagem colectiva.

Ainda antes de decretar o triplo plano de acção do programa de melhoramentos regionais, no que ao domínio das *grandes obras públicas* diz respeito, Duarte Pacheco instituiu uma comissão administrativa para dirigir as obras de construção do Instituto Português de Oncologia³⁹⁵ e chamou à competência do seu ministério *todos os serviços relativos à fiscalização e construção de novas obras* relativos ao abastecimento de águas à cidade de Lisboa³⁹⁶.

Até ao final do ano de 1932 dois outros decretos exarados pelo gabinete do ministro seriam determinantes no gizado plano das *grandes obras públicas*.

A uma escala nacional passariam a estabelecer-se zonas de protecção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico³⁹⁷. As zonas de protecção seriam fixadas mediante parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e da DGEMN e de quaisquer juntas ou comissões autónomas e administrativas de Estado que o julgassem necessário. Sempre que se tratasse do estabelecimento de uma zona de protecção relativa a um Monumento Nacional as propostas careciam de parecer do Conselho Superior de Belas Artes.

³⁹³ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 698 de 30 de Setembro de 1932.

³⁹⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 699 de 30 de Setembro de 1932.

³⁹⁵ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 633 de 2 de Setembro de 1932.

³⁹⁶ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 635 de 2 de Setembro de 1932.

³⁹⁷ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 875 de 18 de Novembro de 1932.

Contudo, este decreto-lei não salvaguardava unicamente as zonas de protecção dos monumentos nacionais e dos edifícios públicos de reconhecido mérito. Pretendia-se também a criação de uma zona de protecção dos edifícios públicos a construir. Para tal, todos os projectos de novos edifícios ou grandes reconstruções em edifícios do Estado passariam a carecer de aprovação directa do Ministro das Obras Públicas e Comunicações. Do mesmo modo, nenhuma construção ou reconstrução estatal, se inserida numa zona de protecção, poderia ser efectuada sem prévia autorização do ministro. O mesmo decreto retirava às câmaras municipais o poder de concessão de licenciamento de obras nos perímetros de salvaguarda sem prévia autorização ministerial. O mesmo documento exigia ainda que a construção dos novos edifícios do Estado se subordinasse aos planos de urbanização estabelecidos pelos municípios ou pela DGEMN.

O decreto de 18 de Novembro, mais do que decretar uma zona especial de protecção do património histórico e dos edifícios notáveis, munia o ministro das Obras Públicas e Comunicações do direito de veto sobre os futuros projectos municipais e particulares, do mesmo modo que munia o ministro do direito de expropriação, ao abrigo de uma eventual zona de protecção de edifícios a construir. Com quatro meses de governação e não estando ainda identificadas as *grandes obras públicas* a realizar, o ministro, fiel ao seu pragmático método de trabalho, antecipava-se a qualquer eventualidade procedendo à regulamentação de um processo construtivo centralizado no seu gabinete.

A fechar o ano de 1932 o MOPC integrava no seu *plano metódico de realizações*, as obras do Arsenal do Alfeite, até então na dependência do Ministério da Marinha³⁹⁸. Aproveitando os estudos e projectos já realizados, cumpria agora ao MOPC a elaboração do plano definitivo da obra. Numa articulação entre ministérios, previa a lei que a comissão administrativa da obra respondesse aos dois ministros, contudo, todo o processo projectual e construtivo ficaria a cargo do MOPC.

A necessidade de concentração dos vários serviços inerentes à arma da Marinha era um assunto debatido em Lisboa desde finais do século XIX. Contudo, do processo de decisão à possibilidade de concretização da obra, da viabilidade dos projectos apresentados à viabilidade financeira de execução, todos os factores contribuíram para uma diluição do processo no tempo.

³⁹⁸ *Diário do Governo*, Decreto-Lei n.º 22 055 de 31 de Dezembro de 1932.

Esta alteração de tutela do processo e projecto de transferência da Base Naval de Lisboa para o Alfeite, se bem que justificada pela subordinação ao cálculo e programação de um plano geral de obras infra-estruturais a realizar, deixa transparecer o crescendo aglutinador do gabinete ministerial de Duarte Pacheco.

Com efeito, ao abrigo do *plano metódico das grandes obras* públicas, o MOPC não só herda a continuidade de execução de obras em curso e que anteriormente estavam sob tutela dos organismos estatais que delas beneficiariam, como passará a tutelar a quase totalidade das futuras construções.

Ainda relativamente ao decreto que chama ao MOPC o processo construtivo da Base Naval do Alfeite, e porque o documento legal reflecte o modo transversal de actuação do gabinete ministerial de Duarte Pacheco, importa sublinhar a forma articulada e programada de pensar a obra pública. Com efeito, não só se verificava a necessidade de concentração dos serviços de uma arma de defesa nacional num local mais recatado aos olhares, embora amplo nas instalações, como se verificava a necessidade crescente de expansão urbanizada da própria cidade de Lisboa. Tomando posse do processo construtivo da base naval, o ministério ganhava margem de manobra para actuar noutros capítulos de competências inerentes à sua orgânica, no caso a valorização do Porto de Lisboa e a urbanidade da cidade capital:

“ (...) é cada vez mais urgente a mudança do velho Arsenal de Lisboa, cuja situação rouba a esta cidade o mais belo passeio marginal, além do prejuízo que para os serviços do porto de Lisboa, o primeiro do País, representa a inutilização de toda aquela importante frente marítima, que deverá sem dúvida ser o centro da sua maior actividade marítima de turismo (...) não falando da necessidade absoluta, reconhecida já muitos anos, de descongestionar o intenso trânsito da Rua do Arsenal, abrindo uma nova artéria marginal de comunicação entre a Praça do Comércio e o Cais do Sodré.”³⁹⁹

O breve trecho acima citado é indicador do método de trabalho programado e articulado, da planificação de quase esquadria métrica com que o gabinete de trabalho de Duarte Pacheco procederá à infra-estruturização do país. Trabalhando cada projecto de forma profunda e cirúrgica, o gabinete ministerial não perde a visão de conjunto de

³⁹⁹ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 22 055 de 31 de Dezembro de 1932.

um plano maior onde as várias realizações programadas avançam de forma coordenada, independentemente do facto de se tratar de uma obra de beneficiação, ampliação, transferência, construção ou planificação urbana. Com efeito, o ministro e os seus colaboradores procedem inicialmente a uma triagem de diagnóstico de necessidades. Num sistema de pirâmide e ao abrigo da programação de obras, são solicitadas às direcções-gerais, às administrações-gerais e às juntas que façam chegar ao gabinete ministerial todas as necessidades de manutenção, reparação e construção. Em face dos inquéritos efectuados, na concordância e aprovação ministerial dos projectos, e no respeito de um programa geral de realizações, o Ministério procede à distribuição das verbas orçamentais⁴⁰⁰.

E a questão das verbas orçamentais, condição indispensável à viabilidade de qualquer projecto, foi também programada pelo ministro. A 30 de Setembro, quando decretou o «plano de ataque» à escala regional: o plano de melhoramentos rurais, urbanos e de saneamento, o MOPC decretou também a criação do Comissariado e do Fundo do Desemprego⁴⁰¹.

O político que em 1927 conseguira o financiamento das obras de construção das novas instalações do IST⁴⁰² e que em 1928 conseguira um plano de financiamento para a renovação material dos Liceus⁴⁰³, experimentava agora a uma escala nacional uma solução de financiamento dos melhoramentos materiais do país, do mesmo modo que canalizava para as obras públicas uma parte considerável da mão-de-obra necessária à sua concretização.

No preâmbulo ao decreto que institui a criação do Comissariado do Desemprego, encontramos a crueza do Portugal «quatro quintos rural» traduzida em números. Em Agosto de 1931 o Estado iniciara um inquérito sobre a crise do desemprego⁴⁰⁴ e os resultados revelaram-se preocupantes. Num primeiro apuramento registaram-se 38.200 desempregados, mas em Dezembro do mesmo ano o número subiria para os 39.200. Em Março de 1932 era já de 40.100 e em Junho atingiria os 41.600. Até ao final do mês de Julho uma descida acentuada da taxa de desemprego cifrava-se nos 26.400, contudo, o decréscimo não correspondia a nenhuma medida de combate ao desemprego, significava apenas que cerca de 15.000 indivíduos que de

⁴⁰⁰ Cfr. A Lei Orgânica do Ministério das Obras Públicas e Comunicações in *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 454 de 7 de Julho de 1932.

⁴⁰¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 699 de 30 de Setembro de 1932.

⁴⁰² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei 13.113 de 1 de Fevereiro de 1927.

⁴⁰³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 15 942 de 11 de Novembro de 1928.

⁴⁰⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 20 222 de 15 de Agosto de 1931.

Outubro a Março não encontravam colocação, chegada a época das colheitas e das debulhas de trigo a sul do Tejo, encontravam nos meses de Verão o único trabalho possível: o sazonal. Finda a colheita e a debulha do trigo e, pelo final do Verão, a apanha da azeitona, os números do desemprego voltariam a subir até Junho no ano seguinte.

Na observância dos números apurados no inquérito, considerava o governo a distinção entre «desemprego absoluto» e «desemprego rural temporário», bem como a distinção profissional dos desempregados. No grupo I eram considerados os empregados bancários e comerciais, pessoal de escritório ou equiparados. No grupo II os oficiais, ajudantes e aprendizes de qualquer ofício, à excepção da construção civil que cumpria o grupo III. No grupo IV identificavam-se os serventes e trabalhadores sem ofício definido. Neste último grupo o governo fazia ainda a distinção entre «urbanos» e «rurais».

Tomando por referência o censo de Junho de 1932 (41.600 desempregados), mas retirando ao resultado da soma 600 indivíduos por considerar estatisticamente *imprudente fixar números aproximados abaixo da casa do milhar*, afirmava o governo que ao grupo I correspondiam 3000 desempregados, o grupo II se fixava nos 13.000, o grupo III nos 6000 e no grupo IV 4000 desempregados urbanos e 15000 desempregados rurais.

Conhecidos os números, cumpria ao governo organizar o auxílio. Contudo, e ao contrário das medidas operadas em *países de elevada cultura*, o governo não pretendia distribuir qualquer *subsídio gracioso* ou *esmola do erário*. Considerando o governo que Portugal não se encontrava na precária situação de países como os Estados Unidos da América, Inglaterra ou Alemanha, encarava-se o problema do desemprego de uma outra forma:

“Não se dão esmolas, procura dar-se trabalho (...) Num País em que tanta coisa útil há para fazer, é quase ironia que nele haja alguém que não tenha trabalho.”⁴⁰⁵

Num país em que *tanta coisa de útil havia para fazer*, considerava o governo como prioritários os trabalhos de melhoramentos rurais, melhoramentos urbanos, águas e saneamento, limpeza de valas e ribeiras e arborização. Para a execução destes *mil*

⁴⁰⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 699 de 30 de Setembro de 1932, página 1976.

*pequenos trabalhos*⁴⁰⁶ o governo iria canalizar indivíduos pertencentes aos grupos III e IV do universo de desempregados, ou seja, oficiais, ajudantes e aprendizes do ramo da construção civil e serventes, e ainda os trabalhadores sem ofício definido. Na prática, o governo canalizava para o plano de melhoramentos materiais do país a mão-de-obra menos qualificada e que correspondia em grande parte à percentagem flutuante da taxa global de desempregados.

Estando o plano de melhoramentos materiais definido e a mão-de-obra necessária à sua execução recrutada nos números fornecidos pelo Comissariado do Desemprego, bastava encontrar uma forma de financiamento que assegurasse o pagamento dos salários e dos projectos de obra. E a fórmula estava já estabelecida.

Porque não bastava o *braço protector dos poderes públicos*, e porque *o interesse era colectivo e exemplo de humanidade e de civismo*, o governo chamava a esta iniciativa a contribuição dos particulares empregados e empregadores. Deste modo:

“Todos os que empreguem normalmente um ou mais empregados e operários em indústria ou comércio concorrerão em cada mês, para o Fundo de Desemprego com 1 por cento da importância paga em salários, vencimentos, gratificações, percentagens, subsídios, prémios, diuturnidades ou quaisquer outras remunerações fixas ou eventuais e, correspondentemente cada um dos empregados ou operários com 2 por cento do que no mesmo mês receber, sob qualquer rubrica.”⁴⁰⁷

Na prática, por cada trabalhador activo no ramo privado, o Fundo de Desemprego passaria a auferir mensalmente 3% do valor salarial praticado. Se o empregado contribuía com 2% do vencimento, a entidade empregadora contribuía com 1%.

Contudo, a contribuição obrigatória para o Fundo de Desemprego não se limitava às actividades de comércio e indústria. Também as actividades liberais eram chamadas a esta contribuição:

“Os gerentes, administradores e quaisquer outros indivíduos directamente encarregados da gestão das empresas e sociedades e que

⁴⁰⁶ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 699 de 30 de Setembro de 1932, página 1977.

⁴⁰⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 699 de 30 de Setembro de 1932, Artigo 20º, página 1979.

por elas sejam remunerados, e os engenheiros, médicos e advogados e quaisquer técnicos ao serviço das mesmas empresas, com carácter permanente ou temporário, são igualmente sujeitos à dedução da percentagem fixada.”⁴⁰⁸

À contribuição de 2% estavam ainda obrigados os trabalhadores assalariados e os administradores dos estabelecimentos ou empreitadas do Estado,⁴⁰⁹ bem como os proprietários rústicos e urbanos⁴¹⁰.

A totalidade das contribuições seria mensalmente depositada na Caixa Geral de Depósitos. Ao Comissariado do Desemprego cabia a gestão do fundo monetário obtido bem como o recrutamento, distribuição e transporte dos desempregados preferencialmente para as obras de melhoramentos da área da sua residência ou região, mas se necessário fosse, *para as regiões onde houvesse falta de braços e oferta de trabalho*.

Com a criação do Fundo de Desemprego e do seu órgão gestor, o Comissariado, o MOPC conseguia de uma só vez chamar à sua guarda, não só o controlo e distribuição da mão-de-obra para os planos de melhoramento material do país, como o pagamento dessa mesma mão-de-obra através de um fundo financeiro paralelo à dotação orçamental anual do ministério.

Embora à data da sua criação o governo considerasse que o Comissariado do Desemprego seria de duração temporária, *devendo ser extinto pelo Governo quando o estado de crise de trabalho o aconselhasse*, esta forma paralela de obtenção de verbas e canalização de mão-de-obra para os planos de melhoramentos urbanos, rurais, de abastecimento de água e saneamento, bem como de arborização e policiamento de estradas, manter-se-ia durante quase todo o período de vigência do regime.⁴¹¹

Acresce ainda o facto de que as verbas obtidas através do Fundo do Desemprego não serviram unicamente para o pagamento dos salários e transporte dos assalariados para os estaleiros de obra em curso. Parte da verba obtida nas deduções mensais previstas na lei passaria a ser canalizada para o orçamento das próprias obras. E se de início este passo de engenharia financeira permitiu pôr em marcha o plano de

⁴⁰⁸ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 21 699 de 30 de Setembro de 1932, § 4º, página 1979.

⁴⁰⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 21 699 de 30 de Setembro de 1932, § página 1979.

⁴¹⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 21 699 de 30 de Setembro de 1932, Artigo 22º, página 1980.

⁴¹¹ *Vide Boletins do Comissariado do Desemprego 1934-1971*, Lisboa, Imprensa Nacional, Boletins mensais de 1934 a 1971.

melhoramentos urbanos, rurais, de abastecimento de água e saneamento, em pouco tempo parte do Fundo passaria também a ser utilizado na realização das *grandes obras públicas* e na salvaguarda dos monumentos nacionais.

Na consulta da mais variada documentação processual produzida pelo MOPC e apenas a título de exemplo, refira-se que em obras tão díspares como a obra de abastecimento de água à vila de Mangualde entre 1935 e 1938, o transporte de material para a construção do Anexo do Museu de Arte Antiga entre 1934 e 1943, ou as obras de restauro da Igreja de Santa Maria do Castelo de Abrantes entre 1941 e 1943, é inequívoca a presença de mão-de-obra bem como a comparticipação financeira por parte do Commissariado do Desemprego nas três empreitadas⁴¹².

De 7 de Julho a 31 de Dezembro de 1932, o organismo de Estado que fora o Ministério do Comércio e Comunicações e se transformara no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, conseguia num espaço de 6 meses munir-se de uma malha legal de tal modo densa, que se permitiria avançar de forma firme sobre todo o território nacional.

A lei orgânica do MOPC, no domínio de todas as suas missões e objectivos, e ao abrigo *de uma orientação única com maior benefício para o País*⁴¹³, justificava a absorção por parte deste ministério de uma quantidade considerável de competências que anteriormente eram tuteladas por outras pastas ministeriais. Porque os melhoramentos e obras anteriormente a cargo de outros organismos passavam ao abrigo da lei, a estar sob alçada do MOPC, o ministério recém-criado, figura tutelar e única orientadora do processo construtivo, fazia ainda reverter a seu favor parte considerável das verbas anteriormente atribuídas aos outros ministérios.

Com esta medida o MOPC retirava aos demais ministérios a competência legal de decisão no processo projectual e construtivo de toda e qualquer empreitada e reconhecia-lhes apenas a especificidade da competência técnica. Aliás, este facto está bem presente nas inúmeras comissões administrativas de obras então criadas e em que, a par dos arquitectos e engenheiros de obra colaboradores do ministério, se encontram

⁴¹² Sobre a participação do Commissariado de Desemprego na campanha de preservação do património arquitectónico *Vide* NETO, Maria João, *Op. Cit.*, pp. 157 e seguintes. *Vide* FRANCO, António Sousa, “As Finanças do Estado Novo: o mito realizado e os seus frutos”, in *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dirigida por João Medina, Amadora, Ediclube, volume XII.

⁴¹³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 454 de 7 de Julho de 1932.

também os representantes dos organismos ou instituições beneficiários das mesmas obras⁴¹⁴.

Por outro lado quando o MOPC chamou a si a definição das zonas de protecção não só do património histórico edificado, como o dos edifícios públicos de Estado, chamava à figura ministerial a última decisão no âmbito da construção pública, municipal e particular⁴¹⁵. Acresce ainda o facto de que esta lei se tornava extensível aos edifícios públicos a construir.

Se a esta capacidade de aglutinação de projectos e unicidade do poder último de decisão a que o MOPC se reserva, aliarmos a manobra de engenharia financeira e recrutamento de mão-de-obra que encontramos na criação do Fundo e do Comissariado do Desemprego, e anexarmos ainda a «sempre que necessária» lei das expropriações ao abrigo da utilidade pública, temos reunidas todas as condições par compreender a forma de blindagem legal da qual o MOPC se muniu para poder pôr em prática *o plano metódico de realização em todo o País*, que Duarte Pacheco afirmava ser possível e para, através dele, *se promover a concentração de todas as obras de fomento*⁴¹⁶.

No dia 30 de Dezembro de 1932, o ministro das Obras Públicas e Comunicações revelava ainda uma outra intenção:

“Tenciona, é facto, o Governo fazer uma remodelação completa dos serviços de obras públicas para os dotar com uma organização bem ordenada que corresponda às necessidades actuais”.⁴¹⁷

Contudo, a reorganização dos serviços do ministério não aconteceria antes de Novembro de 1935. Até lá só se efectuariam alterações parciais de serviço, nomeadamente no recrutamento de técnicos especializados, com especial incidência para os engenheiros e os arquitectos.

Aliás, a aposta de Duarte Pacheco nas qualificações técnicas superiores dos quadros do MOPC, será uma constante ao longo do cumprimento dos dois mandatos. E

⁴¹⁴ Apenas a título de exemplo refira-se que no que às Construções Hospitalares confere, as comissões administrativas revelam na sua composição a presença de médicos, uma vez que como profissionais de saúde, sabiam, no domínio das suas competências, as necessidades a que o programa fixo de uma nova construção teria de saber responder. Do mesmo modo, às comissões administrativas das Construções Escolares eram presentes professores ou na edificação de um museu era elemento constituinte da comissão administrativa um profissional de museologia.

⁴¹⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 875 de 18 de Novembro de 1932.

⁴¹⁶ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 22 055, I Série de 31 de Dezembro de 1932.

⁴¹⁷ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 22 049, I Série de 30 de Dezembro de 1932.

esta aposta começou desde logo na selecção dos colaboradores directos do ministro: os chefes de gabinete.

De Julho de 1932 a Maio de 1935, ou seja, na quase totalidade de cumprimento da primeira presença de Duarte Pacheco nas Obras Públicas e Comunicações, o seu chefe de gabinete foi o engenheiro João Carlos Alves.

Quando em 1932 Duarte Pacheco aceitou a pasta das Obras Públicas e Comunicações, confiou a um assistente as disciplinas que como professor tinha a cargo no IST, e confiou a Beirão da Veiga a direcção interina do Instituto. Mas não entrou solitário no gabinete ministerial. Do Técnico trazia para a chefia do gabinete do MOPC o colega João Carlos Alves, então docente dos trabalhos práticos da disciplina de Estradas e Caminhos de Ferro⁴¹⁸. Ao Técnico requisitou ainda dois assistentes para no MOPC desempenharem a função de secretariado das actividades ministeriais⁴¹⁹.

No gabinete ministerial, na assessoria directa ao ministro revelar-se-ia irrepreensível e, no domínio do apoio técnico, João Carlos Alves revelar-se-ia uma aposta ganha. A ele se deve a responsabilidade dos primeiros estudos relativos ao abastecimento de água à cidade de Lisboa.

A falta de água em Lisboa era um problema recorrente mas o crescimento constante da população agravava a situação. À parte da pressão imposta pelas necessidades populacionais, acresciam a tomada de consciência de necessidade de progressos domésticos, de higiene e de salubridade. Também a crescente instalação industrial se revelava um factor de exigência acrescido no domínio do abastecimento de água.

Recordemos que uma das primeiras medidas de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e Comunicações foi a de resgatar para a sua tutela todos os trabalhos relativos ao abastecimento de água à cidade de Lisboa⁴²⁰. Efectuando a 18 de Novembro de 1932 e em nome do governo, a revisão de contrato com concessionária Companhia das Águas de Lisboa⁴²¹, sem sequer dar conhecimento das condições desse mesmo contrato ao segundo outorgante, Duarte Pacheco fazia elevar o preço da água para 1\$30 com o objectivo de fazer reverter para um *Fundo de Obras* o remanescente das receitas da dita Companhia e assim custear as necessárias obras de beneficiação ao

⁴¹⁸ IST, Núcleo de Arquivo, Processos Individuais de Professores, Processo de João Carlos Alves.

⁴¹⁹ João Carlos Alves, Chefe de Trabalhos Práticos do IST e António Joaquim Simões Crespo e Fernando Manuel Duarte Silva, assistentes do IST tomariam posse no dia 11 de Julho de 1932. *Diário do Governo*, II Série, 11 de Julho de 1932.

⁴²⁰ *Diário do Governo*, Decreto-Lei n.º 21 635 de 2 de Setembro de 1932.

⁴²¹ *Diário do Governo*, Decreto-Lei n.º 21 879 de 18 de Novembro de 1932.

abastecimento de água à cidade. À Companhia das Águas de Lisboa restavam duas opções: assinar o contrato ou ver desmantelada a empresa. O contrato foi assinado a 31 de Dezembro de 1932 e o ministro encontrava através de um *Fundo de Obras*, a solução para custear as obras que fariam chegar um generoso caudal diário de água, não só a Lisboa, como à Costa do Sol e aos conselhos de Sintra, Loures, Vila Franca e Azambuja⁴²².

Também a solução de obtenção de uma verba especificamente destinada às necessárias obras para o reforço de abastecimento de água, foi politicamente gerida por Duarte Pacheco. Na prática, a solução era a mesma de sempre, embora adaptada a um universo específico. Se no caso do Fundo do Desemprego o governo procedia à colecta de uma percentagem dos rendimentos dos assalariados, das entidades empregadoras, dos profissionais liberais e dos proprietários rurais e urbanos, fazendo reverter para o dito *fundo* um maneiio financiador de obras generalizadas, o *Fundo de Obras* presente no novo contrato assinado com a empresa concessionária da exploração de abastecimento de água à cidade de Lisboa, funcionaria como uma verba paralela ao orçamento do Ministério e concorreria para o reforço da dotação necessária à avultada campanha de obras.

No domínio técnico, todo o processo de abastecimento de água, não só à cidade de Lisboa como à região da grande Lisboa, foi encaminhado por João Carlos Alves. Bom conhecedor das matérias o engenheiro chegaria mais tarde a desempenhar o cargo de Presidente da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa.

Em 1932 Duarte Pacheco definira as frentes de acção do MOPC: o plano de melhoramentos rurais, urbanos e de saneamento, as comunicações e as grandes obras públicas. No ano de 1933 arrancava em força o poder construtivo do ministério.

Considerando toda a vantagem em concentrar *os vários organismos autónomos encarregues da construção e melhoramentos de edifícios públicos*, era transferida para o MOPC a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário⁴²³. Apenas com outra designação, este organismo derivava da *Junta dos 40 Mil*, a mesma que Duarte Pacheco instituíra em 1928, com o objectivo de gerir as verbas de financiamento bem como o processo construtivo dos equipamentos escolares liceais. Se em 1928 o político criara as condições monetárias, a partir de 1933 chamaria ao seu gabinete a

⁴²² ALVES, João Carlos, “O Eng. Duarte Pacheco e as Águas de Lisboa” in *Revista Internacional*, número especial, *Duarte Pacheco in Memoriam*, Lisboa, 1951, s/paginação.

⁴²³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 802 de 7 de Janeiro de 1933.

direcção do processo construtivo dos liceus, dando assim um novo fôlego aos projectos em curso e criando as condições necessárias à construção de novos equipamentos escolares⁴²⁴.

Também na sequência da transferência do processo construtivo da Base Naval do Alfeite, da tutela da Marinha para o MOPC, procederia Duarte Pacheco à regulamentação das funções da respectiva comissão administrativa⁴²⁵.

A 10 de Abril de 1933 o político dava início a um projecto com uma escala regional. Ao encarregar o urbanista Alfred Agache de proceder ao estudo preliminar da urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e Cascais⁴²⁶, o ministro fazia nascer económica e politicamente o projecto de urbanização da zona da *Costa do Sol*⁴²⁷.

A 30 de Junho Duarte Pacheco determinava que ficassem a cargo do MOPC a construção do novo Palácio de Justiça de Lisboa, bem como as obras de construção e reparação dos edifícios dos Tribunais Cíveis do Porto, penitenciárias, cadeias centrais, distritais e comarcãs e as colónias penais⁴²⁸.

A 31 de Julho o ministro decretava a construção de dois hospitais escolares: um em Lisboa e outro no Porto. Com capacidade para 1500 camas cada um, e com o custo calculado de 60.000 contos, estabelecia o político a data prevista para a sua inauguração: 29 de Dezembro de 1936⁴²⁹. Contudo, o processo arrastar-se-ia no tempo. Projectados em 1938 e com obras iniciadas em 1940, os hospitais escolares só estariam concluídos em 1953.

A 23 de Setembro era lançado o programa das Casas Económicas⁴³⁰. Num projecto articulado entre o MOPC e o Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social, competia ao ministério a superintendência na construção das casas, a aprovação dos projectos e seus orçamentos, a fiscalização da construção, a administração das verbas, bem como os planos de obras e de benfeitorias. Para tal efeito era criada na DGEMN a secção de Casas Económicas, organismo responsável pela coordenação e administração processual do programa construtivo. As câmaras municipais, as

⁴²⁴ Sobre a questão dos Liceus *Vide* MONIZ, Gonçalo Canto, “Os Liceus Modernos” in *Op. Cit.* pp 133-207. *Vide* também MARQUES, Fernando, “Os Liceus do Estado Novo: Arquitectura, Currículo e Poder”, Lisboa, Educa, 2003.

⁴²⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 981 de 11 de Fevereiro de 1933.

⁴²⁶ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 444 de 10 de Abril de 1933.

⁴²⁷ Sobre os Planos de Urbanização da Costa do Sol, e tratando-se de um dos casos de estudo do presente trabalho *Vide Supra* Capítulo IV, ponto 4.1.1.

⁴²⁸ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 785 de 30 de Junho de 1933.

⁴²⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 917 de 31 de Julho de 1933.

⁴³⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 052 de 23 de Setembro de 1933.

corporações administrativas e os organismos administrativos eram também responsabilizados no processo, vendo-se obrigados a contribuir para o *Fundo das Casas Económicas*.

As casas construídas destinar-se-iam aos chefes de família assalariados operários, membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis ou militares e operários permanentes dos quadros do Estado e dos municípios. As casas a construir seriam habitações unifamiliares com quintal, com tipologias correspondentes aos agregados familiares e em função do respectivo rendimento. Com uma prestação mensal deduzida no salário do titular do empréstimo, o juro cobrado não poderia exceder os 5% ao ano e a amortização teria um prazo máximo de 20 anos.

No cumprimento do *plano metódico de realização em todo o País*, que Duarte Pacheco afirmava ser possível e para, através dele, *se promover a concentração de todas as obras de fomento*, também no que confere ao programa habitacional o MOPC centralizava o processo construtivo. Decidindo modelos, tipologias, projectos, construção e aprovação de benfeitorias, o ministério chamava a si a responsabilidade projectual e construtiva das casas económicas e relegava nas câmaras municipais a responsabilidade de aquisição de terrenos, bem como o financiamento e a construção de arruamentos próprios de acesso aos agrupamentos de casas, passeios, canalizações de esgotos, água e luz. Caso os municípios não cumprissem com a sua parte no processo, poderia a DGEMN através da secção das casas económicas, proceder aos trabalhos de urbanização e saneamento, contudo, todas as importâncias despendidas seriam cobradas às respectivas câmaras.

A 20 de Novembro Duarte Pacheco encontraria na classificação das estradas e na reorganização os serviços da JAE, a melhor forma para fixar um plano de verbas de beneficiação, manutenção e construção para o decénio de 1933 a 1943⁴³¹.

No preâmbulo ao decreto, o político reconhece que o plano apresentado no documento legal não constitui *resolução integral do problema*. Não se trata de um plano geral pois carece de elementos importantes e seguros como a duração e comportamento dos *modernos pavimentos*, ou as estatísticas relativas à previsão do aumento de circulação automóvel nas estradas do País. Contudo, e apesar de reconhecer que estes elementos constituem condição indispensável à organização de um plano geral, o ministro considera a necessidade imediata de o governo promover a

⁴³¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 239 de 20 de Novembro de 1933.

reconstrução de cerca de 4000 km de estradas e construir mais de 1000 km de estradas novas, *estimulando e movimentando a riqueza pública e promovendo o progresso e o bem-estar*.

No plano estabelecido pelo ministro, a classificação das estradas como nacionais, municipais e vicinais, actua como factor que estabelece a responsabilidade da sua construção, reparação e manutenção:

“As estradas nacionais dependem, desde a criação à conservação, inteiramente do Estado. Às câmaras municipais pertence construir, reparar e conservar as estradas municipais e ainda, em cooperação com as juntas de freguesia, quando estas por si só não possam suportar todos os encargos, cuidar dos caminhos vicinais.”⁴³²

Considerava-se que as estradas nacionais de 1ª classe seriam todas aquelas que estabelecessem ligação entre as principais regiões do país, formando uma malha principal de rede viária, e que estabelecessem comunicação entre as sedes de província, os distritos, os grandes centros urbanos e a capital. Eram ainda consideradas nacionais as estradas que assegurassem ligação aos portos comerciais e de pesca, às estações de caminhos-de-ferro mais importantes, aos centros agrícolas, industriais e comerciais e maior expansão e ainda todas as vias que estabelecessem ligação com o país vizinho⁴³³.

Considerava-se ainda que as estradas nacionais de 2ª classe seriam as que estabelecessem a ligação directa das capitais de província e distrito às capitais de concelho.

Na construção e conservação de caminhos vicinais e estradas municipais de acentuado interesse rural, bem como na pavimentação dos arruamentos dos municípios, nomeadamente nos troços de continuação de estradas nacionais, o Estado cooperaria com as câmaras e as juntas de freguesia, contudo *corriam os respectivos encargos por conta das câmaras*⁴³⁴.

Se na criação do Fundo do Desemprego e do Fundo de Obra, o gabinete ministerial havia encontrado a fórmula de obtenção de um reforço de verba através do lançamento de uma tributação obrigatória a sujeitos individuais e colectivos, no caso do plano de obras viárias para o decénio de 1933-1943, a solução encontrada seria a via

⁴³² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 23 239 de 20 de Novembro de 1933, página 2019.

⁴³³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 23 239 de 20 de Novembro de 1933, Artigo 2º.

⁴³⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 23 239 de 20 de Novembro de 1933, Artigo 10º.

administrativa. Através da repartição de despesas consoante a divisão administrativa do país, caberia ao Estado apenas a construção, manutenção e reparação das estradas nacionais.

A 23 de Dezembro de 1933 Duarte Pacheco procedia à reorganização do Conselho Superior de Obras Públicas⁴³⁵. Órgão consultivo de carácter técnico e destinado a coadjuvar o governo na resolução de questões técnicas relativas a obras de interesse nacional, o CSOP emitia os pareceres sobre os projectos de obra que por virtude da lei ou por determinação do Ministro das Obras e Comunicações lhe fossem acometidos. Na sequência do alargamento das funções do MOPC, considerava o ministro a necessidade de uma *maior especialização do Conselho*. Funcionando em sessões plenárias, ficavam os âmbitos de acção dos projectos de obras públicas considerados em 5 secções: Estradas e Caminhos de Ferro na 1ª secção; Portos na 2ª; na 3ª secção os assuntos relativos a Hidráulica Fluvial e Agrícola; a 4ª secção ficaria destinada à Urbanização e à Salubridade, sendo que os dois capítulos de trabalho ficariam divididos em sub-secções. Também a 5ª secção, a de Electricidade, se dividira em duas subsecções: da 1ª constariam a produção, transporte, distribuição e utilização de energia eléctrica, e da 2ª sub-secção constariam as telecomunicações.

A par de um reacerto funcional entre órgão consultivo e gabinete ministerial, este diploma faz transparecer a profunda necessidade do ministro em munir o MOPC de pessoal técnico superior especializado no domínio da Engenharia, mas simultaneamente de centralizar na figura tutelar do Ministro das Obras Públicas e Comunicações o controlo dos pareceres técnicos «superiormente visados pelo douto conselho».

Na hierarquia do CSOP, sempre o que o ministro fosse presente a uma sessão, presidiria ao acto e aos trabalhos⁴³⁶. Contudo, e porque tal ocorrência era rara, a presidência do CSOP competia à segunda figura do ministério: o secretário-geral. Competia ainda a cada uma das figuras responsáveis pelos principais organismos do MOPC a presença nas sessões. Deste modo, os directores-gerais da DGEMN, dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, dos Correios e Telégrafos e dos Caminhos de Ferro, bem como da Administração do Porto de Lisboa, das Juntas Autónomas de Estradas, de

⁴³⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 398 de 23 de Dezembro de 1933.

⁴³⁶ Duarte Pacheco apenas presidiu ao Conselho Superior de Obras Públicas por duas vezes. A 14 de Agosto de 1933 quando, em sessão conjunta das cinco secções, empossou o novo presidente do CSOP e Secretário-Geral do MOPC, Engenheiro Inspector Fernando Homem da Cunha Corte Real. Cfr. Actas das Sessões Conjuntas do Conselho Superior de Obras Públicas, Acta Nº 2 de 14 de Agosto de 1933 e a 2 de Junho de 1943 quando empossou António Vicente Ferreira do mesmo cargo. Cfr. Livro de Actas das Sessões Plenárias, Actas Nº 6, 2 de Junho de 1943.

Obras de Hidráulica Agrícola, eram presentes ao CSOP. Eram ainda presentes os representantes dos serviços florestais e agrícolas, direcção-geral de saúde e do Instituto Nacional de Combustíveis.

À parte dos representantes dos organismos tutelares passaria o CSOP a ser composto um quadro de vinte e seis engenheiros, a saber: oito engenheiros inspectores do quadro do CSOP; um engenheiro inspector do quadro do MOPC; três oficiais da Marinha de Guerra tendo um deles de ser engenheiro hidrógrafo e outro especialista em radiocomunicações; seis engenheiros civis; quatro engenheiros electrotécnicos; um engenheiro mecânico; um engenheiro hidrógrafo e um engenheiro agrónomo.

Considerava ainda Duarte Pacheco indispensável a presença de professores do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Engenharia do Porto como vogais para as questões de:

“estradas e caminhos de ferro, de pontes, de portos de mar, de hidráulica aplicada e agrícola, de construções civis ou urbanização, de higiene e salubridade, de aplicações de electricidade ou de electrotecnia e de telecomunicações”.⁴³⁷

Às sessões de cada secção e sub-secção presidiria um engenheiro *de livre escolha do Ministro*. No CSOP, teriam ainda assento dois architectos também *de escolha do Ministro*. Os architectos ficariam adstritos à 1ª sub-secção da 5ª secção, a Urbanização, e os eleitos de Duarte Pacheco seriam Carlos Ramos e Porfírio Pardal Monteiro⁴³⁸.

Na reorganização do CSOP assiste-se assim à preocupação do político em actualizar organicamente a estrutura do Conselho, dotando-o ainda de um corpo técnico especializado. Contudo, no proveito de uma eficaz articulação de serviços, o Ministro reservava para si mesmo o direito de nomeação do presidente, dos vogais engenheiros e dos architectos. Embora órgão técnico e consultivo, ao duto CSOP não era atribuído o poder de veto sobre projectos presentes ou futuros.

⁴³⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 398 de 23 de Dezembro de 1933, Capítulo II, Artigo 4º, alínea e), página 2197.

⁴³⁸ Competia à sub-secção de Urbanização emitir parecer sobre projectos de construção de edifícios públicos importantes, quer do Estado quer das corporações administrativas, sobre planos de urbanização, compreendendo especialmente o traçado de novas avenidas, ruas, largos, praças, parques, etc, ou modificação das actuais, nas cidades, vilas e quaisquer povoações com mais de 5000 habitantes ou que fossem consideradas zonas de turismo. *VIDE Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 398 de 23 de Dezembro de 1933, Capítulo IV, Artigo 25º, página 2199.

No gabinete ministerial, local de reconhecimento de realidades, de diagnósticos e de formas de acção, em 1933 a actividade aumentara consideravelmente. Em Abril e *devido ao intenso serviço a seu cargo*, e porque a equipa de colaboradores havida sido reforçada com 8 elementos, autorizava-se o reforço da dotação orçamental de material de apoio⁴³⁹. A 31 de Julho, e por conveniência de serviço, autorizava-se uma viagem de estudo a Espanha⁴⁴⁰ e a 8 de Dezembro, quase findo o ano de 1933, o próprio Ministro, face ao volume de trabalhos em curso e em projecto, recorria à aquisição de um automóvel⁴⁴¹.

E eis-nos chegados a 1934. Mais do que um ano de construção no domínio da grande obra pública, 1934 revela-se como um ano de continuidade na reorganização dos serviços tutelados pelo MOPC⁴⁴². A par da sistemática necessidade de Duarte Pacheco de fazer articular os distintos serviços, 1934 é um ano de lançamento de projectos. Tal facto prende-se não só com a capacidade organizativa e executiva do ministro, mas também com o equilíbrio das finanças públicas e a consequente disponibilidade de aplicação de recursos financeiros nas obras públicas⁴⁴³.

No domínio da criação de equipas específicas de trabalho, processo indispensável à rápida e eficiente obtenção de resultados, Duarte Pacheco dedica no primeiro trimestre de 1934 especial atenção ao programa das construções hospitalares. A 20 de Janeiro cria uma comissão administrativa das obras de construção do IPO⁴⁴⁴ e a 27 de Março define as atribuições e competências da comissão administrativa das obras de construção dos Hospitais Escolares⁴⁴⁵.

No que respeita à reorganização dos serviços do ministério, se por um lado as alterações efectuadas no quadro de pessoal técnico da DGEMN e no quadro de pessoal do Laboratório de Estudo e Ensaio de Materiais de Construção⁴⁴⁶, nos revelam a persistente preocupação do ministro em canalizar para os vários organismos que compõem a orgânica do MOPC, os profissionais especializados necessários à

⁴³⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 424 de 8 de Abril de 1933.

⁴⁴⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 919 de 31 de Julho de 1933.

⁴⁴¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 322 de 8 de Dezembro de 1933.

⁴⁴² Pelo Decreto-Lei nº 24 139 de 4 de Julho de 1934 Duarte Pacheco modifica os quadros de pessoal da DGEMN e do Laboratório de Estudo e Ensaio de Materiais de Construção, cria uma Comissão Administrativa autónoma para superintender as obras de construção do IPO, pelo Decreto-Lei nº 23 480 de 1 de Janeiro de 1934 e define as atribuições e competências da Comissão Administrativa das Obras de Construção dos Hospitais Escolares pelo Decreto-Lei nº 23 706 de 27 de Março de 1934.

⁴⁴³ Sobre o tema *Vide* FRANCO, António Sousa, *Op. Cit.*, nesta perspectiva citado por Neto, Maria João, *Op. Cit.*, pp. 157-158.

⁴⁴⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 480 de 20 de Janeiro de 1934.

⁴⁴⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 703 de 27 de Março de 1934.

⁴⁴⁶ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 139 de 4 de Julho de 1934.

concretização plena dos projectos; por outro lado, o contínuo ingresso de indivíduos nesses mesmos quadros justifica-se pelo crescente volume e ritmo de trabalhos em curso e em projecto.

No preâmbulo ao diploma de alterações ao quadro de pessoal técnico da DGEMN reconhece o MOPC que:

“O número sempre crescente de obras a cargo da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (...) tem tornado insuficiente o número de engenheiros de que o referido organismo dispõe para as dirigir e fiscalizar, tanto mais que estão dispersas pelo País.”⁴⁴⁷

Relativamente ao Laboratório de Estudo e Ensaio de Materiais de Construção considera o ministério:

“tornar-se indispensável, em virtude do desenvolvimento dos serviços a seu cargo, elevar a dois o número de experimentadores”.⁴⁴⁸

É pois importante sublinhar que não são apenas os projectos e as obras que crescem em número e avançam no terreno. É o próprio ministério que, na sua renovação orgânica e na crescente e especializada composição técnica e profissional, avança coerente e construído.

Como atrás referimos, 1934 foi também um ano de projectos, nomeadamente de projectos urbanos. Em Abril de 1933 Duarte Pacheco entregara a Alfred Agache *a traça a que haveriam de obedecer no futuro todos os elementos de aproveitamento e valorização da magnífica faixa marginal a ser servida pela nossa primeira estrada de turismo*⁴⁴⁹. Julgando o ministro a necessidade de se pensar o crescimento dos centros urbanos de forma planificada e não como mera resposta pontual a uma necessidade circunstancial, e não existindo em Portugal técnicos formados na área do Urbanismo, Duarte Pacheco recorreu aos serviços do vice-presidente da Sociedade Francesa de Urbanistas, para se proceder ao estudo preliminar de urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e Cascais.

⁴⁴⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 139 de 4 de Julho de 1934, página 1254.

⁴⁴⁸ *Idem*.

⁴⁴⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 444 de 10 de Abril de 1933.

Em Setembro de 1934 a JAE ficava encarregue de proceder ao levantamento topográfico da região entre Algés e Cascais de modo a demarcar com rigor a rede de estradas que servia a região. Reconhecia o diploma ministerial que só desta forma se poderia estudar convenientemente o plano geral de urbanização daquela região⁴⁵⁰.

E esta ideia de urbanidade, de forma pensada e estruturada de planificação de um crescimento ordenado, começava a ganhar forma no gabinete do ministro.

Em Novembro determinava o governo que a Câmara Municipal de Lisboa promovesse na serra de Monsanto, a criação do Parque Florestal da Cidade. No preâmbulo ao decreto que dá origem política ao Parque de Monsanto, é evidente o facto de que a convivência do ministro com Alfred Agache era bem mais próxima do que a mera relação de um governante e um prestador de serviços:

“Recomendam os urbanistas como principal elemento de embelezamento e higiene dos agrupamentos populacionais a criação de núcleos de arborização regularmente distribuídos em função da densidade das populações e das exigências da estética”.⁴⁵¹

Considerando o diploma que, no seu interior Lisboa não tem um maciço de arborização passível de ser considerado um parque florestal, determina o mesmo diploma que a Serra de Monsanto reúne as características necessárias à realização do projecto.

Sob supervisão do MOPC fica estabelecido que compete à CML promover a criação do Parque Florestal numa extensão total de 600 hectares, competindo-lhe ainda a elaboração do projecto em colaboração com a JAE e a Direcção Geral dos Serviços Florestais⁴⁵².

Mas até ao final do ano o ministério que promovera o estudo preliminar de urbanização da região compreendida entre Lisboa e o Estoril-Cascais, pretendia estender ao território nacional os princípios gerais em matéria de urbanização, de forma a promover:

⁴⁵⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n.º 24 453 de 1 de Setembro de 1934.

⁴⁵¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n.º 24 453 de 1 de Setembro de 1934, página 1947.

⁴⁵² Sobre o projecto do Parque Florestal de Monsanto e sua evolução VIDE TOSTÕES, Ana, *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande*, Lisboa, Edições Salamandra, 1992.

“o melhor critério e a mais justa consideração das condições locais e das necessidades futuras e segundo as melhores regras da higiene e da convivência das aglomerações urbanas”.⁴⁵³

Reconhecendo o facto de as câmaras municipais não disporem de técnicos *na moderna arte e ciência da urbanização*, ainda assim o MOPC julgava indispensável que as mesmas procedessem aos levantamentos topográficos das zonas urbanas de maior interesse público e elaborassem *um plano bem delineado e com previsão de futuro*.

O mesmo diploma pretendia também proporcionar aos arquitectos e engenheiros portugueses o ensejo de *desenvolverem o gosto e interesse pelos estudos de urbanização*. Tudo isto porque, ao abrigo do novo diploma, em todas as localidades com número igual ou superior a 2000 habitantes, nenhuma obra de urbanização se realizaria sem que fosse *parte integrante de um plano geral de urbanização devidamente concebido*⁴⁵⁴.

Da vontade política de Duarte Pacheco em aplicar a mais do que necessária planificação ordenada do crescimento urbano e a incapacidade de resposta do país por falta de quadros técnicos e meios logísticos de apoio, foi-se o processo de urbanização adiando no tempo. Apenas nos grandes aglomerados urbanos e ainda assim com projectos realizados por autores estrangeiros, os planos de urbanização foram surgindo.

O ano de 1934 não terminaria sem o lançamento de dois grandes projectos: as cidades universitárias de Coimbra e Lisboa.

A 4 de Dezembro Duarte Pacheco nomeava os arquitectos Raul Lino e Luís Benavente para *estudarem um projecto de urbanização em torno das instalações universitárias de Coimbra*. Tendo em conta que a condição e a capacidade das instalações existentes não satisfaziam já *as exigências do ensino e da vida académica*, determinava o ministro a importância de definição *a área necessária à sua conveniente expansão* e integrá-la num plano geral de *ampliações de molde a poder-se formar a Cidade Universitária de Coimbra*⁴⁵⁵. Do mesmo modo, determinava o ministro a nomeação de uma comissão constituída por professores das várias faculdades para se redigir um programa de necessidades inerentes à Universidade e que serviria de base ao requerido plano geral a elaborar pelos arquitectos⁴⁵⁶.

⁴⁵³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 802 de 21 de Novembro de 1934.

⁴⁵⁴ Para maior aprofundamento do tema *Vide Infra* Capítulo IV, ponto 4.1.

⁴⁵⁵ *Diário do Governo*, II Série, Portaria de 4 de Dezembro de 1934.

⁴⁵⁶ *Diário do Governo*, II Série, Portaria de 11 de Dezembro de 1934.

Este grupo de trabalho produziu um relatório de estudo, contudo Duarte Pacheco julgou-o insuficiente. Em 1937, aquando da celebração dos 400 anos da Universidade de Coimbra, Oliveira Salazar lamentava o facto de não haver sido possível realizar os melhoramentos *a tempo de se inaugurarem durante as comemorações*⁴⁵⁷. Na mesma sessão de comemoração o Presidente do Conselho lançaria as bases do proto-programa das obras futuras para:

“dar realce e valor à grandiosa cidade universitária, bastaria libertá-la de incrustados malfazejos, fazer sobressair as imponentes massas, isolar a colina sagrada e dotá-la com instalações apropriadas às exigências dos novos estudos.”⁴⁵⁸

Contudo, e apesar da vontade expressa do Presidente do Conselho, só em 1941 Duarte Pacheco voltaria a retomar o projecto da Cidade Universitária de Coimbra ao nomear uma comissão administrativa de obra. Sob o plano geral de Cottinelli Telmo, uma mole de novos edifícios seriam implantados na colina da Universidade. Dos edifícios primitivos permaneceriam apenas o Paço Dionisino, a Via Latina e a Biblioteca Joanina. Todos os colégios que desde finais do século XV nasceram e orbitaram em torno da universidade desapareceriam. Entre 1941 e 1945 dois terços da área da Alta de Coimbra seriam demolidos. Cerca de 2000 habitantes seriam desalojados e transferidos para um bairro propositadamente criado para o seu realojamento: o Bairro de Celas. O projecto de construção da Cidade Universitária de Coimbra, iniciado politicamente em 1934 só estaria terminado em 1975, data da inauguração do último módulo construtivo, o edifício das Ciências de Física e Química. Mais do que um projecto do MOPC, a Cidade Universitária de Coimbra construída na Alta Coimbrã, seria um projecto de Oliveira Salazar, uma espécie de imposição do dedo do homem na história da Lusa Atenas. Projecto condenado à nascença por impossibilidade de implantação de uma tão imponente massa arquitectónica, esta teimosa e impertinente acrópole *trazia na sua grandeza os germens da sua derrocada*⁴⁵⁹.

⁴⁵⁷ SALAZAR, António de Oliveira, “Duas Palavras de Prefácio” (1 de Dezembro de 1937) *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, 1935-1937, Coimbra. 1937.

⁴⁵⁸ SALAZAR, António de Oliveira, “Duas Palavras de Prefácio” (1 de Dezembro de 1937) *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, 1935-1937, Coimbra. 1937.

⁴⁵⁹ CORREIA, Vergílio, “A Cidade Universitária” in *Diário de Coimbra*, 26 de Junho de 1939.

Em Dezembro de 1934 anunciava o Diário do Governo a necessidade de se construírem os novos edifícios para instalação da Reitoria e das Faculdades de Letras e de Direito da Universidade de Lisboa. Ao contrário da opção tomada para Coimbra, Lisboa não estaria limitada a uma área restrita de implantação dos futuros edifícios. Nos amplos e vazios terrenos do Campo Grande o espaço disponível permitia a projecção de um verdadeiro *campus universitário*. A encomenda do projecto arquitectónico seria entregue a Porfírio Pardal Monteiro em Outubro de 1935⁴⁶⁰, contudo o primeiro esboço do trabalho não estaria completo antes de 1938.

Duarte Pacheco exigiria a revisão do anteprojecto ao condicionar o orçamento de construção até aos 15.000 contos⁴⁶¹ e só em 1940 aprovaria os projectos definitivos dos edifícios considerados prioritários: a Reitoria e a Faculdade de Direito⁴⁶². Contudo, as restrições orçamentais decorrentes da crise de uma Europa em guerra, o racionamento dos materiais de construção e a primazia dada à Cidade Universitária da Coimbra que integrava o plano de obras das comemorações centenárias, foram factores que fizeram protelar no tempo a construção da Cidade Universitária de Lisboa. Pardal Monteiro não voltaria a retomar o projecto antes do final da década de 40⁴⁶³.

Ainda nos finais de 1934 o MOPC decidira integrar no seu programa de realizações a construção do *Estádio de Lisboa*. Na sequência da decisão nomeara uma comissão encarregue de considerar vários elementos: arranjo interior, lotação, área e acesso⁴⁶⁴. A mesma comissão considerou ainda a zona de localização:

“a oeste de Lisboa, pronunciando-se com mais interesse por uma solução destinada a promover paralelamente a valorização da Torre de Belém e uma ligação fácil ao polígono florestal da Serra de Monsanto.”⁴⁶⁵

Sobre a construção da Cidade Universitária de Coimbra Vide COSTA, Sandra Vaz, *A Cidade Universitária de Coimbra – Um Projecto de Modernização cultural: utopia e realidade*, Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

Vide também, ROLO, Nuno Rosmaninho, *O princípio de uma «revolução urbanística» no estado novo, os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1949)*, Coimbra, Minerva, 1996.

⁴⁶⁰ PACHECO, Ana Assis, *Porfírio Pardal Monteiro / 1897-1957 a obra do arquitecto*, Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, página 97, nota 56.

⁴⁶¹ *Idem*, Op. Cit., página 99, nota 65.

⁴⁶² *Idem*, Op. Cit., página 99.

⁴⁶³ *Idem*, Op. Cit., página 185 e seguintes.

⁴⁶⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 933 de 10 de Janeiro de 1935.

⁴⁶⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 933 de 10 de Janeiro de 1935, página 109.

Contudo, numa visão mais abrangente do território, Alfred Agache que trabalhava o anteprojecto de urbanização da zona de Algés a Cascais, entregara também em Dezembro de 1934 os primeiros trabalhos e propunha a implantação do estádio num outro plano que o governo julgava mais oportuno à *realização rápida e relativamente económica*⁴⁶⁶.

Em Janeiro de 1935 decretava o governo a construção do estádio com uma lotação de 30 000 lugares, e um complexo desportivo com campos de jogos, piscinas, vias de acesso, parque de estacionamento e edifícios anexos e necessários à prática dos desportos. O estádio de Lisboa seria inaugurado nove anos depois, a 10 de Junho de 1944 mas com o estatuto de Estádio Nacional⁴⁶⁷.

A 13 de Março o gabinete de Duarte Pacheco elevava a área de levantamentos topográficos da zona de Algés a Cascais dos 10 000 para os 12 000 hectares⁴⁶⁸ e a 22 de Maio decretava oficialmente a designação de Costa do Sol para a zona compreendida entre Lisboa, Oeiras e Cascais. A urbanização desta linha de costa ficaria a cargo do Gabinete de Urbanização da Costa do Sol, sob tutela do ministro⁴⁶⁹.

A 23 de Novembro o ministro tomaria uma medida que chegaria a ser alvo de comentário abonatório por parte da Rainha Dona Amélia⁴⁷⁰: o desafronto da Torre de Belém pela transferência para um outro local das instalações da fábrica de gás instalada nas suas imediações desde 1888⁴⁷¹. Afirmava o diploma legal que o monumento nacional corria risco devido à *degradação dos materiais pelo ataque químico dos fumos ácidos produzidos na fábrica*. De forma unânime esta medida do ministro tem sido sublinhada sob o ponto de vista da salvaguarda patrimonial. Contudo, se analisado à luz da lógica da produção legislativa ministerial de Duarte Pacheco, o diploma de «desafronto» da Torre de Belém, ao beneficiar o monumento em si mesmo abria também o caminho legal necessário ao ministro não só para transferir a fábrica de gás para um qualquer outro local, como permitia a libertação dos terrenos contíguos à Torre de Belém, terrenos esses que estabeleciam a linha de início do Plano da Costa do Sol. No decreto que anunciava a construção do Estádio, afirmava-se o seguinte:

⁴⁶⁶ *Idem*,

⁴⁶⁷ *Vide Supra* Capítulo 1, ponto 1.1.

⁴⁶⁸ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 25 133 de 13 de Março de 1935.

⁴⁶⁹ *Diário do Governo*, I Série, Lei nº 1 909 de 22 de Maio de 1935.

⁴⁷⁰ *Vide* “Entrevista de D. Amélia cedida a Leitão de Barros”, in *Notícias Ilustrado*, 1938.

⁴⁷¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 25 726 de 23 de Novembro de 1935.

“...já então o Governo ordenara que fosse elaborado um plano de urbanização da região a oeste de Lisboa, entre a Torre de Belém e Cascais, e assim julgou aconselhável incorporar nesse estudo o da conveniente localização do Estádio de Lisboa. Devendo o plano de urbanização em estudo prever grandes artérias de ligação da Costa do Sol à cidade...”⁴⁷²

Neste sentido, na linha de continuidade da acção ministerial de Duarte Pacheco, o político que interpretou as vantagens do urbanismo como se de um «grau zero» da construção se tratasse, o *desafronto* da Torre de Belém, a par da valorização patrimonial e urbana, seria o ponto de partida para o desenho de uma das *grandes artérias de ligação da Costa do Sol à cidade*, e assim foi.

O ano de 1935 não terminaria sem que o ministro procedesse à reorganização dos serviços do Ministério das Obras Públicas e Comunicações⁴⁷³. Na nova orgânica do ministério sentia-se já o peso da obra construída e dos projectos em curso: em dois anos e meio o MOPC mantendo as direcções-gerais dos Edifícios e Monumentos Nacionais e dos Caminhos de Ferro, elevava à mesma categoria os Serviços Hidráulicos e Eléctricos, bem como os Serviços de Viação. Os Portos do Douro e de Leixões eram elevados à categoria de Administração existindo ainda uma Junta Autónoma dos Portos. Como serviços constituintes da orgânica do ministério o político considerava ainda o Comissariado do Desemprego e todas as Juntas Administrativas ou de Fiscalização e outros organismos especiais de carácter temporário.

De 18 de Janeiro de 1936 a 25 de Maio de 1938 Duarte Pacheco foi afastado do poder político efectivo. Não existiu uma razão pontual para o seu afastamento nem um episódio específico que o justificasse. Em 1943, após a morte do ministro, e em sessão de homenagem póstuma na Assembleia Nacional, Oliveira Salazar afirmaria que *teve de sacrificá-lo uma vez*⁴⁷⁴. Em Maio de 1938, no discurso de tomada de posse como Ministro das Obras Públicas e Comunicações, pasta que lhe era entregue pela segunda vez, Duarte Pacheco afirmaria perante o ministro da Justiça que o empossara:

⁴⁷² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n.º 24 933 de 10 de Janeiro de 1935, página 109.

⁴⁷³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n.º 26 117 de 23 de Novembro de 1935.

⁴⁷⁴ SALAZAR, António de Oliveira, “Na Morte de Duarte Pacheco” 25 de Novembro de 1943 in *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV 1943-1953, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1951, pág. 27.

“É com verdadeira emoção que recebo das mãos de V. Exa. a pasta das Obras Públicas e Comunicações. (...) Emoção que provém ainda da circunstância de V. Exa. ser o ministro da Justiça.

Esta palavra Justiça soa hoje aos meus ouvidos e ecoa no meu coração por uma forma singular...

O meu regresso à pasta das Obras Públicas e Comunicações parece ter o significado – ao menos tem-no para mim – de veredicto da Nação à obra que iniciei neste ministério em 1932, e foi interrompida no início de 1936 (...)”⁴⁷⁵

Na interpretação do ministro, a interrupção de 1936 devera-se a *injustiças, ingratidões, cabalas e grosserias*. E como resposta a todos os que duvidassem das suas intenções governativas afirmava:

“A minha acção consistirá fundamentalmente em cumprir e fazer cumprir a palavra de ordem do Doutor Salazar. Precisarei ainda assegurar a minha fidelidade ao seu pensamento governativo?”⁴⁷⁶

A obra de Duarte Pacheco do MOPC de 1932 a 1936 era já considerável, mas regulada e erguida à contra-vontade de muitos.

O Fundo de Desemprego, que permitia o financiamento das obras de melhoramentos e o pagamento da mão-de-obra que os executava, era conseguido à custa da tributação mensal obrigatória de 2% do rendimento dos assalariados do empresariado, do comércio e da indústria; 1% do mesmo valor era retirado a todas as entidades empregadoras dos mesmos ramos, 2% a todos os administradores e profissionais liberais e 2% a todos os proprietários rurais e urbanos.

Quando Duarte Pacheco chamou à pasta das Obras Públicas o pelouro do abastecimento de água à cidade de Lisboa, não alterou apenas as bases contratuais existentes sem prévio conhecimento da empresa concessionária, alterou as regras de um jogo.

E o ministro não cedia a pressões de particulares ou de grupos económicos. Embora mais avançado no tempo, recordemos um episódio relatado pelo próprio num despacho ministerial de 1941. Três administradores de três cimenteiras (Liz, Secil e

⁴⁷⁵ Vide Apêndice Documental Documento 27.

⁴⁷⁶ *Idem*.

Leiria) pediram audiência a Duarte Pacheco. Antes contudo haviam já reunido com o ministro do Comércio e Indústria e dele haviam obtido a resposta que queriam ouvir: no que ao Comércio e Indústria dizia respeito, poderiam aumentar o preço do cimento. Entrados no gabinete de Duarte Pacheco e certos de que este não se oporia à palavra do colega de governo expuseram números e estatísticas. O político não se impressionou, e contra-argumentou relembrando as medidas de excepção com que as cimenteiras se faziam valer nas margens de lucro. Cimentado o silêncio dos administradores, o ministro deu por finda a audiência e o preço do cimento não subiu⁴⁷⁷.

O fervor construtivo dos projectos exarados pelo gabinete do ministro, dotava o país das infra-estruturas necessárias, e empregava a mão-de-obra que de outra forma não conseguiria emprego ou rendimento, mas tudo isto se conseguia com grande custo para os proprietários, empregadores e profissionais liberais. Quando o ministro decretava a abertura de mais uma estrada ou a zona de protecção de um monumento histórico ou de um edifício público, o decreto implicava o aval do Estado em toda e qualquer acção presente e futura da área consignada em decreto. E na área existiam propriedades. E *num país em que quase tudo estava por construir*, Duarte Pacheco aplicou a lei da expropriação por utilidade pública a um ritmo alucinante.

Os assalariados há muito que viviam com parcas condições de vida. Quanto aos pequenos proprietários, ainda que a lei das expropriações lhes dividi-se em dois um lameiro de terra para dar lugar a uma estrada, todos unidos não conseguiam deter o político. Mas os grandes proprietários e os grandes industriais podiam, e não hesitaram em fazê-lo e Oliveira Salazar cedeu à pressão e *sacrificou* o ministro.

Decidido o afastamento de Duarte Pacheco da pasta das Obras Públicas e Comunicações, em Janeiro de 1936 o militar e engenheiro Silva Abranches surgiria como a solução técnica e política para ocupar o cargo⁴⁷⁸.

Em finais de Março, tendo levado cerca de dois meses a inteirar-se da pluralidade de projectos em estudo e das obras em curso, Silva Abranches criava a Junta

⁴⁷⁷ Vide Apêndice Documental, Documento 28.

⁴⁷⁸ Joaquim José de Andrade e Silva Abranches (1888-1939) tomou posse como ministro das Obras Públicas e Comunicações a 18 de Janeiro de 1938 e cumpriu mandato até 25 de Maio de 1938. Formado em Engenharia pela Escola Militar em 1912, desempenharia em 1918 em França uma importante missão de reparação de comunicações e salvação de material das tropas inglesas nos terrenos da batalha de La Liz. Regressado a Portugal em 1919, toda a sua actividade profissional e bibliográfica se centraria em torno da administração, gestão e direcção de caminhos de ferro e em 1934, no I congresso da União Nacional apresentaria uma comunicação sobre o tema. VIDE FIGUEIRAS, Rita, “Abranches, Joaquim José de Andrade e Silva” in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974*, vol. I (A-L), Lisboa, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Colecção Parlamento, 2004, pp.82-83.

de Electrificação Nacional⁴⁷⁹. No diploma o ministro reconhecia *que o problema da electrificação do País é há muito objecto da atenção do Governo*. E, no seguimento dos trabalhos realizados pelo seu antecessor, determinava a criação do organismo encarregue de estudar as providências necessárias ao desenvolvimento da electrificação e à unificação e regulamentação do mercado de concessões de exploração e de licenciamento das instalações eléctricas.

A 9 de Julho de 1936 e tendo em conta a forma determinada e célere com que o projecto vinha sendo gerido desde 1933, o MOPC decretava a criação do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol⁴⁸⁰. Dependente do ministério, este organismo autónomo e de carácter temporário passaria a superintender todos os assuntos referentes ao processo de urbanização da região. Em termos de gestão urbanística, a criação do Gabinete de Urbanização da Costa do Sol passaria a implicar a sujeição dos municípios de Lisboa, Oeiras e Cascais à autorização superior do gabinete ministerial em todos os assuntos referentes ao licenciamento de construções⁴⁸¹.

No que respeita às grandes obras públicas em curso, Silva Abranches reforça por duas vezes a importância a despender com a conclusão dos edifícios da Assembleia Nacional, a nova Casa da Moeda, o Novo Manicómio de Lisboa, o Museu de Arte Antiga, o Governo Civil de Lisboa e repartições públicas de Beja, Paços do Conselho de Setúbal e Maternidade de Júlio Diniz, no Porto⁴⁸². E em Fevereiro de 1937, dados por terminados os trabalhos de construção da Base Naval do Alfeite, o ministro extingue a Comissão Administrativa da obra⁴⁸³.

Nos 16 meses que compõem o mandato de Silva Abranches nas Obras Públicas e Comunicações, não existe um projecto de estudo, um projecto de avaliação ou uma obra infra-estrutural mandada erguer pelo ministro. Não existe na história do Ministério das Obras Públicas e Comunicações uma decisão política a que possamos atribuir a designação de «obra do Silva Abranches». Neste período de tempo a actividade do ministério quase se resumiu à gestão dos projectos em curso, e ainda assim, não de todos, com adiante veremos.

⁴⁷⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 26 470 de 28 de Março de 1936.

⁴⁸⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 26 762 de 9 de Julho de 1936.

⁴⁸¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 27 601 de 29 de Março de 1937. Sobre o tema *Vide Infra* Capítulo IV, ponto 4.1.

⁴⁸² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 27 008 de 15 de Setembro de 1936 e Decreto-lei nº 27 409 de 29 de Dezembro de 1936.

⁴⁸³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 461 de 14 de Fevereiro de 1937.

3.3. A Câmara Municipal de Lisboa (1938): um programa de cidade

“A função do município não é a de fazer comércio ou indústria. Ela deve fundamentalmente consistir em promover o enriquecimento do património da Cidade, pela realização duma larga obra de urbanização, e velar por tudo o que respeita à higiene, ao conforto, aos transportes dos munícipes, e por uma vasta e eficaz acção de fiscalização.”

Duarte Pacheco, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Sessão de 3 de Janeiro de 1938.

Nos 16 meses que cumprem o período de tempo que esteve afastado do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco manteve uma actividade intensa.

Regressando ao IST, o seu espaço de recuo político, e retomando a direcção do Instituto, retomou também a actividade docente e manteve, até Dezembro de 1937, uma presença constante no acompanhamento das obras finais de construção das novas instalações, dando-se assim por terminada a principal etapa do projecto do Técnico na Alameda⁴⁸⁴.

Foi também por este período de tempo que, na companhia de Porfírio Pardal Monteiro, e tendo visitado Paris e Roma, fez a única viagem ao estrangeiro de que existe registo⁴⁸⁵.

Em Janeiro de 1938, a convite do governo, Duarte Pacheco assumia a presidência da Câmara Municipal de Lisboa e, no desempenho dessas funções, passaria a tomar assento nas sessões da Câmara Corporativa. Nesta Câmara nunca usaria do direito da palavra, mas na Câmara Municipal de Lisboa, do dia da tomada de posse à

⁴⁸⁴ *Vide Supra*, Capítulo 2, pontos 2.2 e 2.3.

⁴⁸⁵ No *Memorial* de 1956, Porfírio Pardal Monteiro relata que esteve com Duarte Pacheco em Roma no Verão de 1937. Da capital italiana saíram a visitar alguns países, terminando em Paris onde estava a última exposição internacional realizada até antes da segunda guerra mundial, MONTEIRO, Porfírio Pardal, *Memorial, dactilografado, 1956, entrada de diário de 23 de Outubro de 1956*.

última das sessões camarárias a que presidiu, Duarte Pacheco, o homem que não gostava de discursos em actos solenes, gostava de ter a palavra nas sessões de trabalho. E foi no uso da palavra que nas sessões camarárias liderou debates, traçou diagnósticos, expôs projectos, apontou críticas e estabeleceu soluções.

É facto assente que Duarte Pacheco não era homem de discursos. Oliveira Salazar relembrou o facto em 1953 em Loulé, na sessão inaugural do Monumento de homenagem ao ministro⁴⁸⁶. Duarte Pacheco não gostava de ouvir nem de proferir discursos e a sua postura nos actos públicos denuncia-o. Nas cerimónias públicas de maior ou menor solenidade, no contacto directo com as individualidades protocolares ou com os populares, o político revela uma postura ministerial formal, mas simultaneamente descontraída e espontânea. Contudo, nos momentos em que as circunstâncias impõem o discurso, o ministro ergue-se hirto, os gestos surgem angulosos e a expressão facial mais do que séria, torna-se esfíngica⁴⁸⁷. O ar grave e sério que Duarte Pacheco apresenta no acto de discursar, mais do que significando a incorporação de uma pose de estado, deixa transparecer o profundo incómodo que o político sente face às palavras circunstanciais e vazias que compõem a política da oratória.

Mas também neste registo, talvez por talhe de personalidade ou pela singularidade do «fazer política», e apesar do notório incómodo que revela face à obrigatoriedade protocolar do acto de discursar, o Duarte Pacheco que nos surge em «discurso directo» revela-se um político tão objectivo, frontal e assertivo quanto o Duarte Pacheco surgido «em acção directa» que se revela transcrito nas actas de sessões do IST, da CML, dos despachos, das portarias ou dos decretos ministeriais da instrução Pública ou das Obras Públicas e Comunicações.

Nos poucos discursos públicos proferidos de que existe registo, é notório o facto de que o político não utiliza o discurso como exercício de oratória ou de propaganda política. E porque não o faz, os seus discursos são povoados de planos, acontecimentos e também de emoções. Na palavra, como na vida política, Duarte Pacheco traçou linhas rectas.

No breve discurso de tomada de posse como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Pacheco acusa ainda considerável incómodo relativamente ao

⁴⁸⁶ Vide Capítulo 1, ponto 1.1.

⁴⁸⁷ Vide Documentários de António Lopes Ribeiro: “Exposição do Mundo Português”, 1940 e “A Morte e a Vida do Engenheiro Duarte Pacheco”, 1944.

afastamento das Obras Públicas em 1936, reclama-se de algum grau de responsabilidade na obra de ressurgimento nacional, revela que houve intervenção do Presidente do Conselho para que aceitasse o cargo, informa que aceita o cargo com sacrifício e que o faz por considerar que lhe serão asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento de um trabalho concreto:

“ (...) Sei que é pesada a tarefa que de mim se exige e dou conta da extensão do sacrifício que a aceitação deste encargo representa para mim. Conheço também, por dura experiência, o prémio de amarguras que geralmente se colhe ao serviço esforçado e honesto do interesse público (...) aceitei a difícil missão por um imperativo de consciência (...) porque não poderia esquecer as minhas responsabilidades na obra de ressurgimento nacional (...) nem pude, apesar de tudo, ser insensível ao apelo que me dirigiu o Presidente do Conselho (...) e aceitei por um dever de civismo, tendo a certeza que me serão asseguradas as condições necessárias de um trabalho profícuo (...)”⁴⁸⁸

Em 1928, empossado Ministro da Instrução Pública, Duarte Pacheco deslocara-se a Coimbra e garantira a Oliveira Salazar as condições políticas necessárias para que pudesse exercer o seu cargo na plenitude do programa que julgasse necessário à recuperação financeira do país. Dez anos depois, o Presidente do Conselho assegurava a um *co-responsável na obra de ressurgimento nacional, as condições necessárias de um trabalho profícuo* na Câmara Municipal de Lisboa. Com *sacrifício e apesar de tudo*, Duarte Pacheco aceitava o cargo.

O político iria desempenhar o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e não de presidente [de mais] uma comissão administrativa do município⁴⁸⁹.

Até Dezembro de 1937 a capital, como as restantes áreas concelhias do país, fora gerida e orientada por voláteis e pouco coesas comissões, formadas por facções políticas que entre si dividiam os pelouros que compunham a administração do território que a lei

⁴⁸⁸ Vide Apêndice Documental, Documento 29.

⁴⁸⁹ Vitor Matias Ferreira é o primeiro autor a referir que Duarte Pacheco é o primeiro presidente da Câmara Municipal de Lisboa nomeado pelo Governo, contudo, dirigindo o seu estudo para as questões de gestão fundiária operadas pelo político, o autor não analisa a questão sob o ponto de vista jurídico e administrativo do município. Vide FERREIRA, Vitor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987, página 130.

lhês conferia⁴⁹⁰. O Código Administrativo de 1936-1940 viria alterar o quadro de gestão camarária em todo o país. Embora o município de Lisboa ficasse abrangido pelo regime especial das grandes cidades, importa lembrar, ainda que em linhas gerais, as regras do novo Código.

Desde logo, o Presidente da Câmara Municipal passaria a ser nomeado pelo Governo. O indivíduo, com habilitações superiores, deveria ser escolhido de entre os munícipes, vogais do Conselho municipal, antigos vereadores ou membros de comissões administrativas anteriores, por forma a conhecer bem o universo de trabalho em causa. Contudo, a condição primeira da nomeação era clara: os presidentes de câmara dependiam da confiança política do poder central⁴⁹¹.

O Presidente da Câmara teria duas funções: a chefia da administração municipal e a representação do governo como magistrado administrativo. No domínio das competências, o Presidente teria a seu cargo a orientação e coordenação da administração municipal, a superintendência da execução das deliberações camarárias e a representação do poder central como magistrado administrativo⁴⁹².

Os concelhos urbanos de Lisboa e Porto viam-se abrangidos por um regime especial. Desde logo, a linha territorial definiria a acção municipal: a área de concelho coincidiria com a área da cidade e esta dividir-se-ia em bairros⁴⁹³. Em Lisboa e no Porto não existiria Conselho Municipal. Existiria um corpo de 12 vereadores directamente eleito pelas juntas de freguesia e organismos corporativos. Nas Câmaras de Lisboa e Porto os presidentes não teriam funções de *magistrado administrativo*, pois a representação do governo competia ao governador civil, que exerceria direcção jurídica sobre os administradores dos bairros.

Os concelhos de Lisboa e Porto ficavam abrangidos pela *federação de municípios*, ou seja, a associação voluntária ou imposta por lei de câmaras municipais, para a realização de interesses comuns dos respectivos concelhos⁴⁹⁴.

Como casos passíveis de criação de federações de municípios, o Código Administrativo previa o estabelecimento ou unificação de serviços municipalizados; a elaboração e execução de um plano comum de urbanização e expansão; a administração

⁴⁹⁰ Sobre o tema Vide *História dos Municípios Portugueses e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, direcção de César Oliveira e coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, 1996.

⁴⁹¹ CAETANO, Marcelo, *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 4ª edição, 1956, página 386.

⁴⁹² *Idem*, *Op. Cit.*, página 387.

⁴⁹³ *Idem*, *Op. Cit.*, página 390.

⁴⁹⁴ *Idem*, *Op. Cit.*, página 391.

de bens ou direitos comuns ou indivisos ou ainda a organização e manutenção de serviços especiais comuns.

Embora Lisboa tivesse tido desde sempre um regime municipal próprio⁴⁹⁵, o Código Administrativo de 1936-1940 iria introduzir no município as bases de uma reforma de serviços e de uma gestão camarária sem precedentes. E passando o Presidente da Câmara de Lisboa a ser escolhido pelo Governo, o Governo escolhera Duarte Pacheco.

A presença efectiva do político na presidência do município de Lisboa seria curta. Iria de Janeiro a Maio de 1938. A ascendência política de Duarte Pacheco no município de Lisboa perduraria para além desse tempo e os reflexos da sua passagem pela Câmara permanecem até aos nossos dias⁴⁹⁶.

A 3 de Janeiro de 1938, dois dias depois da nomeação de Duarte Pacheco como novo presidente da CML, o Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, procedia no Salão Nobre dos Paços do Concelho, à investidura dos vereadores camarários⁴⁹⁷. À concorrida cerimónia onde estiveram presentes «centenas de pessoas», como relataria o *Diário de Notícias*, destacavam-se políticos como Marcelo Caetano, académicos como Beirão da Veiga, jornalistas e literatos como o director do *DN* Eduardo Swalbach ou o seu chefe de redacção Urbano Rodrigues, empresários como Fausto de Figueiredo, religiosos como Monsenhor Pinto de Abreu, militares como o capitão Henrique Galvão, arquitectos como Carlos Ramos ou engenheiros como Sebastião Ramires ou Bacelar Bebiano. Estiveram também representadas as juntas de freguesia de Lisboa e as Câmaras Municipais de Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, Lourinhã, Azambuja, Sobral de Monte Agraço e Cadaval⁴⁹⁸.

Após a investidura do corpo de vereadores camarários, o Ministro do Interior afirmaria que a Câmara Municipal de Lisboa estaria entregue em boas mãos, posto que a vereação era constituída por *homens honestos e competentes e presidida pela figura inconfundível* do engenheiro Duarte Pacheco⁴⁹⁹.

⁴⁹⁵ *Idem, Op. Cit.*, página 391.

⁴⁹⁶ Vide Editorial do *Jornal Público* do dia 19 de Setembro de 2006 pelo seu director, José Manuel Fernandes, sob o título “Lá se vão os Anéis...”.

⁴⁹⁷ Tomaram posse como vereadores da Câmara Municipal de Lisboa: Fernando Frade Viegas da Costa,; José Formosinho Sanches; Manuel do Espírito Santo Silva; Ivo Cruz; Luís Alexandre da Cunha; Boaventura de Almeida Belo; Manuel Henrique de Carvalho; Francisco Marques; Júlio Martins; Alberto Carlos Lima de Sousa Rego, Luís Costa; Manuel de Beires Junqueira e Valentim de Carvalho.

⁴⁹⁸ O *Diário de Notícias* sublinharia a ausência das representações municipais de Sintra, Oeiras e Arruda dos Vinhos, Cfr. *Diário de Notícias* de 4 de Janeiro de 1938, primeira página, 4ª coluna.

⁴⁹⁹ Cfr. *Diário de Notícias* de 4 de Janeiro de 1938.

Passada a palavra, o *inconfundível* Duarte Pacheco agradeceria a presença e as palavras do Ministro do Interior, agradeceria a presença de todos os que assistiam ao acto de investidura dos vereadores e sem palavras nas entrelinhas ou entredentes, expunha as novas regras da gerência municipal:

“É certo que, nos termos do novo Código Administrativo, as responsabilidades e deveres da administração do Município, que antes eram distribuídos por todos os membros da vereação, recaem agora quase inteiramente sobre o Presidente da Câmara e os seus imediatos colaboradores, os directores de serviços.”⁵⁰⁰

Em discurso directo Duarte Pacheco expunha as condições de desempenho do novo cargo que estava prestes a iniciar. Nomeado pelo Governo para exercer as funções de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o político teria a seu cargo a orientação e coordenação da administração municipal bem como a superintendência da execução das deliberações camarárias. Ao abrigo do novo Código Administrativo, o presidente camarário passaria a ter pleno poder de escolha dos seus colaboradores directos, ou seja, dos directores dos serviços municipais necessários à orientação da gestão camarária.

No novo organigrama da Câmara Municipal de Lisboa o corpo de vereadores funcionaria como um órgão deliberativo e consultivo, mas sem poder de veto ou resolução. Na prática, o Código Administrativo atribuía ao presidente da câmara plenos poderes de gestão municipal. Nomeado pelo Governo, o presidente da Câmara passaria a ser o homem da confiança política central colocado no órgão decisório da política local. Um homem nomeado pelo governo, auxiliado pelos seus directores de serviço, desempenharia o seu cargo de forma centralizada, respondendo hierarquicamente apenas e só ao poder central.

Nesta renovada cena política criada pelo Código Administrativo, os vereadores que a 3 de Janeiro de 1938 acabavam de tomar posse no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara de Lisboa, passariam a tomar conhecimento do programa de gestão do município numa espécie de regime de simultaneidade. Como os políticos, os religiosos, os militares, os literatos, os engenheiros, os arquitectos e demais presentes que compunham as «centenas de pessoas que quiseram presenciar o acto», ficavam os empossados vereadores camarários, como os demais presentes, a saber as linhas de

⁵⁰⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 30.

orientação que Duarte Pacheco julgava necessárias à gestão do município. E ainda que não concordassem com as linhas de rumo traçadas de nada lhes valia o desacordo, pois o presidente da Câmara apenas responderia ao Presidente do Conselho:

“1º Aos munícipes devem os serviços da Câmara acolhedora deferência, consideração, prontas informações e rápida resolução dos assuntos do seu interesse.

2º O funcionalismo municipal há-de exercer as suas funções com produtividade e competência pondo ao serviço da Câmara toda a actividade necessária, e por cima de tudo com uma honestidade perfeita.

3º A administração da Câmara deve caracterizar-se pelo dinamismo, pela clareza e pela simplicidade; e visar a desembaraçar-se de tudo o que pode ser entregue com proveito às actividades particulares.

4º A Câmara há-de procurar trabalhar em estreita colaboração com os serviços do Estado por onde correm negócios que se relacionam com os da sua esfera de acção e com todas as instituições interessadas no progresso da cidade, quer sob o aspecto administrativo, cultural e de acção social., quer urbanístico, sanitário e económico.

5º No domínio das grandes realizações e da construção de edificações citadinas a Câmara deve trabalhar em sujeição a um plano geral de urbanização e expansão, deve chamar a si tudo o que represente a execução de obras de urbanização e há-de promover o embelezamento das edificações existentes e impor a rigorosa fiscalização das novas em defesa do aspecto arquitectónico da cidade.”⁵⁰¹

Duarte Pacheco, o homem escolhido pelo governo para iniciar na CML a execução do novo Código Administrativo, expunha em traços gerais as linhas de orientação que julgava necessárias à boa administração do município. Findo o breve discurso e as sequentes aclamações, o novo anfitrião do Salão Nobre dos Paços do Concelho, parecia querer dar por encerrada a cerimónia e os cumprimentos finalizando a sua intervenção com um taxativo *meus senhores, basta de discurso e vamos ao trabalho*⁵⁰².

⁵⁰¹ Vide Apêndice Documental, Documento 30.

⁵⁰² Vide Apêndice Documental, Documento 30.

E assim foi. Após a tomada de posse do corpo de vereadores, teve lugar a primeira reunião camarária. A segunda reunião ocorreu duas semanas depois. No período de tempo que mediou entre a primeira e a segunda reunião o político iria proceder, como o próprio definiria à *primeira parte do trabalho, de estudo e reflexão. Talvez um período de acalmia, mas não um período improdutivo*⁵⁰³.

Ao aceitar o cargo de presidente da CML, Duarte Pacheco estava convicto de que era *preciso trabalhar dentro do espírito do novo Código Administrativo*⁵⁰⁴. E nesse sentido, nos primeiros dias de contacto com a realidade municipal, o político deu início ao primeiro ponto do seu já clássico método de trabalho, ou seja, «a fase reguladora». Duarte Pacheco chamar-lhe-ia o *período de acalmia*. Acalmia aparente e apenas para os mais desatentos, pois este período de tempo em que o político procede a um trabalho minucioso e invisível, é o mesmo período de tempo em que toma contacto com a realidade de trabalho que se lhe apresenta e que é posteriormente seguido pela «fase produtiva», essa sim, estonteante no ritmo, na escala e na transversalidade de alcance das acções deliberadas. Aquilo que Duarte Pacheco identifica como *período de acalmia* traduz-se na prática, e como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, na tomada de conhecimento da realidade de trabalho, da análise e diagnóstico de situações, da definição de prioridades e da construção de soluções. O *período de acalmia* é pois o período de tempo que o político demora a regular passo a passo toda a acção futura do seu gabinete de trabalho.

No que ao município diz respeito, Duarte Pacheco reconhece que o *período de acalmia terá de ser mais longo do que esperava, apesar do seu desejo de o encurtar o quanto possível*⁵⁰⁵. Contudo, a aplicação do novo Código Administrativo era um imperativo e, como tal, nos dias 17 e 18 de Janeiro o presidente da CML apresentava à vereação uma lista de medidas de carácter administrativo interno *que ajud[ass]e o presidente na gerência da vida municipal*⁵⁰⁶.

Neste sentido Duarte Pacheco propõe a criação de quatro comissões municipais: uma comissão de fiscalização de contratos de concessão, uma comissão de codificação de posturas, uma comissão de trânsito e uma comissão de turismo.

⁵⁰³ Vide Apêndice Documental, Documento 30.

⁵⁰⁴ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 2, sessão realizada a 17 e 18 de Janeiro de 1938.

⁵⁰⁵ *Idem*, página 2.

⁵⁰⁶ *Idem*, página 2.

Citando os exemplos de concessão de contratos com a Carris e com as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, o presidente declara que é importante fiscalizar os contratos de forma a que fiquem inteiramente assegurados os direitos do público. No que confere à codificação de posturas, considera o presidente a necessidade de os municípios saberem em que lei vivem e o município saber que lei aplicar. No que respeita ao trânsito, e depois de analisar a questão, percebeu o presidente *porque razão onde há muitos que mandam acaba por não mandar ninguém*. Assim sendo, e para que todas as entidades intervenientes na regulamentação do trânsito operem no seu pelouro e colaborem com as restantes, julga-se necessária a criação da comissão⁵⁰⁷. O presidente considerava ainda a necessidade de criação de uma comissão de turismo para se averiguar em definitivo a existência, ou não, da possibilidade de Lisboa ser considerada uma *zona de turismo*.

No parecer de Duarte Pacheco, e tendo por base a análise da situação específica do município lisboeta, estas quatro comissões compunham o cumprimento da alínea prevista no novo Código Administrativo referente à possibilidade de existência de órgãos municipais consultivos.

Quanto aos órgãos executivos, os órgãos que aliados ao gabinete do presidente da câmara, e ao abrigo do novo Código, constituiriam a nova cúpula plenipotenciária do poder municipal, Duarte Pacheco propunha a criação de seis direcções de serviço, a saber: a Direcção dos Serviços Centrais, a Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras; a Direcção dos Serviços de Finanças; a Direcção dos Serviços Técnico-Especiais; a Direcção dos Serviços de Salubridade e a Direcção dos Serviços de Abastecimento⁵⁰⁸.

Ao abrigo do novo Código Administrativo, o presidente da CML seria coadjuvado na gestão camarária pelos seus directores de serviço e estes teriam a seu cargo os serviços camarários que o presidente lhes atribuísse. Duarte Pacheco decidira esta orgânica para a Câmara Municipal de Lisboa e *porque tendo a certeza lhe estavam asseguradas as condições necessárias de um trabalho profícuo*, como afirmara no discurso de tomada de posse, foi esta a proposta que apresentou ao Ministro do Interior e foi esta a proposta aprovada pelo Governo.

⁵⁰⁷ Sob orientação do Governo a CML presidiria à Comissão. Como parceiros de trabalho estariam presentes os representantes da Direcção Geral dos Serviços de Viação e a Polícia de Segurança Pública.

⁵⁰⁸ *Idem*, página 4.

Embora ciente da necessidade de alguns reacertos futuros e apresentando o esquema das Direcções de Serviço da Câmara a título provisório, Duarte Pacheco explicou também a orientação seguida na escolha dos seus directos colaboradores, os directores de serviço.

Para a Direcção dos Serviços Centrais era necessária *uma personalidade de formação jurídica, com experiência de administração pública* e um conhecimento *profundo* dos trabalhos do novo Código. A escolha recaiu sobre Jaime Lopes Dias⁵⁰⁹.

Para a Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, seria necessário um engenheiro civil experimentado na técnica de construção *e que tivesse a clara noção que é aos arquitectos, mais que aos engenheiros civis, que compete orientar as construções da cidade*, e que apreendesse das questões gerais de urbanização *um conceito moderno*. A escolha recaiu sobre José Frederico Ulrich.

Para a Direcção dos Serviços de Finanças seria necessário alguém experimentado nas finanças e na contabilidade pública e a escolha recaiu sobre António Fernandes Leitão.

Para a Direcção dos Serviços Técnico-Especiais, onde o presidente incluía itens como a iluminação, abastecimento de água, aquecimento, serviços de viação ou transportes, a escolha recaiu sobre Eduardo Rodrigues de Carvalho.

Para as Direcções dos Serviços de Salubridade e Abastecimento foram escolhidos Judah Bento Ruah e Joaquim Tiago Ferreira.

Em duas semanas Duarte Pacheco procedera à reorganização dos serviços camarários e merecera total aprovação por parte do governo e do corpo de vereadores da CML.

No seguimento dos trabalhos da sessão plenária da câmara o presidente esclareceria ainda que, ao abrigo do Código Administrativo, as reuniões ordinárias deixariam de estar sujeitas à «ordem do dia» porquanto se destinavam a tratar de assuntos de administração corrente e, nesse sentido, passaria a submeter à Câmara algumas propostas de trabalho. E a primeira proposta lançada à mesa de trabalhos seria o Parque Florestal de Monsanto⁵¹⁰.

⁵⁰⁹ Cfr. *Diário do Governo*, II Série, Portaria do Ministério do Interior de 21 de Janeiro de 1938, que nomeia os directores de serviço da Câmara Municipal de Lisboa ao abrigo da alínea a) do artº 6º do Decreto nº 26.417.

⁵¹⁰ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 2, sessão realizada a 17 e 18 de Janeiro de 1938, página 2.

Duarte Pacheco começou por reler o decreto em que o governo incumbiu a CML de promover a criação do dito Parque⁵¹¹. Algumas das disposições encontravam-se já cumpridas, mas outras estavam ainda em falta. Estipulado o perímetro do Parque num total de 700 hectares, fôra o mesmo dividido em seis zonas. Para se levarem a cabo as expropriações por utilidade pública, procedera-se à constituição de uma comissão de avaliação. A peritagem de avaliação dos terrenos referentes à primeira estava já concluída e havia sido entregue ao presidente no dia anterior ao da presente reunião.

Relembrava contudo o político, que no respeitante aos projectos de arborização e de arruamentos do referido Parque, a CML não respeitara os prazos estipulados e posteriormente prorrogados pelo mesmo decreto. Neste sentido, verificando Duarte Pacheco que o *esboço do ante-projecto* não poderia ser aproveitado, ordenou novo estudo, visando a possibilidade de se iniciar ainda em 1938 o processo de arborização:

“ (...) conhecendo o interesse que o Governo tem na realização do empreendimento, procurou e obteve a anuência dos Senhores Ministros da Agricultura e das Obras Públicas para que os trabalhos começassem imediatamente, com dispensa de formalidades não essenciais. Perde-se assim menos de um ano.”⁵¹²

Tendo escolhido o Parque Florestal de Monsanto como obra inicial do programa de realizações camarárias, Duarte Pacheco avançaria desde logo para uma segunda questão. Decorriam por parte do Governo as obras de beneficiação da Assembleia Nacional. Nesse sentido, e porque a Câmara devia ao Governo a melhor e mais estreita colaboração, Duarte Pacheco propunha à aprovação o projecto de prolongamento da Rua da Imprensa posto que a dita rua se encontrava na delineada zona de protecção do imóvel. Se necessário fosse, que se procedessem às expropriações necessárias. A proposta seria aprovada e o presidente seguiria para a proposta seguinte.

Sendo a Câmara Municipal de Lisboa proprietária de um número considerável de *terrenos sobrantes*, Duarte Pacheco propunha a alienação dos mesmos terrenos em hasta pública. Os terrenos seriam alienados em lotes exclusivamente destinados a

⁵¹¹ Decreto-lei nº 24 625 de 1 de Novembro de 1934.

⁵¹² *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 2, sessão realizada a 17 de Fevereiro de 1938, página 2.

edificações de tipo previamente fixado pela Câmara⁵¹³. Com esta proposta Duarte Pacheco tinha objectivos precisos:

“ (...) conseguir que os terrenos municipais sejam vendidos a quem constrói e só a quem constrói (...) é necessário que o Município procure intervir em defesa dos que constróem e dos futuros utentes dos prédios (...) Além disso, a divisão, em lotes, dos terrenos, será feita pela própria Câmara, em obediência às conveniências de ordem estética e higiénica, o que, como se compreenderá, é de primordial importância.”⁵¹⁴

Esta proposta de Duarte Pacheco visava a instituição do regime de loteamentos urbanizados e reguladores das futuras edificações urbanas. Centralizando no poder camarário a faculdade de programar o desenho, a densidade e a ocupação dos solos da cidade, procedia-se ao primeiro passo da regulamentação urbana de Lisboa. Aprovada a proposta pelo corpo de vereadores, iniciava-se assim a primeira medida de Duarte Pacheco para a transformação da cidade. Em lugar da arbitrariedade vigente das «empresas de urbanização», a CML passaria a chamar a si mesma a urbanização programada da cidade.

Mas se nesta proposta inicial de Duarte Pacheco o regime de imposição de loteamentos urbanizados se circunscrevia a terrenos municipais sobranes, tal constituía apenas a primeira fase de um projecto maior já pensado pelo político. Com efeito, após a apresentação da proposta, o vereador Luís Costa, congratulando o presidente pela forma simples e célere encontrada para resolver a questão da regulamentação das edificações urbanas, propunha que o mesmo princípio *se estendesse a todos os terrenos particulares*⁵¹⁵.

Duarte Pacheco sossegava o vereador pois o plano estava traçado:

“Na minha proposta fala-se só em terrenos municipais, mas por detrás dela está uma política cujo sentido já enunciei quando, ao tomar conta

⁵¹³ O programa de alienação apresentado por Duarte Pacheco apresentava 14 alíneas. *Vide Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 2, sessão realizada a 17 de Fevereiro de 1938, pp.5-7.

⁵¹⁴ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 2, sessão realizada a 17 de Fevereiro de 1938, página 7.

⁵¹⁵ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 3, sessão realizada a 17 e 18 de Janeiro de 1938, página 7.

da gerência da Câmara, afirmei o pensamento de que todas as obras de urbanização devem ser realizadas pelo Município”.⁵¹⁶

E assim sucederia. Ainda no ano de 1938 teria início um vasto plano de municipalização de solos. A forma de englobar os terrenos particulares na política de urbanização municipal arrancaria a partir de Julho, já com Duarte Pacheco de novo nas Obras Públicas e Comunicações. Contudo, e porque as disposições legais não estavam ainda concertadas, Duarte Pacheco iria entretanto procedendo à identificação dos problemas e das prioridades de realização camarária.

E um dos problemas dizia respeito à localização dos novos mercados retalhistas necessários à boa serventia da cidade. A propósito das obras de urbanização em curso na zona de protecção da Assembleia Nacional, tornava-se imperativa a extinção do Mercado de S. Bento⁵¹⁷. O presidente da câmara considerava que há muito este mercado *estava condenado* pois apresentava precárias condições higiénicas de instalação. Contudo, considerava o político que mais importante que encontrar no imediato uma solução de remedeio para a substituição do mercado extinto, importava pensar que:

“O problema da localização dos novos mercados retalhistas nas diferentes zonas da Cidade tem de se resolver em íntima ligação com o estudo do Plano Geral de Urbanização”.⁵¹⁸

E o político estava de facto a pensar a cidade a uma escala maior e sob a regência de um *plano geral e metódico*, o seu. A resolução de cada problema pontual só estaria concluída quando integrada na sequência lógica de um ordenamento generalizado. E todas as situações vividas na orgânica citadina contavam na busca da ordem. E para Duarte Pacheco, a ordem conseguia-se através da regulamentação.

Nesta nova orgânica de cidade tornava-se tão importante e urgente dotar a cidade de novos cemitérios⁵¹⁹, como regulamentar as praças fixas de táxis⁵²⁰ ou o comércio de carnes⁵²¹.

⁵¹⁶ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 3, sessão realizada a 17 e 18 de Janeiro de 1938, página 8.

⁵¹⁷ *Idem*, página 17.

⁵¹⁸ *Idem*, página 17.

⁵¹⁹ *Idem*, página 8.

⁵²⁰ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 6, sessão realizada a 19 de Maio de 1938, página 16.

A questão dos lixos urbanos, se bem que respondendo a questões sanitárias, também se integrava neste *plano metódico de realização*. Na segunda sessão camarária a que presidira, Duarte Pacheco insurgira-se contra a precária situação da limpeza urbana de Lisboa. A cidade produzia cerca de 500 toneladas de lixo diárias, o que em volume, e pelas contas do político, fazia o peso duplicar cubicamente. Acrescia ainda o facto de que grande parte dos lixos era utilizada como produto de engorda dos suínos que posteriormente eram consumidos pela população lisboeta. Importava pois pensar e reequacionar a recolha, o transporte, a fiscalização e a eliminação do lixo produzido⁵²².

A situação sanitária da cidade era de tal forma deplorável que Duarte Pacheco julgava necessário um tempo adicional para encontrar uma solução eficaz. Em Julho de 1935 a Câmara decretara a obrigatoriedade do uso de recipientes para recolha do lixo, contudo, como expunha o político:

“Mesmo que fossem manufacturados mil caixotes por semana – limite até agora não atingido pela indústria particular e pelos Serviços Industriais da Câmara, em conjunto – seriam precisos quase dois anos para se conseguirem cem mil recipientes, número que representa metade dos que os Serviços Industriais da Câmara dizem ser necessários”.⁵²³

Relativamente a este assunto, o político decretou a proibição de utilização de lixos na engorda de suínos⁵²⁴, e informou que, a partir de Março de 1939, parte dos lixos que sempre haviam sido transportados para a outra margem do Tejo, deixariam de ser transportados em fragatas no cais da Alfândega e passariam a ser embarcados no extremo da 3ª secção do porto de Lisboa, *longe das vistas da população e como convém à saúde pública*⁵²⁵.

Outra situação que gerava numerosas reclamações estava relacionada com o sabor e odor da água distribuída na rede pública de Lisboa⁵²⁶. As canalizações de água,

⁵²¹ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 6, sessão realizada a 19 de Maio de 1938, página 2.

⁵²² *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 3, sessão realizada a 17 de Fevereiro de 1938, página 7.

⁵²³ *Idem*, página 13.

⁵²⁴ *Idem*, página 1.

⁵²⁵ *Idem*, página 19.

⁵²⁶ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 4, sessão realizada a 17 de Março de 1938, página 5.

sendo constituídas de ferro fundido, eram revestidas a alcatrão. Numa das condutas elevatórias do Carregado, detectara-se a passagem de água com altos valores de fenóis, que, em contacto com o cloro dos reservatórios e o alcatrão das canalizações reagira quimicamente produzindo um alto teor de cloro-fenóis. Resolvera-se a situação, contudo, Duarte Pacheco informava que, no programa de abastecimento de água à cidade, *estava prevista a substituição completa de toda a velha canalização*.

E na imensidão de questões e propostas que se levantavam na gestão do município, estava concluído um estudo que Duarte Pacheco propusera à Comissão Municipal de Arte e Arqueologia: as bases do prémio municipal de arquitectura.

Considerava a comissão municipal que as *construções dos bairros excêntricos e das avenidas novas é[ra] a negação do nosso passado e a negação do nosso presente*⁵²⁷. Para os «estetas comissários» o risco arquitectónico de traço moderno, empregue nas novas construções em nada correspondia à estética citadina lisboeta: *povoada de bairros antigos e de tradição arquitectónica*⁵²⁸. Considerava ainda a comissão municipal que a criação dos prémios tinha por objectivo o *estímulo e a compensação moral dos cultores da Arquitectura*.

Neste sentido propunha-se que anualmente se abrisse, entre arquitectos portugueses, um concurso de projectos para edifícios de habitação. Os projectos seriam elaborados em concordância com um programa organizado pela CML e publicado no Diário Municipal. O prémio pecuniário seria atribuído ao melhor «projecto para casas de habitação», podendo o júri fixar ainda menções honrosas. A par desta distinção, a CML comprometia-se ainda a conceder aos interessados a correspondente licença de construção, com dispensa de formalidades e sob orientação técnica do arquitecto autor do projecto.

A par do Prémio Municipal de Arquitectura para projectos de casas de habitação, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia apresentava também as bases do Prémio Municipal de Arquitectura para Edificações. Esta distinção anual caberia ao autor do projecto de construção que, no parecer do júri, correspondesse à melhor composição arquitectural, tendo em conta valores como a adaptação do edifício ao terreno ou a funcionalidade programática do mesmo.

⁵²⁷ *Idem*, página 7.

⁵²⁸ *Idem*, página 7.

O vereador Arquitecto Luis Cunha felicitaria Duarte Pacheco pela ideia de instituir os prémios de arquitectura e felicitaria ainda a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia pela forma como havia interpretado a ideia do presidente da câmara⁵²⁹.

Quando incentivou a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia a estudar as bases do Prémio Municipal de Arquitectura, Duarte Pacheco não estava preocupado com as tendências estéticas da arquitectura praticada nas novas edificações da Lisboa das Avenidas Novas. Com efeito, se politicamente Duarte Pacheco é responsável pela criação do Prémio Municipal de Arquitectura, tal não significa que seja responsável pelo teor dos conteúdos renitentes do parecer subscrito pela referida comissão municipal. Importa lembrar que quando Duarte Pacheco se concentrou no projecto de construção das novas instalações do IST, em detrimento da arquitectura praticada pelos arquitectos da velha guarda, optou pelas linhas traçadas por Pardal Monteiro, um jovem arquitecto que riscou o Técnico da Alameda ao sabor da modernidade arquitectónica. Em essência, o que de facto preocupava o político era não só a forma desordenada em que Lisboa ia crescendo, como também a declarada ausência de saber técnico dos agentes envolvidos no processo de edificação.

Deste modo, no seguimento da apresentação à sessão camarária das bases do programa dos prémios municipais de arquitectura, Duarte Pacheco aproveitou o clima de considerações que se geraram em torno da prática de uma boa e má arquitectura, para lançar a debate o *problema da construção civil*⁵³⁰.

Considerava o presidente da CML que a questão da construção civil se revelava particularmente importante e por vários motivos: pelo volume de capital envolvido, pela percentagem de mão-de-obra envolvida e pela percentagem de construções particulares que influíam na expansão e feição da cidade. E em tom de desafio lançava mais uma proposta de trabalho:

“Vamos ver se a Câmara da minha presidência tem a coragem de prestar à Cidade o pequeno serviço de orientar devidamente a construção civil em Lisboa. Provavelmente não será um grande serviço, pelo reconhecimento que a população venha a manifestar por

⁵²⁹ *Idem*, página 11.

⁵³⁰ *Idem*, página 11.

ele, mas será em todo o caso um serviço, pelos benefícios que, na realidade, a Cidade há-de colher”.⁵³¹

Para exemplificar os problemas da má prática de construção civil operada em Lisboa, Duarte Pacheco iria socorrer-se do mesmo exemplo a que recorrera o vereador Viegas da Costa, presidente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. Contudo, ao contrário do vereador que, olhando o caso dos *excêntricos novos bairros de Lisboa* vira a «negação arquitectónica do passado e do presente», o presidente da CML não via prática arquitectónica, via algo de *aterrador e indiscreto*, só justificável pelo facto de *a grande maioria dos projectistas não ter formação nem competência para o ser*⁵³².

Mas Duarte Pacheco não poupava responsabilidades à Câmara Municipal, pois aprovando os projectos postos à sua consideração, compactuava com a situação:

“A maior parte dos indivíduos que se apresentam como «projectistas» não têm, repito, competência para o ser, e então apresentam aquilo a que se pode chamar uns bonecos à aprovação da Câmara. Mas a Câmara tem o dever de não aprovar tais criações (...)”⁵³³

Para Duarte Pacheco *qualquer edificação urbana era, fundamentalmente, uma obra de arquitectura*⁵³⁴ e, por tal facto defendia que no domínio das construções deveriam de existir três intervenientes: o arquitecto, o engenheiro e o construtor. Considerava que o político que apenas o arquitecto tinha a formação cultural e aptidão profissional necessárias para conferir às construções a substância arquitectural e estética inerente a qualquer edificação. Ao engenheiro competiria estabelecer as condições necessárias à estabilidade das edificações e ao construtor a execução da obra, *mas sob orientação e direcção dos dois técnicos*: o arquitecto e o engenheiro.

Absolutamente objectivo, Duarte Pacheco afirmaria:

“É necessário velar pela estética da Cidade, entregando a quem de direito, aos arquitectos, a orientação geral das construções.”⁵³⁵

⁵³¹ *Idem*, página 11.

⁵³² *Idem*, pp.11 e 12.

⁵³³ *Idem*, página 12.

⁵³⁴ *Idem*, página 12.

⁵³⁵ *Idem*, página 13.

O político apresentaria ainda um outro argumento que julgava pertinente: o financeiro e, uma vez mais, não isentava a Câmara das suas responsabilidades. Era facto mais que sabido que os projectos assinados pelos técnicos competentes, os arquitectos, eram mais dispendiosos que os projectos assinados por indivíduos sem as necessárias credenciais técnicas. Contudo, como afirmaria Duarte Pacheco:

“ (...) uma vez que a Câmara tem aceitado a intervenção de uns e de outros quase igualmente – e às vezes em consequência de influências de certos perniciosos agentes, tratando melhor os barbeiros que os médicos – é evidente que os interessados não hesitam (...) ”⁵³⁶

Como já vinha sendo hábito, o corpo de vereadores aprovaria o parecer exposto pelo presidente da câmara, no caso o parecer relativo às edificações urbanas. Duarte Pacheco agradeceria o apoio e passaria de imediato à questão seguinte: o Parque Florestal de Monsanto.

Informava o presidente que os trabalhos de arborização já tinham sido iniciados. Uma equipa de duzentos operários trabalhava ao ritmo de duas mil covas por dia e, no espaço de oito meses, estariam plantadas quatrocentas e cinquenta mil árvores⁵³⁷.

Seguidamente Duarte Pacheco informou a Câmara acerca das obras que iriam ter lugar na Avenida Almirante Reis com o objectivo de melhorar as condições de circulação de trânsito naquela importante artéria da cidade. Com novo pavimento do Socorro à Praça do Chile, a avenida veria suprimida a placa central e em seu lugar correriam as linhas do eléctrico de forma a deixar espaço suficiente a duas faixas de rodagem em cada um dos sentidos da avenida.

Exposta esta iniciativa, Duarte Pacheco passaria a outro assunto. Considerando que embora *a resolução completa* só pudesse surgir com o estudo do plano de urbanização da cidade⁵³⁸, o político considerava que estando em projecto a construção do Aeroporto de Lisboa na zona triangulada pela Avenida Alferes Malheiro, o Areeiro e a Portela de Sacavém, *poderia considerar-se definido o traçado de acesso a Lisboa pelo lado da Encarnação*⁵³⁹.

⁵³⁶ *Idem*, página 13.

⁵³⁷ *Idem*, página 16.

⁵³⁸ *Idem*, página 17.

⁵³⁹ *Idem*, Página 17.

Definido o traçado da nova estrada que ligaria Lisboa ao aeroporto e ao Norte do país, considerava o político que se tornava necessária a declaração de utilidade pública da obra de construção da mesma estrada e, por tal facto, e não pondo em risco a sua execução, que se realizassem as expropriações necessárias em toda a área abrangida pela nova via⁵⁴⁰.

A sessão camarária de Março não terminaria sem que Duarte Pacheco se referisse a mais um dos problemas da cidade de Lisboa: as barracas.

Citando o decreto que ele próprio mandara publicar em *Diário do Governo* em Setembro de 1933⁵⁴¹ a propósito do programa das Casas Económicas, afirmava o político que no espaço dos dois meses e meio que cumpriam já o tempo da sua presidência da Câmara de Lisboa, tomara todas as providências necessárias à conclusão dos trabalhos de urbanização do bairro Económico da Ajuda. Informava ainda que estariam em fase de conclusão os bairros do Forno e da Serafina e que, no total, estes três novos bairros facultariam mais de seiscentas habitações⁵⁴².

Na sequência do exposto, julgava o político que se tornava necessário pensar nas famílias que viviam *em barracas sem condições de higiene ou salubridade*, como era o caso do conhecido «Bairro das Minhocas», às Laranjeiras. Não sendo possível fazer transitar a população deste bairro para casas perenes, propunha Duarte Pacheco a sua transferência para casas desmontáveis. A proposta do presidente de câmara foi aprovada por unanimidade.

O propósito lançado por Duarte Pacheco para esta franja da população, teria eco na imprensa. A 29 de Março o *Diário de Notícias* apresentava uma entrevista com Carlos Santos, o engenheiro que no mandato anterior havia sido vereador e vice-presidente da CML.

Sob a questão da política das casas económicas, lembrava o engenheiro que nem todos os agregados familiares se podiam candidatar ao programa da habitação lançado pelo governo em 1933. Devido ao baixo rendimento, muitas famílias que também necessitavam de habitação viviam *em bairros construídos com tábuas velhas e folhas ferrugentas*⁵⁴³. Estimava-se que cerca de cinquenta mil pessoas vivessem em dez mil barracas que não haviam nascido de geração espontânea. Um mercado paralelo de

⁵⁴⁰ *Idem*, página 17.

⁵⁴¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 052 de 23 de Setembro de 1933.

⁵⁴² *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 4, sessão realizada a 17 de Março de 1938, página 19.

⁵⁴³ *Diário de Notícias*, 29 de Março de 1938, página 2.

proprietários detinha a posse das ditas barracas e através do seu aluguer a estas famílias de precário e volátil rendimento, obtinham uma média de cinco mil contos ao ano. Como alertava o engenheiro, os proprietários destes bairros clandestinos obtinham um lucro de rendas superior em dobro ao rendimento dos *proprietários de casas localizadas no Bairro Azul ou nos novos bairros de qualquer cor*⁵⁴⁴.

Lembrava ainda o engenheiro que desde 1928⁵⁴⁵ que o governo tentava contrariar a situação, contudo, como remataria o *DN: leis não faltam ... o que faltam são as casas...* O engenheiro Carlos Santos remataria também: confiava absolutamente na energia do presidente da câmara e do apoio que decerto o *Grande Chefe* lhe daria e por isso acreditava que em vida chegaria ainda a ver *o clarão do incêndio das infames barracas que vexavam a cidade*⁵⁴⁶.

A 21 de Abril de 1938 decorreria a quinta sessão camarária presidida por Duarte Pacheco. Os trabalhos da sessão girariam em torno da prestação que a CML poderia desempenhar no plano das Comemorações Centenárias da Fundação e Restauração da Nacionalidade, a celebrar em 1940. Como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cidade palco de grande número das festividades programadas, Duarte Pacheco havia sido nomeado membro da Comissão dos Centenários⁵⁴⁷.

Com efeito, em nota oficiosa de 27 de Março de 1938⁵⁴⁸, Oliveira Salazar traçara o programa de uma iniciativa a realizar em 1940: a Celebração do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal⁵⁴⁹. Num período em que na Europa se viviam momentos de profunda incerteza política, económica e social, e que em Espanha estalara já uma guerra civil, Portugal iria celebrar as duas datas centenárias. Nem Portugal nem os portugueses corriam risco de crise de identidade cultural, e questões como os nacionalismos, regionalismos ou autonomias, eram cenários que também não se colocavam, nem podiam colocar, porque afinal Portugal era uma Nação nascida cerca de 1140, restaurada cerca de 1640 e com data de (re) nascimento previsto para Maio de 1940. Mas porque o proto-programa das festas lançado por Oliveira Salazar em Março

⁵⁴⁴ *Idem*, página 4.

⁵⁴⁵ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 16 55 de 16 de Outubro de 1928.

⁵⁴⁶ *Diário de Notícias*, 29 de Março de 1938, página 4.

⁵⁴⁷ *Diário do Governo*, II Série, Portaria de 11 de Abril de 1938 exarada pela Presidência do Conselho de Ministros.

⁵⁴⁸ Nota Oficiosa da Presidência do Conselho, in *Diário de Notícias*, 27 de Março de 1938.

⁵⁴⁹ Sobre o tema *Vide* FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 3ª edição, 1991; *Idem*, “1940: a Exposição do Mundo Português” in *Colóquio Artes*, nº 45, Junho de 1980; ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes – “Restauração” e “Celebração”*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

de 1938 era extenso e ambicioso, a nação renasceria com um ligeiro atraso, a 23 de Junho de 1940. O regime encontrava nos *áureos momentos pátrios* da fundação da nacionalidade e na restauração da coroa portuguesa, os graus de heroicidade necessários à recomposição da *alma lusa*. Num processo de identificação e de legitimação histórica, o regime revestia-se da carga heróica dos seus antecessores de 1140 e 1640 e, coroava-se ele próprio em 1940 numa terceira idade de ouro no percurso do *ser português*⁵⁵⁰.

Numa Europa em convulsão política, um pequeno país revelava ser detentor de uma matriz de nacionalidade com oito séculos de história que proporcionavam uma linha de fronteira estável, e importava trazer à cena política nacional e internacional a perenidade dessa nacionalidade impoluta. E a encenação da celebração estava determinada e agendada ao mais alto nível, pois o Presidente do Conselho estipulara o programa a seguir.

A par de uma imensidade de pequenos arranjos e grandes obras, o país deveria munir-se das condições necessárias a todos os que do exterior nos visitassem. Por todo o país se deveria ter atenção à *limpeza das casas e das ruas e o estabelecimento de um certo número de pousadas em recantos provincianos*⁵⁵¹. Mas de entre todas as condições apontavam-se como prioritários os acessos viários à capital mas também *uma estação marítima, pelo menos no porto de Lisboa, bem como o aeródromo da Portela de Sacavém*⁵⁵².

A recuperação do Castelo de S. Jorge, em Lisboa, representaria a mais nobre das homenagens ao fundador da nação, D. Afonso Henriques e para Vila Viçosa projectava-se também uma homenagem a D. João IV, o restaurador da nacionalidade.

Mas o plano de celebração era bem mais ambicioso, porque o *ser português* era manter o espírito heróico dos antepassados e acrescentar-lhe *o nosso poder realizador*. Neste sentido era apresentada uma lista de treze grandes obras que deveriam estar concluídas até 1940, atestando a capacidade realizadora dos portugueses. E as obras diziam respeito aos trabalhos de restauro do Palácio de Queluz; o novo edifício da Casa da Moeda; o Anexo do Museu de Arte Antiga; o complexo auto-estrada Lisboa-Cascais, Estádio e estrada marginal; o desafogo da Torre de Belém; a beneficiação da Assembleia Nacional; a resolução urbanística do Parque Eduardo VII; as reparações do

⁵⁵⁰ Expressão utilizada do por Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português in *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade*, Lisboa, edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1940, página 216.

⁵⁵¹ Nota Oficiosa da Presidência do Conselho, in *Diário de Notícias*, 27 de Março de 1938.

⁵⁵² *Idem*.

Teatro Nacional de S. Carlos; o Parque Florestal de Monsanto; a primeira fase de construção dos Hospitais Escolares e a ligação da emissora Nacional às colónias portuguesas⁵⁵³.

A par das várias comemorações que aconteceriam um pouco por todo o país, reserva-se para a capital o plano de uma magna exposição histórica: a Exposição do Mundo Português. A ter lugar em Belém, no espaço limitado a oriente pela Praça Afonso de Albuquerque e a ocidente pela Torre de Belém, o recinto expositivo resguardava-se na carga histórica do Mosteiro de Santa Maria de Belém dos Jerónimos e surgiria imponente à beira Tejo.

À luz da análise histórica, a exposição do Mundo Português constituiria a iniciativa político-cultural mais importante do Estado Novo⁵⁵⁴. Outras iniciativas expositivas a antecederam no tempo e outras tiveram lugar posteriormente⁵⁵⁵, contudo, da iniciativa politico-ideológica à convocação de esforços materiais e humanos, a Exposição do Mundo Português tomaria proporções inéditas e irrepetíveis.

Pela citação, ainda que sumária, do teor da nota oficiosa que define o programa das comemorações centenárias⁵⁵⁶ se depreende facilmente que para o regime, a concretização do projecto assentava num rol de obras públicas em fase de construção ou em fase de projecto. O Presidente do Conselho acreditava que *o nosso poder realizador* permitia que, no curto espaço de dois anos tudo se restaurasse, melhorasse e construísse.

Neste *mundo de coisas* que espelhavam o *nosso poder realizador* e que eram necessárias à concretização do projecto celebrativo, era óbvia a decisão do Presidente do Conselho, mas era óbvia também a árdua tarefa a quem competia a empreitada: por um lado a Câmara Municipal, de Lisboa e por outro lado o Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Do rol de obras elencadas pelo Presidente do Conselho como testemunhos do poder realizador do ser português, todas conferiam com projectos iniciados por Duarte

⁵⁵³ *Idem.*

⁵⁵⁴ BARROS, Júlia Leitão de, “Exposição do Mundo Português” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp.325-327.

⁵⁵⁵ Vide ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998; SILVA, PAULO; João Carlos, “Exposições Coloniais”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp.327 - 329; SILVA, Raquel Henriques da, “Exposições de Artes Plásticas”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 329-331; FERNANDES, José Manuel, “Exposições de Obras Públicas” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 332-333.

⁵⁵⁶ O estudo exaustivo das Comemorações Centenárias e da Exposição do Mundo Português foi realizado por Margarida Acciaiuoli, *Op. Cit.*, 1991.

Pacheco no MOPC de 1932 a 1936. Algumas delas teriam sido retomadas pelo político assim que em Janeiro de 1938 tomou posse como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Mas todas as obras que permaneciam sob alçada directa do MOPC pareciam ter desacelerado no processo construtivo. E no desempenho do cargo de ministro das Obras Públicas e Comunicações estava desde 17 de Janeiro de 1936 o Coronel Silva Abranches. Estávamos agora em Março de 1938. Silva Abranches contava já com 26 meses de actividade ministerial nas Obras Públicas. Lida a nota oficiosa da Presidência do Conselho, outros 26 meses contavam para a data inaugural das Comemorações Centenárias.

Silva Abranches não fora colocado no ministério para acelerar a máquina construtiva do Estado, mas sim para abrandar o ritmo, não tanto das construções, mas da malha de acções que lhe estavam subjacentes: as expropriações, as tributações ou as revisões de contrato com entidades individuais e colectivas. Mas por ora as atenções centrar-se-iam em Lisboa.

Nas comemorações dos Centenários, nomeadamente no projecto da Exposição do Mundo Português, a cidade de Lisboa representaria um papel de relevo. Duarte Pacheco era desde Janeiro de 1938 Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sendo também membro do Comissariado das Comemorações Centenárias. Como anterior ministro das Obras Públicas e como actual presidente de câmara, conhecia melhor que qualquer outro político os projectos das obras elencadas no plano dos centenários.

Neste sentido, na sessão camarária de 21 de Abril de 1938 Duarte Pacheco apresentava três propostas para o cumprimento pleno da prestação da CML no programa dos centenários: assegurar a transferência plena da Fábrica de Gás de Belém para a Quinta da Matinha; assegurar as ligações da cidade à auto-estrada Lisboa-Cascais e assegurar o processo de arborização da segunda parcela do parque Florestal de Monsanto.

Relativamente à transferência para outro local da Fábrica de Gás, que situada desde 1888 nas imediações de Belém assegurava grande parte da iluminação da cidade, considerava o presidente da câmara que, no cumprimento do decreto que o próprio decretara em 1935⁵⁵⁷, competia à CML a montagem da tubagem de ligação dos gasómetros da Quinta da Matinha ao Terreiro do Paço, através da futura avenida marginal do lado oriental da cidade. Neste sentido, afirmava Duarte Pacheco a

⁵⁵⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 25 726 de 23 de Novembro de 1935.

necessidade de se declarar a utilidade pública desta faixa de terreno e sua consequente aquisição ou expropriação⁵⁵⁸.

No caso respeitante às ligações da cidade à auto-estrada Lisboa-Cascais, caberia à CML a execução dos arruamentos necessários à decretada zona de influência daquele equipamento. Por tal facto, na zona alta da cidade cumpriria à CML executar os arruamentos de acesso à auto-estrada na zona de Campolide, não se descurando contudo os arruamentos de acesso nas zonas do Alto da Ajuda, Restelo, Algés e baixa marginal⁵⁵⁹.

Tendo em conta que decorriam a bom ritmo os trabalhos de arborização da primeira zona do Parque Florestal de Monsanto, considerava o presidente da câmara que se tornava necessário dar início aos trabalhos da segunda zona. Nesse sentido, Duarte Pacheco propôs o arranque dos trabalhos de arborização e lançamento de estradas do parque⁵⁶⁰.

A quinta sessão camarária presidida por Duarte Pacheco não encerraria sem que fosse aprovado o plano provisório de remoção de lixo da cidade. Para tal o político tinha pensado um concurso de arrematação, visando a melhoria das condições sanitárias da cidade⁵⁶¹.

A 19 de Maio de 1938 Duarte Pacheco presidiria pela última vez às sessões camarárias. À sua responsabilidade ficaria regulamentado o comércio de carnes⁵⁶², bem como o projecto de posturas comerciais⁵⁶³.

No domínio das obras em curso ou em projecto, considerava o presidente a necessidade de aquisição de vários prédios rústicos abrangidos pelo perímetro do aeroporto e, por tal facto, tornava-se necessária a sua compra ou expropriação⁵⁶⁴.

Em virtude dos estudos urbanísticos em curso, informava ainda Duarte Pacheco da necessidade de se negociar a forma de aquisição dos terrenos necessários ao projecto de prolongamento da Avenida da Liberdade.

Cerca das 14 horas Duarte Pacheco daria por encerrada a sessão. Até dia 24 de Maio permaneceria como presidente da CML. No dia 25 tomaria posse como Ministro

⁵⁵⁸ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta da sessão nº 5, realizada a 21 de Abril de 1938, página 3.

⁵⁵⁹ *Idem*, página 4.

⁵⁶⁰ *Idem*, página 7.

⁵⁶¹ *Idem*, pp. 11-31.

⁵⁶² *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta da sessão nº6, realizada a 19 de Maio de 1938, pp. 2-5.

⁵⁶³ *Idem*, pp. 11-14 e 16-18.

⁵⁶⁴ *Idem*, página 16.

das Obras Publicas e Comunicações e regressaria, de imediato, ao gabinete de que fora afastado em Janeiro de 1936.

No cumprimento da lei Duarte Pacheco não poderia acumular dois cargos públicos e, ao tomar posse como ministro abdicou da presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Eduardo Rodrigues de Carvalho, amigo pessoal do ministro, engenheiro-chefe de muitas das suas obras, seu antigo chefe de gabinete e seu director municipal dos Serviços Técnico-Especiais no município seria nomeado Presidente-Substituto da Câmara Municipal de Lisboa.

Duarte Pacheco deixara os Paços do Concelho e regressara ao Terreiro do Paço, mas não virara as costas à cidade. Lisboa desempenharia um papel fundamental no plano metódico do político. Duarte Pacheco não esquecera que:

“ (...) o problema do plano de urbanização e expansão da cidade era sem dúvida o mais importante de todos os problemas citadinos actuais.”⁵⁶⁵

Na Câmara de Lisboa ficara um dos homens de confiança do ministro, o homem encarregue de executar as medidas necessárias à concretização do plano director da cidade traçado por Duarte Pacheco.

Existe um denso e coeso conjunto de obras infra-estruturais erguidas em Lisboa e cuja responsabilidade política recai sobre Duarte Pacheco. De 1928 a 1938, sob acção directa do político assiste-se a uma inegável transformação, extensão, e equipagem da cidade e não só, uma vez que parte das infra-estruturas erguidas não representaram unicamente um interesse ou melhoramento local, mas antes um interesse nacional e colectivo, nomeadamente todos os trabalhos realizados mais no domínio das Comunicações do que propriamente no domínio das Obras Públicas.

Mas subjacente a todas as obras estruturais e infra-estruturais realizadas por Duarte Pacheco na cidade de Lisboa estaria o plano de urbanização, esse grau zero planificador e regulador da extensão e edificação da capital. Sobre este plano teceremos considerações num outro capítulo do trabalho.

Porque o plano de urbanização da cidade surge política e historicamente como a obra primordial do político, todo o outro trabalho realizado tende a tornar-se invisível

⁵⁶⁵ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta da sessão nº2, realizada a 17 e 18 de Janeiro de 1938, página 14.

face à extensão e repercussão do plano regulador. Foi pois nosso objectivo trazer à luz das considerações históricas a obra total de Duarte Pacheco na cidade de Lisboa no desempenho do cargo de Presidente da Câmara.

Como primeiro Presidente da Câmara Municipal de Lisboa nomeado pelo Governo, Duarte Pacheco teve por principal preocupação regular a máquina administrativa municipal em concordância directa com o Código Administrativo de 1936-1940.

Mas fez mais. Em cinco meses de gerência camarária procurou dar resposta às deploráveis questões sanitárias da cidade⁵⁶⁶, procurou regular as actividades comerciais e industriais, atribuiu aos arquitectos a responsabilidade de assinar os projectos de edificações urbanas e teve a coragem de apontar ao município a quota-parte de responsabilidade no caótico regime de construção da cidade. Mais do que um promotor do Prémio Municipal de Arquitectura, Duarte Pacheco foi o político que declarou existir uma profunda diferença entre Arquitectura e Construção Civil.

Uma vez mais, a frontalidade da acção e linearidade das suas palavras produziram mais vozes de desagrado do que aplausos. Muitos interesses estavam instalados há décadas senão mesmo gerações, e a política urbana de Duarte Pacheco abalara já alguns alicerces.

Como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Pacheco imprimira em cinco meses um regime regulador a todas as actividades que compunham a vida citadina. E se como ministro atribuíra à cidade de Lisboa um número considerável de obras infra-estruturais, só no seu desempenho como presidente da câmara essas mesmas obras avançaram de facto. E algumas delas avançariam até à conclusão mas sob estritas e exigentes condições de garantia: com um homem da plena confiança do ministro nos Paços do Concelho e com Duarte Pacheco no Terreiro do Paço.

⁵⁶⁶ Relembremos questões como a recolha do lixo, a proibição de alimentação dos suínos de consumo com lixos domésticos, solução química reguladora dos níveis de cloro-fenóis existentes na rede pública de abastecimento de água, a regulação de do comércio de carne, da circulação de táxis, do regime de toldos e esplanadas, entre outros.

3.4. Obras Públicas e Comunicações (1938-1943): construir um país

“Não se queira tudo para se poder ter alguma coisa.

E é possível que, persistindo com fé em realizar gradualmente o que as realidades forem consentindo, se acabe por conseguir tudo o que se deseja.”

Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, in *Diário do Governo*, 12 de Agosto de 1938.

A 23 de Março de 1938, cinco dias antes de se tornar pública a nota oficiosa da Presidência do Conselho que anunciava a celebração política do duplo centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade, Silva Abranches terá adoecido e Manuel Rodrigues Júnior assumiu interinamente a pasta das Obras Públicas e Comunicações até ao dia 24 de Maio. No dia 25 do mesmo mês Duarte Pacheco tomava posse do cargo e da pasta ministerial. Silva Abranches não estaria presente na cerimónia de tomada de posse. O facto mereceria referência no *Diário de Notícias* sem que se justificasse motivo de doença, apenas a ausência do ministro cessante⁵⁶⁷.

Como tivemos já oportunidade de referir, o discurso proferido por Duarte Pacheco naquela cerimónia revestiu-se de profunda emotividade. Aliás, o discurso não foi sequer preparado. Socorrendo-se de algumas expressões de circunstância, entre o improvisado do momento e a contenção imposta pelo acto solene, Duarte Pacheco, entre uma e outra frase, tropeçou nas palavras, fez pausas e silêncios e revelou, sobretudo, uma voz embargada e trémula, muito distinta por exemplo, da firmeza e da limpidez de voz que se sente no discurso de inauguração da Exposição do Mundo Português ou, num outro exemplo, da voz de comando que do seu gabinete em Lisboa, lançava ao Administrador Geral dos CTT que, no Porto, fazia a contabilidade dos estragos e prejuízos provocados pelo ciclone de 1941⁵⁶⁸.

⁵⁶⁷ Cfr. *Diário de Notícias*, número de 26 de Maio de 1938.

⁵⁶⁸ RTP, Arquivo Histórico de Rádio, Subregistos, Discursos de Duarte Pacheco.

Contudo, fiel a si próprio, o ministro empossado manteria a verticalidade das palavras e de forma frontal respondia às questões que, no sussurro dos corredores do poder, lançavam dúvidas sobre a suas intenções políticas:

“E que programa trago? O meu programa é o programa do Governo apresentado tão brilhantemente ao país pelo eminente Chefe do Governo, na lei da reconstituição económica, em leis complementares e na recente nota sobre as comemorações centenárias. (...) Venho encontrar no Ministério das Obras Públicas e Comunicações o mesmo dinamismo, o mesmo espírito de bem servir a Nação que me honro de aqui ter deixado? Por mim, pouco ou nada mudei; espero que os que aqui trabalham não tenham também mudado muito.

Temos, entre muitas coisas, uma tarefa ingente a nosso cargo: a realização das obras inscritas no magnífico programa das comemorações centenárias, enunciado pelo sr. Presidente do Conselho.

Todos poremos nessa realização a nossa inteligência, a nossa vontade, todo o nosso esforço até ao esgotamento.

Agradeço agora a todas as pessoas presentes a carinhosa simpatia que me trazem, amparando-me na profunda emoção deste momento.

Bem hajam.”⁵⁶⁹

Pese embora o clima de intriga característico da cena política, a questão do «programa» trazido por Duarte Pacheco às Obras Públicas e Comunicações, era questão que trazia em si alguma legitimidade.

Mais do que centrada em questões de teoria política, a cúpula do Estado Novo concentrava-se no desenho político e administrativo do país. Desenho esse traçado pelo Governo e em torno do qual orbitava uma classe abastada detentora de saber, propriedade e poder. Nos salões das decisões políticas, a par da ancestral aristocracia de sangue que emprestava às iniciativas e empreendimentos o crédito do nome, existia uma burguesia endinheirada ávida de atingir o patamar da aristocracia do mérito. De católicos monárquicos a republicanos, de religiosos a civis, de industriais a empresários, de literatos a construtores, o regime político sustentava-se numa base social e económica em que a serventia de interesses legitimava e reforçava a máquina do Estado.

⁵⁶⁹ Apêndice Documental, Documento 27.

Neste regime de interesses e conflitos, o Presidente do Conselho surgia como uma espécie de figura seráfica que orquestrava politicamente um ensemble, socorrendo-se de instrumentos de subtilezas várias como as pinças ou as luvas de pelica.

E de tal modo os instrumentos políticos do Presidente do Conselho eram díspares, que houve ministros que se souberam destituídos das pastas ao ler os jornais pela manhã, como outros houve que foram agraciados com a consideração da palavra.

Apenas um ministro mereceu do Presidente do Conselho o reconhecimento público da justificação de afastamento, do *sacrifício* por pressão política: e esse ministro foi Duarte Pacheco. Entre o eufemismo e a hipérbole, consoante a maior ou menor simpatia face à situação, as várias facções que compunham o Estado Novo ouviram e interpretaram na figura de estilo correspondente às suas posições, as palavras do Chefe do Governo quando este reconheceu que *tivera por uma vez de sacrificar o ministro*. E quando o Presidente do Conselho retirou a Duarte Pacheco o poder político, fê-lo por reconhecer a tensão que a actividade ministerial deste homem estava a exercer sobre o tecido social e financeiro que compunha o desenho político e administrativo criado pelo próprio regime.

Um *Estado que se queria Novo* tinha um país por construir e num país *onde tudo estava por fazer*, a construção do país teria de se implantar num terreno. Mas o terreno tinha dono. Por natureza um dono servil ao Estado Novo se o Estado de algum modo também o servisse. Mas quando o Estado, na figura do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, sobrepôs ao direito da propriedade o dever do serviço e da utilidade pública, surgiu um clima de fricção. O regime político entrava em contradição uma vez que a tensão se exercia substancialmente sobre a propriedade, essa propriedade quase e sempre pertença dos que constituíam o próprio Estado, essa propriedade reconhecida como o sempiterno baluarte de poder.

Em 1936 fôra politicamente oportuno afastar o ministro. Mas em 1938 o cenário político internacional alterara-se consideravelmente. Numa Europa em conflito bélico e numa Espanha em guerra civil, cada milímetro de terra conquistado ou perdido fazia deslizar a esquadria do poder. Em 1938 a propriedade atingira o estatuto de território político de nações, não de países. E Portugal não era excepção. Em 1938, na Nota Oficiosa de 27 de Março, ao afirmar que por oito séculos a nação portuguesa permanecia definida e estável nas suas linhas de fronteira, o Presidente do Conselho atribuía à terra o seu mais alto valor: o patriótico. A terra e a História nela plantada, desempenhariam um papel estruturante nas Comemorações Centenárias. Mas para a

efectivação do projecto, tornava-se necessário chamar de novo à cena política o homem que, não olhando aos interesses instalados, dava garantias de cumprimento da agenda política e do programa de obras.

No discurso de tomada de posse, Duarte Pacheco afirmaria que *entre muitas coisas*, existia uma tarefa urgente: *a realização das obras inscritas no programa das comemorações centenárias*. E declarando pôr ao serviço dessa realização toda a sua *inteligência e esforço até ao esgotamento*, Duarte Pacheco não tencionava desviar-se do cumprimento dos objectivos traçados. Contudo, limitar o regresso de Duarte Pacheco à pasta das Obras Públicas e Comunicações no cumprimento preciso do programa previsto para as comemorações centenárias, traduz-se numa interpretação redutora do significado desta retoma política, pois o ministro, embora avançando de imediato com as obras mais adiantadas, não irá descurar os planos gerais, como o próprio afirma em decreto e na sequente acção política, como adiante veremos⁵⁷⁰.

Na Nota Oficiosa de 27 de Março de 1938, Salazar elencava as obras que atestariam o «poder realizador» do regime: a empreitada de restauro e beneficiação do palácio, jardim e parque de Queluz; o novo edifício da Casa da Moeda; o anexo do Museu de Arte Antiga; a auto-estrada Lisboa-Cascais; o Estádio Nacional e sequentes ligações viárias à auto-estrada e à estrada marginal; a libertação da Torre de Belém pela deslocação da Fábrica de Gás para outro local; as obras do Palácio de S. Bento e respectiva urbanização da zona envolvente; resolução urbanística do prolongamento da Avenida da Liberdade; beneficiação do Teatro Nacional de S. Carlos; o maior avanço possível no projecto do Parque Florestal de Monsanto; conclusão da primeira fase de construção dos Hospitais Escolares de Lisboa e Porto; maior impulso na criação de bairros de casas económicas em Lisboa e ligação radiofónica de Lisboa às terras coloniais.

Umas ainda em decreto ou projecto, e outras já em fase de execução, todas estas obras partilhavam de uma origem comum: o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, o organismo detentor do poder realizador do regime e pelos anos de 1932 a 1936 pensara, decretara e projectara a execução destas obras.

Salazar disse um dia que «em política, aquilo que parece é», mas em política o que existe é o que se fez, e com Duarte Pacheco afastado do MOPC de 1936 a 1938, o substituto Silva Abranches não só não fez novo como desacelerou o que até então vinha

⁵⁷⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 043 de 7 de Outubro de 1938.

sendo feito, principalmente em Lisboa, a cidade detentora ou reguladora das doze obras que o Presidente do Conselho elencara na nota oficiosa de Março como testemunhos do poder realizador do ser português.

No período de tempo que Duarte Pacheco presidiu à Câmara Municipal de Lisboa, os projectos do Parque Florestal de Monsanto; do desafogo da Torre de Belém pela transferência da Fábrica de Gás; dos trabalhos de urbanização da área envolvente ao Palácio de S. Bento, do prolongamento da Avenida da Liberdade ou do desenho dos arruamentos e vias de ligação à auto-estrada Lisboa-Cascais e Estrada Marginal, foram projectos trabalhados no domínio das atribuições camarárias.

Regressado ao gabinete ministerial, num espaço de seis semanas Duarte Pacheco abria dois créditos para reforço de dotações orçamentais para as obras em curso e despesas de gabinete⁵⁷¹. Até ao final de Junho, o ministro tomava o pulso ao gabinete no seu já característico *período de acalmia*, a fase reguladora, a do trabalho invisível. Por este tempo toda a produção administrativa giraria em torno de dossiers relativos aos melhoramentos urbanos, rurais, de saneamento e abastecimento de água, bem como aos portos marítimos, correios e telégrafos, hidráulica agrícola, produção e abastecimento de electricidade.

A 1 de Julho de 1938 o Diário do Governo publica os dois decretos que, exarados pelo gabinete do ministro, dão o arranque definitivo ao segundo mandato de Duarte Pacheco no MOPC. E o segundo mandato tem início com um passo definitivo para a concretização do plano de urbanização de Lisboa.

Ao decretar a aquisição à Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, da faixa de terreno situada entre o Caneiro de Alcântara e a Torre de Belém, o ministro traçava em linhas gerais mas definitivas, as directrizes que passariam a compor a zona ribeirinha de Lisboa⁵⁷².

Deste modo, considerava o diploma que:

“O plano de urbanização da cidade de Lisboa, actualmente em estudo, comporta, entre outras realizações, o arranjo das Praças dos Jerónimos e de Afonso de Albuquerque, a valorização da Avenida Marginal e o embelezamento das imediações da Torre de Belém.”⁵⁷³

⁵⁷¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 743 de 7 de Junho de 1938 e Decreto-Lei nº 28 892 de 30 de Julho de 1938.

⁵⁷² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 796 de 1 de Julho de 1938.

⁵⁷³ *Idem*.

O plano de urbanização de Lisboa contemplava portanto a valorização da zona de Belém, a mesma zona que o ministro considerava desde 1933 ser a linha de fronteira e ponto de partida para o plano de urbanização da Costa do Sol e por isso mesmo o ponto de arranque da estrada marginal. E se por questões de ordenamento de território se tornava necessário intervir naquela zona, por questões de salvaguarda patrimonial, Duarte Pacheco decretara em 1935 o desafogo da Torre de Belém. E para 1940, por questões políticas, o espaço de Belém estava já reservado para receber a Exposição do Mundo Português. E deste modo, retomando os projectos lançados no primeiro mandato, sob pretexto e pressão do tempo impostos pelo cumprimento do programa de celebração dos centenários, o ministro conseguia avançar no terreno da concretização urbana da zona ocidental de Lisboa.

Mas no domínio do plano de urbanização, Duarte Pacheco não avançava unicamente na direcção de Belém, pensava a cidade num todo programado. E nesse sentido, se no diploma de 1 de Julho afirmava a necessidade de aquisição de terrenos à CP numa extensão que ia do Caneiro de Alcântara à Torre de Belém, no mesmo diploma o ministro avançava já com as linhas traçadas para a mesma zona ribeirinha, mas a oriente.

Com efeito, e apresentando um *plano de aproveitamento* da zona portuária, considerava o gabinete ministerial que, para uma melhor articulação de serviços, toda a zona comercial e industrial efectuada no porto, transitaria para a zona oriental da cidade, zona para a qual estava já programada uma nova avenida marginal, a mesma que Duarte Pacheco enunciara ainda na presidência da CML. No respeitante ao tráfego fluvial, marítimo nacional e internacional e demais *serviços limpos* do porto de Lisboa, ficariam estes situados entre o Terreiro do Paço e a Torre de Belém.

Mas as acções políticas necessárias à concretização do plano de urbanização de Lisboa, seriam ainda facilitadas pela publicação de um outro decreto exarado pelo gabinete do ministro das Obras Públicas e Comunicações: o decreto que permitia a expropriação por utilidade pública ao abrigo de doze obras inscritas no programa dos Centenários:

“Aeroporto de Lisboa, estradas e arruamentos de acesso a Lisboa e ao aeroporto; construção de casas económicas em Lisboa e Porto; arranjo e integração do Castelo de S. Jorge; urbanização do Parque Eduardo

VII; arranjo do bairro de Alfama; Auto-estrada e estrada marginal Lisboa-Cascais; arranjo urbanístico das zonas dos Palácios da Ajuda, Assembleia Nacional e de Queluz, em Lisboa, e dos Carrancas no Porto; avenida marginal ao Tejo; urbanização da Praça dos Jerónimos; edifícios universitários de Lisboa e novos hospitais de Lisboa e Porto; as obras de urbanização da cidade de Lisboa e novos edifícios para quartéis.”⁵⁷⁴

Constituindo o Plano de Urbanização de Lisboa um dos estudos de caso do presente trabalho, remetemos para o capítulo seguinte a sua análise mais profunda⁵⁷⁵. Contudo, urge desde já salientar que, embora este decreto contemplasse numa das suas alíneas *as obras de urbanização de Lisboa que o Governo aprovar para serem iniciadas até 1940*, das restantes onze alíneas que cumpriam o programa de obras contemplado por este decreto, apenas os quartéis se localizavam por todo o país e o Palácio dos Carrancas e um dos Hospitais Escolares se situavam no Porto. Já a auto-estrada e a estrada marginal Lisboa-Cascais, cumpriam objectivos de um plano urbano e rodoviário de escala regional, mas a sua aplicação técnica e prática continha no plano de urbanização de Lisboa uma importância de extrema relevância. Quando às restantes seis obras, os trabalhos de urbanização surgiam no mesmo patamar de importância que as obras de edificação ou beneficiação. Tal significa que o decreto 28 797 de 1 de Julho de 1938, se assume de uma importância extrema e mesmo definitiva para o arranque político e jurídico do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa.

Retomando o decreto 28 797, na sua aplicação como diploma de trabalho no caso de necessidade de expropriação, importa referir que, se até 1936 muitas queixas e desgostos se tinham manifestado contra Duarte Pacheco, a partir de 1 de Julho de 1938, data da instituição desta força de lei, a situação dos proprietários iria piorar consideravelmente.

Por norma, numa situação de expropriação por utilidade pública, era constituída uma comissão de avaliação composta por elementos representantes do proprietário e do Estado. E, em caso de desacordo no montante referente avaliação, podia cada uma das partes recorrer do processo.

⁵⁷⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 28 797 de 1 de Julho de 1938.

⁵⁷⁵ *Vide Infra* Capítulo IV, ponto 4.1.

Este processo era moroso, como referiu Duarte Pacheco na sessão camarária de 17 de Fevereiro de 1938⁵⁷⁶. Na mesma sessão camarária, e lendo o parecer de uma comissão de peritos que se debruçou sobre o processo de expropriação relativo à primeira das seis zonas que constituíam o perímetro do projectado Parque Florestal de Monsanto, Duarte Pacheco havia de referir que se realizara:

“um processo de expropriações experimentado pela primeira vez no nosso País, [que] permitiu a intervenção dos proprietários, da Câmara como entidade expropriante, de delegados do Governo pelos Ministérios competentes, e do Supremo Tribunal de Justiça. (...) pelo facto de ter sido o autor deste processo de expropriações, tinha o prazer especial de ler a declaração da comissão: *a todos os vogais desta comissão se afigura que os valores médios obtidos são uma justa e razoável indemnização dos terrenos expropriados.*”⁵⁷⁷

Na mesma sessão camarária o político sublinhava ainda a questão do tempo e da justiça:

“ao contrário do que muita gente supôs quando da publicação do respectivo Decreto [da criação do Parque Florestal] longe de redundar, como se pensava, num cataclismo para os proprietários, veio tornar possível, com rapidez e justiça, a realização de uma obra que, pelos métodos ordinários de expropriação, talvez nem daqui a vinte anos estivesse começada.”⁵⁷⁸

A 17 de Fevereiro, em sessão camarária, Duarte Pacheco lia o relatório de uma *comissão de peritos* que legitimava em 1938, a solução por ele encontrada para dar início ao projecto do Parque de Monsanto. Com efeito, entre 1934 e 1935 o político experimentara uma solução diferente da usual no processo de expropriação. Se por norma a avaliação de terrenos surgia no encontro entre a entidade expropriante e o proprietário, com direito a recurso de ambas as partes no caso de desacordo, Duarte Pacheco alterou as regras do jogo para obter a celeridade necessária à expropriação: de um lado ficava o proprietário e do outro lado a contra-parte: o Estado. Mas o Estado era

⁵⁷⁶ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 3, sessão realizada a 17 de Fevereiro de 1938, páginas 2 e 3.

⁵⁷⁷ *Idem*, página 3.

⁵⁷⁸ *Idem*, página 3.

aqui composto por vários intervenientes, todos eles interessados na expropriação: a Câmara como entidade expropriante e os Ministérios das Obras Públicas e da Agricultura nas suas respectivas competências. Logo neste ponto, a alegação do proprietário estava em minoria pois as alegações estatais ganhavam em número. E porque a decisão seria desde logo exarada pelo Supremo Tribunal de Justiça, não existia apelo nem recurso.

Com este processo de expropriação, que Duarte Pacheco reclama ser da sua autoria, entre Setembro de 1934 e Dezembro de 1935, o Estado realizou em Monsanto expropriações numa extensão de 130 hectares.

Se a 17 de Fevereiro de 1938 o político obtivera de *uma comissão de peritos* a aprovação do método aplicado entre 1934 e 1935, a partir de 1938, com a publicação do decreto 28 797, a nova fórmula passaria a ter a força da lei.

Deste modo, e porque existia um *curto prazo de dois anos*, para se concretizar o programa de obras e melhoramentos que o governo se propunha realizar para levar a efeito o programa traçado para a comemoração do duplo centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade, na necessidade de se proceder a uma expropriação, o procedimento seria o seguinte:

“Para cada obra ou melhoramento serão constituídas comissões de três árbitros, dois permanentes – indicado um pela entidade adquirente e outro pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça – e um terceiro, designado para cada prédio, por escolha do respectivo proprietário.

Na arbitragem os peritos atenderão ao valor real e corrente dos prédios durante os últimos três anos, e, na falta de unanimidade, será tomada a média aritmética dos laudos que mais se aproximarem, da arbitragem não haverá recurso”.⁵⁷⁹

A fórmula encontrada quase não diferia do método utilizado por Duarte Pacheco na expropriação dos 130 hectares da primeira zona de Monsanto.

⁵⁷⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 797 de 1 de Julho de 1938, §1º e §2º.

Vitor Matias Ferreira considera que o decreto 28 797 de 1 de Julho de 1938 tem por base a Lei de 26 de Julho de 1912, ou seja, o diploma legal que institui o regime geral de expropriação por utilidade pública⁵⁸⁰.

Em rigor, o homem é indissociável da propriedade da mesma forma que a expropriação por utilidade pública existe existindo Estado. Em rigor, Duarte Pacheco reclama para si a autoria da fórmula que reserva ao Estado a expropriação sem processo de recurso. Em rigor, ao abrigo do decreto 28 797, entre 1938 e 1943 o Estado, aqui protagonizado pelo MOPC e pelo seu ministro Duarte Pacheco, expropriou em Lisboa cerca de 1300 hectares de terreno⁵⁸¹. Em rigor, fê-lo de forma autoritária e surda. Em rigor, o MOPC e o seu ministro conseguiram as condições básicas para a execução de um Plano de Urbanização da cidade.

Mas o ano de 1938 seria profícuo na produção legislativa e na retoma das obras que pelos anos de 1936 e 1937, quase haviam estagnado. A 26 de Julho, considerando o governo que o projecto do aeroporto cumpria os objectivos de um melhoramento de interesse geral e não apenas local, resolve compartilhar financeiramente a obra e regula a área de intervenção da CML no projecto de obra⁵⁸².

A 12 de Agosto, sob a forma de decreto, Duarte Pacheco retomava politicamente a questão que lançara à sessão camarária de 17 de Março: as casas económicas e as casas desmontáveis⁵⁸³. De forma realista, considerava o ministro não ser possível erradicar o problema da habitação. Contudo, se o decreto de 1933⁵⁸⁴ permitira construir cerca de seiscentas moradias em Lisboa, e um número quase idêntico na cidade do Porto, e, constituindo o programa da habitação um dos melhoramentos consignados no programa das comemorações centenárias, um novo impulso seria dado ao programa: entre 1938 e 1940 estava prevista a construção de duas mil casas na capital.

Para as famílias que não tinham possibilidades de aderir ao programa das casas económicas, e porque no programa das comemorações centenárias importava *estarmos em condições de receber quem nos visita*⁵⁸⁵, previa-se que até 1940 se construíssem em

⁵⁸⁰ FERREIRA, Vitor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro de Metrópole*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987, página 151, nota 9.

⁵⁸¹ FERREIRA, Vitor Matias, *Op. Cit.*, página 158.

⁵⁸² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 882 de 26 de Julho de 1938.

Constituindo o Aeroporto de Lisboa um dos estudos de caso do nosso trabalho, remete-se para o Capítulo IV. Ponto 4.2, a análise aprofundada da questão.

⁵⁸³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 912 de 12 de Agosto de 1938. *Vide ainda Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 4, sessão realizada a 17 de Março de 1938, página 19.

⁵⁸⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 052 de 23 de Setembro de 1933.

⁵⁸⁵ SALAZAR, António Oliveira, Nota Oficiosa in *Diário de Notícias*, 27 de Março de 1938.

Lisboa mil casas desmontáveis de fibrocimento e madeira, com instalação de água e esgotos e só entregues aos habitantes depois de *completamente mobiladas*⁵⁸⁶.

A 19 de Setembro de 1938 o decreto 29 011 dava início à construção do programa das escolas primárias⁵⁸⁷. Contudo, o plano de construção destes equipamentos escolares remontava a 1928, precisamente ao período de tempo em que Duarte Pacheco, enquanto Ministro da Instrução Pública, nomeara uma comissão multidisciplinar com o intuito de obter as informações necessárias ao estabelecimento da base organizativa das escolas normais primárias e procurando também encontrar a fórmula para a criação de um método rápido e eficaz de execução de edificações escolares⁵⁸⁸.

Aliás, Duarte Pacheco não deixaria de referir o facto no preâmbulo do decreto de 1938:

“Está no programa do Governo há alguns anos fazer estudar, aprovar e executar o plano geral de escolas primárias a construir em todo o País, para que possa ter definitiva solução o nosso velho problema de instrução primária. Já em 1928 foram dados os primeiros passos nesse sentido (...)”⁵⁸⁹

Mas referia mais. Lembrava que entre 1934 e 1935, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações em colaboração com o Ministério da Instrução Pública, retomara o estudo iniciado pela equipa de 1928 e conseguira:

“levá-lo a um estado de adiantamento que permitiu prever para 1936 o começo da execução do plano geral dos novos edifícios a construir.”⁵⁹⁰

Lembrava o ministro que dentro da orientação pedagógica traçada pelo Ministério da Instrução em 1928 e projectada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações até 1936, *quase tudo estava pronto*. E o quase tudo contemplava os projectos-tipo regionais, os orçamentos, os edifícios a construir ou a ampliar com a relação total do país, à excepção do distrito de Lisboa, concelho do Porto e cidades de

⁵⁸⁶ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 912 de 12 de Agosto de 1938.

⁵⁸⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 011 de 19 de Setembro de 1938.

⁵⁸⁸ *Vide Supra* ponto 3.1.

⁵⁸⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 011 de 19 de Setembro de 1938

⁵⁹⁰ *Idem*.

Braga, Coimbra, Guarda, Setúbal e Viana do Castelo, que eram alvo de estudos especiais⁵⁹¹.

Contudo, em 1936 dois factos alterariam o cenário político e a alteração teria efeito imediato no plano das construções escolares primárias: Duarte Pacheco seria afastado das Obras Públicas e Comunicações e o Ministério da Instrução Pública dava lugar ao Ministério da Educação Nacional. Este último facto, mais do que alterar o nome de uma tutela, alteraria os fundamentos do ensino e da educação. E as escolas primárias, os repositórios de saber, mereceriam um novo olhar e a reconsideração dos estudos prévios. O projecto construtivo de escolas primárias que ficou conhecido como o «plano dos centenários», só estaria concluído em 1941⁵⁹², contudo o diploma de Setembro de 1938 promoveria a retoma do projecto, nomeadamente nas escolas primárias a construir nos agrupamentos de casas económicas e de todos os edifícios que se encontravam em fase de construção.

A 7 de Outubro de 1938 e porque algumas das obras propostas para conclusão em 1940 se encontravam já em avançada fase de projecto, e haviam merecido já a aprovação do mesmo, autorizava o governo que Duarte Pacheco iniciasse as obras da estrada marginal e auto-estrada Lisboa-Cascais, bem como das obras do Estádio de Lisboa, com dispensa *de quaisquer formalidades legais*⁵⁹³. A 7 de Dezembro de 1938 a JAE recebia a dotação consignada no orçamento para que procedesse à construção da estrada marginal e da auto-estrada Lisboa-Cascais⁵⁹⁴.

No ano de 1939 manter-se-ia o ritmo dos trabalhos relativos aos planos gerais de melhoramentos urbanos, rurais e de abastecimento de água e saneamento. Os trabalhos relativos aos portos marítimos, aos correios e telégrafos e aos serviços eléctricos e hidráulicos por todo o país, mantinham também um ritmo constante. A par destes planos gerais, decorriam também as obras integradas no programa das realizações centenárias.

A 2 de Fevereiro era aprovado pelo governo um protocolo adicional ao contrato celebrado entre o Estado, a CML e as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade para a transferência da Fábrica de Gás e dos respectivos gasómetros das proximidades da Torre de Belém para a Matinha⁵⁹⁵.

⁵⁹¹ *Idem*.

⁵⁹² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 31 468 de 19 de Agosto de 1941. Sobre o tema VIDE BEJA, Filomena Marona et. al., *Muitos Anos de Escolas*, vol. I *Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*, Lisboa, Ministério da Educação – Direcção-Geral de Administração Escolar, 1990.

⁵⁹³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 043 de 7 de Outubro de 1938.

⁵⁹⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 227 de 7 de Dezembro de 1938.

⁵⁹⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 421 de 2 de Fevereiro de 1939.

A 25 de Maio era aberto um crédito para reforço das dotações consignadas no orçamento ao Palácio de Queluz e da Ajuda⁵⁹⁶.

A 5 de Setembro, após aprovação do projecto dos novos traçados da estrada marginal Lisboa-Cascais, era autorizado o levantamento e alteração da linha férrea na zona da avenida da Índia, no troço compreendido entre o Bom Sucesso e Alcântara.

Ainda em Setembro, no dia 29, a DGEMN era autorizada a celebrar contrato com uma empresa de construção, para execução das obras de fundação, superestrutura de betão armado e paredes da Estação Marítima de Alcântara⁵⁹⁷. Levantavam-se assim as caixas murárias *de uma estação marítima, pelo menos, no porto de Lisboa*, como anunciara em Março de 1938 o Presidente do Conselho⁵⁹⁸.

E no seguimento do mesmo programa, e porque importava o *estabelecer um certo número de pousadas em recantos provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou até hoje da necessidade de quem viaja ou passeia*⁵⁹⁹, a 4 de Novembro a mesma DGEMN era autorizada a celebrar contrato para a execução das obras de construção das Pousadas da Serra da Estrela, Vale do Vouga e Marão⁶⁰⁰.

No dia 13 de Novembro tinham início os trabalhos de reparação do Palácio dos Carrancas, no Porto, e sua adaptação a Museu Nacional Soares dos Reis⁶⁰¹.

O ano de 1940, ano das comemorações centenárias da Fundação e Restauração da Nacionalidade, não traria alterações ao ritmo funcional do MOPC. Mantinham-se todos os trabalhos relativos aos planos gerais de melhoramentos, aos planos das grandes obras públicas e novas iniciativas surgiam do gabinete de Duarte Pacheco.

A 13 de Julho era possível celebrar o contrato de execução da obra de tapamento do Caneiro de Alcântara.⁶⁰² Esta obra infra-estrutural de saneamento revelava-se de extrema importância, pois a ribeira de Alcântara que, desde a Falagueira de Monsanto ao rio Tejo corria a céu aberto, arrastava consigo todos os lixos e detritos industriais e domésticos da zona norte e ocidental da cidade, causando um grave problema de saúde pública. Urgia assim, criar um sistema de evacuação dos esgotos da cidade.

A 27 de Setembro o MOPC recebia uma dotação orçamental extraordinária de 20 mil contos destinada a intensificar os trabalhos públicos em todo o país, com especial

⁵⁹⁶ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 621 de 22 de Maio de 1939.

⁵⁹⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 945 de 28 de Setembro de 1939.

⁵⁹⁸ SALAZAR, António de Oliveira, *Op. Cit.*

⁵⁹⁹ *Idem, Op. Cit.*

⁶⁰⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 30 024 de 4 de Novembro de 1939.

⁶⁰¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 30 048 de 13 de Novembro de 1939.

⁶⁰² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 30 589 de 7 de Julho de 1940.

incidência no Alentejo e nos distritos de Braga, Porto, Viseu, Guarda e Setúbal⁶⁰³. Os trabalhos iriam incidir na construção e reparação de estradas, num projecto a realizar pela Junta Autónoma de Estradas e ainda obras em rios, cursos de água e costas marítimas, sob orientação da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos.

A mesma Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos ficaria encarregue, a 6 de Dezembro, de celebrar o contrato de execução da empreitada de melhoramentos nas praias da Costa do Sol⁶⁰⁴.

Do elenco de doze obras que compunham o exemplo do *poder realizador dos portugueses*, e à excepção Estádio Nacional, todas estiveram operacionais como palco ou cenário dos festejos, mas em verdade, nenhuma se concluíra a tempo das celebrações. Mas o programa das festas era extenso e variado e entre a luz e cor dos cortejos, todas as atenções se dirigiram a Lisboa de Junho a Dezembro de 1940. E de entre a variedade de eventos, o recinto expositivo criado à beira Tejo surgia numa magnitude inédita.

Na cerimónia de inauguração da Exposição Histórica do Mundo Português, o comissário geral Augusto de Castro diria:

“É a primeira vez que se realiza uma exposição de História. É a primeira vez no Mundo que se expõe, em imagens, os símbolos de uma Civilização”⁶⁰⁵

Ocupando esta cidade histórica uma área de cerca de 560 mil metros quadrados, na sua construção efémera trabalharam durante 11 meses 15 engenheiros, 13 arquitectos, 1000 estucadores, 5 mil operários e 129 serventes⁶⁰⁶. Concebida num plano regular em quadrilátero definido por duas alas perpendiculares ao Tejo: o Pavilhão dos Portugueses no Mundo e o Pavilhão de Honra e de Lisboa; a estes se seguiam numa distribuição regular os restantes pavilhões expositivos da História de Portugal, Fundação, Descobrimentos, Colonização, Brasil, Independência e Portugal em 1940.

As aldeias portuguesas e a secção colonial, a par da reconstituição material apresentariam figurantes, o centro regional e a exposição etnográfica materializavam

⁶⁰³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 30 765 de 27 de Julho de 1940.

⁶⁰⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 30 939 de 6 de Dezembro de 1940.

⁶⁰⁵ *Diário de Notícias*, 24 de Junho de 1940.

⁶⁰⁶ BARROS, Júlia Leitão de, “Exposição do Mundo Português” in *Dicionário da História do Estado Novo*, dir. J. M. Brandão de Brito e Fernando Rosas, vol. I, Círculo de Leitores, 1996, pp. 352-327.

nas intendências do quotidiano a unicidade do *ser português* e o Espelho de Água, a feira de atracções e a zona comercial emprestavam ao recinto um tom festivo e recreativo. Amarrada ao Tejo, a Nau Portugal, réplica de uma embarcação portuguesa de setecentos, bem como o Padrão dos Descobrimentos, reclamavam a herança do espírito navegador da alma lusa.

Para a efectiva execução deste projecto, o MOPC alterou o curso de uma linha férrea, expropriou terrenos, desalojou habitantes e demoliu considerável número de construções e, em 11 meses construiu uma cidade histórica feita de estuque, madeira, gesso e papel.

No acto de inauguração da exposição, Duarte Pacheco afirmaria:

“Erguer em escassos onze meses, com recursos diminutos – agravadas as dificuldades próprias do empreendimento com as que resultaram do conflito europeu e do inverno passado excepcionalmente rigoroso e prolongado – o quadro que os vossos olhos embevecidos vão contemplar dentro de momentos pode parecer um milagre, e é, sem dúvida, um êxito fulgurante.”⁶⁰⁷

O político reconhecia a Sá e Melo, comissário adjunto da exposição e a Cottinelli Telmo, arquitecto-chefe, a autoria da proeza:

“Os realizadores da Exposição foram o engenheiro Sá e Melo e o arquitecto Cottinelli Telmo. No risco e no complexo artístico da Exposição, Telmo, artista raro e talentoso, artista em tudo – artista nos olhos, nas mãos, artista na alma, no coração. Na organização e na execução, Sá e Melo, tenaz, incansável, calmo, modesto, oportuno, providente. Homenagem a eles primeiro.”⁶⁰⁸

Na cerimónia de encerramento Duarte Pacheco diria que a exposição fora *um sonho lindo*⁶⁰⁹, mas os planos do ministro eram reais e concretos e se a Exposição do Mundo Português tinha sido um sonho, a função futura do espaço que a recebera estava já programada no plano de obras do gabinete ministerial.

⁶⁰⁷ Vide Apêndice Documental, Documento 31.

⁶⁰⁸ *Idem.*

⁶⁰⁹ Vide Apêndice Documental, Documento 32.

Deste modo, a 8 de Setembro de 1941 o Ministério decretava a criação da CAPOPI, a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império⁶¹⁰. Pretendia-se que esta comissão, autónoma e de carácter eventual, elaborasse o plano geral, estudos e projectos das obras a realizar na Praça do Império e zona marginal de Belém, e que administrasse as obras de adaptação e ampliação necessárias ao conveniente aproveitamento dos pavilhões, instalações e arranjos ainda existentes no recinto da Exposição do Mundo Português.

O grupo de trabalho seria liderado por Sá e Melo e Cottinelli Telmo, dois dos colaboradores mais próximos do ministro, os mesmo que a 15 de Outubro iriam dirigir outra importante obra pública, a adiada Cidade Universitária de Coimbra⁶¹¹.

Ano de gestão do plano de obras em curso e do surgimento de novos projectos, 1941 seria também um ano de imprevistos e agravamento financeiro para o Ministério. A 15 de Fevereiro um ciclone assolara o país e os estragos e prejuízos eram avultados.

Em Lisboa, através de uma conversa via rádio, Duarte Pacheco tentava obter informações de terreno do Administrador Geral dos CTT do Porto, que 5 dias depois do desastre natural, dirigia na região norte os trabalhos de recuperação das linhas telefónicas⁶¹².

Informava o administrador que a situação pior se vivia abaixo de Albergaria-a-Velha, com uma extensão de 20 km de linhas telefónicas derrubadas, mas com possibilidades de reparação rápida pois entre Oliveira de Azeméis e a Mealhada estavam colocadas cinco brigadas de reparação, e aguardava-se ainda a chegada de mais duas brigadas de apoio da circunscrição de Braga.

Com extrema dificuldade de comunicação, dados os danos causados, ministro insistia na urgência de reparação da rede, com prioridade para a extensão Lisboa-Porto. Informava ainda Duarte Pacheco que já nessa manhã havia visitado o distrito de Santarém e *os estragos eram muito grandes*. Considerava o Ministro que a Administração Geral dos CTT de Lisboa ficava responsável pela reparação das linhas até Coimbra e incumbia à Administração do Porto a reparação a norte desse encontro.

Informava ainda o Administrador Geral que a cidade do Porto fora gravemente afectada pelo ciclone. Os danos materiais eram ligeiros, apenas a Faculdade de Ciências necessitaria de uns milhares de telhas pois o telhado havia sido levantado, contudo, os

⁶¹⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 31 502 de 8 de Setembro de 1941.

⁶¹¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 31 576 de 15 de Outubro de 1941.

⁶¹² RTP, Arquivo Histórico de Rádio, Subregistos, Conversa radiofónica entre Duarte Pacheco e o Administrador Geral dos CTT do Porto a 17 de Fevereiro de 1941.

danos nos cabos de electricidade haviam paralisado a estação elevatória do vale do Sousa, que fora totalmente destruída. O abastecimento de água à cidade havia sido interrompido e os reservatórios só garantiam caudal até ao final da tarde desse mesmo dia.

Informava ainda o Administrador que no Porto de Leixões não havia danos a registar, mas em Viana sim. De Lisboa informava o ministro que a Direcção Geral de Estradas considerava normalizado o serviço de viação, embora com ligeiros atrasos; os serviços de caminhos-de-ferro e rodoviário estavam também normalizados embora o transporte de correio entre Lisboa e Porto estivesse atrasado.

Se os registos documentais existentes nos permitem analisar o universo da acção política exercida por Duarte Pacheco, e se nos permitem ainda fazer a caracterização do seu método de trabalho, ou se os registos iconográficos e de imagens em movimento nos permitem a captação de momentos, de emoções, de linguagem corporal, o registo sonoro transporta-nos para uma outra dimensão: a humana. A voz, na composição do timbre, da entoação, da cadência do discurso, das interjeições, surge também como mais um documento da História.

Neste registo sonoro com a duração de 22 minutos, tornamo-nos ouvintes da acção fervilhante de um verdadeiro gabinete de crise e surge clara a forma serena mas determinada com que Duarte Pacheco lidera o «teatro de operações». A 20 de Fevereiro, uma semana após a passagem do ciclone, o gabinete do ministro abre um crédito para as despesas de reparação dos prejuízos causados⁶¹³. No espaço de uma semana o ministro tinha quantificados os estragos, planeadas as intervenções e orçamentadas as despesas.

A 26 de Junho de 1942 *estando quase concluídos os trabalhos de construção da estrada marginal e do primeiro troço da auto-estrada*, julga o político ser de conveniência incluir estes equipamentos, bem como o viaduto de Alcântara, no plano nacional de estradas⁶¹⁴.

E socorrendo-nos da expressão de Duarte Pacheco, também em 1942, outras duas *grandes obras públicas* estão em fase de conclusão: a Gare Marítima de Alcântara está apta a receber os *trabalhos de decoração do hall central*⁶¹⁵ e o Aeroporto de Lisboa

⁶¹³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 31 147 de 20 de Fevereiro de 1941.

⁶¹⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 32 108 de 26 de Junho de 1942.

⁶¹⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 32 191 de 12 de Agosto de 1942.

pode já receber a comissão administrativa que promoverá a abertura ao serviço público do tráfego aéreo civil⁶¹⁶.

No ano de 1943, a par da gestão dos planos de melhoramentos urbanos, rurais, de abastecimento de água e de saneamento, o Ministério manteve a bom ritmo o curso das obras públicas e de comunicações. Mas novos planos de obras estavam agendados.

A 11 de Junho o ministro havia ordenado a todas as administrações portuárias que promovessem a elaboração dos planos de arranjo e expansão dos portos em que exercessem a sua jurisdição⁶¹⁷.

A 1 de Julho Duarte Pacheco autorizaria a DGEMN a celebrar o contrato de obras de ampliação e transformação do edifício dos CTT dos Restauradores⁶¹⁸ e a 14 do mesmo mês abria um crédito orçamental para que a Administração Geral do Porto de Lisboa procedesse à construção do Aeroporto Marítimo⁶¹⁹.

No domínio da regulamentação interna do Ministério, a 1 de Maio de 1943 Duarte Pacheco dava nova redacção ao artigo 10º do decreto 23 398 que promulgava a reorganização do Conselho Superior de Obras Públicas. Assim sendo, se a 23 de Dezembro de 1933 se considerara que:

“o Ministro das Obras Públicas escolherá livremente o Presidente do Conselho de entre os vogais das alíneas a) e b) do artigo 4º”.⁶²⁰

ou seja, de entre os oito engenheiros inspectores do quadro técnico de obras públicas do CSOP ou de um engenheiro inspector do quadro de engenheiros electrotécnicos do MOPC. Com a revisão à lei, passava agora o Ministro a escolher o presidente do Conselho:

“de entre os vogais da alínea a) e b) do artigo 4º ou de entre os professores referidos na alínea e) do mesmo artigo que tenham a qualidade de engenheiros inspectores, embora não se encontrem na situação de efectividade em relação a este último cargo”.⁶²¹

⁶¹⁶ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 32 323 de 15 de Outubro de 1942.

⁶¹⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 32 842 de 11 de Junho de 1943.

⁶¹⁸ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 32 892 de 1 de Julho de 1943.

⁶¹⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 32 901 de 14 de Julho de 1943.

⁶²⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 398 de 23 de Dezembro de 1933.

⁶²¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 32 737 de 1 de Maio de 1943.

Na prática, esta alteração significava que o Ministro das Obras Públicas e Comunicações passaria a poder escolher o presidente do CSOP de entre os professores do Instituto Superior Técnico ou da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sem a necessidade vinculativa de ter de escolher o presidente do organismo consultivo do Ministério de entre os funcionários do quadro. Com esta alteração, Duarte Pacheco colocava no mesmo patamar de valência legal do douto CSOP os engenheiros inspectores de carreira no quadro da administração pública e os professores do ensino técnico superior que leccionavam Engenharia.

Na prática, Duarte Pacheco optaria obviamente, por escolher o presidente do CSOP fora dos quadros do Ministério. Podendo optar entre um engenheiro técnico e burocrata ou um engenheiro docente, permanentemente actualizado nos domínios da prática e do ensino da Engenharia, o ministro escolheria o segundo. E, na escolha do presidente do CSOP podendo também optar pelo recrutamento de entre o Instituto Superior Técnico e a Faculdade de Engenharia da Faculdade do Porto, o ministro escolheria o IST.

A 2 de Junho de 1943 Duarte Pacheco presidia à sessão plenária do Conselho Superior de Obras Públicas e, acompanhado dos seus assessores, do Subsecretário de Estado e do Secretário Geral do Ministério, ali estava para:

“dirigir ao novo Presidente do CSOP, saudações e votos das maiores felicidades no desempenho do seu alto cargo (...) O CSOP muito apreciará ter como Presidente um engenheiro que é grande entre todos os engenheiros: António Vicente Ferreira.”⁶²²

Duarte Pacheco reconhecia assim ao IST a maior das autoridades técnicas e científicas no domínio dos trabalhos de Obras Públicas e Comunicações, ao fazer valer em força de lei, a presidência do seu douto parecer em todos os projectos que para tal fosse consultado.

Obviamente que, a par do reconhecimento da excelência de ensino praticado no IST, a alteração à lei protagonizada por Duarte Pacheco, trazia em si uma manobra política. António Vicente Ferreira, que fora seu professor e depois seu colega na docência do IST, era, sobretudo, um dos seus homens de confiança e, se em tantos

⁶²² Arquivo e Biblioteca do Conselho Superior de Obras Públicas, Livro de Actas das Sessões Plenárias, Actas Nº 6, 2 de Junho de 1943.

outros organismos do Ministério estavam colocados os homens de confiança do ministro, a presidência do CSOP revestia-se de uma importância extrema, uma vez que este órgão consultivo e deliberativo, embora não podendo vetar qualquer projecto apresentado pelo gabinete ministerial, podia atrasar consideravelmente a sua concretização, como havia já acontecido com algumas obras, com foi caso das Gares Marítimas⁶²³.

Esta alteração à lei que verificamos na nova redacção que Duarte Pacheco dá ao artigo 10º do decreto que promulgava a reorganização do CSOP, vem ao encontro da forma como o político sempre se colocou no domínio das suas actuações. Duarte Pacheco procurou sempre munir-se de uma equipa de colaboradores pequena em número mas coesa na actuação. E, ao longo dos quase vinte anos que compõem a vida pública deste homem, constatamos que todos estes colaboradores estiveram em permanência colocados nos órgãos decisórios do trajecto de Duarte Pacheco.

Se em 1923, data da conclusão do curso em Engenharia no IST, Duarte Pacheco podia entrar nos serviços da CML e ter ao seu dispor os dados necessários para a prospecção de dados fundiários da cidade de Lisboa, uma vez que o seu professor amigo pessoal Caetano Beirão da Veiga havia sido eleito vereador camarário, em 1925, outro seu professor e amigo, Aureliano de Mira Fernandes, abdicava de leccionar uma das disciplinas que tinha a cargo para que o seu pupilo pudesse integrar o quadro docente do IST.

E se em 1927, já director do IST, Duarte Pacheco negociara com a CML a compra e permuta de terrenos necessários à concretização do projecto das novas instalações do Técnico, em 1928, Vicente de Freitas, aquele que um ano antes fora presidente do município de Lisboa, era agora chefe de governo, e Duarte Pacheco faria parte da sua equipa governativa como Ministro da Instrução Pública.

Em 1928, empossado ministro, Duarte Pacheco dirigir-se-ia a Coimbra para levar a Oliveira Salazar a garantia política da condição governativa do país. Dias depois os dois políticos seriam membros do mesmo governo. E em 1932 Oliveira Salazar, já chefe de governo, não esqueceria o carisma do engenheiro republicano da ala desenvolvimentista e escolhia Duarte Pacheco para a liderança do projecto de construção das obras públicas e comunicações do país. E nos 26 meses que Duarte Pacheco esteve afastado do Terreiro do Paço, as obras em curso reflectiram a sua

⁶²³ *Vide Infra*, Capítulo 4, ponto 4.2.

ausência, e *porque em política o que parece é*, e o verdadeiro ópio do povo reside na contemplação da obra feita, em 1938 Duarte Pacheco, não dando garantias de descrição e subserviência, dava garantias de realização e entre a vontade e a necessidade, o Chefe do Governo condescendeu à segunda opção.

A obra pública de Duarte Pacheco tem uma dimensão esmagadora no número, na consistência, na abrangência e na transversalidade de formas, temas e programas. Das propostas de reformas educativas e dos projectos de apoio social à educação ou dos programas das edificações escolares, a acção política de Duarte Pacheco nos sete meses que liderou o gabinete da Instrução Pública, abriu novas perspectivas à condição legal, processual e material do ensino.

No Ministério das Obras Públicas e Comunicações Duarte Pacheco realizou uma obra verdadeiramente estrutural. Da reorganização do Ministério e organismos dele dependentes, à produção normativa e construtiva, o seu legado é absolutamente impressionante. No domínio das Comunicações os portos marítimos de Leixões, Viana do Castelo e Setúbal, foram alvo de uma profunda reorganização e nova equipagem. Só neste programa infra-estrutural e até 1939, o Ministério absorveu 40% do seu orçamento. No domínio das vias de comunicação, de entre estradas nacionais, municipais e vicinais, pontes e viadutos, foram construídos cerca de 500 quilómetros de extensão. Acresce o facto de que este plano rodoviário não se circunscreveu unicamente ao factor quantitativo. Os perfis das estradas construídas apresentaram um salto qualitativo na medida em que existiu a preocupação de enquadramento paisagístico e inserção urbanística dos traçados.

As obras de hidráulica agrícola permitiram uma maior extensão de terrenos produtivos e os trabalhos hidroeléctricos permitiram o reforço do abastecimento eléctrico doméstico, comercial e industrial.

No domínio dos programas arquitectónicos a actuação ministerial de Duarte Pacheco foi também transversal e abrangente.

Na Educação todos os níveis de ensino foram contemplados com novas construções escolares. Das creches às escolas primárias e liceus, dos institutos às universidades, a preocupação do Ministério não se revelou unicamente com o «levantamento de paredes», procurou-se pensar e construir cada escola com a organicidade que Duarte Pacheco defendia já em 1928: a zona pedagógica.

No domínio das Construções Hospitalares o Ministério deu início à construção dos equipamentos necessários ao serviço nacional de assistência médica e abarcou

várias áreas de intervenção. Do posto de vacinação ao sanatório terapêutico, do centro radiológico ao hospital escolar, verificou-se a construção programada nas várias escalas e nas mais diversas dimensões regionais.

O programa habitacional e também os programas de abastecimento de água e saneamento, mereceram do político a maior preocupação. Na vigência dos dois mandatos ministeriais, o volume de documentação produzida reflecte a profunda mudança na *questão sanitária do País*⁶²⁴. Duarte Pacheco concentrou meios e moveu inúmeros esforços para levar a cabo as obras de saneamento básico e abastecimento de água potável aos dezoito distritos do continente.

A par da política de restauros monumentais, realizada por um dos organismos dependentes do Ministério, a DGEMN, o gabinete ministerial de Duarte Pacheco concentrou também tempo e verbas consideráveis na beneficiação e na construção dos repositórios do património móvel: os museus.

E se a obra pública de Duarte Pacheco passou também pela acção política dirigida ao património móvel e imóvel, é ainda de considerar a sua acção na valorização do património natural e paisagístico. Neste último domínio, o pontuado das estradas ou a implantação das primeiras pousadas portuguesas revelam a minúcia que, no gabinete de trabalho do ministro era dada a cada projecto. Esse mesmo projecto que encerrava em si, a parte indivisível do todo.

E neste todo é importante não esquecermos a equipa. Duarte Pacheco foi um político hábil. Como atrás dissemos, em cada um dos momentos decisórios de uma possível ascensão, o político ascendeu, porque em cada um desses momentos algum dos seus semelhantes intercedeu.

Mas em política a sorte não existe, a sorte faz-se e Duarte Pacheco percebeu cedo que em política só se sobrevive e ainda assim com uma equipa. E a sua maior força, a sua maior autoridade advinha da equipa que formou. Uma equipa plural de técnicos especializados no domínio da engenharia e da arquitectura. A esta equipa restrita, com acesso directo ao gabinete ministerial, tinham também acesso os técnicos especializados em cada uma das áreas de actuação do Ministério. E eram os engenheiros, os arquitectos e os técnicos especializados que compoem as «comissões administrativas de obra» dos projectos exarados pelo MOPC, compunham de facto o gabinete ministerial e actuavam pelo país numa frente construtiva incansável.

⁶²⁴ Expressão inúmeras vezes utilizada por Duarte Pacheco nos preâmbulos aos decretos-lei e aos despachos ministeriais.

Duarte Pacheco não foi um homem viajado. Pelo país viajou muito, literalmente até à morte, mas do país só saiu uma vez, na companhia de Pardal Monteiro para ver Paris, Roma e Nápoles. Mas Duarte Pacheco, que não viveu o suficiente para viajar, percebeu cedo que era importante colher informações no exterior, saber de outras experiências e aprender com os exemplos. E por isso insistiu na formação externa dos licenciados do Técnico, e pela mesma razão, já ministro, enviou os engenheiros e os arquitectos ao exterior em comissões de estudo. E porque era necessário construir escolas, hospitais, pontes, viadutos, gares, museus, prisões e teatros, com os engenheiros e os arquitectos seguiram a colher elementos, técnicos tão distintos como professores, médicos, historiadores ou conservadores. E neste gabinete ministerial, para além da pluralidade de ofícios, houve também lugar à pluralidade de gostos e de ideias. O traço de Cottinelli, o de Carlos Ramos ou de Keil do Amaral conviveram em harmonia. E a engenharia militar de Eduardo Rodrigues de Carvalho não colidiu nunca com a engenharia de pontes de Barbosa Carmona ou com a engenharia de construções de Guimarães Lobato.

Do mesmo modo que no segundo capítulo deste trabalho tentámos recuperar a memória processual que encerra na construção do IST nas suas várias frentes de afirmação no Portugal do segundo quartel do século XX, fase intrinsecamente ligada à direcção escolar e actuação política de Duarte Pacheco, neste terceiro capítulo tentámos de igual modo trazer à luz das considerações históricas a mesma memória processual que explica a obra realizada pelo mesmo homem nos Ministérios da Instrução Pública e Obras Públicas e Comunicações, bem como na Câmara Municipal de Lisboa.

A obra construída pelo ministro é evidente e inegável, contudo, o modo, a cadência, o método, os avanços e os recuos, as hesitações ou as cedências, são elementos que consideramos tão decisórios na configuração final na obra construída quanto uma directiva da Presidência do Conselho de Ministros ou a rigidez de uma dotação orçamental fixa.

Em momentos muito particulares da História, os elementos e as circunstâncias parecem querer convergir num agente ou objectivo comuns. E no que à Obra Pública e às Comunicações confere, houve de facto um momento de convergência em harmonia: unicidade política, económica, técnica, tecnológica e humana. Existiu um homem que criou um gabinete de trabalho que não existiu antes e não existiu depois. Sem a força do Estado e da Lei que teve ao seu dispor, Duarte Pacheco não teria construído o que construiu. Mas com as condições que lhe foram permitidas e com as condições que ele

próprio instituiu a partir do seu gabinete de trabalho, construiu quase ininterruptamente durante vinte anos. E se em História um quarto de século é uma geração, Duarte Pacheco construiu uma geração de país.

Com o braço forte e centralizador da lei, Duarte Pacheco teve ao seu dispor uma máquina legal que lhe permitiu a criação de uma blindagem orçamental inédita. Relembremos que ao abrigo do Fundo de Desemprego o ministro conseguiu, através da tributação mensal obrigatória de 2% do rendimento dos assalariados do empresariado, do comércio e da indústria; 1% do mesmo valor retirado a todas as entidades empregadoras dos mesmos ramos, 2% a todos os administradores e profissionais liberais e 2% a todos os proprietários rurais e urbanos, obteve o Ministério um financiamento paralelo e acrescido àquele que normalmente lhe provinha da dotação orçamental anual. Relembremos ainda que o decreto que criou este Fundo criou também um Comissariado encarregue da gestão da mão-de-obra necessária ao plano de obras definido pelo gabinete ministerial.

Mas se o Fundo e o Comissariado do Desemprego tiveram um papel decisório no custo real das obras a realizar, a mesma força de lei que permitira a sua criação, criaria também uma outra figura legal imprescindível à rápida execução das obras exaradas pelo gabinete ministerial: a expropriação sem recurso por parte do expropriado. E a mesma lei, autoritária e surda, permitiria ainda a revogação ou alteração de contratos, sempre a favor do Estado e nunca a favor dos concessionários.

Se a este braço forte da lei, característico de um regime autoritário, acrescentarmos um método de trabalho minucioso, como foi o método de trabalho de Duarte Pacheco, temos encontrada a memória processual dos trabalhos realizados num instituto público, numa câmara municipal e em dois ministérios.

Sem o braço forte da lei pouco teria sido possível, mas o método de trabalho do ministro explica a capacidade de concretização que o seu gabinete teve e outros não tiveram, ainda que ao seu dispor tivessem a mesma malha legal.

Demonstrámos que no Ministério da Instrução Pública, no Ministério das Obras Públicas e Comunicações e na Câmara Municipal de Lisboa, o método de trabalho de Duarte Pacheco, ainda que adaptado a cada uma das realidades, não diferiu nunca no modelo. Primeiramente o político instituiu uma fase de regulamentação interna. Seguidamente procedeu à fase projectual e posteriormente instituiu a fase administrativa.

Nas palavras do ministro existia *um plano metódico de realização em todo o país*, e para a execução plena desse plano metódico o político, estando munido de uma malha legal centralizadora, procedeu à regulamentação de funcionários e serviços. Na fase projectual criou comissões de estudo que conceberam propostas de soluções viáveis às necessidades relevadas nos trabalhos de diagnóstico e posteriormente, na fase administrativa, geriu técnica e financeiramente a construção das soluções.

Como o ministro afirmara, o plano metódico de realizações obedecia a três princípios: coordenação, unidade e eficiência. A coordenação era estabelecida pelo gabinete ministerial. A unidade tinha já sido por ele definida no período de regulamentação, na tal fase reguladora, de «acalmia», como definia o próprio. E a eficiência existia porque do gabinete ministerial eram lançadas equipas de trabalho precisas e com objectivos traçados.

Dos elementos que conseguimos recolher, depreende-se que mais do que autoritário, Duarte Pacheco seria um homem exigente. Exigente até ao esgotamento, como o próprio afirmava. Mas para os poucos que tendo trabalhado com ele ainda resistem ao tempo, pronunciar o nome Duarte Pacheco é provocar um sorriso, que antecede uma catadupa de histórias com peripécias num gabinete de trabalho onde parecia existir sempre luz.

Talvez um hábito que o próprio ministro tenha levado do Técnico para o Terreiro do Paço. A todas as horas do dia e da noite há sempre uma luz numa qualquer sala do Técnico. No Terreiro do Paço as luzes passaram a apagar-se cedo, há muito tempo.

No dia 15 de Novembro de 1943 Duarte Pacheco assinava o último dos decretos: o decreto 33 237. Mais um reforço de dotação orçamental, mais uma obra. No dia seguinte, o decreto era publicado no Diário do Governo e, logo pela manhã, Duarte Pacheco saíria de Lisboa com destino a Vila Viçosa, a visitar uma outra obra. Voltaria ao final da tarde para a reunião do Conselho de Ministros.



38. Duarte Pacheco com o Coronel Vicente de Freitas, 1928.



39. Na cerimónia em que tomou posse do cargo de Ministro do Comércio e Comunicações, 5 de Julho de 1932.



40. Na inauguração do Monumento ao Marquês de Pombal, 13 de Maio de 1934.



41. Cerimónia de posse de Duarte Pacheco como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 1 de Janeiro de 1938.



42. Na cerimónia em que tomou posse do cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações pela segunda vez, 25 de Maio de 1938.



43. No Parque Florestal de Monsanto com o Presidente da República, 1938.



44. Cerimónia de Inauguração do Bairro da Quinta da Calçada, 1939.



Carlos, 1939.

45. Vistoria às obras de restauro do Teatro Nacional de S.



1942.

46. Visita ao Aeroporto da Portela,



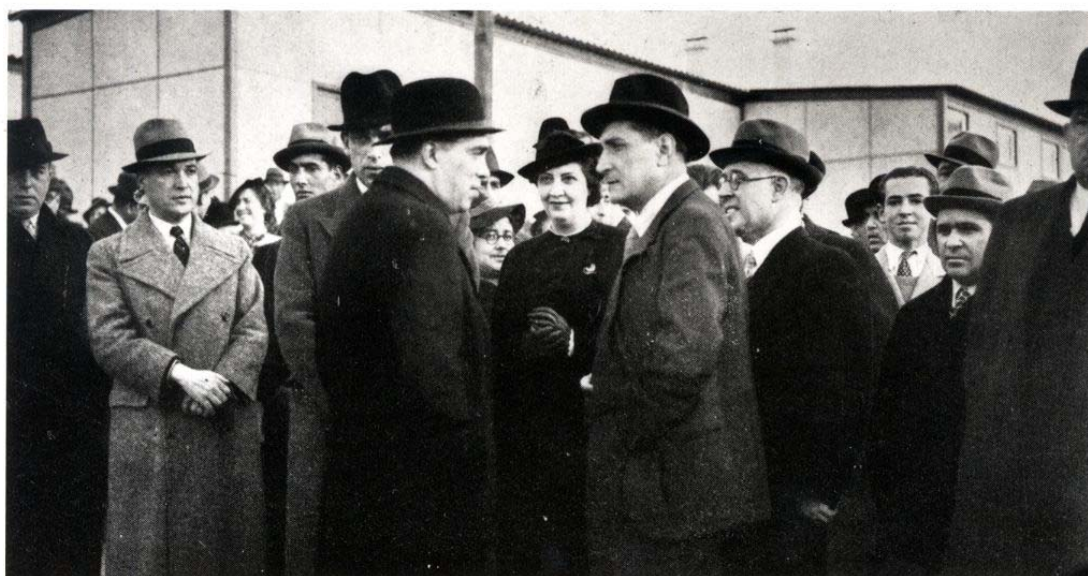
47. Duarte Pacheco e Roberto Espregueira Mendes. Ministro e Sub-Secretário de Estados das Obras Públicas e Comunicações, 1941.



48. Duarte Pacheco no Aeroporto da Portela, com Eduardo Rodrigues de Carvalho, 1942.



49. Duarte Pacheco com Óscar Carmona, Oliveira Salazar e Eduardo Rodrigues de Carvalho, 1943.



50. Duarte Pacheco com Oliveira Salazar e Eduardo Rodrigues de Carvalho, s/d.

Capítulo 4

Pensar Lisboa

Capítulo IV. Pensar Lisboa

De Outubro de 1917, data da matrícula de Duarte Pacheco como aluno do primeiro ano do curso de Engenharia Geral do IST, a Novembro de 1943, data das exéquias do ministro, a cidade de Lisboa foi simultaneamente palco e espectador preferencial da obra pública do político.

Dotado de uma aptidão natural para vislumbrar a viabilidade onde a maioria via o inalcançável, Duarte Pacheco, decerto na forma mais incómoda do politicamente correcto ao tornar pública a propriedade privada, provou ser possível construir uma cidade de forma planeada. A construção do novo IST na Alameda poderá ter constituído o motor de arranque da situação, mas se este feito catapultou Duarte Pacheco para as mais altas esferas políticas, as do poder de decisão e de execução, este manteve-se e produziu obra por mérito próprio. A História da Política Portuguesa tem-nos provado que chegar a ministro é afinal bem mais fácil do que parece. Permanecer ministro implica já um estofo permitido a um grupo menor e governar em prol da causa pública parece ser um exercício de poder extremamente difícil. Para Duarte Pacheco chegar a ministro foi fácil pois conseguiu-o com 28 anos de idade. E embora tendo falecido precocemente aos 43 anos, demonstrou também que os trajectos políticos são feitos de avanços e recuos, de demissões, afastamentos e retomas políticas. Contudo, Duarte Pacheco soube exercer o ministério do poder político como poucos: não defendendo interesses próprios ou de classe, defendeu a viabilidade futura de Lisboa e com ela do país e dos cidadãos.

Ao contrário do propalado por António Ferro e propagandeado pelo discurso político do Estado Novo, Duarte Pacheco demonstrou ao longo de toda a sua actividade política que não teve sonhos nem foi acometido de visões. O político soube pensar Lisboa como uma cidade estruturada por eixos viários, equipada com espaços verdes, museus, escolas primárias, liceus e universidades, hospitais, mercados, gares, pontes, viadutos, aeroportos e demais infra-estruturas inerentes à funcionalidade orgânica a que qualquer cidade deve responder.

No presente capítulo, como nos anteriores, mais do que tratar estética ou formalmente a obra de Duarte Pacheco na cidade capital, procuraremos recuperar e reconstituir a memória processual que lhe deu origem.

4.1. Desenho Urbano: o grau zero da obra

O terramoto ocorrido em Lisboa no dia 1 de Novembro de 1755 fez desabar a capital de um reino que se vinha construindo há cinco séculos. Este cataclismo natural que numa proporção catastrófica varreu vidas e edifícios, permitiu contudo o reequacionar de uma capital de império que desde o século XVI muito crescia mas que estruturalmente construída numa intrincada malha medieva, resistia à tão necessária mudança⁶²⁵.

Removidos corpos e escombros, demolidas as construções em risco de desmoronamento, e progressivamente retomadas as actividades administrativas inerentes a uma capital de reino e sede de império, tornou-se imperativo reerguer a cidade, tomando-se como ponto de partida a zona ribeirinha do Terreiro do Paço. De entre seis propostas pensadas, uma seria aprovada. Um plano gizado na Sala do Risco, estruturado em dois módulos: uma primeira esquadria regular do rio ao largo do Rossio e uma segunda esquadria, lançada a Oeste, com módulos maiores e articulados à volumetria da calçada de S. Francisco, surgia assim como o plano eleito na solução das diferenças de cotas inerentes ao decline natural da zona mais afectada pelo sismo de 1755.

O Alvará de 12 de Maio de 1758 determinou o início dos trabalhos de reconstrução e na cidade baixa foram-se erguendo quarteirões desenhados por frentes de rua repetidas em lote, numa multiplicação hierarquizada em três categorias de vias principais, secundárias e travessas a que se denominou de desenho pombalino⁶²⁶. A par desta construção normalizada a cidade também se foi construindo pelo Chiado, pela Lapa, Santa Isabel, Campo de Ourique, Campolide, Junqueira e Ajuda, numa soma de terrenos livres de outras edificações e da norma construtiva imposta na cidade baixa⁶²⁷.

No dealbar de Oitocentos, e volvido quase meio século, Lisboa reorganizara-se de forma singular: uma zona baixa estruturada e erudita, e uma nova zona crescida a

⁶²⁵ ROSSA, Walter, “No 1º Plano”, in *Lisboa 1758 O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa, catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp. 24-81.

⁶²⁶ SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos, *A Baixa Pombalina. Passado e Futuro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

⁶²⁷ Sobre a Lisboa construída depois do terramoto Vide ROSSA, Walter, *Além da Baixa. Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa, IPPAR, 1998.

ocidente, espontânea no risco das edificações populares ou aristocratas que haviam acolhido uma população receosa do regresso à zona de memória sinistrada⁶²⁸.

Se a pureza de linhas iluministas impressa no desenho pombalino dotara a cidade de novos edifícios e novas linhas de expansão citadina, o toque romântico do século XIX iria dotar a cidade de uma série de equipamentos votados ao culto da arte e da natureza: os teatros e os jardins. O Passeio Público e os jardins da colina de S. Pedro de Alcântara, Príncipe Real, Estrela ou Santa Catarina, concorriam agora em importância com os Teatros de S. Carlos ou de D. Maria II.

A 31 de Dezembro de 1864, mais de um século volvido sobre a concepção do primeiro plano de ordenamento urbano, surgia um diploma que ditava a necessidade de criação de *Planos Gerais de Melhoramentos* para as principais cidades e vilas, contudo, apenas obrigatório em Lisboa e no Porto⁶²⁹. Considerando o documento que os aspectos de higiene e circulação deveriam de ser valorizados, dava-se assim início ao condicionamento do alinhamento das construções, altura e servidão dos edifícios.

Em Lisboa, a comissão nomeada para a elaboração do *Plano geral de melhoramentos da Capital* proporia o embelezamento de Lisboa com a criação de dois boulevards, um ao Passeio Público e um outro na zona ribeirinha. Contudo, nenhuma destas propostas avançava com projectos arquitectónicos⁶³⁰. Em 1874, sob a direcção de Frederico Ressano Garcia (1847-1911) a Avenida da Liberdade implantava-se sobre os mesmos terrenos até então ocupados pelo Passeio Público, abrindo caminho a uma nova fase de crescimento da cidade. Ressano Garcia, tomaria esta artéria da cidade como ponto referencial de um plano de extensão da cidade para norte, o plano por norma conhecido como *Avenidas Novas*⁶³¹.

Em 1899 o *Plano das Avenidas Novas* era aprovado dando-se assim início a uma nova orgânica de cidade: na sequência da Avenida da Liberdade, era rasgada a noroeste a Avenida Fontes Pereira de Melo, dando esta artéria sequência a uma outra, rasgada a norte até ao Campo Grande, actual Avenida da República. Na prática, o plano e extensão de Ressano Garcia revelava-se inovador e inesperado. Por um lado, e sob risco organizado, a cidade que sempre se construía em função do rio, parecia agora crescer

⁶²⁸ SILVA, Raquel Henriques, “Lisboa reconstruída e ampliada (1758 - 1903)”, in *Lisboa 1758 O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa, catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp. 127-168.

⁶²⁹ Decreto de 31 de Dezembro de 1864.

⁶³⁰ SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

⁶³¹ SILVA, Raquel Henriques, *As Avenidas Novas de Lisboa 1900-1930*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

de costas voltadas ao Tejo. Por outro lado, o rasgar das novas avenidas, permitindo a fixação e o crescimento nos terrenos orientais da cidade, vincava em definitivo o traçado primário da cidade de Lisboa, uma cidade com uma artéria central, a Avenida da Liberdade, eixo referencial da Lisboa oriental e ocidental⁶³².

Sob o conceito de desenho urbano, o *Plano das Avenidas Novas* revelou-se absolutamente eficaz, contudo, como sucedera já no caso do *Plano de melhoramentos da Capital*, em termos construtivos não existiu qualquer princípio normativo.

Pelos finais de Oitocentos e no início do século XX surgiram as mais diversas propostas de embelezamento e equipagem da cidade, onde não faltavam pontes, funiculares e túneis e, em 1911, Miguel Ventura Terra retomava a ideia de uma Lisboa ribeirinha e propunha a construção de uma magestosa avenida de Santos ao Terreiro do Paço. Em 1927 Jean Claude Forestier (1861-1930), convidado a estudar o desenvolvimento da cidade, apresentaria nova proposta de uma avenida marginal ao Tejo e uma outra para a extensão da Avenida da Liberdade, ao Parque Eduardo VII⁶³³.

A cidade continuava a ser pensada, contudo, a espaços e não como uma malha orgânica, construída e planeada em continuidade. Na falta de um princípio normativo e regulador, Lisboa entrara no século XX como uma cidade à mercê de proprietários fundiários que, tendo a liberdade de qualificar o solo, definiam não só o seu uso como o tipo de edifícios a implantar. Na construção desta Lisboa do novo século a participação dos arquitectos era rara e cruamente despida em números. Em 1932, de um total de 600 projectos aprovados, apenas 10 tinham a assinatura de arquitectos, como constatava Paulino Montez no *Diário de Lisboa*⁶³⁴.

Esta Lisboa do Chiado fervilhante de senhoras e janotas, de moças, poetas e jornalistas, das ruas da Baixa e do Arsenal apinhadas de carvoeiros e escriturários, era uma Lisboa também vivida por Duarte Pacheco desde 1917. Curiosamente, se percorrermos os trajectos e os tempos de fixação do próprio na cidade, encontramos também os pólos de fixação de uma Lisboa em evolução. Tanto assim que chegado à capital para frequentar o IST no ano lectivo de 1917-1918, Duarte Pacheco vai morar à Rua do Século, num quarto partilhado com o irmão Humberto. Da Rua do Século à Boavista, onde estava instalado o Técnico e com ele toda uma miríade de instalações

⁶³² *Idem*, “Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903)”, in *Lisboa 1758 O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa, catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp. 162-163.

⁶³³ Sobre a questão da Lisboa ribeirinha *Vide Infra*, ponto 4.2.

⁶³⁴ *Diário de Lisboa*, 21 de Agosto de 1933, nesta perspectiva citado por FRANÇA, José-Augusto, *Os Anos Vinte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, página 239, nota 5.

industriais, o trajecto era curto e acessível ao passo rápido do jovem estudante. Por outro lado, a Rua do Século, em pleno Bairro Alto, pulsava de redacções de jornal e de opiniões políticas e albergava também as instalações do *Diário de Notícias*, a cuja redacção Duarte Pacheco tinha livre acesso, pois era amigo pessoal de Eduardo Schwalbach, director do *DN* e de Caetano Maria Beirão da Veiga, professor do IST e Administrador Delegado da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária e editora do mesmo jornal. Como referimos também em capítulo anterior, em 1923 Caetano Maria Beirão da Veiga foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Pelo mesmo ano Duarte Pacheco terminava a formação em Engenharia Electrotécnica no IST, assistia o irmão na actividade seguradora e tinha livre acesso às repartições camarárias que continham informações relativas a propriedades e proprietários: informações que se revelariam preciosas na escolha do local sobre o qual, a partir de 1927, Duarte Pacheco trabalharia com Porfírio Pardal Monteiro a implantação das novas instalações do IST.

Nestes decisivos cinco anos que medeiam entre 1923 e 1927 Duarte Pacheco encontra na CML as melhores condições para levar a cabo o projecto de edificação da nova escola de engenheiros, pois tem acesso privilegiado aos serviços camarários e consegue assim, antecipar-se, senão mesmo definir a nova linha de progressão do mercado imobiliário. Mas outro factor joga a seu favor: o facto de a própria CML, embora *prevendo no plano municipal uma vasta alameda*⁶³⁵, *não ter projecto nem ideias para a extensa zona que se estende do Arco do Cego à Almirante Reis*⁶³⁶. Neste propósito específico, o facto de a construção da cidade ser em grande parte decidida pelo peso dos proprietários fundiários, e serem estes a definir o uso e o tipo de edifícios a implantar, foi circunstância que jogou a favor do jovem político pois também ele, na posse de terrenos pode definir livremente a tipologia e a volumetria da sua pretensão, contudo, anos depois, no desempenho do cargo de presidente da CML, Duarte Pacheco alteraria por completo este quadro e passaria a ser a instituição camarária a decidir o processo construtivo da cidade, como adiante veremos.

Convém ainda referir que 1927, ano de todas as decisões no arranque da construção das novas instalações do IST, Duarte Pacheco, à data já director do Técnico, encetou todas as negociações de compra e permuta de terrenos com a presidência da

⁶³⁵ MONTEIRO, Porfírio Pardal, “O Problema Arquitectural do I.S.T”, in *Técnica*, Revista da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Lisboa, Maio de 1938, pág. 116.

⁶³⁶ ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes – “Restauração” e “Celebração”*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pág. 397.

CML, então liderada pelo coronel Vicente de Freitas. O mesmo que em 1928 convidaria Duarte Pacheco a desempenhar o cargo de Ministro da Instrução Pública mas o mesmo que, em 1927, convidara Forestier a debruçar-se sobre as questões inerentes ao desenvolvimento da cidade. O conceituado arquitecto francês não trabalharia Lisboa na sua globalidade, antes propunha a criação de dois boulevards, um deles bem perto da nova residência do director do IST, que vivendo agora na Rua Filipe Folque, estava a um fôlego do parque Eduardo VII.

Na teia de relações em que Duarte Pacheco se movia, é mais do que provável que tenha travado conhecimento com Forestier e decerto as conversas terão fluído no âmbito da planeada intervenção construída da cidade, porquanto por esta data, também o jovem director do técnico dirigia uma obra geradora de novas posições de fixação no espaço urbano, o próprio IST.

Forestier deixaria Lisboa e Duarte Pacheco continuaria na direcção do Técnico até 1932, ano em que seria empossado Ministro do Comércio e Comunicações. Cinco dias depois o mesmo ministério, reforçado nas atribuições, na lei orgânica e nos objectivos, passaria a denominar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Não faltaria muito tempo para que o ministro tomasse em mãos a urbanidade de Lisboa e do país, estando o primeiro ensaio a menos de um ano de distância: no caso, no Plano da Costa do Sol.

4.1.1. O Plano da Costa do Sol

“Devaneio entre Cascais e Lisboa. Fui pagar a Cascais uma contribuição do patrão Vasques, de uma casa que tem no Estoril. Gozei antecipadamente o prazer de ir, uma hora para lá, uma hora para cá, vendo os aspectos sempre vários do grande rio e da sua foz atlântica. O comboio abranda, é o Cais do Sodré. Cheguei e Lisboa, mas não a uma conclusão”.

Fernando Pessoa, *O Livro do Desassossego*, 1913-1935.

Decretado a 10 de Abril de 1933⁶³⁷, o Plano de Urbanização da Costa do Sol (PUCS), surgia como documento político de valorização da região da Costa do Sol, a faixa costeira delimitada entre Lisboa e Cascais.

Esta faixa costeira, dotada de capacidades terapêuticas invulgares, era há muito conhecida e valorizada. Embora a primeira brochura publicitária relativa a uma estância termal do Estoril surja apenas em 1832, os relatos históricos da utilização terapêutica desta região datam do século XVII. Seria contudo nos finais do século XIX, que a sua valorização viria a assumir proporções irreversíveis. Desde logo, e seguindo uma tendência romântica e higienicista observada nas congéneres casas reais europeias - que encaravam a permanência periódica na orla marítima como factor de benefício ao espírito e ao corpo, afirma-se a predilecção d’el-rei D. Carlos I pela vila piscatória de Cascais. Próxima de Lisboa e a escassos momentos das intendências políticas e de corte, esta sossegada vila permitia ao monarca o tranquilo desfrute das prospecções marítimas e oceanográficas e das paisagens naturais que, ainda pouco tocadas pela mão do homem, o rei transportava para os seus cadernos pessoais e para as suas telas.

⁶³⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22444 de 10 de Abril de 1933.

Como que por mimese, tanto a nobreza de corte como a burguesia endinheirada cedo iniciaram a repetição do modelo comportamental e, como o monarca, passaram a investir tempo e obra na região situada entre Cascais e o Estoril. Em pouco tempo a orla costeira começou a ter uma ocupação sazonal e aos poucos começaram a surgir as casas de veraneio, mas também os novos equipamentos: os hotéis⁶³⁸. Numa escala proporcional à medida do poder económico, esta nova moda importada da Europa e baseada nos benefícios da terapia e deleite do mar, parecia atingir todas as camadas sociais de tal modo que o monarca e a corte se instalavam por cerca de dois meses em Cascais, a aristocracia pelos *estoris*, e a população em geral largava Lisboa até onde a bolsa o permitia, estendendo-se assim pelos pequenos aglomerados ribeirinhos de Algés, Pedrouços e Belém.

Na presença de uma migração sazonal crescente nesta faixa costeira é inaugurada em 1889 a linha férrea de Pedrouços a Cascais⁶³⁹ e pouco tempo depois Fausto de Figueiredo (1880-1950), membro do conselho de administração da companhia concessionária da exploração da via-férrea recém-inaugurada, a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, decide importar para esta zona termal, de veraneio e lazer, um modelo já experimentado noutros países europeus: o turismo.

Em 1914 numa brochura intitulada *Estoril, estação marítima, climatérica e sportiva*, Fausto de Figueiredo lança as bases de uma estância turística validada nas nascentes termais, nas praias, no clima ameno e na beleza natural da costa litoral da região e, logo em 1915 surge o projecto Sociedade Estoril. Em 1918 Fausto de Figueiredo obtém dos Caminhos de Ferro Portugueses a concessão de exploração e electrificação da linha de comboio Lisboa-Cascais, dando assim início à equipagem de uma estância balnear que, à imagem e semelhança de outras praias do estrangeiro, reunia todos os atractivos terapêuticos e de lazer⁶⁴⁰. Com o processo construtivo da área residencial do casino em curso, em 1926 a electrificação da linha férrea estava concluída, e, dois anos depois, era inaugurada no Cais do Sodré a nova estação ferroviária, sob o risco arquitectónico de Porfírio Pardal Monteiro. Em 1930 a Sociedade Estoril inaugurava o Hotel Palácio e em 1931 era inaugurado o Casino.

⁶³⁸ Sobre o tema Vide BRIZ, Graça, “Vilegiatura Balnear: imagem ideal – imagem real” in *Revista de História da Arte*, Nº 3, Lisboa, FCSH-UNL, 2003, pp. 254-267.

⁶³⁹ A ligação ferroviária Lisboa-Cascais só estaria concluída em 1895.

⁶⁴⁰ SILVA, Raquel Henriques da, “Estoril – Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva – As etapas de um projecto: 1914 - 1932”, in *Arquivo de Cascais*, Nº 10, 1991, pp. 41-59.

Parca em população residente, mas num crescendo exponencial de população flutuante, esta faixa costeira, nomeadamente na zona situada entre o Estoril e Cascais, era maioritariamente frequentada por uma elite aristocrata, financeira e política. Os que acorriam a esta costa faziam-no com o objectivo de colher melhorias terapêuticas no balneário do Hotel do Parque ou com o objectivo de desfrutar de calmos dias de lazer nos seus palacetes ou nos hotéis que por ali iam proliferando. Ali chegados poderiam usufruir de longos passeios pelos parques, ou pela orla marítima e, chegada noite, as trivialidades do social e da sorte eram jogadas à mesa do Casino.

No espaço de tempo de uma geração esta faixa costeira transformara-se num local cosmopolita: aos *estoris* chegava a elite portuguesa, mas também a europeia e, entre a finança e a política residia o verdadeiro poder de decisão. No sentido de apoiar o desenvolvimento da actividade turística, mas com plena consciência de intervenção pública, em 1931 o governo português decide ser politicamente oportuno intervir neste espaço de elite e decreta o reforço das acessibilidades rodoviárias, o povoamento florestal e o geral embelezamento de uma vasta área que abarca Lisboa, Queluz, Sintra, Cascais e Estoril⁶⁴¹. Estando a exploração ferroviária concessionada à Companhia do Monte Estoril, o Governo coloca-se numa linha de vanguarda e afirma a sua fixação de presença na região através da criação do equipamento do futuro: a rodovia.

Dada a amplitude territorial e as várias frentes de intervenção abrangidas pelo decreto, a articulação de esforços implicou a criação de uma plataforma institucional que incluía os Ministérios do Interior, Comércio e Comunicações e Agricultura, as Câmaras Municipais de Cascais e Oeiras, a Junta Autónoma de Estradas e a Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas.

Em Julho de 1932, na sequência da reformulação orgânica, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações herdava a tutela da construção da estrada de turismo, mas o recém-empossado ministro parecia considerar a região numa valência maior que não só a turística, pois considerava também a expansão da cidade capital.

No metódico trabalho que Duarte Pacheco executara aquando da aquisição de terrenos para a construção das novas instalações do Técnico, ficara provada a sua linha de acção: investir bem para assumir a liderança na transformação do território. Em 1932 a construção do IST progredia a bom ritmo, os terrenos sobrantes adquiridos pelo Instituto tinham valorizado, sendo agora vendidos a um preço suficientemente alto para

⁶⁴¹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 19252, de 19 de Janeiro de 1931.

financiar o estaleiro de obras em curso. Por outro lado, o próprio Técnico, embora ainda em construção, assumia já a liderança e tornara-se ponto referencial na transformação do território lisboeta.

Engenheiro de formação, Duarte Pacheco parecia ter intuído a tripla dimensão da Arquitectura: uma obra, uma cidade, um território. No Ministério das Obras Públicas e Comunicações, ao herdar a intenção política de criação de uma estrada de turismo, o ministro estava a milímetros do início de algo novo: o desenho do território.

No domínio do urbanismo a legislação então em vigor não respondia às necessidades específicas do planeamento. Na ausência de suporte legal eficiente era assim decretado um diploma especial:

“A expansão dos nossos centros urbanos tem-se dado quase sempre sem o prévio estabelecimento de um critério superior que a oriente, subordinando-se apenas às necessidades da oportunidade, com manifesta desvantagem para o interesse colectivo, que é mal servido na estética, na higiene e na economia.

Nesta ordem de ideias, e desejando imprimir uma nova orientação a este problema, considera o Governo que deve ser desde já estabelecido o plano de aproveitamento da larga zona de terrenos que vai ser aberta à urbanização e à exploração turística pela construção da estrada marginal entre Lisboa e Cascais (...)”⁶⁴²

E na ausência de técnicos capazes de levar a efeito um projecto de tal envergadura, o estudo preliminar de urbanização da zona Lisboa-Estoril-Cascais seria entregue, a troco de 12.000 francos ao vice-presidente da Sociedade Francesa de Urbanistas, o reputado arquitecto Donat-Alfred Agache (1875-1959)⁶⁴³:

⁶⁴² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 444, de 10 de Abril de 1933.

⁶⁴³ Alfred Agache formou-se em Arquitectura em 1905 pela Ecole des Beaux-Arts, Paris, tendo chegado a ser aluno de Victor Laloux. Em 1913, com um grupo de arquitectos da sua geração, como Lion Jaussely e Marcel Auburtin, fundou a Société Française des Architectes Urbanistes em 1913, e aprofundou os seus interesses e investigação na prática do desenho urbano, tendo alcançado reputação internacional. Em 1914 organizou o primeiro curso de Urbanismo no Collège Libre des Sciences Sociales et Economiques, em Paris. Da sua actividade profissional destacam-se o Plano de Camberra (1912, não executado), o Plano Director de Dunkerque (1912), Creil (1924) e Poitiers (1928). Em 1927 foi convidado a elaborar o Plano Director da Cidade do Rio de Janeiro, trabalho que concluiu e publicou em 1930, contudo, as mudanças

“ (...) tendo entrado em plena actividade os estudos de campo desta via de comunicação, tempo é de fazer delinear por mão experiente de urbanista já consagrado neste difícil género de trabalhos, em que são raros os especialistas, a traça a que hão-de obedecer no futuro todos os elementos de aproveitamento e valorização da magnífica faixa marginal que será servida pela nossa primeira estrada de turismo, por forma a que das suas excepcionais condições se tire o melhor partido.”⁶⁴⁴

Considerada como o documento fundador do Estado Novo, a Constituição Política da República Portuguesa, promulgada a 22 de Fevereiro e aprovada em plebiscito a 19 de Março de 1933, não refere qualquer dever do Estado em disciplinar a ocupação, transformação ou uso do solo⁶⁴⁵. Todavia, o decreto 22.444 que encomenda a Alfred Agache em Abril de 1933 o plano de aproveitamento dos terrenos abertos à urbanização resultante da construção da estrada marginal, afirma que deve existir um critério superior de orientação de crescimento dos centros urbanos. Este critério superior de orientação advém de um outro diploma, o decreto 21.696 de 30 de Setembro de 1932, aquele em que Duarte Pacheco atribuíra funções alargadas a três organismos tutelados pelo seu gabinete no sentido de concretizar o seu *plano metódico na transformação material do país*⁶⁴⁶. A Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos (AGSHE), a DGEMN e a JAE, incumbidas da manutenção, conservação e construção das estruturas sanitárias, viárias, patrimoniais, de edifícios públicos e de planos de urbanismo, como refere o diploma de 1932, passaram a estar também incumbidas da concretização dos planos de melhoramentos sanitários, rurais e urbanos, sob superior orientação do gabinete do ministro das Obras Públicas e Comunicações. E neste plano metódico superiormente orientado, inseria-se agora o projecto da primeira estrada de turismo. Estando o Governo apostado em investir na faixa costeira de Lisboa

governamentais brasileiras impediram a sua efectiva aplicação. Da obra deste urbanista destaca-se a edição *La Remodelation d'une capitale* (1932), um manual de urbanismo baseado na proposta de ordenamento que trabalhou para o plano do Rio de Janeiro. Vide LÔBO, Margarida Souza, *Planos de urbanização. A época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP-DGOTDU, 1995.

⁶⁴⁴ *Idem*.

⁶⁴⁵ PEREIRA, Margarida, *O Processo de Decisão na Política Urbana. O Exemplo da Costa do Sol*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994

⁶⁴⁶ Sobre a questão Vide *Supra*, Capítulo 3, ponto 3.2.

a Cascais através da construção de uma estrada de turismo, interessava ao ministro das Obras Públicas e Comunicações que essa intervenção respeitasse um plano de aproveitamento de terrenos orientado por critério superior, não deixando qualquer margem de manobra a operações urbanísticas de necessidades oportunas e manifestamente prejudiciais ao interesse colectivo, como até então havia acontecido na expansão dos centros urbanos portugueses e como referia o preâmbulo do decreto 22444 que atribuía ao conceituado urbanista francês o estudo urbanizado da referida estrada e dos terrenos abertos à sua passagem.

Alfred Agache trabalhará este projecto de 1933 a 1935 mas não em exclusividade. Pelas mesmas datas trabalha também o Plano de Tunis⁶⁴⁷ e por todo este período estará em trânsito entre Lisboa e outras cidades europeias. Aquando das suas estadias na capital portuguesa, Agache trabalhará num espaço cedido por Porfírio Pardal Monteiro no seu atelier⁶⁴⁸ e embora dinâmico e expedito, decerto o urbanista francês terá colhido no arquitecto português importantes pistas sobre a cidade de Lisboa e sua articulação com a faixa costeira.

No preâmbulo ao relatório final de 1936, a que Agache atribuiu o título de *Lisbonne - Urbanization de la Région Ouest*⁶⁴⁹, o urbanista francês introduz o universo de trabalho afirmando:

“Na verdade, a primeira intenção do Governo foi a de valorizar as praias que bordejam a Costa do Sol através da rectificação da antiga estrada costeira, demasiado estreita e incómoda, e que agora se desejava transformar numa estrada marginal, mas o Ministro das Obras Públicas encorajou-nos quando, em relatório preliminar, demonstrámos quanto era importante para o futuro do país que o exame do problema fosse abordado num ângulo mais alargado”.⁶⁵⁰

Não localizámos este relatório preliminar, contudo, embora incompleto e a terminar abruptamente numa página catorze dactilografada, um outro documento

⁶⁴⁷ LÔBO, Margarida Souza, *Op. Cit.*, página 54.

⁶⁴⁸ CALDAS, João Vieira, *P. Pardal Monteiro. Arquitecto*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1997, página 64.

⁶⁴⁹ AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne Urbanization de la Région Ouest, Paris, 1936, dactilografado*. Exemplar policopiado que nos foi gentilmente cedido pela Professora Margarida Souza Lôbo.

⁶⁵⁰ *Idem*, preâmbulo.

produzido pelo urbanista francês, preliminar também ao relatório final de 1936, acrescenta a propósito da Urbanização da Região Oeste de Lisboa, considerações gerais sobre as auto-estradas turísticas⁶⁵¹. Em Portugal não existiam auto-estradas e o tema seria decerto pouco conhecido.

Em linhas gerais o documento produzido por Agache visa a caracterização geral e o esclarecimento sobre este novo tipo de equipamento. E se no primeiro relatório preliminar Agache demonstrara ao ministro a vantagem em considerar o alargamento do estudo a uma escala regional, o documento relativo à caracterização geral da infra-estrutura viária denominada de auto-estrada, constituiria o marco de viragem em todo este processo, porquanto o governo pedira a valorização de uma estrada marginal pré-existente e era agora surpreendido com um texto que revelava a possibilidade de obtenção de inúmeras vantagens através da construção de uma nova estrutura de circulação automóvel.

Agache começaria por enumerar alguns dos defeitos das normais vias de circulação. Embora absolutamente necessárias como tipologia rodoviárias, as estradas convencionais, pelo facto de atravessarem aglomerados populacionais, de implicarem a necessidade de existência de cruzamentos, passagens de nível e curvas, não se afiguravam como exemplos de perfeita segurança. Já a auto-estrada era considerada uma estrada segura⁶⁵², e tal facto se devia não só à sua concepção como à sua realização. No domínio da concepção, a auto-estrada era por norma um equipamento construído à margem de aglomerados urbanos, embora no seguimento ou na definição de vias de acesso a esses mesmos aglomerados. Garantida a articulação com os restantes eixos viários, a auto-estrada apresentava-se ainda segura a outros níveis: todos os cruzamentos eram efectuados por passagens superiores ou inferiores; as inclinações de terreno não excediam uma inclinação de 7%; as curvas eram regulamentadas; um separador central fazia a divisão de 4 faixas de rodagem paralelas duas a duas em cada sentido; toda a estrutura viária era protegida por um sistema de protecção lateral que impedia o acesso de animais ao eixo viário. No caso de necessidade de atravessamento de rios ou vales, por norma, as obras de arte da auto-estrada eram construídas em betão armado, em metal, ou num sistema misto. Em países como França as portagens haviam

⁶⁵¹ *Idem, Lisbonne Urbanization de la Region Ouest. Autoestrade Touristique, condiderations generales*, Paris, s.d., dactilografado. Exemplar policopiado que nos foi gentilmente cedido pela Professora Margarida Pereira.

⁶⁵² *Idem*, página 3.

cessado, contudo, em Itália e na Alemanha o pagamento de portagem por utilização estava em vigor, sendo embora controverso.

Em todo o caso, e sendo apenas a questão de pagamento de portagem o único aspecto negativo a considerar, mas elemento essencial ao retorno do montante investido, Agache informava que a auto-estrada era considerada como um equipamento estrutural ao serviço dos aglomerados urbanos, da ligação de centros industriais e comerciais e de uso turístico. Acrescentava ainda o urbanista que a auto-estrada deveria no presente e no futuro:

“ser considerada para a cidade e para a região como um precioso elemento de prosperidade e um maravilhoso instrumento de propaganda turística.”⁶⁵³

Na presença deste documento, como na presença do estudo preliminar que sugestionara as maiores vantagens em considerar a proposta de extensão da zona Oeste de Lisboa a uma escala regional, Duarte Pacheco revelaria a mesma atitude: teria a capacidade de ouvir o técnico, a capacidade de seguir o seu raciocínio e a rara capacidade que revelam ainda mais raros políticos: a humildade intelectual de se deixar guiar pelo verdadeiro conhecedor da matéria, porquanto o ministro teria a capacidade de constatar a necessidade de estabelecer critérios de intervenção pública no território e dessa mesma intervenção advir a possibilidade de proveitos públicos e políticos, contudo, o modo valorativo dessa mesma intervenção não estaria nas suas capacidades, estando decerto na proposta desenvolvida pelo técnico. E deste encontro entre o poder de concepção do urbanista e o poder de decisão do político resultou a primeira proposta de desenho urbano a uma escala regional ou, como afirmaria Agache: *le Ministre des Travaux Publics nous a fort bien suivis et même encouragés d'examiner le problème sous un angle plus vaste.*

Aprovadas as propostas preliminares do urbanista francês, o governo aprovava a 1 de Setembro de 1934 o levantamento topográfico da região compreendida entre Algés e Cascais, numa área total de 10.000 hectares, com o objectivo de demarcar com rigor a rede de estradas que servia a região e de se estudar um *conveniente plano geral de urbanização*⁶⁵⁴. A 1 de Novembro do mesmo ano e porque *recomendavam os*

⁶⁵³ *Idem*, página 6.

⁶⁵⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 453, de 1 de Setembro de 1934.

urbanistas como primordial elemento de embelezamento e higiene dos agrupamentos populacionais a criação de núcleos de arborização regularmente distribuídos em função da densidade das populações e das exigências estéticas, decretava o governo que a CML promovesse a criação de um Parque Florestal da Cidade de Lisboa, na serra de Monsanto, com uma área de aproximadamente 600 hectares⁶⁵⁵.

Há medida que os estudos de Alfred Agache iam avançando e ganhando consistência, também a máquina legislativa das Obras Públicas e Comunicações se ia adaptando a este inédita fórmula de planeamento territorial.

A ideia de se erguer um Estádio Nacional decorria já de finais dos Anos 20 e por portaria de 1 de Março de 1934 fora nomeada uma comissão de estudo encarregue de considerar os vários elementos: arranjo interior, lotação, área e acesso⁶⁵⁶. Relativamente à localização do equipamento desportivo havia considerado a mesma comissão a sua implantação a oeste de Lisboa, numa solução destinada a promover simultaneamente a valorização da Torre de Belém e a ligação à Serra de Monsanto. Considerando o Governo a localização do estádio como um problema difícil de resolver, quer pelas múltiplas e específicas exigência do terreno quer pelas necessárias comunicações com a cidade, ficou então estabelecido que estando em curso um plano de urbanização de toda a região a oeste de Lisboa, entre a Torre de Belém e Cascais:

“ (...) assim se julgou aconselhável incorporar nesse estudo a conveniente localização do Estádio de Lisboa. Devendo o plano de urbanização em estudo prever grandes artérias de ligação da Costa do Sol à cidade, estava naturalmente indicado incluir nesse plano de conjunto o Estádio”.⁶⁵⁷

Aliás, este diploma apenas vinha justificar os trabalhos de conjunto já em curso, uma vez que no próprio texto do decreto se afirmava que *em Dezembro findo* [1934] tendo sido entregues os primeiros trabalhos do anteprojecto do plano de urbanização da

⁶⁵⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 625, de 1 de Novembro de 1934.

⁶⁵⁶ Sobre o tema *Vide* ANDRESEN, Teresa, *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos Paisagistas 1940-1970, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. *Vide* ainda ANDRESEN, Teresa, “O Estádio Nacional - A sua génese e a sua Construção”, in *O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*, Oeiras, Actas das Jornadas Europeias do Património – Concelho de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2005.

⁶⁵⁷ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 933 de 10 de Janeiro de 1935.

Costa do Sol *neles se preconiza[va] uma implantação para o Estádio* que respeitava todas as condições requeridas e permitia uma realização rápida e relativamente económica⁶⁵⁸.

A 15 de Março de 1935 o Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Comunicações decretava a necessidade de se ampliar a área dos trabalhos de levantamento aéreo topográfico e elevava de 10.000 para 12.000 hectares a área total abrangida pelo Plano da Costa do Sol⁶⁵⁹.

Curiosamente, alargada a área territorial de intervenção, assistia-se a um quadro de estreitamento da malha legal. Com efeito, é neste sentido que julgamos dever ser entendido o decreto 25 726 de 9 de Agosto de 1935 que afirma a necessidade de *desafrontamento* da Torre de Belém pela transferência para um outro local da Fábrica de Gás, instalada nas imediações do Monumento Histórico desde 1888. Contestada desde o dia de da sua implantação nos terrenos de Belém, e apesar de todas as críticas e esforços para a alteração da situação, a fábrica teimava em afrontar tudo e todos. Ali haveria de permanecer até 1951, data da transferência efectiva, contudo, o Plano de Urbanização da Costa do Sol, ditando os terrenos contíguos à Torre de Belém como linha de início do projecto urbanizado, lançava para oriente a futura localização da Fábrica de Gás: a Quinta da Matinha.

Embora o estudo de Alfred Agache não estivesse ainda concluído, todos os trabalhos preliminares haviam sido já aprovados por Duarte Pacheco e, neste sentido, tornava-se imperativo fazer avançar um projecto repartido por três concelhos (Lisboa, Oeiras e Cascais). Contudo, relembremos que a 21 de Dezembro de 1934, pelo decreto 24 802, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações instituiria que todas as localidades com número igual ou superior aos 2.500 habitantes estariam obrigadas a elaborar Planos Gerais de Urbanização, documento de trabalho considerado indispensável à hierarquização das necessidades dos aglomerados e condições da sua expansão e sem o qual *nenhuma obra se realizaria*⁶⁶⁰. Previa o mesmo decreto que ao MOPC ficava reservada a aprovação dos estudos, o direito de fiscalização do plano de urbanização municipal e o direito de tomar decisões quanto à transformação do espaço urbano, ou seja, onde, como e quando intervir. Em suma, Duarte Pacheco atribuía às Câmaras Municipais a obrigação de elaboração de Planos Gerais de Urbanização,

⁶⁵⁸ *Idem.*

⁶⁵⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 25 913 de 15 de Março de 1935.

⁶⁶⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 24 802 de 21 de Dezembro de 1934.

contudo na estreita observância e supervisão do MOPC. Na prática o ministro retirava aos particulares os meios de livre actuação fundiária, subordinando-os às regras da administração, uma vez que o direito intrínseco à propriedade e à construção passaria agora a estar sujeito uma «política de solos», uma vez que o mesmo diploma previa a expropriação de zonas consideradas urbanizáveis⁶⁶¹.

Este diploma inédito e que alguns autores consideram ambicioso pela facto de exigir um plano de urbanização a todas as localidades com número igual ou superior a 2.500 habitantes quando, no caso francês (por norma a referência urbanística da lei portuguesa), não se previam estudos de urbanização para localidades com menos de 10.000 habitantes, não nos parece ambicioso sob este prisma de análise, porquanto Portugal e França, em termos territoriais e populacionais também não estariam no mesmo patamar de intervenção urbanística. Este diploma, necessário ao planeamento e ordenamento do território, revelou-se ambicioso num outro aspecto: o de não poder ter aplicação imediata por falta de quadros e meios técnicos qualificados no domínio dos levantamentos cartográficos e de urbanistas credenciados⁶⁶². Contudo, o diploma teve o mérito de institucionalizar a política urbana como prerrogativa do Estado e atribuir interesse público a todas as transformações do espaço urbano⁶⁶³.

Estando todas as localidades com mais de 2.500 habitantes obrigadas a elaborar um Plano Geral de Urbanização, suposto era que os Conselhos de Lisboa, Oeiras e Cascais considerassem na elaboração dos seus Planos as áreas territoriais que Alfred Agache trabalhava afincadamente desde 1933. Contudo, Duarte Pacheco salvaguardou a centralização do projecto de urbanização ao retirar a estas localidades o direito de elaboração dos respectivos planos pressupostos na lei geral de 1934. Com efeito, pela publicação da Lei 1 909 de 22 de Maio, a Costa do Sol surge como uma região contemplada por um diploma específico. Neste documento, a par da regulamentação da região e do seu plano de urbanização estão também já implícitas algumas das linhas estruturantes do trabalho de Alfred Agache.

Com efeito, pela Lei 1 909, se determina a Costa do Sol como a região limitada a norte por uma linha paralela à auto-estrada em projecto e a 100 metros para além do seu eixo e, ao sul, pelo Tejo e Oceano⁶⁶⁴. Acrescenta ainda o mesmo diploma que a

⁶⁶¹ PEREIRA, Margarida, *Op. Cit.*, pp. 47-48.

⁶⁶² Os levantamentos topográficos ficaram concluídos a partir de 1941. *Vide* PEREIRA, Margarida, *Op. Cit.*, página 47.

⁶⁶³ *Idem*, página 48.

⁶⁶⁴ *Diário do Governo*, I Série, Lei nº 1 909 de 2 de Maio de 1935.

aprovação do seu plano de urbanização carecia de parecer do Conselho Superior de Belas Artes e das Obras Públicas, estando o MOPC autorizado a criar um «Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol» que tutelado pelo ministério superintenderia tudo quanto respeitasse à urbanização da região, assegurando contudo a representação das autarquias locais. O mesmo diploma previa ainda que a zona a urbanizar estivesse sujeita a expropriações e fosse dividida em áreas destinadas à habitação, instalações comerciais e industriais, explorações agrícolas, parques, matas, campos de jogos e outros fins a determinar⁶⁶⁵.

Alfred Agache entregaria o relatório final *Lisbonne – Urbanization de la Région Ouest* em finais de 1935. Como atrás referimos, os estudos preliminares do urbanista revelavam já as linhas estruturantes do ordenamento territorial de Algés a Cascais, delimitado a norte, numa linha paralela a 100 metros ao desenho da auto-estrada e a sul numa linha traçada naturalmente pelo rio e pelo mar. Atendendo às intenções políticas expressas na encomenda do projecto urbano, Agache teria de considerar o plano da Costa do Sol como uma zona intrinsecamente votada ao turismo e à habitação de alta qualidade. Neste sentido, a proposta do urbanista seguiu objectivos precisos.

Considerando à partida a proposta de urbanização como a de ordenamento da região oeste de Lisboa, o urbanista considerou a mesma como uma extensão da cidade na sua valência turística, de vilegiatura, de recreio e, em essência, de valoração qualitativa no domínio não só da habitação mas de todos os equipamentos. Neste sentido, a auto-estrada, a estrada marginal, os programas de arborização e jardim, a identificação de zonas *non aedificandi*, o enquadramento de edifícios e sítios a preservar, bem como a determinação de localização de um centro desportivo ou o ordenamento das praias e respectivos núcleos balneares consoante a frequência e caracterização social dos seus frequentadores⁶⁶⁶, foram elementos que entre si concorreram para a valorização e equipagem da região que compunha a faixa costeira, embora em simultâneo, o urbanista tenha considerado a região como uma extensão da própria cidade capital. E de tal modo Agache interiorizou este conceito de plano de uma «Lisboa Região» que a sua preocupação constante se centrou no facto de ligar os centros funcionais da cidade com os aglomerados satélite existentes a oeste.

⁶⁶⁵ *Idem*, Artigos 1º a 10º.

⁶⁶⁶ Atendendo, como já referimos, que Cascais e o Estoril mantiveram o padrão de acolhimento da aristocracia, da alta burguesia portuguesa e europeia, o urbanista estudou o ordenamento das praias e dos respectivos núcleos balneares da costa atlântica até Lisboa, consoante o carácter social dos frequentadores, sendo que, obviamente, quanto mais perto da capital, menor o poder económico dos seus frequentadores.

Neste sentido, Agache considerou que Lisboa possuía três centros funcionais: Rossio, Praça do Comércio e Marquês de Pombal. Destes três pontos nevrálgicos, o urbanista tomaria em consideração os dois que permitissem a realização da extensão da cidade a oeste: do Marquês de Pombal à Cruz das Oliveiras estender-se-ia uma faixa rodoviária e da Praça do Comércio à Avenida 24 de Julho arrancaria uma segunda via. Paralelas entre si, estas duas vias a que Agache chamaria *abcissas*, continuariam em paralelo a estruturar um modelo de ocupação territorial de Algés a Cascais. A faixa viária interior Norte seria a auto-estrada turística e a faixa viária sul seria a estrada marginal panorâmica. Em toda a extensão territorial oeste, eixos viários secundários e transversais aos dois elementos paralelos estruturantes, completavam uma malha viária que servia os aglomerados populacionais estruturados em função da linha de costa⁶⁶⁷.

Relativamente aos aglomerados populacionais Alfred Agache propôs a uma organização baseada na caracterização socioeconómica, estruturando a Costa do Sol em quatro grupos⁶⁶⁸. Deste modo Algés, Dafundo e Cruz Quebrada, face à proximidade de Lisboa e estando servidos por transporte público (a linha de eléctrico), poderiam ser considerados subúrbios. As praias de Caxias, Paço de Arcos, Oeiras e Santo Amaro corresponderiam aos aglomerados populacionais da classe média. As praias de Carcavelos, Parede e S. Pedro constituiriam as praias medicinais. O Estoril e Cascais constituiriam um centro balnear de requinte e estariam reservados ao turismo de luxo.

O último capítulo do Plano da Costa do Sol proposto por Alfred Agache estaria reservado à normativa urbanística⁶⁶⁹. Neste sentido, o urbanista propunha zonamentos para a utilização dos solos, embora concedesse alguma flexibilidade de gestão, à excepção das zonas agrícolas, que seriam absolutamente protegidas. Face à vocação eminentemente turística do território, as zonas industriais são quase inexistentes e, em contrapartida, o urbanista atribui particular atenção aos parques, jardins e espaços verdes.

Agache não terminaria o seu estudo sem indicar uma lista de 11 monumentos e 10 sítios pitorescos a preservar e, a título de conclusão, sugeria a criação de um «gabinete central de urbanismo» como módulo essencial à supervisão e controle de todos os projectos urbanos, numa articulação dos serviços centrais, municipais e dos interesses de particulares.

⁶⁶⁷ AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne Urbanization de la Région Ouest*, Paris, 1936, pp. 10-17.

⁶⁶⁸ *Idem*, *Op. Cit.*, pp. 18-113.

⁶⁶⁹ *Idem*, “Modèle de Lois, Réglements et Servitudes”, in *Op. Cit.*, 143-248.

Entregue em finais de 1935, e elaborado por Agache numa estreita colaboração com o gabinete do ministro das Obras Públicas e Comunicações, o Plano da Costa do Sol não chegaria a ser aprovado por Duarte Pacheco por falta de oportunidade política. A 18 de Janeiro de 1936 o ministro fora afastado do cargo e decerto que o Plano da Costa do Sol havia tido um papel decisivo na remodelação ministerial.

Relembremos que, tendo por base os estudos preliminares de Alfred Agache, logo em 1934 Duarte Pacheco deu início a um vasto processo de expropriações necessárias à concretização de elementos estruturantes do plano, no caso os terrenos por onde passariam a auto-estrada e a estrada marginal, ou os terrenos necessários à viabilização do Parque Florestal de Monsanto ou do Estádio Nacional. Considerados pelo Governo, como determinantes na demarcação do território da Costa do Sol, estes terrenos foram avaliados por uma comissão de peritos de cuja decisão os expropriados não podiam recorrer⁶⁷⁰.

Como referimos já em capítulo anterior, esta fórmula de expropriação, embora decretada pelo Governo, tinha a assinatura política de Duarte Pacheco e, à medida que o ministro avançava no mapa das expropriações, crescia a onda de contestação no seio de um coeso universo de proprietários expropriados: um universo de elite de poder económico e de uma eficaz capacidade de pressão política que acabaria por resultar na demissão do ministro que sobrepunha o superior interesse do Estado ao direito de propriedade e ao justo valor compensatório sobre as propriedades expropriadas.

Afastado Duarte Pacheco, Joaquim da Silva Abranches seria nomeado ministro das Obras Públicas e Comunicações e no desempenho do cargo não deu continuidade à linha de acção do seu antecessor. Pelo contrário, Silva Abranches pareceu até receptivo à suspensão do processo⁶⁷¹. Ao contrário do previsto na lei, os Conselhos Superiores de Obras Públicas e de Belas Artes, não chegaram a emitir parecer sobre o estudo de Alfred Agache entregue em Dezembro de 1935. E, embora tendo o ministro criado o Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol em Julho de 1936⁶⁷², conforme previra a Lei 1 909, e conforme previra Agache no projecto de equipa do «Gabinete de Urbanismo» proposto no seu Plano da Costa do Sol, o urbanista francês foi afastado do acompanhamento dos estudos de urbanização.

⁶⁷⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 24 625, de 1 de Novembro de 1934.

⁶⁷¹ PEREIRA, Margarida, *Op. Cit.*, página 87.

⁶⁷² *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 26 762, de 9 de Julho de 1936.

Por dois anos o Plano da Costa do Sol permaneceria suspenso e só no regresso de Duarte Pacheco à pasta das Obras Públicas e Comunicações em Maio de 1938 e, mediante a pressão da agenda política que agora considerava a concretização dos elementos estruturantes do plano de urbanização da Costa do Sol como peças imprescindíveis à concretização da celebração centenária traçada pelo Presidente do Conselho, este projecto de urbanização a uma escala regional mereceria um novo fôlego de investimento político e financeiro. Com efeito, a 7 de Outubro de 1938 e porque algumas das obras propostas para conclusão em 1940 se encontravam já em avançada fase de projecto e haviam merecido aprovação, autorizava o governo que Duarte Pacheco iniciasse as obras da estrada marginal e auto-estrada, bem como as obras do Estádio de Lisboa, com dispensa *de quaisquer formalidades legais*⁶⁷³.

Regressado ao cargo de decisão política, Duarte Pacheco terá convidado Alfred Agache a retomar o Plano da Costa do Sol, contudo o urbanista encontrando-se à data no Rio de Janeiro, terá optado por não regressar a uma Europa em guerra. Na impossibilidade de ter consigo o autor do projecto, Duarte Pacheco entrega o estudo urbanístico a Etienne De Gröer, o mesmo que, a convite do político, trabalhava já o Plano de Urbanização da cidade de Lisboa.

Analísado o prévio trabalho realizado pelo seu colega, Etienne De Gröer reequacionaria algumas propostas, contudo, no cômputo geral, as linhas estruturantes traçadas por Alfred Agache manter-se-iam no Plano da Costa do Sol. Tanto assim que Agache trabalhara uma escala regional definida por uma linha de costa e estruturada em dois eixos viários principais, definidores de uma malha viária denunciante dos aglomerados urbanos balneares ou habitacionais existentes.

Definidos por Agache os elementos estruturantes da Costa do Sol, Etienne De Gröer centrar-se-ia nos princípios organizacionais da estrutura territorial e na organização dos aglomerados urbanos⁶⁷⁴. Deste modo, e mantendo a organização territorial atribuída por Agache à Costa do Sol, De Gröer centrar-se-ia naquilo a que poderíamos denominar de «plano de pormenor». E nesta malha fina de desenho urbano, De Gröer proporia a delimitação dos aglomerados urbanos pela introdução de zonas rurais e florestais de protecção, nos zonamentos permitiria apenas pequenas unidades

⁶⁷³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 29 043 de 7 de Outubro de 1938.

⁶⁷⁴ *Vide* LÔBO, Margarida Souza, *Op. Cit.* e PEREIRA, Margarida, *Op. Cit.* Estas duas autoras, que tendo analisado as propostas de Alfred Agache e Etienne De Gröer sob o ponto de vista do desenho urbano e da geografia do território, elaboraram os estudos mais exaustivos sobre o Plano da Costa do Sol.

fabris desde que não poluentes, e acrescentaria um aglomerado populacional aos já estabelecidos por Agache: Carcavelos.

O Plano da Costa do Sol estaria concluído em 1946 e após aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas, seria aprovado por decreto datado de 1948⁶⁷⁵. Em 1959 seria alvo de uma tardia revisão e manter-se-ia em vigor até aos anos 90.

Nos seus dois momentos, o de Agache e o de De Gröer, o Plano de Urbanização da Costa do Sol revelou-se à luz da história das Obras Públicas Portuguesas da primeira metade do século XX como um documento determinante e testemunhal do arranque do Urbanismo na forma como hoje o entendemos: como estudo planeado dos elementos estruturantes de uma região, como documento de trabalho normativo mas aberto à expansão ordenada do território e como documento de apoio a um planeamento maior, à escala das grandes regiões.

Por outro lado, o Plano da Costa do Sol, precedendo o decreto que em 1934 instituiu a obrigação de existência de planos de urbanização das cidades portuguesas, marcou o reconhecimento político da necessidade de se planear o território antes de nele se intervir. O empenho político e pessoal que Duarte Pacheco revelou ao longo de todo o processo de concepção e maturação do Plano da Costa do Sol, vem demonstrar que o ministro reconheceu ao desenho urbano o valor de princípio primordial ao qual toda a obra pública se deve subjugar. E tendo reconhecido este valor de forma estruturante, o ministro considerou o princípio da urbanidade como um ponto de partida, um grau zero imprescindível à definição do território, da criação das suas infraestruturas e da sua extensão.

⁶⁷⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n° 37 251 de 8 de Dezembro de 1948.

4.1.2. O Plano Director de Lisboa

“Leve, como uma coisa que começasse, a maresia da brisa pairou sobre o Tejo e espalhou-se sujamente pelos princípios da Baixa. Nauseava frescamente, num torpor de mar morno. Senti a vida no estômago e o olfacto tornou-se uma coisa por detrás dos olhos”.

Fernando Pessoa, *O Livro do Desassossego*, 1913-1935.

A 10 de Julho de 1932, dois meses passados sobre a tomada de posse de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e Comunicações, relatava o *Diário de Notícias* que o engenheiro camarário António Emídio Abrantes⁶⁷⁶, convocara uma conferência de imprensa com a intenção de tornar público um relatório de estudo sobre melhoramentos de realização imediata e futura para a cidade de Lisboa⁶⁷⁷. Na mesma conferência, o engenheiro afirmara que o relatório visava a elaboração de um plano *cujas* realização se arrastaria por duas ou três gerações⁶⁷⁸.

E se em Julho de 1932, o engenheiro camarário declarava publicamente a necessidade de se proceder a um plano estruturado de desenvolvimento da cidade, em Dezembro do mesmo ano o Presidente da Comissão Administrativa da CML, o Coronel Vicente de Freitas, propunha em sessão camarária a organização de uma *comissão de*

⁶⁷⁶ António Emídio Abrantes (1888-1950), ingressou nos quadros da CML em 1903 como praticante de desenhador e em 1905 era já ajudante de medidor. Em 1920 licenciou-se em Engenharia Civil, instituto no qual desempenhou funções docentes para as disciplinas de Topografia e Geodesia. No domínio das competências técnicas e científicas e em representação da CML foi nomeado para várias comissões de estudo como a comissão que em 1928 deveria proceder à delimitação de terrenos pertencentes à Administração do Porto de Lisboa, a comissão de avaliação de equipamentos escolares nomeada em 1929 ou a comissão para o estudo da arborização de Monsanto, nomeada em 1931. Sobre o detalhado percurso profissional de António Emídio Abrantes *Vide* Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivos Intermédios – Arquivo do Arco do Cego, Processos Individuais de Funcionários, António Emídio Abrantes, Processo Nº262.

⁶⁷⁷ *Diário de Notícias*, 10 de Julho de 1932, página 49.

⁶⁷⁸ *Idem*.

*urbanização*⁶⁷⁹. Aprovada em Janeiro de 1933, esta proposta daria origem a um grupo de trabalho que seria nomeado em finais do mesmo ano e do qual fazia parte o mesmo engenheiro que em 1932 reunira a imprensa com o propósito de tornar público o relatório de melhoramentos a realizar num futuro próximo⁶⁸⁰.

Em 1934, no decurso da publicação do decreto 24 802 de 21 de Dezembro que declarava a necessidade de existência de planos de urbanização para todas as localidades com aglomerados populacionais acima dos 2.500 habitantes, a CML respondia com a reorganização do pelouro da urbanização. Neste sentido, a já remota «Junta Urbana de Higiene» que em finais de 1932 reconheceu a necessidade de existência de uma comissão de urbanização, dava agora origem a um serviço composto por uma Secretaria Privativa do Pelouro, o Serviço da Planta da Cidade, Expropriações e Serviço de Edificações Urbanas⁶⁸¹. Na sequência de uma maior especificidade resultante da legislação exarada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações e na consequente nova orgânica camarária, os estudos e trabalhos vinculados aos conceitos de urbanidade ganhavam uma importância equiparada a uma maior exactidão de conhecimentos e práticas e, neste sentido, António Emídio Abrantes via os seus esforços recompensados com a nomeação em 1936 para Chefe da Repartição Técnica da Planta da Cidade.

Contudo, embora o município lisboeta demonstrasse relativa capacidade de adaptação dos serviços camarários às novas leis, demonstrava contudo relativa dificuldade na aplicação e concretização das políticas públicas. Em Janeiro de 1938, a convite do Governo, Duarte Pacheco assumia a presidência da CML e declarava ter como principal objectivo regular a máquina administrativa municipal em concordância directa com o novo Código Administrativo⁶⁸² e logo na primeira sessão camarária por si presidida declarara:

“A função do município não é a de fazer comércio ou indústria.
Ela deve fundamentalmente consistir em promover o
enriquecimento do património da cidade, pela realização de uma
larga obra de urbanização, e velar por tudo o que respeita à

⁶⁷⁹ Proposta nº 492 datada de Dezembro de 1932, aprovada em sessão de Câmara de 26 de Janeiro de 1933. *Vide Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, 1933.

⁶⁸⁰ Sessão de 30 de Dezembro de 1933, *Vide Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, 1933.

⁶⁸¹ SILVA, Carlos Nunes da, *Política urbana em Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

⁶⁸² Sobre o consulado de Duarte Pacheco na CML *Vide Supra* Capítulo 3, ponto 3.3.

higiene, ao conforto, ao transporte dos munícipes, e por uma vasta e eficaz acção de fiscalização”.⁶⁸³

Como pudemos observar em capítulo anterior, o consulado de Duarte Pacheco na CML pautou-se por linhas de actuação definidas no cumprimento estrito dos objectivos traçados. Em cinco meses de gestão camarária o político procurou dar resposta às deploráveis condições sanitárias da cidade em universos tão distintos quanto a habitação, o saneamento básico, a quantidade e a qualidade do caudal de abastecimento de água à cidade, a recolha de lixo, a regulamentação das condições de criação, abate e comércio de carnes, entre outros. Procurou ainda regulamentar as actividades comerciais e industriais e tomou a responsabilidade política de atribuir aos arquitectos a competência técnica de assinar todos os projectos de edificações urbanas.

Por outro lado, e ainda antes de se tornar público em Março de 1938 o elenco de obras estruturantes a celebrar em 1940 no Duplo Centenário da Comemoração da Fundação e Restauração da Nacionalidade, já em Janeiro do mesmo ano Duarte Pacheco relançava a responsabilidade da CML em projectos determinantes neste programa celebrativo como foi o caso do Parque Florestal de Monsanto, o desafogo da Torre de Belém ou os acessos à estrada marginal e à auto-estrada⁶⁸⁴.

A par da estrita aplicação e cumprimento do novo Código Administrativo e do relançamento de obras que pareciam ter estagnado desde o seu afastamento político em 1936, o breve consulado de cinco meses em que Duarte Pacheco liderou a Câmara de Lisboa, pautou-se também pela consideração de um decisivo dossier camarário, pois como afirmava o próprio:

“ (...) o problema do plano de urbanização e expansão da cidade era sem dúvida o mais importante de todos os problemas citadinos actuais”.⁶⁸⁵

Contudo, o maior problema da cidade iria tornar-se uma das maiores obras do político. Reconhecendo a grave falha de planeamento urbano, defendendo a ideia de que

⁶⁸³ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Sessão de 3 de Janeiro de 1938.

⁶⁸⁴ *Idem*, Sessões realizadas a 17 e 18 de Janeiro e Sessão realizada a 21 de Abril de 1938.

⁶⁸⁵ *Idem*, Sessão realizada a 17 e 18 de Janeiro de 1938.

*todas as obras de urbanização deviam ser realizadas pelo Município*⁶⁸⁶, e constatando a falta de técnicos camarários para levar a efeito uma obra de tal amplitude, Duarte Pacheco convidaria Etienne De Gröer⁶⁸⁷ a desempenhar o cargo de «urbanista-conselheiro técnico da Câmara».

Alheio ao percurso histórico da cidade, e à forma como as especificidades de Lisboa se tinham construído na evolução do tempo, o urbanista propôs que a Câmara elaborasse um estudo prévio do problema e, neste sentido, Duarte Pacheco incumbiu deste trabalho o técnico camarário que à data melhor dominava as questões urbanas da cidade: o Chefe da Repartição da Planta da Cidade, António Emídio Abrantes. Nesta qualidade, o engenheiro elaboraria ainda em 1938 o trabalho *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa*⁶⁸⁸.

Este *Estudo* constituiu o documento-base sobre o qual Etienne de Gröer trabalhou o Plano Director de Lisboa entre 1938 e 1948. Aliás, na nota introdutória ao Plano Director, o urbanista confirmaria a origem e o propósito do trabalho preparatório do engenheiro português:

“ (...) na época em que eu estava a desempenhar o papel de urbanista-conselheiro técnico, redigi um programa para o estudo dos elementos analíticos, que deviam servir para o estabelecimento do Plano Director, e o senhor Engenheiro Civil António Emídio Abrantes pôs-se então à procura dos documentos necessários para constituir o estudo geográfico, geológico, climático, histórico e económico da cidade, e a análise do seu estado actual; tendo-os na sua posse escreveu um

⁶⁸⁶ *Idem*, Sessão realizada a 17 e 18 de Janeiro de 1938.

⁶⁸⁷ Etienne De Gröer ((1882-19??), diplomado em Architectura pela Academia Imperial de Belas-Artes de S.Petesburgo, iniciou-se profissionalmente no Gabinete de Estudo do plano daquela cidade. Em 1920 emigra para França e até 1940 elabora dezoito plantas de cidades francesas. Colaborador de Alfred Agache, foi convidado pelo Professor Bruggeman, director do Instituto de Urbanismo de Paris, a ocupar a sua cátedra, ali passando a dirigir os cursos sobre a teoria urbana de Ebenezer Howard e das “cidades-jardim”. Sobre o percurso profissional de Etienne De Gröer *Vide* SANTOS, Lusitano dos, “Etienne De Gröer. Polaco, Russo, Francês, Urbanista Português nos Anos 40”, in *Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), Coimbra, 1981.

⁶⁸⁸ Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivos Intermediários – Arquivo do Arco do Cego, Planos Directores Municipais, António Emídio Abrantes, *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa*.

volume intitulado *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização de Lisboa (...)*”.⁶⁸⁹

Elaborado pois com o propósito de estabelecer as bases de trabalho de Etienne De Gröer, o *Estudo* de António Emídio Abrantes traça-nos um retrato fiel da Lisboa do final dos anos 30.

Desde logo, pela leitura deste documento de trabalho se constata que, à excepção das grandes obras públicas de cariz nacional que se erguiam na capital desde 1932 e dos consequentes estudos de implantação urbana que os mesmos implicavam, não existia em Lisboa aquilo a que por norma se denomina de «plano de conjunto». Neste sentido, os estudos parcelares que desde 1932 António Emídio Abrantes reunira, tais como o «Concurso do Rossio» que em 1934 animou os ateliers de vários arquitectos⁶⁹⁰, o estudo de urbanização da zona de Santos ao Cais do Sodré realizado em 1936 por Porfírio Pardal Monteiro⁶⁹¹ ou as várias propostas de conclusão do Parque Eduardo VII, constituíram exemplos de «melhoramentos» parcelares, mas não mais que isso.

Analisando então os *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização* pedidos por De Gröer, e traçada a perspectiva histórica da cidade de Lisboa, António Emídio Abrantes respondeu aos parâmetros requeridos e dirigiu o seu *Estudo* para os aspectos demográficos apresentando um quadro médio de habitantes por fogo de 1801 a 1936, concluindo que *uma décima parte da população de Portugal se acha[va] concentrada em Lisboa*⁶⁹². Seguidamente o engenheiro civil identificou a divisão administrativa da cidade e respectiva densidade populacional. Relativamente à classificação dos solos da cidade, considerados num total de 8.245 hectares, o *Estudo* refere existir uma zona urbana, correspondente à área central, densa e dedicada maioritariamente à actividade comercial, e uma zona suburbana, menos densa porque mais afastada do centro⁶⁹³.

O diagnóstico da questão habitacional, também pedido por De Gröer, revela graves problemas na cidade de Lisboa. Indicando os vários extractos sociais e o modo

⁶⁸⁹ DE GRÖER, Etienne, *Plano Director de Lisboa*, 1948, policopiado, página 2. Exemplar policopiado que nos foi gentilmente cedido pela Professora Margarida Souza Lôbo.

⁶⁹⁰ Sobre o Concurso do Rossio, seus objectivos, proponentes e propostas apresentadas Vide TOSTÕES, Ana, “Precusores do Urbanismo e da Arquitectura Modernos”, in *Lisboa 1758 o Plano da Baixa Hoje*, Lisboa, coord. Ana Tostões e Walter Rossa, CML, Catálogo da Exposição, 2009, pp.169-229.

⁶⁹¹ Vide *Infra*, 4.2.

⁶⁹² ABRANTES, António Emídio, *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa*, página 18.

⁶⁹³ António Emídio Abrantes identifica como zona suburbana as freguesias de Olivais, Charneca, Ameixoeira, Lumiar, campo Grande, Carnide, Benfica, Ajuda e Belém.

como se encontram alojados, o *Estudo* assinala a existência de vários focos de soluções precárias, as denominadas barracas, habitadas por indivíduos que vivem em situação de pobreza extrema. Relativamente à classe operária, regista-se a ocupação de habitações de qualidade duvidosa, à excepção dos novos bairros operários do Arco do Cego, Alto da Ajuda e Serafina. Quanto à questão habitacional da classe média, surgem duas situações distintas, uma vez que esta franja da população está distribuída tanto por habitações recém-construídas mas ao custo de um elevado preço de arrendamento, como por casas antigas com parcas condições de habitabilidade. Este *Estudo* revela ainda que a situação habitacional da classe mais abastada redundava numa situação caricata, pois tendo em conta a crise de habitação existente na capital, esta classe proprietária do parque de prédios de rendimento, opta maioritariamente por alugar os fogos a preços elevados, acabando por habitar ela própria, casas de menor qualidade.

No que respeita ao sector industrial, o *Estudo* faz uma breve caracterização da actividade portuária e aponta os bairros de Xabregas, Marvila, Poço do Bispo, Alcântara e Pedrouços como os mais industrializados, salientando contudo que a insalubridade inerente à actividade se alastra aos terrenos circundantes.

Outro dos parâmetros de análise requeridos por De Gröer dizia respeito ao levantamento dos equipamentos e serviços. Em resposta, o *Estudo* de António Emídio Abrantes considerou o registo de todos os estabelecimentos dos vários graus de ensino, mercados, assistência e serviços públicos. Também as infra-estruturas, as instalações militares, os cemitérios, os monumentos e os edifícios de interesse público foram considerados no *Estudo* do engenheiro camarário, mas de todas as situações diagnóstico, a mais premente era sem dúvida a rede viária.

Embora no sentido ascendente, da Avenida da Liberdade e das Avenidas Novas o trânsito circulasse com normalidade, na Rua da Palma, a única artéria de acesso à Baixa, o trânsito circulava com enorme dificuldade e na própria Baixa a circulação era considerada caótica⁶⁹⁴, o mesmo acontecendo da Rua do Arsenal ao Cais do Sodré.

Quanto a transportes públicos a cidade era servida por várias linhas de caminhos-de-ferro⁶⁹⁵. Apresentava também 4 ascensores e 418 carros eléctricos que serviam 14 carreiras com 108 kms de extensão tendo transportado 125.863.595

⁶⁹⁴ O facto de a rede de carros eléctricos derivar de influência inglesa e por tal facto os carris estarem colocados à esquerda da via e os restantes veículos circularem à direita, independentemente do facto de os passageiros dos eléctricos se apearem directamente para a faixa de rodagem, provocava o caos no trânsito.

⁶⁹⁵ Linha do Norte, com terminus em Santa Apolónia, Linha do Sul em Pinhal Novo com ligação fluvial na estação Sul-Sueste, Linha Lisboa-Cascais na estação do Cais do Sodré e Linha Lisboa-Sintra e Lisboa-Torres Vedras na Estação do Rossio.

passageiros no ano de 1937. Os 1270 táxis distribuídos por 83 praças, também auxiliavam a rede pública de transportes.

Este relatório de trabalho, reunindo vários *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa*, e constituindo uma importante base de trabalho para Etienne De Gröer, não seria ainda assim considerado pelo urbanista como um documento fechado. Com efeito, sobre a peça dactilografada entregue pelo engenheiro camarário, existem vários pedidos de esclarecimento, aditamentos, observações e correcções apostas de forma manuscrita pelo urbanista⁶⁹⁶.

Embora concluído por De Gröer e aprovado pela CML em 1948, o Plano Director de Lisboa nunca chegaria a ser aprovado pelo governo. Utilizando os dados compilados por António Emídio Abrantes em 1938, a proposta de De Gröer desenvolveria uma análise complementar e aprofundada relativa à construção, habitação, espaços livres e à própria região abrangida pelas serventias de Lisboa.

Na análise relativa aos espaços livres, o urbanista encontraria quatro categorias: parques, jardins, «squares»⁶⁹⁷ e terrenos desportivos que distribuídos por uma área total de 2.017 hectares, rondariam uma média de 25,5m² por habitante⁶⁹⁸. Embora aceitáveis em proporção, estes espaços livres eram considerados pelo urbanista como irregulares na forma de distribuição e de tal modo que:

“Se traçarmos uma recta pela Rua Augusta e pela Avenida da República, para dividir Lisboa em duas partes, verificamos que a Oeste está largamente provida com espaços livres. Pelo contrário, na parte Este nota-se a falta muito considerável de espaços livres, sobretudo nos bairros do Socorro, Monte Pedral, Vale Escuro e Penha de França”.⁶⁹⁹

⁶⁹⁶ Os pedidos de esclarecimento e maior aprofundamento de dados requeridos por De Gröer centraram-se nos aspectos demográficos, no levantamento de equipamentos e serviços e na mobilidade viária da cidade.

⁶⁹⁷ Termo utilizado pelo urbanista e querendo significar pequeno jardim decorativo, no sentido urbano inglês. DE GRÖER, Etienne, *Plano Director de Lisboa*, 1948, policopiado, página 71.

⁶⁹⁸ Tomando por base o censo populacional da época que atribuiu a Lisboa um total de 780.000 habitantes, *Idem, Op. Cit.*, página 71.

⁶⁹⁹ De Gröer considera como Espaços Livres Públicos o Parque de Monsanto, o Aeroporto, o Parque Eduardo VII, o Jardim Zoológico, o Hipódromo, o Campo Grande e o Parque do Palácio das Necessidades. *Idem, OP. Cit.*, página 73.

Procurando colmatar esta falha, De Gröer proporia a limitação do desenvolvimento urbano da cidade através do estabelecimento de uma cintura rural de protecção. Socorrendo-se do exemplo inglês que aplicava solução urbanística apelidada de «green belt», o urbanista chamaria «Zona Rural» à área delimitada ao território administrativo lisboeta, abrangendo ainda Moscavide e a Pontinha. Sugeria assim, que a CML não permitisse nela a construção de quaisquer prédios ou agrupamentos urbanos que não os de carácter público. Deste modo, e para além de constituir uma permanente reserva de ar puro, esta zona rural isolaria Lisboa das construções circunvizinhas impedindo assim a fusão de povoações e o aumento desmedido da cidade⁷⁰⁰.

Considerando o zonamento como a base do urbanismo e afirmando que só este sistema estabelece a salvaguarda da saúde pública e a protecção da propriedade privada face à especulação predial⁷⁰¹, De Gröer propõe uma pré-definição na utilização do solo. Neste sentido o urbanista estabelece a existência de uma Zona Central, dedicada ao comércio e administração, a Zona da Colina do Castelo (onde não é permitida maior densidade populacional dado o traçado dos arruamentos), as zonas Mistas (bairros já existentes ou ainda em obra mas com habitação, comércio e pequena indústria), Zonas Locais de Comércio ou de Administração, Zonas de Habitação diferenciadas (habitações unifamiliares, prédios de rendimento, construção contínua e descontínua), Zona Industrial Principal (na área oriental da cidade, associada ao porto), Zonas de Pequenas Indústrias, Zona dos Espaços Livres, Zonas de Reserva de Terreno (para escolas e outros edifícios públicos), Zonas Militares e Zona Rural. Neste sistema de zonamento, cada zona estaria abrangida por uma disposição legal especial, não se permitindo a sobreposição de utilização dos solos⁷⁰².

A par do zonamento, o Plano Director de De Gröer indicava ainda outras necessidades de regulação urbana para Lisboa. Com o objectivo de se conseguir uma diminuição de densidade de construção e de povoamento, o urbanista apresentava como solução a criação de unidades residenciais modernas satélites com um número máximo de 10.000 habitantes. Este conceito de densidade populacional decrescente do centro para a periferia através de «unidades residenciais» deveria conter nos seus limites todos os elementos urbanos, incluindo a indústria ligeira e cada uma das áreas deveria ficar separada das restantes por espaços livres e vias de circulação rápida.

⁷⁰⁰ *Idem, Op. Cit.*, pp. 1-7.

⁷⁰¹ *Idem, Op. Cit.*, página 7.

⁷⁰² *Idem, Op. Cit.*, pp. 7-13.

Constatando a situação caótica do tráfego viário na cidade, o urbanista tomaria esta questão como elemento fulcral no Plano Director e criaria uma rede viária concêntrica a partir de um eixo construído pela Avenida António Augusto de Aguiar, e prolongando-se até à estrada Lisboa-Porto.

A Baixa Pombalina também mereceria o olhar atento do urbanista. Considerando o carácter histórico desta zona da cidade, De Gröer salientava a sua necessidade de conservação, defendendo contudo, uma profunda transformação de adequação às novas necessidades de circulação e às modernas condições de higiene. Neste sentido, e sendo a Baixa essencialmente *um bairro de negócios*, toda a habitação deveria de ser banida daquela zona. Com o objectivo de aliviar as vias de circulação e promover um maior conforto aos clientes das lojas, o urbanista propunha colocar os passeios sob pórticos, num sistema de passagens cobertas ao longo das montras das lojas e de modo a melhorar a circulação nas ruas principais, propunha a demolição dos pátios interiores dos quarteirões pombalinos, de forma a criar parques de estacionamento. Acrescentava ainda o urbanista que estas demolições facilitariam também as condições de salubridade de todos os locais de trabalho, uma vez que os perímetros dos quarteirões pombalinos eram considerados demasiado estreitos.

Nas suas linhas estratégicas, se o sistema de zonamento proposto no Plano Director, De Gröer previa uma utilização programada dos solos de Lisboa, no capítulo dedicado aos princípios de edificação, o urbanista iria ao perfeito encontro da política camarária defendida por Duarte Pacheco em 1938, pois face à situação então vivida, De Gröer teceria duras críticas:

“ (...) a Câmara Municipal não detinha a direcção do desenvolvimento da capital. Cada proprietário, cada construtor civil era o dono da cidade e fazia dela quase tudo o que queria. A construção dependia da ocasião, dos interesses particulares e das fantasias do indivíduo (...) um tal estado de coisas criou e ainda está a criar um verdadeiro caos, em que a tarefa de refazer qualquer ordem é um trabalho quase impossível”.⁷⁰³

⁷⁰³ *Idem, Op. Cit.*, página 54.

E na opinião do urbanista muitos eram os factores que concorriam para esta situação. A especulação imobiliária fizera incidir sobre os loteamentos uma exagerada subdivisão que forçosamente se reflectia nas possibilidades construtivas dos edifícios, na multiplicação de cruzamentos e do número de ruas, sempre com o fim último de obter o maior número de gavetos e de terrenos pouco profundos, aproveitando ao máximo as áreas de construção, ao ponto de existir um espaço exíguo e insalubre nos pátios internos dos quarteirões.

O urbanista referia ainda que a maioria das construções exhibia fachadas traseiras pouco cuidadas. Pelo facto de corresponderem às áreas de serviços das casas e por isso exibirem estendais, e apresentando a cidade desníveis consideráveis de solo, esta era uma prática construtiva pouco agradável à paisagem citadina. Outra questão também referida por De Gröer residia na má orientação das casas, com cozinhas e lavadouros voltados a sul ou a oeste, gozando da luz e das vistas panorâmicas, e ficando os quartos e as salas sem luz e sem arejamento. De Gröer atribuía a má qualidade da construção aos autores dos projectos:

“ (...) a maior parte das pessoas que fazem os projectos dos prédios de rendimento são construtores civis, cuja instrução geral e profissional é bastante rudimentar (...) Quase sempre se cuida muito mais da composição duma fachada vistosa do que dum sério estudo da planta”.⁷⁰⁴

Como arquitecto e urbanista De Gröer concluía que a situação vivida em Lisboa era a *negação do próprio urbanismo*⁷⁰⁵ e apontava uma única solução:

“Para que uma Câmara Municipal tenha qualquer poder na sua cidade e possa dirigir o desenvolvimento da construção, é preciso que ela seja não só um grande proprietário predial, mas que ela fique um tal proprietário para sempre”.⁷⁰⁶

⁷⁰⁴ *Idem, Op. Cit.*, página 61.

⁷⁰⁵ *Idem, Op. Cit.*, página 66.

⁷⁰⁶ *Idem, Op. Cit.*, página 55.

Todas as constatações e críticas de De Gröer presentes no Plano de 1948 já haviam sido formuladas por Duarte Pacheco em 1938, tanto no acto de posse como presidente da CML como ao longo de todas as sessões camarárias por ele presididas de Janeiro a Maio desse mesmo ano. De tal modo que as medidas propostas pelo urbanista em 1948, mais não eram que o seguimento das soluções iniciadas pelo político em 1938, data da encomenda do Plano Director a De Gröer. Interessa pois ressaltar que o Plano Director de Lisboa seguiu no domínio da orientação urbanística uma linha paralela à estrutura fundiária e urbana que Duarte Pacheco sempre aplicou na mesma cidade.

Recordemos que em 1934, no exercício do primeiro mandato como ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco instituíra um regime especial de expropriações que permitiria a aquisição de 600 hectares de terreno para o então projectado Parque Florestal de Monsanto⁷⁰⁷. Do mesmo modo, em Janeiro de 1938, no desempenho do cargo de Presidente da CML, e defendendo a necessidade de intervenção do município no ordenamento estético e higiénico citadino, o político decidira a venda de lotes de terrenos municipais sobranes⁷⁰⁸. Contudo, como o próprio reconheceria em sessão camarária, esta primeira medida enunciava já uma *política estrutural em que todas as obras de urbanização deviam ser realizadas pelo município*⁷⁰⁹.

E essa política estrutural não tardaria. Em Julho de 1938, o artigo 9º do decreto 28.797 atribuía ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações o exercício e competência necessários à perfeita execução do programa de obras e melhoramentos elencados na comemoração dos centenários da Fundação e Restauração da Nacionalidade⁷¹⁰. No mesmo decreto, e à excepção das obras respeitantes ao Hospital Escolar, às casas económicas e ao Palácio dos Carrancas, projectos a concretizar na cidade do Porto, ficava enunciado que todo o elenco construtivo se concentrava na cidade de Lisboa⁷¹¹. Como afirmava o preâmbulo do diploma, e na prossecução dos objectivos traçados:

⁷⁰⁷ Vide *Infra* Capítulo 3, ponto 3. 3.

⁷⁰⁸ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta Nº 3, sessão realizada a 17 e 18 de Janeiro de 1938, página 8.

⁷⁰⁹ Vide *Infra* Capítulo 3, ponto 3. 3., nota 198.

⁷¹⁰ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 797 de 1 de Julho de 1938.

⁷¹¹ A saber, as obras do Aeroporto, suas estradas e acessos; construção de casas económicas; arranjo e integração do Castelo de S. Jorge; arranjo do Bairro de Alfama; auto-estrada e estada marginal Lisboa-Cascais; arranjo urbanístico das zonas dos Palácios da Ajuda, Assembleia Nacional e de Queluz; avenida marginal ao Tejo; urbanização da Praça dos Jerónimos; edifícios universitários de Lisboa; novos quartéis

“ (...) a acção do Governo queria-se rápida e segura, queria-se rápida em tudo: na elaboração dos projectos, das aquisições ou expropriações exigidas pelas obras e melhoramentos previstos, enfim, na sua execução (...)”⁷¹²

E relembando-se a eficácia do sistema especial de expropriações estabelecido pela primeira vez na obra do Parque Florestal de Monsanto, adoptava-se agora o mesmo modelo a todos os terrenos necessários à concretização das obras a levar a cabo. Um modelo de extrema eficácia e maior rapidez determinava que na avaliação de todos os terrenos considerados de utilidade pública, estaria presente uma comissão de arbitragem constituída por quatro elementos: dois permanentes e representantes da entidade requerente, um nomeado pelo Supremo Tribunal de Justiça e um representante do proprietário a expropriar. Numa comissão avaliadora em que três dos árbitros representavam o mesmo Estado que decretava a utilidade pública do terreno, e apenas um representante do proprietário a expropriar advogava o interesse particular, pouca margem de manobra negocial existia. Acrescia o facto de que do resultado desta mesma arbitragem avaliadora não existia recurso⁷¹³.

Ao abrigo deste decreto, a CML, entidade proponente da maior percentagem de obras elencadas no mesmo diploma, iria protagonizar a maior aquisição de terrenos alguma vez realizada na história do município. Os números apresentados no estudo de Vítor Matias Ferreira⁷¹⁴ revelam-nos a extensão de terrenos conseguidos pela Câmara de Lisboa ao abrigo deste decreto. Com efeito, compulsados os registos de propriedades expropriadas pela CML entre 1935 e 1971, conclui o autor que 70% dos terrenos foram adquiridos entre 1935 e 1949, e numa baliza cronológica mais estrita, 50% do primeiro universo percentual foi expropriado entre 1938 e 1943⁷¹⁵. Desta operação de municipalização dos solos, o autor concluiu ainda que entre 1938 e 1943 50% das expropriações incidiram sobre os terrenos das zonas do Aeroporto e respectivas vias de

e obras de urbanização da cidade de Lisboa, in *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 28 797 de 1 de Julho de 1938, alíneas a) a l.

⁷¹² *Idem*.

⁷¹³ *Idem*, Artigos 2º, 3º e 4º.

⁷¹⁴ FERREIRA, Vítor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987.

⁷¹⁵ *Idem*, *Op. Cit.*, pp. 155-156.

acesso, bairros de casas económicas e urbanização da encosta da Ajuda⁷¹⁶. Neste sentido e em última análise, Vitor Matias Ferreira conclui que as expropriações levadas a cabo pela CML entre 1938 e 1943 ao abrigo do decreto 28 797, se situaram nas áreas periféricas da cidade e não nas zonas densamente construídas⁷¹⁷.

Precisamente entre 1938 e até à data da morte de Duarte Pacheco em 1943, foram viabilizadas e concretizadas as linhas estruturantes que De Gröer haveria de enunciar em 1948 no Plano Director: o zonamento planeado da cidade. Neste sentido, a «Zona Central», dedicada ao comércio e administração, correspondente também à zona mais densa e construída, não seria tocada pela lei das expropriações. Contrariamente, zonas consideradas periféricas, e maioritariamente matriciadas como propriedades rurais, logo de menor valor no mercado imobiliário, foram expropriadas e convertidas em terrenos municipais. Na prática, ao abrigo do decreto 28 797, entre 1938 e 1943 a CML viu-se detentora de 1300 hectares de terreno. E sobre estes mesmos terrenos, municipalizados por expropriação e livres de gostos particulares, Duarte Pacheco projectou os novos limites urbanos da cidade de Lisboa, explorando a construção de equipamentos referência, programando as zonas de habitação diferenciadas⁷¹⁸, a zona industrial principal, a zona dos espaços livres e uma considerável zona de reserva de terreno.

Duarte Pacheco sustentou a execução do processo de urbanização planeada da cidade em quatro pilares: reforma administrativa dos serviços da CML, expropriação por utilidade pública, municipalização de solos e autoridade técnica do desenho arquitectónico.

A execução do Plano de Urbanização de Lisboa começaria cedo, logo em Março de 1938, o mesmo acontecendo com um movimento de crítica e resistência de todos os que se consideravam atingidos e prejudicados pelas intenções do político. Com efeito, uma comissão de técnicos, industriais, comerciantes e proprietários representantes da indústria da construção civil, enviaria a 16 de Março de 1938 uma carta ao Ministro do Interior, tecendo duras críticas à actuação de Duarte Pacheco⁷¹⁹.

Acusando o político de uma megalomania insana que transformara a Câmara de Lisboa num *Manicómio Municipal* e numa *Câmara de Negócios* que buscando a quinta

⁷¹⁶ *Idem, Op. Cit.*, página 160.

⁷¹⁷ *Idem, Op. Cit.*, página 160.

⁷¹⁸ Dando lugar aos bairros de casas económicas da Encarnação, da Madre de Deus, de Campolide, Vale Escuro e S. Jacinto, e num registo de habitação unifamiliar de maior poder económico o bairro do Alto da Ajuda.

⁷¹⁹ Apêndice Documental, Documento 2.

essência da Arquitectura, favorecia amigos como Pardal Monteiro ou Cristino da Silva, a mesma comissão avançava ainda que Duarte Pacheco ao insistir na realização do Plano de Urbanização nos moldes exactos a que se propunha, mais parecia um *bolchevista inimigo encapotado do Estado Novo*, ao proferir verdadeiros ataques à propriedade alheia⁷²⁰.

Pese embora a crueza da analogia, o terramoto de 1755, ao desmoronar o núcleo duro da cidade de Lisboa, colocou a incontornável questão da reconstrução da malha citadina afectada. Perante a situação e as propostas apresentadas, o Marquês de Pombal decidiu que se projectasse ao nível de um grau zero, e, sobre esta cota executou-se o Plano da Baixa Pombalina⁷²¹. Sob a acção política de Duarte Pacheco, a partir de 1932 e numa acção acelerada em 1938 e continuada até 1943, a cidade de Lisboa ganhou novos limites urbanos que haveriam também eles de constituir um grau zero, um ponto de partida em que o fazer novo faria erguer uma nova Lisboa. Arrasada a cidade medieval, Pombal tivera a oportunidade de planear a alma da cidade e, três séculos passados, Duarte Pacheco criara politicamente e por decreto a oportunidade de planear e controlar a construção corpórea de Lisboa.

Deste modo, se o Plano da Costa do Sol viabilizou a extensão ocidental da cidade, permitiu também o arranque de equipamentos decisivos e estruturantes na marcação territorial da malha urbana. Com efeito, equipamentos como a estrada marginal, a auto-estrada, o viaduto sobre o vale de Alcântara, o Parque Florestal de Monsanto ou o Estádio, permitiram por si só o enriquecimento do solo urbano. Por outro lado, a marcação territorial destes equipamentos, promoveu também o delineamento de eixos opostos da cidade de Lisboa, uma vez que considerada a zona ocidental como uma área citadina votada à vilegiatura, ao turismo, ao lazer e ao desporto, determinou consequentemente que seria a zona oriental da cidade aquela que receberia uma maior concentração de actividade industrial, porquanto a articulação desta actividade com os equipamentos portuários e ferroviários fazia acreditar que na programação optimizada das várias frentes de actuação da cidade.

Por outro lado, e considerando o político a zona central da cidade e os bairros históricos como malhas densamente construídas e difíceis de reprogramar, encontrou na expropriação das zonas periféricas, a única solução possível para concretizar um plano

⁷²⁰ *Idem.*

⁷²¹ *Lisboa 1758. O Plano da Baixa Hoje*, coord. Ana TOSTÕES e Walter ROSSA, Lisboa, CML, catálogo da Exposição, 2009.

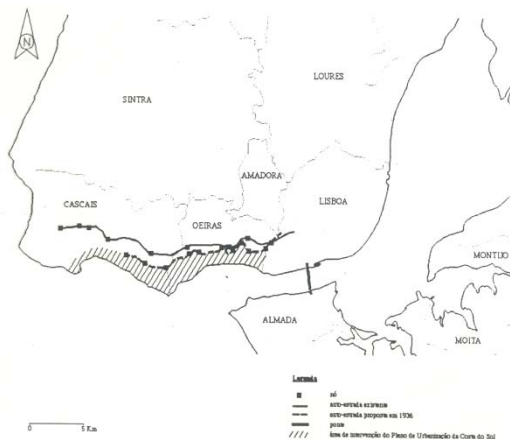
de urbanização da cidade. Retirado o poder de decisão ao gosto particular de proprietários e duvidosas «empresas de urbanização», ou seja, à iniciativa privada, Duarte Pacheco investiu o Estado, no caso o município, do cargo de decisor da urbanidade de Lisboa. Sobre uma única malha directora, a cidade viu-se dotada de novos equipamentos, como foi o caso do Parque do Campo Grande ou o Aeroporto e, no domínio da habitação o cumprimento de zonas tão diferenciadas de construção como o bairro do Restelo, da Ajuda, de Alvalade e de vários bairros de casas económicas.

Em suma, apostando na extensão da cidade de Lisboa a ocidente, no seu alargamento a norte, nordeste e oriente, Duarte Pacheco foi o político que tornou possível a Lisboa Nova como afirma Ana Tostões⁷²². Do mesmo modo, no domínio da história do urbanismo, e como considera Nuno Portas, o Marquês de Pombal e o ministro Duarte Pacheco poderiam ser considerados dois gigantes⁷²³.

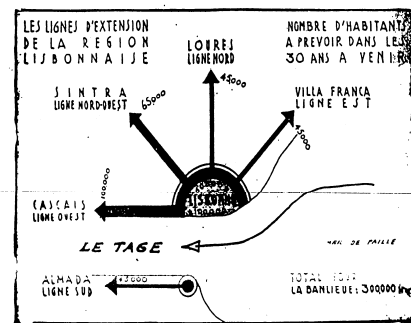
Este «gigantismo» comum aos dois governantes, embora marcado por escalas diferenciadas no solo lisboeta mas indubitavelmente associado à proporção monumental dos legados políticos, justifica-se também pela existência de outras características comuns: ambos chamaram ao Estado a autoridade e a competência na ordenação do território; ambos subordinaram essa ordenação territorial a um plano estruturado; ambos pensaram na execução desse mesmo plano nas suas várias linhas estruturantes como os eixos viários, os edifícios, os quarteirões de edifícios e a malha urbana traçada por quarteirões multiplicados. Do mesmo modo, ambos os governantes planificaram e construíram a cidade num modelo maior que a vida de um governo ou que a vida de uma geração e aqui não num sentido monumental mas num sentido intemporal em que apenas as Obras Públicas se inscrevem. Construir ruas largas porque um dia elas serão estreitas, ou construir para cem anos, são expressões atribuídas aos dois governantes, mas mais do que um jogo de palavras, estas expressões espelham na atitude de Pombal e de Pacheco o verdadeiro sentido do exercício de poder: construir o futuro.

⁷²² TOSTÕES, Ana, *Op. Cit.*, 202.

⁷²³ PORTAS, Nuno, “O Urbanismo e o Despotismo Esclarecido” in *O Tempo das Formas*, Guimarães, 2005.



51. Demarcação da área da Costa do Sol. Agache, 1936.



Fonte: Agache (1936)

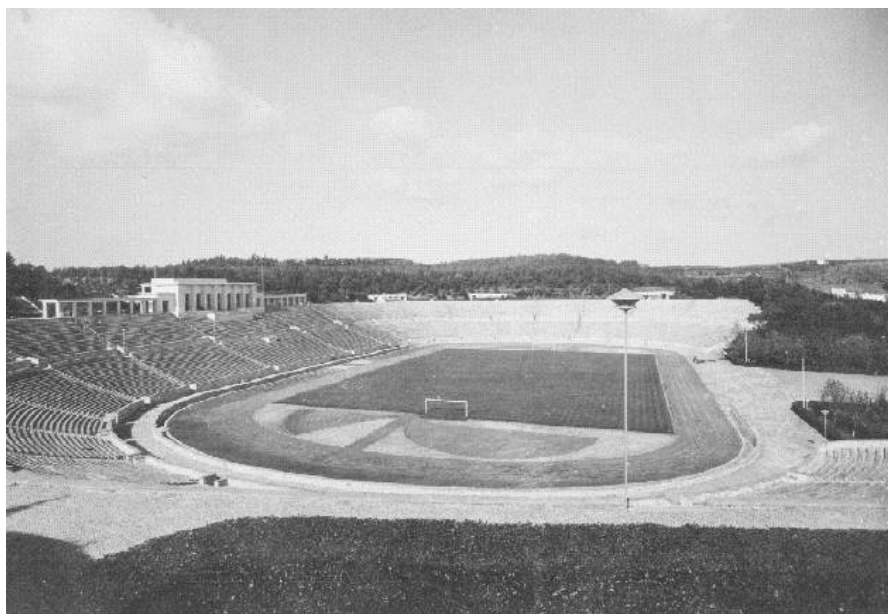
52. Áreas de extensão da região de Lisboa, Alfred



53 e 54. Estrada Marginal Lisboa-Cascais, elemento estruturante do Plano da Costa do Sol



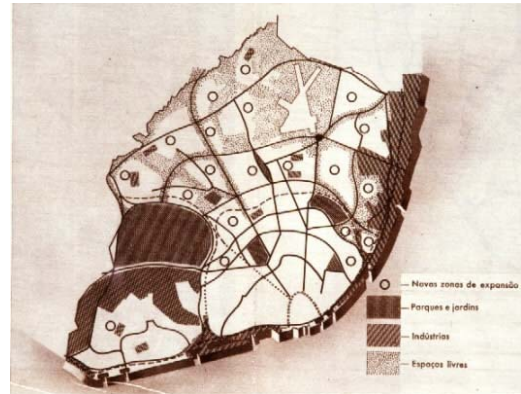
55 e 56. A Auto-estrada.



57. Estádio Nacional



58 e 59. Parque Florestal de Monsanto



60 e 61. Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1948. Estabelecimentos de ensino e áreas de expansão.



62. Plano Director de Lisboa, 1948. Estrutura orgânica citadina.



63. Plano Director de Lisboa, 1948.

4.2. Lisboa de Tejo e Mar: obras, engenho e arte na cidade cais

Nascida na margem direita do rio Tejo, Lisboa cresceu a partir deste ponto primordial de recursos naturais e estratégicos. Fonte primária de subsistência, barreira natural de protecção contra investidas externas, e na presença de um estuário que se extingue serenamente no mar, o Tejo não só contribuiu de forma generosa para a implantação da cidade, como permitiu que a partir de Lisboa se arriscasse uma epopeia marítima à escala global, os Descobrimentos. Capital do reino e cidade europeia de referência, Lisboa fixou-se à beira Tejo, afirmou-se a partir dele e cresceu ao longo do seu curso.

Primeiramente fixada na encosta sul da colina do Castelo e na zona ribeirinha de Alfama, a cidade foi crescendo para ocidente até atingir a colina fronteira, a do Carmo, para daí de novo descer ao rio, numa linha marcada pela cerca Fernandina.⁷²⁴ Até ao século XVIII e num eixo de expansão sucessiva para o interior, a cidade foi ocupando as várias colinas, concentrando contudo na zona ribeirinha o bulício maior de uma actividade comercial portuária crescente em bens e costumes. Deste modo, o porto de Lisboa constituiu, de forma espontânea, o pulsar da cidade tanto na sua importância económica e política, como na sua singularidade cultural. Por outro lado, à medida que a fixação da actividade portuária ganhou importância e cresceu em escala, as praias da zona ribeirinha foram dando lugar a ancoradouros e estaleiros, e a sucessiva construção de armazéns e mercados conquistou terrenos ao rio. A maior dessas conquistas ocorreria a partir de 1860 com a construção do Aterro da Boavista. Contudo, e embora esta intervenção planeada ganhasse novos limites de território ribeirinho, duas inovações tecnológicas iriam questionar a funcionalidade da área portuária lisboeta: o barco a vapor e os caminhos de ferro. A inauguração da Estação de Santa Apolónia em 1865 facultava uma mais rápida ligação de Lisboa à Europa, da mesma forma que a chegada dos navios a vapor permitia um maior tráfego de passageiros e mercadorias. Contudo, dotados de grandes calados, estes navios viam-se na impossibilidade de atracar no porto, de tal modo que o embarque e desembarque se efectuavam ao largo do Tejo,

⁷²⁴ SANTOS, Maria Helena Marcelo Ribeiro e BRITO, António Manuel Freire de, “De Alcântara ao Cais do Sodré. História de um porto ou um porto com história”, in *Arquitectura*, n.ºs 137-138, Julho - Outubro, 1980.

assegurando-se a ligação a terra através de barcaças de pequeno porte⁷²⁵. Na sequência destas evoluções tecnológicas externas ao país, e sobretudo na forma como as mesmas se manifestaram ao nível das relações comerciais e na sua directa consequência económica, a funcionalidade do porto de Lisboa veio a revelar-se profundamente frágil e obsoleta. Deste modo, a partir da segunda metade de Oitocentos surgiram amiúde nas conversas de tertúlia, nos jornais e nas propostas políticas, as mais diversas soluções de modernização não só da zona portuária como da zona ribeirinha da cidade⁷²⁶.

Logo em 1854 Pierre Pézerrat (1801-1872), engenheiro francês ao serviço da Câmara de Lisboa, elaboraria uma proposta de docas, portos acostáveis e um bairro marítimo na extensão da Boavista, Santos e Rocha do Conde de Óbidos⁷²⁷. Onze anos depois, o mesmo técnico voltaria a avaliar esta extensão de terreno e apresentaria nova solução, propondo a transferência das instalações portuárias para a margem sul do rio Tejo, alargando assim o espaço já conquistado pelo aterro da Boavista, obra que, a par da construção da Avenida 24 de Julho, seria iniciada em 1860⁷²⁸.

Em 1870 seria Thomé Gamond (1807-1876), outro engenheiro francês, a apresentar nova e complexa proposta⁷²⁹. Partindo da criação de um estruturado porto comercial e forçando a expansão territorial da cidade através da conquista de terrenos ao rio, o engenheiro propunha o engrandecimento de Lisboa a oriente e ocidente, tomando a Praça do Comércio como ponto referencial e axial do projecto. Contudo, Gamond não propunha um crescimento extensivo aplicado apenas à faixa ribeirinha mas ao «hinterland» de Lisboa, de forma a estender em profundidade os limites da cidade até Colares e Sintra pela construção de uma via férrea. A par do «engrandecimento», Gamond apresentava ainda propostas de «embelezamento» da cidade portuária. Deslocando a actividade comercial do porto para leste por considerar poder existir nesta

⁷²⁵ PERESTRELO, Augusto M. de Cid, “A «gare» marítima e as «gares» fluviais do porto de Lisboa, trabalho apresentado ao I Congresso Nacional de Engenharia in *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos*, nº 677, Novembro de 1931, pp. 433-437.

⁷²⁶ Sobre o estudo exaustivo das propostas de renovação e melhoramento do porto de Lisboa Vide LOUREIRO, Adolfo, *Os portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904-1906.

⁷²⁷ PÉZERAT, Pierre Joseph, *Memoria descriptiva sobre o projecto de docka com portos-caes e d’um novo bairro marítimo nas praias da Boa Vista, de Santos e da Rocha do Conde de Obidos compreendendo a rectificação do actual bairro da Boa Vista*, Lisboa, Typografia Manoel Jesus Coelho, 1854.

⁷²⁸ PÉZERAT, Pierre Joseph, *Memoire sur les etudes d’améliorations et embelissements de Lisbonne*, Lisboa, Imprimerie Franco-Portugaise, 1865, nesta perspectiva citado por BARATA, Ana Martins, “Lisboa “Caes da Europa”. Alguns projectos não realizados para a zona ribeirinha da cidade entre 1860 e 1930”, in *Arte Teoria*, Revista do Mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, nº 7, ano 2005, pp. 124-139.

⁷²⁹ GAMOND, Thomé, *Memoire sur le Project d’agradissement de la ville de Lisboa*, Paris, Dunod, 1870.

mudança uma maior articulação com a então inaugurada estação de caminhos de ferro de Santa Apolónia, Gamond propunha para a zona Oeste da cidade a projecção de habitação e equipamentos de maior qualidade. Os boulevards, as grandes avenidas, os bosques e até os lagos, constituíam na proposta de Gamond, um projecto grandioso à escala de Lisboa, *uma das grandes metrópoles do Oceano*⁷³⁰ que o autor propunha engalanar através da criação de uma majestosa avenida marginal.

Em 1871, sob tutela do Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, o governo nomeava uma comissão com o objectivo de estabelecer um plano geral de obras para a margem direita do rio Tejo *desde a estação do caminho de ferro de leste até à torre de S. Vicente de Belém*⁷³¹. O relatório deste grupo de trabalho surgiria em 1874 e tinha início no reconhecimento do deficiente estado sanitário da zona ribeirinha da cidade. Alvo de assoreamentos e despejos não regulamentados, o porto de Lisboa vivia contaminado numa *atmosphera infecta*⁷³². No propósito de devolver ao *majestoso rio* as condições necessárias ao desenvolvimento da sua vocação portuária, o relatório desta comissão propunha a construção de um novo porto e a sua articulação com novos e amplos eixos viários. A mesma comissão propunha também a deslocação da estação ferroviária de Santa Apolónia. Não concordando com a implantação do equipamento na zona leste, julgava este grupo de trabalho que uma implantação do mesmo equipamento a ocidente poderia oferecer à cidade uma maior centralidade no trânsito de passageiros e mercadorias. No coroar da sua proposta, a comissão de estudo acrescentava ainda a criação de um boulevard a rasgar da zona de Santos a Belém, num eixo arborizado e pedestre ao centro, a deixar duas faixas laterais de circulação ao trânsito de viaturas. Esta mesma ideia de boulevard marginal seria posteriormente recuperada por nova proposta, no caso, a defendida por Miguel Correia Pais, embora o engenheiro considerasse a necessidade de uma maior extensão de área ribeirinha: do Beato a Belém⁷³³.

Apesar de todos os considerandos e da evidente necessidade de medidas de reordenamento urbano, de melhoramento das acessibilidades portuárias e das correcções

⁷³⁰ GAMOND, Thomé, *Op. Cit.*, página 20. Sobre o estudo exaustivo da proposta de Thomé Gamond Vide BARATA, Ana Martins, *Lisboa 1860-1930: desejos, realidades e ficções*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

⁷³¹ Portaria Régia de 9 de Setembro de 1871.

⁷³² *Plano Geral das Obras que convém levar a efeito nas margens do Tejo entre o Beato e a Torre de Belém para o melhoramento do porto de Lisboa e engrandecimento da cidade: memória da comissão nomeada em portaria de 9 de Setembro de 1871*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

⁷³³ PAIS, Miguel Correia, *Melhoramentos de Lisboa e seu Porto*, Lisboa, Tipografia Universal. 1882.

sanitárias de toda a faixa ribeirinha de Lisboa, das inúmeras propostas que foram surgindo ao longo da segunda metade de Oitocentos, Lisboa não obteve mais do que obras pontuais de manutenção.

De tal modo que, iniciado o novo século, um incisivo texto publicado no *Diário de Notícias* em 1906 e sob o sugestivo título de *Lisboa Caes da Europa*⁷³⁴ reclamaria a urgência do arranjo urbanístico da margem direita do Tejo desde a Avenida 24 de Julho até Belém e Pedrouços. No mesmo ano, Fialho de Almeida (1857-1911) proporia na sua *Lisboa Monumental*⁷³⁵ uma «majestosa avenida da Índia», mas no momento, como antes, a questão voltaria a cair na inoperância e no esquecimento dos serviços públicos até ser relançada em 1926 quando a Câmara de Lisboa convidou Jean Claude Forestier (1861-1930) a elaborar um plano geral de melhoramentos da cidade.

Forestier não chegaria a cumprir um plano geral para a cidade de Lisboa. Em seu lugar apresentaria dois «planos de pormenor»: o de prolongamento da Avenida da Liberdade e um outro de remodelação da zona ribeirinha. Para este último, Forestier socorria-se da mesma solução que os seus antecessores: a criação de um boulevard entre a Praça do Comércio e a Praça do Duque da Terceira. Optando por esta solução, julgava o engenheiro paisagista ser possível a *correção* do erro das edificações pombalinas que *na sua concepção* haviam anulado a possibilidade de construção de um amplo passeio à beira rio⁷³⁶. Contudo, e uma vez mais, também esta proposta não passaria da fase de projecto.

Subsiste pois na citação ainda que breve das propostas acima enumeradas, a ideia de que a maior dificuldade encontrada por todos os que se debruçaram sobre a questão de regularização da zona ribeirinha de Lisboa, residiu no facto de a mesma estar intrinsecamente ligada a uma função portuária importante, indissociável da singularidade da cidade, mas simultaneamente uma função portuária desorganizada, disfuncional e inoperativa que não permitiu a definição urbana da sua área de influência.

O melhor retrato da situação vivida pelo porto de Lisboa surge-nos em 1931, no I Congresso Nacional de Engenharia, pelas palavras de Augusto Cid Perestrelo (1880-19??), engenheiro, professor no Técnico para a disciplina de Trabalhos Marítimos,

⁷³⁴ “Lisboa Caes da Europa”, in *Diário de Notícias*, 19 de Junho de 1906.

⁷³⁵ ALMEIDA, Fialho de, “Lisboa Monumental” in *Ilustração Portuguesa*, vol. II, nº 36 e nº 39, 1906.

⁷³⁶ Cfr. “A avenida marginal: um projecto do engenheiro paisagista Forestier relativo ao troço entre as praças do Comercio e Duque da Terceira”, in *O Século*, 14 de Outubro de 1927.

vogal do Conselho Superior de Obras Públicas e um dos maiores conhecedores portugueses do tema de obras e construções portuárias⁷³⁷.

Na comunicação apresentada ao I Congresso de Engenharia realizado em Portugal, Cid Perestrelo afirmaria que o porto de Lisboa, situado no extremo ocidental da Europa, apresentava uma situação privilegiada na dupla valência de porto de escala e porto postal.⁷³⁸ Neste sentido frequentado por navegação de escala transatlântica, o porto lisboeta registara em 1930 um movimento de passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito na ordem dos 260.970 indivíduos. De igual modo e no mesmo período de tempo o movimento de malas postais registara o número de 243.273 volumes⁷³⁹. Todavia, lembrava Cid Perestrelo que, apesar da favorável localização geográfica e das excelentes condições naturais:

“ (...) não possuía ainda o porto, mercê de um conjunto de circunstâncias, as modernas instalações indispensáveis para o tráfego de passageiros da grande navegação oceânica”.⁷⁴⁰

Na mesma exposição ao I Congresso de Engenharia, Cid Perestrelo relembra ainda o acidentado percurso de gestão do porto de Lisboa. Embora as primeiras obras de regularização planeada da margem direita do rio Tejo datassem de 1887 e, desde a mesma data os cais e terraplenos assegurassem de forma mais célere os serviços marítimos e fluviais, até 1907 o serviço de passageiros havia sido sistematicamente realizado ao largo por impossibilidade de atracagem de navios de maior porte, como atrás foi referido. Só após esta data e na sequência de drenagens permanentes no extremo oeste do cais de Alcântara passou a ser possível a atracagem de navios das *Messageries Maritimes*, e, a partir de 1918 a atracagem de navios transatlânticos como o *Bramantia* ou o *Lumburgia*, da Mala Real Holandesa. Contudo, e apesar de superadas algumas dificuldades técnicas, a falha de regulamentação da actividade portuária culminaria em 1921 na desorganização dos serviços, facto que levaria de novo ao

⁷³⁷ Da obra crítica de Cid Perestrelo destacamos os seguintes títulos: *O Porto de Setúbal*, Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal, e do Rio Sado, 1934; “Os Portos e o Turismo”, tese apresentada ao I Congresso de Turismo, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Turismo, 1936; *O Porto de Lisboa e as suas Obras*, Lisboa, s. n., 1938; *As Obras do Porto de Luanda*, s.l., s.n., 1941; *O Porto de Luanda*, Lisboa, Oficina Fernandes, 1945; *Os Portos Marítimos do Ultramar Português e as obras neles executadas para o seu melhoramento*, s.l., s. n., 1948.

⁷³⁸ PERESTRELO, Augusto M. de Cid, *Op. Cit.*, página 433.

⁷³⁹ Idem, *Op. Cit.*, página 433.

⁷⁴⁰ Idem, *Op. Cit.*, página 433.

embarque e desembarque ao largo do Tejo. Em 1927 uma nova administração do porto tomava posse e em 1928 era decretada a atracagem obrigatória a todos os navios de passageiros.

O cais de Alcântara e o molhe oeste da doca de Santos ficariam assim destinados às companhias de navegação estrangeiras⁷⁴¹, ficando o cais da Fundação, o Terreiro do Trigo e o Cais de Santos destinados ao serviço de navegação para África e Ilhas Adjacentes. Todavia, apesar da melhor organização de serviços, considerava Cid Perestrelo que estes cais não apresentavam as melhores condições para o serviço de passageiros pelo facto de não estarem constituídos terraplenos de qualidade. E a este facto acrescia um outro: estando o Arsenal da Marinha instalado no perímetro consignado entre o Terreiro do Paço e o Cais de Sodré, as possibilidades de expansão da área de atracagem estavam reduzidas ao mínimo possível.

O projecto inicial de transferência do Arsenal da Marinha para a margem esquerda do Tejo fora aprovado em 1909⁷⁴². Pela mesma data, uma comissão presidida pelo engenheiro Adolfo Loureiro, fora nomeada com o objectivo de elaborar um parecer sobre os destinos a dar aos terrenos do Arsenal. Deste grupo de trabalho surgiria a proposta de entulhamento da doca seca ali existente e posterior alargamento e ligação do eixo viário e criação de um passeio marginal que iria do Terreiro do Paço ao Cais do Sodré e deste se prolongaria pela Avenida 24 de Julho⁷⁴³.

Embora o processo de transferência efectiva do Arsenal para a outra margem do rio se tenha arrastado no tempo e não surgisse antes de 1932, a mera possibilidade de existência de uma área portuária e ribeirinha livre, na extensão do Terreiro do Paço ao Cais do Sodré, abria campo a várias possibilidades como a abertura de uma faixa marginal e de uma mais eficaz regulação de trânsito.

Contudo, e uma vez mais, embora a zona ribeirinha e portuária revelasse a necessidade de uma intervenção determinada e programada, não existiam mais do que propostas pontuais e desarticuladas. De tal modo que, em 1917, era a vez dos serviços técnicos do porto de Lisboa assinarem um projecto de obra a ter início no molhe oeste da doca de Alcântara e o Cais do Sodré *deixando, todavia, para ser oportunamente*

⁷⁴¹ Tomando por base os resultados apresentados por Augusto Cid Perestrelo, entre 1928 e 1931 existiam já doze companhias de navegação a operar nos cais de Alcântara e Santos. Maioritariamente estas companhias eram de nacionalidade francesa, belga, holandesa, inglesa, alemã e italiana. Cfr. PERESTRELO, Augusto M. Cid, *Op. Cit.*, página 433.

⁷⁴² Sobre o processo administrativo que deu origem à transferência do Arsenal da Marinha para aquela a que se viria a denominar de Base Naval do Alfeite *Vide Supra* capítulo 3, ponto 3.2.

⁷⁴³ PERESTRELO, Augusto M. de Cid, *Op. Cit.*, página 434.

estudada a parte para montante até ao Terreiro do Paço⁷⁴⁴. Em 1920, este mesmo projecto sofreria alterações e transformar-se-ia num plano de regularização da doca de Santos à Doca da Alfândega, prevendo-se a construção de uma avenida marginal e de novos arruamentos conquistados ao espaço libertado pela então suposta transferência do Arsenal da Marinha para outro local.

É precisamente por esta data que surge a ideia de criação de uma gare marítima central nos terrenos situados entre o Cais do Sodré e o Terreiro do Paço. Amiúde, tanto na imprensa como na documentação administrativa dos órgãos centrais e camarários, a ideia ressurgiu de forma lateral, a propósito das mais variadas questões. Cid Perestrelo atribuiu a António Belo a autoria desta proposta como elemento constante do projecto de melhoramentos da margem direita do Tejo.

Na prospecção documental realizada, não encontrámos um nome ou uma entidade autora da ideia, contudo, localizámos o documento que traça a *descrição sumária* desta *gare marítima central geral*⁷⁴⁵.

A implantar nos terraplenos da Alfândega, o edifício da Gare Central seria composto por dois pisos e teria entrada principal voltada à Praça do Comércio. Construído na traça arquitectónica pombalina, e geminado por um segundo equipamento previsto à face ribeirinha do torreão poente do Terreiro do Paço⁷⁴⁶, este conjunto constituiria assim o simétrico prolongamento da praça setecentista.

Destinada ao serviço de todas as linhas férreas com origem em Lisboa⁷⁴⁷, e com o objectivo de otimizar a distribuição de bagagens e passageiros com destino à América e à Europa Central, esta Gare Central promoveria o acolhimento de todos os passageiros nacionais e estrangeiros *na praça mais bela e mais imponente*: a Praça do Comércio. Exclusivamente destinada ao serviço de passageiros e bagagens, a Gare Central remeteria a Estação do Rossio ao tráfego de mercadorias de grande velocidade, especialmente os géneros alimentícios, seguindo assim a tendência de outras cidades europeias, diariamente abastecidas de produtos frescos. Acrescentava ainda o redactor do projecto, que a vizinhança da Praça da Figueira e dos principais estabelecimentos de abastecimento da cidade concorreriam para a maior eficiência da Estação do Rossio.

⁷⁴⁴ *Idem, Op. Cit.*, página 435.

⁷⁴⁵ *Vide* Apêndice Documental, Documento 42.

⁷⁴⁶ O edifício simétrico à Gare Central seria o Palácio dos Correios e Telégrafos. *Vide* Apêndice Documental, Documento 42.

⁷⁴⁷ Linha do Norte, Leste, Oeste, linhas suburbanas de Cascais, Sintra e Vila Franca. O mesmo projecto previa também a ligação à Linha Sul e Sueste e futuros «tramways» da margem sul, estando contudo esta ligação condicionada à solução a adoptar relativamente à travessia do Tejo. Sobre as propostas de travessia do rio Tejo *Vide Infra*, ponto 4.2.2.

Na memória descritiva deste projecto está também presente o reconhecimento da necessidade de articulação da gare marítima central com as linhas férreas existentes e a construir. Neste propósito, a Gare não só seria o *local de chegada dos passageiros nacionais e estrangeiros*⁷⁴⁸, mas também o centro nevrálgico de uma rede de distribuição periférica de passageiros e mercadorias:

“(N)As ligações com Santa Apolónia são mantidas 4 vias, sendo duas de serviço e duas linhas principais, e para Oeste até Alcântara por 3 vias, duas para tramways de Cascaes e Cintra e uma terceira para a linha de Oeste e mercadorias dos entrepostos. A ligação com as linhas de Cintra e Oeste será feita por Alcântara, havendo para isso necessidade de inverter a curva de concordância de Alcântara Mar. Este *desideratum* consegue-se facilmente com a abertura de um túnel sob a rua 24 de Julho, mantendo-se este sempre do lado nascente do caneiro de Alcântara.”⁷⁴⁹

Para além da necessidade de articulação desta gare central com as redes ferroviárias existentes, o autor do projecto avançava ainda algumas considerações sobre melhoramentos futuros:

“Caso se reconheça haver necessidade será melhorado o perfil da linha de Alcântara a Campolide, conservando-se contudo a via simples, visto que num futuro próximo a ligação com Cintra passará inevitavelmente a fazer-se por Cascaes. Um ramal de Cintra a Cascaes pelo litoral, iria servir localidades e praias hoje quasi desconhecidas, mas que pelas suas belezas naturaes, e pela sua excelente situação sobre o Oceano, tomariam dentro de pouco tempo um grande desenvolvimento.”⁷⁵⁰

⁷⁴⁸ Vide Apêndice Documental, Documento 42.

⁷⁴⁹ Vide Apêndice Documental, Documento 42.

⁷⁵⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 42.

Embora não tenhamos conseguido localizar quaisquer peças desenhadas deste projecto, sabemos pelo relato do seu autor que a mesma seguiria, como atrás foi referido, *o mesmo estilo dos ministérios*. Contudo, como centro nevrálgico de uma miríade de linhas férreas, a gare, disposta por dois pisos, assentaria sobre essas mesmas linhas⁷⁵¹ em piso subterrâneo, oferecendo no piso térreo um cais de passageiros e mercadorias, dotado de bilheteiras, salas de bagagens, salas de espera e escritórios. Adoptando a forma de uma planta em U, as duas alas do edifício, também dispostas por dois pisos e com entradas independentes, receberiam os serviços da Direcção e da Administração dos Caminhos de Ferro. No total, este edifício apresentaria uma envergadura de 170 metros de comprimento por 75 metros de largura, com um espaço interior coberto por marquise com 40 metros de vão.

Não tanto por questões arquitectónicas mas por dificuldades geotécnicas, a complexidade de execução deste projecto envolvia necessariamente a construção infraestrutural de ferrovias subterrâneas e túneis numa zona de terrenos movediços. Este facto terá decerto contribuído, senão mesmo decidido a inviabilidade do projecto, de tal modo que, em 1929, era construída, precisamente no espaço do cais da Alfândega, a Estação Fluvial de Sul-Sueste, equipamento que na transposição do Tejo, passaria a estabelecer a ligação fluvial de todos os passageiros com destino à linha ferroviária do Sul.

Uma vez mais, uma construção pontual resolveria uma questão singular, contudo, a zona portuária e ribeirinha de Lisboa permanecia na ausência de um plano estrutural. Considerando a área total de 12 quilómetros de extensão divididos em 3 secções⁷⁵², Cid Perestrelo rematava em 1931 a sua comunicação ao I Congresso de Engenharia com uma proposta integrada de intervenção nesta zona nevrálgica da cidade. Estando já previstas a regularização da margem direita do rio, de Belém ao Poço do Bispo, e a deslocação do Arsenal da Marinha para a margem esquerda do Tejo, com a consequente libertação de espaço até aí sob jurisdição e ocupação naval, Cid Perestrelo declarava ser:

⁷⁵¹ O projecto avançava com a proposta de 11 linhas férreas em cota subterrânea. *Vide* Apêndice Documental, Documento 42

⁷⁵² A primeira secção da zona portuária de Lisboa estava circunscrita aos terrenos situados entre Santa Apolónia e Alcântara. A 2ª secção consignava os terrenos situados entre Alcântara e Belém e a 3ª Secção consignava os terrenos situados entre Santa Apolónia e o Poço do Bispo. Cfr. PERESTRELO, Augusto M. de Cid, *Op. Cit.*

“Indispensável e urgente que o porto de Lisboa seja dotado com uma «gare» marítima, para serviço da grande navegação, e com «gares» fluviais que assegurem as comunicações entre as duas margens do Tejo.”⁷⁵³

E o local considerado por Cid Perestrelo como o ideal para receber a gare marítima era precisamente *o novo cais, a construir no local do Arsenal da Marinha*. Aliás, Cid Perestrelo não era o único técnico a defender esta proposta. Em 1928 Cid Perestrelo integrara a Comissão de Classificação de Porto de Lisboa⁷⁵⁴, comissão que indicara serem os terrenos do Cais do Sodré ao Arsenal, os mais indicados a receber este equipamento e, em 1931, no decurso da apreciação da tese de Cid Perestrelo, o I Congresso Nacional de engenharia votou esta mesma proposta como uma das conclusões dos congressistas⁷⁵⁵.

Sobre a questão, considerava Cid Perestrelo, e considerariam os engenheiros reunidos em congresso no ano de 1931, que o Cais das Colunas e os cais e terraplenos já existentes ou a construir, poderiam satisfazer o serviço de passageiros, veículos e mercadorias através de gares fluviais. Contudo, Perestrelo lançava o aviso: era necessário o estudo de um plano definitivo que envolvesse os serviços do porto e a Câmara Municipal de Lisboa⁷⁵⁶. De facto, permanecia em falta um estudo baseado na articulação dos objectivos específicos dos serviços portuários e das necessidades específicas de uma zona ribeirinha que servia o porto, os que dele dependiam, mas que servia também uma cidade voltada ao Tejo em todas as suas valências: comercial, empresarial e administrativa. Neste sentido, a cidade clamava pela existência de um plano viável de ordenamento de pessoas, bens, serviços, trânsitos e tráfegos numa relação indissociável dos serviços portuários e da envolvente ribeirinha. Contudo, este estudo não surgiria antes de 1946, ano do Plano de Melhoramentos do Porto de Lisboa, da autoria do arquitecto Paulo Cunha.

⁷⁵³ Vide Apêndice Documental, Documento 42.

⁷⁵⁴ Da mesma comissão fizeram parte os engenheiros Costa Serrão, Hugo de Lacerda, Fernando de Sousa, Ramos Coelho e Duarte Abecassis. Cfr. PERESTRELO, Augusto M. de Cid, “O Porto de Lisboa e as suas Obras” in *Técnica*, Revista de Engenharia dos Alunos do IST, nº 89, Janeiro de 1938, pp. 407-415.

⁷⁵⁵ Vide PERESTRELO, Augusto M. de Cid, “Portos e Gares Marítimas” in *Técnica*, Revista de Engenharia dos Alunos do IST, nº 72, Fevereiro de 1936, página 303.

⁷⁵⁶ PERESTRELO, Augusto Cid, *Op. Cit.*, página 436.

4.2.1. As Gares Marítimas

“Não desembarcar não tem cais onde se desembarque.
Nunca chegar implica não chegar nunca.”

Fernando Pessoa, *O Livro do Desassossego*, 1913-1935.

Em Setembro de 1932, Salvador Sá Nogueira, Administrador Geral do Porto de Lisboa, expunha a Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, a necessidade e urgência de se dotar o porto de instalações condignas ao serviço dos passageiros⁷⁵⁷ e, em Novembro do mesmo ano, a AGPL apresentava ao ministro os anteprojectos de duas gares a construir em Alcântara e Rocha Conde de Óbidos e cuja estimativa total, compreendendo cerca de 750 contos para a construção de uma pequena estação ferroviária, rondaria os cerca de 5.000 contos⁷⁵⁸. Sobre este anteprojecto, Duarte Pacheco pediria parecer ao Conselho Superior de Obras Públicas, órgão consultivo que resumiria a questão em quatro pontos essenciais. Considerava o CSOP que o melhor local para a construção da gare marítima de Lisboa seria o cais e respectivos terraplenos já previstos entre Santos e Terreiro do Paço, considerando ainda que, independentemente da transferência da base naval da Marinha do Arsenal para o Alfeite, a construção dos troços do novo cais poderiam ter início tendo em atenção a necessidade de permitir a acostagem de navios com calado de 12 metros. No seguimento desta posição técnica, o CSOP declarava:

“Não devem ser feitas com carácter provisório, quaisquer instalações para o serviço de passageiros de grande navegação aos locais indicados pela Administração Geral do Porto de Lisboa, porquanto isso representaria o protelamento de um

⁷⁵⁷ CSOP, Parecer nº 712, Projecto de construção de duas gares marítimas no cais de Alcântara do Porto de Lisboa.

⁷⁵⁸ *Idem*.

melhoramento que este Conselho julga de uma urgência inadiável”.⁷⁵⁹

O voto unânime do CSOP reprovava assim em 1932 o anteprojecto das duas gares lançado pela AGPL. Quanto à *urgência inadiável*, esta consistia, obviamente, na construção da gare marítima central, a implantar nos terrenos situados entre Santos e o Terreiro do Paço: proposta defendida pela comissão de estudo nomeada em 1928, e defendida também técnica, profissional e publicamente pelo relator do CSOP encarregue de elaborar o parecer do órgão consultivo: Augusto M. de Cid Perestrelo e defendida ainda nas teses conclusivas do I Congresso Nacional de Engenharia⁷⁶⁰.

Com o objectivo de clarificar tecnicamente esta situação, a 9 de Fevereiro de 1933 Duarte Pacheco nomearia uma comissão especial encarregue de elaborar um plano de melhoramentos do porto de Lisboa⁷⁶¹. O relatório de trabalho produzido por esta equipa iria também ao encontro da proposta de construção de uma gare marítima central nos terrenos próximos à já existente estação ferroviária do Cais do Sodré. Contudo, por necessidade imperiosa de construção do novo cais acostável, julgava-se necessário um oneroso investimento de cerca de 10.000 contos⁷⁶².

Na sequência deste relatório, logo a 24 de Fevereiro de 1933 Duarte Pacheco redigiria um despacho ministerial que expunha a sua posição sobre esta situação de impasse vivida nos dois organismos tutelados pelo MOPC:

“Reconheço a necessidade e urgência da construção da gare marítima do porto de Lisboa no Cais do Sodré. Atendendo porém à íntima ligação da realização deste projecto com a construção dos troços do cais entre Santos e o Terreiro do Paço, obra que no seu conjunto exige o dispêndio de importantíssimas verbas que não podem ser postas à disposição da APL, determino que esta administração geral elabore o anteprojecto das obras complementares da 1ª secção do porto e determino ainda que a DGEMN proceda urgentemente à elaboração do

⁷⁵⁹ CSOP, Parecer nº 182, Projecto de construção de duas gares marítimas no cais de Alcântara do Porto de Lisboa.

⁷⁶⁰ Como anteriormente ficou demonstrado.

⁷⁶¹ *Diário do Governo*, II Série, Portaria nº 7.520 de 9 de Fevereiro de 1933.

⁷⁶² CSOP, Parecer nº 712, Projecto de construção de duas gares marítimas no cais de Alcântara do Porto de Lisboa, informações anexas ao processo do respectivo parecer.

respectivo projecto, contratando para isso um architecto a quem será igualmente consentido o encargo de confeccionar o projecto da gare marítima do Cais do Sodré. O projecto da estação de Alcântara deverá ser estudado de modo que o custo da obra não exceda 2.500 contos e a sua construção não deverá ser iniciada sem estar assegurada a realização das obras de saneamento do Caneiro de Alcântara”.⁷⁶³

Ainda em 1933 e apesar de todos os organismos intervenientes apostarem na necessidade de construção de uma gare marítima central, consentindo o ministro a construção da gare de Alcântara, a AGPL insistiria de novo nas vantagens de construção da gare de Alcântara mas também da gare da Rocha Conde de Óbidos. De tal forma que nova exposição sobre a questão seria enviada ao ministro. Na sequência desta exposição, a 21 de Dezembro de 1933, novo despacho ministerial de Duarte Pacheco requeria ao CSOP a apreciação do documento exposto pela AGPL. Todavia, uma vez mais, e por unanimidade o CSOP votaria contra, considerando que:

“Qualquer coisa a fazer em Alcântara, a menos que não seja uma construção ligeira, possivelmente em cimento armado e facilmente adaptável depois a qualquer outro fim, e que, como tal deveria ser estudada e apresentada, seria contraproducente, porque só serviria para retardar a solução do problema (...) em vez das instalações com carácter provisório que a administração do Porto propunha, deveriam ser estudadas imediatamente as instalações de carácter definitivo”.⁷⁶⁴

Contudo, apesar do sistemático voto negativo do CSOP, Duarte Pacheco ditara em despacho ministerial de Fevereiro de 1933 a sua posição face à contenda em torno da questão das gares marítimas. Reconhecendo a necessidade de existência de uma gare central a implantar nos terrenos no Cais do Sodré, o ministro considerava também a necessidade de existência de *uma pequena estação de desembarque de passageiros* em

⁷⁶³ CSOP, Parecer nº 712, Projecto de construção de duas gares marítimas no cais de Alcântara do Porto de Lisboa, Despacho ministerial de Duarte Pacheco anexo ao referido parecer.

⁷⁶⁴ CSOP, Parecer nº 183, Projecto de construção de duas gares marítimas no cais de Alcântara do Porto de Lisboa.

Alcântara. E, até ao final do ano, acolheria ainda a proposta de Salvador Sá Nogueira, administrador geral da AGPL, considerando a necessidade de construção da terceira gare, a da Rocha Conde de Óbidos, pois a 27 de Janeiro de 1934, no seguimento dos passos traçados no despacho do ministro, a DGEMN pediria a um arquitecto a encomenda oficial de um projecto de três gares marítimas para o porto de Lisboa⁷⁶⁵. O director geral da DGEMN informaria mais tarde que o ministro determinara verbalmente que *em vez de uma gare fossem estudadas duas* e que, posteriormente determinou também que *fosse levantado o limite fixado de 2.500 contos para a despesa a fazer com a gare de Alcântara*⁷⁶⁶.

A DGEMN encomendaria o projecto das duas gares a Porfírio Pardal Monteiro, o mesmo arquitecto que assinara o projecto do *campus* do IST, primeira obra pública e política de Duarte Pacheco. Eduardo Rodrigues de Carvalho, engenheiro dos quadros da DGEMN seria nomeado engenheiro delegado deste projecto. O mesmo engenheiro que a partir do criterioso trabalho técnico votado a este trabalho, passaria a ser um dos homens de confiança do ministro.

O arquitecto e o engenheiro delegado começariam desde logo a trabalhar no projecto das referidas gares e Salvador Sá Nogueira faria o mesmo. Em Maio de 1934, quatro meses após a encomenda oficial da obra, levaria ao I Congresso da União Nacional uma exposição intitulada *O Porto de Lisboa e a Nação*⁷⁶⁷. Nesta comunicação faria uma breve caracterização do porto de Lisboa concluindo que das três funções que lhe estavam adstritas, este mantinha essencialmente a *função regional*, a de Lisboa, porquanto:

“ (...) nem a extensão territorial, nem a população, nem as indústrias justifica[va]m a existência de um grande movimento de exportação e de importação”.⁷⁶⁸

Pela necessidade de contrariar esta tendência, Sá Nogueira defendia que o incremento da produção das colónias e consequente desenvolvimento da marinha

⁷⁶⁵ PACHECO, Ana Assis, *Porfírio Pardal Monteiro/1887-1957 a obra do arquitecto*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, página 92, nota 29.

⁷⁶⁶ CSOP, Parecer nº 712, Projecto de construção de duas gares marítimas no cais de Alcântara do Porto de Lisboa, informações anexas ao processo do respectivo parecer.

⁷⁶⁷ NOGUEIRA, Salvador Sá, “O Porto de Lisboa e a Nação”, in *I Congresso da União Nacional*, ano VIII – Maio de 1934, Lisboa, edição União Nacional, IV Volume, 1935.

⁷⁶⁸ *Idem, Op. Cit.*, página 15.

mercante nacional poderiam activar a *função comercial* do porto de Lisboa. Para incremento da *função industrial* portuária, o administrador geral da AGPL apontava como solução a criação no Instituto Superior Técnico de um curso de engenharia naval, com o propósito de devolver a Lisboa o estatuto de *grande construtora naval*, como acontecera *no período áureo das descobertas*.

Subtilmente, contudo, Sá Nogueira fazia acrescentar ao porto de Lisboa uma quarta função, a turística. Afirmava o administrador geral que a rede de transportes de um país era factor fulcral para o desenvolvimento do turismo e que Portugal assistia há já algum tempo um movimento considerável de turistas⁷⁶⁹. Neste sentido, propunha a exploração turística *de todo e Tejo até Santarém através de excursionistas canais dragados, meios de transporte cómodos e rápidos*, pela construção de *um aeroporto comercial e servindo a navegação de longo curso*⁷⁷⁰. E se todas as questões relativas a transportes estavam dependentes do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, *nele se deviam incluir também os portos*. Em suma, Sá Nogueira considerava que se as funções regional, comercial e industrial de um porto, condicionariam por lei da lógica a tutela do mesmo ao Ministério do Comércio e Indústria, pelo incremento da função turística e ao apostar na inovação de transportes era afinal justo e lógico que o porto fosse tutelado pelas Obras Públicas e Comunicações. E, como obras urgentes o administrador geral da AGPL considerava a construção das estações de embarque e desembarque de passageiros, a construção da 7ª secção compreendida entre Santos e o Terreiro do Paço, a construção de um porto de recreios náuticos, a construção de um aeroporto comercial e uma melhor orientação da acção diplomática no sentido de atrair ao porto de Lisboa a atenção das nações estrangeiras.⁷⁷¹

E, no sentido de atrair ao porto de Lisboa a atenção das nações estrangeiras, as gares de Alcântara e Rocha Conde de Óbidos constituiriam a *porta de entrada em Portugal dos viajantes vindos por via marítima*, como afirmava o redactor do preâmbulo ao projecto⁷⁷² dos referidos equipamentos. E o projecto das gares marítimas constituiria um exemplo singular no domínio das obras públicas.

⁷⁶⁹ *Idem, Op. Cit.*, página 12.

⁷⁷⁰ *Idem, Op. Cit.*, página 13.

⁷⁷¹ *Idem, Op. Cit.*, página 23.

⁷⁷² IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4478/1, Preâmbulo ao projecto da Gare Marítima de Alcântara, s.d.

Destinadas ao serviço de passageiros do porto de Lisboa, as gares marítimas constituíam *a primeira obra do género a construir em Portugal*⁷⁷³. À data de encomenda deste projecto, Pardal Monteiro seguia já a construção de projectos anteriores tais como o Instituto Nacional de Estatística (1832-1935) ou o Seminário Maior dos Olivais (1932-1951). Por seu turno, Eduardo Rodrigues de Carvalho, credenciado técnico da DGEMN, desempenhava as funções de engenheiro delegado nas obras do Museu Nacional de Arte Antiga e do Teatro Nacional de S. Carlos. Contudo, a responsabilidade e atenção que o arquitecto e o engenheiro votavam a outras obras que tinham a cargo não fez descurar, em momento algum, a concentração necessária a um projecto da envergadura e da importância do projecto das gares marítimas. Com efeito, as gares traduzir-se-iam num moroso processo projectual de apresentação cuidada, composto de 28 volumes com cerca de 7 mil páginas e 200 desenhos. Acresce contudo informar que Pardal Monteiro e Rodrigues de Carvalho, constituindo *um bom exemplo do modo como o arquitecto e o engenheiro podem e devem trabalhar no sentido de uma eficaz colaboração das duas profissões*⁷⁷⁴, constituindo o «núcleo duro» do projecto, contaram ainda com a participação de outros 5 engenheiros. Pardal Monteiro ficou, obviamente, encarregue do projecto arquitectónico, Rodrigues de Carvalho ocupou-se das coberturas e da torre semáforo, deixando para Eduardo Arantes e Oliveira e Francisco de Melo e Castro o estudo das partes restantes. Henrique Leote Tavares ficaria encarregue dos estudos de betão armado e João Paulo de Nazareth Oliveira encarregue do estudo das disposições de armadura de todos os elementos projectados e Edmundo Martins assistiria aos estudos das instalações. Ao singular entrosamento desta equipa de trabalho, o redactor do preâmbulo ao projecto das gares marítimas classificaria de *mérito de uma unidade absoluta de concepção*⁷⁷⁵.

À concepção deste projecto presidia contudo um programa complexo, inédito no país e na obra do arquitecto. Pardal Monteiro referiria que a AGPL lhe fornecera um *esquema de programa com os serviços essenciais de uma estação marítima*, esquema que o arquitecto tomaria como referência para um *estudo comparado desse mesmo programa com plantas de várias estações marítimas de recente construção no estrangeiro*. Pardal Monteiro enunciaria na memória descritiva do projecto das gares as fontes de referência que o haviam guiado na distribuição programática do conjunto

⁷⁷³ *Idem.*

⁷⁷⁴ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4478/1, Preâmbulo ao projecto da Gare Marítima de Alcântara, s.d.

⁷⁷⁵ *Idem.*

arquitectónico: as estações marítimas de Verdon, Cherburgo e Havre em França; Génova e Triste em Itália e algumas na América do Norte, citando o exemplo de Los Angeles. Documentalmente, o processo referente à gare marítima de Alcântara fornece-nos mais informações relativas ao projecto arquitectónico enquanto o processo da gare da Rocha de Conde de Óbidos nos fornece elementos relacionados com questões construtivas.

Na posse de um esquema com as necessidades específicas de uma gare e colhendo exemplos em estações marítimas de recente construção, Pardal Monteiro distribuiu o programa da gare de Alcântara por dois pisos. O primeiro andar ficaria reservado aos serviços de alfândega e aos serviços de passageiros de 1ª e 2ª classe distintos por norma regulamentar dos passageiros de 3ª classe, enquanto que o piso térreo corresponderia a serviços gerais da estação. Os passageiros de embarque teriam acesso à estação pelo vestíbulo inferior, equipado de todos os serviços inerentes à assistência da viagem⁷⁷⁶. Os passageiros subiriam depois ao andar superior por escada *ampla a largamente iluminada* ou, em alternativa, pelo elevador, tendo assim acesso ao grande hall de embarque. Neste segundo piso existiriam também os mais diversos serviços de apoio e assistência⁷⁷⁷. O hall teria três portas voltadas a sul que davam acesso a uma galeria e desta, através de uma *passerelle* montada sobre grua móvel os passageiros teriam acesso directo ao barco de destino. Este seria o trajecto a efectuar por todos os passageiros de 1ª e 2ª classe, porquanto os passageiros de 3ª classe e emigrantes, realizando o mesmo trajecto, teriam contudo acessos que lhes eram estritamente reservados⁷⁷⁸.

Para passageiros de desembarque, e por diferença de formalidades, depois de atracado o barco seria aberta a galeria e, uma vez mais pela ligação de *passerelles* se fariam sair os passageiros encaminhando-se o seu trajecto até aos serviços de alfândega. Daí os passageiros transitariam para o hall, podendo usufruir de todos os serviços existentes e sairiam do edifício da estação descendo ao piso inferior pela escada ou pelo elevador. No desembarque permanecia também a distinção entre passageiros de 1ª e 2ª classe e passageiros de 3ª classe e emigrantes.

⁷⁷⁶ Neste vestíbulo inferior estariam instaladas as agências das companhias de navegação, serviços de bagagens e até um serviço de bilheteira «de gare» para os acompanhantes dos viajantes de embarque. IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4478/1, Programa da Gare Marítima de Alcântara, s.d, página 19.

⁷⁷⁷ Como agências de turismo, tabacarias, câmbios, correios, telégrafos e telefones.

⁷⁷⁸ *Idem*, páginas 21 e 22.

No caso de atracagem de navios de excursão turística, e sendo a sua permanência no porto de Lisboa reduzida a escassas horas, não existindo a necessidade de revista de alfândega, a saída dos passageiros poderia efectuar-se directamente da galeria para o grande hall onde, a par de todos os serviços ao dispor poderiam ainda recorrer a um posto de venda de *souvenirs*.

Para o topo oeste do edifício foi projectada uma torre semáforo de forma a indicar aos navios não só o local de atracagem como a altura da maré. A par do propósito funcional, a torre permitiria ainda o desfrute *do magnífico panorama do Tejo*⁷⁷⁹. Do mesmo modo, a cobertura da estação de Alcântara sob o sistema de terraços permitiria à população de Lisboa *uma extensa esplanada sobre o Tejo*⁷⁸⁰

A gare de Alcântara já projectada, e a gare da Rocha Conde de Óbidos, à data ainda em projecto, ficariam ligadas por uma galeria colocada à altura do primeiro piso, com a largura de 11 metros e numa extensão de 1 quilómetro *de modo a conseguir-se uma grande estação constituída por dois postos de embarque e desembarque*⁷⁸¹.

À face do edifício voltada ao rio existiria uma plataforma para circulação de público e funcionários e estavam também previstos guindastes-ponte como elementos de ligação da plataforma com os navios de modo a otimizar os serviços de gare.

Como a gare de Alcântara, também a gare da Rocha Conde de Óbidos dispunha de dois pisos, sendo a distribuição de funções e serviços idêntica à da sua congénere, existindo contudo na Rocha Conde de Óbidos, além de um bar, um restaurante com capacidade para 100 pessoas. Em números totais cada um dos edifícios apresentava um comprimento de 130 metros com áreas variáveis de 2.000 e 2.300 metros quadrados, ocupando um total 16.000 metros quadros de superfície portuária⁷⁸².

A equipa terá trabalho esta proposta por cerca de um ano, pois tendo recebido a encomenda do projecto em Janeiro de 1934, Pardal Monteiro refere que, já depois de entregue o anteprojecto, e feitas as devidas observâncias por parte da AGPL, foram introduzidas algumas modificações ao projecto depois de efectuado *um estudo cerrado do problema a resolver*⁷⁸³. O estudo cerrado centrou-se na visita de estudo feita em Setembro de 1935 *pelo architecto e o engenheiro delegado a várias estações marítimas*

⁷⁷⁹ *Idem*, página 29.

⁷⁸⁰ *Idem*, página 30.

⁷⁸¹ *Idem*, página 30.

⁷⁸² CSOP, Parecer nº 712, Projecto de construção de duas gares marítimas no cais de Alcântara do Porto de Lisboa.

⁷⁸³ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4478/1, Programa da Gare Marítima de Alcântara, s.d, página 10.

*estrangeiras*⁷⁸⁴. E dos exemplos observados no exterior resultaria a possibilidade das alterações pedidas na observância feita pela AGPL à apresentação do anteprojecto. De entre as modificações efectuadas seriam salientados três pontos: o alargamento da plataforma de 4 para 6 metros, o sistema de cobertura primeiramente proposto em terraço passaria a cobertura de abóbada e seria suprimido o aquecimento central. Como justificação destas alterações, e na situação referente à largura da plataforma, surgia o facto de se considerar os 6 metros como valor mínimo de garantia ao bom funcionamento dos serviços de gare. Relativamente à supressão do sistema de aquecimento central e à substituição da cobertura de terraço por cobertura de abóbada, as justificações indicavam razões orçamentais:

“O estudo comparado das coberturas feitas em terraços e em abóbadas, dados os grandes vãos a vencer, mostrou que seria necessário um volume muito maior de beton armado a empregar, no caso de cobertura em terraços; As condições de exploração da estação obrigariam a um enorme dispêndio permanente para se manter o aquecimento central em condições convenientes. A pequena demora dos passageiros no edifício não justificaria tal dispêndio.”⁷⁸⁵

Encomendadas em Janeiro de 1934, as gares teriam a fase de projecto concluída em 1936. Não se tratava de um projecto moroso, mas exigente e cuidado. Pardal Monteiro referiria na memória descritiva do projecto que o partido arquitectónico dos edifícios era consequência natural de todas as circunstâncias a atender num projecto: o exame do lugar de implantação; a análise das particularidades de cada serviço ou função e sua relação com o programa de conjunto; a finalidade de cada elemento exigido ao programa, a síntese de todos os dados expressa nas grandes massas do edifício e a tradução do programa expressa de forma clara nas plantas, cortes e fachadas do edifício

⁷⁸⁴ Ana Assis Pacheco, sustentando-se no depoimento do Arquitecto Paulo Cunha, refere no seu estudo que Porfírio Pardal Monteiro realizou esta viagem com Duarte Pacheco. Contudo, a documentação oficial atribui a viagem de 1935 apenas a Pardal Monteiro e Rodrigues de Carvalho. Acresce ainda informar que nas suas Memórias, Pardal Monteiro afirmou ter viajado com Duarte Pacheco em 1937.

Vide IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4478/1, Programa da Gare Marítima de Alcântara, s.d, página 10, *Vide* PACHECO, Ana Assis, *Op. Cit.*, página 95 e nota 41.

⁷⁸⁵ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4478/1, Programa da Gare Marítima de Alcântara, s.d, página 11.

a construir⁷⁸⁶. Acreditando ter conseguido neste projecto, *melhor do que em todas as produções anteriores, a aliança profunda de tudo quando constitu[ía] a verdadeira arquitectura*, o arquitecto julgava que tal se devia *ao rigoroso estudo no qual o arquitecto e todos os seus colaboradores se obriga[va]m a toda a espécie de sacrifícios quando integrados no espírito da unidade estética da obra*. Pardal Monteiro afirmaria que desejara que o projecto da gare de Alcântara fosse a obra ideal e, que se por ventura não o conseguisse, não seria culpa dos seus colaboradores, mas antes do *demasiado largo programa que a si próprio se impusera de tentar fazer a obra perfeita*⁷⁸⁷.

Antes de passar à explicação detalhada do projecto arquitectónico Pardal Monteiro teria uma sincera e calorosa atitude de apreço para com seu mais directo colaborador no trabalho das gares:

“Para atingir este ideal estabeleci para mim próprio o dever de não me poupar a sacrifícios (...) no sentido de procurar tirar o máximo partido artístico de todos os elementos necessários no conjunto da obra. E se por ventura algo consegui, não posso deixar de reconhecer quanto para isso contribuiu a preciosa colaboração que me deu o ilustre Engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho que sem desfalecimento e animado do mesmo ideal de perfeição se não poupou a estudo sério e a sacrifícios para interpretar dentro das possibilidades e das confirmações científicas as formas e as proporções que o equilíbrio estético e a harmonia do conjunto que concebi, impunham.”⁷⁸⁸

A extensão e complexidade do programa demoraram o arquitecto na composição das plantas, contudo na composição arquitectónica do edifício tal parecia não se fazer notar, porquanto a estrutura e a função de cada parte pareciam deixar transparecer nos volumes e contrastes a *simplicidade de uma arquitectura que revelava as partes mais importantes da composição* (o corpo correspondente ao grande hall) e se esvanecia em contraste nos outros corpos, diminutos em importância para assim *se conseguir o*

⁷⁸⁶ *Idem*, páginas 12 e 13.

⁷⁸⁷ *Idem*, páginas 15 e 16.

⁷⁸⁸ *Idem*, página 17.

equilíbrio de conjunto. Acrescentava ainda o arquitecto *não existir em toda a composição elementos supérfluos ou de mero efeito*, pois presidira à concepção arquitectónica das gares o espírito de evolução da arte contemporânea⁷⁸⁹.

A conclusão da fase de projecto da gare de Alcântara e da Rocha de Conde de Óbidos ocorreu em Outubro de 1936⁷⁹⁰, e, no mesmo ano tinha lugar em Lisboa o I Congresso Nacional de Turismo. Aparentemente não existiria qualquer relação entre as duas situações, contudo, o desenrolar dos factos veio provar o contrário.

Augusto Cid Perestrelo apresentaria a este congresso uma comunicação intitulada *Portos e Gares Marítimas*⁷⁹¹, uma comunicação em que o engenheiro abordaria tecnicamente os principais portos e gares marítimas estrangeiras⁷⁹², rematando com a apresentação do caso referente ao porto de Lisboa.

Como já havia feito no texto de 1931, o engenheiro traça uma breve perspectiva histórica sobre os vários planos e projectos traçados ao longo do tempo para o porto de Lisboa para depois introduzir os novos dados referentes aos estudos em curso. Absoluto defensor da construção de uma gare central situada entre Santos e o Terreiro do Paço, Cid Perestrelo refere que *foram ultimamente mandadas estudar duas simples estações marítimas, a construir respectivamente em Alcântara e na Rocha do Conde de Óbidos*⁷⁹³, citando uma conferência realizada em 1934 na CML por Salvador Sá Nogueira, o administrador geral da AGPL. Refere ainda Cid Perestrelo que o mesmo administrador, um ano depois, propunha *a construção de três gares marítimas, uma em Alcântara, outra na Rocha de Conde de Óbidos e a terceira no Cais do Sodré se não se achar melhor instala-la no lado oriental do Terreiro do Paço, deslocando-se dali para local mais próprio os serviços de Sul Sueste*⁷⁹⁴.

De facto, no cumprimento do despacho de Duarte Pacheco datado de 9 de Fevereiro de 1933, o arquitecto encarregue do projecto da gare de Alcântara (e posteriormente encarregue também do projecto da gare da Rocha Conde de Óbidos) deveria ser também encarregue *de confeccionar o projecto da gare marítima do Cais do Sodré*. E Pardal Monteiro cumpriu o estipulado pois chegaria a apresentar não só o

⁷⁸⁹ *Idem*, página 61.

⁷⁹⁰ Conforme consta da informação incluída no Parecer 712 do Conselho Superior de Obras Públicas.

⁷⁹¹ PERESTRELO, Augusto M. de Cid, “Portos e Gares Marítimas” in *Técnica*, nº 72, Fevereiro de 1936, pp. 295-309.

⁷⁹² Cid Perestrelo citaria especificamente os «modernos casos» de Cherburgo, Génova, Havre, Nápoles e Verdon, ou seja, as mesmas gares marítimas que Pardal Monteiro afirma ter visitado.

⁷⁹³ *Idem*, *Op. Cit.*, página 297.

⁷⁹⁴ *Idem*, *Op. Cit.*, página 303. Vide também Relatório Anual da Administração Geral do Porto de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

estudo de implantação da respectiva gare, aliás em perfeita articulação com a estação ferroviária da linha do Estoril, obra da sua autoria e inaugurada em Agosto de 1928, como chegaria ainda, a convite da AGPL, a elaborar um *Plano de Urbanização do Porto de Lisboa*, nos limites consignados à doca de Alcântara e Doca de Santos, facto que demonstra o estudo de pormenor a que chegou o trabalho do arquitecto⁷⁹⁵.

Todavia, os apurados estudos de Pardal Monteiro decorriam da encomenda da AGPL, encomenda essa que Cid Perestrelo considerava por princípio errada pois ia contra o que o professor de Trabalhos Marítimos do Técnico considerava ser a solução perfeita:

“Pela nossa parte, julgamos que apenas seria necessária a construção de uma única instalação destinada a gare marítima moderna (...) e nenhum outro local mais apropriado pode haver do que o Cais do Sodré. (...) A regularização da margem entre o Terreiro do Paço e a futura doca de Santos, dá a possibilidade de se construir nesse local cais fundados a profundidades de pelo menos 12.000 metros. (...) A estação dos caminhos de ferro já construída completa este conjunto.”⁷⁹⁶

Cid Perestrelo considerava ainda a vantagem de construção da gare do cais do Sodré pelo facto de o equipamento permitir a construção de um prolongamento de cais marginal, facto que permitiria não só o embelezamento e valorização da zona central do porto, como descongestionamento de uma das principais artérias de Lisboa: a Rua do Arsenal.

Neste contexto, para Cid Perestrelo, a gare marítima de Alcântara era um erro de princípio:

“A gare marítima de Alcântara, além de inútil num futuro próximo, quando a do Cais do Sodré estiver construída, não tem quaisquer condições para o serviço de passageiros, encravada na parte comercial do porto, sem fácil acesso do lado da terra, e

⁷⁹⁵ Sobre o estudo aprofundado da questão *Vide* CALDAS, João Vieira, *Op. Cit.*, página 64 e seguintes.

⁷⁹⁶ PERESTRELO, Augusto M. de Cid, *Op. Cit.*, pp. 303-304.

encostada ao caneiro de Alcântara, por onde é lançada ao Tejo uma parte importante dos dejectos da cidade”.⁷⁹⁷

A demolidora comunicação de Cid Perestrelo seria publicada em Fevereiro de 1936 na revista *Técnica*, a revista do Instituto Superior Técnico, o mesmo instituto no qual o engenheiro leccionava e o mesmo instituto ao qual Duarte Pacheco regressara em Janeiro retomando a direcção da escola e do estaleiro de obras do *campus* da Alameda, depois de afastado da pasta das Obras Públicas e Comunicações. Em Novembro do mesmo ano Silva Abranches, o sucessor de Duarte Pacheco no Terreiro do Paço, enviava ao CSOP um pedido de parecer sobre o projecto da gare marítima de Alcântara. O processo seria entregue uma vez mais ao vogal Cid Perestrelo. Na comunicação que realizara no I Congresso de Turismo, o vogal do CSOP sabia apenas que estava em estudo um projecto de gare marítima para Alcântara, desconhecendo contudo a extensão e profundidade do projecto. A leitura e análise dos 28 volumes que compunham as 7 mil páginas e mais de 200 desenhos, não permitiriam que o parecer estivesse concluído antes de 15 de Maio de 1937.

Sob o aspecto arquitectónico das gares consideraria a 2ª secção do CSOP *nada ter a dizer, sendo seu autor um distinto arquitecto, vogal deste Conselho, e cuja competência está bem comprovada em várias obras de responsabilidade de que tem sido encarregado*⁷⁹⁸.

Contudo, julgava o Conselho que as projectadas gares marítimas nunca poderiam ser uma solução definitiva para o serviço dos passageiros do porto de Lisboa. Desde logo porque não cumpriam as *três partes essenciais recomendadas pelo professor Periani, tratadista de obras marítimas*: atracação de navios, serviço de instalação de embarque e desembarque e comunicações ferroviárias. Seguidamente considerava-se que, embora o projecto das gares indicasse a atracagem de navios na zona mais profunda do porto, ainda assim esta profundidade não permitia a atracagem de grandes navios, porquanto no último congresso internacional de navegação realizado em Bruxelas em 1935, se havia estipulado uma profundidade entre os 12,20m e os 10,57m que obviamente o cais de Alcântara não possuía. Chegado ao capítulo da previsão de cálculos orçamentais, o parecer atingiu um tom demolidor:

⁷⁹⁷ PERESTRELO, Augusto M. de Cid, *Op. Cit.*, página 304.

⁷⁹⁸ CSOP, Parecer nº 712, Projecto de construção de duas gares marítimas no cais de Alcântara do Porto de Lisboa.

“O projecto grandioso, a que não falta sequer uma torre semáforo (dispensável no porto de Lisboa onde os navios atracam com qualquer maré e onde não há canais,) importaria, sem as obras de arte previstas, em nada menos de 5.840 contos. A da Rocha Conde de Óbidos (...) está orçada em 6.750 contos, E não se inclui o custo da galeria de ligação, nem o dos guindastes e “passerelles” de ligação aos navios nem as vias férreas, não sendo certamente exagerado computar em 25.000 contos o custo destas obras para o qual foi inicialmente fixada uma verba de 2.500.”⁷⁹⁹

A previsão de um restaurante na gare da Rocha Conde de Óbidos e de uma sala de turistas na gare de Alcântara foram considerados exageros, bem como a duplicação das instalações destinadas aos dois chefes de estação, e ao pessoal de diversas categorias em duas gares tão próximas e ainda assim a quererem-se no projecto ligadas por pequenos carros eléctricos. Por outro lado, a inclusão de obras de arte nos halls monumentais ou, as grandes escadarias de mármore propostas no projecto tinham a sua razão de ser nas gares estrangeiras visitadas pela equipa, *mas pertencentes a países bem mais ricos que o nosso*.

Mas o tom do parecer do CSOP tornar-se-ia ainda mais grave. O redactor Cid Perestrelo afirmaria que *a estética parece ter sido a preocupação dominante dos autores do projecto como se diz na página 15 da memória do arquitecto*, subordinação que decerto justificaria o facto de os alpendres exteriores, necessários ao abrigo de passageiros dos rigores do tempo, medirem em Alcântara 4,60m e na Rocha Conde de Óbidos não ultrapassarem os 2,00m *deixando-se os passageiros que saíssem pelo lado exterior, ao frio e à chuva*.

O parecer do CSOP estender-se-ia ainda por mais páginas de crítica incisiva para no final, e após tantos reparos concluir o inevitável:

Pelo que fica exposto, vê-se que os projectos apresentados, embora representem um trabalho de inegável valor e de aturado

⁷⁹⁹ *Idem.*

estudo (...) não satisfazem contudo aos fins em vista, nem aos aspectos económicos, que em projectos desta envergadura devem sempre ser tidos em consideração (...) não estão em condições de merecerem aprovação não só por não corresponderem às necessidades do porto e dos seus serviços e à finalidade que se deve ter em vista com a sua construção, mas ainda pelo seu elevado custo e pelas grandes despesas complementares a que dariam lugar as construções projectadas.”⁸⁰⁰

O projecto das gares marítimas retornava assim ao gabinete do ministro das Obras Públicas e Comunicações com o parecer negativo do CSOP. Contudo o chumbo do projecto não fora votado por unanimidade do Conselho, mas apenas por maioria, facto que denunciava a divisão de opiniões dos doutos vogais⁸⁰¹.

De Maio de 1937 ao início de 1938 o processo das gares parecia ter ficado esquecido na mesa de despacho do ministro das Obras Públicas e Comunicações, Silva Abranches, mas a partir de 27 de Março de 1938 a situação iria alterar-se, uma vez que na nota oficiosa de lançamento do programa da Celebração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, o Presidente do Conselho incluía no rol de obras a concluir a tempo da celebração não só os acessos viários à capital mas também *uma estação marítima, pelo menos no porto de Lisboa*⁸⁰². Relançada politicamente em Março a questão das gares e regressado em Maio à pasta das Obras Públicas e Comunicações o ministro que decretara o estudo e projecto das mesmas, a construção dos equipamentos deixava de ser uma hipótese para se tornar uma prioridade.

Ironia do destino ou embaraço da acumulação de cargos técnicos, em 1938 Cid Perestrelo, engenheiro, professor da cadeira de Trabalhos Marítimos do Técnico e vogal para a secção de portos do CSOP, seria convidado por Salvador Sá Nogueira, administrador da AGPL, a proferir uma conferência na sessão comemorativa do Cinquentenário das Obras do Porto de Lisboa. Cid Perestrelo não recusaria o convite.

⁸⁰⁰ *Idem.*

⁸⁰¹ O arquitecto Carlos Ramos, os engenheiros e professores do IST Francisco Maria Henriques, Duarte Abecassis e Carlos Alves, bem como os engenheiros do quadro do MOPC (e colaboradores de Duarte Pacheco) Luís da Costa Amorim, António Eugénio de Carvalho e Sá, Francisco Augusto da Silveira Sampaio de Almeida e Melo, Raul da Costa Cuvreur e Fernando Galvão Jácome de Castro, apresentaram declaração de voto em separado.

⁸⁰² *Diário de Notícias*, 29 de Março de 1938

Uma vez mais, como nas conclusões defendidas enquanto membro da Comissão de Estudo do Porto de Lisboa nomeada em 1928, como na conferência proferida em 1931 no I Congresso Nacional de Engenharia, ou como em 1936 no I Congresso Nacional de Turismo, defenderia, por todas as razões já citadas, a construção da gare marítima central nos terrenos situados entre Santos e o Terreiro do Paço. Contudo, depois da linha prioritária traçada pelo Presidente do Conselho para que se construísse até 1940 *pelo menos uma estação marítima no porto de Lisboa*, e sendo a estação de Alcântara a mais avançada em termos de estudo e projecto, Cid Perestrelo não mais abordaria a questão da inutilidade ou inviabilidade da obra.

A gare marítima de Alcântara não estaria concluída a tempo das celebrações centenárias, apenas sendo inaugurada a 7 de Julho de 1943 e a gare da Rocha Conde de Óbidos não abriria antes de 19 de Junho de 1948. Das propostas patentes no projecto inicial de Pardal Monteiro foram contudo alteradas algumas soluções. A galeria de ligação entre as duas gares nunca chegou a ser construída, o mesmo acontecendo com a torre semáforo ou as pontes móveis do cais de embarque. A cobertura em terraço que o arquitecto visionara como esplanada lançada ao Tejo, seria substituída por cobertura em sistema de abóbadas. Para todas as alterações ao projecto foi invocada a mesma razão: contenção orçamental, curiosamente a mesma razão que em 1946 pretendia inviabilizar o orçamento de 500 contos que José de Almada Negreiros apresentara para a pintura dos frescos a realizar para o hall da gare da Rocha Conde de Óbidos.

Considerado este orçamento um exagero por parte dos organismos de Estado envolvidos no processo, seriam consultados o arquitecto da obra, o director do Museu Nacional de Arte Antiga e o Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Pardal Monteiro, que experimentara com Almada uma feliz aliança plástica nos vitrais da Igreja de Fátima, defendia que a obra realizada pelo pintor na gare marítima *daria a maior projecção universal à arte portuguesa dos nossos dias*⁸⁰³. João Couto, director do MNAA, acrescentaria que *uma obra original da extensão e complexidade daquela que se deseja encomendar, paga-se caro em todos os países*⁸⁰⁴, e só Diogo de Macedo escusaria opinião argumentando *não emitir parecer sobre uma obra ainda por realizar*⁸⁰⁵.

⁸⁰³ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4693/4, Estação Marítima da Rocha Conde de Óbidos, decoração da sala nova, 1946-1949.

⁸⁰⁴ *Idem*,

⁸⁰⁵ *Idem*,

Embora tendo sofrido alterações importantes ao projecto inicial, as gares marítimas revelam na sóbria monumentalidade das suas linhas depuradas, a mesma solidez que presidiu ao momento de concepção arquitectónica traçado por Pardal Monteiro: o da subordinação de todos os elementos ao risco da arquitectura. Politicamente, as gares marítimas surgiram em 1934 no gabinete ministerial de Duarte Pacheco, o político que como tantos outros cresceu e se fez homem a ouvir as mais variadas propostas de possibilidade de atracagem no porto de Lisboa. O mesmo político que, como poucos, não esperando pela ideal gare central que nunca se construiria, decidiu avançar com uma proposta viável, dotando Lisboa de um equipamento em falta: um cais e uma porta aberta à cidade e ao oceano.

Mas porque Lisboa era também Tejo e todos os rios têm duas margens, importava também alcançar a outra banda.

4.2.2. A Ponte sobre o Tejo

“Muitas vezes me tem sucedido querer atravessar o rio, estes dez minutos do Terreiro do Paço até Cacilhas. E quase sempre tive como que a timidez de tanta gente, de mim mesmo e do meu propósito. Uma ou outra vez tenho ido, sempre oprimido, sempre pondo somente o pé em terra de quando estou de volta. Quando se sente de mais, o Tejo é Atlântico sem número, e Cacilhas outro continente, até outro universo”.

Fernando Pessoa *Livro do Desassossego*, 1913-1935.

De todas as construções erguidas pelo Homem, as pontes constituem talvez o exemplo que maior simbolismo encerra. Pela função estratégica de travessia, pelo desafio técnico que tal travessia implica e pela indiscutível marca que impõem à paisagem em que se inserem, resumem na sua existência os três princípios vitruvianos de *firmitas, utilitas e vetustas*⁸⁰⁶.

O Douro e o Tejo, constituindo os rios mais importantes, constituíram também uma barreira física que demarcou o país em três grandes regiões: Norte, Centro e Sul e, por muitos séculos, só as embarcações permitiram a sua travessia de forma a poder garantir a comunicação em toda a extensão do território. O século XIX, palco do desenvolvimento da tecnologia do ferro, permitiria que no Douro fosse construída a primeira travessia fixa no ano de 1843, ficando assim as duas margens do rio entre o Porto e Vila Nova de Gaia ligadas por uma ponte pênsil⁸⁰⁷. Quanto ao Tejo, a primeira

⁸⁰⁶ VASCONCELOS, António, As pontes dos rios Douro e Tejo: história e engenharia”, in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Lisboa Publicações D. Quixote, 2004, vol. II, página 453.

⁸⁰⁷ Da autoria de Estanislau Bigot, esta ponte foi demolida em 1886 para dar lugar à construção da Ponte D. Luís. Vide VASCONCELOS, António, *Op. Cit.*, página 452.

travessia só seria possível a partir de 1862 com a construção da ponte ferroviária de Constância. Demolida em 1886, esta obra pioneira seria substituída por uma ponte metálica com a assinatura da casa Eiffel. No decurso do tempo e das inovações tecnológicas a construção de pontes foi-se aperfeiçoando e, embora cada ponte constitua uma obra singular de adaptação ao local de implantação, a sua proliferação permitiu que actualmente o Douro seja atravessado por 16 pontes e o Tejo por 17⁸⁰⁸. Todavia, até que estivessem reunidas todas as condições inerentes à concretização da travessia, muitas foram as propostas, nomeadamente no caso preciso da travessia do Tejo à face da cidade de Lisboa.

Entre 1877 e 1879 o engenheiro Miguel Correia Pais, considerando Lisboa como a *estação terminal da linha europeia*, apresentaria uma proposta de travessia do Tejo ligando as duas margens com uma ponte cujos encontros ficariam situados no Grilo e no Montijo, de modo a possibilitar-se a articulação com o ramal de caminho de ferro de Sueste e a estação de Pinhal Novo⁸⁰⁹. Engenheiro militar de formação, Miguel Correia Pais tornou possível a construção da estação do Barreiro quando todas as vozes portuguesas e estrangeiras afirmavam o contrário⁸¹⁰ e nos estudos que votou à cidade de Lisboa salientam-se os projectos de abertura de um túnel entre o Largo do Pelourinho e o Corpo Santo, sob forma de descongestionamento da Rua do Arsenal. Outra proposta sua consistia na criação de um viaduto metálico do Caldas ao Chiado num vão de cerca de 300m, um outro viaduto entre a Graça e a Estrela, túneis de S. Vicente à Guia e do Intendente a S. Bento. Relativamente ao projecto da ponte sobre o Tejo, Miguel Correia Pais considerava ser esta a melhor solução como ramal de ligação de Lisboa à Linha Sueste ferroviária, como atrás se referiu.

O engenheiro escolhia assim os encontros entre o Grilo e Montijo por considerar serem estes os locais onde o leito do rio Tejo conseguia menor largura e também pelo facto de daquele ponto a montante apenas navegarem embarcações de pequeno porte, facto indissociável de possibilidade de existência de *estorvos com o tabuleiro da ponte*⁸¹¹. Assente sobre oito pilares com vinte metros fundeados abaixo do nível das águas, a ponte seria construída seguindo o modelo da ponte de Viana e como ela suportando dois tabuleiros: um para caminho de ferro e sobre este um outro para trânsito ordinário. Desenvolvido o tabuleiro sobre 75 pilares a fechar 75 tramos,

⁸⁰⁸ Sobre o desenvolvimento do tema Vide VASCONCELOS, António, *Op. Cit.*

⁸⁰⁹ Vide artigo de Miguel Correia Pais no *Diário de Notícias*, 25 de Março de 1877.

⁸¹⁰ *Arquivo Nacional* 150, 151 e 160, ano II, Lisboa, 17 de Maio de 1933.

⁸¹¹ *Idem.*

constando os tramos de encontro das duas margens de um eixo de 48m cada e os restantes iguais em 60m. Colocada a 26m sobre o nível da água, a ponte rasgaria a paisagem do Tejo numa extensão de 4500m.

O projecto, considerado financeiramente inviável por uns, tecnicamente impossível ou absolutamente visionário por outros, não chegaria a concretizar-se. Todavia, em 1889 surgia nova proposta, desta vez assinada pela dupla Edmond Bartissol e T. Seyrig⁸¹². Considerando estes engenheiros que Lisboa, pela sua transformação e rápido desenvolvimento, estaria destinada a ser *um dos portos mais importantes do globo*⁸¹³ e, sendo dotada de um clima temperado e de arredores tão aprazíveis quanto Cascais ou Sintra, poderia ser *uma das principais estações de Inverno do mundo inteiro*⁸¹⁴. Por tal facto, julgavam os engenheiros estar reunidas as condições necessárias para a construção de uma ponte sobre Tejo, considerando que este equipamento funcionaria como motor de desenvolvimento das comunicações ferroviárias mas também como motor de desenvolvimento do país pois as diferenças entre o Norte e o Sul do Tejo *pareciam dividir Portugal em duas regiões*⁸¹⁵.

Considerando a necessidade, mas também a condição indissociável, de manter livre o acesso ao porto de Lisboa, a dupla de engenheiros propôs a projecção da ponte sobre o Tejo considerando os encontros das duas margens entre a Rocha Conde de Óbidos e Cacilhas, numa proposta mais alargada de infraestruturas que pretendia a ligação entre a Estação do Rossio e a estação do Barreiro. Deste modo, propunha-se um ramal subterrâneo anexo ao túnel do Rossio, de forma a conseguir-se atingir a Praça do Príncipe Real e a zona de S. Bento, estabelecendo-se ali uma estação apeadeiro. A Calçada da Estrela seria também vencida por túnel subterrâneo que desembocaria à Rocha Conde de Óbidos, local onde se lançaria a ponte até Cacilhas num tabuleiro ferro e rodoviário. A ferrovia, seguindo os materiais já aplicados na Ponte D. Maria Pia, seria constituída por duas faixas para assegurar o tráfego futuro e para minorar a eventualidade de um qualquer acidente. A rodovia para carruagens seria constituída por uma rua em blocos de madeira assentes sobre uma camada de argamassa. Composta de quatro arcos de 300m e seis de 160m, a ponte apresentaria um farol ao topo de cada

⁸¹² BARTISSOL, E.; SEYRIG, T., *Project de traversée du Tage: etude*. Paris, Lisbonne, s.n., 1889. Edição Portuguesa Edmond Bartissol e Seyrig, A Travessia do Tejo em Lisboa, tradução de Eduardo Perry Vidal, Lisboa, Centro de Publicidade, 1914.

⁸¹³ BARTISSOL, Edmond e SEIRIG, A Travessia do Tejo em Lisboa, tradução de Eduardo Perry Vidal, Lisboa, Centro de Publicidade, 1914, sem paginação.

⁸¹⁴ *Idem*.

⁸¹⁵ *Idem*.

pilar, num sistema de alimentação eléctrica. No total, esta proposta estava orçamentada em 50 milhões de francos.

Em 1890 a firma alemã Maschineebau-Actien-Gesellschaft de Nuremberga apresentaria uma proposta para a construção de uma ponte entre o Beato e o Montijo, seguindo sensivelmente o traçado de Miguel Correia Pais. Neste projecto, aquela firma baseava-se no perfil geológico de terreno e propunha-se executar a ponte numa série de tramos metálicos sobre pilares de alvenaria distanciados a 200 m⁸¹⁶.

No mesmo ano o engenheiro André de Proença Vieira preconizaria uma alteração ao projecto Bartissol-Seyrig em trabalho publicado na revista *Obras Públicas e Minas*, apresentando três variantes para a construção de uma ponte entre a Rocha Conde de Óbidos e Almada, com base num estudo geológico do conhecido geólogo Paul Choaff⁸¹⁷.

Em 1906, na *Lisboa Monumental*, Fialho de Almeida considerava já que embora as potencialidades do saber técnico evoluíssem a bom ritmo, a hipótese de travessia do Tejo através da construção de uma ponte parecia não ser mais que uma *ideia Júlio Vernesca*⁸¹⁸ e em 1908 o arquitecto Miguel Ventura Terra, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, considerava a ponte como um elemento fundamental à valorização e embelezamento da zona ribeirinha da cidade⁸¹⁹.

Em 1913 o problema foi novamente debatido na imprensa e em 1919 a firma H. Burnay & C^a no pedido de concessão que apresentou para a construção e exploração de vários melhoramentos no porto de Lisboa, propunha-se construir um túnel ferroviário ligando Mutela, em Cacilhas, a Santa Apolónia, numa extensão de 4.500m.⁸²⁰

Em 1921 seria a vez de Alonso Peña Boeuf, engenheiro espanhol, apresentar nova proposta de travessia entre Santos e Cacilhas, tendo o seu projecto sido publicado no jornal *O Século*⁸²¹. Este projecto consistia em catorze arcos parabólicos de betão armado com um vão de 150m e flecha de 40m. A largura total do tabuleiro teria 23m

⁸¹⁶ EP Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Antecedentes Históricos da Transposição do Rio Tejo.

⁸¹⁷ Idem.

⁸¹⁸ ALMEIDA, Fialho de, "Lisboa Monumental" in *Ilustração Portuguesa*, vol. II, nº 36 e 39, 1906.

⁸¹⁹ BARATA, Ana Martins, *Op. Cit.*, página 135.

⁸²⁰ EP Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Antecedentes Históricos da Transposição do Rio Tejo.

⁸²¹ *O Século*, 19 de Abril de 1927 e 26 de Abril de 1927, nesta perspectiva citado por BARATA, Ana Martins, *Op. Cit.*

comportando uma via dupla de caminho de ferro e quatro faixas de rodagem para circulação rodoviária. O comprimento total da obra seria de 3.347m⁸²².

A 1 de Março de 1923 o *ABC* publicava um artigo onde se expressavam as mais variadas opiniões sobre a questão então em voga nas conversas dos lisboetas: a travessia do Tejo⁸²³. Numa elucidativa montagem com texto ao centro a marcar a mancha gráfica e com um cabeçalho ilustrado sob forma de uma ponte e um rodapé sob forma de túnel, a revista colocava em questão as duas opções, e auscultava opiniões sob o sugestivo título *Através do Tejo*.

Na opinião do engenheiro Roldan e Pego a ponte não só não traria qualquer benefício à população de Lisboa ou à população da outra banda, como provocaria graves prejuízos ao porto de Lisboa. Cordeiro de Sousa, secretário do Ministério do Comércio afirmava não encontrar qualquer necessidade na construção de uma ponte sobre o Tejo, pois o rio perderia a sua beleza natural. Neste sentido, o túnel seria a opção ideal e, se fora possível em Liverpool, seria decerto possível no Tejo. António Emídio Abrantes, engenheiro da Câmara de Lisboa considerando a ponte um alvo de fácil de bombardeamento em caso de guerra, apoiava também a construção do túnel.

Já em tom de graça o *ABC* remataria que na voz do povo, essa entidade abstracta sem argumentos de ordem técnica mas de interesses materiais a defender, responderia com um taxativo *Olhe! Para mim nem ponte nem túnel. Olhe, para mim tanto se me dá!*

A 23 de Junho de 1927, em entrevista ao *Século* o Ministro do Comércio e Comunicações, Coronel Carvalho Teixeira, declarava ser intenção do governo tornar viável o projecto de ponte apresentado em 1921 por Alonso Peña⁸²⁴, contudo, uma comissão nomeada pelo Ministério da Marinha emitiria parecer negativo argumentando ordens de estratégia militar. Também a Sociedade Portuguesa de Arquitectos se manifestaria contra o projecto considerando que uma obra desta envergadura deveria ser objecto de concurso entre arquitectos e engenheiros portugueses.⁸²⁵ Não foram contudo os arquitectos os únicos a reclamar patriotismo à concepção e execução de tal projecto. Também em 1927 *um grupo de portugueses amantes da sua Pátria e desejosos de defender sempre o seu território*, acolitados em torno de Ramos da Costa, antigo senador da República, deputado da nação e presidente das comissões parlamentares de

⁸²² EP Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Antecedentes Históricos da Transposição do Rio Tejo.

⁸²³ *ABC*, 1 de Março de 1923.

⁸²⁴ *O Século*, 23 de Junho de 1927.

⁸²⁵ BARATA, Ana Martins, *Op. Cit.*, página 137.

finanças, comércio e obras públicas, fariam publicar no *Diário de Notícias* e na *Voz* uma demolidora crítica ao projecto do engenheiro espanhol⁸²⁶.

Em 1929 o engenheiro António Bello pedia a concessão da linha férrea do Beato ao Montijo, na qual se incluía a ponte sobre o Tejo⁸²⁷ e por portaria de 11 de Junho de 1930, e em conformidade com o plano ferroviário em que se preconizava a construção da ponte Beato-Montijo, seria nomeada uma Comissão de Estudo para analisar a questão. No relatório desta comissão ficava sugerido que a ponte fosse lançada respeitando as directrizes traçadas por Miguel Correia Pais, ou seja, entre o planalto a oeste do Beato e o palácio da Quinta do Montijo. Aconselhava ainda o relatório da comissão que se procedesse aos necessários estudos geológicos da zona do estuário do Tejo consignado à área de obra⁸²⁸. Este relatório mereceria em 1931 a aprovação do Ministro do Comércio e Comunicações que ordenaria a execução de sondagens e reconhecimento geológico dos terrenos das margens e leito de rio. Orientada pela Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, esta empreitada seria executada pela firma alemã Gruen und Bilfinger⁸²⁹.

Ainda nos anos 30 surgiriam outras duas propostas: um funicular e um túnel. O túnel, com um comprimento previsto de 4.100m teria dupla utilização: das 6 horas da manhã às 2 horas da tarde daria passagem a uma dupla fileira de veículos e no turno seguinte serviria de passagem a vagões entre a estação do Rossio e a outra margem do rio, fazendo-se depois por ramal a comunicação com o Seixal e o Barreiro. Deste modo, durante o dia, circulariam automóveis com entrada pelos Restauradores, *quase ao lado do Hotel Avenida Palace*, e de noite, estando a estação do Rossio encerrada a passageiros, efectuar-se-ia o trânsito de mercadorias⁸³⁰.

A proposta de construção de um funicular aéreo entre Lisboa e Almada constituiria, no parecer dos seus proponentes, uma excelente via de comunicação, com especial interesse turístico pelas vistas panorâmicas excepcionais que podia proporcionar

⁸²⁶ COSTA, F. S. Ramos da, *A Ponte sobre o Tejo entre Santos e Cacilhas*, Lisboa, Tipografia da Cadeia Nacional, 1927.

⁸²⁷ EP Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Antecedentes Históricos da Transposição do Rio Tejo.

⁸²⁸ Idem, 1º Relatório da Comissão nomeada por Portaria de 11 de Junho de 1930, entregue a 3 de Novembro de 1931

⁸²⁹ MENDONÇA, Afonso Zuzarte de, "Relatório das Sondagens geológicas no leito do rio Tejo, entre o Beato e o Montijo", in *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, antiga revista de Obras Públicas e Minas, Lisboa, Ano LXIV, nº 697, Julho de 1933, página 22.

⁸³⁰ EP Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Antecedentes Históricos da Transposição do Rio Tejo, Memória Descritiva Túnel entre Lisboa e a outra margem do Tejo.

aos passageiros e público em geral⁸³¹. Com 3.240m de comprimento, 6 vagonetes com capacidade para 35 passageiros cada, espaçadas de 1.080m na horizontal, com movimento num único sentido e saídas de 5 em 5 minutos, o equipamento propunha a capacidade horária de 420 passageiros/hora facto que *constituiria também uma vantagem apreciável para o desenvolvimento urbanístico de Almada*⁸³². Com duas torres metálicas de 115m, uma delas flutuante, o equipamento estaria ainda dotado de miradouros, varandas de contorno e restaurantes elevados. Em particular a torre flutuante oferecer-se-ia como estrutura preferencial para receber ainda um conjunto de atracções e espectáculos, e ainda um centro desportivo.

Em 1932 Duarte Pacheco estava na posse da pasta das Obras Públicas e Comunicações e a travessia do Tejo permanecia uma questão por resolver. A residir em permanência em Lisboa desde 1917, Duarte Pacheco foi tomando consciência desta questão de forma cada vez mais aprofundada. Primeiro como aluno de engenharia do Técnico, posteriormente como engenheiro e professor, seguidamente como director de uma escola formadora de profissionais capacitados na resolução tecnológica da questão e, a partir de 1928, também como político firmado. Em 1932, Duarte Pacheco reunia todas as condições necessárias à definição de uma situação que se arrastava há já meio século, uma vez que, além de engenheiro e político, Duarte Pacheco tutelava também um ministério decisivo no processo: o Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Inteirado de todos os estudos prévios, e na posse dos últimos trabalhos de pesquisa realizados, nomeadamente o Relatório da Comissão de Estudo de 1930 e o Relatório dos Estudos e Sondagens de Reconhecimento Geológicos, a 1 de Fevereiro de 1933 Duarte Pacheco nomeava uma comissão para a elaboração de um relatório sobre a questão «Ponte sobre o Tejo», elaboração do programa de concurso e respectivo caderno de encargos para a sua concessão, construção e exploração. Afirmava o ministro que:

“Concluídas as sondagens geológicas segundo o traçado do Beato ao Montijo da ponte sobre o Tejo, importa agora definir as características dessa importante obra d’arte que deverá

⁸³¹ A proposta foi apresentada pela mesma equipa que projectou em 1927 o Funicular de Barcelona, obra inaugurada em 1931.

⁸³² EP Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Antecedentes Históricos da Transposição do Rio Tejo.

estabelecer por viação ordinária as comunicações entre as duas margens do Tejo”.⁸³³

A comissão nomeada seria presidida pelo engenheiro inspector superior João Alexandre Lopes Galvão, sendo ainda composta pelos engenheiros Afonso Zuzarte Mendonça, Eduardo Pio Soares Leite, António Avelar Ruas, Frederico Cabournac e João Alberto Barbosa de Carmona⁸³⁴. O relatório de trabalho desta comissão levaria um ano a concluir, sendo entregue no gabinete do ministro a 4 de Fevereiro de 1934. O estudo apurado realizado pela equipa teve em conta não só os aspectos técnicos e regulamentares defendidos no último Congresso de Estradas⁸³⁵, como analisou detalhes técnicos de construção, realizando também um estudo económico do problema.

Analizando o tráfego de mercadorias expedidas e recebidas pelas estações do Sul e Sueste de 1924 a 1932, o mesmo sucedendo com o número de passageiros de 1ª, 2ª e 3ª classes e numa estimativa real de progressão de tráfego foram ponderadas oscilações até ao ano de 1950 para se poder atingir um dos cálculos que Duarte Pacheco julgara imprescindível ao financiamento e à concretização do projecto: o pagamento de portagens. Com objectivos tão exigentes e precisos, o volume de trabalho produzido pela comissão revelou-se extenso, pelo que procuraremos ser sucintos.

Cuidadosamente elaborado, o estudo económico demonstrou a viabilidade da construção sem encargo para o Estado, embora exigisse, naturalmente, a garantia de juros. Tendo por base o estudo dos inquéritos de 1924 a 1932, calculou-se um movimento de passageiros na ordem dos 400.000/ano, a mercadoria pesada nas 15.000 toneladas/ano e de pequena velocidade no valor das 205.000 toneladas/ano. Dado o progressivo aumento estatístico, e calculando que em 7 anos a ponte estivesse concluída, o tráfego aumentaria cerca de 25%⁸³⁶. Caracterizado também o tráfego entre passageiros, peões, cavaleiros, motociclos, automóveis ligeiros e viaturas pesadas, os

⁸³³ *Diário do Governo* II Série, Portaria de 1 de Fevereiro de 1933, publicada a 4 de Fevereiro de 1933.

⁸³⁴ Alberto Alexandre Lopes Galvão, pelo Conselho Superior de Obras Públicas, João Alberto Barbosa Carmona pela Junta Autónoma de Estradas, Afonso Zuzarte de Mendonça pela Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Eduardo Pio Soares Leite, pela Administração Geral do Porto de Lisboa, Frederico Cambournac pela Direcção Geral de Caminhos de Ferro e António Avelar Ruas pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

⁸³⁵ Realizado em 1931 no IST.

⁸³⁶ Nesta ordem de grandezas em 1940 estariam previstos 500.000 passageiros/ano, mercadoria de grande tonelage 20.000 toneladas/ano e mercadoria de pequena velocidade 250.000 toneladas/ano. EP Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Ponte sobre o Rio Tejo entre o Beato e o Montijo; Caderno de Encargos, Relatório, Proponentes (1934-1956).

valores de portagem eram animadores pois previam um rendimento total de 17.000 contos. No cálculo final, o juro e a amortização do capital investido na construção da ponte que rondavam os 400.000 contos, ficariam assegurados.

Relativamente ao estudo técnico, considerou a comissão que a ponte deveria ser lançada entre o Beato e o Montijo por ser este o ponto onde as duas margens mais se aproximavam e pelo facto de os prévios estudos geológicos demonstrarem segurança na fundação dos pilares e dos encontros. Considerava ainda a comissão que os pilares e encontros deveriam ser construídos em alvenaria ou sobre caixões descidos até às camadas resistentes *conforme se mostrasse mais económico e mais favorável*. A superestrutura seria construída em vigas metálicas assentes sobre pilares de alvenaria. O tabuleiro da via férrea teria uma largura mínima entre vigas de 7.70m e o tabuleiro viário teria uma largura mínima de 14 metros, existindo ainda passeios com 2.5m de largura. Os dois tabuleiros poderiam ser sobrepostos ou justapostos. O caderno de encargos pressupunha que a obra de construção da ponte decorresse por 7 anos⁸³⁷.

Mais de cinquenta anos volvido sobre tantas propostas, projectos e ideias e, começava a comentar-se por Lisboa que se construíra a ponte sobre o Tejo. O concurso para a concessão da construção e exploração da Ponte sobre o Beato e Montijo realizou-se em 1934 e suscitou elevado interesse nos meios técnicos e financeiros internacionais⁸³⁸, tendo sido apresentadas quatro propostas, tendo três delas indicado estimativas de custo⁸³⁹.

A par das propostas orçamentais, as três empresas oponentes ao concurso apresentaram ainda aquilo a que poderíamos denominar de «propostas de obra». As empresas Schneider & Cie e a United States Steel Products Company apresentariam alguns desenhos sob a hipotética configuração da ponte sobre o Tejo. Já a empresa Hojgaard & Schultz optaria por apresentar um álbum fotográfico com um dos últimos trabalhos realizados nesta área, no caso a ponte sobre o rio Limfjord, na Dinamarca.

⁸³⁷ EP Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Ponte sobre o Rio Tejo entre o Beato e o Montijo; Caderno de Encargos, Relatório, Proponentes (1934-1956).

⁸³⁸ O processo da ponte Beato-Montijo contém um documento intitulado “Firmas que solicitaram o caderno de Encargos”. Desta lista constam 128 empresas sediadas em Lisboa, Madrid, Londres, Berlim, Nova Iorque, Paris, Bruxelas, Zurique, Vancouver, entre outras. *Vide* Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Ponte sobre o Rio Tejo entre o Beato e o Montijo; Caderno de Encargos, Relatório, Proponentes (1934-1956).

⁸³⁹ O grupo francês Schneider apresentou a proposta de 800.000 contos, a Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Limitada e Dormay Sons avançou com a proposta de 428.500 contos e a United States Steel Products, Co., propôs 689.731 contos.

Numa aposta mais cuidada e de enriquecimento da proposta, para além de um desenho técnico dos hipotéticos tramos e tabuleiro justaposto da ponte, a United States Steel Products Company apresentaria além destes esboços, uma proposta para os dois encontros de margem e ainda uma solução viária de acesso ao equipamento.

Contudo, em 1935 o governo anulava o concurso argumentando que as propostas não haviam correspondido ao estipulado no caderno de encargos, contudo outros factos e argumentos terão pesado nesta decisão política, porquanto o interesse das empresas proponentes, nomeadamente as americanas, manteve-se até 1936, ano em que Duarte Pacheco foi afastado do cargo de ministro das Obras Públicas e Comunicações. Certo é que até 1936 o gabinete do ministro julgou possível a concretização do projecto. Seria contudo possível que este gabinete fosse o único a acreditar na possibilidade uma vez que as pressões técnicas, financeiras e políticas se exerciam a todos os níveis.

Uma carta endereçada pelo cidadão Fernando de Sousa ao Presidente do Conselho em Setembro de 1934, escusando-se pelo abuso em perturbar o descanso do político, incumbia-se no dever de prestar *informações certas e desinteressadas sobre um dos mais graves problemas postos perante o Governo: a construção de uma das maiores pontes do mundo*⁸⁴⁰.

Fernando de Sousa acusava Duarte Pacheco *de quer ligar o seu nome à realização da obra*, de tal modo que, na prossecução dos seus interesses, abrisse concurso *para ganhar tempo prescindindo de um estudo prévio*, acção que o cidadão Fernando de Sousa reputava de *grave*. Acusava ainda o ministro de ter apresentado um caderno de encargos difícil de cumprir, ao ponto de os proponentes divergirem entre si numa diferença de 254.000 contos⁸⁴¹.

As críticas de Fernando de Sousa, sobretudo as relacionadas com os trabalhos prévios ao concurso, parecem contradizer-se. Afirma o cidadão que a construção da ponte oferecia graves dificuldades *pela espessura do lodo em boa parte da sua extensão, como o mostram as sondagens efectuadas*. Contudo, o documento do estudo geológico redigido pelo engenheiro Afonso Zuzarte de Mendonça descreve o seguinte:

“Esta importante formação lodosa constitui a principal dificuldade de ordem técnica e financeira a vencer na construção

⁸⁴⁰ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, AOS/CO/OP-1A.

⁸⁴¹ *Idem*.

de qualquer ponte sobre o Tejo, a montante de Santa Apolónia e a jusante de Vila Franca de Xira”.⁸⁴²

Ou seja, *a maior dificuldade técnica e financeira* que poderia servir de argumento para travar a construção da ponte Beato-Montijo, não impediu a construção da ponte de Vila Franca, adjudicada em 1948, inaugurada em 1951 e considerada desde os anos 30, por muitos, como a solução viável de comunicação do Tejo ao sul do país. Aliás, acrescente-se que um dos maiores defensores do projecto desta ponte foi precisamente José Van-Zeller Pereira Palha, ilustre natural da vila ribatejana, seu presidente de Câmara e amigo pessoal de Oliveira Salazar, e, por coincidência ou não, tio da esposa de José Frederico Casal Ribeiro Ulrich, o mesmo que nos anos 30 fora técnico do gabinete de Duarte Pacheco, seu chefe de gabinete em 1941 e Ministro das Obras Públicas na precisa data de adjudicação da obra da Ponte de Vila Franca.

Politicamente, o projecto da ponte Beato-Montijo terá esmorecido por duas principais razões. Por um lado o crescendo da pressão dos apoiantes pela construção da ponte de Vila Franca, sob o argumento de ligação directa à estrada nacional 1, e posteriores ligações à estrada nacional 10, de acesso ao vale do Sorraia e toda a extensão além Tejo nos eixos viário e ferroviário.

Por outro lado, e pela documentação constante do processo da ponte Beato-Montijo, parece vislumbrar-se a justificação de discrepância entre o número de empresas que pediram o caderno de encargos (178) e os valores propostos pelas quatro empresas proponentes ao projecto.

Com efeito, em carta datada de 16 de Novembro de 1935, o representante da United States Steel Products Company, empresa que propôs 689.731 contos, explicava a Duarte Pacheco a situação do mercado financeiro:

“Tínhamos entendido que o governo português achava aceitável a ideia de que o financiamento da Ponte sobre o Tejo fosse negociado com uma firma idónea de respeitáveis banqueiros de New York que tinha manifestado o seu interesse no assunto ao discuti-lo com a nossa firma. Contudo o vosso Governo

⁸⁴² Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Ponte sobre o Rio Tejo entre o Beato e o Montijo; Caderno de Encargos, Relatório, Proponentes (1934-1956).

entendeu não poder tomar a desejada iniciativa junto dos referidos banqueiros.

Uma das consequências dos acontecimentos recentes foi o considerável movimento de capitais e ouro para a América, onde se sente já a acumulação em excesso de ambos. Há naturalmente, nestas circunstâncias, uma diminuição de interesse em empreendimentos financeiros europeus.”⁸⁴³

Embora o quadro financeiro europeu se mantivesse incerto, assegurava a empresa norte americana a *continuação do interesse no projecto*, o mesmo acontecendo com Duarte Pacheco. Em 1938 a United States Products Company enviava nova proposta com algumas modificações ao projecto, facto que havia permitido reduzir o custo da obra e oferecer melhores condições de pagamento. Contudo, o Presidente do Conselho não julgou a proposta merecedora de despacho ministerial⁸⁴⁴.

No mesmo ano, em virtude de uma solicitação por parte do Ministério da Marinha, para instalar a base naval no extremo sul da península do Montijo, pediu alteração ao traçado da ponte Beato-Montijo. Duarte Pacheco concedeu a revisão ao projecto e o encontro da margem esquerda da ponte passou da Quinta do Montijo para o Espigão do Montijo, contudo, no gabinete do ministro, este projecto manteve-se sempre em aberto, aguardando a situação mais favorável à sua concretização⁸⁴⁵. De tal modo que, em 1941, e no seguimento de uma exposição apresentada pela Câmara Municipal do Barreiro e secundada pelos municípios de Alcochete, Moita e Seixal solicitando a melhoria de comunicações entre aquelas vilas e Cacilhas, ordenou Duarte Pacheco que a Junta Autónoma de Estradas, a Direcção Geral de Caminhos de Ferro e a Direcção de Serviços Hidráulicos e Eléctricos considerassem a viabilidade de construção da ponte como solução⁸⁴⁶ e em 1942 o ministro chegaria a nomear uma comissão para o estudo da solução de conjunto do problema das comunicações terrestres da zona ocidental da capital com o Sul do país. Com o desaparecimento de Duarte Pacheco em 1943, esta

⁸⁴³ Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Ponte sobre o Rio Tejo entre o Beato e o Montijo; Caderno de Encargos, Relatório, Proponentes (1934-1956).

⁸⁴⁴ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, AOS/CO/OP-1A.

⁸⁴⁵ Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes Ponte sobre o Rio Tejo entre o Beato e o Montijo; Caderno de Encargos, Relatório, Proponentes (1934-1956), Parecer do Conselho Superior de defesa Nacional pela 4ª secção em sessão de 20 de Dezembro de 1938, por delegação ministerial de Duarte Pacheco.

⁸⁴⁶ BAMOPC, Gabinete do Ministro, Livros de Despacho Ministeriais, 1941.

comissão nunca chegaria a concluir os trabalhos, contudo o tempo veio demonstrar que a ponte de Vila Franca, embora eficiente a uma escala restrita, não conseguiu suportar o crescendo de trânsito de passageiros, veículos e mercadorias que a comissão de estudo nomeada por Duarte Pacheco já em 1933 previra. De tal modo a situação se tornou insustentável que em 1953, e tendo a ponte de Vila Franca sido inaugurada há apenas dois anos, reconhecia o governo a necessidade de se pensar a questão e nomeava uma comissão de estudo das ligações rodoviária e ferroviária entre Lisboa e a margem sul. Em 1958 era decidida a sua construção e em 1966 a obra era inaugurada.

Ao contrário do julgava o cidadão Fernando de Sousa, o mesmo que em 1934 enviara ao Presidente do Conselho uma carta em que não existiu tom laudatório para o Ministro das Obras Públicas e Comunicações e denegrindo o projecto da ponte do Beato-Montijo, a preocupação de Duarte Pacheco não seria propriamente a de ver o seu nome escrito na história ou no encontro de uma ponte. A preocupação do ministro residia na planificação do futuro, porque um bom ministro de Obras Públicas não reage à pressão dos números: prevê os mesmos com uma geração de antecedência e faz a diferença entre a mera reacção e a acção planeada.



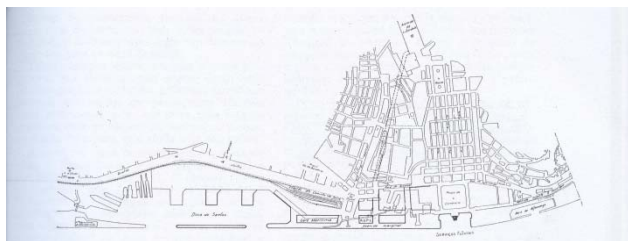
64. Porto de Lisboa, Cais de Alcântara, Anos 20.



65. Porto de Lisboa, Cais dos Soldados, Anos 20.



66. Capa da Revista *Técnica*, Fevereiro de 1936.



67. Proposta de Cid Perestrelo para a localização da gare marítima (1931-1936)



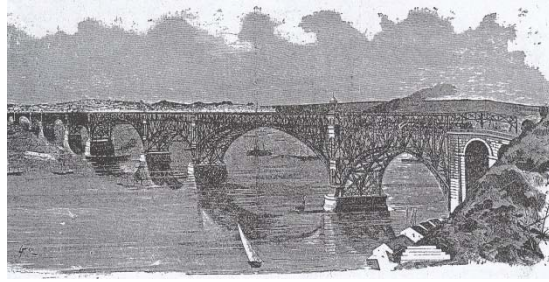
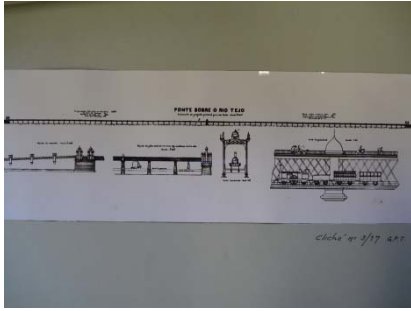
68. Proposta de P. Pardal Monteiro para a Avenida de ligação entre o Cais do Sodré e a Praça do Comércio.



69. Gare Marítima de Alcântara, Fachada Norte.



70. Gare Marítima Rocha Conde de Óbidos.



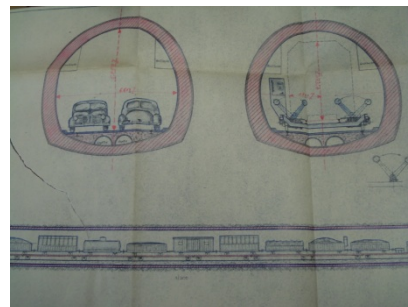
71e 72. Ponte sobre o Tejo, proposta de Miguel Correia Pais, 1879 e de Seirig e Bartissol, 1889.



73. Revista ABC, 1923.

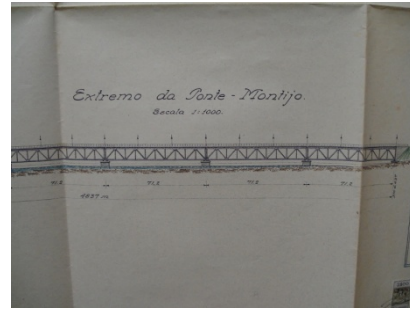


74. Projecto para um Funicular no Tejo.

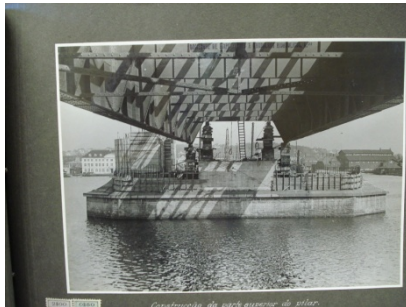


75. Projecto de um túnel como solução de travessia do Tejo

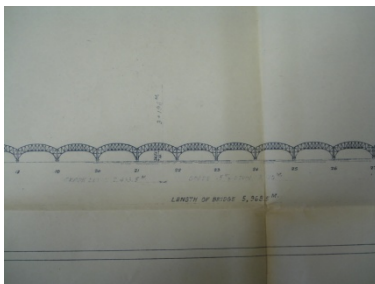
O País a Régua e Esquadro



76 e 77. Proposta da Firma Schneider et Cie para a travessia do Tejo, 1934.



78 e 79. Proposta da Firma Hojgaard & Schultz para a travessia do Tejo, 1934



80 a 82. Proposta da Firma United States Steel Products para a travessia do Tejo. 83- Capa do Processo Ponte sobre o Tejo, 1934.

4.3. Património e Identidade: os museus e a construção da memória

Criada em 1929, sob tutela do então denominado Ministério do Comércio e Comunicações, e com o intuito de reunir os serviços de obras e de edifícios e monumentos, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) constituiu o organismo de Estado encarregue da construção de edifícios públicos e do restauro do património nacional edificado. Particularmente activo no período de vigência do Estado Novo, este organismo recolheu considerável atenção por parte da historiografia, nomeadamente no que confere à actividade do serviço de Monumentos Nacionais. À margem das referências críticas gerais, salientam-se as considerações de José-Augusto França⁸⁴⁷, a demorada reflexão de Margarida Acciaiuoli⁸⁴⁸ e o estudo exaustivo de Maria João Neto⁸⁴⁹.

Alicerçado no golpe militar de 1928 e constitucionalmente instituído em 1933, o Estado Novo recorreu à actividade de «restauração monumental» como baluarte político de recuperação de uma portugalidade memorial desvanecida e negligenciada no período final da monarquia e na vigência da I República. Neste sentido, a actuação da DGEMN correspondeu a uma directriz política, manifestada a vários níveis. Por um lado, o critério de intervenção no edificado histórico não abarcou de forma transversal o universo patrimonial. Pelo contrário, o critério de recuperação incidiu preferencialmente sobre obras símbolo como as Sés Patriarcais, os Castelos, Santa Cruz de Coimbra, o Convento de Cristo em Tomar, Santa Maria de Alcobaça, Santa Maria da Vitória, ou Santa Maria de Belém e a Torre de S. Vicente de Belém. A par da recuperação dos magnos monumentos pátrios, o Estado Novo dirigiu também a actuação do Serviço de Monumentos Nacionais para a recuperação de património arquitectónico de fundação românica, cronologia coeva aos primórdios da nacionalidade e capítulo da História que o regime revisitou e interpretou ao sabor de uma leitura politizada. Também neste sentido, a actuação da DGEMN se revelou unívoca ao forçar os monumentos intervencionados a uma unidade de estilo alheia ao tempo da História mas cara ao dicionário da política.

⁸⁴⁷ FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1984.

⁸⁴⁸ ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal, o país, o regime e as artes “restauração” e “celebração”*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.

⁸⁴⁹ NETO, Maria João, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Lisboa, FAUP, 2001.

A actividade da DGEMN, nomeadamente no que confere ao Serviço de Monumentos, está já documentada e analisada, facto que nos permite, sob o ponto de vista historiográfico, obter uma sistematização da informação e sequente entendimento sobre as condições, os critérios e os fundamentos técnico-científicos que presidiram à conservação do património histórico edificado.

Pelo contrário, no que confere àquilo a que poderíamos denominar de «história do património móvel português» considerando como elementos constituintes dessa mesma história não só a origem, como a construção das colecções nacionais e o percurso museográfico e museológico dos serviços que albergam essas mesmas colecções, os estudos são ainda escassos. Se a estes elementos constituintes anexarmos a evolução construtiva dos edifícios que albergam essas mesmas colecções, poderemos afirmar que a história dos museus portugueses permanece escassa. Neste âmbito salientam-se o pioneiro estudo de Vitor Manaças sobre o Museu Nacional de Arte Antiga e o estudo de Helena Barranha sobre a Arquitectura dos Museus de Arte Contemporânea em Portugal.

No âmbito das Obras Públicas realizadas no período de actividade política de Duarte Pacheco, importa referir que foram consideráveis os números traduzidos em verbas, estudos técnicos, viagens de estudo e propostas de viabilidade consignadas à beneficiação dos museus portugueses. Neste sentido, optámos por analisar a posição e a opção do gabinete ministerial de Duarte Pacheco face a dois casos distintos: o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Arte Contemporânea. À excepção do título de museus nacionais, estes dois organismos tutelares de colecções patrimoniais móveis pouco diferiram em circunstância dos restantes museus portugueses. Aliás, a realidade vivida pelos museus não era do desconhecimento político. Em 1928, no desempenho do cargo de Ministro da Instrução Pública, Duarte Pacheco ordenou a actualização dos vencimentos dos directores dos museus⁸⁵⁰ e a situação material dos edifícios que acolhiam os serviços de guardaria das colecções não constituiria matéria alheia ao seu gabinete, contudo só no ano seguinte, e já após a saída de Duarte Pacheco, o Ministério da Instrução Pública iniciaria um inquérito. Em Março de 1929 a Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico enviava aos presidentes do Conselho de Arte e Arqueologia das três circunscrições, uma listagem de oito questões com o

⁸⁵⁰ Diário do Governo, I série nº 259 Decreto-Lei nº 16:121 de 7 de Novembro de 1928: Considera como vencimento dos lugares de directores dos Museus de Arte Contemporânea, dos Coches, Regional de Évora, Regional de Viseu e Regional de Bragança, as importâncias que por lei lhes são atribuídas e se encontrar descritas nos orçamentos do Ministério.

objectivo de *conhecer as condições em que se encontra[va]m os diferentes museus* ⁸⁵¹. O breve inquérito tinha por principal objectivo fazer um ponto de situação sobre a quantidade de museus subordinados à tutela do Ministério da Instrução Pública, saber da data da sua fundação, da caracterização dos seus acervos, das condições de instalação e de pessoal e das suas necessidades mais prementes. No mesmo inquérito solicitava-se ainda informação sobre a publicação de catálogos, existência ou não de um registo fotográfico da colecção à guarda, bem como o número de visitantes no último ano. Iniciado ainda em Março de 1929, o inquérito não estaria concluído antes de Abril de 1930⁸⁵². Tomás da Fonseca, vice-presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª circunscrição, a de Coimbra, enviaria os resultados do inquérito a 13 de Abril de 1929. A 1 de Abril de 1930, com um ano de diferença, Luciano Freire, presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª circunscrição, a de Lisboa, enviaria as respostas restantes.

Pelas respostas obtidas no inquérito, surge clara a primeira das questões lançada pelo Ministério da Instrução. Na ausência da resposta da 3ª Circunscrição, a do Porto, eram nove os museus tutelados pelo Ministério e geograficamente todos se situavam a sul da linha do Douro. Pela circunscrição de Coimbra reconheciam subalternidade e vínculo os museus de Aveiro, Lamego, Grão Vasco de Viseu e Machado de Castro, Ourivesaria e Tecidos, em Coimbra. Pela circunscrição de Lisboa respondiam os museus dos Coches, Arte Antiga, Arte Contemporânea, Regional de Évora e o Núcleo de Museu dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, sito no Convento de Cristo, em Tomar.

A funcionar desde 1905, o Museu dos Coches respondia afirmativamente a quase todas as questões colocadas: possuía inventário, registo fotográfico e catálogo da colecção. Entre 1928 e 1929, datas extremas consignadas no inquérito, contabilizara um total de 31.689 visitantes. Reconhecia apenas como necessidade urgente, o reforço do pessoal de segurança.

Por seu turno, os museus de Aveiro, Arte Antiga e Arte Contemporânea, instituídos no ano de 1911, revelavam já algumas dissemelhanças. Todos apresentavam a colecção inventariada, mas ao contrário do Museu de Arte Antiga que possuía duas edições de catálogos da exposição permanente, Aveiro e Arte Contemporânea não apresentavam qualquer edição. Embora o Museu de Arte Antiga tivesse registo

⁸⁵¹ AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 6 de Março de 1929, pedido aos Conselhos de Arte e Arqueologia da relação de museus, respectivas datas de fundação e condições de instalação.

⁸⁵² Vide Apêndice Documental Documento 33.

fotográfico do acervo e o Museu de Aveiro o registo de algumas peças, o Museu de Arte Contemporânea não possuía qualquer registo fotográfico das peças à sua guarda. Em número de visitantes o Museu de Antiga apresentava uma soma anual de 22.331 entradas, o Museu de Aveiro 3.724 e o Museu Nacional de Arte Contemporânea 3.480. Relativamente à questão de necessidades urgentes, Aveiro respondia com questões de segurança, obras de conservação e reforço de pessoal. O Museu de Arte Contemporânea acrescia ainda a necessidade de beneficiação e expansão das instalações. Já o Museu de Arte Antiga revelava maiores necessidades: a construção de um anexo, de uma biblioteca e de uma sala de conferências, uma maior dotação orçamental, aumentos salariais e reforço de pessoal.

Criados entre 1913 e 1919, os restantes museus inquiridos⁸⁵³ enfrentavam um quadro semelhante ao acima descrito. O Museu Machado de Castro tinha um catálogo sumário da exposição permanente e estava em curso o inventário das colecções específicas de Ourivesaria e Tecidos, criadas em 1923. O Museu de Lamego possuía catálogo mas não tinha verba para a sua edição. A edição mais actualizada do catálogo de obras do Museu Grão Vasco datava de 1921 e os museus de Évora e do Convento de Cristo não possuíam qualquer meio de divulgação dos seus acervos. Relativamente ao processo de inventariação das colecções, todas as tarefas estavam cumpridas nos museus pertencentes à segunda circunscrição, contudo, os registos fotográficos eram inexistentes. Apenas o Museu Machado de Castro possuía postais ilustrados de algumas peças. No que respeitava ao cumprimento de necessidades urgentes, as carências eram comuns: falta de verbas, de segurança, de pessoal e de espaço.

O acervo artístico e decorativo que constituía as colecções nacionais provinha maioritariamente do universo de património móvel recolhido em igrejas, conventos e mosteiros, após a extinção das Ordens Religiosas⁸⁵⁴.

Sob o ponto de vista da salvaguarda patrimonial, o momento de renovação resultante da implantação da República em 1910, resultara em 1911 na reorganização dos museus portugueses por três circunscrições artísticas: as de Lisboa, Coimbra e

⁸⁵³ A saber: o Museu Machado de Castro (criado em 1913), o Museu Regional de Évora (criado em 1915), o Museu Grão Vasco (criado em 1916) o Museu de Lamego (criado em 1917) e o Núcleo do Museu do Convento de Cristo (criado em 1919).

⁸⁵⁴ A Extinção das Ordens Religiosas foi decretada em 1833. Os bens móveis e imóveis das casas religiosas foram inventariados e transitaram para os Bens Nacionais após a extinção física de cada um dos últimos religiosos que ocupassem a propriedade da extinta casa religiosa.

Porto.⁸⁵⁵ Contudo, se o momento de renovação republicano permitiu uma reforma administrativa da tutela e gestão dos bens patrimoniais móveis, no respeitante aos espaços que pudessem albergar e expor as colecções, não existiu uma política de criação, mas antes uma solução de adaptação: as mesmas casas religiosas que maioritariamente haviam dado origem ao património agora musealizado.

Em 1911, ao decretar a criação do Museu de Arte Antiga e o Museu de Arte Contemporânea, o regime republicano instituiu que todas as obras de arte anteriores a 1850 pertenceriam ao tempo antigo e todas as obras posteriores à mesma data se situavam na cronologia da contemporaneidade. No que às instalações diz respeito, a colecção de Arte Antiga ficou consignada ao Palácio das Janelas Verdes e a colecção de Arte Contemporânea ficou instalada no extinto Convento de S. Francisco, paredes meias com a Academia de Belas-Artes, ao Chiado.

Fora de Lisboa a situação era idêntica. Também criado em 1911, o Museu de Aveiro ficaria instalado no antigo Convento de Jesus. O Museu Machado de Castro, em Coimbra, fundado em 1911 e inaugurado dois anos depois, ficaria instalado no antigo Paço Episcopal. O Museu Grão Vasco, em Viseu, criado em 1915, ficaria instalado no Paço dos Três Escalões, ao largo da Sé, edifício que acolhera já o Bispado de Viseu e o antigo seminário da mesma cidade.

Em todos os casos o regime seleccionara edifícios históricos e notáveis, dignos de receber as colecções de arte nacionais, contudo, a funcionalidade específica de um museu requeria obras de adaptação estruturais e o regime não pode oferecer senão obras pontuais de beneficiação. Contudo, com o decorrer do tempo, até as obras de beneficiação foram esquecidas.

Neste sentido, e volvidos quase vinte anos desde a data de criação destes museus, o inquérito lançado pelo Ministério da Instrução em Abril de 1929, traçava um retrato fiel da situação.

João Amaral, à data director do Museu de Lamego, na resposta ao inquérito, informava da necessidade urgente:

“ (...) que lhes seja ampliada a sua dotação, que é a mais deprimente dos museus nacionais, e exige urgentemente

⁸⁵⁵ Sobre o tema *Vide* MOREIRA, Isabel Martins, *Museus e Monumentos em Portugal: 1772-1974*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989; *Vide* também AA.VV., *Panorama da Arte Portuguesa no século XX*, coordenação de Fernando PERES, Porto, Campo das Letras - Fundação de Serralves, 1999.

restauração do tecto do salão de entrada, que está prestes a desabar, com grave prejuízo dos riquíssimos objectos ali expostos”.⁸⁵⁶

Lamentavelmente, o caso de eminente derrocada do tecto de um edifício histórico por sobre uma colecção nacional, como relatava o director do Museu de Lamego, em lugar de excepção, parecia ser a regra. Também em Abril de 1929 Alberto Souto, director do Museu de Aveiro, informava:

“(…) o edifício está velho e as janelas partidas não vedam a luz, nem a humidade nem a poeira. Depositam-se continuamente enormes quantidades de pó, (…) presta-se admiravelmente o edifício a museu mas o seu estado de conservação é lastimoso, pois é fácil de compreender que a maior parte dos compartimentos, de construção péssima, ordenados sem ordem nem método arquitectónico, não tem condições de receber os objectos de arte, nem oferecer segurança, nem comodidade ao público. Os telhados estão em completa ruína, chovendo abertamente em muitas salas, com gravíssimo prejuízo para as colecções e para o próprio edifício. Numerosas paredes ameaçam ruína (…).”⁸⁵⁷

A par do precário estado de conservação dos edifícios que, embora tendo acolhido as colecções nacionais a partir de 1911, não haviam recebido obras de beneficiação ou de manutenção, o inquérito de 1929 revela ainda que as fragilidades dos museus portugueses se estendiam também a outros níveis, nomeadamente a segurança e o pessoal.

⁸⁵⁶ AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 19 de Março de 1929, resposta do director do Museu de Lamego ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁵⁷ AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 13 de Abril de 1929, resposta do director do Museu de Aveiro ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

Relativamente à segurança informava o director do Museu de Lamego que julgava necessário *mais um guarda para melhor e urgente policiamento*⁸⁵⁸. Por seu turno, o director do Museu de Aveiro alertava que *o tesouro não tem a menor segurança contra roubo*⁸⁵⁹.

A questão de segurança dos acervos à guarda dos museus não se limitava contudo a uma situação de eventual supressão de peças por falta de policiamento. Por falta de pessoal técnico especializado, a integridade física das colecções nacionais estava também em risco. Neste sentido, o relato do director do Museu de Aveiro permanece como o mais incisivo. Com um museu com paredes em ruína, janelas partidas e telhados a céu aberto, o museu instalado no antigo Convento de Jesus poucas condições físicas tinha a oferecer à guarda e conservação das peças a seu cargo. No caso específico, a exposição permanente da colecção surgia como risco acrescido, pois implicava a permanente limpeza de peças expostas a poeira e humidade:

“ O pessoal de limpeza tem de ser de confiança e muito cuidadoso. Com a exígua verba de quatrocentos e cinquenta escudos que o Museu tem no orçamento geral do Estado para expediente, guarda, conservação e limpeza, não é possível ter um edifício destes, com os seus milhares de objectos, quadros, vitrinas, etc., em condições de plenamente nos satisfazer.”⁸⁶⁰

E porque as verbas destinadas aos museus eram diminutas e na sua quase totalidade canalizadas para obras prementes, o recrutamento de pessoal ficava remetido para segundas oportunidades. Da guardaria à curatoria, a falta de pessoal constituía um problema partilhado por todos os museus. Sobre a questão informava António Augusto Gonçalves, director do Museu Machado de Castro em Coimbra que, *preenchendo as colecções 28 salas e galerias, o pessoal era deficiente e a mais urgente necessidade era de um escrevente apto e laborioso*⁸⁶¹.

⁸⁵⁸ AHME, DGEBSA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 19 de Março de 1929, resposta do director do Museu de Lamego ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁵⁹ AHME, DGEBSA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 13 de Abril de 1929, resposta do director do Museu de Aveiro ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁶⁰ *Idem.*

⁸⁶¹ AHME, DGEBSA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 17 de Março de 1929, resposta do director do Museu de Machado de Castro ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª

Francisco d'Almeida Moreira, director do Museu Grão Vasco em Viseu, reconhecia que *com respeito a pessoal, era o museu insufficientíssimo, tinha apenas um guarda*⁸⁶². O quadro do Museu de Aveiro era composto por dois técnicos: *um director e um conservador-restaurador, sendo o guarda cedido e pago pela Câmara Municipal e o pessoal de limpeza todo assalariado*⁸⁶³. O Museu de Évora informava que as condições de pessoal eram *muito deficientes*, e julgava *absolutamente necessária* a integração de *pelo menos um guarda de portão e mais treze guardas*⁸⁶⁴ e Luciano Freire, director do Museu dos Coches considerava *medida urgentíssima* o *preenchimento dos treze lugares de guarda que, por terem atingido pela lei o limite da idade ou por serem dados por incapazes, estarem dispensados de prestar serviço*⁸⁶⁵.

No parecer de António Augusto Gonçalves, questões como o estado de conservação dos edifícios onde estavam instalados os museus ou mesmo a escassez de pessoal, eram sinónimo da *falta de atenção e das liberalidades a que a Administração Pública votara os museus e os serviços de arte*⁸⁶⁶. E em resposta ao inquérito lançado em 1929 pelo Ministério da Instrução, entendia o crítico de arte que a iniciativa tomada pela tutela auspiciava uma mudança de atitude: *ainda bem que uma nova fase de actividade se anuncia*⁸⁶⁷.

O director do Museu de Aveiro partilhava da posição de António Augusto Gonçalves. No preâmbulo ao ofício de resposta ao inquérito não deixaria de expressar as dificuldades vividas pelos zeladores das colecções nacionais:

Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁶² AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 3 de Abril de 1929, resposta do director do Museu Grão Vasco ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁶³ AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 13 de Abril de 1929, resposta do director do Museu de Aveiro ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁶⁴ AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 21 de Dezembro de 1929, resposta do presidente da direcção, Francisco Augusto Garcez Teixeira ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁶⁵ AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 3 de Abril de 1929, resposta do director do Museu Grão Vasco ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁶⁶ AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 17 de Março de 1929, resposta do director do Museu Machado de Castro ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁶⁷ *Idem*.

“ (...) é profundamente desanimador verificar que o nosso zelo pelos Museus de Arte, onde se encontram tão importantes riquezas do património nacional, não merece a mais pequena consideração. Faço votos por que desta feita os Museus artísticos encontrem no Ministério da Instrução Pública a protecção que todos os povos cultos lhes consagram.”⁸⁶⁸

A par das precárias condições disponibilizadas à preservação e exibição das colecções nacionais, da falta de apoio técnico especializado e de vigilância, alguns museus enfrentavam ainda um outro problema: a falta de espaço.

Neste sentido, o director do Museu Grão Vasco alertava que:

“As instalações do Museu, apesar de abrangerem já 12 salas, das quais só duas estão por acabar de arranjar, são insuficientes para o desenvolvimento que o Museu vai tendo. É indispensável que a parte anexada do edifício do Colégio seja aumentada com os compartimentos ocupados actualmente pela Junta Geral (...)”⁸⁶⁹

Embora classificando como *excelentes* as condições de instalação da colecção de coches no antigo Picadeiro de Belém, o director do Museu reconhecia a mesmas condições como *susceptíveis de serem ampliadas, quando as circunstâncias do Tesouro as consentissem*⁸⁷⁰.

Por seu turno, o director do Museu Regional de Évora alertava para um outro facto: a necessidade de manutenção de uma política orçamentada de continuidade por parte do Ministério. Primitivamente instalado no Palácio Amaral, o museu transitara para o Palácio do Paço Episcopal e, neste sentido, Augusto Garcez Teixeira advertia sobre a situação:

⁸⁶⁸ Vide Apêndice Documental, Documento 34.

⁸⁶⁹ AHME, DGEBSA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 3 de Abril de 1929, resposta do director do Museu Grão Vasco ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁷⁰ AHME, DGEBSA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 3 de Abril de 1929, resposta do director do Museu Grão Vasco ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

“Além do aumento de pessoal já apontado, necessita que as obras de adaptação do novo edifício sejam convenientemente dotadas a fim de evitar soluções de continuidade que protelem a sua instalação completa.”⁸⁷¹

Com as respostas obtidas no inquérito lançado em Março de 1929, em Abril de 1930 a recém-criada Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (DGESBA)⁸⁷², tinha em seu poder um dossier de informação sobre as condições em que se encontravam os museus portugueses. Da instalação à exibição das colecções nacionais, do estado de conservação dos edifícios à conservação das peças, do número de funcionários existentes ao número dos funcionários necessários, da segurança à higiene, da preservação em condições razoáveis dos níveis de temperatura e humidade à divulgação dos acervos, tudo parecia faltar.

Volvido o primeiro quartel do século XX, era deplorável o estado dos museus aos quais estavam afectas as colecções representativas da memória colectiva. E neste quadro não havia excepções. O Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Arte Contemporânea pareciam liderar o processo.

⁸⁷¹ AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 21 de Dezembro de 1929, resposta do director do Museu Regional de Évora ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

⁸⁷² A Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes substituiu a anterior Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico. Foi instituída pelo Decreto-Lei nº 18 082, de 12 de Março de 1930, competindo-lhe tratar de todos os assuntos administrativos e de ensino referentes a Universidades, Academias, Sociedades Científicas e Literárias, Escolas de Belas Artes e Conservatórios, bem como a gestão corrente dos mesmos. Competia-lhe ainda a superintendência dos Museus, Monumentos Nacionais, Teatros, Bibliotecas e Arquivos, bem como a apreciação de trabalhos artísticos e a propriedade artística e literária.

4.3.1. O Museu Nacional de Arte Antiga.

“O nosso museu não terá, certamente, com o espectacular de um grande cenário, essa *mise-en-scène* a que visam alguns dos maiores museus modernos, mas, em compensação, sobrejar-lhe-ha, em encanto discreto e íntimo, o que porventura lhe faltar em riqueza e fausto.”

José de Figueiredo, in *Atlântida*, 1915.

Em grande parte os espólios dos museus portugueses vinham sendo consolidados desde a extinção das casas religiosas. Logo em 1833 era inaugurado no Porto o Museu da Academia Portuense de Bellas-Artes, em Évora era criado o Museu do Cenáculo e, no mesmo ano, Lisboa via inaugurada a Galeria Nacional de Pintura. Mais tarde, em 1896 era ainda criado o Museu do Instituto Arqueológico de Coimbra. Em todos os casos, da preservação à exibição, a questão do espaço condicionava toda a actividade dos museus. Tal facto está aliás bem patente na situação vivida pelo Museu Nacional de Bellas Artes, em Lisboa.

Criado em 1883 por necessidade de se constituir uma colecção cujo valor sintetizasse a cultura portuguesa⁸⁷³, na falta de edifício próprio, esteve o espólio do museu por cerca de um ano em exibição em seis salas da Academia Real de Belas Artes. Em 1884 o Museu transitaria para o antigo Palácio dos Conde de Alvor, após o fecho da *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, em exibição no dito palácio desde 1882. As condições de acondicionamento, preservação e exibição não

⁸⁷³ A comissão organizadora do Museu Nacional de Bellas Artes e Arqueologia foi constituída por Francisco Sousa Viterbo, Tomás da Fonseca e José Luís Monteiro. Cumpria a esta comissão a organização de uma colecção com as seguintes secções: pintura, escultura, desenho, arte ornamental, gravura, modelos arquitectónicos e arqueologia. Sobre o tema *Vide* MANAÇAS, Vitor Manuel Teixeira, *Museu Nacional de Arte Antiga. Uma Leitura da sua História (1911-1962)*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado, 3 vols., 1991.página 18.

eram as ideais, apenas as possíveis. Em todo o caso, o edifício fora alvo de obras de beneficiação. Em 1874 fora adquirido pelo Estado e logo se iniciaram as primeiras campanhas de obras, reforçadas após o fecho da Exposição de Arte Ornamental.

Com a passagem do Museu de Bellas Artes para o Palácio dos Condes de Alvor a colecção ganhou, essencialmente, espaço expositivo. E assim permaneceria até ao estabelecimento do novo regime político.

A 26 de Março de 1911 o regime republicano extinguiu o Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia, instituindo em seu lugar os Museus Nacionais de Arte Antiga e Arte Contemporânea. Como atrás referimos, as obras de arte posteriores a 1850 constituíram o acervo contemporâneo e transitaram para o Convento de S. Francisco, tendo o espólio anterior a essa data permanecido no Palácio dos Condes de Alvor, local onde funcionara desde Dezembro de 1884 o agora extinto Museu de Belas Artes.

Com a retirada de todas as peças posteriores a 1850 o recém-empossado director do MNAA, José de Figueiredo, ganhava alguma margem de manobra na reavaliação do programa expositivo do espólio de Arte Antiga. Contudo, a colecção era vasta e as instalações do palácio do século XVII ofereciam considerável resistência à concretização dos exemplos expositivos que José de Figueiredo colhera em Paris nos seis anos em que, depois da licenciatura em Direito fora *estudar assuntos de arte*⁸⁷⁴.

Um ano após a criação do MNAA, em ofício dirigido ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, José de Figueiredo dava conta das primeiras alterações às obras seleccionadas para exposição permanente e informava acerca da situação de penúria em que o Museu vivia:

“O aspecto das salas do Museu era porém tão miserável e o acondicionamento em melhores condições, sobretudo, dos painéis dos “primitivos” e, em especial, dos de Nuno Gonçalves, que para aqui vieram, ha tempos, de S. Vicente, impunha-se de tal maneira que fizemos mais um sacrifício, tomando a responsabilidade pessoal do pagamento da maior parte dos livros e fotografias fornecidas ao Museu, para, com essa verba,

⁸⁷⁴ Sobre a formação e a actividade de José de Figueiredo e forma como estas determinaram os conceitos museográficos e museológicos no Museu de Arte Antiga e Museus Regionais *Vide* MANAÇAS, Vitor Manuel Teixeira, *Op. Cit*, volume I, pp. 39-66.

fazermos a instalação de quatro salas para os “primitivos”, o que ainda assim poderíamos não ter conseguido senão fosse o aproveitamento que fizemos de reposteiros, na maior parte condenados, que encontrámos aqui.”⁸⁷⁵

A permanente falta de verba levava o director do MNAA a uma profunda contenção de despesas. No mesmo ofício José de Figueiredo afirmaria que a dotação do Museu era *mesquinhíssima e quase inteiramente absorvida com as despesas ordinárias da casa*. Para segundo plano ficavam actividades que o director julgava imprescindíveis ao *primeiro museu do país*: a instalação das colecções, a restauração e a reprodução fotográfica.

Relativamente à instalação definitiva do MNAA no Palácio dos Condes de Alvor ou, em alternativa, num outro local, José de Figueiredo parece ainda ter tentado angariar apoio, contudo, e tendo em conta o desenrolar dos acontecimentos, a adesão foi nula.

Com efeito, em entrevista ao *Século* o director do MNAA ainda alvitraria a hipótese de *se edificar um museu próprio, com boa distribuição de luz e todas as condições requeridas para edificações desta natureza e que poderia bem ficar no Parque Eduardo VII*⁸⁷⁶. Em entrevista ao mesmo jornal e volvido um ano afirmaria: *visto não haver dinheiro para a construção de um novo museu o que há a fazer é completar o edifício das Janelas Verdes*⁸⁷⁷.

A ideia de ampliar as instalações do edifício das Janelas Verdes era ideia vinda de trás, de 1909, quando Ramalho Ortigão, Luciano Freire e D. José Pessanha, em comunicação ao governo, exprimiram a preocupação em ver as colecções do Museu de Belas Artes expostas a uma diferenciação brutal de temperatura, humidade e correntes de ar⁸⁷⁸. Contudo, a proposta lançada em 1909 não deu lugar a respostas do poder político, o mesmo acontecendo à proposta lançada três anos depois pelo director do MNAA.

Na impossibilidade de ter um museu construído de raiz, José de Figueiredo iria pautar a sua actividade na direcção do MNAA não só pela reorganização e exposição

⁸⁷⁵ Ofício de José de Figueiredo ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, em 7 de Dezembro de 1912, in MANAÇAS, *Op. Cit.*, volume II, Documento 1.

⁸⁷⁶ *O Século*, 2 de Setembro de 1911. Nesta perspectiva citado por MANAÇAS, Vitor, *Op. Cit.*, página 110.

⁸⁷⁷ *O Século*, 2 de Junho de 1912. Nesta perspectiva citado por MANAÇAS, Vitor, *Op. Cit.*, página 110.

⁸⁷⁸ MANAÇAS, Vitor, *Op. Cit.*, página 44, nota 18 da página 155.

das colecções, como pela incansável reclamação de melhores condições materiais do museu.

Entre 1911 e 1912 José de Figueiredo contou com a colaboração de Adães Bermudes e José Luís Monteiro na transformação de algumas salas de exposição e seria o primeiro, o arquitecto responsável pelo projecto inicial de ampliação do Museu.

Sobre o projecto de ampliação realizado por Adães Bermudes pouco se conhece, constituindo um ofício exarado pelo Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), o documento que avança maior número de informações:

“Em 1916 elaborou o arquitecto Adães Bermudes um projecto de edifício a construir ao poente do palácio onde se acha instalado o Museu d’Arte Antiga da cidade de Lisboa, destinado à sua ampliação visto as acanhadas dimensões do actual museu não comportarem já todos os quadros e mais preciosidades (...) O projecto foi devidamente aprovado e iniciada a sua construção que foi suspensa em 1920 depois de construído em cimento armado o pavimento do seu 1º andar. Este edifício cuja fachada principal é orientada a poente e portanto voltada para o jardim das Albertas seria por assim dizer a continuação do edifício do Museu ou um anexo do velho palácio (...).”⁸⁷⁹

Informa ainda o mesmo documento que o projecto de Adães Bermudes desapareceu na sequência do incêndio ocorrido nas instalações da então Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sita no Terreiro do Paço, facto que *determinou a completa paralisação* da obra em 1920. O mesmo documento avança ainda com a informação de que a parte construída desta ampliação se manteve *cerca de 5 anos desaproveitada e sem esperança de conclusão*⁸⁸⁰.

E em 1925, volvidos 5 anos sobre a paralisação da obra, José de Figueiredo pedia a construção de uma cobertura para que este espaço perdido tivesse alguma

⁸⁷⁹ IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 45664/8, Ofício do CSOP, datado de 12 de Fevereiro de 1925.

⁸⁸⁰ A data de projecto arquitectónico, início e paralisação de obra não são claras. Vitor MANAÇAS, no estudo efectuado encontrou três datas discordantes. Cfr. MANAÇAS, *Op. Cit.*, pp. 49-50. Na investigação que efectuámos apurámos ainda uma quarta data dissonante. Com efeito, numa memória descritiva datada de 1932 é referido que *as obras foram iniciadas em 1913 e foram paralisadas em 1916*. Cfr. IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 4562/8, Memória Descritiva, datada de 7 de Setembro de 1932.

finalidade: no mínimo serviria de área de reserva de peças da colecção do Museu. E presente a proposta às entidades tutelares, foi a mesma aprovada a 12 de Fevereiro de 1925.

Contudo, as condições materiais do Palácio dos Condes de Alvor haviam piorado. Em ofício datado de Novembro de 1926, José de Figueiredo informava:

“O velho palácio das Janelas Verdes há cerca de duas dezenas de anos que não sofre exteriormente beneficiação alguma, à excepção de reparação nos telhados. Deste modo tornam-se urgentes diversas obras, afim de não só modificar o seu aspecto mas também de evitar uma maior deterioração do edifício, que já se começa a arruinar”.⁸⁸¹

No decurso das reclamações do seu director, o MNAA foi alvo de obras pontuais de manutenção, contudo, a questão estrutural mantinha-se. Considerava José de Figueiredo ser da maior urgência a construção do anexo, e, em finais de 1929, enviava ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais aquilo que poderíamos considerar como o programa das futuras instalações do Museu⁸⁸².

Neste documento José de Figueiredo reitera a necessidade de conclusão do edifício anexo ao palácio com a finalidade de ali se colocarem *muitas obras de arte sem espaço para serem expostas*. Todavia, para o director do MNAA a conclusão do anexo não materializava apenas o alargamento da área expositiva do Museu. Com a transferência de parte considerável do acervo para o anexo, José de Figueiredo libertava no palácio a área necessária a dois equipamentos de extrema importância: a Biblioteca e a Sala de Conferências:

“ (...) só então a sua biblioteca, já hoje única em Portugal, poderá ser instalada convenientemente e facultada ao público. Também só depois dessa conclusão é que haverá local para conferências.”⁸⁸³

⁸⁸¹ *Idem*, Ofício do Director do MNAA à Direcção Geral de Edifícios Nacionais Sul, 5ª Secção, datado de 23 de Novembro de 1926.

⁸⁸² *Vide* Apêndice Documental, Documento 35.

⁸⁸³ *Idem*.

Neste sentido, José de Figueiredo é objectivo quanto ao que considera dever ser um Museu. Defende o historiador de arte que este não seja apenas um local de depósito e exibição *de uma colecção notável de arte*, mas *um verdadeiro museu, ou seja, um laboratório de arte*⁸⁸⁴. Num sentido abrangente e ao considerar que o Museu deveria de constituir um verdadeiro laboratório, José de Figueiredo defendia a ideia de que a função deste organismo ultrapassava a mera guarda e exibição do espólio de Arte Antiga. A leitura de livros e revistas dedicados à história e crítica de arte e que compunham a biblioteca do museu, promoveriam aos seus leitores a reflexão e o debate de ideias. No seguimento do pensamento de José de Figueiredo, para a exposição e lançamento dessas mesmas ideias e para a produção e divulgação do conhecimento produzido, justificar-se-ia a existência da sala de conferências.

Deste modo, a ampliação do Museu de Arte Antiga era uma questão inerente ao seu bom funcionamento e até condição indispensável à sua função. Da possibilidade de alargamento da área expositiva à criação da biblioteca e sala de conferências poderia finalmente surgir o verdadeiro laboratório de arte, ou seja, o local de realização das grandes transformações: no caso, a preservação, a guarda e a exibição de uma colecção nacional, mas também o local de reflexão e debate sobre os temas da arte. Em suma, o MNAA seria o equipamento *indispensável a um país com os deveres de cultura do nosso*⁸⁸⁵.

E retomando a questão relativa à ampliação do Museu, ainda no mesmo ofício José de Figueiredo informa da necessidade de que exista um *projecto devidamente estudado do anexo*. Neste sentido, importa salientar que no documento citado, o nome de Adães Bermudes, autor do projecto inicial de ampliação do Museu, já não é sequer referido, facto que decerto indicia alguma perturbação ocorrida no processo de construção e posterior paralisação do anexo projectado em 1920, embora a razão oficial da paralisação, como atrás referimos, se justifique no facto de o projecto se ter perdido no incêndio ocorrido em 1920 no Terreiro do Paço.

Quanto ao anexo, José de Figueiredo informa que existem apenas os elementos respeitantes à *construção já feita*. Contudo, o director do MNAA acrescenta ainda que, tendo por base os elementos existentes e *o ante-projecto feito a seu pedido pelo ilustre José Luís Monteiro*, considera estarem reunidas as condições necessárias à possibilidade de realização do projecto de obra.

⁸⁸⁴ *Idem.*

⁸⁸⁵ *Idem.*

Avançando na exposição da sua proposta, José de Figueiredo reconhece que:

“ (...) a realização de um projecto desta natureza é da maior delicadeza, porque envolve vários problemas cuja boa solução exige conhecimentos especialíssimos. Tem o arquitecto a quem ele for confiado que conhecer bem a modalidade portuguesa, tão característica do estilo barroco, e que saber ainda quais as necessidades particularíssimas que um museu exige sob o ponto de vista da conservação e apresentação dos objectos expostos.”⁸⁸⁶.

Ciente de que a ampliação a operar no Museu implicaria o acrescento de um novo corpo ao palácio setecentista, José de Figueiredo revela a preocupação no sentido de que o arquitecto encarregue do projecto arquitectónico consiga articular não só a especificidade programática deste equipamento cultural, mas também a articulação de linguagem arquitectónica palácio-anexo.

No parecer do director do MNAA *o arquitecto português que reúne estas condições é o senhor Guilherme Rebelo de Andrade*.

Nesse mesmo ano fora inaugurado o Pavilhão Português na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, com projecto da autoria dos irmãos Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade. E no salão de honra desse mesmo pavilhão esteve patente a exposição organizada por José de Figueiredo *Arte Portuguesa do período dos Descobrimentos*.

No decurso do entrosamento entre o arquitecto autor do pavilhão expositivo e do historiador de arte responsável pela concepção da exposição patente no salão nobre projectado pelo arquitecto, terá nascido um diálogo que José de Figueiredo considerou válido e promissor⁸⁸⁷. E desse encontro frutífero o director do MNAA concluiu que Guilherme Rebelo de Andrade era o arquitecto que reunia as condições necessárias para delinear o projecto arquitectónico correspondente ao programa de ampliação do Museu.

Aliás, José de Figueiredo acrescenta ainda um facto coadjuvante:

⁸⁸⁶ *Idem*.

⁸⁸⁷ Os trabalhos que programa, projecto e obra que deram origem ao Pavilhão Português na Exposição Ibero-Americana de Sevilha decorreram entre 1928 e 1929.

“Além das provas dadas quanto ao seu conhecimento do barroco, este arquitecto tem estudado especialmente o caso do museu a meu cargo, devendo-lhe já alguns projectos executados e a executar, por ele realizados graciosamente e só com o fim patriótico de facilitar a tarefa confiada a esta direcção.”⁸⁸⁸

A 13 de Novembro de 1929 João Antunes Guimarães, Ministro do Comércio e Comunicações nomeava a Comissão Administrativa das Obras do Museu Nacional de Arte Antiga⁸⁸⁹. Reconhecendo ao MNAA a situação de *primeiro museu do país*, o ministro delegava no arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade, no director dos Edifícios Nacionais e em Ramiro dos Santos Silva, funcionário do museu, as atribuições inerentes a uma tarefa *cujá solução exigia conhecimentos especialíssimos: a urgente conclusão do anexo*.

Mas a *urgente conclusão do anexo* iria tardar no tempo. A primeira memória descritiva do programa não surgiria antes de Setembro de 1932⁸⁹⁰. E ainda assim um texto curto, senão redigido, pelo menos assinado por Guilherme Rebelo de Andrade. Neste texto estavam sublinhadas duas ideias fundamentais: a expansão do museu pela necessidade de exposição do seu acervo; e a necessidade de ampliação do museu de acordo com as *orientações que todas as nações do velho e novo mundo utilizavam para instalar convenientemente os seus mais importantes Museus*⁸⁹¹. Como exemplos eram invocado o Museu do Prado, em Madrid, o Museu Real de Bruxelas ou o Museu Nacional de Amesterdão.

Reclamava ainda a breve memória descritiva que as salas organizadas no Museu de Arte Antiga por José de Figueiredo em 1914, e que *havam sido invocadas como exemplo* pelos organizadores dos museus já referidos, *iriam agora nortear a remodelação do museu do Louvre*⁸⁹².

No panorama da museografia e da museologia internacional, o Museu de Arte Antiga estaria, de facto, a par dos seus congéneres⁸⁹³, contudo, *na modéstia dos nossos*

⁸⁸⁸ Vide Apêndice Documental, Documento 35.

⁸⁸⁹ IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 45621/1, Despacho do Ministro do Comércio e Comunicações, datado de 13 de Novembro de 1929.

⁸⁹⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 36.

⁸⁹¹ *Idem*.

⁸⁹² *Idem*.

⁸⁹³ Aliás, Vitor Manaças que realizou em 1991 um estudo profundo sobre os conceitos museográficos e museológicos do MNAA entre os anos de 1911 e 1962 reconhece este mérito aos dois primeiros directores do Museu de Arte Antiga. Vide MANAÇAS, *Op. Cit.*

recursos, como reconhecia o arquitecto, importava sobretudo avançar com a obra de ampliação. E. nesse sentido, considerava Guilherme Rebelo de Andrade que a obra:

“ (...) dado o fim a que se destina, tem de ser quanto possível, inconstitutiva (...). O que se impõe é sobretudo, no exterior e no interior, a nobreza de linhas. Assim, a riqueza do edifício terá de traduzir-se pela concepção da planta.”⁸⁹⁴

Estava assim traçado o primeiro dos objectivos do trabalho a produzir pelo arquitecto: ao projecto de ampliação do Museu presidiria a função do espaço, ou seja, a arquitectura sujeitar-se-ia ao programa, e a planta ditaria os alçados: o projecto em planta cumpriria a função e os alçados dariam ao edifício *a nobreza de linhas*, sem nunca se perder *a expressão lógica da sua finalidade*⁸⁹⁵.

A 11 de Agosto de 1933 a DGEMN enviava ao Conselho Superior de Belas Artes (CSBA) um pedido de parecer relativo ao projecto de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga. Este correio de documentação entre organismos revela que o projecto havia já entrado no Ministério das Obras Públicas e Comunicações e o douto parecer do CSBA havia sido requerido.

Criado em 1932 e vigente até 1936, data da nova lei orgânica que transformou o Ministério da Instrução Pública em Ministério da Educação Nacional, este Conselho vinha substituir os extintos Conselhos de Arte e Arqueologia das três Circunscrições. Concentrando as funções consultivas e de orientação que estavam dispersas pelos anteriores conselhos, o CSBA via-se ainda acrescido de funções normativas e deliberativas. Do desempenho do CSBA dependiam a discussão e aprovação de propostas de restauração, integração ou valorização dos monumentos nacionais; classificação dos monumentos nacionais ou de imóveis de interesse público; inspecção dos serviços referentes a museus e colecções de arte estatais ou municipais; elaboração de pareceres sobre qualquer assunto de arte ou arqueologia sempre que solicitados pelo Ministro da Instrução Pública; elaboração de propostas ao Governo sobre as providências julgadas necessárias à conservação do património artístico nacional; aquisição de obras de arte ou de peças arqueológicas para as colecções nacionais; organização no país e no estrangeiro de exposições destinadas a estimular e desenvolver

⁸⁹⁴ Vide Apêndice Documental, Documento 36.

⁸⁹⁵ *Idem.*

a actividade artística nacional bem como decidir da representação portuguesa em exposições internacionais de arte e arqueologia; organização e julgamento de concursos comemorativos; promoção da realização de filmes cinematográficos relativos a bens culturais nacionais e organização do inventário de bens móveis e imóveis promovendo a publicação dos resultados inventariados.

Deste importante organismo estatal dependia ainda o parecer favorável nos seguintes assuntos: propostas de classificação de património arquitectónico e arqueológico; sobre as modificações, construídas ou demolidas em zonas classificadas, sobre a fundação de museus e seu local de edificação; sobre todos os projectos de urbanização a executar pelo Governo, pelos municípios e comissões de turismo, entre outras actividades culturais e patrimoniais.

Dada a amplitude de assuntos tocados pelo projecto de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga, a par do duto parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, no âmbito das suas atribuições, o parecer positivo do Conselho Superior de Belas Artes era também condição imprescindível à concretização da obra.

No caso preciso, o parecer do CSBA, redigido pelo vogal Raul Lino, revelou-se inteiramente favorável:

“O projecto de ampliação ao Museu Nacional de Arte Antiga, elaborado sob as indicações do seu eminente director e saído do atelier do ilustre architecto Guilherme Rebelo de Andrade, não podia deixar de ser trabalho de absoluto acerto.”⁸⁹⁶

O parecer favorável ditado pelo CSBA teve por base a análise do projecto arquitectónico de Guilherme Rebelo de Andrade e do relatório redigido pelo próprio José de Figueiredo⁸⁹⁷. No seu texto, o director do Museu de Arte Antiga afirmaria que o architecto soube solucionar de modo superior a complexidade do problema exposta nas três condições que ditavam a ampliação do museu:

“ 1º porque urge expor ao público muitos milhares de obras de arte (...) que por falta de local indispensável continuam arrecadadas (...)

⁸⁹⁶ Vide Apêndice Documental, Documento 37.

⁸⁹⁷ Vide Apêndice Documental, Documento 38.

2º Porque só com a realização do anexo se poderá dar a algumas obras de arte já expostas o revelo que elas exigem (...)

3º Porque, do ponto de vista do turismo, nunca é demais insistir em que se as boas estradas e os bons hotéis são indispensáveis à vinda a Portugal de estrangeiros, não é entretanto par ver umas e outros que eles se deslocam. O que os atrai é a natureza e a arte, e neste último campo o museu de Lisboa tem lugar primacial.”⁸⁹⁸

Contudo, a par destes três argumentos, já de si complexos, o arquitecto teve ainda considerar dois outros elementos. Por um lado o facto do novo corpo anexo ter de conviver com um palácio setecentista e com ele constituir o Museu, e por outro lado, o facto de José de Figueiredo considerar necessário o aproveitamento da Capela das Albertas.

Com efeito, contíguos ao antigo Palácio dos Condes de Alvor existiam ainda algumas ruínas pertencentes ao extinto convento de Santo Alberto, nomeadamente a designada Capela das Albertas. Na proposta trabalhada por Adães Bermudes, c. 1915, os resquícios arquitectónicos da construção não foram considerados. Contudo, em 1933 Guilherme Rebelo de Andrade não só considera esta capela como parte integrante do perímetro construtivo, como a integra no circuito do próprio museu. Aliás, na defesa do projecto apresentado o director do MNAA salientaria:

“ (...) a melhor valorização arquitectónica que o autor do projecto, sem nada alterar a estrutura e carácter da Capela das Albertas, conseguiu dar à fachada desta e a maneira felicíssima com que a soube integrar na nova construção (...) sem com isso prejudicar em nada a verdadeira fisionomia das salas do novo edifício, o arquitecto conseguiu assim fazer da capela, o verdadeiro fulcro da secção de arte religiosa do Museu das Janelas Verdes”.⁸⁹⁹

⁸⁹⁸ *Idem.*

⁸⁹⁹ *Idem.*

Quanto à articulação entre a massa arquitectónica já existente e o novo corpo a acrescentar, o arquitecto optou pela separação de áreas, constituindo o elemento de ligação entre os dois corpos o friso de janelas do primeiro piso do anexo, em tudo semelhantes às do palácio. Na composição do projecto do anexo, e à excepção das fenestraçãoes do primeiro piso, não se apresentavam outras aberturas sendo a entrada de luz efectuada pela cúpula do hall.

Tendo em conta a localização do Museu, em ponto elevado sobre o Aterro e com o Jardim 9 de Abril a poente, no mesmo relatório, José de Figueiredo lançaria ainda uma sugestão que viria mais tarde a concretizar-se e a valorizar o conjunto. Propunha o historiador:

“ que a Câmara colabore com o Estado, transformando e ampliando a escadaria que, da estrada marginal, dá agora acesso àquele jardim. Feita a toda a largura deste admirável miradouro, e com as suas rampas tornadas consequentemente mais suaves, esta escadaria tornar-se-ia assim uma das entradas mais nobres e pitorescas da capital (...)”⁹⁰⁰

No seu estudo, Vitor Manaças atribui a Duarte Pacheco a ideia de se construir a escadaria de acesso da Avenida 24 de Julho ao Jardim 9 de Abril, avançando com a data de 1935⁹⁰¹. Contudo, pelos elementos que conseguimos reunir, é José de Figueiredo que em 1933 avança com a proposta. Tendo em conta a forma metódica com que o ministro trabalhava cada projecto de obra, é natural que esta solução lhe tivesse agradado pois vinha de encontro ao seu projecto de melhoramento da zona ribeirinha de Lisboa, nomeadamente da linha de frente portuária que defendera logo em 1932.⁹⁰²

Relativamente à proposta de enquadramento urbano da escadaria de ligação da avenida 24 de Julho ao Jardim 9 de Abril, Duarte Pacheco terá ficado agradado. Todavia, na generalidade, ficou decerto insatisfeito com o projecto, pois para além do facto das obras não terem avançado para a fase de construção, temos notícia de que no ano seguinte o ministro pretendia elementos precisos e necessários à concretização deste tipo de equipamento.

⁹⁰⁰ *Idem.*

⁹⁰¹ MANAÇAS, Vitor, *Op. Cit.*, página 53.

⁹⁰² *Vide Supra*, Capítulo 3, nota 34.

De facto, pela mesma data, Guilherme Rebelo de Andrade, arquitecto responsável pelo projecto de ampliação do MNAA, integrava também a equipa que trabalhava no projecto de restauro do Teatro Nacional de S. Carlos. Rebelo de Andrade era o arquitecto-delegado do projecto e Eduardo Rodrigues de Carvalho o engenheiro-delegado. E, tendo em conta os vários projectos em curso entregues aos dois técnicos, em Agosto de 1934 Duarte Pacheco autorizou que ambos realizassem uma viagem a Espanha, França, Bélgica, Holanda e Itália:

“a fazer as visitas necessárias para estudarem as construções de Museus e Teatros para se poder imprimir o necessário incremento às obras do teatro de S. Carlos e Museu de Arte Antiga.”⁹⁰³

Quando autorizou esta saída de serviço, Duarte Pacheco fora informado que os dois técnicos se reuniriam no estrangeiro com José de Figueiredo *para com ele colherem elementos de estudo*⁹⁰⁴. Contudo, por doença súbita do director do MNAA, o programa de visitas fixado não se pode cumprir. Por tal facto, apenas Eduardo Rodrigues de Carvalho seguiu viagem. Apesar do imprevisto e embora sozinho, Rodrigues de Carvalho colheu *elementos excelentes*, como reconheceria mais tarde José de Figueiredo⁹⁰⁵. Contudo, considerava o director do MNAA que *a realização de um museu era antes de tudo um problema de museologia e depois um problema de arquitectura*⁹⁰⁶ e, por tal facto, julgava imprescindível que o arquitecto realizasse uma viagem de estudo ao estrangeiro, mas na sua companhia, pois só assim a viagem seria *profícua*. José de Figueiredo acrescentava ainda a necessidade de que o arquitecto encarregue pelo projecto do Museu o acompanhasse à Conferência Internacional de Museus, a ter lugar em Madrid, evento em que seria debatida a questão da arquitectura dos museus:

⁹⁰³ IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo de Restauro do Teatro Nacional de S. Carlos (1932-1940), Despacho do Ministro do Comércio e Comunicações, datado de 16 de Agosto de 1934.

⁹⁰⁴ IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 45621/1, Despacho do Ministro Das Obras Públicas e Comunicações, datado de 11 de Outubro de 1934.

Neste despacho Duarte Pacheco explica a razão pela qual Rebelo de Andrade não seguiu viagem e a razão pela qual não autoriza nova viagem.

⁹⁰⁵ Vide Apêndice Documental, Documento 39.

⁹⁰⁶ *Idem*.

“A essa conferência; de importância excepcional, manda a França uma delegação de 14 técnicos da mais alta categoria e entre eles um arquitecto especializado, o sr. Gonse. E o mesmo fazem os outros países que tomam parte na conferência, tanto os da Europa como os da América. E isto porque, entre os problemas mais importantes a estudar na Conferência, estão os relativos à Architectura dos Museus com todos os aspectos que o problema envolve, quer se trate de um museu inteiramente edificado de novo, quer de adaptação de museu a um edifício já existente.”⁹⁰⁷

Duarte Pacheco recusaria o pedido de José de Figueiredo, alegando que a autorização de saída do arquitecto havia sido aprovada relativamente à viagem de estudo pelos museus da Europa e não para presenciar a Conferência de Madrid, à qual estariam já presentes dois técnicos do MNAA: José de Figueiredo e João Couto, respectivamente o director e o conservador do Museu. Quanto à situação material do MNAA, até finais de 1934 e pelo ano de 1935 as obras não avançariam para além dos pontuais melhoramentos de manutenção.

A 5 de Maio de 1936, o director renovava o pedido de autorização de visita ao estrangeiro do arquitecto encarregue do projecto de obra do Museu. Na nova proposta, José de Figueiredo julgava importante que Rebelo de Andrade visitasse as mais recentes construções do género, especialmente os novos museus de Roterdão e Haya⁹⁰⁸ e acrescentava ainda a necessidade de a visita se estender ao Louvre, em Paris e à National Gallery, em Londres. Propunha ainda, se possível, que a visita se estendesse aos museus nacionais de Berlim⁹⁰⁹.

Esta visita foi aprovada pelo então Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Joaquim da Silva Abranches. Da documentação produzida pela CAOMNAA não consta qualquer relatório sequente a esta viagem, facto que não permite encontrar linhas de orientação acerca dos elementos recolhidos e da forma como estes poderiam ter influenciado o projecto em curso. Contudo, a viagem ocorreu de facto, pois a 20 de Setembro de 1936 Guilherme Rebelo de Andrade pede o abono de despesas

⁹⁰⁷ *Idem.*

⁹⁰⁸ IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 4562/1, Ofício de José de Figueiredo, Presidente da CAOMNAA ao Director Geral da DGEMN, datado de 5 de Maio de 1936.

⁹⁰⁹ *Idem.*

extraordinárias pelos 27 dias que excederam o período de 25 dias que lhe foram autorizados na visita de estudo. Informa o arquitecto que a estadia fora do país se estendeu para além do prazo previsto *muito principalmente pela dificuldade no regresso a Lisboa, em consequência da Guerra Civil de Espanha*⁹¹⁰. No mesmo documento, o arquitecto refere as datas e o percurso efectuado, contudo, nada refere sobre os elementos de estudo recolhidos⁹¹¹.

Já no final de 1936 e depois de estudado e analisado o projecto do novo anexo do Museu, o CSOP dava finalmente conhecimento da sua apreciação sobre a proposta de obra. As reservas enunciadas por Duarte Pacheco em 1935, e por ele remetidas ao CSOP, tomavam neste Conselho a proporção de um chumbo técnico. Com efeito, as objecções ao projecto eram da mais variada ordem. O Conselho criticava a ausência de um programa funcional prévio ao projecto arquitectónico; criticava ainda a escolha do local; o partido adoptado na composição; a ligação entre o palácio e o edifício projectado, bem como os edifícios da oficina de restauro, a habitação do pessoal menor, o arranjo urbanístico e o estudo da estrutura de aquecimento do novo anexo⁹¹².

Independentemente das reservas demonstradas por Duarte Pacheco em 1935 e pelas falhas de projecto sublinhadas pelo parecer do CSOP em 1936, o elemento decisório para a concretização do projecto parecia contrariar as dúvidas do anterior ministro das Obras Públicas e Comunicações e as certezas da fragilidade técnica do projecto, denunciadas pelo CSOP. Em decreto exarado pelo gabinete do então ministro das Obras Públicas e Comunicações, Silva Abranches, a conclusão do Museu de Arte Antiga integrava a lista dos imóveis com reconhecida conveniência de conclusão⁹¹³.

Deste modo, em Abril de 1937, a vinte anos de distância das interrompidas obras infra-estruturais do MNAA, a empreitada de beneficiação do Museu era retomada. E no plano de obra, a directiva superior ditava o primeiro objectivo: a conclusão do Anexo.

⁹¹⁰ IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 4562/1, Ofício de Guilherme Rebelo de Andrade ao Presidente da CAOMNAA, datado de 20 de Setembro de 1936.

⁹¹¹ Partida de Lisboa a 8 de Julho de 1936 e chegada a Lisboa a 31 de Agosto de 1936. Percurso: Lisboa – Paris – Londres – Bruges – Bruxelas – Roterdão – Haia – Amesterdão – Colónia – Berlim – Hamburgo – Lisboa.

⁹¹² IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 4565/9, Ofício de Eduardo Rodrigues de Carvalho, Engenheiro-Chefe da Repartição de Estudos de Edifícios da DGEMN, em informação ao Director Geral da DGEMN, datado de 16 Novembro de 1936.

⁹¹³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-lei N° 27 409 de 29 de Dezembro de 1937. Integravam a lista de edifícios a concluir os seguintes imóveis: Museu Nacional de Arte Antiga, Palácio da Assembleia Nacional, Nova Casa da Moeda, Novo manicómio de Lisboa, Governo Civil e repartições públicas de Beja, Paços de Conselho de Setúbal e Maternidade Júlio Diniz, do Porto.

Entre Abril e Dezembro de 1937 realizaram-se os trabalhos de deslocação de obras de arte armazenadas na cave do Anexo, bem como da transferência de serviços para a ala nascente do perímetro do museu que entretanto havia ganho área com a aquisição de uns barracões avulsos e a expropriação da casa de Dona Maria de Jesus Ayres de Ornelas⁹¹⁴.

Em Dezembro de 1937 falecia José de Figueiredo e o estaleiro de obras em curso passaria a ser dirigido pelo novo director do MNAA, João Couto.

Licenciado em Direito e professor do ensino liceal na cidade de Coimbra, João Couto (1892-1968) cedo se interessou pelo mundo dos museus, tendo trabalhado como conservador no Museu Machado de Castro em estreita colaboração com António Augusto Gonçalves. Em 1924 transitou para o quadro docente do Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, e, na mesma data, ingressou no MNAA como conservador tirocinante, dando assim início a uma notável e inédita actividade em torno da museologia, da acção educativa dos museus e da formação de conservadores⁹¹⁵.

Como conservador do MNAA desde 1924 e como colaborador directo de José de Figueiredo, João Couto estava inteirado dos assuntos referentes à organização interna do Museu, bem como do projecto de obra. Como o seu antecessor, reconhecia a necessidade de expansão da área funcional, expositiva e de armazenamento do Museu. Contudo, João Couto não concordava com esta obra. Acreditava que a solução do MNAA estava na construção de um museu criado de raiz, num outro local, e com as inerentes capacidades de ampliação e reestruturação futura⁹¹⁶. Mas como o próprio reconheceria:

“Entre as duas correntes subordinadas: a exposição das obras de arte ao edifício, ou construir um edifício para as receber, dentro das normas museográficas estabelecida, tive de aceitar, pela força das circunstâncias, a primeira.”⁹¹⁷

Em inícios de 1938 tinha início a obra de conclusão do Anexo poente, de acordo com o projecto de Guilherme Rebelo de Andrade. Pela mesma data tiveram também

⁹¹⁴ ANTT, AOS/CP – Capilha 115, Carta de José de Figueiredo a Oliveira Salazar.

⁹¹⁵ Sobre a actividade de João Couto *Vide* MANAÇAS, Vitor, *Op. Cit.*, pp. 74-95. *Vide* MENDONÇA, Maria José de, “O Dr. João Couto e o Museu de Arte Antiga” in *Memória*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

⁹¹⁶ COUTO, João, Justificação do Arranjo de um Museu, página 13.

⁹¹⁷ COUTO, João, *Notas para a História da Ampliação do Museu das Janelas Verdes*, página 48.

início na zona nascente, as obras de edificação do módulo de restauro, edifício posteriormente denominado de Instituto José de Figueiredo.

Em finais de Maio de 1938 Duarte Pacheco retomava a pasta das Obras Públicas e Comunicações e a 7 de Julho tinha em sua posse o relatório das obras em curso no MNAA. Em Outubro exigiria o segundo relatório.

No cômputo das inúmeras obras públicas que Duarte Pacheco planeou, a obra do Museu Nacional de Arte Antiga, na solução configurada de ampliação da área expositiva pelo acrescento do anexo poente, parece não ter sido um projecto liderado pelo gabinete ministerial, pois não se encontra neste processo de obra a pressão que o ministro por norma imprime aos projectos saídos da sua esfera de influência.

Contudo, a conclusão do Anexo de Arte Antiga tinha sido colocada na agenda política ao mais alto nível, o da Presidência do Conselho: o MNAA integrava o elenco das doze obras a concluir até à data de celebração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração. E em 1940 o Anexo abria ao público com a exposição *Primitivos Portugueses 1450-1550*. No âmbito do programa das celebrações, e organizada por Reynaldo dos Santos, a exposição exibia a pintura portuguesa da época dos Descobrimentos e esteve em exibição até 1942.

Relativamente ao Anexo, João Couto pouco ou nada interferiu na obra, tendo-se limitado, como o próprio refere, a ultimar pormenores de finalização como a cor das paredes das áreas expositivas⁹¹⁸. Quanto a Duarte Pacheco, para além do estrito cumprimento do plano de obra e das correcções de desvio orçamental, não lhe vislumbramos centelha de entusiasmo na empreitada.

De facto, o entusiasmo e a fleuma de debate apenas surgiu nas tertúlias lisboetas:

“Formou-se nos meios artísticos de Lisboa uma forte corrente de reprovação contra a estrutura do edifício anexo. Afirma-se: que a escala do novo edifício é desmedidamente avultada em relação à do velho Palácio das Janelas Verdes, a cujas dimensões deveriam subordinar-se as daquele, por motivo de vizinhança e identidade de funções; que o aspecto exterior do edifício (...) e o

⁹¹⁸ *Idem*, página 50, nesta perspectiva também citado por MANAÇAS, Vitor, *Op. Cit.*, página 77.

excessivo pé direito das salas amesquinhará inevitavelmente as obras de arte que ali forem expostas”.⁹¹⁹

A urgência política que impôs o cumprimento da agenda das celebrações centenárias impôs com ela a construção do Anexo poente do MNAA sob as directivas traçadas ao tempo de José de Figueiredo. Contudo, do diálogo institucional entre o ministro Duarte Pacheco e o director do Museu, João Couto, surgiu um entendimento maior relativamente ao projecto de ampliação e remodelação do Palácio.

Duarte Pacheco, o político que a História retratou como um homem *com pressa e pouco tempo*, demorou o tempo necessário a saber ouvir e compreender as preocupações e as hesitações de João Couto, face ao projecto de obra e às implicações práticas futuras da concretização de um projecto com o qual não concordava.

Em várias ocasiões estes dois homens terão estudado a questão de viabilidade e inviabilidade do projecto inicial até que, em Março de 1939, numa conferência realizada no Museu e presidida por Duarte Pacheco, João Couto falava abertamente de um ante-projecto que correspondia aos desejos do antigo director mas que já não correspondiam à orientação da sua direcção⁹²⁰.

A discordância de João Couto face ao projecto de José de Figueiredo, tornada pública na presença do Ministro das Obras Públicas e Comunicações era sinal político da tomada de posição de Duarte Pacheco. As preocupações do director do MNAA tinham sido consideradas e atendidas. O Ministro autorizara a exposição de ideias de João Couto:

“ (...) relativamente ao projecto definitivo de remodelação do actual edifício do Museu de Arte Antiga, que seja ouvido o senhor Director do Museu por forma a ficar devidamente registado o programa de alterações a introduzir no ante-projecto (...) Sua Ex.^a o Ministro pretende que se apresente rapidamente o projecto, e para nós podermos seguir com o trabalho, convinha

⁹¹⁹ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4565/10, Ofício do Director Geral interino da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes ao Director Geral da DGEMN, datado de 29 de Maio de 1939.

⁹²⁰ *Idem*, Ofício do Engenheiro-Chefe da Repartição de Obras de Edifícios ao Director Geral da DGEMN, datado de 1 de Abril de 1939.

que o arquitecto autor ficasse sem ter dúvida alguma sobre o que deve fazer.”⁹²¹

Em Agosto de 1939 Guilherme Rebelo de Andrade enviava aos serviços da DGEMN as plantas referentes ao acabamento do Palácio dos Condes de Alvor, *elaborado segundo o novo programa escrito, apresentado na Comissão de Obras do MNAA pelo Sr. Dr. João Couto*⁹²². A proposta agora apresentada tinha a inteira concordância do Ministro das Obras Públicas e Comunicações e o «projecto João Couto» seria posto em prática entre os anos de 1939 e 1942⁹²³.

Em essência, a proposta de João Couto diferiu substancialmente do projecto concebido por José de Figueiredo. Relativamente ao esquema de circulação dos visitantes pelas várias colecções em exposição e dispostas em áreas tão distintas como o palácio e o anexo, a proposta de José de Figueiredo revelava-se bastante sinuosa. Por outro lado, esta má circulação dificultava ao pessoal do museu a necessidade de vigilância permanente das peças expostas. Neste sentido, João Couto apresenta um programa de circulação de visita distinto do inicialmente proposto pelo seu antecessor.

Por outro lado, a necessidade que João Couto encontrava em dar resposta logística a situações prementes como as instalações para pessoal técnico e salas condignas para as colecções específicas e autónomas sob o ponto de vista artístico⁹²⁴, foram questões que o levaram a reequacionar a utilização do espaço no palácio dos Condes de Alvor.

Desta forma, se no projecto de José de Figueiredo assistíamos a uma proposta de restauro do palácio e ampliação da área expositiva pela construção de um anexo, no projecto de João Couto, estando já o anexo em fase de conclusão, mas julgando o director do MNAA que as condições existentes *não correspondiam às necessidades do novo Museu*⁹²⁵, o seu projecto de obra implicou várias transformações.

⁹²¹ *Idem*.

⁹²² IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4558/8, Ofício de Guilherme Rebelo de Andrade, Arquitecto Delegado da Comissão de Obras do MNAA à Repartição de Obras de Edifícios da DGEMN, datado de 14 de Agosto de 1939.

⁹²³ *Vide* Apêndice Documental, Documento 40.

⁹²⁴ Como foi o caso das salas de Ourivesaria. João Couto considerava a necessidade de autonomização da colecção e a sua exibição numa secção individualizada, rejeitando assim as usuais propostas de utilizar peças de ourivesaria pelas várias salas como meros artefactos de decoração.

⁹²⁵ *Vide* Apêndice Documental, Documento 40.

A face nascente do palácio foi ampliada e deste acréscimo surgiu no piso térreo o espaço suficiente para abarcar a Biblioteca e a Sala de Conferências. Sobre este piso foram criadas seis novas salas de exposição permanente.

Na face norte do palácio, como propusera João Couto, foi aberta uma porta de cortesia que permitia a entrada para um hall de acesso à Biblioteca e Sala de Conferências, mas também à Sala de Exposições Temporárias, o novo equipamento agora incluído no plano de obras do palácio. A nível de alterações, o plano de obras operado no palácio passou ainda pela supressão de divisões menores, permitindo o aumento da área expositiva e pela simplificação dos tectos, sem recurso a estuques palacianos.

No decurso da obra realizada no palácio, João Couto dirigiu a empreitada e fez a gestão possível de um museu simultaneamente aberto ao público e em remodelação. Por três vezes Duarte Pacheco prorrogou o prazo para a conclusão da obra. Em 1942 o ministro assistiu à inauguração definitiva das salas da colecção de Cerâmica, Tecidos e Tapeçaria. Em Novembro de 1943 ainda autorizaria o orçamento para o mobiliário da Biblioteca e da Sala de Conferências, mas nunca veria a obra concluída.

Em 1945 eram inauguradas as salas de Ourivesaria e exposto o legado de Luís Fernandes. No mesmo ano procedia-se à instalação definitiva da direcção e dos serviços da secretaria no palácio. A obra estaria concluída a 4 de Fevereiro de 1946, mas ainda assim, só em 1948 abririam no palácio as 15 salas de Pintura Estrangeira e em 1949 a colecção de Pintura Portuguesa transitaria em bloco, para o Anexo. E, até aos Anos 70 seria este o programa expositivo do MNAA.

A título de conclusão, importa sublinhar que as obras de beneficiação do MNAA não se limitaram à construção de um Anexo que em 1940 recebeu a *Exposição dos Primitivos Portugueses*. Sob o ponto de vista dos dois directores que preconizaram a renovação material do Museu, o MNAA merecia um edifício construído de raiz, contudo, o poder político não deu nunca viabilidade a esta solução. E se para José de Figueiredo a ampliação do Museu através da construção de um Anexo, de uma Biblioteca e de uma Sala de Conferências, seria uma resolução viável, para João Couto esse projecto de melhoramentos não bastou. Embora a existência do Anexo tenha permitido a extensão da área expositiva do Museu, a verdadeira renovação do MNAA aconteceu com a remodelação do palácio. Sem essa remodelação não teria existido uma sala de exposições temporárias, um arquivo fotográfico e salas de serviços técnicos em condições condignas. E, para além destes, o Ministério das Obras Públicas e

Comunicações decidiu ainda edificar em terrenos contíguos aos do Museu, o Laboratório e Oficina de Restauro, posteriormente designados de Instituto José de Figueiredo.

Foi do frutífero encontro entre João Couto e Duarte Pacheco que surgiu a equipagem possível do primeiro museu do país. O ministro tinha uma particularidade de carácter rara nos políticos: sabia ouvir os técnicos. E tinha uma outra: não insistia no erro. E quando em 1939 ouviu a exposição de João Couto reconheceu a inviabilidade do projecto inicial. Daí o sublinhado de que a verdadeira obra deste Museu reside na ampliação e transformação operadas no palácio, e não tanto na construção do Anexo.

Havia contudo um problema intrínseco ao MNAA: as colecções poderiam aumentar em número, mas o Museu revelava impossibilidade de expansão futura. Até ao final do século XX, de entre novas aquisições, doações, legados, ofertas e depósitos, das quais se salientam a doação da Calouste Gulbenkian e a colecção de escultura do Comandante Ernesto Vilhena, o acervo do MNAA atingiria as 44.300 peças.

Em 1983, aquando da preparação da XVIIª Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, e sob projecto de João de Almeida, o Museu recebeu obras de beneficiação, nomeadamente no Anexo, pelo acrescento de um piso intermédio aos três pisos já existentes. Entre 1992-1994, uma nova campanha de obras permitiu a ampliação da Sala de Exposições Temporárias e a renovação do Gabinete de Estampas e dos serviços técnicos do Museu. Contudo, a questão colocada em 1936 pelo Conselho Superior de Obras Públicas mantém-se: as possibilidades de expansão futura do Museu são limitadas.

4.3.2. O Museu Nacional de Arte Contemporânea

“Lá vi hoje as primeiras notícias nos jornais, em que se tornou público o projecto de que me falou, do Museu de Arte Contemporânea...Oxalá não haja desânimos a meio.”

Diogo de Macedo em carta a Luís Cristino da Silva, 1 de Janeiro de 1943.

Quando em 1911 se operou a separação das colecções que permitiram a instituição do Museu Nacional de Arte Antiga e do Museu Nacional de Arte Contemporânea, ficou este último instalado no Convento de S. Francisco, nas mesmas salas que em 1868 haviam recebido a Galeria Nacional de Pintura. E se José de Figueiredo passava a dirigir o MNAA, Carlos Reis, então director do agora extinto Museu Nacional de Belas Artes e Archeologia, seria nomeado director do MNAC. Manter-se-ia na direcção do Museu até 1914, data em que seria substituído por Columbano. Contrariando a longevidade dos corpos directivos do MNAA, nos primeiros 50 anos de existência o Museu de Arte Contemporânea teve quatro directores⁹²⁶. Relativamente à instalação das colecções e dos serviços, o MNAC enfrentava uma situação deplorável.

À data de inauguração o Museu era constituído por cinco salas de pintura, uma de escultura e duas dependências esconsas onde se exibiam aquarelas e pastéis. Instalado no mesmo edifício onde funcionavam também a Escola Superior de Belas Artes e a Biblioteca Pública, o Museu partilhava ainda uma área comum ao Governo Civil de Lisboa. Este último, mandara instalar na sobreloja uma garagem e uma oficina automóvel. De entre os ruídos e trepidações permanentes, ao risco de incêndio por existência de materiais inflamáveis, a situação atentava contra a segurança de uma escola, uma biblioteca pública e um museu. Em 1924 Columbano denunciara a situação,

⁹²⁶ Carlos Reis, primeiro director do MNAC, desempenhou funções de 1911 a 1914; Columbano de 1914 a 1929; Adriano Sousa Lopes de 1929 a 1944 e Diogo de Macedo de 1944 a 1959.

e em 1929, em carta ao chefe de gabinete do Ministro do Interior, também Henrique Gomes da Silva, director-geral da DGEMN alertava para o perigo da situação, contudo, só em 1934 surgiria a solução com a transferência do serviço de assistência às viaturas do Governo Civil para outro local⁹²⁷.

Ainda em 1929, em resposta ao inquérito lançado pelo Ministério da Instrução Pública aos museus portugueses, o director do MNAC apontava as necessidades do Museu: aumento do número de salas de exposição e contratação definitiva dos dois guardas auxiliares.

Desde a data de fundação que o MNAC se debatia com a falta de espaço, não só de área expositiva mas também de reserva de peças. Em 1929, a doação Columbano enriquecera o espólio do Museu, contudo, perante o exíguo espaço disponível, poucas peças se podiam expor. Encetadas as negociações, o director do MNAC conseguiu da Escola de Belas Artes a cedência do atelier de Veloso Salgado e, a 13 de Dezembro de 1930, o Museu conseguia ganhar mais área de exposição, mas nada mais que isso.

De 1930 a 1934 as capacidades logísticas do Museu não se alteraram mas a situação material do edifício que albergava a colecção de arte contemporânea degradou-se substancialmente. Em ofício datado de Julho de 1934 Adriano Sousa Lopes expunha a situação:

“Os telhados do museu, isto é, da antiga Galeria, estão velhíssimos, tendo de ser constantemente vigiados para quando chove não sofrerem as obras de arte expostas. As paredes revestidas de serapilheira esticada sobre madeira velhíssima, juntamente com o combustível formado pelas telas pintadas, seria trabalho fácil para o fogo”.⁹²⁸

Em resposta à exposição de Sousa Lopes, o director-geral da DGEMN reconhecia a precária situação do MNAC e afirmava que mesmo na eventualidade de

⁹²⁷ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4574/2, Ofício do Director-Geral da DGEMN ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, datado de 12 de Dezembro de 1929; DSAHR, Processo 4574/15 a), Cópia de um relato do Director do MNAC anexa ao Ofício do Chefe da Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, datado de 21 de Julho de 1934.

⁹²⁸ IHRU, DSAHR, Processo 4574/15 a), Cópia de um relato do Director do MNAC anexa ao Ofício do Chefe da Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, datado de 21 de Julho de 1934.

uma ampliação, facto pouco provável *pois acarretaria grandes despesas*, julgava o convento de S. Francisco um local *inapropriado para o Museu*⁹²⁹.

A 5 de Novembro de 1934 o reconhecimento político da situação surgia numa portaria exarada pelo gabinete do ministro das Obras Públicas e Comunicações:

“Há muito tempo que se reconhece ser acanhado e impróprio o actual museu de Arte Contemporânea, precariamente instalado numa das dependências do edifício da Biblioteca Nacional, quase desprovidas de luz e de salas adaptáveis a um bom arranjo museográfico, por mais obras que nelas se tenham feito ou se pretendam fazer”.⁹³⁰

Ordenava o governo, pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, que se nomeasse uma comissão para proceder ao estudo e elaboração de um ante-projecto do edifício do Museu de Arte Contemporânea *a construir no antigo terreno do convento das Francesinhas, próximo do palácio do Congresso*⁹³¹. O mesmo local onde, em 1916, Alfredo Bensaúde tentara erguer as novas instalações do IST, e cujo projecto de Ventura Terra não avançara devido à intenção de ali se instalar um *Museu Comercial de Lisboa*⁹³², continuava afinal disponível para edificação. Contudo, se à partida, a questão do terreno a receber as instalações do futuro MNAC parecia ser de todas as necessidades a primeira a ser solucionada, no decorrer dos acontecimentos a situação revelar-se-ia diferente.

A comissão de estudo encarregue de elaborar o ante-projecto do edifício do MNAC era composta por Adriano de Sousa Lopes, director do Museu, Teófilo Leal de Faria, engenheiro, e por José Ângelo Cottinelli Telmo, arquitecto. Em cinco meses o grupo de trabalho elaborou um relatório sobre o que considerava ser o programa ideal para a execução do ante-projecto do novo Museu de Arte Contemporânea⁹³³.

Considerava a comissão que um museu não deveria de ser *um cemitério de arte*, nem o edifício que o recebesse necessitava de exhibir *um ar gravemente oficial, solene*,

⁹²⁹ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSAHR, Processo 4574/15 a), Ofício do director-geral da DGEMN, datado de 25 de Agosto de 1934.

⁹³⁰ *Diário do Governo*, II Série de 22 de Novembro de 1994, Portaria nº 755 de 5 de Novembro de 1934.

⁹³¹ *Idem*.

⁹³² *Vide* Capítulo 2, 2.2.

⁹³³ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4574/9, *Novo Museu de Arte Contemporânea – Programa para a execução de um Ante-Projecto*, datado de 15 de Abril de 1935.

pesado. Pelo contrário, o grupo de trabalho defendia o conceito de um museu *atraente, procurado e festivo*. Para tal deveria o museu ficar situado num jardim e resguardado do movimento das ruas. Alvitrava até a comissão que o espaço ajardinado poderia ser utilizado para exposição de escultura ao ar livre.

De aspecto *digno e risonho*, a fachada do museu, deveria apresentar materiais ricos, contudo, e citando Lee Simonson, *não necessariamente monumental greco-romana ou renascença* mas com o *cunho indiscutível da época, ditado pelo mais nobre e elevado pensamento arquitectónico, e resultante dos processos de construção moderna*.

Relativamente à distribuição em planta do futuro museu, considerava a comissão de estudo a necessidade de não tornar *monótona* ou *forçada* a visita do público. Por tal facto, e sem necessidade obrigatória de que os visitantes seguissem um sentido único, eram proposta a *variedade e a surpresa* de salas contíguas, de zonas de repouso e até de exterior. Deste modo, e citando autores como Benjamin Gilman, ou estudo como o do Professor Robinson, da Universidade de Yale, considerava a comissão que *a fadiga do museu* deveria de ser um fenómeno a contrariar nos visitantes. Segundo os estudos, a «fadiga» acontecia quando um museu se baseava num mau plano arquitectónico ou quando a escolha, quantidade ou distribuição de peças em exibição não eram as correctas.

Apoiando-se ainda nos estudos de um arquitecto norte-americano, a comissão encarregue de elaborar o ante-projecto do novo MNAC adiantava ainda no relatório outras considerações arquitectónicas:

“Aconselha o arquitecto Clarence Stein, em face da experiência adquirida nos museus da Europa e da América, que se façam salas pequenas, de forma poligonal, porque cada face, dentro da mesma sala, isola as respectivas obras expostas, pela quebra de plano; que as salas variem tanto quanto possível de forma, dimensões, modo de iluminação e cor geral.”⁹³⁴

Considerava ainda a comissão de estudo que *um museu moderno deveria ser flexível*, e constaria desta qualidade o facto de existirem paredes completamente

⁹³⁴ *Idem.*

envidraçadas e capazes de se abrir em alas, criando assim novos espaços para que, de tempos a tempos, os visitantes conseguissem encontrar *aspectos parciais novos*. E porque o novo museu não devia ser apenas um depositário de obras de arte, tornava-se necessária a instalação de uma galeria de exposições temporárias, uma biblioteca e uma sala de conferências.

O relatório entendia ainda que a capacidade do futuro museu deveria ser *a tripla do actual* embora só o ante-projecto pudesse fixar em definitivo a área total do edifício e, mesmo assim na sua aplicação a um determinado terreno.

E eis-nos regressados à questão do terreno. Se em Novembro de 1934, na portaria do *Diário do Governo* que nomeara esta comissão de estudo, se pedia a elaboração de um ante-projecto do edifício do MNAC a construir no antigo terreno do convento das Francesinhas, no programa do mesmo ante-projecto a comissão nomeada referiria:

“Compreende-se a dificuldade que tivemos em fixar o número e dimensões das salas de exposições, porquanto elas dependem muito dum estudo definitivo da planta, estudo que não pode ser feito senão num terreno determinado e que pode dar como resultado variarem sensivelmente aqueles dados”.⁹³⁵

A análise do programa elaborado pela comissão encarregue de proceder ao ante-projecto do museu, permite-nos afirmar que a proposta avançada, se comparada com o caso do MNAA, constitui um exemplo de carácter vincadamente moderno, não só na proposta da linguagem arquitectónica como da concepção do espaço museográfico⁹³⁶.

Recordando o caso do MNAA, José de Figueiredo afirmara que primeiro se colocava uma questão de museologia e só depois a questão da arquitectura. No seguimento do seu pensamento o arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade propôs para o Anexo do MNAA uma planta a que o próprio denominaria de inconstrutiva. E só na direcção de João Couto a distribuição da planta ganhou a verdadeira dimensão de órgão

⁹³⁵ *Idem*.

⁹³⁶ À apresentação destas propostas inovadoras não será alheia a visita de estudo que Cottinelli Telmo realizou pelos museus europeus. O arquitecto visitou o Museu Boymans em Roterdão, os Museus de Arte Antiga e de Arte Moderna de Amesterdão e o Museu de Haia. Sobre as visitas de estudo do arquitecto *Vide* MARTINS, João Paulo do Rosário, *Cottinelli Telmo/1897-1948 a obra do arquitecto*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

distribuidor do circuito do museu. Contudo, com o Anexo já construído, este nível de organicidade só seria efectivado na remodelação do palácio dos Condes de Alvor e não na total extensão do MNAA.

Na proposta elaborada pela comissão encarregue de proceder ao ante-projecto do MNAC existe, de início, a preocupação em estabelecer uma distribuição de planta resultante do estudo de circuito de obras a expor, mas não só. Factores como a necessidade de existência de oficinas, laboratórios, arquivos entre outros serviços, deveriam ser tidos em conta. E, neste caso, a comissão de estudo previa já a alternância de volumetria do futuro edifício do MNAC, pela necessidade de se sobrelevar um ou outro pavimento, não só por razões de funcionalidade programática, mas também *para lhe dar certa grandeza*.

Uma considerável distância de referências separou as comissões de estudo e projecto do MNAA e do MNAC e tal facto está patente no parecer que em 1935 o Conselho Superior de Belas Artes emitiu sobre o programa para a execução do ante-projecto do Museu de Arte Contemporânea.

José de Figueiredo, à data director do MNAA e vice-presidente do CSBA fora o relator do parecer e, no relatório teceria críticas ao projecto ao considerar que num museu nacional não seria suposto apresentarem-se obras *documentais*, apenas obra referenciais⁹³⁷. Considerava José de Figueiredo que na galeria de exposições temporárias, proposta pela comissão do MNAC, deveriam figurar apenas obras de *verdadeiro valor artístico*, e não obras de *alguma alta personalidade artística a quem o museu oferecesse a exposição dos seus trabalhos*⁹³⁸.

Também o domínio do conceito de «planta orgânica» proposta por Cottinelli para o futuro MNAC parece ter escapado a José de Figueiredo, pois o vice-presidente do CSBA apenas considerou positivo o facto de esta solução *trazer à vigilância das salas a consequente redução de pessoal*⁹³⁹. Neste sentido, a aprovação do CSBA ficaria sujeita à apresentação e apreciação do projecto definitivo do futuro museu.

Contudo, o decorrer dos factos não seria linear. Embora todos os agentes e organismos de estado envolvidos no processo de materialização do novo edifício do

⁹³⁷ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4574/9 a), Parecer do CSBA ao Programa para a execução de um Ante-Projecto para o Novo Museu de Arte Contemporânea, 17 de Agosto de 1935.

⁹³⁸ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4574/9, *Novo Museu de Arte Contemporânea – Programa para a execução de um Ante-Projecto*, datado de 15 de Abril de 1935.

⁹³⁹ José de Figueiredo in Parecer do CSBA ao Programa para a execução de um Ante-Projecto para o Novo Museu de Arte Contemporânea, 17 de Agosto de 1935.

MNAC estivessem cientes das péssimas condições a que estavam sujeitas as colecções do museu, os trabalhos da comissão não tiveram seguimento.

Em 1936 Adriano de Sousa Lopes informaria a DGEMN que a ausência de Cottinelli Telmo, em missão no estrangeiro, atrasara consideravelmente os trabalhos. O director do museu acrescentaria ainda que outro factor de atraso se relacionava com *as hesitações na fixação do terreno*.

O grande estaleiro de obra que compunha desde a década de vinte o Palácio de S. Bento e toda a área envolvente, não terá permitido que a construção do novo edifício do Museu Nacional de Arte Contemporânea tivesse lugar no terreno que lhe fora atribuído em 1935 por Duarte Pacheco. Em Janeiro de 1938 seria Cottinelli Telmo a apresentar ao director geral da DGEMN a mesma justificação. Embora afirmando que do projecto do futuro MNAC existiam o relatório-programa e uns pequenos estudos preliminares da planta:

“O projecto foi suspenso por várias razões entre as quais avulta de a comissão se não conformar inteiramente com o terreno escolhido – junto ao Parlamento – com o que, aliás, concordava o Senhor Ministro das Obras Públicas”.⁹⁴⁰

Entre 1938 e 1939 não só a situação relativa à indefinição do terreno se manteria inalterada como Cottinelli Telmo, arquitecto delegado da comissão de estudo do projecto do futuro MNAC e de outras comissões⁹⁴¹, estava encarregue de uma missão prioritária sobre todas as outras: a Exposição do Mundo Português.

Em Agosto de 1939 Maçãs Fernandes, engenheiro-chefe da Repartição de Estudos de Edifícios da DGEMN, informaria o director geral que havia incumbido o arquitecto Eugénio Correia, técnico da mesma repartição, de elaborar o projecto destinado ao Museu de Arte Contemporânea. Contudo, esta medida não teria qualquer consequência⁹⁴², pois em despacho datado de 14 de Outubro do mesmo ano Duarte Pacheco resumia o estado da questão:

⁹⁴⁰ IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4574/9 a), Ofício de Cottinelli Telmo ao director geral da DGEMN, 1 de Novembro de 1938.

⁹⁴¹ Entre 1938 e 1939 Cottinelli Telmo integrava já a Comissão das Construções Prisionais, na CP era o arquitecto-chefe responsável pela equipa de projecto e foi nomeado para a Comissão dos Centenários. Vide MARTINS, João Paulo do Rosário, *Op. Cit.*, 1995.

⁹⁴² IHRU, Espólio da extinta DGEMN, DSARH, Processo 4574/9 a), Ofício de Maçãs Fernandes, engenheiro-chefe da Repartição de Estudos ao director geral da DGEMN, 24 de Agosto de 1939.

“Venho rogar a V. Exa se digne solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a indicação de terrenos que, em virtude do Plano de Urbanização em estudo, poderiam ser considerados como reunindo as condições necessárias para aquele fim. Para esta apreciação talvez conviesse a nomeação de uma comissão de que fizesse parte o senhor Director do Museu”.⁹⁴³

A resposta a esta questão surgiria em 1941, não por proposta da CML mas por iniciativa do próprio Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Com o fecho da Exposição do Mundo Português terminara *o sonho lindo*, epíteto com que Duarte Pacheco apelidara a efeméride. E do sonho acordara-se para a realidade, para a questão imediata. No plano de urbanização em curso para a cidade de Lisboa, que destino dar aos 560 mil metros quadros de frente de rio, depois de desmontada a histórica cidade de estuque, gesso, arame e papel. A resposta surgiria pouco depois.

A 8 de Setembro de 1941 o Ministério das Obras Públicas e Comunicações decretava a criação da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e zona marginal de Belém (CAPOPI)⁹⁴⁴. Cumpria a este grupo de trabalho autónomo e de carácter eventual, o inventário do material desmontável dos Pavilhões da Exposição do Mundo Português, a busca de finalidade para todos os elementos passíveis de reutilização, bem como a coordenação das operações de desmontagem e demolição das construções efémeras do recinto expositivo. A CAPOPI estava ainda encarregue de elaborar o plano geral da zona marginal de Belém, plano que incluía os projectos de obra de adaptação, ampliação e construção dos edifícios nele incluídos.

Especificamente, a zona marginal de Belém contida na apreciação ministerial consignava a área da doca de Alcântara à doca de Pedrouços e, obviamente, interessava a Duarte Pacheco tutelar os projectos destinados a esta faixa de terreno que, embora intervencionada entre 1938 e 1940 com o propósito específico de ali se erguer a Exposição Histórica do Mundo Português, se oferecia como uma parcela importante na concretização do plano de urbanização de Lisboa.

⁹⁴³ *Idem*, Despacho de Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, 14 de Outubro de 1939.

⁹⁴⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 31 502 de 8 de Setembro de 1941.

Neste sentido, Duarte Pacheco encarregaria da gestão da CAPOPI os dois técnicos que tendo trabalhado o projecto da exposição histórica, melhor conheciam o material móvel e imóvel construído, bem como todas as potencialidades que do findo projecto se poderiam retirar. Cottinelli Telmo e Sá e Melo espelhavam assim a linha de continuidade dos projectos exarados pelo gabinete ministerial e ficariam encarregues da gestão de planeamento de uma zona citadina inteiramente votada ao lazer, ao desporto e à cultura⁹⁴⁵.

Com efeito, da consulta da documentação produzida pela CAPOPI salientam-se projectos de obra e propostas de trabalho referentes a docas de recreio, uma escola de vela, planeamento de zonas pedestres como praças e passeios, zonas de restauração, zonas de projecção cinematográfica e audição radiofónica, um pavilhão de leitura e a requalificação do Jardim Colonial. A par desta planificação, os trabalhos da CAPOPI reuniram ainda os projectos de estudo de uma vasta área museográfica como o Museu das Comemorações Centenárias, o Museu de Escultura Comparada, o Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arte Popular⁹⁴⁶.

Embora a CAPOPI enquanto grupo de trabalho autónomo e eventual tenha existido apenas entre 1941 e 1945, os estudos de projecto continuaram para além da sua existência. Do magno projecto que compunha o plano de requalificação da Praça do Império, apenas se concretizou o Museu de Arte Popular⁹⁴⁷ e mais tarde se passou à pedra o Padrão dos Descobrimentos⁹⁴⁸, mas em essência a este plano presidiu um programa de criação de um verdadeiro recinto museográfico. Se a Exposição do Mundo Português expusera por seis meses *os símbolos de uma civilização*⁹⁴⁹, o Plano da Praça

⁹⁴⁵ Em articulação com os trabalhos a desenvolver pela CAPOPI seria ainda de considerar o Plano de Melhoramentos do Porto de Lisboa entre Alcântara e o Terreiro do Paço, da autoria de Paulo Cunha e sob directivas da Administração Geral do Porto de Lisboa. Sobre o tema *Vide* MARTINS, João Paulo do Rosário, *Op. Cit.*, página 377, nota 21.

⁹⁴⁶ Sobre a produção documental administrativa e projectual produzida pela CAPOPI *Vide* BAMOP, CAPOPI, secção de Secretaria e de Engenharia.

⁹⁴⁷ O Museu de Arte Popular resultou da adaptação e modificação dos pavilhões da secção etnográfica que esteve patente ao público no ano de 1940. Com projecto arquitectónico traçado por António Maria Veloso Reis Camelo, o “Museu do Povo Português”, assim denominado nos primeiros estudos, teve programa de concurso público em Dezembro de 1941 e em 1944 seria entregue ao organismo tutelar, o Secretariado Nacional de Informação (SNI), pelo Decreto-Lei nº 33 820 de 28 de Julho de 1944.

⁹⁴⁸ Dos autores que produziram estudos sobre o tema *Vide* ALMEIDA, Pedro Vieira de, *A Arquitectura no Estado Novo, uma leitura crítica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002; ELIAS, Helena Catarina da Silva Lebre, *Arte Pública e Instituições do Estado Novo – Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de Encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*, Barcelona, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Escultura da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, 2006 e MARTINS, João Paulo do Rosário, *Op. Cit.*, 1995.

⁹⁴⁹ Augusto de Castro, comissário geral da Exposição do Mundo Português no discurso da cerimónia de inauguração da mostra, in *Diário de Notícias*, 24 de Junho de 1940.

do Império e da zona marginal de Belém pretendia elevar a uma categoria perene a promessa daquela que fora uma celebração efémera.

Duarte Pacheco terá declarado vontade de que Cottinelli Telmo, arquitecto-chefe da Exposição do Mundo Português, e arquitecto-delegado da CAPOPI, ficasse responsável pela planificação e construção dos futuros museus, contudo, Cottinelli declinou a proposta argumentando que tal tarefa deveria ser entregue aos autores dos pavilhões⁹⁵⁰. Deste modo, ficou ele próprio encarregue de estabelecer o programa do Museu das Descobertas e Conquistas, equipamento resultante da adaptação e modificação do pavilhão dos Portugueses no Mundo, ficando Luís Cristino da Silva encarregue da adaptação dos pavilhões de Honra e de Lisboa a Museu de Arte Contemporânea.

Se o projecto de Cottinelli Telmo para o futuro Museu das Descobertas e Conquistas⁹⁵¹ não passou nunca da fase de estudos preliminares, o projecto elaborado por Cristino da Silva para o Museu de Arte Contemporânea avançou até à aprovação ministerial.

*Por determinação expressa do Governo*⁹⁵², a localização do futuro edifício do Museu fora fixada do lado nascente da Praça do Império, no terreno então ocupado pelos pavilhões de Honra e de Lisboa. A imponente praça aberta ao Tejo oferecia uma configuração rectangular com 260 metros de largura por 280 de comprimento, atingindo uma superfície total de 72.800 m². A Norte da praça o limite era imposto pelo referencial Mosteiro dos Jerónimos e a Sul pelo traço da linha férrea Lisboa-Cascais. No fecho desta praça monumental o Museu de Arte Contemporânea ficaria então localizado a nascente e, a poente ficariam instalados *outros vários museus em organização*⁹⁵³.

Determinada assim a localização do edifício, Cristino da Silva realizou o projecto do Museu de Arte Contemporânea tendo por base de trabalho o programa elaborado em 1935 pela comissão de estudo do ante-projecto do MNAC, então nomeada por Duarte Pacheco. Acautelando o cumprimento do programa indicado em 1935 e justificando pontuais mas necessárias alterações de adaptação ao terreno e ao risco do prévio pavilhão expositivo, o arquitecto apresentaria uma proposta de edifício

⁹⁵⁰ MARTINS, João Paulo do Rosário, *Op. Cit.*, página 385.

⁹⁵¹ Na documentação da CAPOPI surge também designado como Museu dos Descobrimentos e Museu da Marinha.

⁹⁵² BAMOPC, CAPOPI, Museu de Arte Contemporânea – Memória Descritiva do Ante-projecto do novo edifício a construir na Praça do Império, em Belém, Outubro de 1943.

⁹⁵³ *Idem.*

implantado a nascente da Praça do Império, *nitidamente assimétrico*, apresentando uma planta em “E” com dois braços orientados a nascente⁹⁵⁴.

Cristino da Silva justificaria esta opção no sentido de desafogar o Mosteiro dos Jerónimos, afastando assim para o lado oposto da praça o corpo avançado correspondente à entrada principal do Museu agora projectado. O corpo principal do edifício, orientado no sentido Norte-Sul dividir-se-ia em 28 módulos iguais entre si e seria rematado a Sul pelo referido corpo avançado com entrada orientada a nascente. Na distribuição de espaços concebida pelo arquitecto residiria neste corpo a instalação de todos os serviços administrativos do Museu. A título de remate da composição o arquitecto propunha a elevação de uma torre, colocada ao eixo longitudinal do edifício.

Na distribuição do edifício em planta, o arquitecto propôs ao nível do rés-do-chão, e no sentido longitudinal Norte-Sul, a existência de uma galeria em arcada destinada exclusivamente à circulação de peões. No corpo sul ficariam instalados os serviços administrativos e culturais, a biblioteca, a sala de conferências e o gabinete do director. A zona posterior do edifício ficaria reservada à exposição em galerias e à exposição ao ar livre e a zona longitudinal ficaria reservada aos serviços de reservas, laboratórios e oficinas. O piso intermédio do edifício ficaria reservado a serviços auxiliares, e a planta do primeiro andar, com uma extensão total de 516 m² dispostos por 15 salas, ficaria inteiramente reservada à exposição permanente da colecção. O anteprojecto previa ainda uma sala de exposições temporárias, situada no extremo nascente do eixo longitudinal do corpo de entrada.

Quanto à torre, o arquitecto justificava a integração deste elemento arquitectónico na composição geral do edifício com um objectivo: *de se obter uma maior monumentalidade no seu conjunto e acentuar, com maior expressão, o partido adoptado na disposição da praça*⁹⁵⁵. Aliás, Cristino da Silva afirmaria que o *partido arquitectónico* adoptado nas fachadas do museu se regera pela subordinação a dois fundamentos: o de integração do edifício no conjunto da Praça do Império, *tendo em atenção a vizinhança do Mosteiro dos Jerónimos*, e aquilo que o arquitecto defendia ser um diálogo arquitectura/função, procurando traduzir com a *necessária expressão arquitectónica o fim a que se destinava o edifício*.

Neste sentido, se em 1935 Cottinelli Telmo propusera um edifício *de aspecto digno e risonho de fachadas e cunho indiscutível da época da construção moderna*, em

⁹⁵⁴ *Idem.*

⁹⁵⁵ *Idem.*

1943 Cristino da Silva propunha *a grande simplicidade de linhas apenas realçadas pelas juntas refendidas a branco e molduradas pelo entablamento a coroar o edifício e o embasamento com arcarias a envolver jardins e claustro*. Cristino acreditava conseguir do edifício alguma animação na fachada lateral sul, voltada ao Tejo. Neste corpo sobrepujado sobre o qual assentaria a torre de 70 metros de altura existiriam ainda, voltados a nascente e poente, *dois grandes baixos-relevos de espírito decorativo com 8 por 6 metros e representando assuntos alegóricos às artes plásticas*. Em tudo e como o arquitecto reconheceria, o edifício assemelhava-se àquele que, em 1940, projectara para o pavilhão de Lisboa da exposição do Mundo Português.

O ante-projecto do Museu de Arte Contemporânea a construir na face nascente da Praça do Império ocupava apenas 4/5 da extensão longitudinal de terreno reservado à sua edificação. Por tal facto e como aditamento, Cristino da Silva propunha a construção de um módulo a integrar no volume geral do edifício: um outro museu, o de Escultura Comparada.

À excepção da colecção de gessos oitocentistas que integram o acervo do Museu Arqueológico do Carmo e cuja conservação e reconhecido valor documental e artístico foi e permanece sendo reconhecido por uma curta franja de interessados, a escultura comparada pouco significado colheu em Portugal⁹⁵⁶. De tal modo que, apesar de criado por decreto desde 1919⁹⁵⁷, o Museu de Escultura Comparada não chegou nunca a efectivar-se. Em 1934 a *Exposição de Arte Francesa* patente no MNAA apresentou um importante número de moldagens em gesso e a adesão do público a este tipo de representação plástica das obras suscitou também o interesse do governo ao ponto de se manifestar o interesse em concretizar o projecto de construção de um Museu de Escultura Comparada. Aliás, em Junho de 1935, no projecto de reforma dos Serviços de Belas Artes, o Conselho Superior de Belas Artes adiantava já uma proposta de

⁹⁵⁶ O baixo custo, a facilidade de moldagem e a leveza característica do gesso funcionaram como elementos catalisadores de divulgação material de achados arqueológicos, arquitectónicos e artísticos ao longo do século XIX. Se os álbuns de desenhos e mais tarde a fotografia funcionaram como exemplos de divulgação das descobertas inerentes a prospecções arqueológicas, nomeadamente nas rotas do norte de África, no Egipto e por todo o Oriente, os moldes em gesso, enviados ao continente europeu, funcionaram como primeiros testemunhos materiais desses mesmos achados. Por outro lado, as moldagens em gesso permitiram também, e desde sempre, a criação de réplicas para estudo e exercício de aprendizes de artífices, de alunos de belas artes e do público em geral. Sobre o tema *Vide* COSTA, Sandra Vaz, “A colecção oitocentista do Museu Arqueológico do Carmo”, in *Construindo a Memória. As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa. 2004.

⁹⁵⁷ Lei de 19 de Março de 1919.

instituição da referida tipologia museográfica na rede de museus portugueses⁹⁵⁸. Em 1940 e organizada por Diogo de Macedo, estivera patente no Museu Nacional de Arte Antiga uma segunda exposição de escultura comparada⁹⁵⁹ e, por essa data, uma vez mais se lançara no meio artístico o debate acerca da necessidade de existência no nosso país de um museu da mesma natureza.

Na proposta apresentada para a Praça do Império, Cristino da Silva respondeu à encomenda de um projecto para o Museu de Arte Contemporânea e propôs o fecho do terreno a Norte com a inclusão de um módulo construtivo organicamente autónomo, embora enquadrado em volume e em tipologia funcional no perímetro construtivo e no modelo de recinto pretendido pelo poder político. E se, para a disposição funcional do Museu de Arte Contemporânea, o arquitecto pode contar com o programa previamente estabelecido por Adriano Sousa Lopes, Teófilo Leal de Faria e Cottinelli Telmo, para o programa do Museu de Escultura Comparada contou com a preciosa colaboração de Diogo de Macedo.

Em carta datada de 20 de Janeiro de 1943⁹⁶⁰, e a pedido do arquitecto, Diogo de Macedo traçava as necessidades específicas de um museu desta natureza. Assinalava deste logo o pintor para a necessidade de se atender a grandes espaços: *três ou quatro salas com bom pé-direito para erguer portais ou janelas*. No parecer de Diogo de Macedo a distribuição de peças poderia ser cronológica começando o percurso pela sala de arte românica, depois a arte gótica, a manuelina, a renascença, o barroco. Entre a exposição de arte portuguesa e estrangeira previam-se 10 ou 12 salas, as oficinas de moldagens requeriam outras 7, e entre serviços e serventias o museu chegaria às 28 divisões. Diogo de Macedo aconselhava: *Talhe pois por largo. Antes assim que acanhado o projecto*.

Cristino da Silva trabalhava no projecto do Museu de Arte Contemporânea desde 1941, contudo, pela data da carta enviada por Diogo de Macedo ao arquitecto, o anteprojecto do Museu de Escultura Comparada não teve início antes de 1943, pois datam de Janeiro desse ano as indicações do pintor sobre o programa do museu.

Outro facto relevante na carta enviada por Diogo de Macedo a Cristino da Silva prende-se com uma questão não menos importante. Embora os planos para a Praça do

⁹⁵⁸ AHME, DGESBA, Caixa 3034, Capilha 406, Projecto de Reforma dos Serviços de Belas Artes apresentado pelo Conselho Superior de Belas Artes, Junho de 1935.

⁹⁵⁹ MACEDO, Diogo de, *Exposição de Moldagens de Escultura Medieval Portuguesa, Catálogo*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1940.

⁹⁶⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 41.

Império decorressem desde Março de 1941, a notícia dos propósitos políticos só seria lançada para a imprensa em Janeiro de 1943. Sobre este propósito Diogo de Macedo teceria o seguinte comentário:

“Lá vi hoje as primeiras notícias nos jornais, em que se tornou público o projecto em que me falou, do Museu de Arte Contemporânea. Mil parabéns e Deus queira que a sua obra vá avante. O seu gosto e o seu talento são garantias duma obra séria e definitiva. Oxalá não haja desânimos a meio. Da sua parte sei que não haverá. Parabéns de todos os artistas contemporâneos.”⁹⁶¹

Em Setembro de 1943 Cristino da Silva dava por findo o ante-projecto do novo edifício do Museu de Arte Contemporânea, a construir na Praça do Império e, a 16 de Outubro de 1943 Duarte Pacheco aprovaria o projecto. Um mês depois falecia o ministro e o que pudera ser uma obra definitiva nunca o chegou a ser.

O exíguo e precário espaço das instalações do Museu de Arte Contemporânea no convento de S. Francisco permaneceriam com o tempo. Em 1945 ainda se chegou a questionar a transferência do Museu para o Palácio da Ajuda mas a ideia foi fortemente contestada na imprensa⁹⁶². Sobre as hipóteses de transferência do museu, Reynaldo dos Santos haveria de afirmar que *nunca para Belém ou coisa semelhante*⁹⁶³. Curiosamente, não eram os artistas que contestavam o plano da Praça do Império e o projecto de petrificação dos pavilhões principais da exposição de 1940. E tal facto era compreensível pois os artistas haviam sido os artífices da exposição histórica. A contestação de transferência da arte contemporânea para Belém acabou por partir dos historiadores que não concebiam a vivência de um espólio contemporâneo num recinto emblemático da história do país.

Com a morte de Duarte Pacheco o plano da Praça do Império quase se diluiu no tempo e a vontade política de dotar o Museu de Arte Contemporânea de instalações condignas parece ter-se diluído também. Entre 1944 e 1945, já sob a direcção de Diogo de Macedo o Museu foi alvo de obras pontuais de beneficiação e que em essência

⁹⁶¹ *Idem.*

⁹⁶² MANAÇAS, Vitor, *Op. Cit.*, página 42.

⁹⁶³ *Diário de Lisboa*, 3 de Junho de 1945.

apenas permitiram o arranjo do jardim e alteraram o acesso ao Museu, fechando a entrada pelo Largo da Biblioteca Pública e abrindo uma entrada na Rua Serpa Pinto.

Já na segunda metade da década de 70, e após arrastados anos de encerramento, o Museu foi alvo de profundas obras de remodelação que incluíram a racionalização de espaços e circuitos. No ano de 1987 o Museu voltou a ser encerrado para acolher nas salas as obras que estavam em reserva nas caves. Com o incêndio do Chiado, a 25 de Agosto de 1988, muitas obras foram transferidas para outros locais mas permaneceu a decisão de se manter o Museu no mesmo local. Por esta data foram reconsideradas as capacidades de instalação, anexadas algumas salas da ESBAL e recuperado um edifício anexo que em 1980 havia sido adquirido para serviço do Museu. Tendo o governo francês revelado interesse em participar da recuperação e revitalização do Chiado, e considerando-se que o Museu funcionaria como equipamento indispensável a essa mesma revitalização, surgiu a oportunidade de colaboração daquele governo no projecto de reconversão arquitectónica do Museu pela mão do arquitecto Jean Michel Wilmotte. Aprovada a solução em 1989 o Museu foi (re)inaugurado em 1994. Dois anos antes, em 1992, na ala poente da Praça do Império era inaugurado o Centro Cultural de Belém. Edificado para receber a Presidência Portuguesa da União Europeia, e embora não correspondendo o edificado à totalidade do projecto inicial, o CCB apresentou-se dotado de um centro de espectáculos, um centro de exposições, livrarias e demais equipamentos de apoio cultural e recreativo. Actualmente o CCB é o anfitrião do Museu Colecção Berardo - Arte Moderna e Contemporânea.

A instalação da Colecção Berardo nos espaços expositivos do CCB constituiu a primeira fase de um projecto governamental de maior escala, o projecto «Belém redescoberta. Economia, Turismo, Cultura e Cidade de mãos dadas»⁹⁶⁴. Apostado na potenciação dos recursos culturais da cidade de Lisboa através do turismo e considerando Belém como pólo de atracção preferencial por concentrar elevado número de equipamentos de interesse cultural⁹⁶⁵, o governo decidiu o fecho do Museu de Arte Popular e consequente envio do seu espólio para o Museu de Etnologia. No mesmo programa governamental está prevista a instalação do Museu da Língua Portuguesa nos espaços do antigo Pavilhão da Vida Popular, o mesmo que animou com objectos e costumes a Exposição Histórica do Mundo Português, em 1940. O acervo que até 2006

⁹⁶⁴ www.portais.gov.pt/PORTAL/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MC.

⁹⁶⁵ Mosteiro dos Jerónimos, Centro Cultural de Belém, Padrão dos Descobrimentos, Torre de Belém, Museu Nacional dos Coches, Museu da Marinha, Museu da Presidência da República, Museu Nacional de Etnologia, Museu da Electricidade, Jardim Tropical, Planetário Gulbenkian, Cordoaria Nacional.

se conservou naquele espaço encontra-se actualmente empacotado, aguardando o Museu de Etnologia decisão política de exibição ou permanência do acondicionamento em reserva.

Contudo, o projecto «Belém redescoberta» assumiu uma linha de intervenção a uma maior escala: a urbana. Considerando-se o espólio do Museu Nacional dos Coches como único no mundo e na impossibilidade de ampliação do Picadeiro Real, local de instalação do museu desde a sua criação, foi decidida a construção de novas instalações com o objectivo de possibilitar a efectiva exibição de toda a colecção. No documento de lançamento do projecto assinalava-se a frente nascente da Praça do Império como terreno seleccionada para a construção das novas instalações do museu⁹⁶⁶, curiosamente o mesmo local que em 1941 Duarte Pacheco escolhera para acolher o Museu de Arte Contemporânea.

Em 2009 tiveram início as obras de demolição das instalações do Exército localizadas no quarteirão da Rua da Junqueira - Praça Afonso de Albuquerque – Avenida da Índia⁹⁶⁷, tendo-se iniciado no mesmo local a construção do novo Museu sob projecto do arquitecto Paulo Mendes da Rocha. Posteriormente as obras foram interrompidas, contudo, a inauguração do novo equipamento mantém-se na agenda de comemorações do I Centenário da República Portuguesa, a celebrar em 2010.

A execução do projecto «Belém redescoberta» tem sido alvo de forte contestação e desencadeou movimentos de cidadania que promoveram um aceso debate sobre questões como os actuais programas museológicos e de salvaguarda patrimonial.

Ao olhar do historiador não compete a opinião sobre o acontecimento, mas a leitura do registo estrutural. E curiosamente, o projecto «Belém redescoberta», tendo sido apresentado em 2006 como *a maior intervenção urbana em Lisboa com objectivos turístico-culturais desde a Expo98*⁹⁶⁸, fixou-se no argumento do que os seus redactores considerariam de *filosofia inovadora*:

“ Aproveitar o melhor e mais único da nossa História para projectar uma imagem de modernidade para o futuro”⁹⁶⁹.

⁹⁶⁶ Como atesta o documento PDF que consta do portal do Governo.

⁹⁶⁷ Nestas instalações estavam albergados os serviços técnicos e de arquivo da área de Arqueologia afectos ao IGESPAR IP, sob tutela do Ministério da Cultura.

⁹⁶⁸ Vide Portal do Governo, Projecto «Belém redescoberta».

⁹⁶⁹ *Idem*.

Se por ventura a eficácia das ideias políticas se mede em números, a recuperação da zona ribeirinha, os espaços do CCB e mais recentemente o sucesso de bilheteira que se revelou ser a instalação da Colecção Berardo, são factores que aceleraram a permanente afluência de público ao recinto de Belém, pois para além de recinto propício aos circuitos turísticos, Belém parece ter-se tornado um dos locais preferidos dos lisboetas que por todos os fins-de-semana e feriados desfrutam daquele recinto.

Esta nova tendência vem afinal provar-nos que Duarte Pacheco não estaria errado quando planeou a Praça do Império e a zona marginal de Belém como recinto de desporto, lazer e cultura da cidade de Lisboa, embora a décadas de distância a ideia tenha sido apresentada como uma filosofia inovadora.



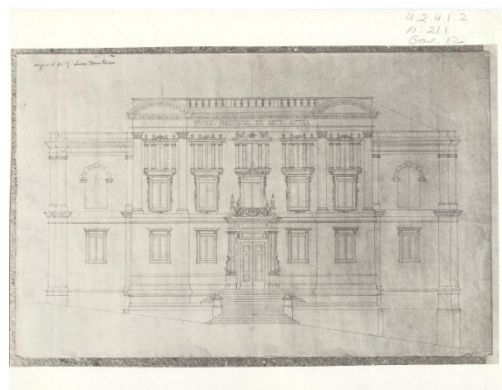
84. Museu Nacional de Belas Artes



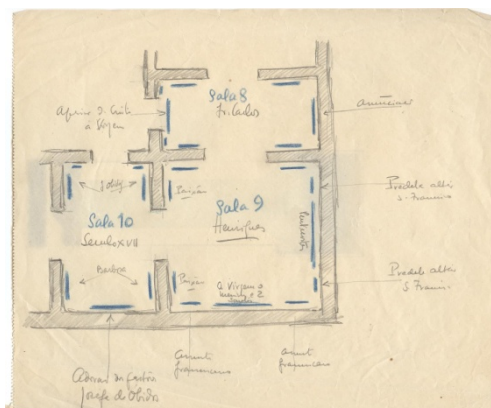
85. Inauguração da Exposição de Arte Ornamental, 1882



86. Sala de Pintura Portuguesa, c. 1900.



87. Proposta de José Luís Monteiro para o MNAA.



88. Excerto do programa expositivo de José de Figueiredo para o MNAA.

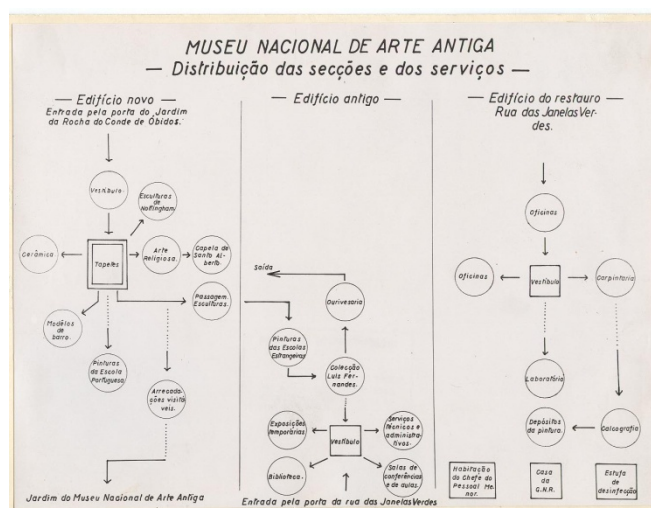
O País a Régua e Esquadro



89 e 90. Perspectivas Norte e Sul do projecto de ampliação do MNAA, Guilherme Rebelo de Andrade, 1932-1948.



91. Museu Nacional de Arte Antiga, perspectiva aérea.

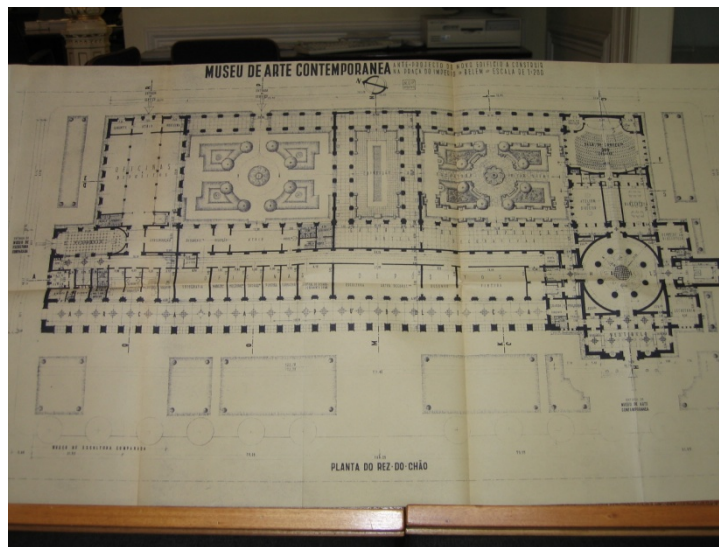
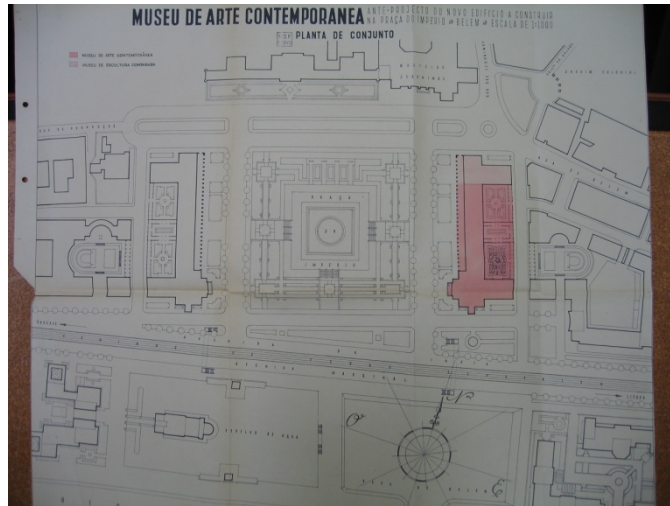


92. MNAA, distribuição de serviços realizada por João Couto.



93. As condições de instalação do Museu Nacional de Arte Contemporânea em 1938.

O País a Régua e Esquadro



94 a 96. O projecto do MNAC para a Praça do Império. Cristino da Silva, 1941-1943.

Capítulo 5

Um Desenho de País

Capítulo V. Um Desenho de País

Professor e director do IST por mais de dez anos, numa década Duarte Pacheco criou as condições necessárias à renovação material da primeira escola de engenharia do país e fez erguer o primeiro *campus* universitário português. Com o mesmo empenho, embora já nas vésperas da saída da direcção do IST para a presidência da CML, alertou o Conselho Escolar da mesma escola para o facto de que estaria em curso uma reforma do ensino técnico, lembrando também que importava nessa reforma que o Instituto salvaguardasse os seus interesses e se colocasse numa situação de poder de decisão quanto à autonomia da escola e do ensino da engenharia.

Tendo dirigido por mais de uma década os destinos da escola-referência de Engenharia Portuguesa, Duarte Pacheco dirigiu por pouco mais de sete meses os destinos da Instrução Pública em Portugal. Embora curto no tempo, este mandato revelou-se extenso no volume de trabalho produzido, tendo-se revelado também profundo e transversal no modo organizado e multidisciplinar dos projectos estudados. Sob sua orientação, e em escassos meses, várias comissões de estudo se debruçaram sobre temas tão vastos quanto o combate ao analfabetismo, o incremento de hábitos de leitura, a reorganização dos corpos administrativos, técnicos e docentes dos estabelecimentos de ensino primário, liceal e universitário. Do mesmo modo, neste curto período de tempo, e através da sua acção política, foram trabalhadas condições favoráveis à constituição de residências estudantis e à renovação material dos estabelecimentos de ensino.

Presidente da CML por cinco meses, Duarte Pacheco reorganizou os serviços camarários numa estrita articulação com o novo Código Administrativo então elaborado, mas foi na gestão fundiária que lançou as bases de uma política municipal de solos que permitiria à Câmara de Lisboa a decisão sobre o plano construtivo da cidade e no desempenho do cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, no espaço de nove anos, Duarte Pacheco alterou de forma inquestionável a paisagem do país.

Tendo falecido aos 43 anos de idade, Duarte Pacheco votou vinte e três anos da sua vida à formação pessoal, tendo votado os restantes anos ao serviço público no desempenho de cargos de direcção, de presidência e de governo. Em cerca de vinte anos de uma carreira pública singular, desempenhou unicamente cargos de nomeação e de confiança política. Engenheiro de formação, Duarte Pacheco não chegou nunca a

exercer a engenharia electrotécnica que o habilitava profissionalmente. Contudo, o estudo de pormenor integrado numa percepção global, o encadeamento lógico, o raciocínio matemático e a clarividência de fórmulas aplicáveis à diversidade das realidades, características inerentes à prática da engenharia, foram as mesmas que Duarte Pacheco fez transitar para o domínio da prática política.

E neste domínio Duarte Pacheco revelou-se um político singular. Hábil no contornar das dificuldades, objectivo e determinado, não foi contudo um político de palanque ou de corte. À excepção da obrigatoriedade de protocolo de actos solenes, a presença do político foi mais participativa numa vistoria de obra do que propriamente numa qualquer inauguração ou gala. Discursos, proferiu poucos, obras ergueu muitas: nos tempos da direcção do Técnico, na criação do projecto Junta dos 40 Mil, na presidência da Câmara Municipal de Lisboa e no Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Dotado de uma capacidade de trabalho invulgar, Duarte Pacheco legou ao país uma impressionante obra que se estende por milhares de decretos-lei e outros tantos milhares de melhoramentos estruturais. Contudo, a obra pública do político não se limitou a reformar serviços, a melhorar os equipamentos existentes e a construir as novas infra-estruturas. Duarte Pacheco aplicou no sistema administrativo português um método de trabalho singular: a equipa. Uma equipa pluridisciplinar, técnica e cientificamente habilitada a estudar, projectar e realizar os mais diversos programas infra-estruturais do país.

Neste último capítulo, módulo que conclui e encerra o âmbito do nosso estudo, procuraremos demonstrar o modo como Duarte Pacheco fez convergir para o seu gabinete de trabalho a grande parcela da elite do saber científico e do saber técnico. A mesma elite que, eficazmente colocada nos vários domínios do saber, realizaria, sob direcção do ministro, a equipagem do país.

5.1. O Gabinete Ministerial. Ponto de encontro de uma irmandade desavinda: Engenheiros e Arquitectos

Quando em 1925 Duarte Pacheco integrou o quadro docente do IST e, por inerência, tomou assento no Conselho Escolar do Instituto, directo e assertivo expôs o modo como o Técnico deveria exigir do Estado a melhoria das condições do ensino da engenharia: defendendo a atribuição de fundos monetários para o apoio à investigação, para a renovação dos corpos docentes e para a construção das novas instalações do Instituto. Duarte Pacheco apontou ainda a forma de conseguir alcançar tais objectivos: *fazendo pressão sobre os poderes públicos e tomando a iniciativa de ida de todos os professores a Sua Exa. o Ministro do Comércio.*⁹⁷⁰ Dois anos depois, já director do Técnico, o político conseguiria do Estado o tão desejado apoio financeiro que seria decisivo para a aquisição de terrenos necessários à construção do *campus* universitário.

Esta primeira conquista política viria a revelar-se determinante na futura forma de actuação de Duarte Pacheco, uma vez que a direcção do processo construtivo desta magna obra requeria, além da habilidade política e da perseverança de carácter, uma larga margem daquilo a que poderíamos denominar de flexibilidade técnica.

Com o Conselho Escolar do IST Duarte Pacheco trabalhou a organização do programa das futuras instalações com o objectivo de preencher todos os requisitos funcionais inerentes ao ensino das diversas engenharias leccionadas no Instituto e, como encomendador, convidaria o arquitecto Porfírio Pardal Monteiro a elaborar o projecto de obra. A quase trinta anos de distância, em Novembro de 1956, o arquitecto recordaria o momento:

“A primeira conversa com Duarte Pacheco, no velho Instituto, ao Conde Barão, foi dramática e constituiu o primeiro embate sério com este homem voluntarioso e decidido. Perante a grandeza da obra a realizar pedi-lhe que encarasse a possibilidade de fazer um concurso entre arquitectos, no qual eu decerto tomaria parte, tanto mais que fazendo eu parte do corpo

⁹⁷⁰ Vide Apêndice Documental, Documento 16.

docente do Instituto a encomenda pura e simples que me era feita poderia parecer um acto de favoritismo.

Pacheco mal me deu tempo de falar porque imediatamente me interrompeu dizendo: Tenho a seu respeito boas informações, dadas por pessoas que me merecem a maior confiança. Você é o arquitecto que eu e o Conselho escolhemos. Portanto só tenho um caminho a seguir: entregar-lhe o projecto para o Instituto ou confiar este trabalho a um arquitecto estrangeiro, portanto escolha!”⁹⁷¹

Quando aceitou a encomenda do projecto das novas instalações do IST, Porfírio Pardal Monteiro não sendo um arquitecto consagrado, era já um arquitecto com obra sólida. Havia sido também discípulo de Miguel Ventura Terra, o mesmo que em 1915 realizara para Alfredo Bensaúde o primeiro e gorado projecto do Instituto. Mas se o trajecto profissional de Pardal Monteiro transmitia a Duarte Pacheco e ao Conselho Escolar do IST a confiança suficiente para o incumbir de projectar as novas instalações, um outro factor terá sido decisivo: a confiança política. Como Ventura Terra, seu mestre, como Alfredo Bensaúde, primeiro director do IST, como Beirão da Veiga, professor do IST, administrador privado e vereador à CML em 1923, como Mira Fernandes, o ilustre matemático que em 1925 abdicara da regência de uma das disciplinas que leccionava no Técnico para que Duarte Pacheco pudesse ingressar no corpo académico da escola, também Pardal Monteiro era republicano. A este propósito o arquitecto afirmaria:

“Pacheco era republicano. Havia entre nós uma simpatia mútua desde o dia em que tínhamos descoberto que ambos tínhamos feito parte do batalhão Académico quando os monárquicos, após a morte de Sidónio Pais arvoraram a bandeira monárquica em Monsanto”.⁹⁷²

Neste sentido a escolha de Pardal Monteiro como o arquitecto indicado para levar a cabo o projecto architectónico das novas instalações do IST, adquire uma outra

⁹⁷¹ Porfírio Pardal Monteiro, *Memorial*, 1957, Entradas de Diário de 7 e 8 de Novembro de 1956.

⁹⁷² *Idem*, *Op. Cit.*, Entrada de Diário de 22 de Novembro de 1956.

dimensão. Quando Duarte Pacheco afirma que a escolha recai sobre Pardal Monteiro ou sobre um arquitecto estrangeiro, tal não significa que o arquitecto português seja o melhor de entre os portugueses, mas o de confiança. Na eventualidade da sua recusa, Duarte Pacheco tem uma única escolha: optar por um indivíduo estrangeiro, alheio, isento, porque a isenção só existe na inocência e na ignorância de causas. Tal vem significar que o projecto das novas instalações do IST, para além de um projecto pedagógico, científico, e de afirmação do estatuto profissional e social dos engenheiros, era também um projecto político, no caso, um projecto político republicano.

Os decretos governamentais que viabilizaram financeiramente o arranque do projecto das novas instalações do IST, ficaram a dever-se à permanente insistência de Duarte Pacheco sobre a classe política dirigente, como em acta ficou reconhecido nos anais do Técnico⁹⁷³. E o Conselho do IST, reconhecendo neste jovem professor uma habilidade capaz de estabelecer o diálogo entre a Academia e a Política, entregou-lhe a direcção do instituto e a direcção do processo construtivo das novas instalações. Todavia, no decurso do complexo desempenho das duas funções Duarte Pacheco iria deparar-se com um sem número de questões e situações que exigiriam respostas cujas consequências transporiam largamente o âmbito das funções desempenhadas.

Como director do Instituto, Duarte Pacheco não delegou funções. Recordemos que quando em 1928 aceitou a pasta da Instrução Pública e em 1932 aceitou a pasta das Obras Públicas e Comunicações, Beirão da Veiga dirigiu interinamente a escola, seguindo contudo a linha de orientação traçada pelo político. Por outro lado, embora não tendo produzido obra académica, como director do IST Duarte Pacheco lutou politicamente pela valorização da investigação e da produção científica, ao ponto de conseguir do Estado diplomas específicos para professores e alunos bolseiros. E na observância das necessidades vividas pelo Instituto que dirigia, quando tutelou a pasta da Instrução, Duarte Pacheco compreendeu a necessidade de alargamento dos apoios à investigação, declarando a necessidade de criação de um organismo estatal vocacionado para a orientação, gestão e financiamento de projectos científicos e de investigação.

Duarte Pacheco não teria a faculdade de detectar todas as necessidades ou deficiências de um sistema e colmatá-las com soluções impolutas, mas teve a capacidade de diagnosticar situações e de se saber rodear de bons colaboradores que com ele buscaram soluções duradouras. E a prática adquiriu-a bem jovem, no IST,

⁹⁷³ Vide Apêndice Documental Documento 17.

rodeado de experientes professores que com ele trabalharam um programa pedagógico, técnico e científico, com vista à construção de uma escola modelo: o Técnico. Como Pardal Monteiro lembraria mais tarde:

“ (...) [d]a organização do programa das futuras instalações para o ensino das diversas engenharias (...) se incumbiu Duarte Pacheco com alguns professores das diversas especialidades (...) o programa inicial era por tal forma vasto que Pacheco se viu na necessidade de o comprimir fortemente, suprimindo algumas partes e agrupando outras de modo a tornar compatível com as possibilidades financeiras da realização da obra.”⁹⁷⁴

Fixado o programa definitivo, Duarte Pacheco não só acompanharia de perto a adaptação do programa das instalações ao projecto arquitectónico, como teria palavra decisiva na configuração final da obra:

“ (...) durante a preparação do projecto Pacheco passava dias e noites no meu atelier numa impaciência enervante (...) quanto à composição e à sua expressão plástica o apoio de Pacheco foi decisivo porquanto forte corrente pretendia, segundo as concepções do século XIX, que os novos edifícios do Técnico tivessem uma expressão clássica monumental baseada nos moldes então chamados académicos.”⁹⁷⁵

Na direcção do IST Duarte Pacheco adquiriu experiência na definição e gestão política de um projecto educativo, dos recursos humanos e logísticos, bem como dos recursos financeiros disponíveis à sua execução, mas na direcção de obra das novas instalações do Instituto o político ganharia a experiência de gestão de um magno projecto que envolvia âmbitos tão díspares como a discussão da sujeição do projecto arquitectónico a um lote de terreno já delimitado pelas linhas curvas de um plano de

⁹⁷⁴ MONTEIRO, Porfírio Pardal, *Op. Cit.*, Entrada de Diário de 9 de Novembro de 1956.

⁹⁷⁵ *Idem, Op. Cit.*, Entrada de Diário de 10 de Novembro de 1956.

urbanização local⁹⁷⁶, a gestão de um curto orçamento, a equipagem de uma escola com material didáctico, biblioteca, laboratórios, mobiliário, iluminação, instalações desportivas ou de simples estacionamento. Com um curto orçamento de 15 mil contos distribuídos por três anos, Duarte Pacheco pretendia concretizar um ambicioso programa pedagógico e científico. Entre a ambição e a responsabilidade, o jovem político ganharia também experiência no domínio da pressão que sobre ele se exercia.

Assim que as obras do novo instituto se iniciaram, Duarte Pacheco supervisionou todos os trabalhos. Pardal Monteiro chegaria mesmo a afirmar que era no estaleiro *que ele vivia quase todo o tempo*⁹⁷⁷, e até mesmo quando de 1932 a 1936 tutelou a pasta das Obras Públicas, permaneceu na direcção das obras do Instituto como atestaria Beirão da Veiga, então director interino do IST⁹⁷⁸. Aliás, na sequência do convite político de 1932 a única certeza que Duarte Pacheco confirmara a Pardal Monteiro era a de que não confiaria a obra do Técnico a ninguém. Talvez porque ninguém acreditasse na viabilidade da obra, senão ele próprio.

“Veja você como é que eu posso deixar uma obra destas, nesta altura, para ir para o Governo. Eu não entrego isto a ninguém e não posso deixar de levar por diante a construção do novo Instituto. Não posso aceitar, não devo aceitar, quando não isto morre.”⁹⁷⁹

Na direcção do Instituto e na direcção do estaleiro que haveria de dar lugar ao *campus* universitário, os dez anos de liderança de Duarte Pacheco, marcaram de forma inquestionável e irreversível, o rumo do Técnico. Do mesmo modo, o Instituto haveria de marcar também a forma de agir do jovem político. No *Memorial* de 1956, Porfírio Pardal Monteiro escreveria:

“Pacheco, ao iniciar-se o estudo do projecto para o Instituto não só não tinha noção segura do que fosse a Arquitectura, como não acreditava nas possibilidades dos arquitectos nacionais. (...)”

⁹⁷⁶ Plano de urbanização que Porfírio Pardal Monteiro indica ser da autoria de Cristino da Silva e realizado para a Câmara Municipal de Lisboa. *Vide Op. Cit.*, Entrada de Diário de 10 de Novembro de 1956.

⁹⁷⁷ *Idem, Op. Cit.*, Entrada de Diário de 22 de Novembro de 1956.

⁹⁷⁸ *Vide* Apêndice Documental, Documento 21.

⁹⁷⁹ MONTEIRO, Porfírio Pardal, *Op. Cit.*, Entrada de Diário de 22 de Novembro de 1956

Mal informado, desconfiado, talvez influenciado pela opinião de muitos engenheiros que não acreditavam no mérito dos arquitectos, o certo é que foram precisos anos de teimosia para que Pacheco reconhecesse que poderia contar com um grupo de bons arquitectos a quem apenas faltavam as oportunidades para demonstrarem o seu talento.”⁹⁸⁰

Com efeito, por esta data, em Portugal os engenheiros não só preenchiam as poucas vagas que iam existindo nos quadros técnicos superiores da administração pública central e local, como na sua maioria consideravam o arquitecto como um técnico subalterno e por inerência submisso à direcção da engenharia⁹⁸¹.

Curiosamente, no domínio do “saber construir” que à nascença não fez categoria de distinção, sendo o mestre de obra o responsável pelo desenho em planta ou em alçado, pelos cálculos de estabilidade e distribuição de forças, ou pelos elementos estruturais e decorativos de um fórum romano, de uma igreja românica ou de uma catedral gótica, quis o percurso do pensamento que Leon Baptista Alberti completasse por meados de Quatrocentos o primeiro grande tratado moderno de Architectura, *De re aedificatoria libri decem*, dando assim início a um caminho inevitável que pelo século XVIII originaria a bifurcação de duas funções: a concepção estética e a execução funcional da obra. Nasciam assim e em definitivo a Architectura e a Engenharia, duas disciplinas nascidas de um mesmo tronco de saber, complementares, porém independentes, como que rivais, e parecendo querer percorrer o trilho de uma irmandade desavinda⁹⁸².

Neste percurso Portugal não iria divergir dos restantes países europeus. Profissionalmente, a Engenharia conseguiria afirmar-se antes da Architectura. Integrando mais cedo os quadros técnicos do Estado e dirigindo gabinetes, projectos e obras, e realizando em 1931 o seu primeiro congresso nacional, transformava em 1936 uma «Associação» numa «Ordem»⁹⁸³. Aliás, no panorama português, apenas os

⁹⁸⁰ *Idem, Op. Cit.*

⁹⁸¹ Sobre a questão da afirmação profissional de Arquitectos e Engenheiros *Vide* RIBEIRO, Ana Isabel Melo, *Arquitectos Portugueses: 90 Anos de Vida Associativa 1863-1953*, Porto, FAUP, 2001 e RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

⁹⁸² Sobre a origem comum, autonomia disciplinar, rivalidades e encontros da Engenharia e da Architectura no percurso da Humanidade *Vide* SAINT, Andrew, *Architect and Engineer. A Study in Sibling Rivalry*, Yale - London, Yale University Press – New Haven and London, 2008.

⁹⁸³ A Ordem dos Engenheiros sucedeu em 1936 à Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, fundada em 1869.

Engenheiros e os Advogados conseguiriam no mesmo ano instituir uma Ordem profissional, conseguindo os Médicos atingir o mesmo patamar dois anos depois. Contudo, nenhuma outra categoria profissional conseguiria formar uma «ordem profissional» na primeira metade do século XX português. Ainda e apenas a título de comparação, relembremos que à data da realização do I Congresso de Arquitectura em 1948, organizado pelo Sindicato dos Arquitectos, já a Ordem dos Engenheiros trabalhava a realização do seu segundo congresso.

Acreditamos que em 1928, ano de arranque do projecto arquitectónico das novas instalações do IST, e como afirma Pardal Monteiro, Duarte Pacheco *não tivesse uma noção segura do que fosse a Arquitectura*. Contudo, as forças das circunstâncias obrigaram-no a acelerar esse processo de conhecimento. Da ambição do programa das novas instalações à exequibilidade financeira do projecto existia um único caminho: a resposta arquitectónica, a mesma que Duarte Pacheco velou impientemente no atelier do arquitecto. Deste modo, o director do IST não foi um mero encomendador de obra, mas um espectador atento e um elemento activo nas deliberações do processo de criação da solução arquitectónica, como reconheceria Pardal Monteiro.

Esta experiência, marcada pela iniciativa determinada e determinante na viabilização das novas instalações do IST, bem como pelo profundo envolvimento na construção das mesmas instalações, viria obviamente a beneficiar Duarte Pacheco no desempenho do cargo de ministro das Obras Públicas e Comunicações em 1932. Encarregue de diagnosticar as necessidades, definir as linhas de acção e planear os tempos e os modos de intervenção na realização de melhoramentos e construção de obras estruturais do país, o político, embora com apenas 32 anos de idade, adquirira já cinco anos de experiência na direcção de um instituto público, 4 anos na direcção de uma obra estrutural e 7 meses na tutela de um ministério.

Confiando a direcção interina do IST a Beirão da Veiga embora não delegando a direcção de obra do novo Instituto, Duarte Pacheco iniciaria no MOPC um novo capítulo de acção política. *Num plano metódico de realização em todo o País*, como o mesmo afirmaria, seriam definidas três grandes áreas de actuação: as obras de melhoramentos rurais, de melhoramentos urbanos, de águas e saneamento. Dirigidas respectivamente pela JAE, DGEMN e DSHE⁹⁸⁴, estas mesmas obras, programadas pelos quatros técnicos do ministério, seriam na sua grande maioria financiadas pelas

⁹⁸⁴ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 696 de 30 de Setembro de 1932. Vide *Infra* Capítulo 3, pontos 3.2.e 3.4.

verbas recolhidas através do Fundo de Desemprego e realizadas por mão-de-obra recrutada nas delegações regionais do Comissariado do Desemprego⁹⁸⁵. E, a par das grandes obras públicas financiadas pela anual dotação orçamental do ministério, as obras de melhoramentos alterariam substancialmente as condições materiais do país. De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1937 Duarte Pacheco voltaria à direcção do Técnico e, de Janeiro a Maio de 1938 na presidência da CML e dessa data a Novembro de 1943, na retoma do MOPC, o político revelaria o mesmo método de trabalho.

Da concepção e execução das obras planeadas pelo MOPC ficaram encarregues os quadros técnicos do ministério. Quando em 1932 o ministro tutelou a pasta das Obras Públicas e Comunicações, estes quadros técnicos eram considerados insuficientes em número e revelavam baixa formação e especialização. Neste sentido, desde logo e ao longo de todo o desempenho ministerial, Duarte Pacheco revelou extrema preocupação em contrariar a situação. Da admissão pontual de técnicos com formação específica e relacionada com programas de obras em projecto ou em curso⁹⁸⁶, à admissão planeada de técnicos para ingresso nos quadros⁹⁸⁷, prevalece nos decretos ministeriais exarados pelo gabinete do ministro das Obras Públicas e Comunicações mais do que uma tendência, uma constante de recrutamento de pessoal técnico especializado. Em finais de 1935, a um mês do afastamento do exercício do cargo público, o político chegaria mesmo a reorganizar os serviços do Ministério e a promulgar diversas disposições acerca dos respectivos funcionários⁹⁸⁸. E se desde 1932, o incremento dado às obras infra-estruturais beneficiara e valorizara profissional, económica e socialmente os engenheiros, também os arquitectos haviam sido chamados a colaborar de forma decisiva neste cenário de fervor construtivo. Aliás, ao abrigo do mesmo decreto que reorganizava em finais de 1935 os serviços do MOPC, Duarte Pacheco haveria de atribuir força de lei a uma velha aspiração dos arquitectos: equipará-los a título laboral e financeiro aos engenheiros civis.

Regra geral, a classe dos arquitectos ficou agradada. Aliás, já em 1934 e na sequência da actuação política no MOPC, quer pelo impulso dado aos projectos de obra

⁹⁸⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 21 699 de 30 de Setembro de 1932. *Vide Infra* Capítulo 3, ponto 3.2.

⁹⁸⁶ Cite-se a título de exemplo o, Decreto-Lei nº 21 827, de 4 de Novembro de 1932, em que o ministro contrata um engenheiro especializado para ir a Londres verificar o material destinado à instalação dos postos emissores de radiodifusão, fixando-lhe ainda o respectivo abono.

⁹⁸⁷ Cite-se a título de exemplo o, Decreto-Lei nº 22 041, de 30 de Dezembro de 1932, em que o ministro aumenta o número de engenheiros civis nos Serviços Hidráulicos e dota a Repartição de Portos da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos com pessoal de diversas categorias.

⁹⁸⁸ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 26 117 de 24 de Novembro de 1935.

e consequentes encomendas de trabalho e pedidos de colaboração, quer pelo reconhecimento político da importância da Arquitectura no incremento das Obras Públicas, em acto de agradecimento o Sindicato dos Arquitectos chegaria mesmo a agraciar o ministro com o título de membro honorário, pelo que o reconhecimento ministerial em finais de 1935, da equiparação de engenheiros civis e arquitectos ao mesmo patamar do quadro técnico, seria, à partida, uma medida bem recebida pela classe. Contudo, não só as reivindicações profissionais dos arquitectos se manteriam como existiam também algumas vozes dissonantes acerca da medida tomada pelo ministro e sobretudo pela forma como este demonstrava o seu interesse pela classe dos arquitectos. Com efeito, na Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 1935 o recém-licenciado arquitecto Taveira Soares colocava-se à margem do tom de unanimidade e declarava que *desde que o ministro havia tomado posse os arquitectos do Estado haviam sido continuamente subordinados aos engenheiros*⁹⁸⁹.

A observação estava correcta. No desempenho das suas funções e ao programar uma imensidão de obras e melhoramentos, ao exigir a planificação urbana de cidades e vilas e dirigindo a recuperação do património histórico edificado, Duarte Pacheco tinha contribuído para a valorização da classe dos arquitectos. Contudo, todos os chefes de gabinete do ministro, todos os administradores e directores gerais de organismos dependentes do ministério haviam sido, eram e continuariam a ser os engenheiros.

Na complexa lei orgânica do MOPC há contudo que destrinçar dois níveis de actuação: o da nomenclatura de Estado e o da escolha directa do ministro. No primeiro caso, e pese embora as duas reestruturações do MOPC: a de 1932 que extinguiu o Ministério do Comércio e Comunicações e a de 1935 que corrigiu e reforçou organicamente o ministério, ajustando funcionalmente a área de acção do MOPC, Duarte Pacheco não podia alterar radicalmente a estrutura de Estado, nem o faria. Relembremos a título de exemplo, a animosidade existente entre Duarte Pacheco e Henrique Gomes da Silva, director-geral da DGEMN, apenas e só de todos os organismos tutelados pelo MOPC, aquele que mais obras teve a cargo. De tal modo a situação de colisão pessoal se tornou in comportável que Gomes da Silva não ia sequer a

⁹⁸⁹ Livro de *Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional de Arquitectos* de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 25, 21 de Dezembro de 1935, nesta perspectiva citado por RIBEIRO, Ana Isabel, *Op. Cit.*, página 331 e nota 130.

despacho com o ministro, delegando a tarefa em Baltazar de Castro, arquitecto dos mesmos serviços⁹⁹⁰.

O caso de Henrique Gomes das Silva, director geral da DGEMN de 1929 a 1960, surge como exemplo revelador de uma nomeação dependente de factores externos a gostos pessoais deste ministro ou de outros que o antecederam e sucederam. Neste sentido, os cargos de administrador e director geral, sempre desempenhados por engenheiros, parecem não só reveladores da confiança técnica depositada nesta classe profissional, com reveladores também de confiança política, como atesta a presença e o teor dos textos destes dirigentes nas actas do I e II Congressos da União Nacional, significando em última estância que os cargos de direcção dos organismos de Estado estavam reservados a homens do aparelho. E num cenário social e político em que os engenheiros se haviam afirmado já como classe profissional, como agentes de saber, de gestão de recursos financeiros e humanos e também como produtores de riqueza, legitimando assim as palavras que Alfredo Bensaúde proferira no início do século⁹⁹¹, os arquitectos, tidos pelos mesmos engenheiros como um género sofisticado de desenhadores qualificados mas opositores na ambição do reconhecimento, ficavam por enquanto destinados ao desempenho de cargos técnicos de subalternidade.

Elemento activo e participante do cenário político, Duarte Pacheco não esteve, obviamente, isento no processo de manutenção e selecção dos cargos dirigentes estatais. No que concerne à estrutura do MOPC e da CML, o político optou por manter ou nomear apenas engenheiros para cargos de direcção de serviços, o mesmo sucedendo com todos os nomeados como seus chefes de gabinete.

A novidade que o político viria a introduzir na máquina de Estado revelar-se-ia numa outra linha de acção que o libertava de constrangimentos políticos, de obrigações de classe e de protocolos de orgânica ministerial: as comissões de estudo e administrativas de obra.

No lançamento programado das grandes obras e melhoramentos, sob directiva do ministro seriam constituídas equipas específicas de trabalho adequadas aos âmbitos

⁹⁹⁰ Baltazar de Castro, funcionário do quadro das Obras Públicas desde 1919, transitou para a DGEMN em 1929 e foi nomeado director interino dos Monumentos do Norte em 1930. Em 1936, colocado em Lisboa, viria a desempenhar o cargo de director do serviço de Monumentos. Em 1947 seria destituído do cargo e nomeado inspector superior de Obras Públicas. Sobre o desempenho relevante de Baltazar de Castro ao serviço da DGEMN e da sua estreita ligação a Duarte Pacheco *Vide* NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1969)*, Porto, FAUP, 2001, pp. 221-224.

⁹⁹¹ *Vide* Capítulo 2, ponto 2.2.

programáticos traçados. Deste modo, na necessidade de melhoramento ou construção de equipamentos de assistência hospitalar, de equipamentos escolares ou por exemplo de equipamentos culturais como um teatro ou um museu, seria constituída uma equipa composta por um profissional da área (médico, professor, historiador/museólogo), um engenheiro e um arquitecto. Ao profissional da área competia a orientação técnica e científica inerente ao programa do equipamento, cumprindo ao arquitecto a concepção de um projecto arquitectónico funcional e competindo ao engenheiro a garantia estrutural da obra.

No domínio das várias linhas programáticas de equipamentos mandados erguer pelo MOPC, foram constituídas inúmeras comissões de estudo que, podendo ser propostas pelas direcções de serviço do ministério, careciam de aprovação ministerial, existindo outras que se constituíram por escolha directa do ministro. Por outro lado, Duarte Pacheco encontrou sempre forma de proporcionar a estas mesmas equipas a possibilidade de sair do país e colher em exemplos europeus os elementos necessários à boa execução dos projectos⁹⁹². Concluída a fase de recolha e de estudo, seguir-se-ia a fase projectual, em que o saber técnico-científico do elemento conhecedor do programa a executar se aliava à capacidade de concepção espacial e funcional do arquitecto e ao saber estrutural e executor do engenheiro. Corrigido, condensado ou aditado mediante aprovação ministerial, este trabalho de equipa passaria ao terceiro estágio de gestação de obra, a fase administrativa, tomando a mesma comissão o título de comissão administrativa de obra, e sendo por norma acrescida de um quarto elemento: o secretário-contabilista. E assim, na reorganização programada que Duarte Pacheco imprimira aos serviços do Ministério, nasciam equipas especializadas e vocacionadas para as mais variadas áreas de intervenção no terreno. No *plano metódico de*

⁹⁹² Se nos tempos que precederam a concepção arquitectónica do IST, Pardal Monteiro teve a oportunidade de viajar pela Europa em busca dos exemplos mais funcionais de escolas de Engenharia, a partir de 1932, na constituição das comissões de estudo dos programas de intervenção das Obras Públicas, muitas foram as viagens realizadas ao serviço do Ministério. Relembremos a título de exemplo, as viagens que Pardal Monteiro realizou com Eduardo Rodrigues de Carvalho por Itália, Bélgica e Holanda para colher elementos sobre Gares Marítimas, aproveitando o engenheiro para colher elementos referentes a Museus e Teatros de Ópera, uma vez que desempenhava o cargo de engenheiro-delegado das obras do Museu de Arte Antiga e do Teatro Nacional de S. Carlos. Relembremos ainda viagens de Guilherme Rebelo de Andrade e José de Figueiredo pelos museus europeus, as viagens que Baltazar de Castro realizou por Espanha, Itália e França ao serviço da DGEMN, as viagens de Raul Rodrigues Lima, encarregue das construções judiciais ou as viagens realizadas pelos engenheiros dos serviços de Hidráulica e de Portos.

Na recolha de informação contida nos despachos ministeriais de Duarte Pacheco é também elemento presente a constante autorização de saída de funcionários para assistência e participação em congressos nacionais e internacionais, nomeadamente congressos de engenharia versada nas questões de materiais, hidráulica, portos, estradas, ferro vias e sistemas de comunicação.

realizações, o ministro dotava os serviços de gabinetes de intervenção tão diversos como as construções escolares, hospitalares, de assistência, de saneamento, de urbanismo, de hidráulica, de comunicações, de habitação, entre outros.

E se nos nove anos que Duarte Pacheco tutelou a pasta das Obras Públicas e Comunicações os cargos de administrador geral e director geral dos vários organismos pertencentes ao MOPC foram, como atrás referimos, sempre desempenhados por engenheiros, no domínio das comissões administrativas de obra, o engenheiro e o arquitecto surgiam com o mesmo título de importância sendo denominados de engenheiro e arquitecto delegado ou engenheiro e arquitecto chefe.

Curiosamente, do extenso número de obras produzidas pelo MOPC no período de actuação política de Duarte Pacheco, a História parece ter retido com maior facilidade os nomes dos arquitectos e não tanto o dos engenheiros. Dos projectos arquitectónicos de Raul Rodrigues Lima no domínio da Justiça, às estações de CTT projectadas por Adelino Nunes; dos grandes equipamentos projectados por Pardal Monteiro, Cristino da Silva, Carlos Ramos, Jorge Segurado ou Cottinelli, aos Monumentos supervisionados por Baltazar de Castro, dos espaços verdes projectados por Keil do Amaral às Pousadas de Rogério de Azevedo e Miguel Jacobetty Rosa, surge uma indissociável e imediata ideia de autor e indivíduo localizável no tempo histórico. Contudo, nomes como Manuel Duarte Moreira de Sá e Mello⁹⁹³, Duarte Abecassis⁹⁹⁴,

⁹⁹³ Duarte Moreira de Sá e Mello (1892– 1975) Engenheiro Civil e de Minas, ingressou nos serviços da Direcção Geral de Obras Públicas em 1916. Em 1917 o Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado pediria que o engenheiro realizasse os estudos das novas linhas de Caminhos de Ferro do Douro e Minho *por ter as melhores referências sobre o assunto*. Em 1919 seria colocado na Comissão de Construção das Casas Económicas. Em 1926 transitaria para a Administração Geral de Edifícios e em 1929 seria nomeado Director das Estradas do Distrito de Aveiro. Exonerado do cargo, em 1930 seria nomeado Adjunto do Director dos Serviços de Construção. Em 1933 seria nomeado vogal da 1ª secção do Conselho Superior de Obras Públicas. Em 1934 Duarte Pacheco autorizaria a sua presença no Congresso Internacional de estradas, em Berlim e, a partir de então passaria a ser um dos colaboradores directos do ministro. Foi engenheiro chefe das obras da Exposição do Mundo Português e das comissões de obra da Cidade Universitária de Coimbra e da Praça do Império, tendo sido grande impulsionador e primeiro director dos Serviços de Urbanização.

No âmbito das funções oficiais realizou inúmeras viagens ao estrangeiro. Em 1938 estudou as estradas alemãs e a habitação social sueca e para o estudo da Cidade Universitária de Coimbra visitou *campus* universitários em Espanha, França, Itália, Suíça, Inglaterra, Suécia, Noruega e Alemanha. BAHMOP, CIP, Corpo Documental de Processos Individuais de Funcionários.

⁹⁹⁴ Duarte Monteverde Abecassis (1892 – 1966), Engenheiro Civil pelo IST em 1915. Em 1918 foi nomeado engenheiro-adjunto à Missão de Melhoramentos do Porto de Macau, cargo que desempenhou até 1925. Pela mesma data passou a chefiar interinamente a Divisão de Hidráulica do Guadiana, cargo que acumulou até 1927 com a direcção das obras dos portos comerciais de Lagos, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António. De 1933 a 1936, invocando licença ilimitada, foi director da empreitada de construção da barra do Porto de Aveiro. Retornaria à Administração Pública em 1936. De 1936 a 1949 passaria a desempenhar o cargo de Director-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, sendo o responsável máximo das campanhas de obra de águas e saneamento, drenagens e aproveitamentos hidroeléctricos. De

João Carlos Barbosa de Carmona⁹⁹⁵ ou António Vicente Ferreira⁹⁹⁶, soam apenas como nomes sem obra. Contudo, estes nomes pertencem ao grupo de engenheiros que dirigiu os serviços do ministério.

Do vasto elenco de engenheiros colaboradores do ministro, o mais referido nos registos históricos seria Eduardo Rodrigues de Carvalho⁹⁹⁷, mas apenas no epíteto de «presidente substituto» na CML, qual testa de ferro camarário às ordens do ministro, não se citando nunca as obras em que participou como engenheiro técnico ou como engenheiro delegado, quando os próprios arquitectos reconheceram neste homem o *engenheiro que no exercício da sua profissão demonstrou a mais larga compreensão do papel do arquitecto e do engenheiro no campo comum das suas actividades*⁹⁹⁸.

À parte de posições tão distintas como a de António Vicente Ferreira que considerava o trabalho de Arquitectura merecedor de subalternidade face à Engenharia, ou a de Eduardo Rodrigues de Carvalho que acreditava no encontro das duas actividades como solução à boa prática das Obras Públicas, o gabinete ministerial de Duarte Pacheco viveu desta pluralidade de opiniões, experiências e saberes aplicados à complexidade das obras a projectar e executar. Mas da análise da extensa documentação produzida pelo MOPC na vigência dos dois mandatos do político, prevalece a rara

1940 a 1949 seria também a segunda figura de relevo do MOP, desempenhando o cargo de Secretário-Geral do ministério. De 1949 a 1962 seria Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas.

A produção projectual de Duarte Abecassis iniciou-se cedo, em 1918, data em que Alfredo Bensaúde apresentou ao Professor Chevalier, reitor da Universidade de Toulouse, *o projecto do ainda aluno* para o Porto de Vila Real de Santo António. Realizou viagens de estudo a portos do Oriente, América e Norte da Europa e foi colaborador de revistas da especialidade como a *Revista da Ordem dos Engenheiros* ou *The Dock and Harbour Authority*, entre outras. IST, Núcleo de Arquivo, Processo Individual de Aluno e BAHMOP, CIP, Corpo Documental de Processos Individuais de Funcionários.

⁹⁹⁵ Não nos querendo alargar nas notas biográficas, destacaremos apenas que Barbosa de Carmona presidiu à Junta Autónoma de Estradas nas décadas de trinta e quarenta, tendo dirigido os trabalhos de estradas, pontes e viadutos, bem como de melhoramentos rurais.

⁹⁹⁶ António Vicente Ferreira, engenheiro militar, civil e de minas da Escola do Exército, integraria os quadros das Obras Públicas em 1909 e ingressaria no quadro docente do IST em 1913, sendo professor catedrático das disciplinas de Resistência de Materiais e Estabilidade, Pontes e Caminhos de Ferro. Em 1943, Duarte Pacheco escolheria nomeá-lo Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas.

⁹⁹⁷ Eduardo Rodrigues de Carvalho (1891 - ?), engenheiro militar, civil e de minas pela Escola do exército, foi combatente da I Grande Guerra, responsável pela Inspeção Territorial de Fortificações e 2º Comandante da Escola Prática de Engenharia. Em 1935 ingressou nos serviços de Obras Públicas como major de engenharia e no mesmo ano seria chefe de gabinete de Duarte Pacheco. Foi Chefe da Repartição de Estudos de Edifícios da DGEMN e engenheiro inspector do Conselho Superior de Obras Públicas. No MOPC foi engenheiro delegado das obras do Museu de Arte Antiga, do Teatro Nacional de S. Carlos e do Estádio Nacional. Na CML foi nomeado por Duarte Pacheco para o cargo de Director dos Serviços de Urbanização (1938) e em 1943, após a saída do político, foi presidente-substituto da câmara municipal. Em 1944 desempenharia o cargo de vice-presidente da edilidade. No domínio das actividades económicas foi presidente da Corporação da Imprensa Gráfica e presidente dos conselhos de administração da Companhia Portuguesa de celulose SARL e da sociedade Industrial de Celulose, SOCEL. BAHMOP, CIP, Corpo Documental de Processos Individuais de Funcionários.

⁹⁹⁸ Revista *Arquitectos*, nº 4, Maio de 1938, página 125.

inteligência instrumental com que Duarte Pacheco soube orquestrar uma equipa plural, e sobretudo eficaz.

5.2. Programas à Escala Nacional

O Decreto-Lei nº 21 454 de 7 de Julho de 1932 que extinguiu o Ministério do Comércio e Comunicações, dando origem ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, e o Decreto-Lei nº 26 117 de 24 de Novembro de 1935 que reorganizou os serviços do mesmo ministério, constituem diplomas de criação e consolidação de competências de uma pasta ministerial que tutelou de 1932 a 1945 os serviços de Estradas, Pontes, Viadutos, Portos, Caminhos de Ferro, Edificações Urbanas e Rurais, Monumentos, Hidráulica, Electricidade, Correios e Telégrafos. Por treze anos o MOPC programou e executou a construção de equipamentos e melhoramentos públicos, mas no final de 1946, o ministério sofreria desdobramento de funções e mudança de designação⁹⁹⁹, mantendo-se então organicamente inalterado até 1974¹⁰⁰⁰.

No período de vigência do MOPC, Duarte Pacheco desempenhou por nove anos o cargo ministerial. Na sequência do afastamento político do ministro, de Janeiro de 1936 a Março de 1938, o cargo seria desempenhado por Joaquim Silva Abranches, sendo desempenhado interinamente por Manuel Rodrigues Júnior de Março a Maio do mesmo ano. Em Novembro de 1943, na sequência da morte de Duarte Pacheco, João Pinto da Costa Leite assumia interinamente a pasta e de Setembro de 1944 a Dezembro de 1946 Augusto Cancela de Abreu fechava o ciclo de vida política do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Em Maio de 1948 o regime inaugurava no recinto do Técnico a Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas¹⁰⁰¹. Na mostra patente ao público por seis meses, celebraram-se as obras construídas num misto de discurso e imagem propalado pelos documentários em permanente exibição, pela vénia aos Presidentes da República e do

⁹⁹⁹ *Diário de Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 36 061, de 27 de Dezembro de 1946. Na sequência do desdobramento orgânico, transitaram para o criado Ministério das Comunicações os seguintes serviços: Conselho Superior dos Transportes Terrestres; Direcção-Geral de Caminhos de Ferro e Fundo Especial de Caminhos de Ferro; Direcção-Geral dos Serviços de Viação; Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones; Administração-Geral do Porto de Lisboa; Administração dos Portos de Douro e Leixões; Junta Autónoma dos Portos; Conselho de Tarifas dos Portos e o Gabinete Técnico dos Aeródromos Cíveis.

¹⁰⁰⁰ Na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, era criado o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, o qual compreendia as seguintes Secretarias de Estado: Obras Públicas; Transportes e Comunicações; Habitação e Urbanismo; Marinha Mercantes, *Vide* Decreto-Lei nº 203/74, de 15 de Maio.

¹⁰⁰¹ *Vide* Capítulo 1, ponto 1.2.

Conselho, mas também pela evocação do ministro desaparecido. No âmbito do mesmo certame foram ainda organizados os dois congressos das duas classes profissionais que pelos mesmos 15 anos haviam projectado e construído as obras agora em celebração: os engenheiros e os arquitectos, e no *Guia da Exposição* figurariam os nomes de empresas das mais variadas naturezas que de 1932 a 1947 haviam fornecido às Repartições Técnicas do Estado, às Câmaras Municipais, aos Gabinetes de Estudo, aos Engenheiros e Arquitectos, os materiais e instrumentos de precisão necessários à boa prossecução e cumprimento dos objectivos traçados.

De fornecedores de aparelhos topográficos, de desenho a papelaria técnica, de material para laboratório e ensino, de instrumentos ópticos e militares, a fornecedores de livros técnicos e científicos, de empresas de camionagem a cimenteiras, de indústrias de borracha a indústrias eléctricas, de mármore e cantarias a mobiliário escolar, hospitalar ou de escritório, de instalações de aquecimento central a fornecedores de ascensores e monta-cargas, a lista de empresas participantes é extensa na diversidade e na abrangência programática das actividades envolvidas. E desta lista de 168 empresas colaboradoras dos 15 Anos de Obras Públicas, importa salientar o nome de duas que não tendo sido fornecedoras de materiais, foram as construtoras das obras projectadas: a Teixeira Duarte e a OPCA.

A Teixeira Duarte, Lda. Empresa de Sondagens e Fundações, foi criada em 1921 por Ricardo Esquível Teixeira Duarte (1886-19??)¹⁰⁰² e sob a sua gestão e direcção técnica especializar-se-ia nos serviços de captação de águas subterrâneas, rebaixamento de lençóis aquíferos, consolidação de solos, injeção de cimentos, fundações, caves e túneis, barragens e portos. Dirigida pelo engenheiro civil formado no Técnico, e com um logótipo graficamente semelhante ao do IST, a construtora Teixeira Duarte, surgia como a primeira empresa portuguesa especializada em Sondagens, Engenharia de Fundações e Geotecnia, oferecendo-se assim como uma aposta viável e fiável no panorama das Obras Públicas.

¹⁰⁰² Engenheiro civil pelo IST, Teixeira Duarte ingressou nos quadros técnicos do Porto de Lisboa e transitou posteriormente para os Serviços Fisiográficos do Ministério da Agricultura. Foi ainda engenheiro-chefe da Divisão de Estradas do Distrito de Faro e vogal do Conselho Superior de Obras Públicas. Colaborador de revistas da especialidade como a *Técnica*, *Revista de Engenharia dos Alunos do IST* e da *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Teixeira Duarte presidiu à Secção de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros e de 1949 a 1951 desempenharia o cargo de Bastonário da Ordem. Vide SANTOS, Paula Borges, “Duarte, Ricardo Esquível Teixeira”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974*, vol. I, dir. Manuel Braga da CRUZ e António Costa PINTO, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, Colecção Parlamento, 2004, pp.561-562.

Contudo, a engenharia do norte do país começava também a arriscar-se na aventura do empresariado técnico. Em 1926 nascia a OPCA, Empresa de Obras Públicas e Cimento Armado¹⁰⁰³. Fundada pelos engenheiros civis José Praça e Manuel Godinho e pelo engenheiro electrotécnico Luís Soares, e com a colaboração pontual do arquitecto Januário Godinho¹⁰⁰⁴, irmão de Manuel, a empresa propunha-se *executar Obras Públicas e de Cimento Armado, cálculos e projectos e demais ramos de actividades concernentes ao exercício profissional da engenharia e do comércio de representação de máquinas os materiais de construção*, conforme atesta a descrição de cabeçalho da documentação produzida pela empresa.

Na confluência de vectores como a existência de novas tecnologias que permitiam a criação de novos materiais e o desenvolvimento de novas formas de edificação¹⁰⁰⁵, a vigência de um regime político apostado num fervor construtivo sem precedentes¹⁰⁰⁶, e uma pasta de Obras Públicas e Comunicações tutelada por um ministro apostado na equipagem do país e preocupado em dotar a máquina ministerial de uma malha legal cerrada e de quadros técnicos qualificados no domínio conceptual e projectual, assistimos também à afirmação material das duas principais escolas de engenharia¹⁰⁰⁷ e ao crescendo de duas empresas sustentadas num saber tecnológico capaz de responder às exigências do novo quadro de obras a realizar, um quadro que visava cumprir os mais variados programas de edificação a uma escala nacional.

Compulsada e analisada a documentação produzida pelo gabinete ministerial de Duarte Pacheco, prevalece a conclusão de que o empenho do político não se pautou pela escala ou projecção das obras mas pela urgência e importância das mesmas. Só neste sentido se compreende a verdadeira dimensão da obra pública de Duarte Pacheco: um

¹⁰⁰³¹⁰⁰³ Sobre a história da empresa OPCA Vide SOARES, Luís Lousada, *Artes e Letras na tradição da casa*, Lisboa, OPCA, 1992. Vide TOSTÕES, Ana, MATOS, Luís Sarmento de, *OPCA 1932-2007 75 Anos. Arquitectura e Engenharia*, Pesquisa Documental e Iconográfica Sandra Vaz COSTA, Lisboa, OPCA, 2007.

¹⁰⁰⁴ Januário Godinho assinou os projectos arquitectónicos da Fábrica da Fibra Comercial Lusitana e da Lota de Pescado de Massarelos, obras cuja construção ficou a cargo da OPCA. Sobre o tema Vide TOSTÕES, Ana, “75 Anos de Inovação na Grande Obra Pública”, in *Op. Cit.*, pp. 27-55.

¹⁰⁰⁵ TOSTÕES, Ana, *Cultura e Tecnologia da Arquitectura Moderna Portuguesa*, dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, texto policopiado, 2002.

¹⁰⁰⁶ ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes; “restauração” e “celebração”*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada á Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado, 1991.

¹⁰⁰⁷ Relembremos que em 1936 são inauguradas as novas instalações do IST e em 1937 é inaugurado o novo edifício da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Acrescente-se ainda que o Pavilhão dos Laboratórios da Faculdade de Engenharia do Porto, obra a cargo da DGEMN, foi construído pela OPCA. Sobre o tema Vide SOARES, Luís Lousada, *Op. Cit.*, página 42.

ministro que decretou a construção de grandes equipamentos e melhoramentos pontuais com a mesma convicção.

No domínio das Comunicações citemos o caso da Ponte da Trofa, sobre o rio Ave, ou do Viaduto Duarte Pacheco, sobre o vale de Alcântara.

Construída entre 1932 e 1934, a Ponte da Trofa constituiria a primeira obra pública que a OPCA realizaria para a JAE¹⁰⁰⁸. Construída em betão armado, a nova ponte da Trofa substituiria uma balouçante ponte pênsil que fora já um reaproveitamento de uma ponte antiga que durante anos permitira a travessia do Douro, às portas da cidade do Porto. Os trabalhos de demolição da velha ponte chegaram mesmo a ter impedimento popular pois esta era tida como ex-líbris da povoação, mas cedo se percebeu que a fragilidade do equipamento não oferecia estabilidade ou segurança. Em seu lugar surgiu assim a nova Ponte da Trofa, construída em betão e lançada em três vãos de 45 metros¹⁰⁰⁹.

Peça integrante e decisiva no projecto da turística auto-estrada Lisboa-Cascais que Alfred Agache defendera na concepção do Plano da Costa do Sol, o projecto do viaduto constituiria uma peça de engenharia lançada numa extensão de 358 metros sobre o vale de Alcântara. À parte mais funda do vale corresponderia um arco duplo com 91,8 metros de abertura interior e 36 metros de altura livre, seguido de pilares de encontro.

Assinado por Barbosa de Carmona, director-geral da JAE e colaborador directo de Duarte Pacheco, o projecto do viaduto mereceria aprovação do CSOP em Setembro de 1938 embora não escapando a ligeiras observações:

“ não se previu o assentamento de linhas de carros eléctricos que parecem indispensáveis (...) o seu carácter exclusivamente utilitário, está bem marcado pela rigidez geométrica das linhas e magreza das massas, que denunciam a preocupação excessiva de

¹⁰⁰⁸ COSTA, Sandra Vaz, “75 Anos de Arte e Engenho. O Saber Aplicado aos Programas de Arquitectura, Engenharia e Construção”, in *OPCA 1932-2007 75 Anos*, Arquitectura e Engenharia, Lisboa, OPCA, 2007, pp. 59-123.

¹⁰⁰⁹ EP. Estradas de Portugal SA, Fundo Documental JAE – Direcção de Serviço de Construção/Divisão de Pontes, DSPT 128 - Ponte da Trofa, 1936-1956.

economia. É uma boa obra de engenharia, mas dificilmente se poderá classificar como monumento arquitectónico.”¹⁰¹⁰

Vencida a travessia rodoviária do vale outra questão se colocava: a sanitária. Com uma extensão de cerca de 10 km desde a Falagueira na Serra de Monsanto até ao rio Tejo, a ribeira de Alcântara constituiu, desde tempos remotos, um problema sanitário para a cidade de Lisboa¹⁰¹¹. Em 1940 a CML elaborou um projecto de canalização e saneamento com o propósito de solucionar este grave problema de saúde pública¹⁰¹² e no mesmo ano o MOPC decretava que fosse repartido pelo triénio seguinte o encargo de celebração de contrato para a execução dos trabalhos de tapamento do caneiro de Alcântara¹⁰¹³.

O estudo hidrográfico foi elaborado de modo a que a canalização pudesse conduzir os valores máximos e mínimos de caudal a escoar e permitiu ainda a possibilidade de integração futura de um sistema de evacuação alternativo. As falhas de distribuição de cimento que caracterizaram o final dos anos trinta e inícios da década de quarenta, justificaram um considerável atraso no arranque do estaleiro de obra, só efectivo a partir de 1945, dois anos após a morte de Duarte Pacheco.

Contudo, o plano integrado do vale de Alcântara, aprovado pelo ministro em 1938, manter-se-ia. Terminados em 1947 os trabalhos de injeção e betonagem do colector, procedeu-se ao tapamento do caneiro e ao assentamento de uma via prevista no plano rodoviário de Lisboa, a mesma que haveria de ser uma das principais artérias da cidade: a Avenida de Ceuta.

A empreitada do colector do vale de Alcântara resultou da convergência de diversos e determinantes factores como o processo de saneamento, urbanização e plano rodoviário da cidade, contudo, não constituiu facto isolado na actuação ministerial de Duarte Pacheco. Recordemos que em Setembro de 1932, dois meses após a tomada de

¹⁰¹⁰ EP. Estradas de Portugal SA, Fundo Documental JAE – Direcção de Serviço de Construção/Divisão de Pontes, DSCO 01/1802, - Viaduto sobre o vale de Alcântara na Auto-Estrada Lisboa-Cascais, 1938-1948, CSOP, Parecer 868 de 9 de Setembro de 1938.

¹⁰¹¹ Constituindo a bacia de drenagem mais importante do saneamento de Lisboa ao receber além das águas pluviais, os esgotos urbanos da população aglomerada nos bairros da Rabicha, Sete-Moínhos, Cascalheira, Liberdade, Santana, Quintinha, Vila Pouca e Ponte Nova, e sendo o colector das grandes zonas urbanizadas como as Avenidas Novas, Palhavã, Benfica, Carnide, Campolide, Campo de Ourique e Estrela, está ribeira corria maioritariamente a céu aberto.

¹⁰¹² COSTA, Sandra Vaz, *Op. Cit.*, página. 116.

¹⁰¹³ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 30 589 de 13 de Julho de 1940, revogado pelo Decreto-Lei nº 31 376 de 10 de Julho de 1941 e pelo Decreto-Lei nº 32 466 de 4 de Dezembro de 1942.

posse como ministro das Obras Públicas e Comunicações, o político afirmou a necessidade de resolver o estado sanitário do país¹⁰¹⁴.

Neste sentido, a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos ficou incumbida da orientação técnica das câmaras municipais na realização do programa de melhoramentos de águas e saneamento, sendo parte considerável das verbas do Fundo de Desemprego aplicadas nos trabalhos de captação e distribuição de água e nos trabalhos de construção, ampliação e beneficiação das redes de esgotos¹⁰¹⁵.

E numa extensão territorial global por onde avançava a máquina construtiva do MOPC, o património histórico edificado parecia estar em estado de derrocada eminente. Embora a opção política tendesse a acudir preferencialmente aos edifícios históricos identificáveis com o período da fundação da nacionalidade, as sés catedrais, os castelos, os mosteiros da Batalha, Alcobaça e Jerónimos¹⁰¹⁶, outros monumentos houve que mereceram a particular atenção do ministro das Obras Públicas e Comunicações, como foi o caso da Igreja de Santa Maria do Castelo, em Abrantes.

Construída no recinto murallhado do castelo de Abrantes no último quartel do século XV, a par da primaz função devocional, a igreja de Santa Maria foi também panteão dos Almeidas, condes de Abrantes. Classificada como Monumento Nacional em 1910¹⁰¹⁷, passaria a acolher a partir de 1921 o Museu Regional D. Lopo de Almeida. Contudo, no depauperado estado material do património, o estatuto de monumento nacional e museu regional não poupavam Santa Maria de Abrantes de um calamitoso estado de ruína que se vinha acentuando de 1927 a 1940. Durante este período foram inúmeros os ofícios que o director do museu enviou ao autarca de Abrantes, ao Ministro da Instrução e ao Director-Geral da DGEMN. A todas as missivas o director obteve uma única resposta: impossibilidade de concessão de dotação para obras em virtude de se encontrar totalmente distribuída a verba destinada a monumentos¹⁰¹⁸.

A 15 de Maio de 1940 o director do museu escrevia ao Ministro das Obras Públicas relatando os infrutíferos esforços de anos de correspondência expedida, acrescentava que na véspera ruíra parte da cobertura do monumento e que uma eminente derrocada *inutilizaria o último monumento do gótico em Portugal*. A 20 de

¹⁰¹⁴ Vide Capítulo 3, ponto 3.2. Vide *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 698 de 30 de Setembro de 1932.

¹⁰¹⁵ Vide *Boletins do Comissariado do Desemprego*, 1932 a 1943, Lisboa, Imprensa Nacional.

¹⁰¹⁶ Vide Maria João Baptista Neto, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP, 2001.

¹⁰¹⁷ Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910.

¹⁰¹⁸ IHRU – Espólio da extinta DGEMN, IPA PT 031401130001, Processo Igreja de Santa Maria do Castelo, Abrantes, 1939-1944.

Maio, Duarte Pacheco ordenava à DGEMN a elaboração de um orçamento das obras necessárias, e a 28 do mesmo mês, parte da cimalha do monumento abatia. O estado de ruína da Igreja de Santa Maria de Abrantes implicava não só a eminente derrocada do edifício histórico como punha em risco o espólio do museu nela instalado, a azulejaria hispano-árabe que revestia parte da caixa murária, bem como as valiosas peças de escultura tumulária.

A 17 de Agosto de 1940 Duarte Pacheco aprovava o orçamento apresentado pelos serviços da DGEMN e acrescentava o seguinte despacho:

“A Direcção Geral proporá a obra incluída no plano que terá de ser sacrificado para poderem começar as obras urgentes de que carece a Igreja de Santa Maria do Castelo.”¹⁰¹⁹

Por intervenção directa do ministro, entre 1941 e 1943 este monumento situado fora da quotidiana rota de acção da DGEMN, seria alvo de obras de reconstrução da cobertura da nave e da cobertura da capela-mor, assentamento de portadas e de vitrais e reboco das paredes internas.

No domínio da celebração monumental de memória a figuras históricas, o nome de Duarte Pacheco ficou indubitavelmente ligado ao monumento de D. João IV. Obra de fortíssima plasticidade que Francisco Franco arriscou ao transpor para a modernidade uma figura régia equestre não tentada desde os tempos de Machado de Castro¹⁰²⁰, este monumento, custaria ao ministro o preço de uma amizade¹⁰²¹ e seria a última das obras por ele vistoriada cerca de uma hora antes do fatídico acidente que lhe custaria a vida.

Contudo, um outro monumento terá merecido a atenção do político: o Monumento ao Marquês de Pombal. A vontade de se homenagear este estadista terá surgido em 1882, data de comemoração do centenário da sua morte. Em 1905 foi

¹⁰¹⁹ *Idem*, Despacho Ministerial de Duarte Pacheco datado de 17 de Agosto de 1940.

¹⁰²⁰ FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX 1911-1961*, Venda Nova, Bertrand Editora, 3ª edição, 1991, página 262.

¹⁰²¹ Segundo relatos de Porfírio Pardal Monteiro, amigo, colaborador directo do ministro e arquitecto encarregue do projecto arquitectónico do monumento, Duarte Pacheco teria por hábito apor observações e correcções por sobre os desenhos dos arquitectos e engenheiros. Numa das visitas ao estaleiro de obra do monumento a D. João IV, o ministro terá pedido um dos desenhos a Pardal Monteiro e este terá apresentado o mesmo emoldurado. O ministro não teceu qualquer comentário à acção do arquitecto mas não voltaria a trocar palavra com ele. Sobre este episódio *Vide* MARTINS, João Paulo do Rosário, *Cottinelli Telmo 1897-1948. A Obra do Arquitecto*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995 e CALDAS, João Vieira, *P. Pardal Monteiro Arquitecto*, Lisboa, Associação de Arquitectos Portugueses, 1997.

nomeada uma comissão encarregue de angariar donativos e abrir concurso para a apresentação de maquetes, contudo, esta seria apenas a primeira de muitas comissões organizadoras uma vez que o concurso para o Monumento ao Marquês de Pombal se iria arrastar até 1913¹⁰²², e apenas em 1926 se constituiria uma comissão encarregue de administrar os trabalhos de construção do projecto vencedor¹⁰²³. Todavia, a construção do monumento teimava em não angariar unanimidade. Embora se evocasse a acção de Pombal na reconstrução de Lisboa, volvidos os anos, o antijesuíctismo do estadista teimava em não agradar aos católicos, teimando em animar os republicanos.

A 13 de Maio de 1934 o monumento era finalmente inaugurado. O Presidente da República e o Presidente do Conselho de Ministros escusaram o convite, mas Duarte Pacheco compareceu. À parte da militância republicana do ministro ou da protocolar necessidade de representação ministerial do Estado no acto de homenagem solene, a Rotunda, daí em diante engalanada de um pedestal histórico, surgia no programa de obras do de Duarte Pacheco como uma obra oportuna: abria de forma monumental o nó de ligação à via de acesso à auto-estrada turística que Alfred Agache trabalhava em projecto desde 1933 para a cosmopolita Costa do Sol.

Também no domínio da vertente turística, mas num conceito mais pitoresco, surgiria até ao final da década de trinta uma nova tipologia construtiva: a pousada¹⁰²⁴, e caberia ao MOPC a construção desta nova matéria. Em 1936, no I Congresso Nacional de Turismo, Francisco de Lima apresentou o estudo de um novo tipo de instalação turística. Distinto do elitista *Palace* e do cosmopolita *Hotel*, este novo equipamento visava atingir um público mais vasto como os viajantes, estudantes, industriais, funcionários públicos, *para a grande massa que deseja conhecer o seu país*¹⁰²⁵. O pendor regionalista e a citação dos modelos espanhóis de *albergue* e *parador* impressos na proposta do congressista revelar-se-iam preciosos à fundamentação da política de turismo do Secretariado de Propaganda Nacional¹⁰²⁶.

¹⁰²² Sobre o tema *Vide* RIBEIRO, Ana Isabel de Melo, *Op. Cit.*, pp. 355-356.

¹⁰²³ O projecto vencedor do concurso para o Monumento ao Marquês de Pombal teve a autoria de Adães Bermudes e António Couto e do escultor Francisco dos Santos. Colaboraram também nos trabalhos os escultores Simões de Almeida e Leopoldo de Almeida.

¹⁰²⁴ Sobre o tema *Vide* LOBO, Susana, “1942-2002. 60 Anos de Pousadas” in *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. Um Património para Conhecer e Salvar*, Lisboa, IPPAR, 2004, pp. 82-101.

¹⁰²⁵ LIMA, Francisco de, “Pousadas”, tese apresentada à IV Secção do I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, 1936.

¹⁰²⁶ LOBO, Susana, *Op. Cit.*, página 86.

Na sequência da Nota Oficiosa de Março de 1938, em que o Presidente do Conselho incluía no elenco de obras a realizar a tempo das celebrações centenárias de 1940, *o estabelecimento de certo número de pousadas em recantos provincianos*¹⁰²⁷, o MOPC encarregava os arquitectos Rogério de Azevedo e Miguel Jacobetty Rosa do estudo desta nova tipologia, ficando desde logo estabelecida a distribuição geográfica dos equipamentos. Rogério de Azevedo ficaria encarregue das propostas para a Serra do Marão e Santo António do Serém, ficando Jacobetty Rosa encarregue dos estudos de Elvas e S. Brás de Alportel. Entre estudo, projecto e construção, nenhuma destas pousadas seria concluída a tempo das celebrações¹⁰²⁸, contudo, no somatório de outras tantas tipologias construtivas erguidas pelo MOPC, também elas passariam a figurar no mapa de realizações levado a cabo pelo ministério.

No domínio da Educação e da Assistência o MOPC foi também chamado a delinear o programa de edificações, ampliações ou melhoramentos. Neste sentido, e uma vez mais, a grande obra pública, o médio e o pequeno equipamento foram alvo da mesma acção. Se nos equipamentos escolares se assistiu à construção de escolas primárias, liceus e estabelecimentos universitários, em escalas tão díspares quanto os Hospitais Escolares de Lisboa e Porto, o Hospital de Arraiolos, o Sanatório de Abravezes ou os Dispensários, subsiste o facto de o ministério tutelado por Duarte Pacheco ter cumprido um programa de construção que cobriu o território em toda a extensão geográfica continental.

O mesmo sucederia no domínio do programa habitacional. Constituindo a habitação uma espécie de barómetro da condição do país, as casas escasseavam e a salubridade era discutível. Lançado o Programa das Casas Económicas em 1933¹⁰²⁹, coube ao MOPC a sua planificação, competindo às câmaras municipais a sua construção. De escala diminuta, baseadas num desenho alinhado de pequenas habitações unifamiliares com logradouro e arruamentos de perfil estreito¹⁰³⁰, os bairros operários, bairros de pescadores e de casas económicas foram surgindo pelas várias sedes de

¹⁰²⁷ *Diário de Notícias*, 27 de Março de 1938.

¹⁰²⁸ As Pousadas de Elvas, Marão e Serém ficaram concluídas em 1942 e a de S. Brás de Alportel em 1944.

¹⁰²⁹ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 052 de 23 de Setembro de 1933. *Vide Supra* Capítulo 3, ponto 3.3.

¹⁰³⁰ TOSTÕES, Ana, “Conjuntos Urbanos Planeados na Construção da Cidade”, in *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. Um Património para Conhecer e Salvaguardar*, Lisboa, IPPAR, 2004, pp.288-295.

concelho numa feição periférica à malha urbana existente, num tom de ruralidade aldeã às portas da cidade onde não faltava a pequena igreja, a escola e a horta¹⁰³¹.

Na cidade de Lisboa, a política de municipalização dos solos decorrente das campanhas de expropriação de solos rurais levada a cabo por Duarte Pacheco, viria contudo a permitir avançar para além da tipologia da modesta casa económica. Em 1945 o Bairro de Alvalade, primeiro conjunto de promoção pública destinado a habitação colectiva, com uma área total de 230 hectares, tornar-se-ia a imagem de uma nova Lisboa¹⁰³².

Na diversidade programática que compunha as linhas de acção do ministério chefiado por Duarte Pacheco, o desenho de país traçado pela equipa de colaboradores não estaria completo sem o equipamento que se tornou o paradigma das Obras Públicas: as estradas.

O pleno e irreversível predomínio da circulação automóvel que marcou o final da década de vinte, obrigava necessariamente ao reequacionar de opções de estratégia de intervenção pública. Em 1931 o Técnico abria portas para acolher o I Congresso Nacional de Estradas. Em 1932 Duarte Pacheco considerava como prioritários melhoramentos rurais a construção ou reparação de estradas municipais, estradas não classificadas, caminhos vicinais e pavimentos, ordenando aos municípios a sua execução sob a estrita supervisão da JAE¹⁰³³. Em 1933, embora reconhecendo a falha de existência de um estudo mais aprofundado¹⁰³⁴, mas reconhecendo a necessidade de intervenção imediata, o político encontraria na classificação das estradas e na reorganização dos serviços da JAE, a melhor forma para fixar um plano de verbas de beneficiação, manutenção e construção para o decénio de 1933 a 1943¹⁰³⁵.

E nesta campanha de obra programada surgiu uma imagem moderna de estrada, desenhada com maior visibilidade e maior segurança de circulação onde não faltaram as curvas de grandes raios, as guardas de alvenaria ou as cortinas e cabos de resguardo.¹⁰³⁶

¹⁰³¹ Equipada com os bairros económicos da Encarnação, Alto da Ajuda, Alto da Serafina, Alvito e Madre de Deus.

¹⁰³² TOSTÕES, Ana, “Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro”, in *Portugal. Arquitectura do Século XX*, TOSTÕES, Ana, BECKER, Anette, WANG, Wilfried, Munchen, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel, Deutsches Architektur Museum, Portugal-Frankfurt, 1998, página 194.

¹⁰³³ *Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 21 696 de 30 de Setembro de 1932. *Vide Supra* Capítulo 3, ponto 3.2.

¹⁰³⁴ A classificação da rede nacional de estradas só estaria concluída em 1945, cf. *Diário do Governo*, I Série de 11 de Maio de 1945.

¹⁰³⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 23 239 de 20 de Novembro de 1933.

¹⁰³⁶ *Relatório referente à gerência de 1 de Janeiro de 1936 a 31 de Dezembro de 1941 da Junta Autónoma de Estradas*, Lisboa, JAE, 1941, nesta perspectiva citado por ANDRADE, Amélia Aguiar,

A partir de 1936 toda a sinalética foi redesenhada e construída em materiais resistentes como o mármore e o betão. Consideradas um bem de primeiro recurso as estradas foram regulamentadas com um nível de fiscalidade e manutenção decorrente dos organismos constituintes da JAE: as Direcções Regionais de Estradas, as Secções de Conservação e os Cantões.

Equipamento estrutural de excelência, as estradas construídas pela década de trinta e continuadas pela década de quarenta constituiriam um somatório de testemunhos de importante relevância. Construídas em materiais como o macadame betuminoso ou granítico, consoante a localização do equipamento, elas revelam-nos as opções construtivas de um corpo técnico seguro na sua actuação. Do mesmo modo, as características dos percursos revelam preocupações paisagísticas uma vez que existe um forte sentido de acompanhamento panorâmico da faixa de rodagem face ao elemento natural que o recebe. Por outro lado, quer a pontuação arquitectónica decorrente da imposição de existência de casas de cantoneiros, quer a preocupação em arborizar extensos troços de rodovia, quer o pontuado da desenhada, informativa mas também selectiva sinalética que assinalava miradouros, parques de recreio, monumento ou pousadas, transportou este equipamento de circulação de pessoas, bens e serviços para um outro patamar, o de um equipamento de concepção complexa porque um equipamento que considerava obrigatoriamente um projecto global.

O desenho, equipagem e construção de uma estrada, inserida também ela numa rede de estradas, implicava não só uma perspectiva vicinal, municipal ou nacional consoante a sua classificação, mas implicava um desenho de pormenor de troço rodoviário, dotado de manutenção, arborização, sinalética e arquitectura próprias. Simultaneamente, uma estrada dava acesso a outra e todas elas inseridas numa rede nacional, ligavam uma malha de equipamentos construídos ou ainda em projecto.

A partir de meados da década de vinte assiste-se à ascensão e actuação de um corpo técnico que colocado nos estabelecimentos de ensino, nos organismos estatais, no empresariado, ou nos centros de estudo e investigação, marca de forma irreversível a paisagem do país.

Pelas mesmas datas e no exercício dos cargos de Director do Instituto Superior Técnico, Ministro da Instrução Pública, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e

“Sobre a construção da imagem contemporânea de estrada”, in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, coordenação de Manuel HEITOR, José Maria Brandão de BRITO e Maria Fernanda ROLLO, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004, volume II, página 415.

Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco assegurou politicamente o extenso quadro de realizações estruturais.

Recolhida e analisada a produção documental exarada no domínio da obra pública de Duarte Pacheco, subsiste a ideia de que neste pluridisciplinar gabinete de trabalho funcionou uma sala de desenho que traçou a régua e esquadro a transformação material do país.



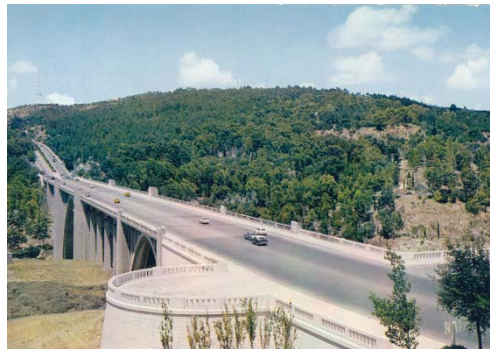
97. Logótipo da Construtora Teixeira Duarte



98. Logótipo da construtora OPCA



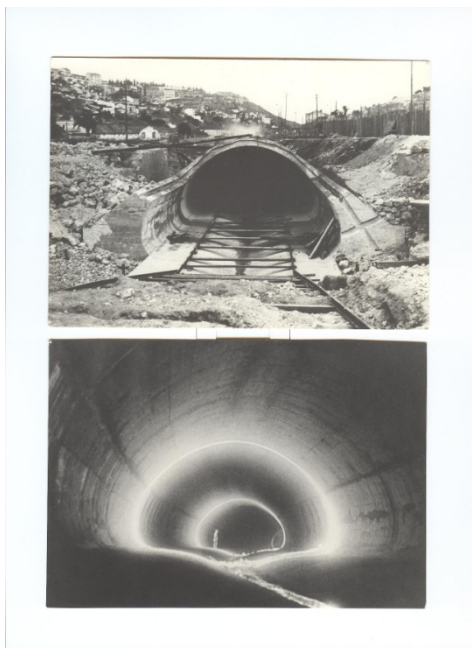
99. Ponte da Trofa



100. Viaduto Duarte Pacheco



101. Obras de tapamento do caneiro de Alcântara



102. Tapamento do Caneiro de Alcântara



103. Avenida de Ceuta



104. Pousada de S. Brás de Alportel, Miguel Jacobetty Rosa, 1938-1948.



105. Pousada de S. Gonçalo, Marão. Rogério de Azevedo, 1942.



106. Estrada regular



107. Estrada com vigas de protecção

Considerações Finais

Considerações Finais

Elaboradas as sínteses parciais dos temas tratados, importa, sob risco de repetição, sumariar algumas considerações finais e apontar perspectivas futuras de investigação e estudo da matéria.

No trabalho de recolha, investigação e análise que aqui se conclui, julgamos ter contribuído com novos dados para uma melhor avaliação da obra pública de Duarte Pacheco. Impressionante em número e escala, sustentada na autoridade e surdez do braço forte da lei, a obra produzida pelo político alterou de forma irreversível a paisagem do país. O mesmo país que, surpreendido com a obra feita e incrédulo perante a apresentação de novos projectos, se revelou incomodado com a eficaz acção do político, e na tentativa de se antecipar a uma imparável vaga de construção, moveu esforços, chegando por escassos meses a conseguir afastar o político do poder executivo. O mesmo país também que, perante a inesperada e prematura morte de Duarte Pacheco, transformou o extenso elenco de obras e o vazio político do seu gabinete numa imagem glorificada de homem sem causa senão a pública.

A construção das novas instalações do IST, primeira obra que Duarte Pacheco concretizou, enunciou nele uma malha de carácter forte e determinado, originou uma nova frente de expansão da cidade de Lisboa e ergueu-se sob a forma de *campus* universitário, uma linguagem arquitectónica alheia ao gosto académico então vigente em Portugal. Contudo, como ficou provado no capítulo segundo, Duarte Pacheco não pensou o Técnico apenas numa perspectiva de renovação material mas numa perspectiva global. De tal forma que propôs e alcançou a renovação do seu quadro docente implementando medidas de apoio à investigação, nomeadamente na atribuição de bolsas e na criação de centros de estudo e de pesquisa. E apontou ainda a necessidade de se reequacionar o rumo do ensino técnico em Portugal.

Por outro lado, julgámos necessário alertar para o facto de que a história da edificação do *campus* universitário não estar ainda totalmente clarificada. Na ausência de uma memória descritiva, do conjunto de desenhos que cumprem o projecto arquitectónico e na ausência de localização do espólio documental produzido pela Comissão de Construção do Novo Edifício, consideramos que o tema carece ainda de maiores e decisivos esclarecimentos.

Conhecida a obra pública de Duarte Pacheco, moveu-nos no terceiro capítulo deste estudo a análise das linhas de actuação do mesmo nos vários pelouros que lhe foram atribuídos. Considerámos a identificação e avaliação do modelo orgânico dos serviços e do método de trabalho do político e dos seus colaboradores como vectores explicativos do tão largo universo de acção alcançado. Adoptando um modelo faseado de coordenação, unidade e eficiência, o político conseguiu que cada obra fosse pensada de forma particular e exhaustiva, se bem que de igual modo não deixasse nunca de ser considerada como parte constituinte e indivisível de um todo. Neste sentido, se compreende o conceito de escola como zona pedagógica, tal qual a defendeu Duarte Pacheco enquanto Ministro da Instrução. Assim se explica a sua acção na Câmara Municipal de Lisboa, tomando a cidade como um tecido orgânico, oleado na regulamentação de actividades, na disciplina construtiva e na regra da planificação urbana. De igual modo, e sob a permanente atitude de coordenação de equipas e de unidade na acção, o político conseguiu implementar no Ministério das Obras Públicas e Comunicações a eficiente execução de um plano metódico de equipagem do país.

No quarto capítulo do estudo, consignando as obras públicas a vectores como o Urbanismo, a Arquitectura e a Memória Patrimonial, analisámos a sua aplicação em seis estudos de caso pensados para Lisboa. Tendo herdado o projecto político de construção de uma estrada turística de ligação entre Lisboa e Cascais, cedo Duarte Pacheco se apercebeu que o equipamento rodoviário abria caminho a viagens maiores e em diálogo com o urbanista que traçou o plano de inserção da estrada marginal na faixa costeira requisitada, nasceria a primeira proposta de desenho urbano a uma escala regional, nascendo quase que em simultâneo a instituição da necessidade de planeamento urbano de Lisboa e do país. E sendo a cidade pensada como um todo indivisível onde o desenho urbano funcionou como grau zero regulador de actividades, de ocupação de solos, de transportes, a uma escala de programação de eficiência, os equipamentos surgiram como pólos de optimização da funcionalidade urbana. Neste sentido se justicou a construção de edifícios como as gares marítimas, se estudou a viabilidade do Museu de Arte Antiga e se arriscou a projecção de um Museu de Arte Contemporânea à beira Tejo, do mesmo modo que e ousou pensar a primeira e efectiva travessia do mesmo rio.

Duarte Pacheco não agiu sozinho. A extensa documentação ao nosso dispor permitiu-nos identificar a presença de uma equipa plural, multidisciplinar e sobretudo coesa. Formada e programada para actuar nos vários programas construtivos que constituíram a orgânica do MOPC, esta equipa viajou pela Europa, colheu exemplos,

materiais, técnicas e saberes que posteriormente aplicou na projecção e construção das obras públicas portuguesas. Neste sentido, o gabinete de Duarte Pacheco não mediu despesas quando enviou colaboradores em viagens de estudo ou quando importou equipamentos necessários ao cumprimento dos objectivos traçados.

Neste sentido, o quinto e último capítulo do nosso estudo, fechando os temas trabalhados nos capítulos anteriores, abre campo de investigação para trabalhos futuros. Com efeito, não estão ainda mapeadas as equipas que construíram as obras públicas deste período. De igual modo, julgamos necessário que se invista na procura da documentação que, produzida pelas mesmas equipas ultrapassa as questões projectuais. Isto porque os projectos de engenharia e arquitectura produzidos no âmbito das obras públicas, foram em muitos casos precedidos de viagens de estudo e, estando identificadas algumas tipologias, não estão determinadas as origens de algumas técnicas e soluções. A busca de exemplos, de respostas mas sobretudo de actualidade, encontrámo-la em todos os processos e projectos considerados neste estudo.

É neste sentido que entendemos ser possível trabalhar o tema das obras públicas e por tal facto afirmamos, uma vez mais, a necessidade de recuperação e salvaguarda da memória processual deste universo de estudo.

Fontes e Bibliografia

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - Fontes Documentais

I. 1 – Processos de Obra

Arquivo do Arco do Cego - CML

Estudos e Projectos de Urbanismo (1887-1997), Planos Directores de Urbanização (1938-1967)

Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1938

Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1954-1959

Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1967

Projecto Geral do Aeroporto da Portela de Sacavém

Anteprojecto de 1928

Projecto de 1938

Arquivo do Forte de Sacavém – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

Gare Marítima de Alcântara; processo de obra 1931-1948

Gare Marítima da Rocha Conde de Óbidos, processo de obra 1936

Monumento a D. João IV 1938-1943

Museu Nacional de Arte Antiga, processo de obra 1926-1948

Museu Nacional de Arte Contemporânea, processo de obra 1933-1934

Teatro Nacional de São Carlos, processo de obra 1931-1945

Arquivo da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Plano de Urbanização da Vila de Sintra, Etienne de Gröer, 1948.

Plano de Urbanização da Costa do Sol, peças desenhadas, s.d.

Arquivo do Ministério da Educação, Direcção Geral das Construções Escolares

Ante-projecto para o Liceu de D. João de Castro, Cottinelli Telmo, 1943.

Arquivo Histórico do Ministério da Educação

Direcção Geral do Ensino Liceal

Aquisição de mobiliário e material para os liceus (1927-19__)

Junta Nacional de Educação

Processos de classificação de imóveis e registo de obras de arte (1939-1948)

Ministério das Obras Públicas e Comunicações

Projectos de estabelecimentos de ensino; projectos tipo (s.d.)

Arquivos Nacionais Torre do Tombo

SPN/SNI

Exposição Universal de Roma

Relatórios e trabalhos preparatórios da Exposição do Mundo Português

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Espólio Luís Cristino da Silva (Projectos de Arquitectura)

Projecto do Monumento ao Engenheiro Duarte Pacheco (1949-1953)

Projecto do Museu de Arte Contemporânea, Ante-projecto do Novo Edifício a construir na Praça do Império em Belém (1943)

Arranjo Urbanístico da Zona Marginal de Belém, Lisboa (1954-1961)

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

CAPOPI / Processos de Engenharia- Processos de Obra. Memórias Descritivas e peças desenhadas

Pavilhão da Praça do Império e Zona Marginal de Belém

Torre de Belém, projecto de urbanização

Doca de Belém

Museu das Comemorações Centenárias

Museu de Arte Contemporânea

Museu de Escultura Comparada

Museu de Arte Popular

EP Estradas de Portugal S.A.

Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo

Série 32, Projectos de Pontes

Antecedentes Históricos da Transposição do Rio Tejo

Ponte sobre o Rio Tejo entre o Beato e o Montijo; Caderno de Encargos, Relatório, Proponentes (1934-1956)

Fundo Documental JAE - Direcção de Serviços de Construção/Divisão de Pontes

Viaduto sobre o Vale de Alcântara (1938-1948)

Ponte da Trofa (1930-1956)

I. 2 – Processos Individuais

Arquivo Histórico Parlamentar

Processo Engenheiro Duarte Pacheco

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

CIP: processos individuais de funcionários

António Almeida Brito

Baltazar de Castro

Duarte Moreira de Sá e Melo

Duarte Abecassis

João Carlos Alves

Arronchela Lobo

Bernardo Sá Nogueira

Eduardo Rodrigues de Carvalho

Luís Benavente

Instituto Superior Técnico – Núcleo de Arquivo

Processos Individuais de Funcionários:

António Vicente Ferreira

Caetano Maria Beirão da Veiga

Francisco Maria Henriques

Duarte Pacheco

Herculano de Carvalho

Francisco de Paula Leite Pinto

João Carlos Alves

Porfírio Pardal Monteiro

José Mendes Leal

Processos Individuais de Alunos

Augusto Cancela de Abreu

António Duarte Perry de Almeida Brito

Francisco de Paula Leite Pinto

Luís Maria Nolasco Guimarães Lobato

António Vicente Ferreira

Livros Nº 1, 2 e 3 Matrículas de Alunos Ordinários

Salvador Sá Nogueira

Bernardo de Sá Nogueira

João Carlos Alves

João Carlos Adrião de Sequeira

Duarte Archer Ressano Garcia

Pedro Amor Monteiro de Barros

Frederico Cardoso Ressano Garcia

Maximiliano Luiz Helbling

Duarte Abecassis

Augusto Cancela de Abreu

Humberto José Pacheco

Fernando do Sacramento Craveiro Lopes

Afonso de Melo Cid Perestrelo

José de Mascarenhas Pedroso Belard da Fonseca

João Alberto Barbosa Carmona

Duarte José Pacheco

Herculano de Carvalho

José do Nascimento Ferreira Dias Júnior

José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich

I. 3 – Correspondência

Arquivos Nacionais Torre do Tombo

Arquivo Oliveira Salazar / Correspondência Particular

Duarte Pacheco
Humberto Pacheco
Eduardo Rodrigues de Carvalho
Duarte Abecassis
Cancela de Abreu
Padre Américo
Joaquim Abranches
Joaquim, José e Vasco Bensaúde
João Pinto da Costa Leite (Lumbralles)
Pedro Teotónio Pereira
José Frederico Ulrich
António Ferro
Caetano Beirão da Veiga
General José Vicente de Freitas
Dr. José de Figueiredo
Manuel Rodrigues Júnior
João Antunes Guimarães
Espregueira Mendes

Arquivo Oliveira Salazar / Correspondência Oficial

Aeroporto da Portela
Avenida 24 de Julho (1947)
Concurso sobre a ponte do Tejo (1934-1935)
Estádio Nacional
INE
Ministério da Instrução, Liceus
Museus Nacionais e Regionais
Novos Liceus, estudo liceu-tipo
Organização do MOPC, 1932
Projecto do decreto sobre património, 1937
Queixas contra Duarte Pacheco

Comemorações Centenárias, notas oficiais
CSOP 1958, alterações
Escolas Primárias – Plano dos Centenários
Exposição Architectura Moderna Alemã
Plano de Melhoramentos, 1932-1934
Quinta da Assunção, queixas contra Duarte Pacheco
Teatro S. Carlos

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Gabinete do Ministro

Correspondência Particular

CAPOPI / Processos de Secretaria-Anexo A, correspondência

Comissariado do Desemprego
Praça do Museu das Comemorações Centenárias
Base da estátua equestre de D. João IV
Lanternins para o Museu das Recordações Centenárias
Demolição do Padrão dos Descobrimentos
Decorações Diversas
Estudos
Plano Conjunto das Obras da Praça do Império
Instalação do Museu de Arte Popular
Museu de Arte Contemporânea
Fonte da Praça do Império
Instalação do Museu das Recordações das Comemorações Centenárias
Doca de Belém

Instituto Superior Técnico – Núcleo de Arquivo

Correspondência Endereçada ao Conselho Escolar

1910-1911
1914-1915
1916, 1917, 1918

Copiadores de Correspondência expedida

Livro 5, 1915-1918
Livro 6, 1918-1920

Livro 7, 1920-1925

Livro 8, 1925-1927

Livros s/numeração 1927-1930 e 1930-1932

I. 4 – Actas de Sessões

Arquivo Histórico do Ministério da Educação

Livros de Actas das Sessões do Conselho Superior de Instrução Pública, 1926-1929

Inspecção de Sanidade Escolar: livros de actas (1925-1930)

Arquivo-Biblioteca do Conselho Superior de Obras Públicas

Livros de Actas das Sessões Plenárias (1927-1953)

Livro das Sessões do CSOP funcionando como júri de promoções (1927-1953)

Livros de Actas das Sessões Conjuntas (1927-1953)

Livros de Actas da 1ª Secção (1927-1953)

Livros de Actas da 1ª sub-secção da 3ª secção (1927-1953)

Livros de Actas da 2ª Secção (1927-1953)

Livros de Actas da 3ª Secção (1927-1953)

Livros de Actas da 4ª Secção, 1ª sub-secção (1927-1953)

Livros de Actas da 4ª Secção, 2ª sub-secção (1927-1953)

Livros de Actas da 5ª Secção (1927-1953)

Documentos que fazem parte integrante das actas n.ºs 60-61-63-64-68-69 e 75 das sessões conjuntas das 3ª secção e 1ª sub-secção da 5ª secção, realizadas desde 18 de Março a 5 de Dezembro de 1942

Instituto Superior Técnico – Núcleo de Arquivo

Documentação Recebida e Actas das Sessões do Conselho Escolar

1926-1927

1927-1932

1932-1937

1937-1940

1940-1945

1945-1948

I. 5 – Diários de Sessões

Arquivo Histórico Parlamentar

Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1928-1948)

Diário das Sessões da Câmara Corporativa (1938)

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (1917-1953)

I. 6 – Produção Legislativa e Despachos Ministeriais

Arquivo Histórico do Ministério da Educação

Ministério da Instrução Pública, legislação produzida no ano de 1928

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Livros de Despachos Ministeriais, 1938-1942

Pasta com despachos e outros documentos avulsos 1938-1943

I. 7 – Espólios

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Espólio Duarte Pacheco

I. 8 – Documentação Fotográfica e Microfilmes

Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas: Colecção de Desenhos Microfilmados

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian: Espólio Cristino da Silva e Estúdio Novais

Gabinete de Estudos Olisiponenses: Espólio Duarte Pacheco e Álbuns de Efemérides da Câmara Municipal de Lisboa

I. 9 – Documentários

Arquivo Nacional de Imagens em Movimento/Cinemateca Portuguesa

Exposição do Mundo Português, António Lopes Ribeiro

15 Anos de Obras Públicas, António Lopes Ribeiro

A Morte e a Vida do Engenheiro Duarte Pacheco, António Lopes Ribeiro

Arquivo Professora Ana Tostões

Engenho e Obra: Engenharia do século XX, produção RPT, realização de Diana Andringa, dir. Fernanda Rolo, 2003.

I. 10 – Coleções Diversas

Arquivo do Arco do Cego - CML

Livros de Notas da Câmara Municipal de Lisboa (1917-1942)

Escrituras e permutas de terrenos

IST, Núcleo de Arquivo

Facturação/Contabilidade (1927-1948)

Professora Margarida Souza Lobo, cedência de exemplares policopiados

Alfred Agache, *Lisbonne, Urbanization de la Region Ouest, Remodelation de la Region Ouest – Remodelation & Amanagement de la Costa do Sol*, Paris, 1936.

Etienne De Gröer, *Plano Director de Lisboa*, 1948.

Plano de Urbanização da Costa do Sol. Relatório Final, Ministério das Obras Públicas – Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol.

II - Estudos

II.1 – Estudos Gerais

AAVV

Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Lisboa, Coleção Parlamento, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, 2 vols, 2005.

AAVV

Dicionário de História do Estado Novo, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

ANDERSON, Benedict

Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of Nationalism, London-New York, Versus, 2006.

ARGAN, Giulio Carlo

Arte e Crítica de Arte, Lisboa, Estampa, 1988

História da Arte como História da Cidade, São Paulo, Martins Fontes, 1998 [1984]

ARIÈS, Philippe

O tempo da História, Lisboa, Relógio d'Água, 1922.

BEJA, Filomena Marona

A Cova do Lagarto, Lisboa, Sudeste Editora, 2007.

BENJAMIN, Walter

Illuminations, essays and reflections, New York, Schocken, 1969

Sobre arte, Técnica, Linguagem e Política, Lisboa, Relógio d'Água, 1992.

BERLIN, Isaiah

The Roots of Romanticism, London, Pimlico, 2000.

BOSWORTH, R.J.B.

Mussolini's Italy. Life under the dictatorship, London, Allan Lane and imprinted of Penguin Books, 2005.

DACOSTA, Fernando

Máscaras de Salazar, Lisboa, Casa das Letras, 2006.

FRANÇA, José-Augusto

Almada, o Português sem Mestre, Lisboa, Estúdios Cor, 1974.

Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 3ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1987.

Os Anos Vinte em Portugal, Lisboa, Presença, 1992

A Arte e a Sociedade portuguesa no Século XX (1910-1990), 3ªed., Lisboa, Livros Horizonte, 1991 [1972]

O Romantismo em Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 1974

GELLNER, Ernest

Nations and Nationalism, London, Blackwell Publishing, 2nd edition, 2006.

HOBBSBAWN, Eric

A Era dos Extremos. História breve do século XX 1914-1991, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

KITCHEN, Martin

Europe Between Wars, London, Pearson Longman, 2nd edition, 2006.

LEE, Stephen J.

European Dictatorships 1918-1945, London-New York, Routledge, 2nd edition, 2000.

MARQUES, A H de Oliveira (coord.)

Nova História de Portugal, vol. XI, Da Monarquia para a República, dir. Joel Serrão e A H. De Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

PAIS DA SILVA, Jorge Henrique

"Reflexões em Torno do Portuguesismo da Arte Portuguesa", in ***Páginas de História da Arte***, vol.I, Lisboa, Ed. Estampa, 1986.

RAMOS, Rui

"A Segunda Fundação", in ***História de Portugal*** (dir. José Mattoso), sexto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

REIS, Bruno Cardoso

Salazar e o Vaticano, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

ROSAS, Fernando (coord.)

Nova História de Portugal, vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), dir. Joel Serrão e A H. De Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

História de Portugal, voll. XIII [1926-1935], Lisboa, Editorial Verbo, 1996.

II.2 – Cultura e Teoria da História da Arte, da Arquitectura, da Engenharia e do Urbanismo

AAVV

Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal, Grandes Temas do Século XX, Lisboa, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, 2004.

AA/VV

Guia Urbano e Arquitectónico de Lisboa, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987.

AAVV

A Urbanização do Sítio de Alvalade, edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

ACCIAIUOLI, Margarida

Exposições do Estado Novo. 1939-1940, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

ALMEIDA, Pedro Vieira de

A Arquitectura do Estado Novo. Uma Leitura crítica, Lisboa, Horizonte, 2002.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel

"A Arquitectura Moderna em Portugal", in *História da Arte em Portugal*, vol.14, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

AMARAL, Francisco Keil do

A Arquitectura e a Vida, Lisboa, Edições Cosmos, 1942

"Do engenheiro e a sua definição", Lisboa, *Técnica*, Lisboa, ano XXVI, nº195, Outubro de 1949.

Lisboa, uma cidade em Transformação, Lisboa, Europa-América, 1970.

AMARAL, Francisco Pires Keil (coord.)

Keil Amaral, Arquitecto 1910-1975, Lisboa, Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992.

BANDEIRINHA, José António de Oliveira

Quinas Vivas, Porto, FAUP, 1996.

BEJA, Filomena e outros

Muitos Anos de Escolas, Lisboa, Ministério da Educação, Direcção-Geral da Administração Escolar, 1990

BENEVOLO, Leonardo

Le Origini dell'urbanistica Moderna, Roma-Bari, Laterza, 1976

CALDAS, João Vieira

Porfírio Pardal Monteiro – Arquitecto, Lisboa, Associação de Arquitectos Portugueses-Secção Sul, 1997.

CHOAY, Françoise

L'Urbanisme, Utopies et Réalités, Paris, Éditions du Seuil, 1965.

L'Allégorie du Patrimoine, Paris, Éditions du Seuil, 1992.

COSTA, Sandra Vaz

"Arquitectura Portuguesa dos Anos 40. A Palavra Tornada Pedra", in *Arquitectura Moderna Portuguesa (1920-1970). Um Património a Salvar*, DE/IPPAR, 2003.

"O Discurso Urbano da Arquitectura Moderna", in *Uma Nova Cultura de Cidade*, catálogo da exposição da Câmara Municipal de Lisboa, 2005.

DE SETA, Cesare

La Cultura Architettonica in Italia tra le due guerre, Roma-Bari, 1983.

ETLIN, Richard A.

Modernism in Italian Architecture 1890-1940, Cambridge-Massachusetts-London, 1990.

Symbolic Space. French Enlightenment, Architecture and It's Legacy, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1996.

Art, Culture and Media under the Third Reich, Chicago and London, The University of Chicago Press, 2002.

FRANCASTEL, Pierre

Arte e Técnica, Lisboa, Livros dos Brasil, 1963.

FRANÇA, José-Augusto

"Arquitectura de Engenheiros, do Ferro ao Betão", *Arquitectura de Engenheiros, séculos XIX e XX, Participação portuguesa*, Lisboa, FCG, 1980.

A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961), 2ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1984 [1974]

História da Arte Ocidental 1780-1980, Lisboa, Livros Horizonte, 1987. *O Modernismo na Arte Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e da Língua Portuguesa, 1983.

FERNANDEZ, Sérgio

Percursos, Arquitectura Portuguesa 1930-1974, 2ª ed., Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.

FERREIRA, Manuel dos Santos,

Política de Solo na Urbanização Portuguesa: O caso de Lisboa, in *Revista Municipal*, nº 134-135, Lisboa, 1972.

FERREIRA, Victor Matias

A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Arquitectura de Engenheiros, séculos XIX e XX, Participação portuguesa, Lisboa, FCG, 1980.

GIEDION, Sigfried

Space, Time and Architecture, The Growth of a New Tradition, fifth edition, revised and enlarged, 3ª edição, Cambridge- Massachusetts, Harvard University Press, 1997 [1941].

JANARRA, Pedro

“A Política Urbanística e de Habitação Social do Estado Novo; O Caso do Bairro de Alvalade de Lisboa: entre o Projecto e o Concretizado”, in *Ler História*, Revista do Instituto Superior de Ciências Sociais e do Trabalho, Lisboa, nº 34, 1998, pp. 105-135.

LAMAS, José Ressano Garcia

Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Coleção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, 1993.

LANE, Barbara Miller

Architecture and Politics in Germany 1918-1945, London-Harvard University Press, 1985.

LINO, Raul

A Casa Portuguesa, Lisboa, 1929.

Casas Portuguesas, Lisboa, Cotovia, 1992 [1933]

LÔBO, Margarida Sousa

Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco, Porto, FAUP, 1995.

MACDONOGH, Giles

Berlin. A Portrait of Its History, Politics, Architecture and Society, New York, St. Martins Press, 1998.

MARTINS, João Paulo

Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa, in *Caminhos do Património*, Lisboa DGEMN, 1999.

MONTEIRO, Porfírio Pardal

"A Colaboração de Arquitectos e Engenheiros na Arquitectura Moderna", *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, Lisboa, ano IV, nº37, Janeiro de 1940.

“Arquitectos e Engenheiros. A propósito do Ensino da Arquitectura”, *Técnica*, Lisboa, ano XXVI, nº203, Junho 1950.

MORAIS, João Sousa e ROSETA, Filipa

Os Planos da Avenida da Liberdade e seu Prolongamento, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

MONIZ, Gonçalo Canto

Arquitectura e Instrução. O projecto moderno do liceu 1836-1936, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, 2007

MONTEZ, Paulino

"Estudos de Urbanismo em Portugal", *Arquitectura*, Lisboa, 2ªsérie, nº4, Maio 1946.

MUMFORD, Eric

The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960, Cambridge-Massachusetts, MIT Press, 1996.

NABAIS, António J.C.

100 Anos do porto de Lisboa, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1987.

NETO, Maria João Baptista

Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1969), Porto, FAUP, 2001.

PAINTER JR, Borden W.

Mussolini's Rome. Rebuilding the Eternal City, New York, Palgrave Macmillan, 2005.

PEVSNER, Nicolaus

Storia dell'architettura europea, Roma-Bari, Laterza, 1974 [1957]

PORTAS, Nuno

"O Ciclo do betão em Portugal", *Arquitectura de Engenheiros, séculos XIX e XX, Participação portuguesa*, Lisboa, FCG, 1980.

PORTELA, Artur

Salazarismo e Artes Plásticas, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - I.C.A.L.P., Ministério da Cultura, 1987.

RODRIGUES, Maria de Lurdes

Os Engenheiros em Portugal, Oeiras, Celta Editora, 1999.

SANTOS, Lusitano dos

"Etienne De Gröer. Polaco, Russo, Francês, Urbanista Português dos Anos 40" in *Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), Coimbra, 1981.

SAINT, Andrew

Architect and Engineer: A Study in Sibling Rivalry, New haven and London, Yale University Press, 2008.

SCRUTON, Roger

The Aesthetics of Architecture, New Jersey, Princeton University Press, 1980.

TELMO, Cottinelli

"A Exposição da Moderna Arquitectura Alemã", *Acção*, nº30, 13 de Novembro de 1941.

TOURNIKIOTIS, Panayotis

The Historiography of Modern Architecture, Cambridge-Massachusetts, MIT Press, 1999.

TOSTÕES, Ana Cristina

Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50, Porto, FAUP publicações, 1997.

Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande. Keil do Amaral, Arquitecto dos Espaços Verdes de Lisboa, Lisboa, Edições Salamandra, 1992.

ZEVI, Bruno

A Linguagem Moderna da Arquitectura, Lisboa, Dom Quixote, 1984.

Saber Ver a Arquitectura, Lisboa, Arcádia, 1966

II.3 - Artigos Fundamentais

“A obra do Engenheiro Duarte Pacheco através do Commissariado do Desemprego”, in *Boletim do Commissariado do Desemprego de 1943*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1944, pp.7-77.

A Obra do Dr. João Couto no Museu de Nacional de Arte Antiga, Lisboa, DGESBA-MNAA, Agosto, 1967.

“A acção dos Srs. Ministro e Sub-Secretário das Obras Públicas”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, nº 1273, Janeiro de 1941, p.15

ALMEIDA, Amadeu Ferreira de

Visão de uma Lisboa mais Bela, Lisboa, empresa Contemporânea de Edições, 1947.

AMARAL, Francisco Keil do

"Evocação de Duarte Pacheco", *Revista Municipal*, Lisboa, ano XXXV, nºs 138-139, 3º-4º trimestre 1973.

Ampliação do Aeroporto de Lisboa, Lisboa, Separata da Revista Nacional de Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, vol. XIV, s.d.

BARATA, Ana

“Lisboa Caes da Europa” – Alguns projectos não realizados para a zona ribeirinha da cidade entre 1860 e 1930”, in *Arte Teoria*, Lisboa, Revista da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, nº 7, 2005, pp. 124-139.

“A discussão estética acerca da qualidade arquitectónica das construções da capital nas primeiras décadas do século XX”, in *Arte Teoria*, Lisboa, Revista da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, nº 10, 2007, pp. 128-135.

Boletim do Comissariado do Desemprego, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934-197_.

BARROS, M. Armanda

“O desenvolvimento de Lisboa de 1890 a 1940 – Contribuição para o seu estudo”, in *Revista Municipal*, nº 71, Lisboa, 1956.

BARTISSOL, E. e SEYRIG, T.

Project Traversée Du Tage. Étude par E. Bartissol et T. Seyrig, Paris & Lisbonne, 1889.

BENSAÚDE, Alfredo

Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

“O Instituto Superior Técnico”, in *Técnica*, Ano XII, nº 88, Dezembro, 1937, pp. 335-341.

Boletins dos Museus Nacionais de Arte Antiga, vol. III, fasc. 2, 1954-1955 e vol. III, nº 3, 1956.

BRITO, Margarida Acciaiuoli

“A Utopia Duarte Pacheco”, in catálogo da exposição *Os Anos 40 na arte Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, 2 vols.

BURNAY, Henrique

“O Homem das Obras: Duarte Pacheco, 50 anos depois” in *O Independente*, nº 287, Lisboa, 12 de Novembro de 1993, pp. 15-21

BURNAY & Cia, Henrique

Melhoramentos no Porto de Lisboa, sl., s.d.

CARVALHO, Eduardo Rodrigues de

“A obra do Engenheiro Duarte Pacheco no Município de Lisboa”, Lisboa, *Revista Municipal*, número especial dedicado à memória do engenheiro Duarte Pacheco, 1944.

“A Exposição de Obras Públicas”, in *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947*, Livro de Ouro, vol.I, MOPC-Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948, pp. 19-24.

CARVALHO, Herculano de

“Dr. Alfredo Bensaúde”, in *Técnica*, nº 116, Jan. 1941, pp. 121-122 , e Março, 1941, pág. 118.

Câmara Municipal de Lisboa, *Anais do Município de Lisboa (1938-1968)*, 31 volumes, CML, 1939 a 1969.

COSTA, F.S. Ramos da

A Ponte sobre o Tejo entre Santos e Cacilhas, Lisboa, Tipografia da Cadeia Nacional, 1927.

Discurso de Duarte Pacheco, “A Fisionomia da Cidade” in *Revista Architectos*, nº 2, 1938.

“Duarte Pacheco e os encantos da Megalomania”, in *Revista Arquitectura*, nº 151, Lisboa, 1983.

“Duarte Pacheco, as homenagens do País no decénio do seu falecimento” in *Revista Municipal*, nº 59, 4º trimestre, Lisboa, 1953, pp.5-15.

“Duarte Pacheco: Exemplo da mais alta noção de servir”, in *A Voz de Loulé*, 17.11.1953.

“Engenheiro Duarte Pacheco” in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, nº 1343, 1 de Dezembro de 1943, pp.565-568.

“Engenheiro Duarte Pacheco – uma vida breve mas fecunda” in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, nº 1582, 16/11/1953, p.308

ESTEVÃO, José

Os terramotos e a ponte sobre o Tejo, Lisboa, Couto Martins, 1953.

Exposição da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Typ. Lusitana, 1939.

FERREIRA, Armando

“O colosso do IST”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, nº 1084, 16 de Fevereiro de 1933, pp. 107-108.

FERREIRA, Vicente

O Ministro das Obras Públicas Engenheiro Duarte Pacheco. Discurso proferido na sessão do Conselho Superior de Obras Públicas em 20 de Dezembro de 1943, Lisboa, s.n., 1944.

FERRO, António

“O engenheiro Duarte Pacheco” in *Panorama*, revista portuguesa de Arte e Turismo, nº 19, Lisboa, Fevereiro 1944

FIGUEIREDO, José

“O Museu de Arte Antiga de Lisboa” in *Atlântida*, Mensário Artístico Literário e Social para Portugal e Brazil, Lisboa, nº 2, 1915, pp. 142-153.

GONÇALVES, Fernando

“A Propósito dos Planos de Urbanização do Estado Novo: Projectos Urbanísticos ou Regulamentos Policiais?” in *Revista Sociedade e Território*, nº 4, Lisboa, 1986.

In Memoriam do Engenheiro Duarte Pacheco, Porto, Tip. Empresa Artística, 19--.

IST: comemorações Duarte Pacheco, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1994.

Lisboa e o seu Distrito. Um Quarto de Século da Revolução Nacional, Lisboa, (1951)

Jubileu Ministerial de Salazar. 27 de Abril de 1928 – 27 de Abril de 1953, Lisboa, Diário da Manhã, Número Especial, 1953.

Mais Melhoramentos mais Trabalho (1928-1953). Vinte e Cinco Anos de Valorização Regional, Lisboa, Ministério das Obras Públicas - Comissariado do Desemprego, 2 vols., 1953.

MONTEIRO, Porfírio Pardal

"L'Institut Supérieur Technique à Lisbonne", *Architecture d'Aujourd'hui*, Paris, 5^{ème} année, nº4, Mai de 1934.

“Instituto Superior Técnico”, *Arquitectos*, , Lisboa, SNA, nº4, Maio 1938.

“O problema arquitectural do IST”, in *Técnica*, nº 93, Maio, 1938, pp. 624-630.

MOREIRA, Ana e GUARDADO, José

Aeroporto de Lisboa 1942-1992, Lisboa, Ana-Aeroportos e Navegação Aérea, Lisboa, Inapa, 1992.

OLIVEIRA, Eduardo Arantes e

Ponte sobre o Tejo em Lisboa, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1959.

PACHECO, Marçal

Resposta ao Paiz, Lisboa, 3^a edição, Typographia Industrial Portuguesa, 1895.

PAES, Miguel Carlos Correia

Ponte sobre o Tejo próximo a Lisboa. Pontes sobre os rios Lima no Minho, Tay e Forth na Escócia, Lisboa, Typographia Universal, 1879

PORTO, António Coelho de Vasconcelos

Ponte sobre o rio Tejo de 840 metros em 14 tramos, s.l., Imprensa Nacional, 1901.

Primeiro Centenário do Ministério das Obras Públicas. 1852-1952, Lisboa, Tip. Emp. Nac. Publicidade, 1953.

Revista Internacional, Número de homenagem à memória do Engenheiro Duarte Pacheco, nº 23, Lisboa, 1951.

Revista Municipal, publicação cultural da Câmara Municipal de Lisboa, número especial dedicado à memória do engenheiro Duarte Pacheco, Lisboa, Janeiro, 1944.

SALAZAR, António de

“Na morte de Duarte Pacheco”, in ***Discursos e Notas Políticas***, vol. IV, 1951, pp.23-24.

SERQUEIRA, Adrião

“Alfredo Bensaúde e a sua obra”, in ***Técnica***, nº 88, Dez. 1937, pp. 335-341.

SILVA, Luís Cristino

“Entrevista”, in ***Revista Arquitectura***, nº 119, Jan-Fev., 1971.

TELMO, José Ângelo

“A Arquitectura e as Obras Públicas”, in ***Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947)***, Lisboa, vol. I, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1947.

“Arquitectura Efémera”, in ***Revista Architectos***, nº 6, 1938.

“Um grande homem de acção”, in ***Panorama***, Lisboa, nº 19, ano 3, 1944.

“O Ministro tinha um ideal e sabia comunicá-lo aos artistas seus colaboradores”, in ***Panorama***, Lisboa, nº 19, ano 3, 1944.

Tomada de posse de Duarte Pacheco, in ***Revista Architectos***, nº 4, 1938.

TOSTÕES, Ana

“Monumentalidade, obras públicas e afirmação da arquitectura do movimento moderno”, in ***Caminhos do Património***, Lisboa, DGEMN, 1999.

“Arquitectura da primeira metade do século XX”, in ***História da Arte Portuguesa*** (dirç. Paulo Pereira), III vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, (pp.506-547).

“Da arquitectura à Cidade, da Cidade ao território. Arquitectura Portuguesa no Século XX, ***Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*** (Fernando Pernes coord.), Porto, Afrontamento-Fundação de Serralves, 2002.

“O Bairro de Alvalade”, in ***O Livro de Lisboa*** (Irisalva Moita, coord.) , Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

ULRICH, José Frederico

Política de Obras Públicas, Lisboa, Comp.Nac. Editora, 1949.

“Urbanística à Duarte Pacheco”, in *Revista Arquitectura*, ano III, nº 142, Lisboa, 1981.

VEIGA, Caetano Beirão da

Duarte Pacheco: inteligência, dinamismo, infatigabilidade: conferência proferida em Junho de 1951, Lisboa, Tip. Imp. Coimbra Editora, 1951.

VIDAL, Eduardo Perry

A Travessia do Tejo em Lisboa, [original de Bartisou e Seyrig], tradução de Eduardo Perry Vidal, Lisboa, Centro de Publicidade, 1914.

II.4 – Dissertações e outros trabalhos académicos

BARRANHA, Helena Silva

Arquitectura de Museus de arte contemporânea em Portugal. Da invenção urbana ao desenho do espaço expositivo, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007.

BRITES, Joana Rita da Costa

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e Programas Arquitectónicos na Construção do Estado Novo (1929-1970), Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.

BRITO, Margarida Acciaiuoli de

Os Anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes: "restauração" e "celebração", Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu

Bairro de Alvalade: considerações sobre o urbanismo habitacional, Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

COSTA, Sandra Vaz

A Cidade Universitária de Coimbra. Um Projecto de Modernização Cultural. Utopia e Realidade, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998.

ELIAS, Helena Catarina da Silva Lebre

Arte Pública e Instituições do Estado Novo. Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de Encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960), Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, 2006.

MANAÇAS, Vitor

Museu Nacional de Arte Antiga, uma leitura da sua história, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

MARTINS, João Paulo do Rosário

Cottinelli Telmo /1897-1948, a obra do arquitecto, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995 (policopiado).

PACHECO, Ana Ruella Ramos de Assis

Porfírio Pardal Monteiro/1897-1957, a obra do arquitecto, Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998 (policopiado)

PEREIRA, Margarida

O Processo de Decisão na Política Urbana: o exemplo da Costa do Sol, dissertação de doutoramento em Geografia e Planeamento Urbano apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994 (policopiado)

RIBEIRO, Ana Isabel de Melo

Arquitectos Portugueses: 90 Anos de Vida Associativa 1863-1953, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993.

TOSTÕES, Ana Cristina

Três Décadas de Modernidade na Lisboa Ribeirinha (1928-1958), Trabalho realizado para a cadeira de História da Arte Contemporânea do Mestrado em História da Arte Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991 (policopiado).

II.5 – Catálogos de Exposições

Caminhos do Património 1929-1999, Lisboa, DGEMN, 1999.

Cassiano Branco, Uma Obra Para o Futuro, Lisboa, Edições Asa, 1991.

Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da sua morte (1943-1993), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

FERNANDES, José Manuel (org.)

Luís Cristino da Silva [Arquitecto], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

FERREIRA, Raul Hestnes; SIVA, Fernando Gomes da

Os Anos 40 na Arte Portuguesa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947, Vol. I - “Livro de Ouro”, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948.

Raul Lino, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

Raul Lino, artes decorativas, Lisboa, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 1990

TOSTÕES, Ana (com.)

Keil do Amaral, o arquitecto e o humanista, Lisboa, Palácio das Galveias-Câmara Municipal de Lisboa, 1999

TOSTÕES, Ana ; BECKER, Annette ; WANG, Wilfried (com.)

Portugal: Arquitectura do Século XX, Munchen, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel / DAM / PF 97, 1998

III - Periódicos

L'Architecture d'Aujourd'hui, Paris, 1937-1939

Anais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1938-1948

Arquitectura, 1ª série, Lisboa, 1927-1946

Construção Moderna, Lisboa, 1920-1960

Revista Municipal, Lisboa, 1939-1948

Revista Internacional, Lisboa, 1951

Técnica, Lisboa, 1927-1953

ABREVIATURAS

ANTT – Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

AOS – Arquivo Oliveira Salazar

AHME – Arquivo Histórico do Ministério da Educação

BAMOP – Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas

CAPOPI - Comissão Administrativa para as Obras da Praça do Império

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CSBA – Conselho Superior de Belas Artes

CSOP – Conselho Superior de Obras Públicas

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGESBA – Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes

DGSHE – Direcção Geral de Serviços Hidráulicos e Eléctricos

DN – Diário de Notícias

ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

IST – Instituto Superior Técnico

ISCEF - Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras

JAÉ – Junta Autónoma de Estradas

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

MNAC – Museu Nacional de Arte Contemporânea

MOPC – Ministério das Obras Públicas e Comunicações

RTP – Radiotelevisão Portuguesa

SPN/SNI – Secretariado Nacional de Propaganda/Secretariado Nacional de Informação

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

ABECASSIS, Duarte, 446

ABRANCHES, Joaquim José de Andrade, 31, 214, 215, 239, 243, 246, 301, 350, 352, 399, 400, 449

ABRANTES, António Emídio, 305, 306, 308, 309, 359

ABREU, Augusto Cancela de, 52, 449

ACCIAIUOLI, Margarida, 19, 65, 119, 373

AGACHE, Donat-Alfred, 207, 211, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 456

ALMEIDA, Fialho de, 328, 358

ALVES, João Carlos, 198, 199

AMARAL, Francisco Keil do, 65, 264, 446

AMORIM; Jorge Gomes de, 27, 33

ANDRADE, Guilherme Rebelo de, 392, 393, 395, 397, 399, 401, 403, 412

AZEVEDO, Rogério de, 446, 457

B

BARRANHA, Helena, 374

BARTISSOL, Edmond, 357

BENSAÚDE, Alfredo, 61, 87, 89, 101, 107, 108, 109, 117, 141, 149, 409, 436, 444

BENAVENTE, Luís, 208

BERMUDES, Adães, 121, 388, 395

BOEUF, Alonso Peña, 359

BRANCO, Pedro de Freitas, 28

BRÉE, Álvaro de, 42

BRITO, José Maria Brandão de, 63

C

CAETANO, Marcelo, 125, 126, 221

CAMACHO, Manuel de Brito, 154

CARMONA, João Alberto Barbosa, 27, 38, 362, 447, 452

CARMONA, Óscar, 163

CARVALHAIS, Esmeraldo, 29

CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, 29, 30, 31, 33, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 226, 241, 264, 342, 346, 397, 446, 448

CARVALHO, Herculano de, 51, 92, 112

CASTRO, Augusto de, 256

CASTRO, Baltazar de, 444

CONSTANZO, Giovanni, 87

COUTO, João, 353, 398, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 412

CRUZ, Manuel Braga da, 18, 66, 226

CUNHA, Paulo, 335

D

DIAS, Jaime Lopes, 55

DROZ, Abram, 87

DUARTE, António, 58

F

FERNANDES, Aureliano de Mira, 61, 63, 101, 102, 103, 104, 105, 111, 121, 144

FERREIRA, António Vicente, 33, 261, 446, 448

FERREIRA, Joaquim Tiago, 226

FERREIRA, Vitor Matias, 252, 317

FERRO, António, 34, 35

FESH, León, 87

FIGUEIREDO, José de, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 395, 396, 398, 402, 403, 404, 412

FLEURY, Ernst, 87

FONSECA, José de Mascarenhas Belard da, 51, 145, 148, 152, 153

FONSECA, Tomás, 375

FORESTIER, Jean Claude, 283, 328

FRANÇA, José-Augusto, 17, 64, 373

FREIRE, Luciano, 375, 380, 387

FREITAS, Vicente de, 122, 123, 161, 162, 163, 164, 178, 179, 262, 285, 305

G

GAMOND, Thomé, 326, 327

GONÇALVES, António Augusto, 380, 381

GONÇALVES, Eduardo Ferrujento, 101, 105

GRÖER, Etienne De, 64, 301, 302, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315

H

HEITOR, Manuel, 63

HENRIQUES, Francisco Maria, 114, 115, 142, 143, 147

J

JORGE, MÁRIO Pessoa, 40, 44

K

KRADOLFER, Fred, 41

L

LAGINHA, Manuel, 45, 48

LEITE, João Pinto da Costa, 33, 38, 449

LEANDRO, Alfredo Barbieri, 56

LEITÃO, António Fernandes, 226

LEPIERRE, Charles, 87

LIMA, Mário Ferreira, 40, 44

LIMA, Raul Mesquita de, 27

LIMA, Raul Rodrigues, 446

LINO, Raul, 208, 394

LOBATO, Luís de Guimarães, 62, 63

LOBO, Margarida Souza, 17, 66

LOPES, Adriano Sousa, 408, 409, 413, 419

M

MACEDO, Diogo de, 353, 419, 420

MACEDO, Jorge Borges de, 61, 93

MACHADO, Álvaro, 104, 115, 117, 148

MANAÇAS, Vitor, 374, 396

MARQUES, Joaquim, 27

MATOS, Madalena Cunha, 62, 132, 133, 138

MEALHA, Quirino, 32, 33

MELO, António Maria Fontes Pereira, 184

MELO, Duarte Moreira de Sá e, 52, 257, 258, 446

MENDES, Roberto Espregueira, 52

MONIZ, Gonçalo Canto, 18, 67

MONTEIRO, Porfírio Pardal, 104, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 152, 153, 172, 204, 210, 217, 232, 264, 284, 288, 341, 342, 346, 348, 352, 353, 435, 436, 439, 441, 446

MOREIRA, Francisco d'Almeida, 380

MOTA, Amilcar, 29

MUZIO, Gionanni, 64

N

NEGREIROS, José de Almada, 353

NETO, Maria João, 17, 373

NOGUEIRA, Salvador Sá, 340, 341, 347

NUNES, Adelino, 446

O

OLIVEIRA, Eduardo Arantes e, 61

P

PACHECO, António Faria Carneiro, 180

PACHECO, Clotilde, 52, 56

PACHECO, Humberto, 52, 56, 83, 84, 85, 92, 284

PACHECO, José de Azevedo, 25, 82, 83, 84, 85, 92

PACHECO, Marçal, 83, 84, 92

PACHECO, Maria do Carmo, 25, 82
PACHECO, Nuno, 51
PAIS, Miguel Correia, 328, 356, 358, 360
PEREIRA, Margarida, 18
PERESTRELO, Augusto Cid, 329, 334, 335, 338, 347, 348, 349, 352
PÉZERRAT, Pierre, 326
PIACENTINN, Marcello, 64
PINHEIRO, Columbano Bordalo, 408
PINHEIRO, Nuno Santos, 58
PINTO, António Costa, 18
POLICARPO, Verónica, 66
PONTE, Joaquim da, 84

Q

QUERÓS, Carlos, 35

R

RAMIRES, Sebastião, 32, 52, 181
RAMOS, Carlos Chambers, 204, 264
REIS, Albino, 32
RENDEIRO, Francisco Maria, 5
RIBEIRO, António Lopes, 35
ROLLO, Fernanda, 63
ROSA, Miguel Jacobetty, 446, 457
RUAH, Judah Bento, 226

S

SALAZAR, António de Oliveira, 26, 29, 32, 40, 47, 50, 53, 54, 56, 67, 122, 125, 126, 163, 164, 165, 180, 181, 209, 218, 219, 236, 262, 365
SCHWALBACH, Eduardo, 284
SEGURADO, Jorge, 40
SEYRIG, Thiery, 357
SILVA, Henrique Gomes da, 443, 444
SILVA, Luís Cristino da, 48, 49, 416, 418, 419, 420

SILVEIRA, Jerónimo Carlos da, 28

SOUSA, Mário Pais de, 221

T

TELMO, José Ângelo Cottinelli, 34, 42, 43, 45, 46, 48, 209, 257, 258, 264, 409, 412, 413, 416, 419

TERRA, Miguel Ventura, 108, 358, 409, 436

TOSTÕES, Ana, 17, 65, 319

U

ULRICH, José Frederico Cazal Ribeiro, 40, 41, 45, 50, 226, 365

V

VEIGA, Caetano Maria Beirão da, 51, 93, 94, 95, 105, 118, 119, 120, 121, 145, 146, 147, 148, 198, 262, 284, 436, 439, 441

VENÂNCIO, João, 27

VIANA, Henrique, 29

Índice Documental

Documento 1 – ANTT, AOS/CO/IN - 2, Correspondência: Expropriação da Quinta da Assunção, 1938

Documento 2 – ANTT, AOS/CO/PC – 3C, Correspondência, Queixas várias sobre Duarte Pacheco

Documento 3 – ANTT, AOS/CP – 51, Correspondência particular, Eduardo Rodrigues de Carvalho

Documento 4 – ANTT, AOS/CP – 2, Correspondência particular, Engenheiro José Frederico Ulrich

Documento 5 – CML, GEO/DDP – Documentação Administrativa

Documento 6 - CML, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Espólio Duarte Pacheco, Documentação Administrativa

Documento 7 - IST, Núcleo de Arquivo, Processo Individual de Alunos, Duarte José Pacheco

Documento 8 – Espólio Caetano Maria Beirão da Veiga

Documento 9 – IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 18 de Julho de 1925

Documento 10 – IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 31 de Julho de 1925

Documento 11 – IST, Núcleo de Arquivo, Processos Individuais de Professores, Processo Duarte Pacheco

Documento 12 – IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas Nº 5, Novembro de 1915 a 30 de Abril de 1918

Documento 13 - IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida, 1915-1918, 25 de Agosto de 1915, carta da Associação de Estudantes do IST ao Director do IST

Documento 14 - IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas Nº 6, Outubro de 1918 a 1920, Carta de Alfredo Bensaúde ao Secretário de Estado do Comércio, em 3 de Outubro de 1918

Documento 15 – IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas Nº 6, Outubro de 1918 a 1920, Carta de Alfredo Bensaúde ao Ministro do Comércio e Comunicações / copia da

informação ao requerimento do Senador Senhor Constâncio de Oliveira, em 21 de Novembro de 1919

Documento 16 - IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 6 de Novembro de 1926

Documento 17 - IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 5 de Fevereiro de 1927

Documento 18 - IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 21 de Junho de 1927

Documento 19 - IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1940), Carta Lida na Acta da Sessão do Conselho Escolar de 1 de Maio de 1931

Documento 20 - IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1940), Moção Lida na Acta da Sessão do Conselho Escolar de 17 de Junho de 1932

Documento 21 - IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1940), Acta da Sessão do Conselho Escolar em 23 de Julho de 1933

Documento 22 – IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas sem numeração (1932-1936)

Documento 23 – IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1944), Acta da Sessão do Conselho Escolar em 31 de Julho de 1936

Documento 24 – IST, **Núcleo de Arquivo**, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1940), Acta da Sessão do Conselho Escolar em 22 de Dezembro de 1938

Documento 25 – IST, **Núcleo de Arquivo**, Documentos apresentados ao Conselho Escolar, (1940-1948), Acta da Sessão do Conselho Escolar em 5 de Novembro de 1942

Documento 26 – IST, **Núcleo de Arquivo**, Documentos apresentados ao Conselho Escolar, (1940-1948), Lisboa, 21 de Abril de 1947

Documento 27 – *Diário de Notícias*, discurso de tomada de posse de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e Comunicações a 26 de Maio de 1938.

Documento 28 – AHBMOP, Livro de Despachos Ministeriais, 1941. Despacho de 14 de Maio de 1941.

Documento 29 - *Diário de Notícias*, discurso de tomada de posse de Duarte Pacheco como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a 1 de Janeiro de 1938.

Documento 30 - *Diário de Notícias*, discurso de Duarte Pacheco, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na cerimónia de tomada de posse dos vereadores camarários a 3 de Janeiro de 1938.

Documento 31 - *Diário de Notícias*, discurso de Duarte Pacheco na sessão inaugural da Exposição do Mundo Português, a 23 de Junho de 1940.

Documento 32 - *Diário de Notícias*, discurso de Duarte Pacheco na cerimónia de encerramento da Exposição do Mundo Português, a 2 de Dezembro de 1940.

Documento 33 – AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17, Inquérito dos Conselhos de Arte e Arqueologia das 1ª e 2ª Circunscrições, enviadas aos museus nacionais, 1928-1929.

Documento 34 - AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 13 de Abril de 1929, resposta do director do Museu de Aveiro ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

Documento 35 - IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 45662/1, Ofício do Director do MNAA ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais, datado de 5 de Novembro de 1929.

Documento 36 - IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 4562/8, Memória Descritiva do programa referente à conclusão do Anexo do Museu Nacional de Arte Antiga, datado de 7 de Setembro de 1932 e assinado por Guilherme Rebelo de Andrade.

Documento 37 - AHME, DGESBA, Caixa 3023 , Capilha 350: a DGEMN envia o projecto de ampliação no Museu de Arte Antiga que é presente ao Conselho Superior de Belas Artes em sessão de 29 de Julho de 1933 e distribuído ao vogal Arquitecto Raul Lino.

Documento 38 - AHME, DGESBA, Caixa 3023, Capilha 350: Relatório da Comissão de Obras do Museu Nacional de Arte Antiga, datado de 14 de Junho de 1933.

Documento 39 - IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSAHR/4562/1, Ofício da Comissão de Obras do Museu Nacional de Arte Antiga, enviado ao Director da

Direcção Geral de edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 22 de Outubro de 1934.

Documento 40 – IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSAHR/4558/8, Parecer redigido por João Couto, Presidente da COMNAA, no qual é exposto o novo projecto programático do Museu Nacional de Arte Antiga. s/d.

Documento 41 - BAFCG, Espólio Luís Cristino da Silva, Projectos de Arquitectura, Museu de Arte Contemporânea

Documento 42 - EP, Estradas de Portugal S.A, Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes, caixa 3: Antecedentes históricos da transposição do rio Tejo, gare marítima, descrição sumária, s/d.

Apêndice Documental

Documento 1

ANTT, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/IN - 2

Correspondência: sobre a expropriação da Quinta da Assunção (1938)

Exposição ao Presidente do Conselho

Existia nas proximidades do actual Instituto Superior Técnico uma quinta da “Assunção” com uma área de 69.067,10m². Em 1927 pensou a Câmara Municipal de Lisboa na urbanização dessa quinta.

Por isso o engenheiro Duarte Pacheco, a pedido particular e em representação também particular do então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entabou negociações com o Dr. Reis Torgal, procurador da proprietária ultimando-se essas negociações nas seguintes bases:

1º - A Câmara dentro do prazo de dois anos faria os arruamentos necessários

2º - A contrapartida e como compensação, a proprietária da quinta, cederia gratuitamente à Câmara Municipal de Lisboa 39.117,10 m² de terreno.

Para determinar a proprietária a ceder gratuitamente à Câmara Municipal de Lisboa uma tão grande porção de terreno, o engenheiro Duarte Pacheco apresentou-lhe o seguinte argumento:

- É que, em contrapartida dessa importante cessão gratuita, a proprietária cedente ficaria a auferir de um grande benefício, pois feitos os arruamentos, os seus terrenos passariam a valer, no mínimo, 100\$00 por m².

Assim foi lavrada escritura, a cedência de 39.117,10 m², dos quais 24.939,10m² seriam destinados a leitos de ruas e 14.178 a construções. Um mês depois a Câmara Municipal procedeu à alienação desses terrenos.

A Câmara Municipal de Lisboa, apesar de ter recebido 39.117,10 m² de terreno, apesar de ter alienado já 11.993,18 m², apesar de ter auferido já, com tais alienações cerca de 1500 contos, não cumpriu dentro do prazo estipulado a obrigação que contratualmente assumira, de fazer os arruamentos.

Não cumpriu então, nem cumpriu até ao presente.

Em 16 de Julho a Teixeira e Albuquerque Lda. E o Banco do Continente e Ilhas propuseram à Câmara Municipal de Lisboa fazer os arruamentos. O então presidente General Daniel de Sousa tentou também uma proposta mais honesta com a proprietária mas continuou o litígio.

(...)

Mas então a situação dos signatários era assim de tão clamorosa justiça antes do Senhor Engenheiro Duarte Pacheco ser Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e transformou-se em injusta e gananciosa logo que S.Exa. tomou a Presidência da Câmara?

E Duarte Pacheco respondeu:

- que eram factos passados

- que a ele só importavam os factos presentes

- que de resto, não fora ele Duarte Pacheco que assinara a escritura

E facto que não foi o Senhor Duarte Pacheco que assinou a escritura, não a assinou nem podia assinar porque então ele não fazia parte da Câmara Municipal de Lisboa.

Mas o que é facto, é que foi ele que particularmente interveio nas negociações entre a Câmara e a proprietária e levou esta a ceder àquela 39.117,10 m² de terreno, contra a obrigação de construção das ruas.

Teixeira e Albuquerque
Manuel Joaquim Teixeira
Manuel Freire de Albuquerque

Documento 2

ANTT, Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC – 3C

Correspondência: Queixas várias sobre Duarte Pacheco (1938)

Senhor Ministro do Interior

A Comissão de técnicos, industriais, comerciantes e proprietários que representam a grande indústria da construção civil, vem expor a V. Exa. os factos seguintes, conscientes absolutamente que providências imediatas e urgentíssimas serão tomadas a Bem da Nação e do Pão de dezenas de milhares de famílias, a fim de sustentar a tremenda crise de trabalho já existente e agravada dia a dia.

Excelência – o actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Exmo. Senhor Engenheiro Duarte Pacheco, é na realidade quase insubstituível, portanto, dificilmente se encontraria alguém no país que conseguisse mercê da sua forma atrabiliária de proceder, provocar no curto espaço de tempo de 60 dias uma grave crise de difícil remédio e concitar contra si não só toda a classe da construção civil como todo o comércio e indústria que vê diante de si um futuro tenebroso e miséria.

Excelência – Sabe Vossa Excelência o acolhimento e esperança que o actual presidente soube incutir em todos. Sabia-se que S. Exa. tinha dado fracas provas nos lugares superiores que anteriormente desempenhou, demais era sabido que S. Exa. só vive para os seus ódios e vinganças, todavia todos esperavam que a sua idade actual, as suas faculdades de trabalho o teriam modificado. E tanto assim era de esperar, que S. Exa. no seu discurso inaugural, deu a entender que assim iria proceder.

Puro engano! A idade piorou as suas más qualidades para ser um chefe, tendo o seu delírio antigo grandezas que tanto dinheiro custou à Nação, aumentando a tal ponto que nos parece estar já às portas da loucura!

A forma verdadeiramente apolítica como tem procedido, deu em resultado uma paralisação quase momentânea de trabalho sem um período transitório como seria de esperar. Sua Exa. deveria saber que as leis têm sempre um período transitório, solução de continuidade entre o que existia e o futuro, por mais aparentemente risonho e opulento que este se nos apresente.

Desde o primeiro dia da sua posse só sai da Câmara uma escassa meia dúzia de projectos, apesar de dezenas deles terem já as taxas de licença aplicadas. Como se os fiscais e a polícia da Câmara Municipal de Lisboa fossem incompetentes, Sua Exa. começou a fazer o serviço de polícia e fiscal mas da seguinte maneira:

Vai pelas obras todos os dias, acompanhado pelo Director de Serviço, Senhor Engenheiro Rodrigues de Carvalho, começando a modificar os autos das vistorias já efectuados pelos técnicos aplicando multas aos que tinham as licenças de habitação pendentes por lhes não darem, e à muito aprovadas pelos ditos técnicos, algumas à mais de oito meses e que diziam algumas *podendo a propriedade ser habitada desde já*, criando uma situação difícilíssima aos que tinham as suas casas vendidas, pagando as multas de habitação além de uma taxa agravada 10 vezes.

Sua Exa. à procura da *quinta essência* da arquitectura esqueceu-se que cada projecto que entra na Câmara é estruturalmente um problema económico, sendo a parte técnica uma pequena parcela do problema em si, especialmente no actual momento.

Desconhecendo a mecânica da Construção Civil, começa a título de tudo e de nada a suspender obras em andamento com as licenças em dia, assim como outras que se encontravam em apreciação na Câmara, algumas já com as taxas aplicadas.

Numa apolítica que apavora, e esquecendo-se que está a ser ouvido nas suas visitas de fiscal e de polícia, começa a manifestar os seus ódios contra criaturas que não lhe caíam em graça e, quando lhe chamam a atenção para a crise que aparece com o desgraçado milagre por Sua Exa. provocado responde: isso não me comove!!!

É fácil na realidade, a quem não tem família a sustentar e ganha em demasia para si, pronunciar palavras irreflectidas que, naturalmente, produza revolta em quem as ouve.

No já célebre *Diário Municipal* aparecem despachos do dito Senhor Director de Serviço, onde se chega a revogar a concessão de licenças de obra em andamento, os quais provam a sua fraca competência e com os quais o Senhor Presidente concorda.

Projectos saídos antes do fim do ano têm assegurada perseguição de S. Exa., que tem ido a algumas obras em construção *caçar* as licenças que os munícipes pagaram.

Projectos entrados depois de Janeiro só saem senão por engano muito poucos porque Sua Exa. descobre sempre ao pé de cada prédio que se pretende construir, mesmo em ruas sem modificação possível, uma nova Avenida, não se sabendo até agora se ela passa por cima ou por baixo dos prédios!!!

Os talhões de terreno são estudados a bel-prazer de Sua Exa. à medida que os projectos vão entrando, isto é, só descobre os terrenos onde se pretende construir, depois dos interessados terem gasto o seu dinheiro na compra dos talhões e na confecção dos projectos.

Sobre os terrenos seria fastidioso relatar as ideias verdadeiramente bolchevistas de Sua Exa. que mais nos parece um inimigo encapotado do Estado Novo que seu amigo, e que constituiria um verdadeiro ataque à propriedade alheia.

Excelência – O Plano de Urbanização de Lisboa realizar-se-á não a golpes de machado, atrabiliariamente, não pode ser capa de violências, paralisando o sistema económico do país por dois ou três anos, esmagando a construção como Sua Excelência deseja. Não se pode lançar na rua, na miséria, mais de 50 mil homens, por actos verdadeiramente apolíticos, amordaçar o comércio e a Indústria.

Esse almejado Plano de Urbanização só se fará a golpes de inteligência e de bom senso, aliando criteriosamente o plano técnico ao plano social, com cuidado e em parcelas e podendo as linhas gerais serem lançadas na nossa geração, o detalhe geral levará gerações a concluir.

Quanto à sua célebre *visão de futuro*, a dois meses de presidência, o problema de mais actualidade, o que a cidade a tanto esperava, vai agora enfim ter realização:

- vai-se prolongar a Avenida Praia da Vitória!!!

- era isto com que qualquer lisboeta à tanto esperava

E como se isto ainda não bastasse para provar mais que suficiente o “bom senso” de Sua Exa. mais uma vez se está estudando e perdendo tempo com o prolongamento da Avenida Almirante Reis até ao Largo de S. Domingos, estudando-se a toda a bride uma péssima solução que já devia estar morta e decomposta!

Transformando a Câmara em verdadeiro Manicómio Municipal pela maneira como os serviços estão montados e pelas deliberações mais que atrabiliárias, criticou e acusou publicamente a Vereação cessante para vender caixotes de lixo, e agora transformando a Câmara em Câmara de Negócios, pretende fazer grande comércio de terrenos que não lhe pertencem, como o de projectos, impondo na confecção de projectos os amigos Pardal Monteiro (talvez porque este sendo-lhe encomendada uma igreja, mimoseasse a cidade com uma fábrica na Avenida de Berna), e Cristino da Silva, arquitecto de confiança, e o seu delírio chegou a tal ponto que há dias anunciou nos jornais a venda de um jardim público!!!

A construção civil não é constituída somente por pedreiros e carpinteiros. À sombra dela e do seu desafoço vivem quase todas as outras como: a da pedra, do ferro, do vidro, da cerâmica, do cimento, da madeira, etc., etc, dentro de pouco tempo, se Sua Exa. não sair a Bem da Nação, toda esta grande e disciplinada organização terá de paralisar!!!

A Construção Civil deseja que à frente do primeiro município do país seja colocado um homem que, sendo inteligente, seja ao mesmo tempo sensato e enérgico, e que a saiba acarinhar em vez de a atacar, pretendendo dismantelá-la como se está fazendo.

Ao actual Senhor Presidente da Câmara, quanto a nós faltam-lhe estas qualidades imprescindíveis para o bom desempenho daquele alto cargo, e ainda que clinicamente e aparentemente seja normal, está de há muito demonstrado o contrário.

A Construção Civil nada mais pede: que a deixe trabalhar.

A Bem da Nação

Lisboa, 16 de Março de 1938

Documento 3

ANTT, Arquivo Oliveira Salazar/CP - 51

Correspondência particular do Engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho 1943-1944

Lisboa, 10 de Junho de 1944

Digníssimo Presidente do Conselho

Permita V. Exa. que como português, o venha felicitar muito calorosamente pela realização do Estádio, obra de profunda projecção nacional a que, como o nome ilustre de V. Exa. fica vinculado de um dos nossos maiores colaboradores, infelizmente já desaparecido.

Não me foi dado juntar no local as minhas saudações à da multidão que tão extraordinariamente se manifestou, porque para a cerimónia de inauguração foi esquecido de ser convidado quem por designação do Governo de V. Exa. presidiu a respeito na Comissão Administrativa nos três primeiros anos da sua existência, preparando largo cabedal de conhecimentos para uma conveniente resolução definitiva do problema, e o segundo dessas funções foi exonerado apenas por ter sido nomeado para outra comissão de serviço incompatível legalmente com qualquer outra e portanto, com a do Estádio.

Com os protestos da minha mais alta consideração, me subscrevo,

De Vossa Excelência

Profundamente grato

Eduardo Rodrigues de Carvalho

Documento 4

ANTT, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Particular - 2

Engenheiro José Frederico Ulrich, 1945-1967

13 de Novembro de 1953

Exmo. Senhor Presidente

Está tudo preparado para a ida ao Algarve. O Sebastião Ramires tem acompanhado os preparativos em Loulé e diz-me que as coisas estão bem afinadas. O engenheiro Nazareth de Oliveira e o arquitecto Cristino da Silva seguem para lá no domingo, de manhã cedo, para os retoques finais.

Eu saio de Lisboa esta tarde, para ir jantar e dormir a casa do dr Bustorff Silva e caçar amanhã próximo de Águas de Moura. Se não mandar o contrário, estarei em casa de V. Exa. no domingo às 10h25 o barco parte do Cais do Sodré às 10.37.

Os mais respeitosos cumprimentos
JFUlrich

13 de Novembro de 1953

Exmo Senhor Presidente

Respondo ao cartão de V. Exa de hoje:

De facto, o monumento de Loulé fica numa praça, no termo de uma avenida nova, Avenida Marechal Carmona.

Quanto ao aspecto da coluna, nada posso dizer de concreto porque a não vi concluída. O arquitecto Cristino da Silva, autor do projecto quis sinceramente que as suas proporções traduzissem bem a ideia base da composição: a coluna devia continuar para o alto mas foi repentinamente interrompida quebrado o seu crescimento. Daí ter de ficar pouco elegante. No entanto tem 17 metros de altura.

Espero, também, que o efeito seja melhor, quando visto no local.

Com os melhores cumprimentos
JFUlrich

Documento 5

CML, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Espólio Duarte Pacheco, Documentação Administrativa

Lisboa, 30 de Maio de 1960

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Confirmando a informação que o Exmo. Director dos Serviços Centrais e Culturais se dignou transmitir a V. Exa. em 19 e Abril do corrente ano. Vimos, em nome da família do engenheiro Duarte Pacheco, antigo Presidente da Câmara das qual V. Exa. é hoje tão ilustre sucessor, oferecer todo o espólio referente ao gabinete onde trabalhava na sua residência.

Esperando que seja aceite este oferecimento, se assim entender a CML, se possa instituir, junto do Museu da Cidade ou em qualquer outro lugar, a Sala Duarte Pacheco prestando-se desta forma homenagem a quem tão devotadamente trabalhou em prol da capital do Império.

Clotilde do Carmo Pacheco
Humberto José Pacheco

Documento 6

CML, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Espólio Duarte Pacheco, Documentação Administrativa

9 de Dezembro de 1961

Ofício dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa ao director dos Serviços Centrais e Culturais da CML

Os Exmos. Srs. Dona Clotilde do Carmo Pacheco e Dr. Humberto Pacheco – irmãos do falecido Presidente da CML e Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Duarte Pacheco, - na recente visita que, com autorização de V. Exa. comigo fizeram ao Palácio da Mitra, modificaram completamente a opinião que inicialmente tinham manifestado e, assim, ao verem agora com um aspecto completamente diferente a sala de entrada após as obras de beneficiação que recebeu e já sem as paredes revestidas de armários, de cor verde escuro, com os livros da biblioteca que ali funcionou, reconheceram imediatamente que esta sala reúne, na verdade, as condições necessárias para ser destinada a Sala Duarte Pacheco.

E porque esta solução, a melhor a meu parecer, vem enriquecer o Museu da Cidade e permite prestar condigna homenagem a quem tão devotadamente trabalhou em prol de Lisboa, venho rogar a V. Exa. no caso de concordância, se digne obter a indispensável autorização de S. Exa. o Presidente.

À Sala Duarte Pacheco – valorizada com algumas espécies que já foram prometidas directamente e pessoalmente por Sua Exa. o Ministro das Obras Públicas Exmo. Sr. Engenheiro Arantes de Oliveira – e com vários documentos existentes nos arquivos municipais e o busto do homenageado, da autoria do Mestre Leopoldo de Almeida, poderia ser inaugurada em 19 de Abril, dia do nascimento de tão insigne e saudoso estadista.

Documento 7

IST, Núcleo de Arquivo, Processo Individual de Alunos

Duarte José Pacheco

N. 1900 – F. 1943

1917-1918

Matemáticas Gerais	16
Geometria Descritiva	13
Química Geral	13
Noções de Mineralogia	10
Desenho Geral	10
Oficina de Carpintaria	11

1918-1919

Cálculo	18
Física	14
Mecânica Racional	17
Topografia	16
Desenho de Máquinas	12
Oficina de Serralharia	12

1919-1920

Resistência de Materiais	16
Termodinâmica	17
Elementos de Máquinas	15
Corrente Contínua	18
Geradores de Vapor	16
Oficina de Serralharia II	13

1921-1922

Máquinas de Vapor	15
Máquinas Térmicas	14
Corrente Alternada	16
Medidas e Aplicações	18
Hidráulica Geral	15
Construção de Máquinas Eléctricas	—
Construção de Máquinas Térmicas	—; 10
Laboratório de Corrente Contínua	13
Oficina de Serralharia III	—
Laboratório de Medidas Eléctricas	—
Construções e Instalações Industriais	—
Electroquímica	17
Construções e Instalações Industriais	—
Electroquímica	17
Medidas e Aplicações II	—

Economia	15
Contabilidade	16
Laboratório de Corrente Alternada	15
Tecnologia Mecânica	15

1922-1923

Construções e Instalações Industriais	14
Medidas e Aplicações II	16
Construção de Máquinas Eléctricas I	13
Construção de Máquinas Eléctricas II	13
Turbinas	—
Caminhos de Ferro	—
Construção de Turbinas	—

Documento 8

Espólio Caetano Maria Beirão da Veiga

Lisboa, 26 de Dezembro de 1950

Exmo. Senhor
Dr. Amadeu Ferreira de Almeida
Digno. Presidente da Casa do Algarve
L I S B O A

Exmo. Senhor

Embora com imperdoável atraso, venho agradecer a V. Exa. a imerecida honra de convite que me foi dirigido, para, na Casa do Algarve, prestar uma homenagem á figura saudosa de Duarte Pacheco.

Já, a este tempo, saberá V. Exa. que não me sobeja a coragem para declinar tão elevado convite, embora conheça que me faltam os indispensáveis predicados para proferir qualquer oração digna dele. Mas a grande amizade, quasi paternal, que á ele me ligou, saberá pôr meu coração a falar á, assim espero, na pureza do affecto encontrar os recursos que me escasseiam na pobreza de espirito.

Pedi, porém, por falta absoluta de tempo, no presente, para a sessão ser realisada em Abril, mês do aniversário natalicio do infeliz Duarte, e foi-me comunicado que tal alvitre tinha sido aceite. Portanto somente me cumpre mais uma vez agradecer a V. Exa., como Presidente da Casa do Algarve, a honra dispensada e solicitar a maior indulgência para a pequenez dos meus dotes de espirito.

Com a mais elevada consideração, sou

De V. Exa.

Muito atenciosamente

a)Caetano Maria Beirão da Veiga

Documento 9

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927),
Carta de Aureliano Mira Fernandes endereçada ao Director do IST a 18 de Julho de 1925.

Meu prezado Director e amigo

Não podendo assistir à sessão por estar ausente de Lisboa, venho pedir a v. Exa. a fineza de transmitir, em meu nome, ao Conselho Escolar as considerações que passo a expor sobre as regências das cadeiras de Matemáticas Puras há catorze anos a meu cargo. A parte essencial dessas considerações, a que eu tenho de resto, aludido mais uma vez, é a afirmação de que a referida regência, não pelo número de cadeiras, mas pelo número dos alunos e consequente número de provas de frequências e finais, é demasiado cargo para um professor só. No ano lectivo findo frequentaram as três cadeiras a meu cargo cerca de 200 alunos, o que representa 1200 exames de frequência, não contando as finais que hão-de ser também numerosíssimas.

É-me inteiramente impossível continuar um sacrifício que não é inglório mas é precário. E, se é meu veemente desejo que as razões de natureza pessoal sejam, dentro do que é humano, arredadas o mais possível da consideração do Conselho, entendo que os argumentos de natureza pedagógica me devam merecer, como decerto merecem, a boa atenção. É meu desejo que o Conselho me faça substituir na regência da 1ª cadeira. A maneira como essa substituição se pode fazer envolve dois problemas: o técnico e o legal. Sobre o primeiro, no caso de nenhum dos nossos ilustres colegas querer incumbir-se da regência, sabe V. Exa o que eu penso. Se o Conselho assim o entender, V. Exa. transmite-lhe a minha opinião. Eu entendo que é de meu dever não a exprimir, desde já, a benefício de inventário. Tenho porém a consciência de só ter dito «não posso mais» quando sei que não será por falta de colaboradores, criados na nossa escola, que essa atitude levantará dificuldades ao ensino.

Sobre o problema legal, existindo uma vaga de professor, só tenho que informar V. Exa. que, tendo sido a minha nomeação feita para a secção de Matemáticas Puras e Aplicadas, sem indicação de cadeiras, nem sequer tenho de pedir a demissão de professor da primeira. É a informação, aliás lógica, que tenho de fonte autorizada.

Pedindo a V. Exa. a subida fineza de ser intérprete e o advogado da minha pretensão, que reputo legítima, junto do Conselho Escolar, subscrevo-me com a maior consideração e estima.

De V. Exa. collega mto grato e admirado

Aureliano de Mira Fernandes

Figueiró da Serra 18-VII-25

Documento 10

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927),
Acta da Sessão do Conselho Escolar em 31 de Julho de 1925.

O senhor Director dá conhecimento ao Conselho de uma carta do Senhor Professor Mira Fernandes pedindo que seja dispensado da regência da cadeira de Matemáticas Gerais.

Foi também resolvido por unanimidade que ficasse encarregado de substituir o Dr. Mira Fernandes o ex-aluno do Instituto, Sr. Duarte José Pacheco, na qualidade de professor interino.

O Sr. Professor Silva Pinto lembra a conveniência de se convidar o proposto a apresentar a sua tese, a fim de não estabelecer um mau precedente. O professor Beirão da Veiga afirma que o proposto é um espírito brilhantíssimo e não exigindo o regulamento o exame final para a nomeação de professores interinos, essa formalidade pode bem dispensar no caso presente..

O professor Lino Neto é de opinião que a exigência de exame final para um caso destes, é bom para prestigiar a escola.

Foi por fim aprovado por unanimidade encarregar o senhor Director de propor ao Governo, logo no princípio do ano lectivo próximo, a nomeação interina do senhor Duarte José Pacheco [riscado candidato proposto]

O senhor Director deu conhecimento ao Conselho das seguintes propostas do senhor professor Álvaro Machado: terminando no começo do próximo ano lectivo o prazo de nomeação do 1º assistente da 15ª cadeira, Architecto Porfírio Pardal Monteiro, e atendendo aos bons serviços por ele prestados não só na cadeira referida mas também na 3ª parte da 47ª cadeira, atendendo também que a escolha de outro assistente para substituir o actual não poderia ser feita entre os alunos ou ex-alunos do IST, atendendo mais às dificuldades de encontrar entre os alunos ou ex-alunos de Belas Artes pessoas que queiram ou possam aceitar o encargo desta assistência – Considerando que é de boa justiça retribuir os bons serviços prestados pelo architecto Porfírio Pardal Monteiro – Tenho a honra de propor ao Digníssimo Conselho do IST que seja promovido a Chefe de Trabalhos o 1º assistente Porfírio Pardal Monteiro.

Posta à votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade.

Documento 11

IST, Núcleo de Arquivo, Processos individuais de Professores, Processo Duarte José Pacheco.

Serviço da República

Parecer

Instituto Superior Técnico

Lisboa

O Conselho Escolar do Instituto Superior Técnico, nos termos do artº 67º do regulamento de 6 de Outubro de 1924, tem a honra de propôr a Sua Excelência o Senhor Ministro do Comércio e Comunicações que seja nomeado Professor ordinário da 1ª cadeira (Matemáticas Gerais) o Senhor Engenheiro Duarte José Pacheco.

Pelo seu passado escolar distinctissimo aluno d'esta escola por onde é diplomado, pelo concenso unanime dos seus mestres e da sua geração académica, pela elevação com que desempenhou, nos poucos meses úteis no ano lectivo passado, as funções de professor interino da referida cadeira, julga o Conselho Escolar do Instituto que a sua entrada para o corpo docente d'esta Escola representa um grande benefício para o ensino, uma homenagem ao mérito e um tributo à justiça. Das altas qualidades de professor que o Conselho escolar do instituto reconhece no Engenheiro Duarte José Pacheco pode destacar-se (sem predomínio sobre as outras, mas também sem perigo de possível lisonja) a sua escrupulosa competência docente e a sua impecável dedicação profissional. Todos os seus talentos e todo o seu saber não adulteraria o Conselho Escolar da proposta do seu nome, se nela não concorressem qualidades de mestre e devoção de ofício.

Estes são os predicados que não admitem desvalorização e, por isso, mesmo, o futuro lhes não reserva surpresas.

Não tem o Engenheiro Duarte José Pacheco obra escrita. Saído ha pouco tempo da Escola, não seria fácil tê-la, mesmo nos acanhados moldes da mera divulgação, ainda que em Portugal houvesse muitos leitores de obras de matemática. Nesta sciencia, mais do que em qualquer outra e, sobretudo, no nosso paiz, é principalmente o ensino que gera a producção scientifica: como instrumento de estudo e como criador de publico. E também nesta sciencia, como em mais nenhuma, o recrutamento de pessoal docente, feito à saída da Escola, sem soluções de

continuidade na preparação científica, sem atenuação do espírito matemático, que é a maior e a mais útil das suas virtudes, é preferível a qualquer outra.

Tendo o novo professor as qualidades de mestre, a cultura e os talentos que o Conselho Escolar reconhece no Engenheiro Duarte José Pacheco e o seu recrutamento será uma sólida garantia de progresso para os estudos matemáticos em Portugal.

Lisboa, 7 de Outubro de 1926

Eduardo Augusto Ferrujento Gonçalves

Aureliano Lopes de Mira Fernandes

Borges de Sequeira

Caetano Beirão da Veiga

Documento 12

IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas Nº 5, Novembro de 1915 a 30 de Abril de 1918

21 de Janeiro de 1916

Exmo Sr

Administrador da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência

Empréstimo para a construção do edifício do IST

Pelo artigo 31 da Lei Orçamental nº 220 de 30 de Junho de 1914 foi o Governo autorizado a contrair um empréstimo de 400 contos para a construção do novo edifício destinado a este Instituto.

O projecto está estudado e conhecido devendo dentro de um mês começar as obras. Já solicitei das estações competentes as providências para receber do estabelecimento da digna administração de V. Exa. a primeira parte desse empréstimo – 100 contos – nos termos do contrato de 19/1/1915.

Sucede porém que eu não desejava começar as obras de construção sem saber se posso contar com os restantes 300 contos. Esta importância poderia ser levantada em duas prestações de 150 contos cada uma, a primeira no ano económico de 1916-1917 e a segunda no ano seguinte.

O ensino da engenharia, que carece de grandes laboratórios, salas de desenho, oficinas etc, não se poderá desenvolver entre nós, enquanto não possuímos um edifício apropriado onde esse ensino se possa fazer convenientemente.

Nestas circunstâncias eu venho solicitar de V. Exa., o seu patriotismo, e do interesse que lhe merece o desenvolvimento da instrução técnica em Portugal, se digne dar todo o possível apoio ao pedido que lhe dirijo para que seja dotado o país com um edifício onde o ensino da engenharia se possa fazer com vantagem.

Saúde e Fraternidade

O Director

Alfredo Bensaúde

22 de Janeiro de 1916

Exmo. Sr.

Ministro da Instrução Pública

Pedido de Abertura de crédito para a construção do edifício do Instituto

Estando o governo autorizado pelo artigo 31º e seus §§ da Lei Orçamental Nº 220 de 30 de Junho de 1914 a contrair um empréstimo de 400 contos para a construção do novo edifício para este Instituto, e estando ajustado com a Caixa Geral de Depósitos, por contrato de 19/1/1915, o levantamento imediato da quantia de 100 contos, primeira parte deste empréstimo, venho solicitar de V. Exa. se digne determinar que seja aberto o respectivo crédito nos termos das Leis Gerais da Contabilidade Pública. O projecto da construção está estudado e concluído, devendo as respectivas obras começar dentro de um mês.

O Director

27 de Janeiro de 1916

Exmo Sr Administrador da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência

Empréstimo de 100 contos para a construção do Edifício do Instituto, solicita-se cópia do contrato.

Desejando dar começo às obras de construção do novo edifício destinado a este Instituto e necessitando para esse fim receber do importante estabelecimento da digna administração de V. Exa. a importância de 100 contos conforme contrato de 10/1/1915, tenho a honra de solicitar, para satisfazer um pedido de Sua Exa. o Ministro da Instrução Pública, que V. Exa. se digne ordenar que me seja enviada, com a possível brevidade, uma cópia do contrato para o empréstimo, sem o que não se poderá abrir o crédito solicitado.

O Director

9 de Fevereiro de 1916

Exmo. Sr.

Presidente da Comissão do Orçamento da Câmara dos Senhores Deputados

Solicita-se que no Orçamento em discussão para 1916-1917 seja mantida a verba de 19.549\$00 inscrita no Capº:1:artº:7: do Orçamento do Ministério das Finanças para 1915-1916.

Pelo artº 31 e seus §§ da Lei Orçamental nº 220 de 30/671914 está o Governo autorizado a contrair um empréstimo de 400 contos para a construção do novo edifício destinado a este Instituto. Por conta desse empréstimo está contratado com a Caixa Geral de Depósitos o levantamento imediato da quantia de 100 contos, devendo os restantes 300 contos ser levantados nos dois anos económicos seguintes.

No orçamento do Ministério das Finanças, cap:1:art:7: para o actual ano económico sobre a rubrica “Encargos dos seguintes empréstimos” está inscrita a verba de 19.549\$89 que à taxa de 5% em 30 anos o serviço de juros e amortizações do empréstimo dos restantes 300 contos autorizados por lei.

No interesse do desenvolvimento do ensino superior técnico da engenharia em Portugal e para que seja dotado o país de um estabelecimento modelar onde esse ensino se possa fazer com vantagem, venho solicitar do patriotismo de V. Exa. que essa verba seja mantida no orçamento do futuro ano económico, agora em discussão na Câmara, a fim de que eu possa ficar habilitado com os meios necessários para poder contrair na Caixa Geral de Depósitos o empréstimo para o novo edifício do Instituto e não me ver na contingência de em determinada altura ter de suspender as obras por falta de recursos.

O Director

9 de Fevereiro de 1916

Exmo Sr

Administrador da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Providência

Empréstimo para a construção do edifício do Instituto

Acuso a recepção do ofício nº 2705 de 5 do corrente em que V. Exa me comunica que o Conselho Fiscal do estabelecimento da sua digníssima presidência, resolveu autorizar o empréstimo dos restantes 300 contos para a construção do novo edifício destinado a este Instituto.

Agradeço a V. Exa. em meu nome e no do Conselho Escolar desta Escola os esforços e boa vontade por V. Exa. manifestados, uma vez mais, para que o país seja dotado de um estabelecimento que o honre e possa ser professado com vantagem, o ensino técnico da engenharia. A resolução do conselho da digna presidência de V. Exa. anima-me a prosseguir a realização da obra encetada, apesar das mil contrariedades, que a cada passo se levantem quando nesta terra se pretende realizar qualquer obra imediata e reconhecida utilidade.

Digna-se porém V. Exa. informar-me, que o contrato não se poderá realizar enquanto não forem descritas no orçamento as verbas para satisfação dos encargos deste novo empréstimo. Compulsando o orçamento vejo que ali se acham descritas as seguintes verbas:

Ministério das Finanças

Para o empréstimo de 100 contos

Cap: 1: ar: 1: juros_____ 4. 981\$62

Idem 2: Amortizações_____ 1. 489\$06 6. 470\$68

Para o empréstimo de 300 contos

Cap: 1: ar: 7: juros e amortizações _____ 19. 549\$89

Total _____ 26. 020\$57

Esta quantia, que está certa, é a necessária para a taxa de 5% fazer em 30 anos o serviço de amortização e juros de empréstimo.

Nesta data vou solicitar do Sr Presidente da comissão orçamental da Câmara o desdobramento em “juros” e “amortização” da quantia de 19.549\$89 já referida e inscrita em globo.

Fico aguardando a resolução de V. Exa.

O Director

Exmo Sr

Ministro da Instrução

Pedido de abertura de crédito para a construção do edifício do Instituto

Em resposta ao solicitado no ofício de V. Exa. nº 1788 de 26 de Janeiro findo, emanado da Repartição de Instrução Industrial e Comercial, tenho a honra de incluso enviar a V. Exa. uma cópia do contrato realizado em 16/01/1915 entre o Governo e a Caixa Geral de Depósitos para o levantamento da quantia de 100 contos – 1ª prestação do empréstimo de 400 contos autorizado pelo artigo 31 e seus §§ da Lei Orçamental nº 200 de 30/6/1914 destinada à construção do novo edifício para este Instituto. Para que as obras se possam iniciar venho solicitar que, com a possível brevidade, seja aberto o respectivo crédito.

O Director

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1916

Documento 13

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida, 1915-1918

25 de Agosto de 1915

Associação de Estudantes do IST

Exmo. Senhor Director do IST

A direcção da Associação acaba de saber com verdadeira satisfação que V. Exa. se interessa obviamente pela rápida elaboração de um projecto amplo e absolutamente moderno para o edifício deste Instituto.

Sabemos também que V. Exa. encarregara várias entidades dentro de cada especialidade de apresentar um plano das aulas e laboratórios que julgassem necessários para fins pedagógicos, tanto práticos como teóricos a que deve satisfazer um estabelecimento deste género.

Este facto junto ao interesse de V. Exa. por este projecto mostra é para nós suficiente garantia de que em breve teremos uma escola modelar.

Resta-nos simplesmente lembrar a a V. Exa. (mais no cumprimento d'aquilo que julgamos um dever, do que levados pela necessidade pois V. Exa. já terá pensado no caso) a conveniência de reservar para o novo edifício as instalações necessárias para a sede desta associação, assim como aulas para os cursos designados no nº 3 do artigo 5º do Regulamento deste instituto e além destas, campos de patinagem, ténis, esgrima, ect, etc, a exemplo do que se vê lá fora, nos estabelecimentos modelares de França, Alemanha, Suíça, etc.

Saúde e Fraternidade

Daniel da Conceição Torres

Vice-Presidente

Documento 14

IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas N° 6, Outubro de 1918 a 1920

3 de Outubro de 1918

Exmo Sr

Secretário de Estado do Comércio

Desejando a Comissão encarregada de organizar o projectado Museu Comercial de Lisboa, que lhe seja cedido para a construção do referido Museu, a área do antigo Convento das Francesinhas e do Posto de Desinfecção, que são propriedade do IST, e tendo-me V. Exa. ouvido sobre a possibilidade de tal cedência, tenho a honra de comunicar a V. Exa. que os desejos da referida Comissão podem ser satisfeitos sem inconvenientes para esta Escola, se o Estado ceder em seu lugar ao IST outra área um pouco maior em situação acessível, sadia e em terreno sólido apropriado à construção.

Junto com este ofício tenho a honra de enviar a V. Exa. um decalque dos limites da Tapada das Necessidades em cuja parte norte vai marcada a azul a área mínima necessária para a construção do edifício desta Escola e em condições de algum desafogo. A parte circundada pelo traço azul está apenas plantada de pinhal.

Caso o Governo prefira ceder a esta Escola outro terreno, pedia a V. Exa. o obséquio de mandar avisar-me para que este seja previamente examinado pela comissão técnica encarregada da construção do edifício do Instituto, pois a não mudar para melhor este Instituto prefere construir o seu edifício como estava previsto.

Alfredo Bensaúde

Documento 15

IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas N° 6, Outubro de 1918 a 1920

21 de Novembro de 1919

Exmo. Sr. Ministro do Comércio e Comunicações

Informação ao requerimento do Senador Senhor Constâncio de Oliveira

Tenho a honra de enviar a V. Exa a informação solicitada pelo Senador Sr. Constâncio de Oliveira cujo requerimento ao Senado me foi entregue no dia 19 do corrente às 14 horas e que tenho a honra de conjuntamente devolver.

Vou procurar responder a cada uma das perguntas formuladas:

1) Se se realizou o empréstimo de 400 contos que o Governo foi autorizado a contrair para a construção do edifício do IST, e no caso afirmativo, em que condições foi feito?

Resposta: O empréstimo de 400 contos já foi realizado na Caixa Geral de Depósitos nas condições estipuladas na lei que o autorizou e que tem a data de 30/6/1914 sendo postos à disposição do Instituto até à data apenas 100 contos.

2) Qual a importância já dispendida com a construção do dito edifício ou para efeitos da mesma construção?

Resposta: A importância dispendida até hoje foi de 11.954\$00 para dois fins:

- a) retribuir o architecto Ventura Terra que com o auxílio da comissão de professores procedeu à confecção do projecto e seus detalhes. A retribuição do Sr. Ventura Terra foi de 10.500\$00 calculou-se pela tabela de honorários dos architectos aprovada pelo Governo. A colaboração dos professores foi gratuita.
- b) A verba de 1.454\$00 foi gasta em demolições e no empilhamento dos materiais demolidos que se encontram dispersos sobre toda a área do Convento das Francesinhas, para se poder realizar o estudo da configuração do terreno, como preliminar indispensável à elaboração do projecto.

3) Qual a área dos terrenos que pela lei de 14/7/1911 pertencem ao IST ou sejam ocupados pelo antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e os que lhe ficarem anexos e ainda o ocupado pelo antigo convento das Francesinhas e adjacentes?

Resposta: A área ocupada pelo antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e terrenos anexos mede 9:000 m2 aproximadamente, mas essa área é em grande parte imprópria para instalações escolares, por isso, muito antes da minha direcção, já várias parcelas de terreno dessa área se encontravam arrendadas a alguns particulares que continuam ainda a ser inquilinos do instituto.

Numa parte dessa área estão instaladas as oficinas da Companhia das Águas há perto de 50 anos. Essa companhia só principiou a pagar renda ao Instituto pelo terreno ocupado desde que

tomei posse da direcção da Escola. Uma outra parcela está ocupada também há muitos anos por um barracão ali construído pela Companhia Previdente.

No extremo da rua do Instituto Industrial com frente de duas portas para a rua 24 de Julho encontra-se instalada há perto de 25 anos a fábrica “A Renascença”, de gravura em vidro e nas traseiras desta com frente para a rua do Instituto Industrial a oficina do construtor mecânico Eduardo Gomes Cardoso.

Todas as rendas foram por mim aumentadas logo que tomei posse da direcção do Instituto excepto a do último inquilino. Este continua a pagar uma renda muito módica pelas razões seguintes:

Estando o IST a poucos meses da sua abertura, não havia local para a instalação da sua oficina pedagógica de carpintaria nem verba para construir um barracão para esse fim. Nestas condições contratou o Instituto com Eduardo Gomes não lhe aumentar a renda obrigando-se este a construir gratuitamente para o Instituto um amplo armazém em que pode instalar-se a oficina de carpintaria, obrigando-se ainda a entregar ao Instituto a sua própria oficina desde que este não necessitasse dela. Este contrato foi aprovado pelo então Ministro do Fomento, Sr. Dr. Brito Camacho. Em resumo, a área do antigo Instituto que é de 9:000 m² só está parcialmente ocupada pelas instalações escolares que são absolutamente deficientes.

A área do terreno das Francesinhas e adjacentes é aproximadamente de 17:000 m². Durante a elaboração do projecto do architecto Ventura Terra reconheceu-se que embora essa área fosse parcamente suficiente para as necessidades actuais da Escola, a superfície livre ficaria tão reduzida que não haveria espaço para campos de jogos para os alunos, nem mesmo seria possível mais tarde criar quaisquer anexos à medida que as necessidades do ensino o fossem exigindo.

A exiguidade do terreno impôs a adopção de um projecto para a Escola em um só edifício construído em três pavimentos.

Reuniu V. Exa. no seu gabinete com os directores dos Institutos Superior do Comércio e Técnico e a direcção da Associação Comercial de Lisboa para se discutir se seria possível encontrar uma combinação pela qual pudesse o IST ceder um terreno das Francesinhas e anexos para sobre ele se edificar o Museu Comercial.

Por essa ocasião tive a honra de expor a V. Exa. que o IST não podia prescindir do referido terreno a não ser que o Estado lhe proporcionasse um outro com o mínimo de 35.000 m², em lugar sadio e não muito excêntrico e que sendo isso possível, o Instituto cederia de bom grado o terreno das Francesinhas porque ganharia com a troca e poderia organizar a Escola, que na realidade é o conjunto de 5 escolas de engenharia em diversos pavilhões.

Por esta ocasião V. Exa. encarregou-me de lhe apresentar uma lista de terrenos livres existentes em Lisboa mais apropriados à construção do Instituto para que a cedência das Francesinhas se pudesse efectuar.

Oito dias depois da ordem de V. Exa. tive a honra de apresentar-lhe a planta da propriedade denominada “O Casal do Mineiro” às Amoreiras que o Conselho Escolar do Instituto considerou ser o melhor e ter amplamente a área necessária para a construção do edifício.

4) Qual a área necessária para a construção do novo edifício do IST?

Resposta: o mínimo do terreno necessário para a construção dos vários pavilhões do IST é como ficou dito de 35.000 m², mas conviria que fosse um pouco maior.

5) Qual a área precisa para construção do edifício que se projecta levantar para o Instituto Comercial e daquele que é destinado ao Museu Comercial?

Resposta: Não tenho elementos para poder responder a esta pergunta; talvez possa informar o senhor Director do Instituto Superior de Comércio.

6) Qual a importância orçada para a construção de cada um destes edifícios?

Só posso informar no que respeita ao IST. Ninguém ignora que no momento actual não se pode fazer um orçamento para a construção de qualquer edifício, dadas as oscilações contínuas do mercado tanto no que respeita a materiais de construção como a mão de obra.

O projecto do architecto Ventura Terra concluído pouco antes do início da guerra europeia orçava pelos 800 contos, dadas as condições actuais, é certo que as instalações projectadas custarão um preço bastante mais elevado mas tudo faz prever que num futuro próximo as condições melhorem.

7) Qual o destino que têm tido os materiais provenientes da demolição do antigo convento das Francesinhas e no caso de terem sido vendidos qual a importância produzida e sua aplicação?

Resposta: O terreno das Francesinhas foi concedido ao IST pelo decreto de 14/7/1911 mas permaneceu na posse do Ministério do Fomento, não obstante as minhas reclamações, até Maio de 1915. Durante esse tempo esse Ministério mandou proceder a grandes trabalhos de demolições. Não sei se durante esse período saíram das Francesinhas materiais provenientes da demolição. Sobre tal assunto poderá informar a Direcção Geral das Obras Públicas. Ouvi dizer que tinham saído várias carroçadas desses materiais para outras obras do Estado.

Depois que o Instituto tomou posse do terreno fizeram-se ainda algumas demolições e procedeu-se a empilhamentos, tendo apenas sido retirados 20 a 30 m³ de alvenaria para ampliação de um laboratório na área actualmente ocupada pelo instituto. Nenhuma outra matéria saiu.

Eis tudo o que se me oferece comunicar a V. Exa. relativamente ao requerimento do Senador Sr. Constâncio d’Oliveira.

Alfredo Bensaúde

Documento 16

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927),
Acta da Sessão do Conselho Escolar de 6 de Novembro de 1926.

Estiveram presentes o Exmo. Director e os professores Dr. Cardoso Pereira, Valério Vilaça, Duarte Pacheco, Dr. Mira Fernandes, Adrião de Sequeira, Álvaro Machado, Silva Pinto, Leon Fesch, Aboim Inglês, Amilcar de Jesus, Francisco Maria Henriques, Dr. Borges de Sequeira, Dr. Droz.

(...) O senhor Director, sendo esta a primeira sessão do Conselho a que assiste o senhor engenheiro Duarte José Pacheco na sua nova qualidade de professor ordinário, apresenta-lhe em seu nome e do Conselho, as suas saudações. O professor senhor Pacheco agradece ao senhor Director as palavras amáveis que lhe dirigiu e agradece ao Conselho a honra da sua nomeação. Promete empregar o melhor das suas forças para bem se desempenhar na sua missão, honrando assim a confiança que nele foi depositada, mas se o não conseguir, pede ao Conselho que lho indique claramente, visto que deseja apenas ser útil e não ter a situação de tolerado. Aproveita a ocasião para agradecer ao professor Mira Fernandes, a quem, em grande parte, deve a situação honrosa que actualmente desfruta, todas as atenções que lhe dispensou durante a sua vida escolar e depois de formado.

Foi lido um ofício da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial, solicitando a indicação, com a maior urgência, de um professor deste Instituto para fazer parte da comissão encarregada de classificar os candidatos às vagas de professores agregados das escolas do ensino elementar industrial e comercial.

Por proposta do Dr. Mira Fernandes, aprovado por unanimidade, foi escolhido o professor Duarte José Pacheco.

O professor sr. Lepierre propõe, sendo aprovado por unanimidade, um voto de louvor ao professor Duarte José Pacheco pelo seu trabalho extenuante na elaboração dos horários.

O professor Caetano Beirão da Veiga, associando-se à proposta do professor sr. Lepierre, faz o elogio do professor sr. Pacheco a quem assegura um brilhante futuro. O sr. Professor Pacheco agradece e a propósito afirma que, enquanto o Instituto estiver tão deficientemente instalado e tão pobre de material como está, não pode progredir. Julga necessário que dentro de um ano o problema da instalação do Instituto esteja resolvido, o que aliás não julga difícil, pois que, se o estado pode sobrecarregar o seu orçamento com mais 10.500 anuais, por motivo das últimas reformas de ensino, também pode proporcionar ao instituto os meios de efectivar esta pretensão. Entende que, para fazer pressão sobre os poderes públicos, se deve tomar a iniciativa de ida de todos os professores a Sua Exa. o Ministro do Comércio. Outro problema que julga necessário

resolver é o do recrutamento do professorado. O sistema de contratar professores estrangeiros deve acabar. Folga de prestar justiça aos professores estrangeiros do Instituto, cujos bons serviços nunca é demais encarecer, mas julga que é um erro pensar que os portugueses não possam ser tão bons como eles. Para isso urge pensar na criação de bolsas de estudo, a fim de que os rapazes formados pelas nossas escolas, que mais se tenham distinguido nos seus cursos, possam ir ao estrangeiro especializar-se e vir depois exercer o professorado. Outro assunto que também necessita de ser resolvido é o dos laboratórios. De todos os laboratórios do Instituto só o de Química desempenha a sua missão e trabalha regularmente. Os outros estão tão pobres de material que é necessariamente deficientíssimo o seu funcionamento. Entende que deve contratar-se pessoal para preparadores e dar-lhes ajudantes que mais tarde os possam substituir. Nada mais havendo a tratar o senhor Director encerrou a sessão eram dezoito horas e meia.

Documento 17

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927),
Acta da Sessão do Conselho Escolar de 5 de Fevereiro de 1927.

Em referência à acta que acaba de ser aprovada o Exmo. Sr Director comunica a dificuldade de se aceitar a proposta do Sr. Professor Amilcar de Jesus, relativamente à organização e funcionamento das comissões pedagógicas, visto que sendo ele director e por isso presidente de quase todas as comissões, a nova comissão criada pela referida proposta ficaria assim quase resumida a uma única pessoa.

O professor Sr Raul de Mendonça propõe, sendo aprovado por unanimidade que se suspenda a execução da proposta do professor Amilcar de Jesus até ocasião oportuna, visto estar a estudar-se uma nova reorganização do ensino neste Instituto, onde o princípio da proposta do professor Amilcar de Jesus é atendido.

Não havendo mais expediente com outros assuntos, entrou-se na ordem do dia que contava: Edifício do Instituto (Decreto 13.113) – Interpretação do artigo 19º do Regulamento, Requerimentos. Foi lido o decreto 13.113 que autorizou o Governo a negociar um empréstimo de 3.500 contos com a Caixa Geral de Depósitos para a construção do edifício do IST. O Sr. Director propõe, sendo aprovado por unanimidade, que fique consignado na acta como por este modo fica um voto de louvor e agradecimento ao professor Sr. Duarte Pacheco a cujos esforços e tenacidade se deve o grande benefício que representa para este Instituto a publicação do decreto que acaba de ser lido. Seguidamente lembra que, de harmonia com o disposto no artigo 5º do mesmo decreto, é necessário eleger os dois representantes do Conselho para, juntamente com a Comissão Administrativa, dirigir e fiscalizar a construção do novo edifício do Instituto.

O professor Sr Amilcar de Jesus congratula-se com a publicação do referido decreto que vem dar satisfação a uma das mais velhas e justas aspirações deste Instituto, associa-se por isso com o maior entusiasmo ao voto de agradecimento ao professor Duarte Pacheco proposto pelo Sr. Director.

O professor Sr Santos Viegas propõe, sendo aprovado por unanimidade, que sejam eleitos para as funções determinadas no artigo 5º do decreto os professores Duarte Pacheco que tanto se tem interessado pelo assunto e Francisco Maria Henriques em vista das suas qualidades e da sua especialização.

O professor Sr Francisco Maria Henriques agradece a lembrança do seu nome e afirma que se não recusa a dar todo o esforço e trabalho à comissão, mas deve fazer notar que se essa comissão tem funções administrativas, ele não pode aceitar por isso lhe ser vedado por lei.

O professor Sr Mendonça lembra que nos termos legais, a administração compete à comissão administrativa, sendo os vogais eleitos pelo Conselho apenas para dirigirem e fiscalizarem a construção. Nestes termos nada há que impeça o professor Sr. Francisco Maria Henriques de aceitar o mandato do Conselho. Seguidamente o professor Sr. Santos Viegas apresentou a seguinte proposta que foi aprovada por unanimidade.

- Proponho que no interesse de tornar mais eficaz o trabalho da comissão instituída pelo artigo 5º do decreto que a parte administrativa do serviço que pelo decreto lhe é atribuída seja exercida pelos vogais natos da comissão e a parte da direcção técnica e fiscalização seja exercida pelos delegados para ela eleitos pelo Conselho.

O professor Duarte Pacheco agradeceu as referências que lhe foram feitas e diz que nada teria conseguido se não tivesse a seu lado na boa vontade e dedicação do Sr. Director. Disse-lhe Sua Ex.a. o Ministro que não podendo o Estado dar de uma só vez o dinheiro necessário para a conclusão da obra, entendia que os 3,500,00 não deviam ser gastos apenas nos alicerces. Devia a obra ir sendo feita parcialmente concluindo o que fosse começado, pois assim mais fácil lhe parecia conseguirem-se os meios necessários para a conclusão da obra.

Pensou interessar também os industriais na realização deste desejo e pede aos colegas que o coadjuvem nesta iniciativa. Sabe que não há muito o que se pode conseguir mas o efeito moral será enorme e levará o governo a dar mais facilmente o que faltar. Relata já terem sido encetadas as negociações com o proprietário do terreno, tendo este fixado o pagamento em duas prestações: uma no acto da escritura e a segunda até ao fim de Junho depois de retiradas as colheitas.

O professor Sr. Francisco Maria Henriques lembra que o trabalho tem uma parte directiva e outra artística. Propõe por isso que à comissão fique agregado o professor de Architectura.

O professor Sr. Pacheco entende que não é oportuna a proposta do Sr. Francisco Maria Henriques, visto que a comissão no interesse do melhor desempenho da sua missão, ouvirá quem julgar conveniente e agregará a si todos quantos a possam auxiliar à medida que esse auxílio for sendo necessário.

Seguidamente foi a proposta do professor Sr. Francisco Maria Henriques aprovada, por todos os professores presentes com excepção do professor Sr. Pacheco.

O professor Mira Fernandes propõe, sendo aprovado por unanimidade, que uma comissão do pessoal docente deste Instituto, presidida pelo Senhor Director, vá agradecer aos senhores Ministros do Comércio, Finanças e Presidente da República, a publicação do decreto que concedeu fundos para a construção do novo edifício deste Instituto.

Documento 18

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927),
Acta da Sessão do Conselho Escolar de 21 de Junho de 1927

O vogal Sr. Lepierre chama a atenção do Conselho para um artigo publicado no jornal «As Novidades», onde, a propósito da lei orçamental, se reduziu o vencimento dos professores universitários, é o Instituto injustamente visado, tanto no que respeita à verba destinada à construção do seu novo edifício como no que respeita à verba destinada a missões de estudo no estrangeiro, pedindo que na acta da presente sessão fique declarado, como por este modo fica, o seu protesto.

O Sr. Presidente comunica que S. Exa. o director pediu ao Sr. Ministro que ele lhe concedeu uma licença e dirigiu-lhe um ofício encarregando-o da Direcção interina, à semelhança do que fizeram, por indicação do Conselho, no ano anterior. Ele declara, porém, que no presente ano lhe é impossível aceitar o encargo, já porque tem brevemente de se ausentar do país, já porque lhe parece que as circunstâncias são completamente diferentes das do ano passado. Nesta ocasião a direcção do Instituto quase podia limitar-se a serviços de mero expediente, mas actualmente estão pendentes de solução tantos assuntos da maior importância para este Instituto que se não compadecem com soluções de continuidade. Além disso julga que mesmo regularmente ele não pode ser Director ainda que interinamente.

Como professor da cadeira de Contabilidade é vogal nato da Comissão Administrativa e não faz sentido que ele se transforme num fiscal de si mesmo (..) O vogal Sr Adrião Sequeira propõe para a direcção o vogal Duarte José Pacheco em quem reconhece todas as qualidades precisas para a direcção, um conhecimento profundo das necessidades actuais do Instituto e o tempo disponível que aos vogais mais antigos falta. Entende por isso que com a ajuda dos vogais ele fará um óptimo lugar. Os vogais Srs. Lepierre e Herculano de Carvalho manifestam idêntica.

O vogal Sr. Duarte José Pacheco agradece a indicação do seu nome, ,as acentua que uma única pessoa estava claramente indicada: o Dr. Mira Fernandes em quem concorrem todos os requisitos: talento, experiência e prestígio, entendendo até que pessoas de justo prestígio do Dr. Mira Fernandes não têm o direito de se recusarem aos sacrifícios que o Instituto lhes peça. Os problemas que actualmente assoberbam o Instituto só podem ser resolvidos com uma acção contínua e uma orientação persistente. As obras do novo edifício estão em via de começo. Neste momento é necessário agir firmemente.

O vogal Dr. Mira Fernandes agradece as referências feitas pelo vogal Duarte Pacheco e defende que tem motivos particulares que o forcem a não aceitar o encargo. O vogal Sr. Raul de Mendonça é de opinião que quem agora tomar a direcção deve continuar e o vogal Duarte

Pacheco acentuou bem essa necessidade. Para a direcção do Instituto necessita-se de quem possa dedicar toda a sua actividade e todo o seu esforço. O vogal Duarte Pacheco tem na verdade todas as qualidades e o tempo que aos restantes falta quase em absoluto, como a ele acontece.

Seguidamente foi o vogal Duarte Pacheco escolhido por unanimidade para a direcção interina.

O vogal Duarte Pacheco mais uma vez agradeceu a escolha do seu nome e pede que todos o auxiliem no encargo que vai tomar, pedindo que lhe digam claramente se alguma vez se afastar do verdadeiro caminho. Todos devem ter o mais decidido empenho no engrandecimento da escola. Ele, por si, a todos consultará.

[riscado no original: Propõe até, sendo aprovado por unanimidade, que em vista da gravidade do momento, uma comissão composta pelos professores Santos Viegas, Mira Fernandes, Raul de Mendonça e Beirão da Veiga o auxilie e oriente nas suas novas funções].

Documento 18

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927),
Acta da Sessão do Conselho Escolar de 21 de Junho de 1927

O vogal Sr. Lepierre chama a atenção do Conselho para um artigo publicado no jornal «As Novidades», onde, a propósito da lei orçamental, se reduziu o vencimento dos professores universitários, é o Instituto injustamente visado, tanto no que respeita à verba destinada à construção do seu novo edifício como no que respeita à verba destinada a missões de estudo no estrangeiro, pedindo que na acta da presente sessão fique declarado, como por este modo fica, o seu protesto.

O Sr. Presidente comunica que S. Exa. o director pediu ao Sr. Ministro que ele lhe concedeu uma licença e dirigiu-lhe um ofício encarregando-o da Direcção interina, à semelhança do que fizeram, por indicação do Conselho, no ano anterior. Ele declara, porém, que no presente ano lhe é impossível aceitar o encargo, já porque tem brevemente de se ausentar do país, já porque lhe parece que as circunstâncias são completamente diferentes das do ano passado. Nesta ocasião a direcção do Instituto quase podia limitar-se a serviços de mero expediente, mas actualmente estão pendentes de solução tantos assuntos da maior importância para este Instituto que se não compadecem com soluções de continuidade. Além disso julga que mesmo regularmente ele não pode ser Director ainda que interinamente.

Como professor da cadeira de Contabilidade é vogal nato da Comissão Administrativa e não faz sentido que ele se transforme num fiscal de si mesmo (...). O vogal Sr. Adrião Sequeira propõe para a direcção o vogal Duarte José Pacheco em quem reconhece todas as qualidades precisas para a direcção, um conhecimento profundo das necessidades actuais do Instituto e o tempo disponível que aos vogais mais antigos falta. Entende por isso que com a ajuda dos vogais ele fará um óptimo lugar. Os vogais Srs. Lepierre e Herculano de Carvalho manifestam idêntica.

O vogal Sr. Duarte José Pacheco agradece a indicação do seu nome, ,as acentua que uma única pessoa estava claramente indicada: o Dr. Mira Fernandes em quem concorrem todos os requisitos: talento, experiência e prestígio, entendendo até que pessoas de justo prestígio do Dr. Mira Fernandes não têm o direito de se recusarem aos sacrifícios que o Instituto lhes peça. Os problemas que actualmente assoberbam o Instituto só podem ser resolvidos com uma acção contínua e uma orientação persistente. As obras do novo edifício estão em via de começo. Neste momento é necessário agir firmemente.

O vogal Dr. Mira Fernandes agradece as referências feitas pelo vogal Duarte Pacheco e defende que tem motivos particulares que o forcem a não aceitar o encargo. O vogal Sr. Raul de Mendonça é de opinião que quem agora tomar a direcção deve continuar e o vogal Duarte Pacheco acentuou bem essa necessidade. Para a direcção do Instituto necessita-se de quem

possa dedicar toda a sua actividade e todo o seu esforço. O vogal Duarte Pacheco tem na verdade todas as qualidades e o tempo que aos restantes falta quase em absoluto, como a ele acontece.

Seguidamente foi o vogal Duarte Pacheco escolhido por unanimidade para a direcção interina.

O vogal Duarte Pacheco mais uma vez agradeceu a escolha do seu nome e pede que todos o auxiliem no encargo que vai tomar, pedindo que lhe digam claramente se alguma vez se afastar do verdadeiro caminho. Todos devem ter o mais decidido empenho no engrandecimento da escola. Ele, por si, a todos consultará.

[riscado no original: Propõe até, sendo aprovado por unanimidade, que em vista da gravidade do momento, uma comissão composta pelos professores Santos Viegas, Mira Fernandes, Raul de Mendonça e Beirão da Veiga o auxilie e oriente nas suas novas funções].

Documento 19

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1940),
Carta Lida na Acta da Sessão do Conselho Escolar de 1 de Maio de 1931

O chefe de trabalhos da 4ª cadeira pede subsídio de viagem de estudo aos centros culturais mais importantes da França e da Alemanha com vista a colher elementos para a instalação condigna e completa do futuro laboratório de Física no novo edifício; e estudo dos aparelhos e métodos laboratoriais mais ou menos em uso para os ensaios pedagógicos e técnicos; e obtenção de indicações sobre a aquisição futura de aparelhos e material. Custo estimado 6.000\$00; programa; Lisboa – Paris – Berlim – Hamburgo – Lisboa com visita às seguintes instituições, entre outras que se julguem necessárias.

Paris e arredores

École de Physique et de Chimie Industrielles (Lab. os professores Féry e Langevin)

Institut d'Optique Théorique et Appliquée

Conservatoire National des Arts et Metiers

Bureau International de Poids et Mesures (Sèvres)

Institut International du Froid

Paris Berlim

Institut Industriel du Nord de la France (Lille)

École Technique (Liège)

Teschnische Hochschule (Aachen) uma das mais importantes e modernas Segundo o informaram

Teschnische Hochschule (Hannover)

Em Berlim e arredores

Kaiser-Wilhelm Institut für Physik

Physikalisch – Technischen – Reichsanstalt

Technische Hochschule (Charlloemburgo)

Em Hamburgo

Physikalisches – Staats - Laboratorium

Em Stuttgart e Strabsburgo

Technische Hochschule (Stuttgart)

Institut de Physique de l'Université de Strasbourg (de renome mundial)

7 de Abril de 1931

Documento 20

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1940),
Moção Lida na Acta da Sessão do Conselho Escolar de 17 de Junho de 1932

Moção

Desde a época de criação do Instituto Superior Técnico, sob o impulso empreendedor e a auspiciosa Direcção inicial do Dr. Alfredo Bensaúde, honra-se o Conselho Escolar de ter diligenciado, em todas as circunstâncias, assegurar a marcha progressiva da sua Escola, procurando sempre agir de molde a bem merecer dos poderes políticos.

Constituído por um grupo de professores de proveniência variada, alguns dos quais têm desempenhado funções de relevo em diversos sectores da vida política do Paiz, pode entretanto justamente ufanar-se de já mais haver conduzido uma discussão ou desenhado uma atitude que não fosse de inteira subordinação ao exclusivo interesse do Instituto Superior Técnico.

Nunca as influências pessoais opiniáticas pesaram acintosamente nas suas deliberações; bem ao contrário, um espírito altamente conciliador tem condicionado todas as suas reuniões, como o prova o facto de quasi todas as deliberações serem tomadas por unanimidade apoz a livre discussão dos numerosos problemas que têm sido submetidos à sua apreciação.

É com êsse mesmo cunho de justiça e de independência que o Conselho Escolar do Instituto Superior Técnico, ao considerar a vasta obra já realizada pelo seu Director, Engenheiro Duarte José Pacheco, vem prestar-lhe a sua homenagem e manifestar-lhe o profundo reconhecimento por tudo quanto tem feito em prol da Escola, pondo ao serviço da causa comum as suas excepcionais faculdades de labôr, brilhantemente afirmadas em mais uma emergência difícil e – como se tanto não bastasse – sacrificando até a própria saude ao constante afan, sempre insatisfeito de bem produzir.

Fundada numa época de características industriais e económicas bem diferentes das da época actual, carecia o Instituto Superior Técnico de evolucionar no sentido de se adaptar às novas condições do meio, intensificando a sua cooperação com a indústria e remodelando o seu ensino.

Para levar a bom termo um tal empreendimento tornava-se indispensável uma instalação condigna, a exemplo do que tem sido feito a outros estabelecimentos de ensino secundário e superior. De como o nosso ilustre Director resolveu esta primeira étape, fala eloquentemente o esforço já realizado e coroado do mais amplo exito, mercê duma inexcêdível dedicação e espírito de sacrifício, aliados a uma alta capacidade de organisador.

Reconhece o Conselho que, para a efectivação integral do plano de transformações indispensáveis à vida do Instituto, se congregam no seu actual Director – e melhor que a ninguém – as necessárias qualidades e, nessa conformidade, o Conselho formula sinceros votos por que a acção directiva do Engenheiro Duarte José Pacheco perdure largo tempo, a fim de poder levar a cabo a obra remodeladora que tão notavelmente iniciou.

Lisboa, em 17 de Junho de 1932

Amílcar de Jesus

Charles Le Pierre

António Lobo de Aboim Inglez

Vicente Ferreira

(uma quinta assinatura ilegível)

Documento 21

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1940),
Acta da Sessão do Conselho Escolar em 23 de Julho de 1933.

O vogal professor Adrião de Sequeira pede que fiquem consignadas em acta as perguntas que na sessão anterior formulou sobre o quantitativo já dispendido com as obras do novo edifício, estado em que essas obras se encontravam actualmente e qual a época provável em que o Instituto irá ocupar as suas novas instalações, ficando também consignadas em acta as respostas do senhor Presidente. O senhor Presidente diz que não vê qualquer inconveniente na inserção da acta das referidas perguntas e das respectivas respostas, e assim informa que se a memória lhe não falta, respondeu às perguntas do vogal sr. Adrião de Sequeira o seguinte:

Que particularmente tinha até o maior prazer em dar ao vogal senhor Adrião de Sequeira todos os esclarecimentos que ele julgasse conveniente e estivesse ao seu alcance; porém, como Director, entendia que só deveria responder perante o Tribunal de Contas.

O vogal professor Francisco Maria Henriques julga também que a acta deve ser completada com a resposta do senhor Presidente a outras perguntas do vogal senhor Adrião de Sequeira, nomeadamente sobre quem dirigia actualmente as obras. O senhor presidente informa que a sua resposta foi que as obras continuam a ser dirigidas pelo Senhor Engenheiro Duarte Pacheco, actualmente ministro das Obras Públicas, visto que quando ele se viu forçado, pela nomeação do senhor Presidente para Ministro, a assumir a direcção do Instituto impôs como condição que as obras continuassem sobre a sua direcção. Quanto à mudança do Instituto para as suas novas instalações respondeu que ainda não podia dar informações concretas.

Documento 22

IST, Núcleo de Arquivo, Copiador de Cartas sem numeração (1932-1936)

23 de Setembro de 1932

Exmo. Sr. Director Geral do Tribunal de Contas, Lisboa

Tenho a honra de informar V. Exa que os responsáveis na gerência do ano económico de 1931-1932 na construção dos Edifícios do IST foram o director, Engenheiro Duarte José Pacheco, Caetano Maria Beirão da Veiga e Professor Engenheiro Raul Miguel de Mendonça.

O director interino

CM Beirão da Veiga

25 de Abril de 1933

Exmo. Sr. Secretário Director Geral do Tribunal de Contas

Tenho a honra de informar V. Exa. que os responsáveis pela administração deste Instituto no ano económico de 1932-1933 foram o director Engenheiro Duarte José Pacheco, o Professor Caetano Maria Beirão da Veiga, vogal da Comissão Administrativa e o Professor Engenheiro Raul Miguel de Mendonça, vogal da mesma comissão.

O director interino

CM Beirão da Veiga

14 de Agosto de 1933

No dia 14 de Agosto de 1933, pelas 11.30 reuniu-se a Comissão Administrativa do IST, tendo comparecido o Exmo. Sr. Presidente Engenheiro Duarte José Pacheco e os vogais Exmos Senhores Engenheiro Raul Miguel de Mendonça e Professor Caetano Maria Beirão da Veiga, tendo servido de secretário o Guarda-livros Canto Brandão.

Foi lida e aprovada a sessão anterior.

Foram de novo lidos e examinados e conferidos todos os documentos da receita e despesa referentes ao ano económico de 1932-1933 tendo-se verificado que o saldo de caixa era de 88\$75 referente ao antigo Instituto.

Para dar cumprimento ao artº 105º das bases Regulamentares do IST foi resolvido que se elaborasse mapas de receita e despesa para ser apresentado ao Tribunal de Contas:

Receita cobrada referente à construção do edifício do IST

Receitas eventuais para construção do IST	21.568\$00
Receitas eventuais (venda de terrenos)	<u>313.929\$40</u>
	335.497\$40

Construção do edifício do IST

Receita

Saldo na CGD em 1/7/32	1.351.808\$02
Venda de terrenos	333.929\$40
Saldo em cofre	106.056\$78
Dotação orçamental	700.000\$00
Receitas eventuais	133.132\$43
Receitas com vendas de terrenos	<u>917.529\$30</u>
	3.542.455\$93

Despesas

Construção	3.386.214\$49
Saldo em cofre	216.342\$29
Saldo na CGD	10.940\$45
Saldo com venda de terreno	<u>28.958\$70</u>
	3.542.455\$93

16 de Julho de 1935

Exmo Sr. Director Geral do Tribunal de Contas

Respondendo ao ofício de V. Exa. nº 1119, conta nº 147, Livro 67 de 12 do corrente, cumpre-me informar que conforme a escritura das contas deste Instituto, o saldo da conta deste Instituto, o saldo da conta da construção em depósito na CGD em 30/6/1932 era o seguinte conforme consta dos mapas enviados:

Nº 67638	1.351.808\$02
Nº 84002	<u>333.929\$40</u>
	1.685.737\$42

Documento 23

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1944),
Acta da Sessão do Conselho Escolar em 31 de Julho de 1936

Antes da ordem do dia o professor Veiga Beirão agradece a colaboração do corpo docente durante o período da sua interinidade como Director. Sem a sua valiosa colaboração está certo de que não conseguiria levar a bom termo a sua missão. Em seguida propõe um voto de saudações ao actual Director Eng. Duarte Pacheco pelos muitos anos e dedicação que tem dado a este Instituto, bem como o profundo reconhecimento pela grandiosa obra das actuais instalações da Escola. São as melhores mãos em que está entregue a Direcção do Instituto.

O senhor presidente propõe ao Conselho a seguinte consulta. Foi nomeada uma Comissão de Reforma do Ensino Técnico. Representa esta Comissão o pensamento da Escola? Se não representa, é possível que ele, presidente, na sua qualidade de Director, tenha de intervir junto do Governo a fim de o Governo ter conhecimento do pensamento da Escola antes da publicação da projectada reforma, mas neste caso deve estar habilitado com a orientação do Conselho para poder falar em seu nome. Portanto, ou o Conselho dá já a conhecer nesta sessão a sua orientação ou o autoriza a que, ouvido os professores que puder consultar, fale em nome do Conselho.

Quer sempre actuar dentro do pensamento do Conselho. Assim, deverá desde já tratar da organização dos trabalhos escolares do futuro ano lectivo ou esperar pelos trabalhos da comissão de reforma?

Quanto à reforma, Beirão da Veiga informa que nunca chegou a falar com o Ministro e por isso não conhece qual a orientação que se deve imprimir à reforma. Supõe mesmo que foi nomeado para a Comissão pela única consideração de ser director interino do Instituto à data de nomeação da Comissão de reforma.

O professor Cid Perestrelo diz que o Instituto só deverá tomar conhecimento da reforma depois dela publicada no Diário do Governo.

O vogal Belard da Fonseca julga que o Governo não quis propositadamente ouvir a Escola.

O sr. Presidente afirma que sobre a reforma há-de ser harmonioso o parecer do Conselho.

Documento 24

IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolar (1927-1940),
Acta da Sessão do Conselho Escolar em 22 de Dezembro de 1938

Resultados estatísticos dos últimos anos que dão os seguintes resultados:

Matriculados em 1928/29	88	saídos	12
1929/30	85		15
1930/31	88		12
1931/32	89		11
1932/33	86		14

Dos saídos, tiraram curso em 6 anos	6%
7 anos	11%
8 anos	6%
9 anos	6%
10 anos	2%
mais de 10 anos	os restantes

Percentagem de reprovações:

Em 141 alunos matriculados: 29 passagens por média; 12 aprovações com exame final e 100 reprovações

Em cadeiras com um professor com I e II Partes: I parte 7 matrículas – 25 passagens por média; 15 aprovações em exame e 34 reprovações; II parte 82 matriculados, 29 passagens por média, 9 aprovações em exame, 44 reprovações.

- a) que não sejam dados cursos teóricos nas aulas práticas

- b) b) que não sejam dados nas cadeiras senão conhecimentos próprios das matérias nelas professadas, atendendo que nada justifica a introdução de quaisquer conhecimentos matemáticos em cadeiras de outra finalidade
- c) chamar desde já a atenção dos professores do curso geral para a necessidade de retirar a todas as cadeiras desse curso o aspecto universitário que elas estão tendo, dando à preparação dos engenheiros menor soma de conhecimentos mas mais fácil manejo e aplicação de conhecimentos obtidos.
- d) chamar desde já a atenção de todo o corpo docente para a necessidade de reduzir o esforço de memória que actualmente é pedido aos alunos, substituindo-o, com enorme vantagem do ensino, pelo raciocínio e discussão na prestação de provas, eliminando, se tanto for possível, a dedução de fórmulas ou de demonstrações na ocasião dos exames e substituindo esse critério pela discussão e interpretação dos resultados obtidos.
- e) Que se chame a atenção dos professores do Instituto para que a índole da escola exige que sejam as aulas práticas aquelas que devem marcar o valor do aluno e para que o exame final deve ser nesta escola um recurso só para os casos excepcionais, donde a passagem dos alunos efectua-se por mérito comprovado nas aulas práticas e nos exames de frequência, que sendo o ponto de contacto entre o aluno e professores deve continuar a ser três e não dois.
- f) Que as matrículas passem a ser por cadeiras e não por anos.

O sr. Presidente diz que são importantes algumas questões apresentadas pelo vogal professor Adrião Sequeira. Mas precisamente por isso elas devem ser previamente apreciadas pelas comissões pedagógicas.

Documento 25

IST, Núcleo de Arquivo, Documentos apresentados ao Conselho Escolar, (1940-1948), Acta da Sessão do Conselho Escolar em 5 de Novembro de 1942

(...) Entretanto na última parte da ordem do dia, o Sr Presidente informa que a situação pelo que respeita ao funcionamento do laboratório de máquinas é bastante precária, tendo como certo que no actual ano lectivo o laboratório não poderá funcionar, pois julga preferível não abrir os respectivos trabalhos a abri-los e ter de os encerrar por um mandato de despejo.

Por si não se sente com responsabilidade no caso, pois só ha poucos dias tomou parte do cargo de director. Mas a verdade é que o terreno onde o referido laboratório está instalado, foi vendido, e segundo as cláusulas do contrato, ele já devia ter sido entregue ao comprador, livre e desembaraçado até 30 de Junho findo.

No uso do seu direito o comprador está demolindo o edifício do lado poente e brevemente vai começar a demolição do lado nascente. No entanto o Instituto ainda lá tem pessoal trabalhando, com prejuízo para o comprador e até graves riscos para o próprio pessoal. Por benevolência do comprador, o Instituto ainda se lá poderá manter por mais dois ou três meses, mas isso não resolve as dificuldades, pois, na melhor das hipóteses, o novo laboratório só poderá estar construído em dois ou três anos. Por isso não se vê outra solução senão desmontar todos os mecanismos e apetrechos que lá existem e pôr tudo nas caves e nas oficinas do Instituto.

O Instituto Português de Combustíveis deve nomear um delegado para, juntamente com o delegado deste Instituto, que propõe, seja o Dr Droz, tratarem da remoção de tudo para o novo edifício procedendo à sua arrumação onde for possível. O edifício do lado poente deve ser desocupado imediatamente. Por isso propõe que se dê ao Dr Droz plenos poderes para o conseguir. Por último entende que todas estas resoluções devem ser imediatamente comunicadas ao comprador, firma H. Vaultier & Cia.

O professor Herculano de Carvalho informa que foi durante o tempo da sua direcção que se fez a venda do terreno onde tem estado o laboratório de máquinas. Nessa altura a operação era considerada, não só porque havia tempo suficiente para a construção do novo laboratório, como também o produto da venda vinha facilitar muito a construção. Circunstâncias posteriores, derivadas da anormalidade da crise actual, é que vieram complicar e até inutilizar os primeiros trabalhos efectuados.

O professor Droz lembra fazer a montagem de algumas máquinas mais necessárias e arrecadar o resto. Para isso lembra uma sala do Pavilhão de Electricidade onde se tem trabalhado. Outra solução seria construir alicerces, montar neles as máquinas e depois cobri-las com lonas. O Sr Presidente sugere a parte das oficinas onde tem estado a estância de madeira.

Documento 26

IST, Núcleo de Arquivo, Documentos apresentados ao Conselho Escolar, (1940-1948), Lisboa,
21 de Abril de 1947

Exposição sobre o Ensino no IST
Dirigida pelos Alunos ao Dgº C.E.

Ao tomar o seu primeiro contacto com o Corpo Docente, a Secção Pedagógica quer aproveitar a oportunidade para esclarecer a maneira como encara a sua própria missão. Ninguém ignora que as condições pedagógicas do nosso Instituto estão muito longe de ser as ideais e duvidamos que alguém possa afirmar conscientemente, que a Escola cumpre, de uma maneira geral, as funções que lhe foram atribuídas pelo seu fundador: “o IST foi criado com o intuito de fornecer ao País engenheiros, que possuam não só o saber, mas também as qualidades necessárias para que, prosperando na vida profissional, contribuam ao mesmo tempo para o nosso progresso económico” (Notas Histórico-Pedagógicas, Alfredo Bensaúde).

É evidente que não é a Secção Pedagógica que vai resolver a situação. Ela deve ser estudada e resolvida por professores especializados nos problemas pedagógicos. No entanto, a S.P., servindo de intermediária entre o sentimento geral dos alunos e o Corpo Docente, pode fornecer elementos importantes ao estudo e à solução dos problemas do ensino. É nesse sentido que são de uma justeza flagrante as afirmações de Ortega Y Gasset no seu livro “A Missão da Universidade”: na organização do ensino superior, na construção da Universidade, é forçoso partir do estudante, não do saber, nem do professor. A Universidade tem de ser a projecção institucional do estudante, cujas duas dimensões essenciais são: uma, o que ele é: a escassez da sua faculdade aquisitiva do saber; outra, o que ele necessita saber para viver”.

O estudante tem alguma coisa a dizer na sua qualidade de consumidor da matéria pedagógica. O seu testemunho directo deve ser considerado como um dos elementos básicos de uma reforma do ensino. Que assim é já foi reconhecido no regulamento de 1911, pela existência de um livro na Secretaria, onde os alunos escreviam apreciações críticas sobre o curso que tinham terminado.

É ainda nesta ordem de ideias que a representação dos alunos no Conselho Escolar é um elemento imprescindível ao aperfeiçoamento de uma Escola. A Secção Pedagógica pensa enviar dentro em breve ao Dgº Conselho Escolar um pedido de representação dos alunos nesse Conselho, devidamente fundamentado.

Vem a S.P. apresentar ao Digº Conselho uma exposição sobre o ensino no IST. Julga assim, e dentro do que se disse atrás, poder concorrer de certo modo, para o aperfeiçoamento do ensino na nossa Escola.

I – O aluno luta não só com a falta de elementos de estudo como com a falta de confiança naqueles de que dispõe. A maioria dos alunos estuda por folhas, não se responsabilizando, no entanto, o professor pela matéria nele contida. Mas as folhas estão frequentemente erradas, o que constitui um prejuízo manifesto para o estudante. Embora o aluno possa tirar os seus apontamentos na aula, dispensando portanto as folhas, é inegável que tem maior vantagem em ouvir a exposição do que em se preocupar de um trabalho mecânico de ditado. É do maior interesse que o aluno disponha de livros ou, se não for possível, de folhas, com texto fornecido pelo próprio professor da cadeira, e publicado sob a sua responsabilidade. Tome-se como exemplo o que nesse sentido têm feito já alguns professores embora infelizmente, em muito pequeno número.

II – Quando o aluno não se quer limitar a estudar por folhas ou por apontamentos por ele tirados, e recorre à consulta de livros, encontra uma série de dificuldades. Assim, quanto à dificuldade de consulta, nota-se que é rara a obra muito consultada, que possui mais de um exemplar na Biblioteca, o que conduz à situação de raramente lhe ser possível tê-la em seu poder, o tempo suficiente, para dela poder tirar completo proveito.

Parece-nos pois essencial prolongar o prazo de consulta, pelo menos no que se refere a certas obras menos consultadas, e isto independentemente de se aumentar ou não o número de exemplares dessas obras, actualmente existentes. Bem sabemos que se levantam certas dificuldades de carácter técnico, ou mais precisamente, burocrático. Pensamos, no entanto que o fim da Biblioteca é servir os interesses dos alunos, e que se nas actuais circunstâncias, isso se não realiza satisfatoriamente, cabe às entidades competentes encontrar a melhor forma de adaptar a sua organização, às necessidades reais dos estudantes e portanto do ensino.

Nesta ordem de ideias seria ainda útil que se reconsiderasse na importância das razões que podem levar a privar os alunos da consulta externa de dicionários e tabelas, quando a Biblioteca está fechada.

Por outro lado, os livros existentes nas bibliotecas dos diferentes pavilhões, são de tão difícil consulta, que o aluno se sente desencorajado pelas dificuldades que encontra antes de ter requisitado o livro.

Quanto à qualidade dos livros, observe-se que a Biblioteca não está suficientemente actualizada em certos assuntos, como por exemplo, Geradores, Rádio, Química Tecnológica, na especialidade.

Julgamos que se deveria fornecer a possibilidade ao aluno de indicar certas obras a serem adquiridas pela Biblioteca, obras que seriam adquiridas evidentemente, só depois do assentimento, por parte das entidades competentes. Estas obras seriam expostas em vitrines próprias durante a semana em que fossem adquiridas, dando assim uma ideia da vitalidade da biblioteca. Auxiliava-se assim grandemente o estudante no seu estudo, pois ele toma muitas vezes conhecimento em livrarias e em revistas de certas obras, que transcendem das suas

capacidades económicas, e que além disso, só lhes interessam, por vezes, em determinados capítulos.

III – Nota-se, em todos os cursos do nosso Instituto um divórcio entre o ensino e a vida social. Ora entendemos que aquele deve ser dirigido para esta. Assim, não compreendemos que se aprenda a construir vias de transporte, sem atender às necessidades sociais e às necessidades concretas do País, que solicitam essa construção.

É com grande prejuízo para a formação social e para a preparação profissional, que hoje saem do nosso Instituto engenheiros, desconhecendo os problemas nacionais que têm de vir a enfrentar: o problema dos transportes, o problema da habitação, o problema da electrificação, o problema da reorganização industrial, etc.

Os museus, a extensão dos programas das cadeiras da especialidade às questões concretas da economia nacional, a criação de uma cadeira de Geografia Económica de Portugal, são medidas que podem contribuir para resolver estas dificuldades.

IV – Outro elemento indispensável de estudo é a visita de museus. Estas devem ter principalmente por finalidade, divulgar as obras de engenharia, realizadas quer no País quer no estrangeiro. Queremos apontar que mesmo os museus que existem não são abertos aos alunos (museu de engenharia civil, e de mineralogia). Julgamos necessário organizar museus de todas as especialidades, e fazer deles elementos efectivos de estudo.

A mesma tendência para não utilizar a fundo os instrumentos de trabalho existentes, que já de si são escassos, se nota em relação aos laboratórios e às oficinas, com excepção dos laboratórios da especialidade Química. Há exemplos de alunos que, pretendendo realizar trabalhos de laboratório ou oficina, por vontade própria, não conseguiram obter autorização dos professores respectivos.

V – Em grande parte das cadeiras, a parte teórica é demasiado verbalista. O professor limita-se a expor sem documentação, sem dar ao aluno ideias concretas que lhe são as mais úteis e as que ele apreende com maior facilidade. Por isso, julgamos da maior vantagem, documentar o mais possível as lições, por meio de citação de casos concretos e da generalização do uso de maquetes, projecções, esquemas, etc.

Como exemplo de insuficiência sobre este aspecto citamos as cadeiras de Tecnologia Mecânica e Órgãos de Máquinas, Hidráulica Geral, etc.

Julgamos que o Digº Conselho Escolar deve ponderar as razões que levam a uma tão baixa frequência das aulas teóricas. É este um dos mais iniludíveis sintomas da falta de saúde do nosso sistema de ensino. Um outro, e não menos significativo, é o de se encarar a aula teórica como factor não fundamental, supérfluo na actividade docente, e o que é mais grave, o facto de ela o ser em muitos casos. Que assim é prova-o o facto do estudo das folhas dispensar muitas vezes, e com vantagem, a assistência da aula teórica.

VI – Paralelamente com o que acontece nas aulas teóricas, as práticas afastam-se também dos casos reais. Os trabalhos práticos são em geral, fictícios, não se apresentando ao aluno as dificuldades que aparecem na prática. Ele não toma contacto com os trabalhos exteriores ao gabinete, com os pormenores da sua execução. Como exemplos citamos a cadeira de Estradas, onde julgamos vantajoso o estudo de um projecto completo de um troço de estrada, a observação de fases de construção, e a realização pelos alunos de trabalhos de campo; a de Caminhos de Ferro enfermando dos mesmos males que a de Estradas.

Para aumentar o rendimento das aulas práticas julgamos conveniente que o professor tome uma parte activa nelas. “É errado o critério que conduz à tendência nociva de abandonar inteiramente ao assistente o ensino prático, falsamente tido por simples, reservando o professor para si, mais ou menos exclusivamente, a exposição oral”; “O ensino prático é tanto melhor quanto mais demorado o contacto do aluno com o professor” (Prof. ^a Bensaúde, Notas H.-P-). Esta cooperação do professor nas aulas práticas dar-lhe-ia maior segurança na classificação, e facilitaria a missão do assistente.

Também aqui parece ter-se perdido de vista a verdadeira missão da Escola, pois se transformam certas aulas práticas, como a de Matemáticas Gerais, Descritiva, Cálculo e Mecânica, em sessões de cópia automatizada; todo o trabalho realmente produtivo é deixado para casa e prejudica assim o acompanhamento da matéria teórica.

A questão essencial parece aqui ser a falta de assistentes, muito especialmente no 1º ano. É evidente que uma aula prática em que há um número de alunos não inferior a 30 e um único assistente, nunca poderá ser produtiva. Note-se ainda que o assistente nunca poderá chegar a ter um conhecimento razoável dos seus alunos e a classificação fica assim inteiramente dependente da contingência de um exame.. Para se ver até que ponto o ensino tem entre nós um aspecto convencional, divorciado dos seus objectivos reais, basta notar que raramente se fazem as correcções dos pontos de exame e dos outros trabalhos realizados. No entanto desta correcção o aluno teria tirado um proveito real pela análise crítica dos erros cometidos. O ponto de exame parece portanto só interessar na medida em que é um elemento de classificação e cumpre a sua rígida função burocrática, de reprovar ou deixar passar.

Da própria natureza das aulas práticas resulta, que não deve ser necessário realizar trabalhos que lhe digam respeito, fora delas. Não se deve portanto exigir que o aluno tire parte do pouco tempo de que dispõe, para fazer cadernos e relatórios, que deviam ser feitos na aula. Isto traria consigo a vantagem de os relatórios serem pessoais, o que presentemente não acontece na maioria dos casos.

Há certas cadeiras cujas aulas práticas começam excessivamente tarde. Esta perda de tempo vem-se reflectir no programa do ano lectivo.

VII – Nota-se em certas cadeiras, uma falta de coordenação entre as matérias das aulas teóricas e práticas, ou porque elas são tratadas sem o terem sido na teoria, ou porque o aluno não se

ocupou delas por falta de tempo. Poder-se-ia atenuar este inconveniente por meio da maior assiduidade do professor às aulas práticas, a que já nos referimos, e por um programa comum.

VIII – Nota-se a ausência de um plano de conjunto que coordene as matérias das várias cadeiras. O programa de cada uma está praticamente dependente da vontade do seu professor, o que traz como consequência a repetição de umas matérias e a omissão de outras que são necessárias. É conveniente portanto que os programas sejam organizados criteriosamente por uma Comissão de Professores, de modo que não se mantenha este estado de coisas. Pedimos que as Comissões Pedagógicas previstas no artº 109, § 1º, Cap. XV, do Regulamento do IST, 1921, cumpram as funções que lhes estão destinadas.

IX – Os alunos constatarem que, quando se trata de aplicar os conhecimentos adquiridos nas cadeiras de Física, Cálculo e Mecânica, se vêm na maior parte dos casos em dificuldade. São no entanto estas cadeiras as que exigem maior esforço da sua parte, e aquelas onde, dado o seu grande desenvolvimento, eles poderiam adquirir uma verdadeira preparação para o seu curso especializado. Isto dá lugar a que se tenha espalhado pelos alunos a ideia de que estas cadeiras são inúteis. Seria interessante uma intervenção do Dgmº Conselho Escolar, no sentido de os professores dessas cadeiras esclarecerem os alunos sobre a sua função no curso que eles frequentam.

Sabemos que não nos cabe a nós, criticar a índole e a orientação dessas cadeiras, nem nos sentimos com competência para o fazer. Não queremos no entanto, deixar de apontar a incoerência flagrante que, a nossos olhos, existe no sistema de ensino pelo facto de não se conseguirem nele conciliar duas tendências extremas, uma teórica e outra prática. Não discutimos aqui a legitimidade de tais tendências, ou mesmo o problema de saber até que ponto uma determinada cadeira tem hoje na nossa Escola uma orientação teórica ou prática. O que verdadeiramente nos interessa são as condições reais, objectivas, do nosso ensino, cujas consequências somos os primeiros a sofrer. Constatamos que na hipótese de termos adquirido o domínio das matérias ensinadas nas cadeiras de Cálculo, Mecânica e Física – o que diga-se de passagem, constituiria uma notável proeza - muito raramente nos seria exigido aplicar as técnicas de trabalho aprendidas nas duas primeiras cadeiras, ou os conhecimentos ensinados na última e nunca ou quase nunca os métodos de trabalho de qualquer delas. Este não aproveitamento do trabalho anteriormente realizado quebra a unidade indispensável do ensino e leva a um esquecimento progressivo das matérias ensinadas, que poderiam vir a ser úteis pelo menos para alguns. Em resumo, o nível do curso da especialidade, parece não corresponder ao do curso geral. Sob o ponto de vista puramente lógico haveria 4 soluções: elevar o nível dos cursos de especialidade, de modo a aplicar neles mais a fundo a matéria das cadeiras gerais; restringir a matéria das cadeiras teóricas de modo a adaptá-la aos cursos de especialidade; modificar a orientação tanto do curso geral como do especial de modo a dar unidade ao conjunto num nível diferente; finalmente criar duas espécies diferentes de cursos sendo um deles um

curso suplementar de aperfeiçoamento para aqueles que quiserem dedicar-se à investigação. Mais uma vez afirmamos a nossa incapacidade de decidir entre estas soluções; parece-nos no entanto que a verdadeira solução deve ter em conta as condições concretas do nosso meio e as suas necessidades reais; tem de ser uma solução condicionada pelo estado económico e social do País. Interessa-nos registar que nós, como todos, temos a consciência de que a situação actual só se pode manter em prejuízo do desempenho normal das funções do ensino e em prejuízo portanto da vida social.

X – Há certas cadeiras que só figuram nos horários, como por exemplo: Oficinas II (Electrotecnia), Tecnologia I (prática), Construções Electro-Mecânicas, Metalúrgia (prática), Electroquímica (prática), Estudos de Minérios e outras cadeiras que, por não terem professor, estão a ser regidas por assistentes, cuja competência e, nalguns casos duvidosa.

XI – Pensamos que as oficinas não cumprem a função que lhes está indicada na firmação do Engenheiro. Pedimos ao Dgmº Conselho Escolar que compare as seguintes palavras do Professor Bensaúde com as actuais condições de trabalho nas oficinas: “Na organização do Instituto, atribui-se um papel importante aos trabalhos oficinais; por eles adquire o aluno uma parte essencial da sua instrução técnica, aprendendo a conhecer as principais ferramentas com que se trabalham a madeira e os metais”.

Nota Final – Pretende esta exposição focar os aspectos de ensino comuns a todas as especialidades, apontam-se aquelas tendências que se julgam perniciosas e sugerem-se por vezes algumas soluções, sempre de um modo despretensioso e a título do depoimento o testemunho directo. Julgamos que este ponto de vista é justo e que, se por vezes há uma falta de documentação, ela é devida à dificuldade de entrar em contacto directo e rápido com todos os estudantes. Uma coisa se não pode pelo menos por em dúvida: a nossa boa intenção. Pedimos pois ao Dgmº Conselho Escolar, quanto mais não seja a este último título, se digne a nos prestar atenção e a enviar-nos o seu parecer sobre esta exposição e sobre os problemas que ela levanta.

Desde já agradecemos esta satisfação que nos parece nos ser devida.

Lisboa, 21 de Abril de 1947

A Bem da Nação

Pela Secção Pedagógica
António José dos Santos Gonçalves
A Marques (ilegível)
António Almeida (ilegível)

Por impossibilidade, não assina o Director da Secção Pedagógica, Fernando Pulido Valente, seu principal redator.

Documento 27

Diário de Notícias, Discurso de tomada de posse de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e Comunicações a 26 de Maio de 1938.

O sr. engenheiro Duarte Pacheco, que falou de improviso, disse, dirigindo-se ao ministro da Justiça:

-É com verdadeira emoção que recebo das mãos de V. Exa. a pasta das Obras Públicas e Comunicações.

Emoção que resulta de a entrega desta pasta me ser feita por um homem da categoria política, intelectual e moral de V. Exa. grande ministro e grande amigo, civilista insigne, notável reformador dos fundamentos jurídicos da vida portuguesa, bom e leal companheiro de quase quatro anos de governo.

Emoção que provém ainda da circunstância de V. Exa. ser o ministro da Justiça.

Esta palavra Justiça soa hoje aos meus ouvidos e ecoa no meu coração por uma forma singular...

O meu regresso à pasta das Obras Públicas e Comunicações parece ter o significado – ao menos tem-no para mim – de veredicto da Nação à obra que iniciei neste ministério em 1932, e foi interrompida no início de 1936.

Obra modestíssima sem dúvida, a que faltou certamente a larga visão que o meu fraco merecimento não soube imprimir-lhe, mas obra inspirada no profundo e puro amor da Pátria na dedicação ilimitada posta ao serviço do bem público.

Aqui servi devotadamente aos meus concidadãos, aqui queimei anos de vida que contam por muitas vezes os de trabalho, aqui me fiz quase um velho.

E quanto sofrimento e quantas amarguras colhi...

Mas um homem público verdadeiramente digno desse nome e verdadeiramente amante da sua Pátria, só pode, só deve ter um desígnio – servi-la. Servi-la em tudo, em todos os lugares e em todos os momentos.

E há-de saber esquecer todas as injustiças e todas as ingratidões, todas as cabalas e todas as grosserias até, e ter a força interior que o proteja dos infortúnios ou das incompreensões da sua acção.

Eu já esqueci tudo e hoje só recordo com perdurável reconhecimento os testemunhos de cativante simpatia e imerecido apreço que tantas pessoas, de todos os cantos do País, carinhosamente me enviaram, ao abandonar em 1936 a gerência deste Ministério.

Vou procurar agora reunir as poucas forças que ainda me restam, para servir uma vez mais o meu País.

E que programa trago?

O meu programa é o programa do Governo apresentado tão brilhantemente ao país pelo eminente Chefe do Governo, na lei da reconstituição económica, em leis complementares e na recente nota sobre as comemorações centenárias.

A minha acção consistirá fundamentalmente em cumprir e fazer cumprir a palavra de ordem do Doutor Salazar.

Precisarei ainda assegurar a minha fidelidade ao seu pensamento governativo? A minha devoção pela devoção patriótica desse homem, desse monge da Pátria, é e foi sempre tão grande, e tantas vezes traduzida em actos, que não tenho necessidade de a afirmar neste momento.

Venho encontrar no Ministério das Obras Públicas e Comunicações o mesmo dinamismo, o mesmo espírito de bem servir a Nação que me honro de aqui ter deixado? Por mim, pouco ou nada mudei; espero que os que aqui trabalham não tenham também mudado muito. Temos, entre muitas coisas, uma tarefa ingente a nosso cargo: a realização das obras inscritas no magnífico programa das comemorações centenárias, enunciado pelo sr. Presidente do Conselho. Todos poremos nessa realização a nossa inteligência, a nossa vontade, todo o nosso esforço até ao esgotamento.

Agradeço agora a todas as pessoas presentes a carinhosa simpatia que me trazem, amparando-me na profunda emoção deste momento.

Bem hajam.

Documento 28

AHBMOP, Livro de Despachos Ministeriais, 1941.

14 de Maio de 1941

Acerca do material necessário à construção dos Novos Hospitais de Lisboa e Porto, junta-se proposta da Companhia “Cimento Tejo”.

Da leitura do ofício da Companhia “Cimento Tejo” pode depreender-se que o Ministério das Obras Públicas e Comunicações deu o seu acordo ao aumento do preço do cimento que as empresas estabeleceram a partir do início de 1939. Ora não deu nem podia dar. E isto pela simples razão entre outras de não ter competência legal na matéria. O que se passou foi o seguinte: os senhores Directores – delegados das empresas “Cimento Tejo” e “Cimento de Leiria” e um director da “Secil” tiveram a amabilidade de me comunicar que tinham decidido fazer um determinado aumento no preço do cimento e que para tal tinham obtido a aprovação do Sr. Ministro do Comércio e Indústria. Agradei-lhes a gentileza da comunicação acrescentando que os termos em que ela me era feita me impediam de comentar o acontecimento. Todavia, por me parecer que a audiência pedida indicava certo desejo de se conhecer o meu pensamento na matéria declarei então: sempre lhes diria que se a elevação do preço do cimento dependesse de autorização minha, a não daria. E em termos breves, disse-lhes porquê: Objectaram que o aumento estabelecido no preço do cimento não era sequer suficiente para cobrir o excesso de encargos que a indústria estava já a suportar, em consequência dos agravamentos verificados nos preços de algumas matérias primas e matérias indispensáveis ao fabrico do cimento. Afirmaram que tinham feito esta demonstração ao Ministério do Comércio e Indústria e que igualmente a podiam fazer junto de mim, chegaram mesmo a exhibir alguns números. Disse então a esses senhores que já não era momento de se apreciarem os seus números mas a sê-lo não poderia o estudo sério do problema fazer-se com esquecimento da menor ou maior margem de lucros que as empresas de cimento usufruíam desde há bastantes anos, a qual era em grande parte resultado da legítima situação de favor que o Estado lhes tinha assegurado com uma fortíssima protecção, por ventura generosamente prolongada no tempo e no valor, além dos limites necessários. E dei por finda a audiência.

Documento 29

Diário de Notícias, Discurso de tomada de posse de Duarte Pacheco como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a 1 de Janeiro de 1938.

Assinado o auto pelos Srs Ministro do Interior, Governador Civil de Lisboa e Engenheiro Duarte Pacheco, este, dirigindo-se ao sr. Dr. Mário Pais de Sousa, disse:

Agradeço a V. Exa. o convite que me fez para dirigir os negócios da Câmara Municipal de Lisboa e as palavras amáveis que me endereçou neste acto de posse.

Sei que é pesada a tarefa que de mim se exige e dou conta da extensão do sacrifício que a aceitação deste encargo representa para mim.

Conheço também, por dura experiência, o prémio de amarguras que geralmente se colhe ao serviço esforçado e honesto do interesse público.

Todavia aceitei a difícil missão por um imperativo de consciência e por um dever de civismo.

Por um imperativo de consciência, porque não poderia esquecer as minhas responsabilidades na obra de ressurgimento nacional que, alvorecendo em Maio de 1926, se definiu, se corporizou e se começou a realizar em 1928; nem pude, apesar de tudo, ser insensível ao apelo que me dirigiu o Presidente do Conselho – o homem que, desde a primeira hora, considerei o verdadeiro guia da Nação e a quem, depois de largas batalhas e brilhantes triunfos, o País entregou confiante os seus destinos.

E por um dever de civismo, porque tendo a certeza de que me serão asseguradas as condições necessárias dum trabalho profícuo e a convicção de que a população de Lisboa me acompanhará com o incentivo da sua simpatia e da sua confiança na minha vontade de realizar obra fecunda e útil, a recusa teria de ser tomada como incompreensão do dever sagrado de bem servir a causa pública.

Afirmo agora a V- Exa. senhor ministro, que procurarei continuar os bons esforços e as honradas tentativas dos meus antecessores.

Não serão a vaidade nem o desejo de praticar actos heróicos ou de me assinalar por feitos ilustres os estímulos para a minha actividade.

Tive sempre um grande desapego por sentimentos dessa natureza e assim quero continuar

Procurarei apenas bem servir a Cidade e o Governo.

Tudo o que fizer de bom será obra da Cidade, será obra do Governo.

Para terminar, asseguro a V. Exa. que, com a confiança decidida do Governo, a colaboração e o apoio franco e completo da nova vereação eleita, vou tentar realizar a obra que o Governo e a Cidade esperam das minhas fracas forças.

Documento 30

Diário de Notícias, Discurso de Duarte Pacheco, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na cerimónia de tomada de posse dos vereadores camarários a 3 de Janeiro de 1938.

- S.Ex.a o Ministro do Interior quis ter a gentileza de assistir a este acto de posse da nova Câmara Municipal de Lisboa – de posse oficial dos novos vereadores e de empossamento efectivo do seu presidente – e dignou-se a pronunciar um brilhante discurso que nos deixou encantados pelo que nele houve de cativante apreço pela Capital, de benevolência generosíssima para nós, de confiante esperança na nossa acção e consolador apoio do Governo. São provas de consideração pelo Município de Lisboa, estímulo e confiança aos que vão ter a responsabilidade da sua administração, que todos, sensibilizados, reconhecidamente agradecemos a Sua Excelência.

Vão agora os meus cumprimentos para os novos vereadores.

Alguns conheço há mais ou menos tempo, e sei dos primores do seu carácter, do seu espírito de bem servir e excelentes qualidades de trabalho e de saber; outros conhecia apenas de nome pelos merecimentos e virtudes que em suas actividades têm revelado; e outros não os conhecia mesmo; mas a todos apresento igualmente as minhas saudações e de todos espero valioso concurso e a mais franca, leal e completa colaboração.

É certo que, nos termos do novo Código Administrativo, as responsabilidades e deveres da administração do Município, que antes eram distribuídos por todos os membros da vereação, recaem agora quase inteiramente sobre o Presidente da Câmara e os seus imediatos colaboradores, os directores de serviços.

Mas mais ou menos ampla que seja a intervenção dos senhores vereadores nos negócios do Município, há-de dizer-se o nosso desejo de que ela se exerça com um forte espírito de unidade e num ambiente de estreita solidariedade e amizade.

Consideramos a satisfação deste desejo uma condição necessária à eficácia do nosso trabalho e cremos interpretar o sentimento de todos V. Exas. senhores vereadores, afirmando a nossa vontade comum de trabalharmos todos como um só homem, com uma só vontade e um só pensamento.

São estes os meus votos sinceros para V. Exa.s.

Desejo também exprimir o nosso melhor agradecimento a todas as pessoas que assistem a este acto, para nos animarem com a expressão da sua simpatia e com o incentivo da sua confiança.

Aproveito igualmente o ensejo para testemunhar à Imprensa de Lisboa a minha gratidão pelos termos de grande carinho e excessiva benevolência com que acolheu a minha nomeação para este difícil cargo.

Os seus louvores, se representam um apoio valiosíssimo, criaram-me por outro lado grandes responsabilidades – tão grandes que me atrevo a pedir-lhe a ajuda das suas opiniões e a contar com a indulgência dos seus juízos.

Enfim, agradeço ao funcionalismo municipal a amabilidade da sua comparência a este acto.

Não tencionava fazer hoje quaisquer declarações de interesse público, ao contrário do que se anunciou, mas agora sinto que iludiria completamente a expectativa da cidade, ao menos a expectativa de tantas pessoas amigas que aqui vieram se não dissesse alguma coisa, por pouco que seja, sobre a orientação administrativa que vamos seguir.

Não vamos apresentar um programa com larga enumeração dos problemas municipais a resolver e correspondente cortejo de promessas.

Nem já se usa felizmente fazê-lo, nem isso se ajustaria aos nossos métodos de trabalho.

Os problemas que há a resolver no conjunto da administração municipal são muitos; alguns difíceis, requerendo aprofundado estudo outros delicados, exigindo muita ponderação.

Há-os também, sem dúvida, de resolução urgente e relativamente fácil, como, por exemplo, o dos acessos por estrada à cidade, o da arborização do Parque de Monsanto, impulsionado pelo Governo há mais de três anos, e o descongestionamento de certas zonas de acumulação de trânsito na parte baixa da cidade pelo emprego dos métodos de urbanização subterrânea, hoje de aplicação corrente e outros; não cremos porém, que haja necessidade ou real interesse em os tratar perante a opinião, pois dela são sobejamente conhecidos.

Também não vamos definir as grandes linhas da política municipal que está no nosso pensamento.

Todos reconhecerão que é cedo para o fazer e que será imprudente fazê-lo.

Impõe-se, naturalmente, tomar contacto com a administração municipal para ajuizar da justeza e segurança das nossas ideias, das possibilidades e dificuldades da sua realização e dos caminhos que convirá trilhar.

A primeira parte do nosso trabalho, vai portanto ser de estudo e reflexão. Será talvez um período de acalmia, mas não será um período improdutivo.

Que diremos então?

Apenas deixaremos esboçados alguns princípios gerais que queremos pôr na base de toda a nossa orientação, condensando-os em cinco pontos:

1º Aos munícipes devem os serviços da Câmara acolhedora deferência, consideração, prontas informações e rápida resolução dos assuntos do seu interesse-

2º O funcionalismo municipal há-de exercer as suas funções com produtividade e competência pondo ao serviço da Câmara toda a actividade necessária, e por cima de tudo com uma honestidade perfeita.

3º A administração da Câmara deve caracterizar-se pelo dinamismo, pela clareza e pela simplicidade; e visar a desembaraçar-se de tudo o que pode ser entregue com proveito às actividades particulares.

4º A Câmara há-de procurar trabalhar em estreita colaboração com os serviços do Estado por onde correm negócios que se relacionam com os da sua esfera de acção e com todas as instituições interessadas no progresso da cidade, quer sob o aspecto administrativo, cultural e de acção social., quer urbanístico, sanitário e económico.

5º No domínio das grandes realizações e da construção de edificações citadinas a Câmara deve trabalhar em sujeição a um plano geral de urbanização e expansão, deve chamar a si tudo o que represente a execução de obras de urbanização e há-de promover o embelezamento das edificações existentes e impor a rigorosa fiscalização das novas em defesa do aspecto arquitectónico da cidade.

Pensamos que o que fica dito se entende por si mesmo. Em todo o caso acrescentaremos, para evitar mal-entendidos, que as afirmações contidas nas duas primeiras proposições, não envolvem, de forma alguma, uma censura ao funcionalismo municipal.

Quisemos apenas transmitir-lhe, com a maior clareza, o nosso pensamento, porque entendemos, ser fundamental não nos esquecermos todos, em todos os lugares, e em todos os momentos, que a instituição municipal não existe por nós ou para nós, mas pelos munícipes e para os servir.

Meus senhores, basta de discurso e vamos ao trabalho.

Termino, lembrando um velho pensamento muito conhecido;

«Em todo o empreendimento dois terços hão-de entregar-se à inteligência e ao estudo e um terço à boa estrela, sendo fraqueza confiar mais à primeira fracção e temeridade mais à segunda.» E é o que vamos tentar fazer.

Documento 31

Diário de Notícias, Discurso de Duarte Pacheco na sessão inaugural da Exposição do Mundo Português, a 23 de Junho de 1940.

- Solicitado a proferir algumas palavras no acto da inauguração da exposição do Mundo Português, mal pude tirar escassos momentos aos meus absorventes afazeres, para me desempenhar do encargo.

Isto explica, ao menos em certa medida a brevidade e a insuficiência do meu discurso.

Felizmente, porém, o sr. Comissário Geral da exposição, com a autoridade especial das suas funções, numa brilhante e formosíssima oração, tudo ou o que quase tudo conviria fosse dito.

Por mim, tenho de declarar que considero a Exposição do Mundo Português um grande triunfo da nossa gente.

Triunfo na concepção, triunfo na realização.

Traçada com larga visão e profundo sentido do seu significado evocador de oito séculos de historia pátria, entre o Tejo, cujas águas murmuram ainda os feitos dos descobrimentos, e os Jerónimos, cujas pedras manterão eternamente vivas nos corações portugueses a recordação da nossa epopeia, a Exposição do Mundo Português e impõe-se por uma perfeita unidade arquitectural, pureza e elegância de linhas, e uma expressão de grandeza impressionante.

A realização representa um esforço gigantesco que só um fortíssimo entusiasmo criador tornou possível.

Erguer em escassos onze meses, com recursos diminutos –agravadas as dificuldades próprias do empreendimento com as que resultaram do conflito europeu e do inverno passado excepcionalmente rigoroso e prolongado – o quadro que os vossos olhos embevecidos vão contemplar dentro de momentos pode parecer um milagre, e é, sem dúvida, um êxito fulgurante.

Penso que os admiráveis resultados obtidos nos permitem afirmar com orgulho a capacidade realizadora de Portugal.

A arquitectura e a engenharia portuguesas mostram inspiração e valor reais e engenho e espírito de organização seguros.

A escultura, a pintura, a decoração, marcam progressos sérios e aqui e além notáveis produções.

O trabalho nacional, nos seus múltiplos ofícios e artes, demonstra capacidade produtora, saber profissional e renovado espírito de bem servir a Nação e revela-se capaz de constituir alicerce firme para a realização de quaisquer obras de que a Nação precise, por mais ousadas e difíceis que elas sejam.

O que explica o brilhante êxito da Exposição do Mundo Português?

Acima de tudo o entusiasmo patriótico que despertou em todo o País a memorável nota de Março de 1938 em que Sua Excelência o Presidente do Conselho lançou à terra portuguesa, com fecunda semente o seu belo, alto e clarividente pensamento das Comemorações Centenárias –pensamento que se converteu num poderoso instrumento de coesão da alma nacional.

Depois, e substancialmente, o trabalho inteligentemente orientado e perseverante dos realizadores da Exposição.

Eles conservaram-se sempre, através de todas as vicissitudes, animados de fervoroso e devotado espírito de bem servir. Não desfaleceram na sua fé e souberam comunicar o mesmo estado de alma aos seus colaboradores, dos mais valiosos aos mais modestos.

Não se diz isto no mero intuito de louvar – por justo e merecido que seja o louvor – diz-se mais como exemplo capaz de estimular novas energias criadoras.

Os realizadores da Exposição foram o engenheiro Sá e Melo e o arquitecto Cottinelli Telmo.

No risco e no complexo artístico da Exposição Telmo, artista raro e talentoso, artista em tudo – artista nos olhos, nas mãos, artista na alma, no coração.

Na organização e na execução, Sá e Melo, tenaz, incansável, calmo, modesto, oportuno, previdente.

Homenagem a eles primeiro.

Homenagem ao Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição, fino espírito que soube compreender rapidamente o talento realizador de um e o talento criador de outro, e a ambos assegurou, desde a primeira hora, uma confiança sem limites e um apoio sem restrições.

Homenagem a todos os colaboradores de Telmo e Sá e Melo – arquitectos, engenheiros, directores de pavilhões, escultores, pintores, historiadores, todos, enfim que deram o melhor do seu esforço para servir o pensamento de Salazar.

Homenagem ao Município de Lisboa pela sua valiosíssima colaboração sem a qual a exposição não teria sido possível.

Homenagem a todos os operários da Exposição, que se não pouparam a nenhum sacrifício para converter em realidade o sonho dos seus chefes.

Todos fizeram com que se cumprisse a palavra de Salazar.

A todos o Governo agradece. A todos o País agradecerá.

Documento 32

Diário de Notícias, Discurso de Duarte Pacheco na cerimónia de encerramento da Exposição do Mundo Português, a 2 de Dezembro de 1940.

- Vai encerrar-se, em pleno esplendor, a exposição do Mundo Português, manifestação admirável da visão, equilíbrio, energia e fé da gente portuguesa. Foi um sonho lindo, apenas interrompido na sua realização para que os nossos olhos extasiados a contemplassem no mundo físico das coisas. Sim, porque a sua visão de maravilha ficará para sempre guardada em todos os corações portugueses.

Síntese magnífica do esforço heróico da nossa gente através dos seus oito séculos de História, ela própria constituirá para o futuro uma página da História Pátria pelo que exprime da capacidade realizadora, espírito patriótico e cristão da geração de 40, da sua fina espiritualidade e poder criador. Símbolo da obra de continuidade histórica do Estado Novo – Estado que o saber e o fervoroso patriotismo de Salazar alicerçaram, ela teve o aplauso unânime e entusiástico de todos os portugueses. Glória a todos os seus realizadores – artistas, técnicos, trabalhadores. Homenagem ao ilustre comissário geral da Exposição do Mundo Português, Dr. Augusto de Castro, a quem me é grato testemunhar o alto apreço do Governo da Nação pelo brilhante êxito da sua acção.

Documento 33

AHME, DGESBA, Museus - Inquérito
1928-1929

Museu	Data de criação	Características	Necessidades urgentes	Inventário das colecções	Catálogos	Fotografia	Visitantes
Machado de Castro	10/10/1913 06/07/1923	Arte Industrial Ourivesaria e Tecidos	Melhoramento das instalações 1 escrevente	Em curso Não existe	Sumário	Bilhetes postais	12.000
Museu de Lamego	1917	Arte	Maior dotação orçamental Obras de conservação Um guarda/vigilante	Existe	Existe mas sem edição, por falta de verba		10.000
Museu Grão Vasco	16/03/1916	Pintura e Arte	Aquisição de novos espaços Melhores condições de luz Pessoal insuficiente	Existe	Edição de 1921	sim	6824
Museu de Aveiro	23/08/1911	Arte Religiosa	Obras de conservação Segurança Pessoal insuficiente	Existe	Não existe	poucos	3724
Museu de Arte Antiga	28/03/1911	Arte	Necessidade de construção do Anexo, biblioteca e sala de conferências Maior dotação orçamental Aumentos salariais Pessoal insuficiente	Sim	Edição de 1924 Edição de 1929	Sim	22331
Museu Nacional de Arte Contemporânea	26/06/1911	Arte dos séculos XIX e XX	Melhoramento e expansão das instalações Segurança	Sim	Não tem	Não tem	3480
Museu Regional de Évora	16/01/1915	Arte e Arqueologia	Obras de adaptação do edifício Pessoal	Sim	Não tem	Não tem	3000
UAMOC	19/06/1919	Convento de Cristo, núcleo de Museu	Não está classificado pelo Estado	Sim	Não tem	Não tem	Entrada franca não contabilizada
Museu Nacional dos Coches	1905	Colecção de coches	Pessoal de segurança	Sim	Sim	Sim	31689

Documento 34

AHME, DGESBA, Caixa 3006, Capilha 17: Direcção-Geral, Ofício de 13 de Abril de 1929, resposta do director do Museu de Aveiro ao pedido do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição acerca da relação de museus, respectivas datas das suas fundações e condições de instalação.

Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra

Respondo ao ofício de V. Exa. A nº 903. Tudo quanto V. Exa. Deseja saber acerca do Museu que dirijo se encontra exposto em numerosos ofícios enviados por mim ao Ministério da Instrução e em várias exposições e reclamações que nos últimos anos tenho dirigido às estações superiores e competentes, sobre os assuntos de interesse artístico que me são confiados. Infelizmente tudo se tem perdido, mas devo notar a V. Exa. que é profundamente desanimador verificar que o nosso zelo pelos Museus de Arte, onde se encontram tão importantes riquezas do património nacional, não merece a mais pequena consideração.

Faço votos por que desta feita os Museus artísticos encontrem no Ministério da Instrução Pública a protecção que todos os povos cultos lhes consagram.

Desejo a V. Exa. saúde e fraternidade.

Museu de Aveiro, 13 de Abril de 1929.

O Director

Alberto Souto

Documento 35

IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 45662/1, Ofício do Director do MNAA ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais, datado de 5 de Novembro de 1929.

Exmo. Senhor Administrador Geral dos edifícios Públicos e Monumentos Nacionais

Como V. Exa. sabe, é da maior urgência a conclusão do anexo deste museu, para colocação de muitas obras de arte que ali existem sem espaço para serem expostas, e ainda para evitar que se perca, destruída pela acção do tempo, a importante parte, já construída, desse anexo.

Para já, só concluído esse anexo é que o museu corresponderá aos fins que a sua situação de primeiro museu do país lhe impõe, pois só então é que a sua biblioteca, já hoje única em Portugal, poderá ser instalada convenientemente e facultada ao público.

Também só depois dessa conclusão é que haverá local para conferências, o que tudo fará com que ele seja, não apenas uma colecção notável de arte, mas um verdadeiro museu, ou seja um laboratório de arte, indispensável a um país com os deveres de cultura do nosso.

Nada disto porém é realizável sem que exista um projecto devidamente estudado desse anexo: e como esse projecto não existe, havendo apenas dele os elementos que serviram à construção da parte já feita, é indispensável a nomeação de um architecto para esse fim o qual terá, no ante-projecto feito a meu pedido ilustre José Luís Monteiro, um excelente subsídio. E isto é tanto mais urgente quanto, mais de uma vez, perdeu este museu oportunidades como as que lhe ofereceram o interesse de alguns ministros que sobraçaram a pasta do Comércio, interesses que não puderam efectivizar-se por falta desse projecto.

Como V. Exa. compreende, a realização de um projecto desta natureza é da maior delicadeza, porque envolve vários problemas cuja boa solução exige conhecimentos especialíssimos. Tem o architecto a quem ele for confiado que conhecer bem a modalidade portuguesa, tão característica do estilo barroco, e que saber ainda quais as necessidades particularíssimas que um museu exige sob o ponto de vista da conservação e apresentação dos objectos expostos.

São tudo isto factores a considerar, e eu, depois de ter largamente posto o problema a mim mesmo com o conhecimento que dele tenho, entendo que o architecto português que reúne estas condições é o Senhor Guilherme Rebelo de Andrade. Além de todas as provas dadas quanto ao seu conhecimento do barroco, este architecto tem estudado especialmente o caso do museu a meu cargo, devendo-se-lhe já alguns projectos executados e a executar, por ele realizados graciosamente e só com o fim patriótico de facilitar a tarefa confiada a esta Direcção.

Certo de que V. Exa. pela sua cultura e pelo interesse que tem manifestado já pelo primeiro museu do país, dará ao caso a solução mais adequada, prática e rápida, eu agradeço desde já a V. Exa. tudo o que V. Exa. faça em favor de tão patriótica causa.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, Secretaria do Museu Nacional de Arte Antiga, em 5 de Novembro de 1929.

Documento 36

IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 4562/8, Memória Descritiva do programa referente à conclusão do Anexo do Museu Nacional de Arte Antiga, datado de 7 de Setembro de 1932 e assinado por Guilherme Rebelo de Andrade.

Memória descritiva

O orçamento por estimativa a que se refere este pequeno relatório é destinado aos trabalhos necessários à conclusão do edifício que designamos por anexo do Museu Nacional de Arte Antiga e cujas obras iniciadas em 1913 foram paralisadas em 1918.

Dado o fim a que esta construção se destina, tem ela de ser, tanto quanto possível, inconstitutiva. Todos os seus pavimentos terão portanto de ser formados por lajes de cimento armado, os madeiramentos substituídos por armações metálicas, etc., etc.

Tendo de abrigar obras de arte de grande beleza e do maior valor e riqueza, em que avultam as de origem portuguesa, o que se impõe nesta construção do ponto de vista arquitectónico é sobretudo, tanto no exterior como no interior, a nobreza das linhas, em que não deve pôr-se de parte nem a expressão lógica da sua finalidade, nem, tanto quanto possível, o nacionalismo do seu carácter. Assim, a riqueza do edifício terá de traduzir-se mais pela concepção da planta, proporção de fachadas e utilização dos materiais: mármore, ladrilhos, cantarias, madeiras exóticas, metais, estuques e pinturas, valorizados em pormenores construtivos, como colunas, pilastras, cimbras, etc. do que por motivos ornamentais supérfluos que seriam prejudiciais sob todos os aspectos.

As instalações eléctricas e de serviço de incêndios serão escrupulosamente acauteladas, ouvindo-se para isso os técnicos especializados.

Pelo que respeita à necessidade de conclusão deste edifício, ela não só se impõe, como é até de maior urgência. Sem ele não poderão expor-se obras de arte que pelo seu grande valor não podem continuar longe da vista do público. E é o que infelizmente sucede agora com a colecção preciosa de desenhos, para cuja apresentação são necessárias algumas salas, sucedendo o mesmo com a colecção de gravuras que atinge alguns milhares, e com a colecção de vidros e ainda com a indumentária civil e religiosa, o mobiliário e com dezenas de pinturas valiosíssimas. Por falta de espaço continua igualmente inacessível ao público a Biblioteca, única no género em Portugal, e na qual a colecção de clichés e fotografias ocupam um importante lugar. E isto com a

agravante de algumas das obras de arte presentemente arrecadadas por falta de local adequado á sua exposição provirem de legados que exigem, sob pena de poderem ser anulados, a sua exebição ao público. E a perda dessas obras seria grave porque alguns desses legados ascendem a milhares de contos.

Depois há também o que tudo isso, quando bem instalado, representaria não só como factor de turismo, o que já não seria pouco, mas ainda como elemento de cultura, o que seria ainda melhor. Enquanto os nossos outros museus têm de ser sempre museus-mortos ou seja, simples colecções mais ou menos imóveis, com um valor sobretudo de curiosidade, o Museu das Janelas Verdes pode e tem de ser um museu-vivo isto é, um museu-laboratório ou museu-oficina que, com a sua biblioteca devidamente instalada, e a sua futura sala de conferências, será o complemento, do ponto de vista artístico, das escolas de todos os graus e especialidades de ensino.

E é nessa orientação que todas as nações do velho e novo mundo têm, de há duas dezenas de anos para cá, procurado ampliar e instalar convenientemente os seus mais importantes museus, ou seja, precisamente aqueles que correspondem ao nosso Museu Nacional de Arte Antiga. Procedeu dessa forma a Espanha, em 1915, com o Museu do Prado, de Madrid, e depois a Inglaterra com a National Gallery de Londres, a Bélgica com o seu Museu Real de Bruxelas, e ultimamente, a Holanda com o Museu Nacional de Amesterdão. E a própria Alemanha fez a mesma coisa durante a guerra e em anos angustiosos de privações e sacrifícios. E caso curioso e que o director do Museu das Janelas Verdes não pode deixar de lembrar com melancolia, foram as primeiras salas organizadas no museu de Lisboa, em 1914, que foram invocadas como exemplo aos que reclamam em Espanha, a reorganização e melhor instalação do Museu Nacional de Madrid. E foram também os princípios eu ela pôs então em prática os que foram depois seguidos pelos outros museus europeus e vão agora igualmente nortear a remodelação do museu do Louvre, de Paris, remodelação para a qual o Governo francês acaba de votar para o presente ano económico, como verba, a renovar durante os anos que ela for necessária, a soma de doze milhões de francos.

Concebido dentro da modéstia dos nossos recursos, embora com a nobreza e garantias que a qualidade e a delicadeza do caso exige, a solução do problema que a conclusão do anexo do Museu das janelas Verdes traz, representa um serviço que excede até o âmbito da nação porque vai servir a apresentar e salvaguardar melhor obras que, pelo seu valo e sentido universal, não interessam já só ao país, e são antes e por assim dizer património da humanidade.

Comissão administrativa das Obras do Museu de Arte Antiga

Lisboa, 7 de Setembro de 1932.

Pelo Presidente

ass. G. Rebelo de Andrade

Documento 37

AHME, DGESBA, Caixa 3023, Capilha 350: a DGEMN envia o projecto de ampliação no Museu de Arte Antiga que é presente ao Conselho Superior de Belas Artes em sessão de 29 de Julho de 1933 e distribuído ao vogal Arquitecto Raul Lino.

11 de Agosto de 1933

Exmo. Snr. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que nos termos do nº 4 do Art.16 do Dec.Lei 20.985 de 7/3/1932, o CSBA, na sua sessão de 1 do corrente, aprovou por unanimidade e sem nenhuma restrição o parecer do Arquitecto Raul Lino, vogal a que incumbiu de relatar o processo relativo ao projecto de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga.

O parecer, como V. Exa verá pela cópia junta, não podia ser mais favorável ao referido projecto, concluindo, depois e o louvar, para emitir o voto com que está igualmente e inteiramente de acordo o Conselho, de que lhe seja dada a mais rápida execução.

PARECER

O projecto de ampliação ao Museu Nacional de Arte Antiga, elaborado sob as indicações do seu eminente Director e saído do atelier do ilustre architecto Guilherme Rebelo de Andrade, não podia deixar de ser trabalho de absoluto acerto.

No relatório do Presidente da ilustre Presidente da Comissão Administrativa das Obras do Museu Nacional de Arte Antiga está bem justificada a necessidade da obra que se projecta. Todos nós que temos seguido com o máximo interesse a organização e o desenvolvimento do primeiro Museu do país sabemos apreciar o valor cultural deste estabelecimento que, dia a dia, vai ganhando maior importância representativa nos Bens Nacionais devido ao esclarecido interesse, à acção profícua, ao esforço indefeso e sobretudo à sábia orientação do seu eminente Director. Pela necessidade de criar lugar para a exposição conveniente de milhares de objectos do nosso património artístico, pela condição que nos é imposta na qualidade de nação civilizada que não despreza as suas obrigações de carácter representativo, estas obras de ampliação do Museu são portanto de momentoso interesse e de indispensável realização. Carecemos, é verdade, nesta classe de instituições de não pequeno número de estabelecimentos que esperam ainda para serem criados. País dos navegantes descobridores, ainda não descobrimos o museu da navegação dos descobrimentos e da conquista; país colonizador por excelência e antiguidade, falta-nos ainda o museu colonial condigno; terra onde florescem escolas de artífices, canteiros, ceramistas, entalhadores, pintores de azulejo, estucadores, etc , não contam por enquanto um só museu de artes e ofícios sem o qual o ensino artístico nas escolas industriais nunca poderá ter a eficiência desejada.

Mas não é esta carência de museus, que certamente se hão-de instituir um dia, razão para olharmos com menos interesse, para seguirmos com a maior ansiedade, a realização do projecto aqui presente.

Apresenta o projecto nas suas linhas gerais nobre fisionomia architectónica que o liga (pelo menos exteriormente) ao antigo edifício. As suas instalações, determinadas por melhor do que ninguém o podia fazer, devem corresponder à necessidade de espaço e às disposições mais convenientes para a exposição de múltiplas obras de arte que a esta parte do Museu se destinam. A clara distribuição das salas em torno do grande átrio central, formando mais agradável a visita

das colecções, alivia ao mesmo tempo as atribuições da guarda da casa. A decoração interna é digna e suficientemente discreta para não prejudicar o efeito dos objectos expostos. No interior está também solucionado com felicidade o problema imposto pelas grandes superfícies destituídas de vãos de acessórios indispensáveis e podemos depreender da leitura do caderno de encargos orçamental que a construção será quanto possível de materiais incombustíveis.

Por tudo que fica dito, entende o Conselho Superior de Belas Artes que se deve felicitar pelo importante projecto que lhe é apresentado e emitir o voto que lhe seja dada a mais rápida execução.

Sala das sessões do Conselho Superior de Belas Artes em 1 de Agosto de 1933.

José de Figueiredo
Luís Xavier Sá Couto
Diogo de Macedo
Luis José Pessanha
Raul Lino
Adriano de Sousa Lopes

Documento 38

AHME, DGESBA, Caixa 3023, Capilha 350: Relatório da Comissão de Obras do Museu Nacional de Arte Antiga, datado de 14 de Junho de 1933.

Exmo. Senhor
Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Portugal é, de entre todos os países com tradições, o que menos interesse tem votado aos museus de arte. E o facto evidencia-se mais quando se vê o pouquíssimo que se tem feito, entre nós, pelo nosso primeiro núcleo do género, o Museu das Janelas Verdes, de Lisboa.

Debalde se procurará mesmo, seja em que nação for, um similé para esse desinteresse. Nada de análogo sucede, só na Europa e na América, mas até em África e na Ásia, nos centros, é claro, aos quais os novos europeus, verdadeiramente cultos, levaram já todos os benefícios da sua acção civilizadora.

A França Inglaterra e Holanda, só para citar estes três Estados gastam anualmente muito mais com o Museu de Alger, Colombo e Batavia do que o Estado Português com o seu primeiro museu nacional.

Apesar disso tem o museu de Lisboa afirmado o seu valor, tendo sido sobretudo graças ao seu concurso que Portugal alcançou tão grande sucesso nas recentes exposições de Sevilha e Paris. Mas do facto não pode o nosso Estado tirar grande honra, porque o que há de feito no museu de Lisboa tem sido realizado com o auxílio mínimo do Estado, quando não até contrariado por este. E o mais triste é pensar-se que, tendo a completa remodelação que sofreu o Museu de Lisboa e que foi iniciada em 1912, servido de exemplo desde 1916, à transformação dos grandes museus, como o Prado de Madrid, e a National Gallery de Londres, e depois a outros museus europeus, nem assim o Estado português se resolver a secundar verdadeiramente aquele esforço.

E entretanto o sacrifício que se tivesse feito nesse campo teria sido largamente compensado, não só do ponto de vista espiritual, mas até materialmente, visto um museu, com a importância com a importância que este passaria a ter, constituir, não só um instrumento essencial de educação, mas ainda um elemento excepcional de turismo.

O que o Museu das Janelas Verdes vale do ponto de vista do turismo, para os que o conhecem bem e não ignoram os tesouros que ele encerra, é na verdade, imenso. E como tal é por vezes o mesmo termómetro por meio do qual o estrangeiro culto, de passagem rápida entre nós e sem tempo para outros exames, julga do nosso adiantamento ou atraso.

Como elemento de cultura, o papel que pode e deve representar é fundamental. E como os nossos outros núcleos artísticos não dispõem de elementos para virem a ser verdadeiros museus, museus integrais ou museus oficinas, como lhes queiram chamar, deixemos-lhes esse carácter de simples colecções, com a importância educativa e de atracção que eles representam nas respectivas regiões e façamos do museu de Lisboa o que importa que este seja. Não é demais que um país com o nosso tenha um museu a valer. E para isso só é necessário fornecer ao Museu das Janelas Verdes as condições de instalação e apresentação que lhe são precisas.

Com uma biblioteca que vale já hoje umas centenas de contos e que compreende além dos livros, um importantíssimo fundo de clichés fotográficos e muito do mais que é necessário para completar a lição que contém a obra de arte nele abrigada, o museu de

Lisboa, quando devidamente valorizado, passará a ser o Instituto de Arte de que o país há muito carece. Sem isso, o ensino da Arte, em especial o da História da Arte, continuarão a ser o que tem sido até agora, com o prejuízo que se traduz em mais um aspecto da nossa cultura e que se reflecte mais particularmente nas nossas indústrias artísticas, como se verificou ainda há pouco na última Exposição Industrial de Lisboa. O ensino da Arte e da História da Arte e a cultura artística em geral só são realmente possíveis com a educação visual, irrealizável num país que não disponha para isso de um verdadeiro museu de arte. Mais Concretamente, a necessidade do anexo em projecto cujo estudo acompanha este relatório, justifica-se:

1º Porque urge expor ao público muitos milhares de obras de arte, com um valor de muitas dezenas de milhares de contos, obras que, por falta de local indispensável, continuam arrecadadas – como sejam as riquíssimas colecções de desenhos do museu, num total de 2544 espécies, em que há exemplares como os Corregios, Ticianos, Tiepolos, Rembrandt, Guardi, etc, que vale cada um uma, duas, três dezenas de contos; a colecção de gravuras que ascende a cerca de 4000 números, com exemplares que valem também cada um 2 e 3 e mais dezenas de contos; a importantíssima colecção de tecidos, incluindo os tapetes persas, só estes no valor de alguns milhares de contos; e a colecção de vidros, também valiosíssima, bem como as tapeçarias, os móveis, azulejos, e ainda as pinturas a expor, entre as quais há exemplares do maior valor que, para cada um, vai de dezenas a milhares de contos.

E a urgência de dar remédio ao caso é tanto maior quanto, se não ampliando desde já o museu, se perderão obras de grande valor que lhe foram deixadas, visto esses legados, como sempre sucede, imporem, sine qua non, a cláusula da sua exposição.

2º Porque só com a realização do anexo se poderá dar a algumas obras de arte já expostas, como as primitivas pinturas portuguesas, e entre estas, as famosas tábuas de Nuno Gonçalves, o relevo que elas exigem. E a dignidade nacional impõe que isso se faça o quanto antes.

3º Porque, do ponto de vista do turismo, nunca é demais insistir em que se as boas estradas e os bons hotéis são indispensáveis à vinda a Portugal de estrangeiros, não é entretanto para ver umas e outros que estes se deslocam. O que os atrai é a natureza e a arte, e neste último campo o museu de Lisboa tem lugar primacial.

O simples enunciado destas três condições e o facto da parte nova do museu a constituir ter de viver paredes meias com o Palácio seiscentista das Janelas Verdes, e ainda o aproveitamento da capela barroca das Albertas, imposto também ao autor do projecto pelo plano signatário, tudo isto basta para se ver a complexidade do problema que o architecto tinha aqui a resolver. O modo como ele o soube superiormente solucionar, esse é bem patente nas diversas plantas, vistas e alçados que constituem o mesmo projecto. O seu exame é absolutamente convincente.

Não sacrificando a parte nova à parte antiga, o autor do projecto separou uma da outra, sem contudo as isolar, conseguindo por esta forma dar à nova construção o carácter que o seu destino exigia. Assim, a parte superior do edifício em projecto não tem a menor abertura, iluminado, como tinha de ser, unicamente pelo alto, princípio este que a cúpula do hall mais acentua, e de que o architecto soube tirar, adentro da maior lógica, com o movimento dos telhados, um pitoresco e vago sabor oriental que são, a meu ver, das notas mais felizes do anexo, aliás felicíssimo sob todos os aspectos.

A ligação do novo com o velho edifício, essa é obtida com a expressão dada ao 1º andar daquela – as janelas do anexo estão bem adentro do carácter que marca as janelas do velho Palácio das Janelas Verdes e que se constitui o principal, senão o mais essencial elemento decorativo desta última construção.

A solução dos outros problemas de que depende o arranjo futuro do museu, cujo programa é todo de quem assina este relatório como técnico que é da matéria, é igualmente excelente, como se verificará quando, terminada a construção, ela tiver a aplicação para que é feita. Lembrarei, por exemplo, a melhor valorização arquitectónica que o autor do projecto, sem em nada alterar a estrutura e carácter da Capela das Albertas, conseguiu dar à fachada desta e a maneira felicíssima como a soube integrar na nova construção. Mantendo o lindo interior da capela, sem com isso prejudicar em nada a verdadeira fisionomia das salas que tem de servir-lhe de complemento no novo edifício, o architecto conseguiu assim fazer dessa capela, como lhe cumpria, o verdadeiro fulcro da secção de arte religiosa do Museu das Janelas Verdes.

Por último direi a V. Exa. que a construção do anexo do museu em projecto será ainda da maior importância para o embelezamento de Lisboa que bem necessita se pense a sério na sua estética. Situado num local bastante elevado, quase a pique sobre o Aterro e precisamente em face do Posto Marítimo de Desinfecção, onde acostam diariamente os transatlânticos de maior tonelagem, o novo edifício concorrerá muito para o pitoresco e grandeza da cidade, visto desse lado do rio, constituindo um conjunto que terá o Jardim das Albertas como centro e, com outros elementos architecturais de valor, os palácios setecentistas dos Condes de Óbidos e dos Condes do Prado.

O que isto representará já será imenso. Maior será porém o benefício que o facto trará à beleza de Lisboa, desde que a Câmara, o que é de toda a justiça, colabore com o Estado, transformando e ampliando a escadaria que, da estrada marginal, dá agora acesso àquele jardim. Feita a toda a largura deste admirável miradouro, e com as suas rampas tornadas consequentemente mais suaves, essa escadaria torna-se-ia assim uma das entradas mais nobres e pitorescas da capital, cujo efeito, para todos os motivos, impressionaria, desde logo, admiravelmente os forasteiros que em Lisboa desembarcam por mar. E julgo que seria prudente desde já prever essa solução cuja completa realização comportaria modificações todas de pouco custo e da maior facilidade, nos terrenos que, do lado de lá do Aterro, ligam esta grande artéria com o cais de desembarque em questão.

Lisboa, 14 de Junho de 1933

O Presidente da Comissão
José de Figueiredo

Documento 39

IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSAHR/4562/1, Ofício da Comissão de Obras do Museu Nacional de Arte Antiga, enviado ao Director da Direcção Geral de edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 22 de Outubro de 1934.

Exmo. Senhor

Director da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

A realização de um Museu é primeiro que tudo um problema de museologia e depois um problema de Arquitectura condicionada à boa solução da finalidade daquele, e que envolve por isso toda a ordem de questões que respeitam não só a conservação de obras de arte, mas também a sua boa apresentação.

Nos seus variados aspectos, a parte propriamente construtiva de um edifício desses é evidentemente subordinada aqueles dois aspectos. É pelo que respeita à impossibilidade que tive de sair para o estrangeiro, a tempo de se poder juntar ali comigo o Eng. Rodrigues de Carvalho, embora esse encontro tivesse sido preferível, a verdade é que os problemas que o referido vogal desta comissão ia estudar lá fora podiam ser considerados pelo Sr. Rodrigues de Carvalho independentemente de mim, tanto mais quanto eu lhe tida dado já a indicação dos Edifícios do género a visitar. O que era preciso é que esse vogal se inteirasse deles para, dentro da sua esfera de acção, dar a realização devida aos casos cuja solução lhe pudesse depois ser proposta.

E que isto é assim provam-no os elementos excelentes que, da sua viagem trouxe para esta Comissão o Sr. Engenheiro Rodrigues de Carvalho, cujo zelo e competência tenho o maior prazer de prestar aqui homenagem.

Já o mesmo não sucede, com a visita ao estrangeiro do vogal arquitecto desta Comissão, o Sr. Guilherme Rebelo de Andrade.

Para que essa visita possa ser verdadeiramente profícua, é necessário que ela seja na minha companhia. Os problemas de apresentação de obras de arte, suscitadas pela efectivação do Museu em projecto, são, pelo menos em parte, determinados por peças excepcionais do núcleo actual, e por isso, não poderão ser considerados vantajosamente os exemplos a colher lá fora sem a minha assistência. Finalmente venho pedir a V. Exa. para obter de S. Exa. o Ministro das Obras Públicas a autorização e o subsídio necessários, para que o referido arquitecto me acompanhe na minha ida a Madrid à Conferência Internacional de Museus.

A essa conferência; de importância excepcional, manda a França uma delegação de 14 técnicos da mais alta categoria e entre eles um arquitecto especializado, o Sr. Gonse. E o mesmo fazem os outros países que tomam parte na conferência, tanto os da Europa como os da América.

E isto porque, entre os problemas mais importantes a estudar na Conferência, estão os relativos à arquitectura dos Museus com todos os aspectos que o problema envolve, quer se trate de um museu inteiramente edificado de novo, quer de adaptação a Museu de um edifício já existente.

A participação nos trabalhos do Congresso do Sr. Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade de colaboração com outros colegas ali mandados pelas diferentes nações, seria assim da mais alta vantagem para a finalidade desta Comissão.

A conferência é inaugurada no próximo dia 28 e duras até 4 de Novembro. Seguirei para ali, acompanhado do conservador deste Museu Sr. Dr. João Couto no dia 26. No caso de S. Exa. o Ministro das Obras Públicas concordar com esta minha proposta, o Architecto Sr. Guilherme Rebelo de Andrade deverá partir comigo nesse dia.

A discussão do Architecto do Museu do Prado, Sr Pedro Maguruza “Aménagement des Musées” é iniciada logo na manhã de domingo 28, após a inauguração solene da conferência.

(ass. por José de Figueiredo)

Documento 40

IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSAHR/4558/8, Parecer redigido por João Couto, Presidente da COMNAA, no qual é exposto o novo projecto programático do Museu Nacional de Arte Antiga. s/d.

Parecer

De harmonia com a exposição verbal que há meses tive a honra de fazer a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas cumpre-me, em resumo, comunicar aos meus colegas da Comissão de Obras do Museu das Janelas Verdes o seguinte:

1

Entendo que o ante-projecto elaborado para as alterações do edifício antigo do Museu das Janelas Verdes, embora tivesse tido várias aprovações oficiais, não corresponde às necessidades do novo Museu ampliado com o anexo que se construiu no lado poente.

2

Fundamento este modo de ver nos pontos que se indicam a seguir:

- a) – É defeituosa a circulação dos visitantes no Museu
- b) - Em face do ante-projecto parece-me que é difícil a fiscalização de certas salas de passagem, sobretudo quando houver afluência de visitantes
- c) - São deficientes as instalações do pessoal técnico do Museu
- d) - É necessário dar à sala projectada para as conferências um vestíbulo próprio
- e) - É necessário planear as salas para a secção de Ourivesaria

3

Desenvolvendo quanto às alíneas a e b: A circulação do público, prevista no ante-projecto, obrigava-o a seguir este itinerário:

1º Entrada pela porta do lado do Jardim da Rocha; 2º visita do edifício novo; 3º Passagem para o edifício antigo pela porta de ligação; 4º visita das salas do andar nobre do edifício antigo; 5º descida pela escadaria do edifício antigo para o pavimento inferior; 6º visita das salas onde hoje está a colecção de cerâmica e das que lhes correspondem no lado Sul; 7º passagem sob o altar mor da capela; 8º visita das salas do edifício novo que se destinam à indumentária religiosa; 9º saída pelo portão do lado do Jardim da Rocha.

Observações e estudos conscienciosos levam-nos a supor que é péssima a passagem sob o altar-mor, constituída por uma estreita e má escada, onde cabe apenas uma pessoa. O argumento de que o visitante, depois de sair desta garganta, teria a visão espectacular da capela e anexo não colhe, dada a dificuldade de fazer passar um a um os componentes de núcleos grandes de visitantes por caminho mau, escuro, acanhado e difícil de fiscalizar.

O estudo feito durante os dias em que na capela esteve instalada a exposição de barristas portugueses (Natal de 1938) permitiu-nos verificar a verdade do que acima adianto.

Por outro lado o Museu não necessita, para mostruário permanente de obras de arte, das salas, bastante espaçosas, que ficariam em face das actuais salas de exposição

de cerâmica, com vista para o lado sul e que indico, como se verá, para salas de exposições temporárias. Não nos devemos esquecer que o edifício antigo que agora vai ser concluído, e consequentemente aumentado, é enriquecido no pavimento nobre com salas novas, em número de seis.

4

Quanto à alínea c:

O ante-projecto prevê a existência de dois gabinetes de Conservadores. Neste ponto liga-se, de certo, à complexidade dos serviços que o Museu virá a ter, por força do seu alargamento, e do número de novas obras a expor. Sem exagerar parece-me que o futuro Museu necessita, além do Director, do seguinte pessoal técnico:

1 conservador para pintura e desenhos

1 adjunto para a pintura e serviço de investigação científica

1 conservador para as artes decorativas

1 conservador para o serviço da extensão escolar e serviço de propaganda

Não falando no bibliotecário, que tem o seu gabinete próprio, anexo à Biblioteca, conto cinco conservadores. Ora o ante-projecto, insuficientemente, prevê dois gabinetes de conservadores.

Julgo que num museu que não deseje ser apenas frio mostruário de obras de arte, mas escola viva na qual, daquelas obras se tire a grande lição de educar o gosto e completar a ilustração dos curiosos e dos escolares, necessário é dotá-lo não só de pessoal que investigue como de pessoal que comunique. Instalando convenientemente este pessoal em salas amplas, onde trabalhe com as pessoas que o procuram para se instruir, é criar apego ao ofício e animar a boa vontade de bem produzir.

5

Quanto à alínea d:

A Biblioteca tem uma ante-câmara privativa. É necessário dotar a sala de conferências, que no futuro Museu desempenhará papel de capital importância, com uma ante-câmara também privativa e um gabinete para os conferentes. É necessário prever que muitos destes são estrangeiros de representação a quem é necessário prestar, com dignidade, embora sem luxo, as honras da casa. A dotar-se a sala de conferências com a ante-câmara e sala, estas viriam ocupar exactamente o local destinado aos gabinetes dos dois conservadores, previstos no ante-projecto, o que agravaria ainda a situação.

6

Quanto à alínea e:

Apresento em esquema, sujeito a correcção ulterior, a seguinte disposição das futuras instalações do Museu:

Edifício Novo: 1º pavimento

Salas do lado Norte – Indumentária religiosa

Salas do lado Sul – Cerâmica

Hall – Tapeçaria, escultura original ou reproduções em gesso

Pavimento Nobre

Galeria – Tapeçaria e Tapetes

Salas (Sul, Poente e Norte) – Pintura Portuguesa

Edifício antigo

Consideremos em primeiro lugar que no ante-projecto todas as salas do pavimento nobre são dotadas de luz zenital como se todas se destinassem a receber pintura. Onde colocar assim a notabilíssima colecção de Ourivesaria que precisa de salas aconchegadas e bem iluminadas?

Proponho, pois, o seguinte plano para o edifício antigo:

Salas do lado Norte – Pintura Estrangeira

Salas do lado Nascente e do lado Sul até à escadaria (parte a construir) – Pintura Estrangeira e desenhos

Salas do lado Sul – (da escadaria para o Poente) – Ourivesaria

Parece-me que estes últimos compartimentos não carecem de luz zenital e podem ficar sensivelmente no aspecto que hoje apresentam, o que de resto permitiria que se conservassem os apreciáveis tectos de estuque.

7

No local em que vejo as salas, aliás as existentes, que se destinam à Ourivesaria, planeou-se no ante-projecto uma sala ampla destinada a receber, segundo o plano das exposições organizadas pelo antigo Director do Museu, em Sevilha e em Paris, as tábuas de Nuno Gonçalves e as Tapeçarias de Pastrana. Por motivos de ordem museográfica, longos de expor neste momento; ainda em obediência ao plano que concebi para a nova distribuição da pintura do Museu, finalmente pela dúvida de que Portugal consiga obter as verdadeiras tapeçarias de Pastrana entendo que se deve por de parte a concepção do ante-projecto e substituí-lo, como acima disse, por instalações para a Ourivesaria, com vantagens para esta e consequente diminuição no custo da obra.

8

Postas estas premissas, qual é a nossa ideia quanto ao arranjo do edifício antigo?

9

O Museu de Arte Antiga, ocuparia no edifício antigo apenas o pavimento nobre, onde ficariam as seguintes secções:

Pintura das escolas estrangeiras

Desenhos

Ourivesaria

E seria este pavimento o único que os visitantes percorreriam.

10

A nova circulação passaria portanto a obedecer ao seguinte plano geral:

Edifício Novo

1º Entrada pela porta do lado do Jardim da Rocha; 2º visita das salas de Cerâmica (lado Sul); 3º subida ao pavimento superior e visita da Pintura Portuguesa; 4º descida para a ponte de ligação.

Edifício Antigo

5º visita da Pintura Estrangeira (lado Norte); 6º visita da secção de Desenhos (lado Nascente); 7º visita da Ourivesaria (lado Sul); passagem de novo pela ponte de ligação;

Edifício Novo

9º visita do Hall; 10º visita da Indumentária religiosa; 11º saída pela porta principal (Jardim da Rocha).

Não deixei de ponderar a fadiga enorme que representa para os visitantes esta longa caminhada através de inúmeras salas do Museu, dispostos um na sequência do outro e um deles bastante comprido. Foi com base neste defeito fundamental que sempre combati junto do meu querido amigo e antecessor Dr. José de Figueiredo a ideia de manter o Museu de Arte Antiga no Palácio das Janelas Verdes e advoguei e advoguei a criação de um Museu inteiramente novo. Mas a um vício de circulação e a uma deficiência nos meios de a fiscalizar é preferível opor a longa caminhada das salas. E não fica ainda excluída a possibilidade de, no futuro, outro qualquer dirigente mandar descer, em conformidade com o plano Figueiredo, os visitantes pela escada do edifício antigo, levá-los depois pelas salas que agora indico para as Exposições Temporárias e fazê-los entrar na capela pela escadinha que fica sob o altar-mor.

11

O pavimento inferior do edifício antigo, com entrada independente pela Rua das Janelas Verdes, ficaria inteiramente isolado das salas do Museu passando a actual escadaria a servir apenas os seus funcionários. Este pavimento contaria os seguintes serviços fundamentais:

- 1º - Hall de entrada que devia ser beneficiado da forma prevista no ante-projecto;
- 2º - Sala da Biblioteca, voltada a Norte
- 3º - Sala de conferências, voltada a Sul
- 4º - De um e do outro lado da escadaria ficariam a Secretaria e o Arquivo e o Gabinete e Salas de Visitas do Director;

Lado Poente

- 5º - gabinetes para cinco conservadores em salas que olhariam o lado do rio;
- 6º - Salas para as exposições temporárias na actual secção de Cerâmica (lado Norte)

12

Note-se que há a maior vantagem em isolar estes serviços, cuja abertura nocturna se deve prever, e que ficariam assim separados do pavimento nobre, inteiramente reservado à exposição permanente das obras de arte.

O Museu, e isto é importantíssimo, pode facultar ao público a sua Biblioteca, organizar as suas lições ou conferências em completa independência das salas de exposição. As exposições temporárias, cujo local pode ainda ser um excelente recinto de festas culturais, organizar-se-ão sem prejudicar a visita do Museu, diferentemente do que agora sucede, pois para abrir a Exposição de Sequeira houve que alterar, durante o tempo do arranjo da sala, o caminho seguido pelos visitantes.

13

Destes princípios não faço mão fechada, antes desejo que sejam amplamente discutidos por parte dos meus colegas da Comissão de Obras, pois entendo que do seu conselho e dos seus conhecimentos só virá proveito para o bom resultado que todos ambicionamos.

João Couto

Documento 41

BAFCG, Espólio Luís Cristino da Silva, Projectos de Arquitectura, Museu de Arte Contemporânea

Lisboa 20-1-43

Meu caro Cristino

Lá vi hoje as primeiras notícias nos jornais, em que se tornou público o projecto em que me falou, do Museu de Arte Contemporânea. Mil parabéns e Deus queira que a sua obra vá avante. O seu gosto e o seu talento são garantias duma obra séria e definitiva. Oxalá não haja desânimos a meio. Da sua parte sei que não haverá. Parabéns de todos os artistas contemporâneos.

Mando-lhe, a propósito, a nota que você me pediu sobre o Museu de Escultura Comparada. Este museu tem outro carácter, outros aspectos e outras disposições, de ordem estética, de luz e clima. É por vezes um museu de paredes a serem cobertas com grandes blocos arquitecturais em estuque/estafe: portais, retábulos tumulares, painéis em relevo, etc. Há salas que serão subdivididas por troços de claustro, com capitéis e arcos, por portas isoladas, etc. em que até os pavimentos lucrariam em ser diferentes, procurando-se-lhes recantos e acidentes pitorescos, para valorizar uma estátua, um túmulo, um púlpito ou um simples capitel. Há também uma sala para vitrines e arquivo fotográfico em exposição, assim como troços de maquetas, etc. Se fosse possível, para cortar a frieza dos gessos, uma vez ou outra apareceriam reproduções desenhadas e aguareladas, sob vidros e enquadradas na respectiva arquitectura, de frescos, vitrais e perspectivas.

Digo isto para que V. Tire o melhor partido dos seus planos, visto que neste museu a arquitectura dele, fez já parte integrante da exposição, e assim, quantos mais efeitos tiver de pitoresco e originalidade, melhor. Mas convém atender primeiro aos grandes espaços, às grandes salas para os blocos principais, que podem ter regularidade ou não, conforme o seu critério arquitectónico entender e lhe convier. O que convém é que sejam vastos. Há salas, três ou quatro, que precisam de bom pé-direito para erguer portais ou janelas; mas outras há que podem ser mais baixas, e essas são as que têm um pavimento superior para instalação de coisas leves, arquivos, biblioteca, secretária e sala de estudos, para rapazes da Escola, ou outros.

Como vê é problema para curiosos partidos a tomar e que estarão dentro da sua índole. Posto isto, passo a enumerar as salas principais, não esquecendo oficinas, arrecadações e até salas pequenas de grande utilidade.

Claro está que o vestíbulo, com recanto para venda de catálogos, fotografias, postais e guarda-roupa, é indispensável. Aí se dariam informações e o porteiro faria o resto. Temos de atender ao menor número de empregados nestas coisas. Também convém pensar na casa do guarda, não muito longe da porta de entrada.

São indispensáveis as seguintes salas, ou possibilidades de divisões em galerias amplas, que tornem distintas as épocas de obras a expor. Assim, começaremos pela sala de Arte Românica, com portais, túmulos grandes como os de Alcobaça e outros anteriores, séries de Apostolados, colunas com capitéis, etc. Depois a de Arte Gótica, onde a porta da Batalha seria reproduzida e uma boa quantidade de sepulcros que temos, alguns com retábulos e nichos avantajados. A seguir a de escultura manuelina, contando nesta com as três alturas de que falei, para meter parte das portas dos Jerónimos e

Tomar, pelo menos. Esta sala poderia ser dividida em duas, para apresentar pormenores e imagens isoladas.

Temos depois a sala da Renascença, com obra estrangeira feita cá, que é a principal, em que haverá mais túmulos, pormenores de coros e portadas. Por fim uma sala com diversos e escultura barroca, onde entrariam coisas do século XVII e XVIII.

Até aqui, só para Portugal, contaremos pelo menos com 6 salas, que são as maiores e precisam de vastidão. Depois há que contar com futuras trocas com museus iguais, do estrangeiro. Desta obra já existe cá um bom núcleo de escultura francesa e alguma italiana. Os espanhóis já cá vieram propor a troca de peças nossas por outras deles. Logo precisaremos, pelo menos, de mais 5 ou 4 salas, não tão grandes como aquelas, para o futuro desenvolvimento do museu. Como você tem muito espaço, talhe por largo e conte para esta exposição com 10 salas grandes, ou se quiser disponha a planta de forma que se façam as divisões com recantos de estuque, que fragmentos arquitectónicos moldados expressamente, tornarão distintas as épocas e escolas.

Agora temos as oficinas. São precisas pelo menos duas: uma grande para as grandes reproduções, e outra menor para as mais pequenas e que sujam menos. Além destas, uma oficina mais para as patines, que tem de ser isolada. Ao todo 3 oficinas. Depois um vasto espaço para arrecadações das formar, que é a fortuna principal do museu. Aí se guardam no chão e nas prateleiras, todos os moldes, que formaram um volume considerável, e terão uma arrecadação especial para não se perderem nem quebrarem. À parte haverá um espaço para depósito de provas feitas e repetidas, para venda e trocas. Teremos precisão de espaço para grandes gessos. Gelatina, madeiras, ferrugens, tintas, fibras, etc. Todos os materiais de reprodução e utensílios de construção, como escadotes, pranchas, etc.

Ao todo, para oficinas e arrecadações serão precisos 6 ou 7 salões, porque há previsão de lugar para os operários terem ferramentas e os seus fatos, e até uma mesa para escrituração especial do movimento dessas oficinas. O problema água é importantíssimo.

No pavimento superior se arrumarão vitrines com peças pequenas, imagens especiais, provas de esmero, etc. Nesse pavimento ficariam assim instalados os serviços de secretaria (sala do director-conservador), a sala do arquivo e biblioteca, exposição de fotografias, sala de estudos, etc, ao todo umas 4 ou 5 peças.

Como vê, o plano exige espaço, e eu entendo que ainda haverá a contar com o desenvolvimento do museu, que como todos os congéneres, estão sempre a aumentar, sobretudo com os imprevistos que do estrangeiro surgem.

Mas tudo isto depende da boa vontade de quem organize o museu, com o qual o architecto deve contar, como óptima e competente.

Talhe pois, por largo. Antes assim que acanhado o projecto. Eu se fosse a si, no rés do chão, distribuía 10 ou 12 salas para exposição; 7 para oficinas e arrecadações; 1 casa de guarda; 1 vestíbulo; retretes e lavabos; e no piso superior 6 peças. Ao todo 28 divisões.

Parece-lhe demais? Mas como lhe disse, as salas de exposição podem reduzir-se a grandes galerias, que as próprias obras a expor dividirão consoante convém. Assim se economizariam paredes interiores, mas o problema luz é que é importante, assim como o de conservação, limpeza, vigia, temperatura, etc. Disto, porém, percebe você mais do que eu.

Já que me pediu umas notas, aqui as tem. Desculpe-me se não lhe servirem. Ao menos poderá delas tirar o que lhe pareça útil e mandar à fava as outras e o seu amigo

Diogo de Macedo

Documento 42

EP, Estradas de Portugal S.A., Fundo Documental do Gabinete da Ponte sobre o Tejo, Série 32, Projectos de Pontes, caixa 3: Antecedentes históricos da transposição do rio Tejo.

Um dos mais urgentes melhoramentos a introduzir nos serviços do Porto de Lisboa é a construção de uma Gare Marítima junto ao cais de passageiros para evitar todas as demoras e incómodos com o transporte de bagagens, e permitir ganhar algumas horas nas viagens rápidas da América para a Europa central. Segundo o projecto que apresentamos, esta gare destinada ao serviço de todas as linhas férreas que partam de Lisboa, isto é, as linhas do Norte, a linha do Sul e Sueste, linhas suburbanas de Cascais, Sintra e Vila Franca, e futuros tramways para a margem Sul. É uma estação central geral.

O local que lhe está destinado no projecto é o terraplino da Alfândega, junto ao edifício oriental dos ministérios.

O Edifício da Gare, com o palácio dos correios e telégrafos a construir simetricamente, junto ao edifício ocidental, formam como que um prolongamento da praça do Comércio, que sem nada perder da sua unidade estética, visto que estes dois edifícios serão construídos no mesmo estilo dos ministérios, ganha em grandiosidade e beleza. O local para a chegada dos passageiros nacionais e estrangeiros a Lisboa não podia ser mais bem escolhido. De facto Lisboa não possui praça mais bela nem mais imponente. Esta Gare destina-se exclusivamente ao serviço de passageiros e bagagens.

Segundo esta orientação a gare do Rocio destinar-se-ia ao tráfego de mercadorias de grande velocidade, especialmente géneros alimentícios, para o abastecimento do centro da cidade, à semelhança do que sucede em muitas cidades onde diariamente se organizam comboios especiais para condução de leite, carne, etc, etc. A sua proximidade do mercado da Praça da Figueira, e dos principais estabelecimentos de abastecimento de Lisboa, colocam-na em condições excepcionalmente favoráveis para esse fim.

O edifício fronteiro poderia destinar-se a fins comerciais como construção de escritórios, teatros, etc.

As ligações com Santa Apolónia são mantidas com 4 vias, sendo duas de serviço e duas linhas principais, e para Oeste até Alcântara por 3 vias, duas para tramways de Cascais e Sintra e uma terceira para a linha de Oeste e mercadorias dos entrepostos. A ligação com as linhas de Sintra e Oeste será feito por Alcântara, havendo para isso necessidade de inverter a curva de concordância de Alcântara Mar. Este desideratum consegue-se facilmente com a abertura de um túnel sob a rua 24 de Julho, mantendo-se estes sempre do lado nascente do caniço de Alcântara.

Caso se reconheça haver necessidade será melhorado o perfil da linha de Alcântara a Campolide, conservando-se contudo a via simples, visto que num futuro próximo a ligação com Sintra passará inevitavelmente a fazer-se por Cascais. Um ramal de Sintra a Cascais pelo litoral, iria servir localidades e praias hoje quase desconhecidas, mas que pelas suas belezas naturais, e pela sua excelente situação sobre o Oceano, tomariam dentro de pouco tempo um grande desenvolvimento.

Entre Santa Apolónia e a Gare, e d'aqui até Alcântara serão as linhas rebaixadas de 5,50m em trincheira aberta, ou com cobertura, conforme as exigências do terreno.

O rebaixamento da linha entre a Gare e Alcântara será objecto de um estilo especial.

A Gare é do tipo de dois andares, situada no meio das linhas. No andar subterrâneo estão dispostas as linhas e os cais de passageiros e mercadorias, e no andar térreo, a estação propriamente dita: bilheteiras, bagagens, salas de espera, escritórios, etc. Além destes dois andares que formam propriamente a Gare, haverá mais dois com as suas entradas independentes, para a Direcção e Administração dos Caminhos de Ferro.

O edifício tem em planta a forma de U com um comprimento de 170 metros e uma largura de 75. O espaço interior é coberto por uma marquise, com 40 metros de vão.

A largura do andar subterrâneo é superior à do edifício, passando uma parte das linhas sob a rua. A largura total deste andar é de 93 metros.

Andar Térreo

A entrada principal é feita pela Praça do Comércio. Lateralmente há mais duas entradas, uma para os passageiros desembarcados dos vapores e outra especialmente destinada aos passageiros que se destinam às linhas suburbanas.

Junto às entradas encontram os passageiros “guichets” de informações e as bilheteiras. D’aqui transitam para a grande sala de espera geral com 40m de largura ao fundo da qual está colocado o despacho de bagagens. Próximo ao recinto das bagagens encontram-se as escadas de acesso às plataformas.

À chegada os passageiros tomam as escadas que conduzem ao andar térreo próximo ao recinto das bagagens, separado do público por um extenso balcão duplo.

Esta disposição tem sido empregada com muito êxito nas modernas gares. As mercadorias saídas do monta-cargas são colocadas sobre o primeiro balcão e em seguida, mediante a apresentação da senha, dispostas sobre o segundo balcão onde se faz a revista da Alfândega e a entrega.

Os serviços de partida ficam completamente separados e independentes dos da chegada.

A saída é feita ou para o cais ou para a rua (avenida marginal). O espaço compreendido entre o edifício da Gare e dos Ministérios será coberto para dar abrigo às carruagens e automóveis.

Cabe aqui a propósito de uma referência a um processo de despacho usado há alguns anos na Alemanha e que seria desejável que entre nós se adoptasse para simplificar muito este serviço.

Consiste este processo no seguinte: Divide-se o país em zonas nas quais o preço de transporte é fixado por unidades de 25 quilos de bagagens. Imprimem-se antecipadamente bilhetes indicando a zona de destino, peso e preço a pagar, e sobre os quais se inscreve o número do bilhete do passageiro, o número dos volumes e o destino. Estes bilhetes são, depois de preenchidos entregues aos passageiros como bilhetes ordinários. Este sistema tem ainda a grande vantagem da simplificação da contabilidade e fiscalização, pois que a soma em caixa deve sempre representar a soma dos preços dos bilhetes saídos do escritório.

NOTA:

O documento contém ainda as apreciações técnicas referentes ao sistema de adaptação das plataformas e linhas ao subsolo, bem como a solução geotécnica a

adoptar para a fixação dos cais aos fundos situados entre o Cais do Sodré e o Cais da Alfândega.

Tendo em conta o âmbito e os objectivos do nosso estudo, decidimos não incluir tais apreciações na transcrição do documento.